
Relatório Anual • 2008

A Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências

Anexo

Parte A - Caracterização e Evolução da Situação

Parte B - Respostas e Intervenções



FICHA TÉCNICA

Título: Relatório Anual • 2008 - A Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências

Anexo: Parte A - Caracterização e Evolução da Situação; Parte B - Respostas e Intervenções

Autor: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P. - Departamento de Monitorização, Formação e Relações Internacionais - Núcleo de Estatística / Núcleo de Publicações e Documentação

Editor: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.

Morada: Praça de Alvalade n.º 7, 5.º-13.º, 1700-036 Lisboa

Edição: 2009

Impressão:

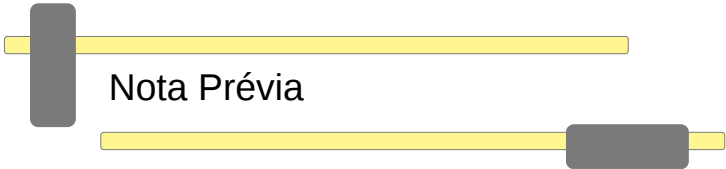
Depósito Legal: 252 317/06

ISSN: 1645-5630

Tiragem: 1000 exemplares

Esta informação está disponível no sítio *web* do Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.

<http://www.idt.pt>



Nota Prévia

O presente volume, Anexo ao Relatório Anual sobre a Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências integra informação mais pormenorizada relativa às duas componentes do Relatório: *Parte A - Caracterização e Evolução da Situação* e *Parte B - Respostas e Intervenções*.

A *Parte A - Caracterização e Evolução da Situação*, segue a estrutura da apresentação do Relatório e contém os quadros-fonte que suportam a análise aí feita bem como quadros e gráficos adicionais, abrangendo um maior período temporal e uma maior desagregação geográfica da informação. A quantidade, qualidade e harmonização da informação aqui compilada reflecte o esforço desenvolvido ao longo dos últimos anos pelos Serviços-fonte dos dados, no sentido de disponibilizar mais e melhor informação.

A *Parte B - Respostas e Intervenções*, integra os contributos dos diferentes organismos, tendo por base a execução do *Plano de Acção Contra as Drogas e as Toxicodependências - Horizonte 2008*, sendo que, o registo das actividades desenvolvidas, sempre que possível, inscreve-se na estrutura e na “grelha” estabelecida para aquele Plano de Acção.

Dá-se um especial destaque ao PORI - *Plano Operacional de Respostas Integradas* - autonomizando-o em capítulo próprio, pela sua importância, enquanto medida estruturante ao nível da Intervenção Integrada no âmbito da Redução da Procura. Este, operacionalizado através da implementação de PRI - *Programas de Respostas Integradas* -, pressupõe uma profunda mudança de paradigma na abordagem territorial e na estratégia de intervenção.

As Equipas do Núcleo de Estatística e do Núcleo de Publicações e Documentação agradecem aos colegas de outros Núcleos e Departamentos do IDT, I. P., bem como às Equipas Técnicas dos Serviços fontes, a excelente articulação institucional e contributos para esta publicação. Estamos certos que o esforço continuado de todos os intervenientes para a disponibilização de melhor informação contribuirá para uma cidadania esclarecida.

A Equipa Técnica do Núcleo de Estatística do IDT, I. P.

Carla Ribeiro (Coordenação) Catarina Guerreiro (Estaticista) Paula Olival (Estaticista)

Helena Neto (Técnica de Informática) Rosário Mendes (Técnica de Informática)

Apoio Administrativo: Anabela Bento Graça Dias

A Equipa Técnica do Núcleo de Publicações e Documentação do IDT, I. P.

Paula Graça (Coordenação)

Apoio Técnico: Filipa Cunha Irene Conduto Rosa Sousa Radovan Miletic

Apoio Administrativo: Francisco Marques

ÍNDICE

Parte A - Caracterização e Evolução da Situação	13
--	----

Alguns Resultados de Estudos	15
-------------------------------------	----

Quadro 1	População geral, Portugal (15-64 anos): prevalências de consumo ao longo da vida, segundo o grupo etário e sexo, por tipo de droga (2001 e 2007)	17
Quadro 2	População geral, Portugal (15-64 anos): prevalências de consumo nos últimos 12 meses, segundo o grupo etário e sexo, por tipo de droga (2001 e 2007)	18
Quadro 3	População geral, Portugal (15-64 anos): prevalências de consumo nos últimos 30 dias, segundo o grupo etário e sexo, por tipo de droga (2001 e 2007)	19
Quadro 4	População geral, Portugal (15-64 anos): taxa de continuidade do consumo, segundo o grupo etário e sexo, por tipo de droga (2001 e 2007)	20
Quadro 5	População geral, Portugal (15-64 anos): prevalências de consumo ao longo da vida, segundo a região (NUTS II), por tipo de droga (2001 e 2007)	21
Quadro 6	População geral, Portugal (15-64 anos): prevalências de consumo nos últimos 30 dias, segundo a região (NUTS II), por tipo de droga (2001 e 2007)	22
Quadro 7	População geral, Portugal (15-64 anos): taxa de continuidade do consumo, segundo a região (NUTS II), por tipo de droga (2001 e 2007)	23
Quadro 8	População escolar - HBSC/OMS (alunos do 6.º / 8.º / 10.º ano): prevalências de consumo ao longo da vida e consumos nos últimos 30 dias, por tipo de droga (2002 e 2006)	24
Quadro 9	População escolar - INME (3.º ciclo): prevalências de consumo ao longo da vida, últimos 12 meses e últimos 30 dias, por tipo de droga (2001 e 2006)	24
Quadro 10	População escolar - INME (secundário): prevalências de consumo ao longo da vida, últimos 12 meses e últimos 30 dias, por tipo de droga (2001 e 2006)	24
Quadro 11	População escolar - ESPAD (alunos 16 anos): prevalências de consumo ao longo da vida, por tipo de droga e prevalência do consumo de cannabis nos últimos 30 dias (2003 e 2007)	25
Quadro 12	População escolar - ECATD (alunos 13-18 anos): prevalências de consumo ao longo da vida, por tipo de droga e prevalência do consumo de cannabis nos últimos 30 dias (2003 e 2007)	25
Quadro 13	População reclusa nacional: prevalências de consumo segundo o momento face à reclusão, por tipo de droga (2001 e 2007)	26
Quadro 14	População reclusa nacional: prevalências de consumo ao longo da vida, por sexo e grupo etário (2001 e 2007)	26
Quadro 15	População reclusa nacional - consumos em reclusão: prevalências de consumo ao longo da vida, nos últimos 12 meses, nos últimos 30 dias e consumo regular (2001 e 2007)	26
Quadro 16	População reclusa nacional: prevalências de consumo, por via endovenosa segundo o momento face à reclusão (2001 e 2007)	27
Quadro 17	Estimativas da prevalência de consumidores problemáticos de drogas em Portugal (2000 e 2005)	27

Indicadores Indirectos Relacionados com o Consumo

Tratamento	29
-------------------	----

Quadro 18	Estruturas especializadas de tratamento, segundo o ano (2000-2008)	31
Figura 1	Estruturas especializadas de tratamento, por distrito (rede pública e licenciada 2008)	31
Quadro 19	Utentes em tratamento no ano, segundo o ano, por delegação regional (2000-2008)	32
Figura 2	Utentes em tratamento no ano, segundo o ano, por delegação regional (2000-2008)	32
Figura 3	Utentes em tratamento no ano, por distrito (rede pública 2008)	32
Quadro 20	Utentes em unidades de desabilitação e comunidades terapêuticas, na rede pública e licenciada, segundo o ano (2000-2008)	33
Quadro 21	Utentes em centros de dia, na rede pública e licenciada, segundo o ano (2000-2008)	33
Quadro 22	Utentes em primeiras consultas, segundo o ano, por delegação regional (rede pública 2000-2008)	34
Figura 4	Utentes em primeiras consultas, segundo o ano, por delegação regional (2000-2008)	34
Figura 5	Utentes em primeiras consultas, por distrito (rede pública 2008)	34
Quadro 23	Programas de tratamento orientados para a abstinência nos estabelecimentos prisionais; capacidade e utentes, segundo o ano, por estabelecimento prisional (2000-2008)	35
Quadro 24	Utentes em programas farmacológicos em estruturas dos estabelecimentos prisionais, segundo o ano, por tipo de programa e estabelecimento prisional [situação a 31/12 de cada ano (2000-2008)]	35

Quadro 25	Utentes em programa terapêutico com agonistas opiáceos, segundo o ano, por delegação regional (rede pública 2000-2008)	36
Figura 6	Utentes em programas terapêuticos com agonistas opiáceos, segundo o ano, por delegação regional (2000-2008)	36
Figura 7	Utentes em programas terapêuticos com agonistas opiáceos, por distrito (rede pública 2008)	36
Quadro 26	Utentes em programas terapêuticos com agonistas opiáceos, segundo a substância administrada, por delegação regional (situação em 31/12/2008)	37
Quadro 27	Utentes na rede de administração de metadona, segundo local da toma, por delegação regional (situação em 31/12/2008)	37
Quadro 28	Consumos dos utentes nas estruturas de tratamento da rede pública e licenciada (2008)	38
Figura 8	Droga principal dos utentes em primeiras consultas, segundo o ano (2003-2008)	39
Figura 9	Consumo endovenoso nos 30 dias anteriores à primeira consulta dos novos utentes na rede pública, segundo o ano (2000-2008)	39
Quadro 29	Caracterização sociodemográfica dos utentes nas estruturas de tratamento da rede pública e licenciada (2008)	40
Quadro 30	Utentes em primeiras consultas, segundo o ano, por grupo etário e sexo (rede pública 2000-2008)	41
Figura 10	Utentes em primeiras consultas, segundo o ano, por sexo (2000-2008)	42
Figura 11	Utentes em primeiras consultas, segundo o ano, por grupo etário (2000-2008)	42
Quadro 31	Utentes em primeiras consultas, segundo o ano, por estado civil (rede pública 2003-2008)	43
Quadro 32	Utentes em primeiras consultas, segundo o ano, por situação de coabitação (rede pública 2003-2008)	43
Quadro 33	Utentes em primeiras consultas, segundo o ano, por situação profissional (2003-2008)	43
Doenças Infecciosas		45
Quadro 34	Notificações dos casos de infeção pelo VIH: total de casos e casos associados à toxicodependência, segundo a classificação epidemiológica (SIDA, sintomático não-SIDA e portadores assintomáticos), por ano de diagnóstico (01/01/1983-31/12/2008)	47
Quadro 35	Notificações dos casos de SIDA: total de casos e casos associados à toxicodependência, segundo o sexo, por grupo etário (01/01/1983-31/12/2008)	48
Quadro 36	Notificações dos casos sintomáticos não-SIDA: total de casos e casos associados à toxicodependência, segundo o sexo, por grupo etário (01/01/1983-31/12/2008)	48
Quadro 37	Notificações dos casos de portadores assintomáticos: total de casos e casos associados à toxicodependência, segundo o sexo, por grupo etário (01/01/1983-31/12/2008)	49
Quadro 38	Notificações dos casos de SIDA associados à toxicodependência, segundo o ano de diagnóstico, por sexo (2000-2008)	49
Figura 12	Notificações do total de casos de SIDA e dos casos associados à toxicodependência, segundo o ano de diagnóstico (2000-2008)	50
Quadro 39	Notificações dos casos de SIDA: distribuição do total de casos e dos casos associados à toxicodependência, segundo o estado vital, por patologia observada à data do diagnóstico (01/01/1983-31/12/2008)	50
Quadro 40	Casos de infeção pelo VIH diagnosticados em 2008: total de casos e casos associados à toxicodependência, segundo a classificação epidemiológica (SIDA, sintomático Não-SIDA, e portadores assintomáticos), por ano provável de infeção (2008)	51
Quadro 41	Notificações dos casos de infeção pelo VIH: distribuição do total de casos e dos casos associados à toxicodependência, segundo a classificação epidemiológica (SIDA, sintomático Não-SIDA, e portadores assintomáticos), por zona geográfica de residência (01/01/1983-31/12/2008)	51
Quadro 42	Notificações dos casos de SIDA: distribuição do total de casos e dos casos associados à toxicodependência, segundo o estado vital e sexo por zona geográfica de residência (01/01/1983-31/12/2008)	52
Figura 13	Notificações de casos de infeção pelo VIH associados à toxicodependência, por zona geográfica de residência (01/01/1983-31/12/2008)	53
Quadro 43	Utentes rastreados para o VIH, segundo o ano, por tipo de estrutura (2000-2008)	54
Quadro 44	Utentes rastreados para a Hepatite B, segundo o ano, por tipo de estrutura (2000-2008)	55
Quadro 45	Utentes rastreados para a Hepatite C, segundo o ano, por tipo de estrutura (2000-2008)	56
Quadro 46	Utentes rastreados para a Tuberculose, segundo o ano, por tipo de estrutura (2000-2008)	57
Mortes		59
Quadro 47	Óbitos gerais relacionados com o consumo de drogas (2002-2008)	61
Quadro 48	Mortes com resultados positivos nos exames toxicológicos, segundo o ano, por delegação do Instituto Nacional de Medicina Legal e sexo (2000-2008)	61
Figura 14	Autópsias, exames toxicológicos e resultados positivos, segundo o ano (2001-2008)	61
Quadro 49	Mortes com resultados positivos nos exames toxicológicos, segundo o ano, por grupo etário e sexo (2000-2008)	62
Figura 15	Mortes com resultados positivos nos exames toxicológicos, segundo o ano, por sexo (2000-2008)	63
Figura 16	Mortes com resultados positivos nos exames toxicológicos, segundo o ano, por grupo etário (2000-2008)	63
Quadro 50	Mortes com resultados positivos nos exames toxicológicos, segundo o grupo etário e sexo, por tipo de droga (2008)	64
Contra-Ordenações		65
Quadro 51	Distribuição dos processos de contra-ordenação, segundo o ano, por distrito [2001 (2.º semestre)-2008]	67

Figura 17	Distribuição dos processos de contra-ordenação, por distrito (2008)	67
Figura 18	Processos de contra-ordenação, segundo o ano [2001 (2.º semestre)-2008]	68
Quadro 52	Distribuição dos processos de contra-ordenação, segundo o ano, por mês de ocorrência[2001 (2.º semestre)-2008]	68
Quadro 53	Distribuição dos processos de contra-ordenação, segundo a sua origem, por distrito (2008)	69
Quadro 54	Distribuição dos processos de contra-ordenação, segundo o ano, por origem [2001 (2.º semestre)-2008]	69
Quadro 55	Distribuição dos processos de contra-ordenação, segundo o estado do processo, por distrito (2008)	70
Quadro 56	Distribuição dos processos de contra-ordenação, segundo o ano, por estado do processo [2001 (2.º semestre)-2008]	70
Figura 19	Processos de contra-ordenação, segundo o ano, por estado do processo [2001 (2.º semestre)-2008]	71
Quadro 57	Distribuição dos processos de contra-ordenação, segundo o tipo de decisão, por distrito (2008)	71
Quadro 58	Distribuição dos processos de contra-ordenação, segundo o ano, por tipo de decisão [2001 (2.º semestre)-2008]	72
Figura 20	Processos de contra-ordenação, segundo o ano, por tipo de decisão [2001 (2.º semestre)-2008]	72
Quadro 59	Distribuição dos processos de contra-ordenação com decisão punitiva, segundo o tipo de sanção, por distrito (2008)	73
Quadro 60	Distribuição dos processos de contra-ordenação com decisão punitiva, segundo o ano, por tipo de sanção [2001 (2.º semestre)-2008]	74
Figura 21	Processos de contra-ordenação com decisão punitiva, segundo o ano, por tipo de sanção [2001 (2.º semestre)-2008]	74
Quadro 61	Distribuição dos processos de contra-ordenação, segundo o tipo de droga, por distrito (2008)	75
Quadro 62	Distribuição dos processos de contra-ordenação, segundo o ano, por tipo de droga [2001 (2.º semestre)-2008]	75
Figura 22	Processos de contra-ordenação, segundo o ano, por tipo de droga [2001 (2.º semestre)-2008]	76
Figura 23	Percentagens intra-distritais de processos de contra-ordenação, por tipo de droga (2008)	76
Quadro 63	Distribuição dos processos de contra-ordenação com polidrogas, segundo as drogas envolvidas, por distrito (2008)	78
Quadro 64	Distribuição dos processos de contra-ordenação com polidrogas, segundo o ano, por drogas envolvidas [2001 (2.º semestre)-2008]	78
Quadro 65	Indivíduos primários e reincidentes em processos de contra-ordenação, segundo o ano [2001 (2.º semestre)-2008]	79
Quadro 66	Indivíduos reincidentes em processos de contra-ordenação, segundo o ano, por número de reincidências [2001 (2.º semestre)-2008]	79
Figura 24	Indivíduos reincidentes em processos de contra-ordenação, por distrito (2008)	79
Quadro 67	Indivíduos em processos de contra-ordenação, segundo o grupo etário e sexo, por distrito (2008)	80
Quadro 68	Indivíduos em processos de contra-ordenação, segundo o ano, por grupo etário e sexo [2001 (2.º semestre)-2008]	81
Figura 25	Indivíduos em processos de contra-ordenação, segundo o ano, por sexo [2001 (2.º semestre)-2008]	82
Figura 26	Indivíduos em processos de contra-ordenação, segundo o ano, por grupo etário [2001 (2.º semestre)-2008]	82
Quadro 69	Indivíduos em processos de contra-ordenação, segundo o ano, por país da nacionalidade [2001 (2.º semestre)-2008]	83
Quadro 70	Indivíduos em processos de contra-ordenação, segundo o ano, por estado civil [2001 (2.º semestre)-2008]	84
Quadro 71	Indivíduos em processos de contra-ordenação, segundo o ano, por situação de coabitação [2001 (2.º semestre)-2008]	84
Quadro 72	Indivíduos em processos de contra-ordenação, segundo o ano, por nível de ensino [2001 (2.º semestre)-2008]	85
Figura 27	Indivíduos em processos de contra-ordenação, segundo o ano, por nível de ensino [2001 (2.º semestre)-2008]	85
Quadro 73	Indivíduos em processos de contra-ordenação, segundo o ano, por situação profissional [2001 (2.º semestre)-2008]	86
Figura 28	Indivíduos em processos de contra-ordenação, segundo o ano, por situação profissional [2001 (2.º semestre)-2008]	86
Quadro 74	Indivíduos em processos de contra-ordenação, segundo o ano, por grupo profissional [2001 (2.º semestre)-2008]	87

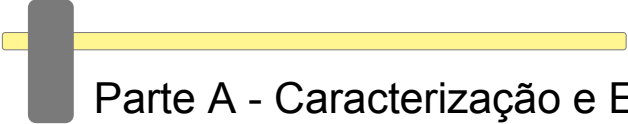
Indicadores Indirectos Relacionados com o Tráfico

Apreensões Policiais		89
Quadro 75	Droga apreendida, segundo o ano, por tipo de droga (2000-2008)	91
Quadro 76	Quantidade de heroína apreendida e número de apreensões, segundo o ano (2000-2008)	92
Figura 29	Heroína: quantidade apreendida e número de apreensões, segundo o ano (2000-2008)	92
Quadro 77	Quantidade de cocaína apreendida e número de apreensões, segundo o ano (2000-2008)	93
Figura 30	Cocaína: quantidade apreendida e número de apreensões, segundo o ano (2000-2008)	93
Quadro 78	Quantidade de haxixe apreendido e número de apreensões, segundo o ano (2000-2008)	94
Figura 31	Haxixe: quantidade apreendida e número de apreensões, segundo o ano (2000-2008)	94
Quadro 79	Quantidade de liamba apreendida e número de apreensões, segundo o ano (2000-2008)	95
Figura 32	Liamba: quantidade apreendida e número de apreensões, segundo o ano (2000-2008)	95
Quadro 80	Quantidade de ecstasy apreendido e número de apreensões, segundo o ano (2000-2008)	96
Figura 33	Ecstasy: quantidade apreendida e número de apreensões, segundo o ano (2000-2008)	96
Figura 34	Quantidades de droga apreendida, por distrito e região autónoma (2008)	97
Quadro 81	Quantidade apreendida, segundo o ano, por tipo de droga e quantidade (2000-2008)	98
Quadro 82	Número de apreensões, segundo o ano, por tipo de droga e quantidade apreendida (2000-2008)	99
Quadro 83	Preço médio das drogas, segundo o ano, por tipo de droga (2000-2008)	99

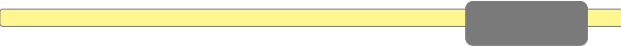
Quadro 84	Droga apreendida, por país de proveniência e destino (2008)	100
Quadro 85	Presumíveis infractores, segundo o ano, por situação face à droga e sexo (2000-2008)	101
Figura 35	Presumíveis infractores, segundo o ano, por situação face à droga (2000-2008)	101
Figura 36	Presumíveis infractores, segundo o ano, por sexo (2000-2008)	101
Figura 37	Total de presumíveis infractores, por zona geográfica de ocorrência da infracção (2008)	102
Figura 38	Presumíveis traficantes, por zona geográfica de ocorrência da infracção (2008)	102
Figura 39	Presumíveis traficantes-consumidores, por zona geográfica de ocorrência da infracção (2008)	103
Quadro 86	Presumíveis infractores, segundo a situação face à droga, por zona geográfica de ocorrência da infracção (2008)	104
Quadro 87	Presumíveis infractores, segundo a situação face à droga, por tipo de droga (2008)	108
Quadro 88	Presumíveis infractores identificados na posse de polidrogas, segundo a situação face à droga, por drogas envolvidas (2008)	108
Quadro 89	Presumíveis infractores, segundo o ano, por tipo de droga (2000-2008)	109
Figura 40	Presumíveis infractores, segundo o ano, por tipo de droga (2000-2008)	109
Quadro 90	Presumíveis infractores, segundo a situação face à droga, por grupo etário (2008)	110
Quadro 91	Presumíveis infractores, segundo o ano, por grupo etário (2000-2008)	110
Figura 41	Presumíveis infractores, segundo o ano, por grupo etário (2000-2008)	110
Quadro 92	Presumíveis infractores, segundo a situação face à droga, por país da nacionalidade (2008)	111
Quadro 93	Presumíveis infractores, segundo o ano, por país da nacionalidade (2000-2008)	112
Quadro 94	Presumíveis infractores nacionais e estrangeiros, segundo a situação face à droga, por tipo de droga (2008)	112
Quadro 95	Presumíveis infractores, segundo o ano, por situação face à droga e nacionalidade (2000-2008)	113
Quadro 96	Presumíveis infractores, segundo situação face à droga, por estado civil (2008)	113
Quadro 97	Presumíveis infractores, segundo o ano, por estado civil (2003-2008)	113
Quadro 98	Presumíveis infractores, segundo a situação face à droga, por nível de ensino (2008)	114
Quadro 99	Presumíveis infractores, segundo o ano, por nível de ensino (2003-2008)	114
Figura 42	Presumíveis infractores, segundo o ano, por nível de ensino (2003-2008)	114
Quadro 100	Presumíveis infractores, segundo a situação face à droga, por situação profissional (2008)	115
Quadro 101	Presumíveis infractores, segundo o ano, por situação profissional (2003-2008)	115
Figura 43	Presumíveis infractores, segundo o ano, por situação profissional (2003-2008)	115
Decisões Judiciais		117
Quadro 102	Processos “findos” ao abrigo da Lei da Droga, segundo o ano (2000-2008)	119
Figura 44	Processos “findos”, segundo o ano (2000-2008)	119
Quadro 103	Processos “findos” ao abrigo da Lei da Droga, segundo o ano, por tribunal (2000-2008)	119
Quadro 104	Indivíduos acusados, segundo a situação face à droga, por situação judicial (2008)	123
Quadro 105	Indivíduos acusados, segundo o ano, por situação judicial (2000-2008)	123
Figura 45	Indivíduos acusados, segundo o ano, por situação judicial (2000-2008)	124
Quadro 106	Indivíduos acusados, segundo o ano, por situação face à droga (2000-2008)	124
Figura 46	Indivíduos acusados, segundo o ano, por situação face à droga (2000-2008)	124
Quadro 107	Indivíduos condenados, segundo o ano (2000-2008)	125
Figura 47	Indivíduos condenados, segundo o ano (2000-2008)	125
Quadro 108	Indivíduos condenados, segundo o ano, por tribunal (2000-2008)	125
Quadro 109	Indivíduos condenados, segundo o ano, por situação face à droga e sexo (2000-2008)	129
Figura 48	Indivíduos condenados, segundo o ano, por situação face à droga (2000-2008)	129
Figura 49	Indivíduos condenados, segundo o ano, por sexo (2000-2008)	129
Figura 50	Total de indivíduos condenados, por zona geográfica de ocorrência da condenação (2008)	130
Figura 51	Indivíduos condenados por tráfico, por zona geográfica de ocorrência da condenação (2008)	130
Figura 52	Indivíduos condenados por consumo, por zona geográfica de ocorrência da condenação (2008)	131
Figura 53	Indivíduos condenados por tráfico-consumo, por zona geográfica de ocorrência da condenação (2008)	131
Quadro 110	Indivíduos condenados, segundo a situação face à droga e sexo, por círculo judicial e comarca (2008)	132
Quadro 111	Indivíduos condenados, segundo a situação face à droga, por tipo de pena (2008)	135
Quadro 112	Indivíduos condenados, segundo o ano, por tipo de pena (2000-2008)	135
Quadro 113	Frequência de aplicação das disposições da Lei da Droga, segundo o ano, por normativo (2000-2008)	136
Quadro 114	Circunstâncias agravantes tidas em conta na determinação da medida da pena, segundo a situação dos infractores face à droga (2008)	137
Quadro 115	Circunstâncias atenuantes tidas em conta na determinação da medida da pena, segundo a situação dos infractores	

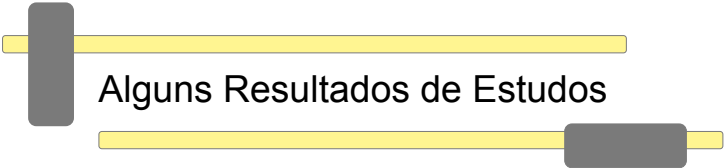
	face à droga (2008)	138
Quadro 116	Crimes constantes das sentenças que fixam penas em cúmulo jurídico, segundo a situação dos infractores face à droga (2008) ...	139
Quadro 117	Indivíduos condenados, segundo a situação face à droga, por tipo de droga (2008)	140
Quadro 118	Indivíduos condenados por posse de polidrogas, segundo a situação face à droga, por drogas envolvidas (2008)	140
Quadro 119	Indivíduos condenados, segundo o ano, por tipo de droga (2000-2008)	141
Figura 54	Indivíduos condenados, segundo o ano, por tipo de droga (2000-2008)	141
Quadro 120	Indivíduos condenados, segundo a situação face à droga, por grupo etário (2008)	142
Quadro 121	Indivíduos condenados, segundo o ano, por grupo etário (2000-2008)	142
Figura 55	Indivíduos condenados, segundo o ano, por grupo etário (2000-2008)	142
Quadro 122	Indivíduos condenados, segundo a situação face à droga, por país da nacionalidade (2008)	143
Quadro 123	Indivíduos condenados, segundo o ano, por país da nacionalidade (2000-2008)	144
Quadro 124	Indivíduos condenados, segundo a situação face à droga, por estado civil (2008)	145
Quadro 125	Indivíduos condenados, segundo o ano, por estado civil (2000-2008)	145
Quadro 126	Indivíduos condenados, segundo a situação face à droga, por situação de coabitação (2008)	146
Quadro 127	Indivíduos condenados, segundo o ano, por situação de coabitação (2000-2008)	146
Quadro 128	Indivíduos condenados, segundo a situação face à droga, por nível de ensino (2008)	147
Quadro 129	Indivíduos condenados, segundo o ano, por nível de ensino (2000-2008)	147
Figura 56	Indivíduos condenados, segundo o ano, por nível de ensino (2000-2008)	147
Quadro 130	Indivíduos condenados, segundo a situação face à droga, por situação profissional (2008)	148
Quadro 131	Indivíduos condenados, segundo o ano, por situação profissional (2000-2008)	148
Figura 57	Indivíduos condenados, segundo o ano, por situação profissional (2000-2008)	148
Quadro 132	Indivíduos condenados, segundo a situação face à droga, por grupo profissional (2008)	149
Reclusões		151
Quadro 133	Total de reclusos condenados e reclusos condenados ao abrigo da Lei da Droga, segundo o ano (2000-2008; situação a 31/12 de cada ano)	153
Quadro 134	Reclusos condenados ao abrigo da Lei da Droga, segundo o ano, por tipo de crime (2000-2008; situação a 31/12 de cada ano)	153
Figura 58	Reclusos condenados ao abrigo da Lei da Droga, segundo o ano (2000-2008; situação a 31/12 de cada ano)	153
Quadro 135	Reclusos condenados ao abrigo da Lei da Droga, segundo o sexo e grupo etário, por tipo de crime e nacionalidade (situação em 31/12/2008)	154
Quadro 136	Reclusos condenados ao abrigo da Lei da Droga, segundo o ano, por sexo e grupo etário (2000-2008; situação a 31/12 de cada ano)	155
Parte B – Respostas e Intervenções		157
Áreas Transversais		
Coordenação		161
Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.		163
Cooperação Internacional		167
Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.		178
Direcção Geral de Política Externa		182
Direcção Geral dos Assuntos Europeus		184
Direcção Geral da Política de Justiça		186
Polícia Judiciária		187
Direcção Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo		191
Serviço de Informações de Segurança		192
Informação, Investigação, Formação e Avaliação		193
Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.		200
Polícia Judiciária		207
Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar		208
Reordenamento Jurídico		211
Áreas de Missão		
Redução da Procura		
Programa Operacional de Respostas Integradas, PORI		217
Prevenção		223

Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.	228
Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular	234
Guarda Nacional Republicana	238
Polícia de Segurança Pública	239
Instituto Português da Juventude, I. P.	242
Dissuasão da Toxicodependência	243
Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.	245
Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar	249
Redução de Riscos e Minimização de Danos	255
Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.	258
Coordenação Nacional para a Infecção VIH/SIDA	266
Direcção Geral dos Serviços Prisionais	270
Tratamento	273
Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.	278
Direcção Geral dos Serviços Prisionais	288
Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar	289
Coordenação Nacional para a Infecção VIH / SIDA	291
Reinserção	293
Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.	299
Instituto de Segurança Social, I. P.	307
Instituto de Emprego e Formação Profissional, I. P.	314
Direcção Geral de Reinserção Social	318
Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar	319
Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I. P.	320
Redução da Oferta	321
Polícia Judiciária	327
Guarda Nacional Republicana	332
Polícia de Segurança Pública	334
Direcção Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo	335
Autoridade Marítima	338
Serviço de Informações de Segurança	340
Autoridade de Segurança Alimentar e Económica	341
Dotação Orçamental do IDT, I. P.	343
Índice de Quadros - Parte B	347
Índice de Figuras - Parte B	349
Fontes	353
Referências Bibliográficas	355
Sinais Convencionais	357
Lista de Siglas e Abreviaturas	359
Definição de Termos	365



Parte A - Caracterização e Evolução da Situação





Alguns Resultados de Estudos

Quadro 1 - População Geral, Portugal (15-64 anos): Prevalências de Consumo ao Longo da Vida, Segundo o Grupo Etário e Sexo, por Tipo de Droga (%)

2001 e 2007

Grupo Etário/Ano Tipo de Droga/Sexo		Pop. Total 15-64		Pop. Jovem Adulta 15-34		15-24		25-34		35-44		45-54		55-64	
		2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007
Qualquer Droga	Total	7,8	12,0	12,6	17,4	12,4	15,5	12,9	19,0	7,7	14,9	2,2	6,1	0,4	1,5
	Masculino	11,7	18,6	18,2	25,6	17,5	21,2	18,7	29,0	12,1	23,9	3,7	10,7	0,6	2,9
	Feminino	4,0	5,4	7,0	9,1	7,1	9,6	7,0	8,8	3,5	6,2	0,8	1,8	0,3	0,3
Cannabis	Total	7,6	11,7	12,4	17,0	12,2	15,1	12,7	18,5	7,6	14,8	2,1	6,1	0,4	1,4
	Masculino	11,5	18,4	17,9	25,1	17,3	21,0	18,4	28,4	12,0	23,6	3,7	10,7	0,6	2,7
	Feminino	3,9	5,2	6,9	8,7	6,8	8,9	6,9	8,6	3,4	6,2	0,6	1,7	0,2	0,3
Heroína	Total	0,7	1,1	1,1	1,1	0,5	0,4	1,6	1,7	1,1	1,9	0,0	0,8	0,0	0,1
	Masculino	1,2	1,8	1,7	1,8	0,7	0,6	2,7	2,7	2,0	3,2	0,1	1,4	0,0	0,2
	Feminino	0,2	0,4	0,5	0,4	0,4	0,1	0,6	0,6	0,2	0,7	0,0	0,2	0,0	0,0
Cocaína	Total	0,9	1,9	1,3	2,8	1,1	1,4	1,5	3,8	1,3	2,6	0,2	1,0	0,0	0,1
	Masculino	1,5	3,2	2,2	4,4	1,6	1,9	2,7	6,4	2,2	4,4	0,4	1,8	0,0	0,2
	Feminino	0,3	0,7	0,4	1,1	0,5	0,9	0,4	1,2	0,4	0,8	0,0	0,2	0,0	0,0
Anfetaminas	Total	0,5	0,9	0,6	1,3	0,4	0,8	0,7	1,7	0,8	0,9	0,2	0,7	0,1	0,2
	Masculino	0,7	1,5	0,9	2,2	0,5	1,4	1,1	2,7	1,3	1,3	0,3	1,4	0,0	0,4
	Feminino	0,3	0,3	0,3	0,4	0,2	0,2	0,3	0,6	0,4	0,5	0,2	0,1	0,1	0,0
Ecstasy	Total	0,7	1,3	1,4	2,6	1,8	2,1	1,0	3,0	0,4	0,7	0,0	0,1	0,0	0,1
	Masculino	1,1	2,1	2,0	4,3	2,5	2,9	1,4	5,4	0,6	1,1	0,1	0,2	0,0	0,2
	Feminino	0,3	0,4	0,7	0,8	1,0	1,2	0,5	0,6	0,2	0,3	0,0	0,1	0,0	0,0
LSD	Total	0,4	0,6	0,6	0,9	0,7	0,6	0,5	1,1	0,4	0,5	0,2	0,5	0,0	0,2
	Masculino	0,7	1,1	1,0	1,6	1,0	1,0	1,0	2,1	0,7	0,8	0,4	1,0	0,0	0,5
	Feminino	0,1	0,1	0,2	0,2	0,3	0,2	0,0	0,1	0,2	0,3	0,0	0,1	0,0	0,0
Cogumelos Mágicos	Total	–	0,8	–	1,4	–	1,0	–	1,8	–	0,5	–	0,2	–	0,0
	Masculino	–	1,3	–	2,3	–	1,5	–	3,0	–	1,0	–	0,4	–	0,0
	Feminino	–	0,2	–	0,5	–	0,6	–	0,6	–	0,1	–	0,1	–	0,0

Fonte: Balsa et al., 2008 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 2 - População Geral, Portugal (15-64 anos): Prevalências de Consumo nos Últimos 12 Meses, Segundo o Grupo Etário e Sexo, por Tipo de Droga (%)

2001 e 2007

Grupo Etário/Ano Tipo de Droga/Sexo		Pop. Total 15-64		Pop. Jovem Adulta 15-34		15-24		25-34		35-44		45-54		55-64	
		2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007
Qualquer Droga	Total	3,4	3,7	6,5	7,0	8,3	7,0	4,9	7,0	2,0	3,0	0,4	0,9	0,0	0,1
	Masculino	5,6	6,5	10,1	11,7	12,1	10,9	8,3	12,4	3,5	5,5	0,8	1,4	0,0	0,2
	Feminino	1,4	1,0	2,9	2,2	4,4	3,0	1,5	1,5	0,4	0,5	0,0	0,3	0,0	0,0
Cannabis	Total	3,3	3,6	6,3	6,7	8,0	6,6	4,6	6,8	1,9	2,8	0,4	0,9	0,0	0,1
	Masculino	5,4	6,4	9,8	11,5	11,8	10,7	7,8	12,1	3,4	5,3	0,8	1,4	0,0	0,2
	Feminino	1,3	0,9	2,7	1,8	4,1	2,4	1,4	1,4	0,4	0,4	0,0	0,3	0,0	0,0
Heroína	Total	0,2	0,3	0,3	0,4	0,2	0,1	0,5	0,5	0,2	0,3	0,0	0,1	0,0	0,1
	Masculino	0,4	0,3	0,6	0,5	0,2	0,2	0,9	0,8	0,5	0,4	0,0	0,0	0,0	0,2
	Feminino	0,0	0,1	0,0	0,2	0,1	0,1	0,0	0,2	0,0	0,1	0,0	0,2	0,0	0,0
Cocaína	Total	0,3	0,6	0,6	1,2	0,7	0,7	0,5	1,5	0,1	0,5	0,0	0,1	0,0	0,1
	Masculino	0,5	0,9	1,0	1,8	1,1	0,8	0,9	2,5	0,3	0,8	0,0	0,0	0,0	0,2
	Feminino	0,1	0,3	0,2	0,5	0,4	0,6	0,1	0,5	0,0	0,3	0,0	0,2	0,0	0,0
Anfetaminas	Total	0,1	0,2	0,1	0,4	0,1	0,4	0,1	0,4	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
	Masculino	0,1	0,3	0,2	0,6	0,2	0,6	0,1	0,6	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,2
	Feminino	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ecstasy	Total	0,4	0,4	0,8	0,9	1,2	1,0	0,4	0,8	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1
	Masculino	0,5	0,6	1,1	1,3	1,7	1,2	0,6	1,3	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,2
	Feminino	0,2	0,2	0,5	0,6	0,8	0,9	0,2	0,2	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0
LSD	Total	0,1	0,1	0,2	0,3	0,4	0,4	0,1	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
	Masculino	0,2	0,2	0,3	0,5	0,5	0,5	0,1	0,4	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,2
	Feminino	0,1	0,0	0,1	0,1	0,3	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Cogumelos Mágicos	Total	—	0,1	—	0,3	—	0,1	—	0,5	—	0,1	—	0,0	—	0,0
	Masculino	—	0,2	—	0,4	—	0,0	—	0,8	—	0,1	—	0,0	—	0,0
	Feminino	—	0,1	—	0,2	—	0,2	—	0,2	—	0,1	—	0,0	—	0,0

Fonte: Balsa et al., 2008 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 3 - População Geral, Portugal (15-64 anos): Prevalências de Consumo nos Últimos 30 Dias, Segundo o Grupo Etário e Sexo, por Tipo de Droga (%)

2001 e 2007

Grupo Etário/Ano		Pop. Total		Pop. Jovem Adulta		15-24		25-34		35-44		45-54		55-64	
		15-64		15-34		2001 2007		2001 2007		2001 2007		2001 2007		2001 2007	
Tipo de Droga/Sexo		2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007
Qualquer Droga	Total	2,5	2,5	4,6	4,8	5,7	4,1	3,5	5,1	1,6	1,9	0,4	0,8	0,0	0,1
	Masculino	4,2	4,6	7,6	8,3	9,0	6,9	6,2	9,4	2,8	3,5	0,8	1,4	0,0	0,2
	Feminino	0,7	0,5	1,5	1,0	2,3	1,2	0,8	0,8	0,4	0,3	0,0	0,2	0,0	0,0
Cannabis	Total	2,4	2,4	4,4	4,7	5,5	4,1	3,4	4,8	1,4	1,7	0,4	0,8	0,0	0,1
	Masculino	4,1	4,6	7,4	8,0	8,8	6,9	6,1	8,8	2,5	3,1	0,8	1,4	0,0	0,2
	Feminino	0,7	0,5	1,4	1,0	2,2	1,2	0,7	0,8	0,4	0,3	0,0	0,2	0,0	0,0
Heroína	Total	0,1	0,2	0,1	0,3	0,0	0,1	0,2	0,4	0,1	0,2	0,0	0,1	0,0	0,1
	Masculino	0,2	0,3	0,2	0,5	0,1	0,1	0,4	0,8	0,3	0,3	0,0	0,0	0,0	0,2
	Feminino	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1	0,0	0,2	0,0	0,0
Cocaína	Total	0,1	0,3	0,3	0,7	0,5	0,2	0,1	0,9	0,0	0,2	0,0	0,1	0,0	0,1
	Masculino	0,2	0,6	0,4	1,1	0,6	0,3	0,1	1,7	0,1	0,5	0,0	0,0	0,0	0,2
	Feminino	0,1	0,1	0,2	0,2	0,4	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0
Anfetaminas	Total	0,1	0,1	0,1	0,3	0,1	0,1	0,0	0,3	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
	Masculino	0,1	0,2	0,1	0,4	0,1	0,2	0,1	0,6	0,1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,2
	Feminino	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ecstasy	Total	0,2	0,2	0,4	0,5	0,6	0,4	0,2	0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
	Masculino	0,3	0,3	0,6	0,6	0,9	0,5	0,3	0,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2
	Feminino	0,1	0,1	0,3	0,2	0,4	0,2	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
LSD	Total	0,0	0,1	0,1	0,2	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
	Masculino	0,1	0,1	0,1	0,2	0,3	0,0	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2
	Feminino	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Cogumelos Mágicos	Total	—	0,1	—	0,2	—	0,0	—	0,3	—	0,0	—	0,0	—	0,0
	Masculino	—	0,1	—	0,2	—	0,0	—	0,4	—	0,0	—	0,0	—	0,0
	Feminino	—	0,0	—	0,1	—	0,0	—	0,1	—	0,0	—	0,0	—	0,0

Fonte: Balsa et al., 2008 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 4 - População Geral, Portugal (15-64 anos): Taxa de Continuidade* do Consumo, Segundo o Grupo Etário e Sexo, por Tipo de Droga (%)

2001 e 2007

Grupo Etário/Ano Tipo de Droga/Sexo		Pop. Total		Pop. Jovem Adulta		15-24		25-34		35-44		45-54		55-64	
		15-64		15-34											
		2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007
Qualquer Droga	Total	44,2	31,2	51,7	40,0	67,1	45,3	37,9	36,8	25,8	19,9	17,9	14,2	0,0	6,5
	Masculino	47,7	34,8	55,7	45,9	69,1	51,3	43,9	42,7	29,5	23,0	21,7	13,5	0,0	7,1
	Feminino	33,7	19,0	41,1	23,8	62,0	31,7	21,6	16,9	13,5	8,3	0,0	18,2	0,0	0,0
Cannabis	Total	43,2	30,5	50,3	39,4	65,6	44,0	36,4	36,5	24,8	19,1	18,5	14,3	0,0	6,9
	Masculino	46,6	34,6	54,6	45,9	67,8	51,1	42,6	42,7	27,9	22,3	21,7	13,5	0,0	7,7
	Feminino	33,2	16,7	39,7	20,3	60,0	26,8	20,0	15,8	14,0	7,1	0,0	19,0	0,0	0,0
Heroína	Total	26,0	24,0	28,2	34,6	31,3	37,5	27,8	31,9	22,6	13,5	0,0	10,5	0,0	100,0
	Masculino	30,2	19,8	33,9	31,1	36,4	28,6	33,3	31,6	24,1	11,9	0,0	0,0	0,0	100,0
	Feminino	5,9	39,1	6,7	50,0	20,0	100,0	0,0	33,3	0,0	20,0	0,0	100,0	0,0	0,0
Cocaína	Total	34,1	32,2	46,4	41,4	69,7	46,9	31,4	39,8	10,8	20,3	0,0	8,3	0,0	100,0
	Masculino	33,6	28,9	45,7	39,8	65,4	40,9	34,1	39,6	12,9	17,2	0,0	0,0	0,0	100,0
	Feminino	35,0	47,6	50,0	48,1	85,7	60,0	14,3	41,2	0,0	36,4	0,0	66,7	0,0	0,0
Anfetaminas	Total	13,2	20,0	19,4	29,2	30,8	44,4	8,3	23,4	8,3	4,2	16,7	0,0	0,0	50,0
	Masculino	14,0	20,7	17,9	29,1	33,3	43,8	10,5	23,1	5,3	5,9	25,0	0,0	0,0	50,0
	Feminino	16,7	16,7	11,1	30,0	25,0	50,0	0,0	25,0	20,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ecstasy	Total	53,5	32,7	59,8	35,1	69,1	50,0	43,8	25,9	9,1	11,1	0,0	0,0	0,0	100,0
	Masculino	51,4	27,3	57,8	29,1	65,0	39,4	41,7	24,7	11,1	7,1	0,0	0,0	0,0	100,0
	Feminino	64,0	57,7	69,6	66,7	80,0	76,9	50,0	37,5	0,0	25,0	0,0	0,0	0,0	0,0
LSD	Total	27,8	20,5	40,5	28,3	61,9	61,5	12,5	18,8	0,0	7,1	0,0	0,0	0,0	40,0
	Masculino	23,9	20,3	34,4	28,6	56,3	54,5	12,5	20,0	0,0	10,0	0,0	0,0	0,0	40,0
	Feminino	50,0	22,2	80,0	50,0	80,0	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Cogumelos Mágicos	Total	—	19,6	—	20,8	—	8,7	—	27,5	—	14,3	—	0,0	—	0,0
	Masculino	—	15,6	—	18,6	—	0,0	—	25,6	—	7,7	—	0,0	—	0,0
	Feminino	—	40,0	—	30,8	—	33,3	—	37,5	—	100,0	—	0,0	—	0,0

* A Taxa de Continuidade indica a proporção de indivíduos que tendo consumido uma dada substância ao longo da vida, declaram ter consumido essa mesma substância no último ano.

Fonte: Balsa et al., 2008 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 5 - População Geral, Portugal (15-64 anos): Prevalências de Consumo ao Longo da Vida, Segundo a Região (NUTS II*), por Tipo de Droga (%)

2001 e 2007

Região/Ano		Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Açores		Madeira	
		2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007
Tipo de Droga															
Qualquer Droga	População Total (15-64)	8,0	10,0	7,0	10,9	8,4	16,0	6,1	10,6	9,1	16,0	5,8	9,9	8,6	5,2
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	12,1	15,0	11,7	17,1	14,7	21,4	11,2	16,8	15,4	25,7	9,5	14,9	13,6	8,2
Cannabis	População Total (15-64)	7,9	9,8	6,7	10,7	8,3	15,7	6,1	10,2	9,1	16,0	5,7	9,2	8,6	5,2
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	11,8	14,4	11,2	16,9	14,7	20,9	11,2	16,7	15,4	25,7	9,5	13,4	13,4	8,2
Heroína	População Total (15-64)	0,8	0,5	0,5	0,8	1,0	1,6	0,4	1,9	0,3	2,7	0,5	0,7	0,6	0,0
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	1,1	0,4	1,0	1,1	1,5	1,4	0,7	2,4	1,1	4,3	1,3	0,7	1,2	0,0
Cocaína	População Total (15-64)	0,6	1,3	0,9	1,5	1,4	3,3	0,5	1,4	0,7	3,2	0,7	1,4	0,8	0,7
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	0,8	1,9	1,6	2,8	2,0	4,0	0,8	1,5	1,1	5,9	1,3	2,2	1,2	1,5
Anfetaminas	População Total (15-64)	0,3	0,6	0,4	0,8	0,8	1,4	0,4	0,7	0,6	1,9	0,9	1,4	0,8	0,3
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	0,2	1,1	0,6	1,3	0,9	1,8	0,5	0,9	1,0	1,1	1,7	2,2	1,1	0,7
Ecstasy	População Total (15-64)	0,6	1,0	0,5	1,2	1,0	1,8	0,3	0,7	0,8	2,1	0,5	0,0	1,3	0,3
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	1,1	2,3	1,1	2,8	2,0	3,2	0,7	1,5	1,8	5,3	1,0	0,0	2,7	0,7
LSD	População Total (15-64)	0,2	0,5	0,4	0,4	0,7	1,1	0,3	0,7	0,3	0,8	0,0	0,0	0,6	0,0
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	0,2	0,8	0,7	0,7	0,9	1,3	0,8	1,2	0,8	1,6	0,0	0,0	1,3	0,0
Cogumelos Mágicos	População Total (15-64)	—	0,6	—	0,8	—	1,0	—	0,6	—	1,3	—	0,0	—	0,0
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	—	1,2	—	1,8	—	1,8	—	0,6	—	2,7	—	0,0	—	0,0

* Segundo a classificação por NUTS de 2002.

Fonte: Balsa et al., 2008 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 6 - População Geral, Portugal (15-64 anos): Prevalências de Consumo nos Últimos 30 Dias, Segundo a Região (NUTS II*), por Tipo de Droga (%)

2001 e 2007

Região/Ano Tipo de Droga															
		Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Açores		Madeira	
		2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007
Qualquer Droga	População Total (15-64)	2,7	1,5	1,7	2,4	2,8	3,9	1,7	2,0	2,7	6,1	1,3	1,4	4,4	1,0
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	4,7	2,7	3,2	5,0	5,8	6,6	3,4	4,5	4,3	12,3	2,6	3,0	7,8	2,2
Cannabis	População Total (15-64)	2,6	1,5	1,6	2,2	2,7	3,7	1,7	1,9	2,7	5,9	1,3	1,4	4,1	1,0
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	4,6	2,6	2,9	4,6	5,7	6,6	3,4	4,2	4,3	12,3	2,6	3,0	7,2	2,2
Heroína	População Total (15-64)	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,0	0,5	0,2	1,1	0,0	0,0	0,2	0,0
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	0,1	0,2	0,2	0,3	0,1	0,1	0,0	0,9	0,4	1,6	0,0	0,0	0,4	0,0
Cocaína	População Total (15-64)	0,0	0,2	0,1	0,3	0,3	0,5	0,0	0,2	0,0	0,8	0,3	0,0	0,3	0,3
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	0,1	0,4	0,3	0,8	0,6	0,5	0,0	0,6	0,0	2,1	0,6	0,0	0,6	0,7
Anfetaminas	População Total (15-64)	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,2	0,1	0,1	0,0	0,2	0,0	0,0	0,1	0,0
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	0,0	0,1	0,0	0,2	0,3	0,5	0,0	0,3	0,0	0,5	0,0	0,0	0,3	0,0
Ecstasy	População Total (15-64)	0,2	0,1	0,2	0,2	0,3	0,2	0,0	0,2	0,3	0,0	0,2	0,0	0,6	0,0
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	0,3	0,3	0,4	0,5	0,6	0,5	0,0	0,6	0,7	0,0	0,4	0,0	1,2	0,0
LSD	População Total (15-64)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,0	0,1	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	0,1	0,0	0,1	0,0	0,1	0,3	0,0	0,3	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0
Cogumelos Mágicos	População Total (15-64)	—	0,0	—	0,0	—	0,1	—	0,1	—	0,2	—	0,0	—	0,0
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	—	0,1	—	0,1	—	0,3	—	0,3	—	0,5	—	0,0	—	0,0

* Segundo a classificação por NUTS de 2002.

Fonte: Balsa et al., 2008 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 7 - População Geral, Portugal (15-64 anos): Taxa de Continuidade* do Consumo, Segundo a Região (NUTS II), por Tipo de Droga (%)**

2001 e 2007

Região/Ano Tipo de Droga		Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Açores		Madeira	
		2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007
Qualquer Droga	População Total (15-64)	44,5	34,7	42,2	40,1	45,1	43,2	35,5	33,9	47,3	64,6	43,1	35,0	57,0	45,5
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	52,1	34,7	50,6	40,4	52,2	43,5	39,6	32,5	53,2	63,8	54,7	30,0	64,7	40,0
Cannabis	População Total (15-64)	43,8	34,2	41,0	39,1	44,1	41,3	33,9	32,1	47,3	62,5	43,9	38,9	53,5	45,5
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	51,7	34,0	48,7	39,6	50,9	42,1	37,5	32,5	53,2	63,4	54,7	33,1	61,2	40,0
Heroína	População Total (15-64)	17,1	87,5	25,0	25,0	28,9	16,7	0,0	37,5	66,7	50,0	100,0	0,0	66,7	0,0
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	22,2	100,0	28,6	27,3	26,1	14,3	0,0	42,9	50,0	51,2	100,0	0,0	100,0	0,0
Cocaína	População Total (15-64)	19,4	55,6	32,1	45,2	43,4	23,1	20,0	80,0	28,6	54,5	42,9	33,3	75,0	50,0
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	30,0	57,9	36,4	44,8	62,5	22,5	25,0	80,0	36,4	54,2	46,2	53,3	100,0	53,3
Anfetaminas	População Total (15-64)	0,0	33,3	27,3	35,7	13,3	26,1	25,0	33,3	33,3	50,0	0,0	0,0	12,5	0,0
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	0,0	27,3	11,1	38,5	28,6	29,4	0,0	33,3	40,0	44,5	0,0	0,0	27,3	0,0
Ecstasy	População Total (15-64)	45,5	31,0	76,5	25,8	55,6	61,5	33,3	60,0	37,5	40,0	40,0	0,0	46,2	100,0
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	57,7	30,4	86,7	24,1	59,4	40,6	33,3	40,0	38,9	40,7	40,0	0,0	51,9	100,0
LSD	População Total (15-64)	36,4	26,7	45,5	37,5	16,7	29,4	33,3	50,0	66,7	33,3	0,0	0,0	16,7	0,0
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	66,7	25,0	50,0	42,9	28,6	30,8	33,3	33,3	50,0	31,3	0,0	0,0	23,1	0,0
Cogumelos Mágicos	População Total (15-64)	—	9,1	—	25,0	—	26,1	—	40,0	—	20,0	—	0,0	—	0,0
	Pop. Jovem Adulta (15-34)	—	9,1	—	26,3	—	27,8	—	100,0	—	18,5	—	0,0	—	0,0

*A Taxa de Continuidade indica a proporção de indivíduos que tendo consumido uma dada substância ao longo da vida, declaram ter consumido essa mesma substância no último ano.

** Segundo a classificação por NUTS de 2002.

Fonte: Balsa et al., 2008 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 8 - População Escolar - HBSC/OMS (alunos do 6.º / 8.º / 10.º ano): Prevalências de Consumo ao Longo da Vida e Consumos nos Últimos 30 Dias, por Tipo de Droga (%)

2002 e 2006

Tipo de Droga	Ano	2002	2006
Consumo ao Longo da Vida			
Cannabis		9,2	8,2
Heroína		1,2	1,4
Cocaína		1,7	1,6
Estimulantes		3,5	3,5
Ecstasy		2,2	1,6
LSD		1,7	1,8
Consumo nos Últimos 30 Dias			
Sim		6,6	4,5

Fonte: Matos et al., 2003; Matos et al., 2006 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 9 - População Escolar - INME (3.º Ciclo): Prevalências de Consumo ao Longo da Vida, Últimos 12 Meses e Últimos 30 Dias, por Tipo de Droga (%)

2001 e 2006

Tipo de Droga	Prevalências					
	Ao Longo da Vida		Últimos 12 Meses		Últimos 30 Dias	
	2001	2006	2001	2006	2001	2006
Qualquer Droga	14,2	8,4	9,8	5,7	6,0	4,0
Cannabis	10,4	6,6	8,3	4,6	4,7	3,3
Qualquer Droga s/ Cannabis	7,9	3,9	4,7	2,5	2,8	1,8
Heroína	3,4	1,7	1,8	1,2	1,3	0,9
Cocaína	4,4	2,1	2,0	1,4	1,6	1,1
Anfetaminas	3,3	1,8	2,5	1,3	1,1	1,0
Ecstasy	4,1	2,1	3,1	1,4	1,5	1,0
LSD	2,7	1,6	2,0	1,1	1,0	0,8
Cogumelos Mágicos	2,7	1,5	2,2	1,1	1,0	0,8

Fonte: Feijão & Lavado, 2002; Feijão, 2008 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 10 - População Escolar - INME (Secundário): Prevalências de Consumo ao Longo da Vida, Últimos 12 Meses e Últimos 30 Dias, por Tipo de Droga (%)

2001 e 2006

Tipo de Droga	Prevalências					
	Ao Longo da Vida		Últimos 12 Meses		Últimos 30 Dias	
	2001	2006	2001	2006	2001	2006
Qualquer Droga	27,9	19,9	21,7	15,4	12,1	9,3
Cannabis	25,6	18,7	20,2	14,5	11,1	8,9
Qualquer Droga s/ Cannabis	8,3	4,3	5,4	3,1	2,5	1,6
Heroína	2,2	1,2	1,1	0,9	0,6	0,6
Cocaína	3,6	1,7	1,7	1,3	0,9	0,9
Anfetaminas	3,5	2,0	2,4	1,6	0,9	1,0
Ecstasy	4,6	2,1	3,6	1,5	1,5	0,9
LSD	3,1	1,6	2,2	1,2	0,7	0,8
Cogumelos Mágicos	2,5	1,6	1,8	1,2	0,7	0,7

Fonte: Feijão & Lavado, 2002; Feijão, 2008 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 11 - População Escolar - ESPAD (alunos 16 anos): Prevalências de Consumo ao Longo da Vida, por Tipo de Droga e Prevalência do Consumo de Cannabis nos Últimos 30 Dias (%)

2003 e 2007

Tipo de Droga	Ano	2003	2007
Consumo ao Longo da Vida			
Qualquer Droga		18	14
Cannabis		15	13
Qualquer Droga s/ Cannabis		7	6
Heroína		2	2
Cocaína		3	2
Anfetaminas		3	2
Ecstasy		4	2
Cogumelos Alucinogênicos		3	2
LSD ou Outros Alucinogênicos		2	1
Consumo nos Últimos 30 Dias			
Cannabis		8	6

Fonte: Hibell et al., 2004, Hibell et al., 2009 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 12 - População Escolar - ECATD (alunos 13-18 anos): Prevalências de Consumo ao Longo da Vida, por Tipo de Droga e Prevalência do Consumo de Cannabis nos Últimos 30 Dias (%)

2003 e 2007

Tipo de Droga	13 anos		14 anos		15 anos		16 anos		17 anos		18 anos	
	2003	2007	2003	2007	2003	2007	2003	2007	2003	2007	2003	2007
Consumo ao Longo da Vida												
Qualquer Droga	4,6	3,6	8,6	6,4	13,6	10,1	20,0	16,0	25,3	21,4	30,2	27,3
Cannabis	2,3	2,3	6,5	4,8	11,0	8,3	17,3	14,1	23,6	19,6	29,1	26,1
Heroína	0,8	1,1	2,2	1,4	1,7	1,8	1,4	2,3	1,0	2,5	0,8	2,0
Cocaína	1,5	1,6	2,4	2,5	2,4	3,3	2,5	3,3	1,6	3,9	1,4	3,8
Anfetaminas	2,2	1,1	2,4	2,2	3,0	2,5	2,6	2,5	2,4	3,3	1,5	3,3
Ecstasy	1,5	0,9	3,1	1,5	2,5	2,5	3,7	2,3	3,5	3,3	4,3	4,0
LSD	0,6	0,8	1,6	1,3	1,3	1,5	1,9	1,3	2,2	2,5	2,0	2,5
Cogumelos Alucinogênicos	0,6	-	1,8	-	1,8	-	2,9	-	3,1	-	3,7	-
Consumo nos Últimos 30 Dias												
Cannabis	1,1	1,3	3,0	1,8	4,7	3,4	7,6	6,5	10,2	8,7	11,1	11,2

Fonte: Feijão & Lavado, 2006, Feijão, 2009 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 13 - População Reclusa Nacional: Prevalências de Consumo segundo o Momento Face à Reclusão, por Tipo de Droga (%)
2001 e 2007

Momento de Consumo Tipo de Droga	Antes ou em Reclusão		Antes da Reclusão		Em Reclusão		Antes e em Reclusão	
	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007
Qualquer Droga	62,3	59,3	60,6	55,0	47,4	35,7	48,2	27,8
Cannabis	56,5	55,2	53,9	48,4	38,7	29,8	41,2	23,9
Heroína	46,9	34,4	44,1	29,9	27,0	13,5	23,9	10,0
Cocaína	45,6	40,2	43,9	35,3	20,1	9,9	29,4	6,7
Anfetaminas	19,2	15,7	18,4	14,9	7,0	2,3	9,0	2,0
Ecstasy	17,0	19,9	16,4	18,2	6,4	2,7	8,6	2,2
Outros	8,5	5,9	7,5	5,2	4,5	1,5	4,6	1,1

Fonte: Torres et al., 2009 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 14 - População Reclusa Nacional: Prevalências de Consumo ao Longo da Vida, por Sexo e Grupo Etário (%)
2001 e 2007

Consumo ao Longo da Vida Sexo/Grupo Etário	Qualquer Tipo de Droga	
	2001	2007
Total	62,3	59,3
Masculino	67,0	66,2
Feminino	31,3	37,4
16-25 anos	72,3	65,9
26-35 anos	73,0	65,4
36-45 anos	59,5	64,8
46-55 anos	29,9	57,1
≥ 56 anos	11,1	51,1

Fonte: Torres et al., 2009 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 15 - População Reclusa Nacional - Consumos em Reclusão: Prevalências de Consumo ao Longo da Vida, nos Últimos 12 Meses, nos Últimos 30 Dias e Consumo Regular* (%)

2001 e 2007

Consumo na Prisão Tipo de Droga	Ao Longo da Vida		Último 12 Meses		Últimos 30 Dias		Consumo Regular ^{a)}	
	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007
Qualquer Droga	47,4	35,7	51,6	40,5	30,1	27,4	10,0	11,8
Cannabis	38,7	29,8	43,8	29,0	24,0	23,3	5,5	7,0
Heroína	27,0	13,5	33,0	11,5	15,5	7,3	5,3	2,7
Cocaína	20,1	9,9	26,3	7,6	7,2	3,8	1,9	0,8
Anfetaminas	7,0	2,3	9,7	2,1	1,5	0,7	<0,1	0,3
Ecstasy	6,4	2,7	9,6	2,1	1,3	0,8	<0,1	0,3
Outros	4,5	1,5	5,1	1,0	0,9	0,4	<0,1	0,2

* Todos os dias no último mês na prisão.

Fonte: Torres et al., 2009 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 16 - População Reclusa Nacional: Prevalências de Consumo por Via Endovenosa segundo o Momento Face à Reclusão (%)

2001 e 2007

Momento de Consumo Via de Administração	Antes ou em Reclusão		Antes da Reclusão		Em Reclusão		Antes e em Reclusão	
	2001	2007	2001	2007	2001	2007	2001	2007
	32,3	20,6	27,0	18,2	11,4	3,1	8,8	3,0

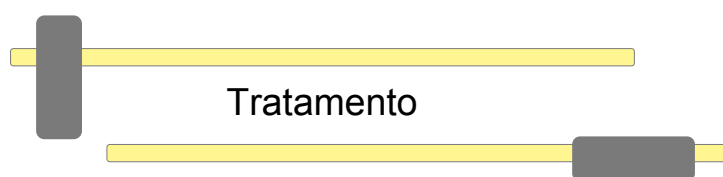
Fonte: Torres et al., 2009 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 17 - Estimativas da Prevalência de Consumidores Problemáticos de Drogas em Portugal

2000 e 2005

Definição de Caso		Ano	2000	2005
Consumidores de opiáceos, cocaína e/ou anfetaminas	Método		Multiplicador Tratamento	Multiplicador Tratamento
	Estimativa da Prevalência		48 673 - 73 010	44 653 - 53 240
	Taxas por 1000 habitantes 15-64 anos		6,4 - 10,7	6,2 - 7,4
Consumidores de longa duração/uso regular de opiáceos, cocaína, e/ou anfetaminas	Método		"Back-calculation"	Multiplicador Equipas de Rua
	Estimativa da Prevalência		29 620 - 43 966	30 833 -35 576
	Taxas por 1000 habitantes 15-64 anos		4,3 - 6,4	4,3 - 5,0
Consumidores (actuais ou recentes) de drogas por via endovenosa	Método		Multiplicador Mortalidade Relacionada c/ Drogas	Multiplicador Mortalidade Relacionada c/ Drogas
	Estimativa da Prevalência		15 900 - 31 800	10 950 - 21 900
	Taxas por 1000 habitantes 15-64 anos		2,3 - 4,7	1,5 - 3,0
				Multiplicador Tratamento
				13 183 - 16 285
				1,8 - 2,2

Fonte: Negreiros et al., 2009 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE



Quadro 18 - Estruturas Especializadas de Tratamento, segundo o Ano

Rede Pública e Licenciada
2000 - 2008

Estrutura / Rede	Ano								
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Ambulatório / Rede Pública									
CAT / ET	43	45	45	45	45	45	45	45	46 ^{a)}
Extensões	7	8	9	9	11	11	10	10	28 ^{c)}
Outros Locais de Consulta	10	16	17 ^{b)}	16 ^{b)}	19 ^{b)}	21 ^{b)}	23 ^{c)}	23 ^{c)}	
Unidades de Desabilitação	13	16	16	15	14	14	15	16	14
Rede Pública	5	5	5	5	5	5	5	5	4
Rede Licenciada	8	11	11	10	9	9	10	11	10
C/ Convenção	6	7	7	6	5	6	6	5	5
S/ Convenção	2	4	4	4	4	3	4	6	5
Comunidades Terapêuticas	67	75	79	75	73	72	73	76	70
Rede Pública	2	2	2	2	2	2	3	3	3
Rede Licenciada	65	73	77	73	71	70	70	73	67
C/ Convenção	54	63	64	63	61	62	64	60	62
S/ Convenção	11	10	13	10	10	8	6	13	5
Centros de Dia	9	11	13	13	11	10	10	10	10
Rede Pública	4	4	4	4	3	2	2	2	2
Rede Licenciada	5	7	9	9	8	8	8	8	8
C/ Convenção	3	5	5	5	4	4	4	4	5
S/ Convenção	2	2	4	4	4	4	4	4	3

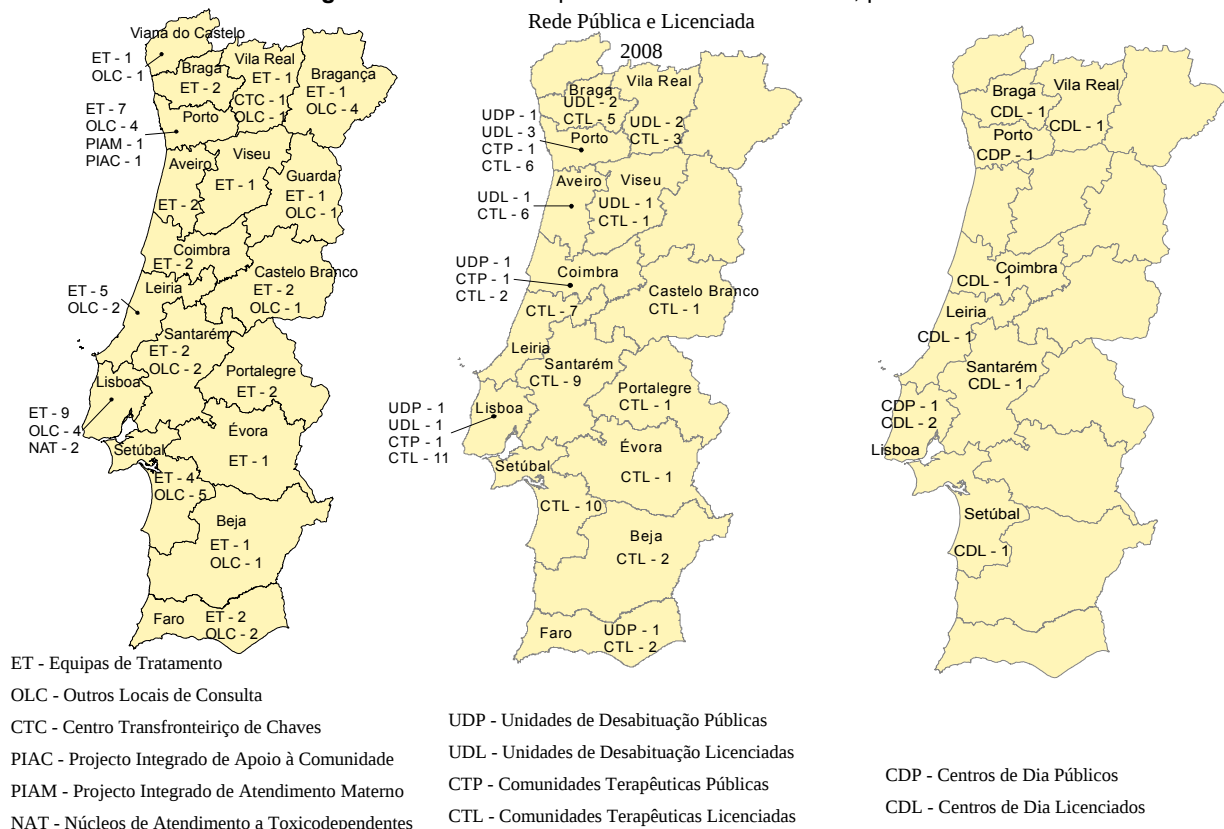
a) Mais o Centro transfronteiriço de Chaves, o Projecto Integrado de Atendimento Materno (PIAM) e o Projecto Integrado de Apoio à Comunidade (PIAC).

b) Mais 3 NAT (Núcleo de Atendimento a Toxicodependentes) no distrito de Lisboa.

c) Mais 2 NAT no distrito de Lisboa.

d) A alteração do número de estruturas em relação ao ano anterior deve-se apenas a reajustamentos feitos a nível de algumas Unidades Privadas, não reflectindo uma real diminuição da oferta neste contexto uma vez que até aumentou o número de camas disponíveis.

Fonte: Unidades Licenciadas / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DR / DMFRI - NE

Figura 1 - Estruturas Especializadas de Tratamento, por Distrito

Fonte: Unidades Licenciadas / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DR / DMFRI - NE

Quadro 19 - Utentes em Tratamento no Ano*, segundo o Ano, por Delegação Regional

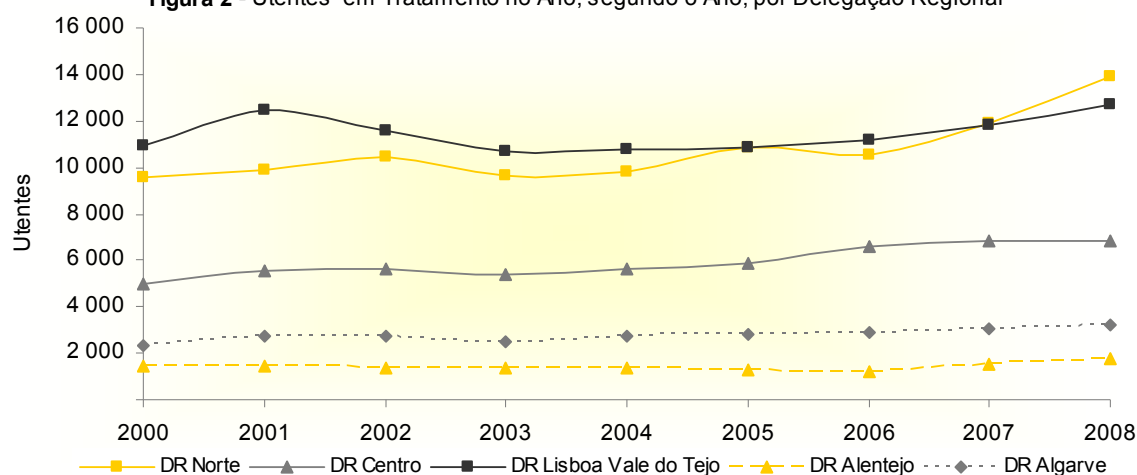
Rede Pública
2000 - 2008

Ano									
Delegação Regional	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total	29 204	32 064	31 835	29 596	30 266	31 822	32 460	34 266 ^{a)}	38 532
Norte	9 573	9 881	10 464	9 685	9 786	10 887	10 539	11 903	13 947
Centro	4 973	5 518	5 610	5 371	5 655	5 903	6 592	6 809	6 828
Lisboa e Vale do Tejo	10 914	12 466	11 611	10 711	10 739	10 878	11 169	11 818	12 720
Alentejo	1 448	1 455	1 397	1 373	1 342	1 307	1 234	1 541	1 788
Algarve	2 296	2 744	2 753	2 456	2 744	2 847	2 926	3 095	3 249

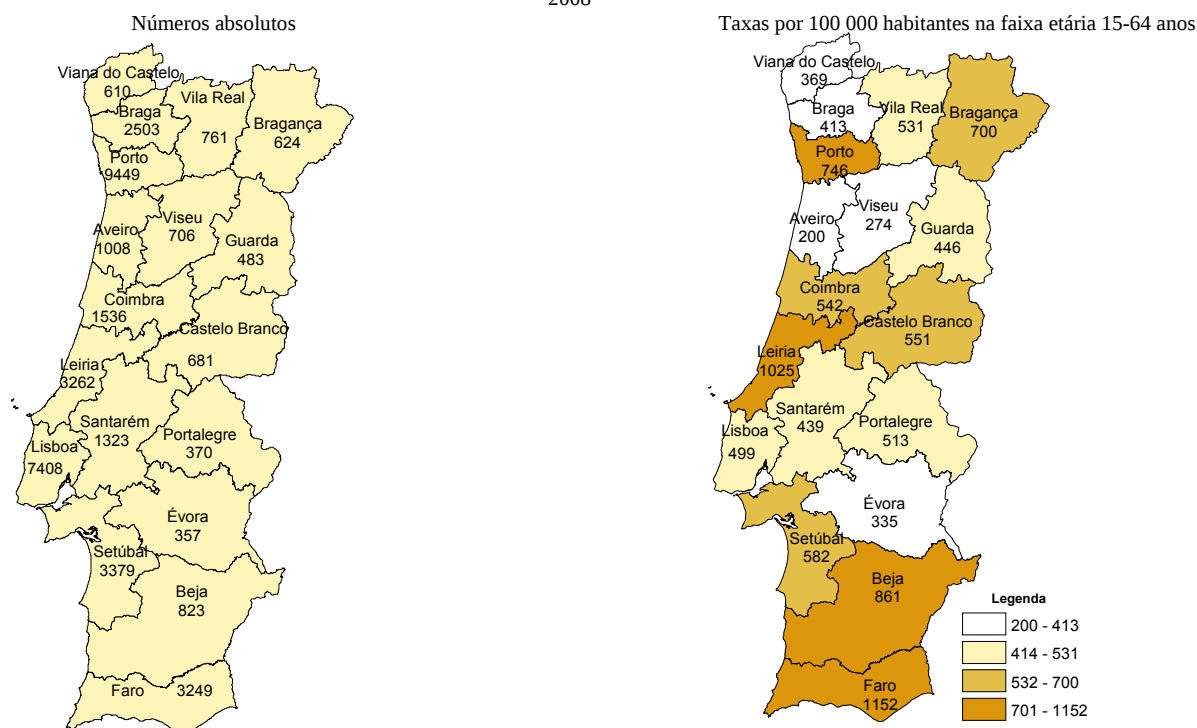
* Utentes que recorreram pelo menos uma vez às unidades de consulta durante o ano.

a) O Total de Utentes em Tratamento no Ano não corresponde à soma das Delegações Regionais (DR), devido à transição de utentes de umas Delegações para outras, a 01/08/2007.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DR / DMFRI - NE

Figura 2 - Utentes em Tratamento no Ano, segundo o Ano, por Delegação Regional**Figura 3** - Utentes em Tratamento no Ano, por Distrito

Rede Pública
2008



Quadro 20 - Utentes em Unidades de Desabilitação e Comunidades Terapêuticas, na Rede Pública e Licenciada, segundo o Ano
2000 - 2008

Estrutura / Rede \ Ano	Ano								
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Unidades de Desabilitação	4 368	4 979	3 550	3 366	3 371	3 821	3 059	3 196	3 161
Rede Pública	1 939	1 852	1 840	1 873	1 792	1 766	1 466 ^{a)}	1 599	1 856
Rede Licenciada	2 429	3 127	1 710	1 493	1 579	2 055	1 593	1 597	1 305
C/ Convenção	2 429	2 773	1 304	1 072	1 183	1 471	1 205	1 378	1 153
S/ Convenção	..	354	406	421	396	584	388	219	152
Comunidades Terapêuticas	4 032	4 527	4 189	4 138	4 254	4 161	4 228	4 557	4 698
Rede Pública	67	72	66	57	75	68	110	134	131
Rede Licenciada	3 965	4 455	4 123	4 081	4 179	4 093	4 118	4 423	4 567
C/ Convenção	2 519	2 825	2 877	2 891	2 900	2 944	3 036	3 033	3 254
S/ Convenção	1 446	1 630	1 246	1 190	1 279	1 149	1 082	1 390	1 313

a) A diminuição do número de internamentos entre 2005 e 2006 pode ser atribuída ao aumento de casos de co-morbilidade que implicam maior tempo de internamento, assim como à mudança de instalações da UD de Coimbra e da UD Taipas.

Fonte: Unidades Licenciadas / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DR / DMFRI - NE

Quadro 21 - Utentes em Centros de Dia, na Rede Pública e Licenciada, segundo o Ano
2000 - 2008

Estrutura / Rede \ Ano	Ano								
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Centros de Dia	335	507	579	617	611	634	608	531	495
Rede Pública	83	80	89	73	83	74	77	82	80
Rede Licenciada	252	427	490	544	528	560	531	449	415
C/ Convenção	252	318	340	338	317	351	323	218	201
S/ Convenção	..	109	150	206	211	209	208	231	214

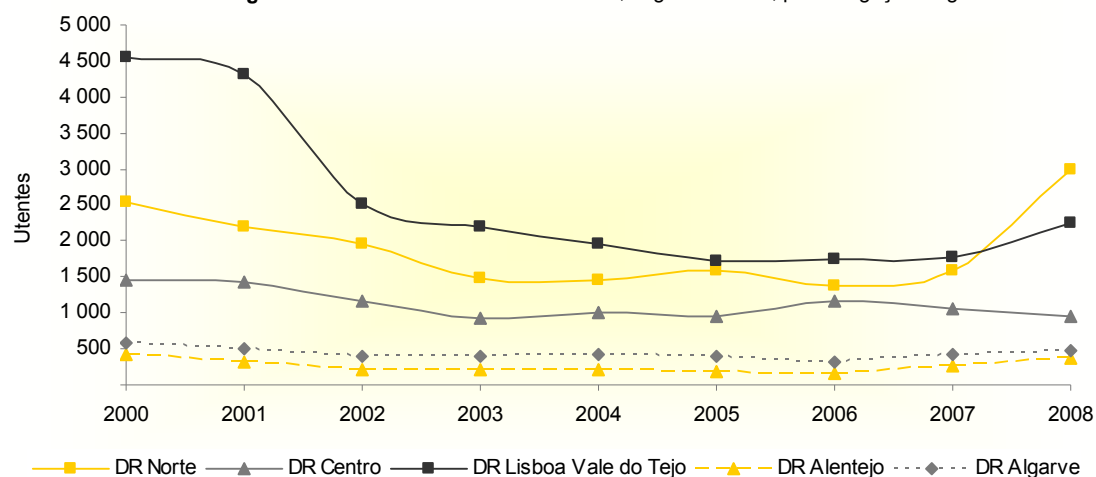
Fonte: Unidades Licenciadas / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DR / DMFRI - NE

Quadro 22 - Utentes em Primeiras Consultas, segundo o Ano, por Delegação Regional

Rede Pública
2000 - 2008

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Delegação Regional									
Total	9 559	8 743	6 241	5 216	5 023	4 844	4 745	5 124	7 019
Norte	2 529	2 198	1 945	1 479	1 445	1 590	1 378	1 595	2 997
Centro	1 456	1 430	1 169	938	996	944	1 153	1 056	946
Lisboa e Vale do Tejo	4 557	4 315	2 511	2 189	1 951	1 726	1 735	1 783	2 237
Alentejo	426	305	219	209	218	187	156	258	376
Algarve	591	495	397	401	413	397	323	432	463

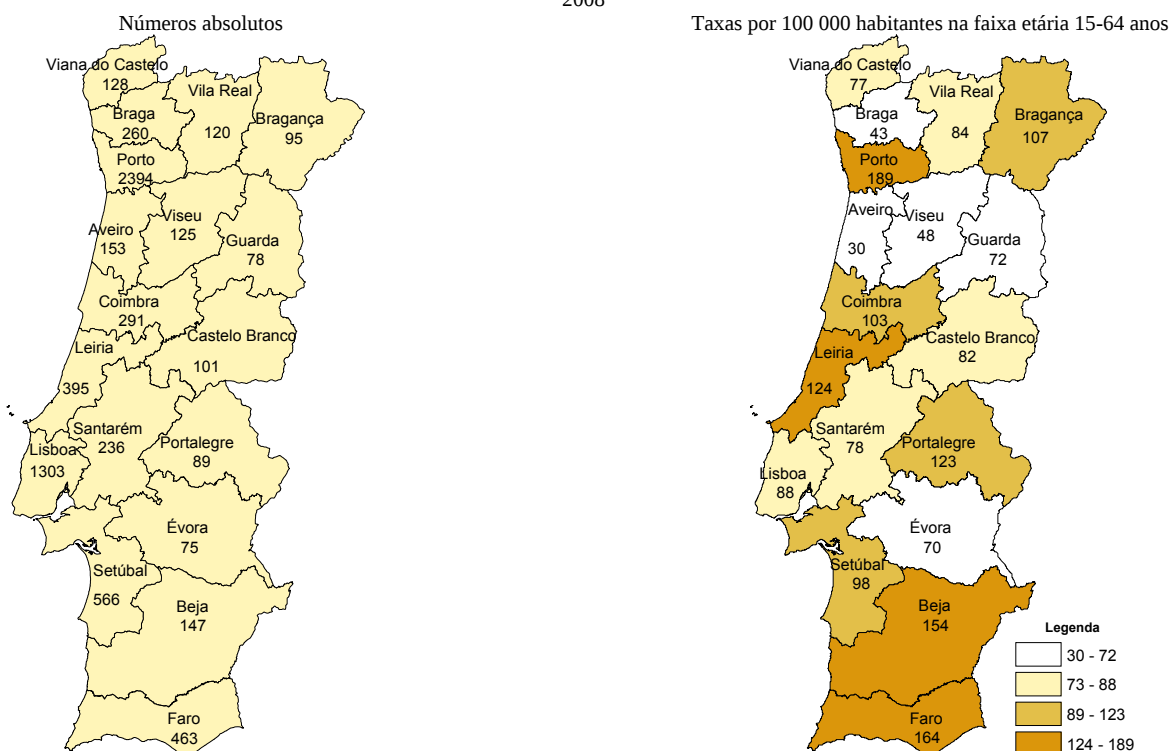
Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DR / DMFRI - NE

Figura 4 - Utentes em Primeiras Consultas, segundo o Ano, por Delegação Regional

Fonte: Quadro 22

Figura 5 - Utentes em Primeiras Consultas, por Distrito

Rede Pública
2008



Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DR / DMFRI - NE

Quadro 23 - Programas de Tratamento Orientados para a Abstinência nos Estabelecimentos Prisionais
Capacidade e Utentes, segundo o Ano, por Estabelecimento Prisional
2000 - 2008

Capacidade e Utentes/ /Ano	Capacidade (camas)										Utentes									
Estab. Prisional	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008		
Total	249	249	229	229	229	236	257	238	212	498	304	278	405	297	307	356	332	297		
Unidades Livres de Drogas																				
EP de Lisboa: Ala G (CT)	45	45	45	45	45	45	45	45	43	85	44	49	64	67	49	74	60	80		
Ala A	95	95	75	75	75	75	75	70	67	265	110	100	113	121	105	106	115	51		
EP de Tires	28	28	28	28	28	27	21	21	21	21	41	21	43	17	35	26	52	51		
EP de Leiria	29	29	29	29	29	29	29	29	29	42	34	33	113	38	45	36	24	42		
EP do Porto	20	20	20	20	20	16	18	16	20	32	35	32	34	20	30	34	26	32		
EP de St.ª Cruz do Bispo	20	20	20	20	20	20	20	20	20	30	28	23	21	20	20	22	26	26		
EP de Caxias	-	-	-	-	-	12	12	-	-	-	-	-	-	-	9	7	-	-		
EP de Sintra	-	-	-	-	-	-	25	25	-	-	-	-	-	-	-	32	19	-		
Casa de Saída																				
EPR das Caldas da Rainha	12	12	12	12	12	12	12	12	12	23	12	20	17	14	14	19	10	15		

Fonte: Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

Quadro 24 - Utentes em Programas Farmacológicos em Estruturas dos Estabelecimentos Prisionais*,
segundo o Ano, por Tipo de Programa e Estabelecimento Prisional
Situação a 31/12 de cada ano

Estabelecimento Prisional	Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
	Total	341	381	280	410	330	329	324	397	382
Programas Terapêuticos c/ Agonistas Opiáceos	341	381	280	370	330	287	276	306	286	
Programas Terapêuticos c/ Antagonistas Opiáceos	..	..	..	40	..	42	48	91	96	
EP de Caxias	-	-	-	63	15	10	8	9	7	
Programas Terapêuticos c/ Agonistas Opiáceos	-	-	-	25	15	10	8	9	7	
Programas Terapêuticos c/ Antagonistas Opiáceos	-	-	-	38	..	..	..	..	..	
EP de Lisboa	147	101	100	105	114	32	20	27	33	
Programas Terapêuticos c/ Agonistas Opiáceos	147	101	100	105	114	32	20	27	33	
Programas Terapêuticos c/ Antagonistas Opiáceos	..	..	..	..	..	..	..	..	..	
EP do Porto	170	250	150	214	185	127	110	120	116	
Programas Terapêuticos c/ Agonistas Opiáceos	170	250	150	212	185	122	107	117	112	
Programas Terapêuticos c/ Antagonistas Opiáceos	..	..	..	2	..	5	3	3	4	
EP de Tires	24	30	30	28	16	21	20	10	9	
Programas Terapêuticos c/ Agonistas Opiáceos	24	30	30	28	16	21	20	10	9	
Programas Terapêuticos c/ Antagonistas Opiáceos	..	..	..	..	..	..	..	..	..	
EP do Linhó	-	-	-	-	-	38	40	63	72	
Programas Terapêuticos c/ Agonistas Opiáceos	-	-	-	-	-	6	10	7	10	
Programas Terapêuticos c/ Antagonistas Opiáceos	-	-	-	-	-	32	30	56	62	
EP do Paços de Ferreira	-	-	-	-	-	101	126	143	127	
Programas Terapêuticos c/ Agonistas Opiáceos	-	-	-	-	-	96	111	119	97	
Programas Terapêuticos c/ Antagonistas Opiáceos	-	-	-	-	-	5	15	24	30	
EPR de Coimbra	-	-	-	-	-	-	-	25	18	
Programas Terapêuticos c/ Agonistas Opiáceos	-	-	-	-	-	-	-	17	18	
Programas Terapêuticos c/ Antagonistas Opiáceos	-	-	-	-	-	-	-	8	..	

* Programas cuja coordenação é da responsabilidade da equipa técnica do estabelecimento prisional. Em 2 estabelecimentos prisionais, EP Caxias e EP Linhó, a prescrição de metadona é da responsabilidade dos técnicos das ET / IDT, I. P. e o acompanhamento psicológico é da responsabilidade dos estabelecimentos prisionais. Para além dos dados apresentados neste quadro, ao longo destes anos estiveram em programas farmacológicos em articulação com o IDT, I. P. (prescrição e acompanhamento pelos técnicos das ET): a 31/12/2002, 556 reclusos, a 31/12/2003, 522 reclusos, a 31/12/2004, 500 reclusos, a 31/12/2005, 524 reclusos, a 31/12/2006, 568 reclusos, a 31/12/2007, 669 reclusos e a 31/12/2008, 652 reclusos.

Fonte: Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

Quadro 25 - Utentes em Programas Terapêuticos com Agonistas Opiáceos, segundo o Ano, por Delegação Regional

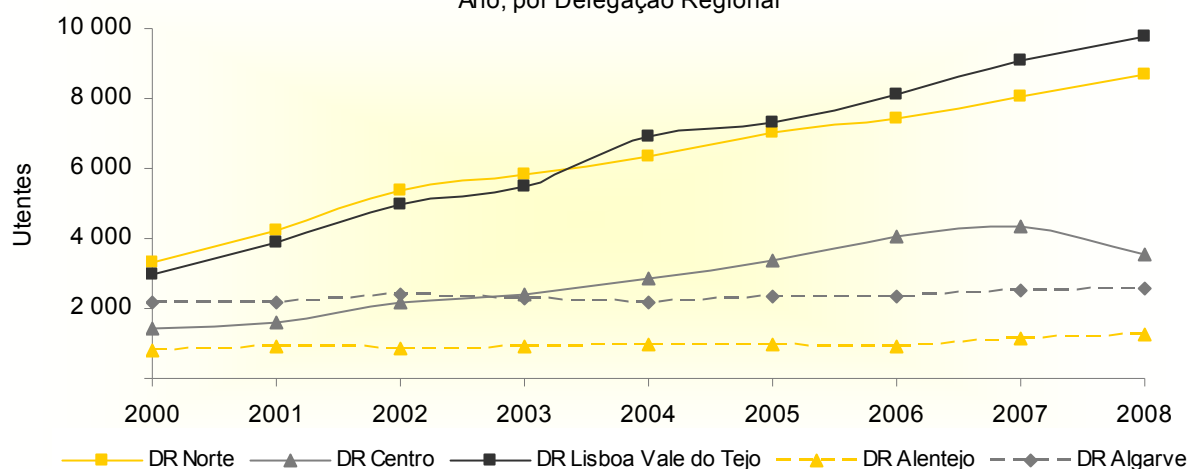
Rede Pública

2000 - 2008

Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Delegação Regional									
Total	10 614	12 863	15 768	16 877	19 260	21 054	22 922	24 312 ^{a)}	25 808
Norte	3 293	4 241	5 348	5 832	6 352	7 029	7 450	8 052	8 710
Centro	1 401	1 602	2 184	2 373	2 858	3 369	4 073	4 341	3 546
Lisboa e Vale do Tejo	2 950	3 900	4 980	5 489	6 905	7 294	8 101	9 088	9 756
Alentejo	777	926	873	900	950	991	940	1 146	1 232
Algarve	2 193	2 194	2 383	2 283	2 195	2 371	2 358	2 530	2 564

a) O Total de Utentes em Programas Terapêuticos com Agonistas Opiáceos não corresponde à soma das Delegações Regionais (DR), devido à transição de utentes de umas Delegações para outras, a 01/08/2007.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DR / DMFRI - NE

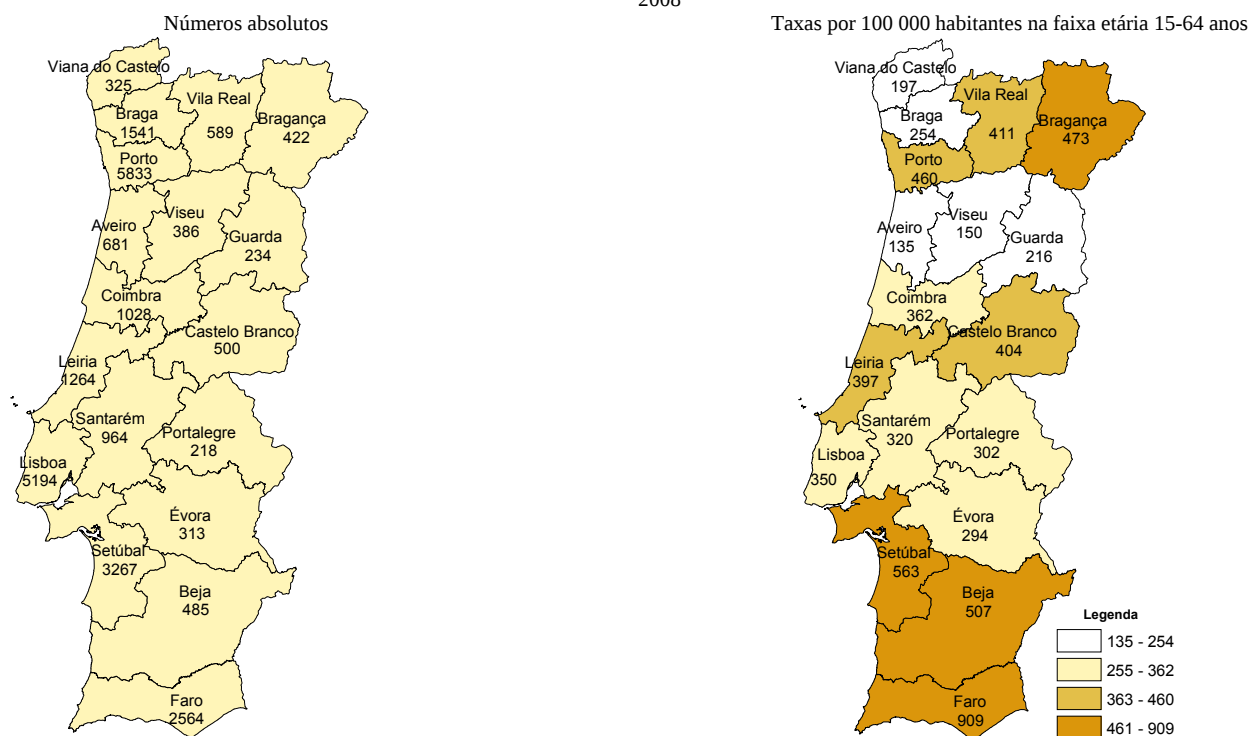
Figura 6 - Utentes em Programas Terapêuticos com Agonistas Opiáceos, segundo o Ano, por Delegação Regional

Fonte: Quadro 25

Figura 7 - Utentes em Programas Terapêuticos com Agonistas Opiáceos, por Distrito

Rede Pública

2008



Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DR / DMFRI - NE

**Quadro 26 - Utentes em Programas Terapêuticos com Agonistas Opiáceos,
segundo a Substância Administrada, por Delegação Regional**

Rede Pública

Situação em 31/12/2008

Delegação Regional \ Substância	Total	Programas Terapêuticos com Agonistas Opiáceos	
		Com Metadona	Com Buprenorfina
Situação em 31/12/2007	17 782	13 175	4 607
Total			
Situação em 31/12/2008	18 815	14 109	4 706
Norte	6 406	4 837	1 569
Centro	2 357	1 695	662
Lisboa e Vale do Tejo	7 204	5 156	2 048
Alentejo	860	738	122
Algarve	1 988	1 683	305

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DR / DMFRI - NE

Quadro 27 - Utentes na Rede de Administração de Metadona, segundo o Local da Toma, por Delegação Regional

Situação em 31/12/2008

Delegação Regional \ Estruturas	Total	Equipas	Centros	Estabelecimentos Prisionais	Hospitais	Farmácias	Outras Estruturas ^{a)}
		Técnicas de Tratamento	de Saúde				
Situação em 31/12/2007	13 175	9 223	2 321	597	241	417	376
Total							
Situação em 31/12/2008	14 109	9 803	2 376	510	264	462	694
Norte	4 837	3 232	871	117	215	144	258
Centro	1 695	1 288	211	126	24	44	2
Lisboa e Vale do Tejo	5 156	4 001	328	168	19	256	384
Alentejo	738	410	233	74	1	7	13
Algarve	1 683	872	733	25	5	11	37

a) Centros de Diagnóstico Pneumológico e outras instituições locais.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DR / DMFRI - NE

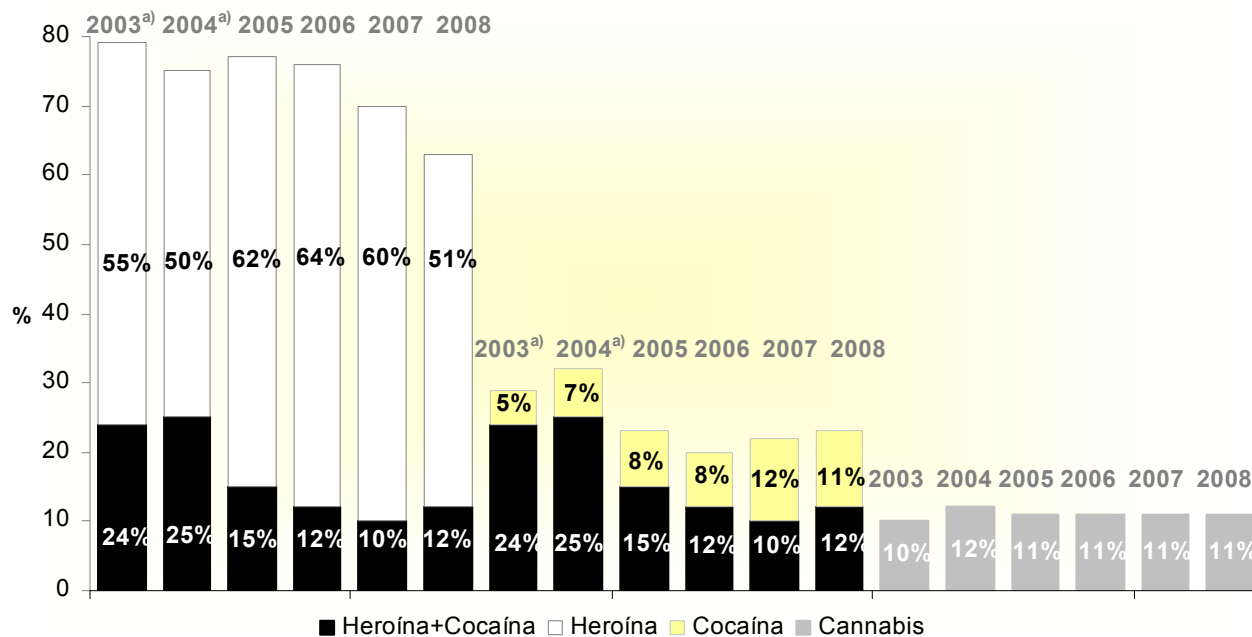
Quadro 28 - Consumos dos Utentes nas Estruturas de Tratamento da Rede Pública e Licenciada
2008

Estrutura/Rede		Utentes em Ambulatório na Rede Pública		Utentes das Unidades Desabituação		Utentes das Comunidades Terapêuticas		Utentes dos Centros de Dia	
		Total	1. ^{as} Consultas	Públicas	Licenciadas	Públicas	Licenciadas	Públicas	Licenciadas
Droga Principal	UTENTES	38 532	7 019	1 856	1 305	131	4 567	80	415
	Heroína	14 727	2 443	1 237	779	90	1 920	43	249
	Heroína e Cocaína	2 514	561	92	143	16	697	3	5
	Cocaína	1 296	515	227	278	20	837	19	60
	Cannabis	1 061	504	12	1	..	233	4	17
	Álcool	487	396	236	85	5	653	8	53
	Alucinogénios	24	10	..	..	..	9	..	..
	Estimulantes	45	12	..	..	..	79	..	1
	Hipnóticos / Sedativos	40	19	26	9	..	81	3	1
	Outra	1 100	324	19	10	..	28	..	24
	Desconhecida	17 238	2 235	7 ^{b)}	..	..	30	..	5 ^{b)}
Via Administração da Droga Principal	Injectada	6 168	1 020	512	506	31	1 704	36	170
	Fumada / Inalada	12 807	2 990	1 072	677	54	1 966	33	183
	Oral	934	688	263	96	5	746	11	56
	Outra	85	38	2	..	..	59	..	1
	Desconhecida	18 538	2 283	7 ^{b)}	26	41	92	..	5 ^{b)}
Consumo Endovenoso	Longo da Vida								
	Sim	6 065	765	1 119	634	52	2 230	52	242
	Não	6 592	1 638	733	639	33	1 996	28	172
	Desconhecido	25 875 ^{a)}	4 616 ^{a)}	4	32	46	341	..	1
	Nos Últimos 30 Dias								
	Sim	6 308	640	528	444	20	870	2	75
Partilha Material Consumo	Não	15 538	3 814	1 324	829	65	3 356	78	339
	Desconhecido	16 686 ^{a)}	2 565	4	32	46	341	..	1
	Seringas	—	—	401	34	19	876	25	43
	Outro Material Cons. Endovenoso	—	—	616	48	20	976	31	56
	Material Cons. não Endovenoso	—	—	25	194	30	1 537	38	99

a) Desconhece-se a situação de 13 660 utentes em Tratamento no Ano e 2416 utentes em Primeiras Consultas pertencentes às Delegações Regionais de Lisboa e Vale do Tejo e do Alentejo.

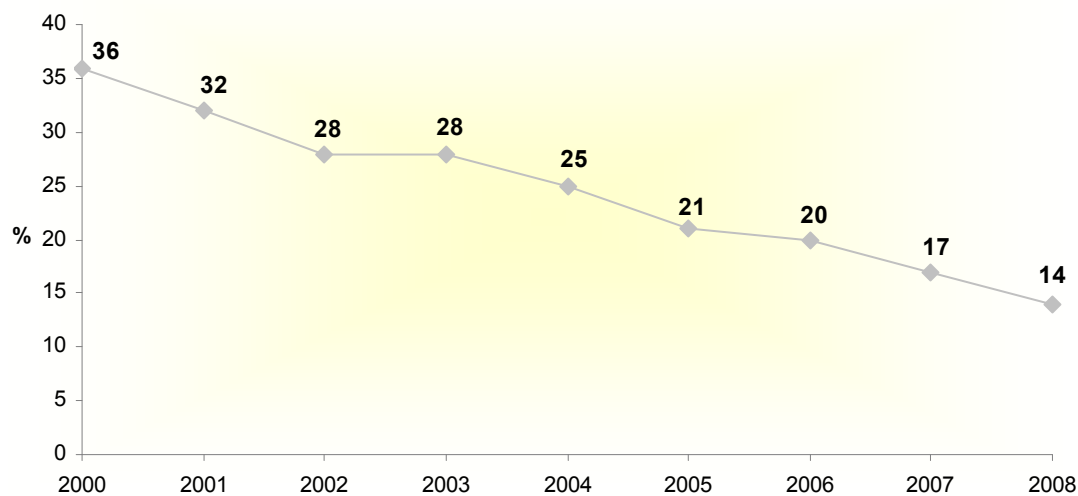
b) Nesta categoria estão incluídos utentes cujo motivo de internamento está relacionado com Patologia Psiquiátrica, não apresentando à data do internamento consumos de substâncias.

Fonte: Unidades Licenciadas / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DR / DMFRI - NE

Figura 8 - Droga Principal dos Utentes em Primeiras Consultas, segundo o Ano

a) As categorias Heroína e Heroína+Cocaína não são directamente comparáveis com os anos seguintes.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DR / DMFRI - NE

Figura 9 - Consumo Endovenoso nos 30 Dias Anteriores à Primeira Consulta dos Novos Utentes na Rede Pública, segundo o Ano

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DR / DMFRI - NE

Quadro 29 - Caracterização Sociodemográfica dos Utentes nas Estruturas de Tratamento da Rede Pública e Licenciada

2008

Estrutura/Rede		Utentes em Ambulatório na Rede Pública		Utentes das Unidades Desabituação		Utentes das Comunidades Terapêuticas		Utentes dos Centros de Dia	
Caracterização Sociodemográfica		Total	1. ^{as} Consultas	Públicas	Licenciadas	Públicas	Licenciadas	Públicas	Licenciadas
Sexo	UTENTES	38 532	7 019	1 856	1 305	131	4 567	80	415
	Masculino	32 091	5 807	1 583	1 153	97	3 748	56	358
	Feminino	6 153	1 129	273	152	34	819	24	57
	Desconhecido	288	83	..	..	..	..	..	..
Grupo Etário	≤ 24 anos	2 708	1 497	118	120	11	543	1	39
	25-29 anos	4 058	963	265	232	36	780	5	60
	30-34 anos	8 013	1 241	495	318	40	1 107	24	72
	35-39 anos	9 644	1 274	461	369	26	967	16	100
	40-44 anos	7 447	889	311	140	11	612	18	85
	≥ 45 anos	6 365	1 041	206	116	7	551	16	59
	Desconhecido	297	114	..	10	..	7	..	..
	Idade Média	36	33	35	34	32	34	38	36
Nacionalidade	Portuguesa	33 225	6 420	1 814	—	—	—	—	—
	Estrangeira	1 473	382	41	—	—	—	—	—
	Desconhecida	3 834	217	1	—	—	—	—	—
Estado Civil	Solteiro	20 400	3 677	989	679	92	2 894	37	262
	Casado / União de Facto	9 336	1 908	538	394	17	861	21	76
	Divorciado / Separado	3 835	937	316	203	22	717	20	70
	Viúvo	252	65	11	17	..	48	2	3
	Desconhecido	4 709	432	2	12	..	47	..	4
Situação Coabituação	Familiares (ascendentes/irmãos)	12 205	2 572	889	—	—	—	—	—
	Só c/ companheiro	2 992	755	169	—	—	—	—	—
	Sozinho	2 776	843	269	—	—	—	—	—
	Só c/ companheiro e filhos	3 353	879	271	—	—	—	—	—
	Outro	5 031	1 438	256	—	—	—	—	—
	Desconhecida	12 175	532	2	—	—	—	—	—
Nível Ensino	< 3.º Ciclo	20 076	3 686	774	800	52	1 943	38	231
	3.º Ciclo	8 247	1 606	678	276	47	1 258	23	127
	> 3.º Ciclo	4 890	1 180	400	202	32	1 228	19	43
	Desconhecido	5 319	547	4	27	..	138	..	14
Situação Profissional	Empregado	14 432	2 228	557	223	—	—	—	—
	Desempregado	14 999	3 000	1 149	742	—	—	—	—
	Estudante / Formação Profissional	1 684	669	32	49	—	—	—	—
	Outro	1 748	560	113	129	—	—	—	—
	Desconhecida	5 669	562	5	162	—	—	—	—

Fonte: Unidades Licenciadas / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DR / DMFRI - NE

Quadro 30 - Utentes em Primeiras Consultas, segundo o Ano, por Grupo Etário e Sexo

Rede Pública
2000 - 2008

Ano									
Grupo Etário/Sexo	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total	9 559	8 743	6 241	5 216	5 023	4 844	4 745	5 124	7 019
Masculino	7 322	6 749	4 534	4 245	4 225	4 132	4 008	4 311	5 807
Feminino	1 424	1 399	871	840	798	712	737	803	1 129
Desconhecido	813	595	836	131	..	..	..	10	83
≤ 14 anos	62	30	28	25	35	51	65	85	305
Masculino	—	—	—	22	29	45	54	64	220
Feminino	—	—	—	3	6	6	11	21	85
15-19 anos	327	351	226	234	230	259	251	277	524
Masculino	—	—	—	187	174	203	199	207	418
Feminino	—	—	—	47	56	56	52	70	106
20-24 anos	1 439	1 290	786	729	692	694	618	610	668
Masculino	—	—	—	582	556	580	502	487	541
Feminino	—	—	—	147	136	114	116	123	127
25-29 anos	2 476	2 183	1 398	1 252	1 056	986	912	925	963
Masculino	—	—	—	1 033	902	833	760	782	813
Feminino	—	—	—	219	154	153	152	143	150
30-34 anos	2 164	1 967	1 333	1 260	1 215	1 106	1 080	1 096	1 241
Masculino	—	—	—	1 056	1 032	950	918	942	1 060
Feminino	—	—	—	204	183	156	162	154	181
35-39 anos	1 459	1 336	945	847	904	861	855	960	1 274
Masculino	—	—	—	715	775	753	731	813	1 099
Feminino	—	—	—	132	129	108	124	147	175
40-44 anos	580	626	471	475	501	551	534	654	889
Masculino	—	—	—	425	434	482	483	574	760
Feminino	—	—	—	50	67	69	51	80	129
≥ 45 anos	200	287	213	255	282	333	426	498	1 041
Masculino	—	—	—	217	238	284	357	435	877
Feminino	—	—	—	38	44	49	69	63	164
Desconhecido	852	673	841	139	108	3	4	19	114
Masculino	—	—	—	8	85	2	4	7	19
Feminino	—	—	—	..	23	1	..	2	12
Desconhecido	—	—	—	131	..	..	..	10	83

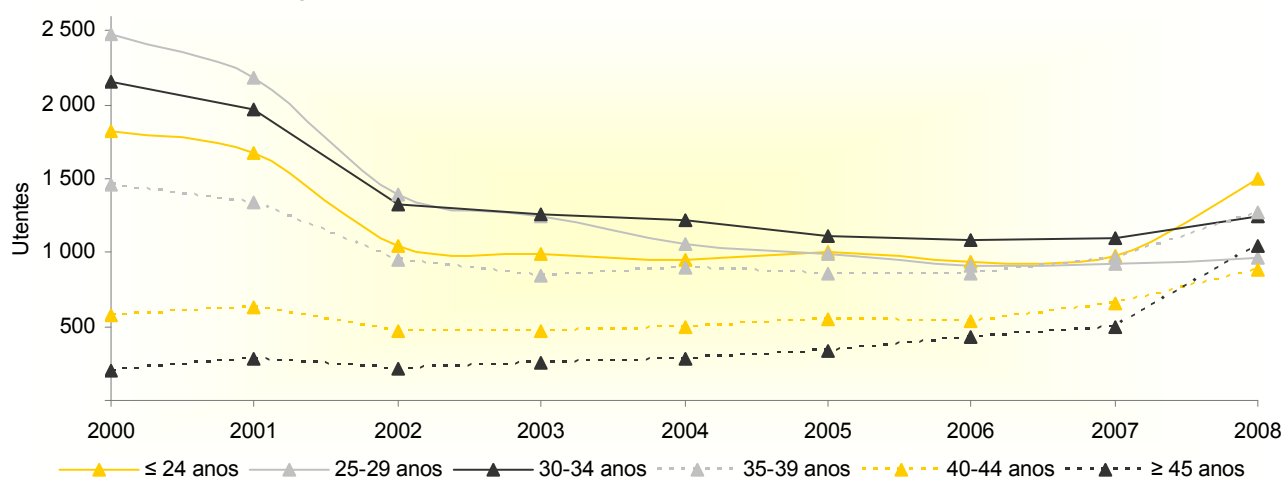
Fonte: Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I. P.: DR / DMFRI - NE

Figura 10 - Utentes em Primeiras Consultas, segundo o Ano, por Sexo



Fonte: Quadro 30

Figura 11 - Utentes em Primeiras Consultas, segundo o Ano, por Grupo Etário



Fonte: Quadro 30

Quadro 31 - Utentes em Primeiras Consultas, segundo o Ano, por Estado Civil

Rede Pública
2003 - 2008

Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Estado Civil						
Total	5 216	5 023	4 844	4 745	5 124	7 019
Solteiro	2 812	2 739	2 781	2 784	2 874	3 677
Casado/União de Facto	1 282	1 206	1 215	1 190	1 357	1 908
Divorciado/Separado	595	553	560	509	606	937
Viúvo	35	31	34	33	40	65
Desconhecido	492	494	254	229	247	432

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DR / DMFRI - NE

Quadro 32 - Utentes em Primeiras Consultas, segundo o Ano, por Situação de Coabitação

Rede Pública
2003 - 2008

Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Situação de Coabitação						
Total	5 216	5 023	4 844	4 745	5 124	7 019
Só com Ascendentes ^{a)}	1 954	1 926	2 015	1 870	1 936	2 572
Com Ascendentes ^{a)} + Companheiro ou Filho(s)	360	349	355	311	358	480
Só com Companheiro + Filho(s)	418	519	501	496	557	879
Só com Companheiro	521	493	535	559	575	755
Só com Filho(s)	40	52	42	52	58	129
Só com Amigos	95	101	116	84	98	141
Sozinho(a)	425	509	522	536	655	843
Outra Situação	482	402	388	476	569	688
Desconhecida	921	672	370	361	318	532

a) Com ou sem irmãos.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DR / DMFRI - NE

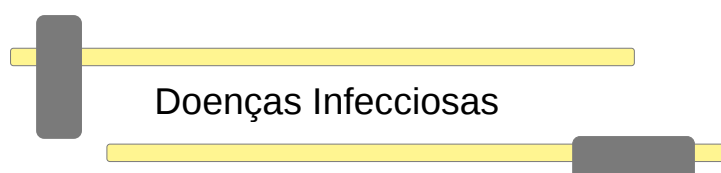
Quadro 33 - Utentes em Primeiras Consultas, segundo o Ano, por Situação Profissional

Rede Pública
2003 - 2008

Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Situação Profissional						
Total	5 216	5 023	4 844	4 745	5 124	7 019
Empregado (Tempo inteiro ou parcial)	1 627	1 660	1 648	1 661	1 815	2 228
Formação Profissional (Remunerada)	25	43	45	31	26	46
Desempregado	2 432	2 303	2 339	2 257	2 323	3 000
Estudante	222	218	229	241	267	623
Outra Situação ^{a)}	351	261	244	266	417	560
Desconhecida	559	538	339	289	276	562

a) Inclui casos como reformado, inválido, doméstica, etc.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DR / DMFRI - NE



Quadro 34 - Notificações dos Casos de Infecção pelo VIH: Total de Casos e Casos Associados à Toxicodependência, segundo a Classificação Epidemiológica (SIDA, Sintomático Não-SIDA e Portadores Assintomáticos), por Ano de Diagnóstico

01/01/1983 - 31/12/2008

Ano de Diagnóstico	Casos	Notificações de VIH							
		Total de Casos				Casos Associados à Toxicodependência			
		Total	SIDA	Sint. Não-SIDA	PA	Total	SIDA	Sint. Não-SIDA	PA
Total		34 888	15 020	3 374	16 494	15 079	7 133	1 257	6 689
1983		3	1	..	2	..	..	..	..
1984		6	4	..	2	1	..	..	1
1985		40	29	5	6	5	1	1	3
1986		77	41	17	19	16	3	8	5
1987		154	81	19	54	21	9	2	10
1988		258	142	52	64	42	11	14	17
1989		366	202	61	103	70	36	10	24
1990		519	261	82	176	127	47	21	59
1991		657	307	109	241	211	79	44	88
1992		946	439	131	376	397	161	71	165
1993		1 036	568	125	343	505	254	70	181
1994		1 311	695	120	496	641	359	57	225
1995		1 651	825	133	693	890	449	63	378
1996		2 113	992	188	933	1 221	566	112	543
1997		2 435	1 013	188	1 234	1 438	605	93	740
1998		2 592	1 051	199	1 342	1 487	642	99	746
1999		2 739	1 142	233	1 364	1 540	666	112	762
2000		2 731	1 038	213	1 480	1 417	579	94	744
2001		2 370	1 022	211	1 137	1 080	556	85	439
2002		2 288	1 038	205	1 045	907	506	60	341
2003		2 105	941	186	978	743	411	47	285
2004		1 992	818	190	984	630	326	57	247
2005		1 810	778	157	875	582	342	37	203
2006		1 814	665	193	956	484	252	49	183
2007		1 674	540	213	921	357	165	32	160
2008 ^{a)}		1 201	387	144	670	267	108	19	140

a) A actualização posterior das notificações, de casos diagnosticados em anos anteriores, impõe a leitura destes dados como provisórios, assim como os relativos aos anos anteriores.

Fonte: Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P. (INSA, I. P.): Núcleo de Vigilância Laboratorial de Doenças Infecciosas, 31/12/2008 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 35 - Notificações dos Casos de SIDA: Total de Casos e Casos Associados à Toxicodependência, segundo o Sexo, por Grupo Etário
01/01/1983 - 31/12/2008

Casos/Sexo Grupo Etário	Casos de SIDA						
	Total de Casos				Toxicodependentes		
	Total	M	F	Desc.	Total	M	F
Total	15 020	12 269	2 750	1	7 133	6 080	1 053
≤ 14 anos	117	63	54	..	2	2	..
15-19 anos	164	106	58	..	94	69	25
20-24 anos	1 186	881	305	..	865	678	187
25-29 anos	2 804	2 238	565	1	1 980	1 651	329
30-34 anos	3 117	2 627	490	..	2 012	1 747	265
35-39 anos	2 605	2 190	415	..	1 329	1 170	159
40-44 anos	1 766	1 504	262	..	600	530	70
45-49 anos	1 104	914	190	..	165	155	10
50-54 anos	798	656	142	..	44	39	5
55-59 anos	491	392	99	..	10	9	1
60-64 anos	376	289	87	..	..	..	..
≥ 65 anos	428	353	75	..	1	1	..
Desconhecido	64	56	8	..	31	29	2

Fonte: Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P. (INSA, I. P.): Núcleo de Vigilância Laboratorial de Doenças Infecciosas, 31/12/2008 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 36 - Notificações dos Casos Sintomáticos Não-SIDA: Total de Casos e Casos Associados à Toxicodependência, segundo o Sexo, por Grupo Etário
01/01/1983 - 31/12/2008

Casos/Sexo Grupo Etário	Casos Sintomáticos Não-SIDA							
	Total de Casos				Toxicodependentes			
	Total	M	F	Desc.	Total	M	F	Desc.
Total	3 374	2 518	854	2	1 257	1 020	235	2
≤ 14 anos	67	32	35	..	1	1	..	..
15-19 anos	77	48	29	..	36	24	12	..
20-24 anos	340	245	95	..	206	163	43	..
25-29 anos	597	442	153	2	342	273	67	2
30-34 anos	641	499	142	..	327	281	46	..
35-39 anos	496	374	122	..	217	176	41	..
40-44 anos	326	257	69	..	86	71	15	..
45-49 anos	241	184	57	..	21	17	4	..
50-54 anos	170	119	51	..	5	2	3	..
55-59 anos	147	115	32	..	..	..	..	..
60-64 anos	110	78	32	..	1	1	..	..
≥ 65 anos	125	96	29	..	1	..	1	..
Desconhecido	37	29	8	..	14	11	3	..

Fonte: Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P. (INSA, I. P.): Núcleo de Vigilância Laboratorial de Doenças Infecciosas, 31/12/2008 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 37 - Notificações dos Casos de Portadores Assintomáticos: Total de Casos e Casos Associados à Toxicodependência, segundo o Sexo, por Grupo Etário
01/01/1983 - 31/12/2008

Casos/Sexo Grupo Etário	Casos de PA							
	Total de Casos				Toxicodependentes			
	Total	M	F	Desc.	Total	M	F	Desc.
Total	16 494	11 192	5 290	12	6 689	5 486	1 200	3
≤14 anos	163	87	74	2	5	4	1	..
15-19 anos	605	285	320	..	264	195	69	..
20-24 anos	2 398	1 568	829	1	1 308	1 036	271	1
25-29 anos	3 672	2 488	1 184	.	1 968	1 591	377	..
30-34 anos	3 231	2 245	984	2	1 631	1 350	280	1
35-39 anos	2 316	1 682	632	2	971	843	127	1
40-44 anos	1 376	990	384	2	341	303	38	..
45-49 anos	932	642	289	1	118	100	18	..
50-54 anos	627	427	200	..	16	12	4	..
55-59 anos	436	280	156	..	6	5	1	..
60-64 anos	280	178	102	..	5	5	..	..
≥ 65 anos	283	193	90	..	2	2	..	..
Desconhecido	175	127	46	2	54	40	14	..

Fonte: Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P. (INSA, I. P.): Núcleo de Vigilância Laboratorial de Doenças Infecciosas 31/12/2008 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE.

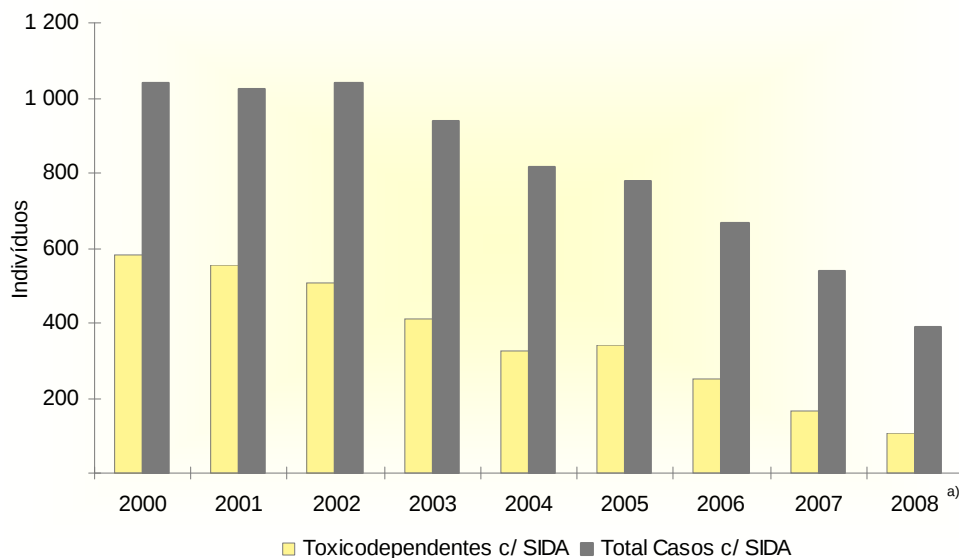
Quadro 38 - Notificações dos Casos de SIDA Associados à Toxicodependência, segundo o Ano de Diagnóstico, por Sexo
2000 - 2008

Sexo	Ano								
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008 ^{a)}
Total	579	556	506	411	326	342	252	165	108
Masculino	498	502	447	354	287	295	217	147	91
Feminino	81	54	59	57	39	47	35	18	17
Heter.-Tox.	577	544	502	407	323	338	252	163	108
Masculino	496	490	443	350	284	291	217	145	91
Feminino	81	54	59	57	39	47	35	18	17
Homo.-Tox.	2	8	3	4	1	3	..	2	..
Masculino	2	8	3	4	1	3	..	2	..
Feminino	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Bi.-Tox.	..	4	1	..	2	1	..	..	..
Masculino	..	4	1	..	2	1	..	..	..
Feminino	..	..	..	..	..	..	..	..	..

Heter.-Tox. = Heterossexuais Toxicodependentes; Homo.-Tox. = Homossexuais Toxicodependentes; Bi.-Tox. = Bissexuais Toxicodependentes.

a) A actualização posterior das notificações, de casos diagnosticados em anos anteriores, impõe a leitura destes dados como provisórios, assim como os relativos aos anos anteriores.

Fonte: Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P. (INSA, I. P.): Núcleo de Vigilância Laboratorial de Doenças Infecciosas 31/12/2008 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Figura 12 - Notificações do Total de Casos de SIDA e dos Casos Associados à Toxicodependência, segundo o Ano de Diagnóstico

a) A atualização posterior das notificações, de casos diagnosticados em anos anteriores, impõe a leitura destes dados como provisórios, assim como os relativos aos anos anteriores.

Fonte: Quadro 38

Quadro 39 - Notificações dos Casos de SIDA: Distribuição do Total de Casos e dos Casos Associados à Toxicodependência, segundo o Estado Vital, por Patologia Observada à Data do Diagnóstico

01/01/1983 - 31/12/2008

Tipo de Patologia Observada à Data de Diagnóstico	Notificações de SIDA					
	Total de Casos			Total de Casos Assoc. à Toxicodependência		
	Total	Vivos	Mortos	Total	Vivos	Mortos
Total	15 020	7 747	7 273	7 133	3 392	3 741
Tuberculose	6 491	3 491	3 000	4 124	2 057	2 067
Pneumonia <i>P. jirovecii</i>	2 414	1 237	1 177	763	346	417
Tuberculose + Pneumonia <i>P. jirovecii</i>	725	245	480	402	123	279
Outras Infecções Oportunistas	3 995	2 127	1 868	1 494	727	767
Sarcoma de Kaposi	525	256	269	112	42	70
Outras Infecções Oport.+ Sarcoma de Kaposi	138	44	94	22	12	10
Linfoma	304	129	175	71	24	47
Encefalopatia	150	68	82	45	16	29
Síndrome de Emaciação	196	81	115	87	37	50
Pneumonia Intersticial Linfóide	21	18	3	..	..	..
Carcinoma Invasivo do Colo do Útero	61	51	10	13	8	5

Fonte: Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P. (INSA, I. P.): Núcleo de Vigilância Laboratorial de Doenças Infecciosas, 31/12/2008 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 40 - Casos de Infecção pelo VIH Diagnosticados em 2008: Total de Casos e Casos Associados à Toxicodependência, segundo a Classificação Epidemiológica (SIDA, Sintomático Não-SIDA e Portadores Assintomáticos), por Ano Provável de Infecção
2008

Ano Provável de Infecção	Diagnosticados em 2008					
	Casos de SIDA		Casos Sintomáticos Não-SIDA		Casos de PA	
	Total	Toxicodependentes	Total	Toxicodependentes	Total	Toxicodependentes
Total	387	108	144	19	670	140
Antes de 1999	18	12	5	3	15	10
1999 - 2003	30	13	9	4	19	9
2004 - 2008	32	8	32	2	210	38
Desconhecido	307	75	98	10	426	83

Fonte: Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P. (INSA, I. P.): Núcleo de Vigilância Laboratorial de Doenças Infecciosas, 31/12/2008 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 41 - Notificações dos Casos de Infecção pelo VIH: Distribuição do Total de Casos e dos Casos Associados à Toxicodependência, segundo a Classificação Epidemiológica (SIDA, Sintomático Não-SIDA e Portadores Assintomáticos), por Zona Geográfica de Residência

01/01/1983 - 31/12/2008

Zona Geog. de Residência	Notificações de VIH							
	Total de Casos				Casos Associados à Toxicodependência			
	Total	SIDA	Sint. Não-SIDA	PA	Total	SIDA	Sint. Não-SIDA	PA
Total	34 888	15 020	3 374	16 494	15 079	7 133	1 257	6 689
Portugal	33 781	14 647	3 277	15 857	14 816	7 029	1 228	6 559
Aveiro	926	331	93	502	238	86	20	132
Beja	249	80	37	132	144	42	20	82
Braga	1 018	359	82	577	478	145	32	301
Bragança	147	59	16	72	63	18	5	40
Castelo Branco	214	85	30	99	104	34	12	58
Coimbra	672	250	88	334	248	105	25	118
Évora	225	105	13	107	95	35	6	54
Faro	1 718	526	152	1 040	703	183	39	481
Guarda	116	55	14	47	27	14	1	12
Leiria	892	324	144	424	317	114	57	146
Lisboa	13 222	6 055	1 356	5 811	4 958	2 720	435	1 803
Portalegre	126	42	14	70	68	18	9	41
Porto	7 594	3 464	605	3 525	4 619	2 272	350	1 997
Santarém	686	305	60	321	288	138	26	124
Setúbal	4 498	2 024	358	2 116	2 074	963	136	975
Viana do Castelo	223	104	26	93	70	32	12	26
Vila Real	174	64	26	84	88	28	9	51
Viseu	403	175	36	192	114	50	8	56
Açores	276	97	41	138	74	22	12	40
Madeira	402	143	86	173	46	10	14	22
Estrangeiro	198	108	23	67	20	10	4	6
Desconhecido	909	265	74	570	243	94	25	124

Fonte: Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P. (INSA, I. P.): Núcleo de Vigilância Laboratorial de Doenças Infecciosas, 31/12/2008 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE.

Quadro 42 - Notificações dos Casos de SIDA: Distribuição do Total de Casos e dos Casos Associados à Toxicodependência, segundo o Estado Vital e Sexo, por Zona Geográfica de Residência

01/01/1983 - 31/12/2008

Zona Geog. de Residência	Casos/Sexo	Notificações SIDA: Total de Casos						Notificações SIDA: Total Casos Assoc. à Toxicodependência						
		Total ^{a)}				N.º de Casos Mortos		Total ^{a)}			N.º de Casos Mortos			
		Total	M	F	Desc.	Total	M	F	Total	M	F	Total	M	F
Total		15 020	12 269	2 750	1	7 273	6 138	1 135	7 133	6 080	1 053	3 741	3 233	508
Portugal		14 647	11 966	2 680	1	7 128	6 016	1 112	7 029	5 996	1 033	3 702	3 203	499
Aveiro		331	264	67	..	169	139	30	86	71	15	43	36	7
Beja		80	64	16	..	34	29	5	42	32	10	18	13	5
Braga		359	292	67	..	163	133	30	145	125	20	67	62	5
Bragança		59	42	17	..	21	12	9	18	16	2	3	3	..
Castelo Branco		85	68	17	..	46	38	8	34	29	5	16	13	3
Coimbra		250	207	43	..	129	101	28	105	90	15	52	40	12
Évora		105	85	20	..	46	39	7	35	28	7	13	12	1
Faro		526	418	108	..	233	189	44	183	145	38	83	62	21
Guarda		55	44	11	..	31	26	5	14	12	2	7	7	..
Leiria		324	276	48	..	170	139	31	114	100	14	59	49	10
Lisboa		6 055	4 905	1 149	1	2 971	2 508	463	2 720	2 270	450	1 461	1 249	212
Portalegre		42	34	8	..	14	11	3	18	14	4	6	5	1
Porto		3 464	2 878	586	..	1 839	1 570	269	2 272	1 998	274	1 331	1 173	158
Santarém		305	248	57	..	122	109	13	138	112	26	57	51	6
Setúbal		2 024	1 649	375	..	871	741	130	963	835	128	420	375	45
Viana do Castelo		104	93	11	..	51	46	5	32	29	3	10	9	1
Vila Real		64	53	11	..	36	27	9	28	23	5	15	11	4
Viseu		175	142	33	..	78	66	12	50	40	10	27	20	7
Açores		97	80	17	..	45	41	4	22	18	4	9	8	1
Madeira		143	124	19	..	59	52	7	10	9	1	5	5	..
Estrangeiro		108	87	21	..	59	49	10	10	9	1	7	6	1
Desconhecido		265	216	49	..	86	73	13	94	75	19	32	24	8

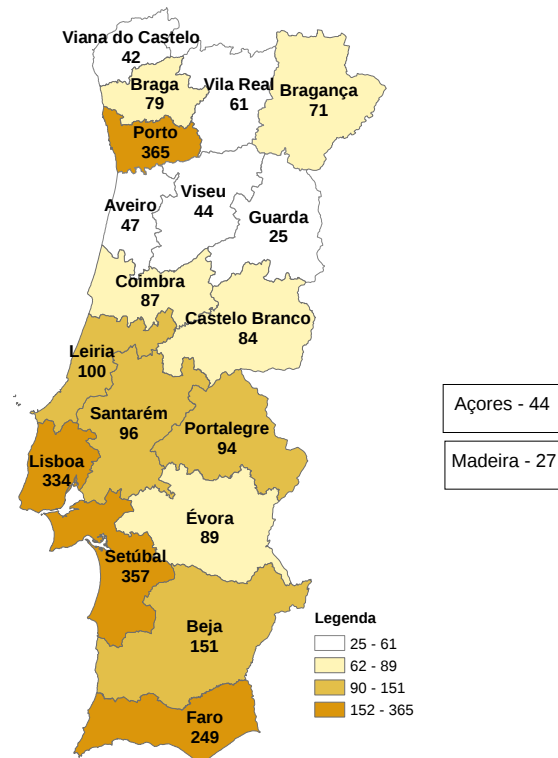
a) Vivos e mortos.

Fonte: Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P. (INSA, I. P.): Núcleo de Vigilância Laboratorial de Doenças Infecciosas, 31/12/2008 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Figura 13 - Notificações de Casos de Infecção pelo VIH Associados à Toxicodependência,
por Zona Geográfica de Residência

01/01/1983 - 31/12/2008

Taxas por 100 000 habitantes na faixa etária 15-64 anos



Fonte: Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P. (INSA, I. P.): Núcleo de Vigilância Laboratorial de Doenças Infecciosas, 31/12/2008 / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 43 - Utentes Rastreados para o VIH, segundo o Ano, por Tipo de Estrutura
2000 - 2008

VIH / Ano Estrutura/Rede	Utentes Testados ^{a)}										Utentes com VIH+										Utentes em Trat. c/ Anti-retrovirais									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008			
Ambulatório/Rede Pública																														
Utentes em Tratamento no Ano	—	—	—	7 466	6 516	7 548	13 048	16 662	17 596	—	—	—	1 216	1 070	1 144	1 922	2 023	2 034	—	—	—	409	382	456	834	798	733			
Utentes em Primeiras Consultas	2 533	2 683	1 688	1 443	1 154	917	1 520	1 845	2 381	367	365	182	219	141	114	165	167	220	82	159	60	62	27	33	45	58	35			
Unidades de Desabituação	3 214	2 694	2 764	2 767	2 824	3 274	2 619	2 664	2 648	450	452	367	440	372	419	353	340	323	123	125	139	178	134	120	118	127	161			
Rede Pública	1 885	1 802	1 840	1 812	1 641	1 696	1 430	1 466	1 703	272	302	245	289	225	236	203	205	206	78	81	76	98	71	69	60	65	88			
Rede Licenciada	1 329	892	924	955	1 183	1 578	1 189	1 198	945	178	150	122	151	147	183	150	135	117	45	44	63	80	63	51	58	62	73			
Comunidades Terapêuticas	3 398	3 863	3 930	3 966	3 993	3 962	4 128	4 232	4 436	561	688	630	637	665	637	664	659	617	386	520	433	441	450	379	420	398	408			
Rede Pública	65	59	66	57	75	68	110	132	128	5	6	14	8	5	7	18	18	12	4	5	8	7	4	2	14	18	9			
Rede Licenciada	3 333	3 804	3 864	3 909	3 918	3 894	4 018	4 100	4 308	556	682	616	629	660	630	646	641	605	382	515	425	434	446	377	406	380	399			
Centros de Dia	—	350	486	582	579	530	585	479	475	—	65	102	144	162	116	129	137	118	—	54	78	111	100	76	98	94	87			
Rede Pública	—	26	43	73	83	73	76	82	80	—	11	23	30	33	30	28	28	26	—	5	10	21	21	21	15	16	23			
Rede Licenciada	—	324	443	509	496	457	509	397	395	—	54	79	114	129	86	101	109	92	—	49	68	90	79	55	83	78	64			

a) Casos com informação sobre os resultados dos testes.

Fonte: Unidades Licenciadas / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DR / DMFRI - NE

Quadro 44 - Utentes Rastreados para a Hepatite B, segundo o Ano, por Tipo de Estrutura
2000 - 2008

Hepatite B / Ano Estrutura/Rede	Utentes Testados ^{a)}									Utentes com AgHBs+								
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Ambulatório/Rede Pública																		
Utentes em Tratamento no Ano	—	—	—	6 889	5 941	6 924	11 727	13 194	13 513	—	—	—	266	207	238	403	469	452
Utentes em Primeiras Consultas	2 553	2 603	1 809	1 373	1 024	891	1 355	1 395	1 441	246	141	139	42	27	16	39	41	39
Unidades de Desabituação	3 241	2 681	2 580	2 726	2 739	3 202	2 527	2 628	2 680	797	182	262	179	252	150	218	263	55
Rede Pública	1 865	1 771	1 840	1 755	1 561	1 607	1 338	1 423	1 732	74	60	57	52	62	47	31	38	43
Rede Licenciada	1 376	910	740	971	1 178	1 595	1 189	1 205	948	723	122	205	127	190	103	187	225	12
Comunidades Terapêuticas	3 367	3 980	4 000	4 011	4 094	3 987	4 041	4 267	4 478	453	374	387	316	305	298	227	296	271
Rede Pública	65	59	66	57	75	68	110	129	131	4	6	1	4	7	1	5	12	17
Rede Licenciada	3 302	3 921	3 934	3 954	4 019	3 919	3 931	4 138	4 347	449	368	386	312	298	297	222	284	254
Centros de Dia	—	341	484	579	567	529	593	440	427	—	11	42	60	45	36	30	30	14
Rede Pública	—	26	43	73	79	73	77	82	80	—	..	1	1	1	3	5	5	12
Rede Licenciada	—	315	441	506	488	456	516	358	347	—	11	41	59	44	33	25	25	2

a) Casos com informação sobre os resultados dos testes.

Fonte: Unidades Licenciadas / Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I. P.: DR / DMFRI - NE

Quadro 45 - Utentes Rastreados para a Hepatite C, segundo o Ano, por Tipo de Estrutura
2000 - 2008

Hepatite C / Ano Estrutura/Rede	Utentes Testados ^{a)}									Utentes com VHC+								
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Ambulatório/Rede Pública																		
Utentes em Tratamento no Ano	—	—	—	6 963	6 206	7 111	12 723	14 106	14 283	—	—	—	4 040	3 577	3 780	6 910	7 318	7 177
Utentes em Primeiras Consultas	2 553	2 603	1 809	1 367	1 043	897	1 524	1 440	1 476	1 248	1 164	1 157	617	464	348	636	557	494
Unidades de Desabituação	3 280	2 806	2 824	2 731	2 766	3 219	2 555	2 691	2 728	2 249	1 614	1 660	1 693	1 720	1 736	1 235	1 280	1 663
Rede Pública	1 815	1 768	1 840	1 763	1 590	1 623	1 366	1 483	1 776	1 089	1 160	1 042	1 103	1 017	964	844	856	1 008
Rede Licenciada	1 465	1 038	984	968	1 176	1 596	1 189	1 208	952	1 160	454	618	590	703	772	391	424	655
Comunidades Terapêuticas	3 367	3 980	4 000	4 011	4 094	3 984	4 106	4 185	4 464	1 644	2 025	2 052	1 940	2 030	1 824	1 774	1 829	1 829
Rede Pública	65	59	66	57	75	68	110	120	131	28	42	26	30	41	23	66	50	51
Rede Licenciada	3 302	3 921	3 934	3 954	4 019	3 916	3 996	4 065	4 333	1 616	1 983	2 026	1 910	1 989	1 801	1 708	1 779	1 778
Centros de Dia	—	341	484	579	567	529	592	463	455	—	132	216	254	296	233	246	243	203
Rede Pública	—	26	43	73	79	73	76	82	80	—	15	23	40	34	46	36	45	43
Rede Licenciada	—	315	441	506	488	456	516	381	375	—	117	193	214	262	187	210	198	160

a) Casos com informação sobre os resultados dos testes.

Fonte: Unidades Licenciadas / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DR / DMFRI - NE

Quadro 46 - Utentes Rastreados para a Tuberculose, segundo o Ano, por Tipo de Estrutura
2000 - 2008

Tuberculose / Ano Estrutura/Rede	Utentes Testados ^{a)}										Utentes Positivos										Utentes em Tratamento									
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008			
Ambulatório/Rede Pública																														
Utentes em Tratamento no Ano	—	—	—	3 901	2 726	3 282	5 317	6 338	6 488	—	—	—	124	107	88	164	170	159	—	—	—	124	107	88	164	170	159			
Utentes em Primeiras Consultas	1 187	1 552	945	878	551	462	661	679	765	25	36	38	26	22	12	13	11	15	25	36	38	23	22	12	13	11	15			
Unidades de Desabituação	2 175	1 388 ^{b)}	2 293 ^{b)}	2 413 ^{b)}	2 856	3 323	2 639	2 684	2 620	23	17	23	34	19	25	11	12	26	23	12	23	33	18	22	10	12	26			
Rede Pública	1 906	1 003 ^{b)}	1 448 ^{b)}	1 399 ^{b)}	1 669	1 729	1 451	1 476	1 678	16	9	21	3	15	11	7	12	7	16	9	21	2	15	11	7	12	7			
Rede Licenciada	269	385	845	1 014	1 187	1 594	1 188	1 208	942	7	8	2	31	4	14	4	..	19	7	3	2	31	3	11	3	..	19			
Comunidades Terapêuticas	3 404	3 870	4 055	4 042	4 002	3 854	4 024	4 184	4 466	38	49	57	87	73	34	76	132	36	38	48	57	83	73	34	76	59	34			
Rede Pública	48	59	66	57	75	68	110	130	131	2	..	..	3	1	..	1	..	..	2	..	..	3	1	..	1	..	..			
Rede Licenciada	3 356	3 811	3 989	3 985	3 927	3 786	3 914	4 054	4 335	36	49	57	84	72	34	75	132	36	36	48	57	80	72	34	75	59	34			
Centros de Dia	—	301	407	514	543	527	571	449	410	—	10	15	16	12	11	6	15	11	—	10	15	15	10	7	6	15	11			
Rede Pública	—	25	26	73	83	73	77	81	80	—	1	..	1	2	3	4	10	9	—	1	..	1	2	2	4	10	9			
Rede Licenciada	—	276	381	441	460	454	494	368	330	—	9	15	15	10	8	2	5	2	—	9	15	14	8	5	2	5	2			

a) Casos com informação sobre os resultados dos testes.

b) Devido a problemas surgidos com alguns resultados dos testes da Tuberculose, a opção técnica foi não considerar os casos testados relacionados com esses resultados, o que subestima a cobertura real realizada nestas estruturas, mas, em contrapartida, contextualiza melhor os resultados de positividade disponíveis.

Fonte: Unidades Licenciadas / Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I. P.: DR / DMFRI - NE



Quadro 47 - Óbitos Gerais Relacionados com o Consumo de Drogas

2002 - 2008

Critério ^{a)}	Ano						
	2002	2003	2004	2005	2006	2006	2008
Lista Sucinta Europeia	21	14	9	6	8	11	16
Protocolo OEDT	34	23	20	9	12	14	20

a) A causa de morte *Dependência de drogas, toxicomania*, CID 10 - Lista Sucinta Europeia, inclui todos os códigos F11 a F16 e F18 a F19 a quatro dígitos. O Observatório Europeu da Droga e da Toxicodpendência utiliza para a sua definição de *mortes relacionadas com drogas (mortes causadas directamente pelo consumo de drogas de abuso)*, os seguintes códigos da CID 10: F11 a F12, F14 a F16, F19, e, X42, X62, Y12 (combinando estes últimos três códigos com os códigos T 40.0-9) e X41, X61 e Y11 Y12 (combinando estes últimos três códigos com o código T 43.6).

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I. P. / Instituto da Droga e da Toxicodpendência, I. P.: DMFRI - NE

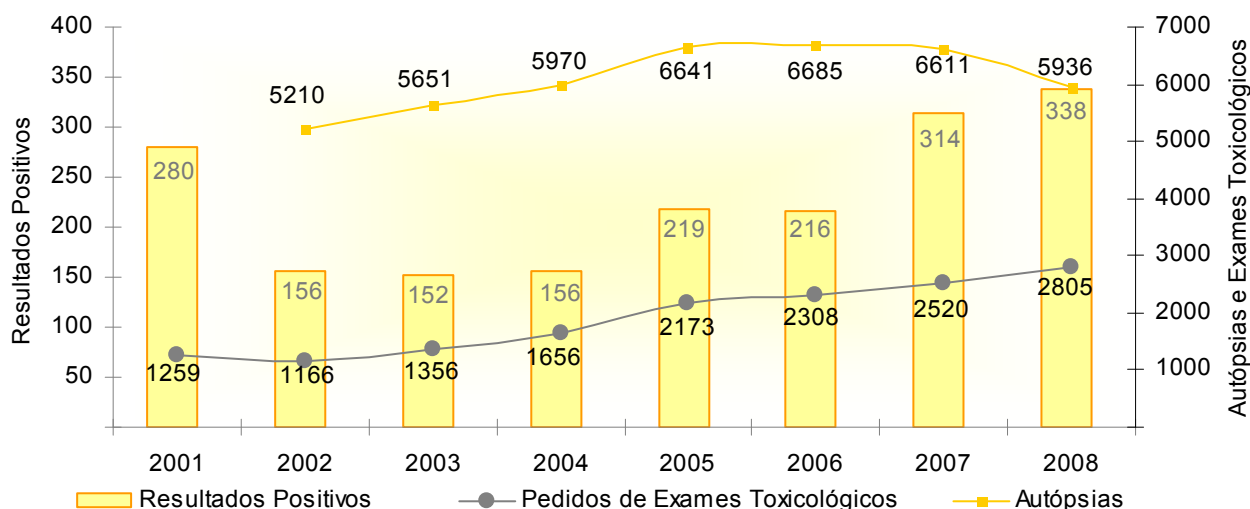
Quadro 48 - Mortes com Resultados Positivos nos Exames Toxicológicos*, segundo o Ano, por Delegação do Instituto Nacional de Medicina Legal e Sexo

2000 - 2008

Delegação/Sexo	Ano								
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2006	2008
Total	318	280	156	152	156	219	216	314	338
Masculino	280	253	135	141	140	198	204	287	290
Feminino	38	27	21	11	16	21	12	27	48
Norte	100	109	63	59	32	72	68	72	98
Masculino	90	100	59	57	28	65	65	66	85
Feminino	10	9	4	2	4	7	3	6	13
Centro	49	38	19	18	45	47	48	100	65
Masculino	46	36	13	17	42	42	46	89	57
Feminino	3	2	6	1	3	5	2	11	8
Sul	169	133	74	75	79	100	100	142	175
Masculino	144	117	63	67	70	91	93	132	148
Feminino	25	16	11	8	9	9	7	10	27

* Exames toxicológicos de substâncias psicotrópicas ou estupefacientes, efectuados no INML, I. P..

Fonte: Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P. / Instituto da Droga e da Toxicodpendência, I. P.: DMFRI - NE

Figura 14 - Autópsias, Exames Toxicológicos* e Resultados Positivos, segundo o Ano

* Exames toxicológicos de substâncias psicotrópicas ou estupefacientes, efectuados no INML, I. P..

Fonte: Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P. / Instituto da Droga e da Toxicodpendência, I. P.: DMFRI - NE

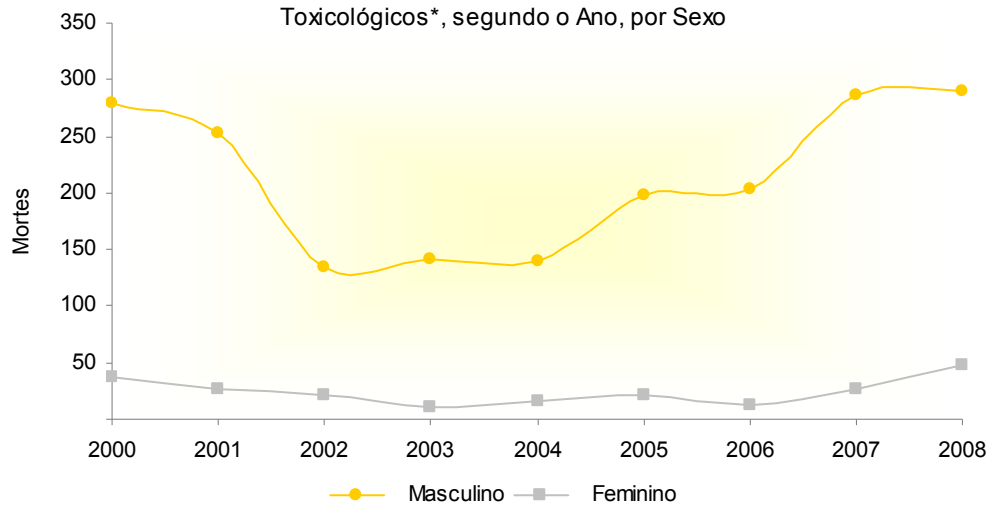
Quadro 49 - Mortes com Resultados Positivos nos Exames Toxicológicos*, segundo o Ano, por Grupo Etário e Sexo
2000 - 2008

Grupo Etário/Sexo	Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total		318	280	156	152	156	219	216	314	338
Masculino		280	253	135	141	140	198	204	287	290
Feminino		38	27	21	11	16	21	12	27	48
≤ 19 anos		4	6	4	6	4	3	9	17	8
Masculino		3	4	2	6	3	2	9	16	7
Feminino		1	2	2	..	1	1	..	1	1
20-24 anos		45	24	9	15	10	9	21	28	22
Masculino		44	24	9	14	10	9	19	26	21
Feminino		1	..	..	1	..	..	2	2	1
25-29 anos		54	64	34	15	29	29	29	48	47
Masculino		48	59	29	12	25	27	28	45	43
Feminino		6	5	5	3	4	2	1	3	4
30-34 anos		69	66	33	38	28	38	36	58	62
Masculino		60	59	31	35	23	36	33	51	54
Feminino		9	7	2	3	5	2	3	7	8
35-39 anos		59	46	33	24	19	32	48	47	52
Masculino		51	42	29	23	18	30	45	44	50
Feminino		8	4	4	1	1	2	3	3	2
40-44 anos		28	22	13	17	23	26	18	47	46
Masculino		25	21	11	17	22	22	16	42	40
Feminino		3	1	2	..	1	4	2	5	6
≥ 45 anos		14	11	6	7	14	24	22	37	47
Masculino		14	11	6	6	13	20	22	32	35
Feminino		..	..	..	1	1	4	..	5	12
Desconhecido		45	41	24	30	29	58	33	32	54
Masculino		35	33	18	28	26	52	32	31	40
Feminino		10	8	6	2	3	6	1	1	14

* Exames toxicológicos de substâncias psicotrópicas ou estupefacientes, efectuados no INML, I. P..

Fonte: Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P. / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

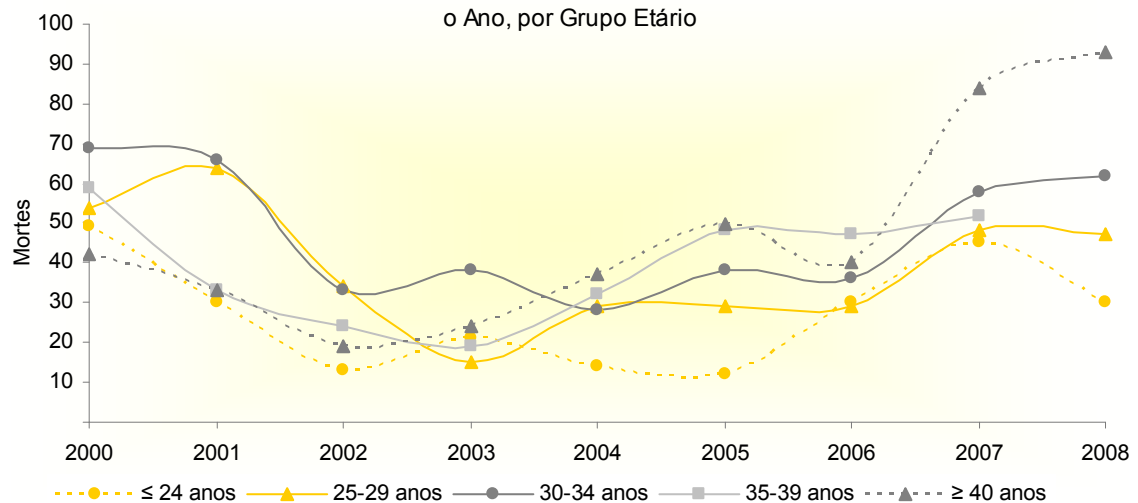
Figura 15 - Mortes com Resultados Positivos nos Exames Toxicológicos*, segundo o Ano, por Sexo



* Exames toxicológicos de substâncias psicotrópicas ou estupefacientes, efectuados no INML, I. P..

Fonte: Quadro 49

Figura 16 - Mortes com Resultados Positivos nos Exames Toxicológicos*, segundo o Ano, por Grupo Etário



* Exames toxicológicos de substâncias psicotrópicas ou estupefacientes, efectuados no INML, I. P..

Fonte: Quadro 49

Quadro 50 - Mortes com Resultados Positivos nos Exames Toxicológicos*, segundo o Grupo Etário e Sexo, por Tipo de Droga

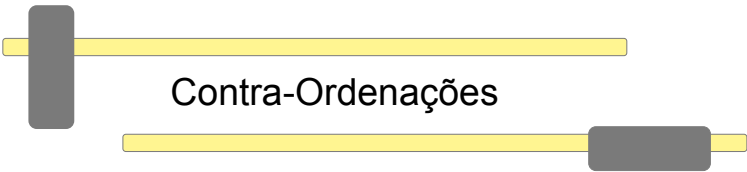
2008

Grupo Etário/Sexo																													
			Total			≤ 19			20-24			25-29			30-34			35-39			40-44			≥ 45			Desc.		
Tipo de Droga	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F		
Total	2007	314	287	27	17	16	1	28	26	2	48	45	3	58	51	7	47	44	3	47	42	5	37	32	5	32	31	1	
	2008	338	290	48	8	7	1	22	21	1	47	43	4	62	54	8	52	50	2	46	40	6	47	35	12	54	40	14	
Só Anfetaminas ^{a)}		1	1	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	
Só Canabinóides		33	30	3	4	3	1	7	7	..	2	2	..	4	4	..	3	3	..	5	5	..	4	4	..	4	2	2	
Só Cocaína		30	24	6	..	..	..	..	..	..	4	4	..	9	6	3	5	4	1	4	3	1	2	2	..	6	5	1	
Só Metadona		7	6	1	..	..	..	..	..	..	1	1	..	1	1	..	2	2	..	..	..	..	1	1	..	2	1	1	
Só Opiáceos ^{b)}		64	52	12	..	..	..	..	..	..	6	5	1	12	11	1	7	7	..	10	8	2	21	13	8	8	8	..	
Anfetaminas ^{a)} +Cannabinóides		1	1	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..	..	
Canabinóides+Álcool ^{c)}		26	25	1	2	2	..	6	6	..	7	7	..	3	3	..	..	..	..	5	5	..	..	..	..	..	3	2	1
Canabinóides+Cocaína		3	2	1	..	..	..	..	..	..	1	1	..	1	..	1	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	1	1	..
Canabinóides+Medicamentos		2	1	1	..	..	..	..	..	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	1	..	1	
Canabinóides+Opiáceos ^{b)}		3	3	..	..	..	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..	1	1	..	
Cocaína+Álcool ^{c)}		7	7	..	..	..	..	..	..	..	3	3	..	1	1	..	..	..	..	1	1	..	..	..	..	2	2	..	
Cocaína+Medicamentos		5	2	3	..	..	..	1	..	1	..	..	..	..	..	..	1	..	1	2	1	1	..	..	..	1	1	..	
Cocaína+Metadona		1	1	..	..	..	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	
Cocaína+Opiáceos ^{b)}		46	41	5	..	..	..	..	..	..	9	7	2	15	15	..	9	9	..	7	6	1	3	1	2	3	3	..	
Medicamentos+Metadona		8	7	1	..	..	..	..	..	..	2	2	..	1	1	..	2	2	..	..	..	..	1	1	..	2	1	1	
Medicamentos+Opiáceos ^{b)}		9	7	2	1	1	..	..	..	..	1	1	..	2	..	2	2	2	..	1	1	..	..	..	..	2	2	..	
Metadona+Álcool ^{c)}		2	2	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	1	1	..	..	..	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..	
Metadona+Opiáceos ^{b)}		1	..	1	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	1	..	1	..	..	..	..	..	..	..	
Opiáceos ^{b)} +Álcool ^{c)}		29	23	6	..	..	..	1	1	..	3	3	..	4	3	1	7	7	..	4	4	..	4	3	1	6	2	4	
Canabinóides+Cocaína+Álcool ^{c)}		2	2	..	..	..	..	..	..	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	1	1	..	
Canabinóides+Cocaína+Opiáceos ^{b)}		1	1	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	1	1	..	..	..	..	..	
Canabinóides+Medicamentos+Metadona		2	2	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	1	1	..	..	..	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..	
Canabinóides+Medicamentos+Opiáceos ^{b)}		2	2	..	..	..	..	..	..	..	1	1	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	
Canabinóides+Opiáceos ^{b)} +Álcool ^{c)}		1	1	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	1	1	..	
Cocaína+Medicamentos+Álcool ^{c)}		3	3	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	3	3	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	
Cocaína+Medicamentos+Metadona		2	2	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	1	1	..	1	1	..	..	..	..	
Cocaína+Medicamentos+Opiáceos ^{b)}		6	6	..	..	..	..	2	2	..	..	..	..	3	3	..	..	..	..	..	..	..	1	1	..	..	..	..	
Cocaína+Metadona+Álcool ^{c)}		1	1	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	1	1	..	
Cocaína+Metadona+Opiáceos ^{b)}		2	2	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..	1	1	..	
Cocaína+Opiáceos ^{b)} +Álcool ^{c)}		12	11	1	..	..	..	1	1	..	..	..	..	1	1	..	4	4	..	..	..	..	4	3	1	2	2	..	
Medicamentos+Metadona+Álcool ^{c)}		2	2	..	..	..	..	..	..	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	1	1	..	..	..	..	
Medicamentos+Metadona+Opiáceos		2	2	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	2	2	..	
Medicamentos+Opiáceos ^{b)} +Álcool ^{c)}		11	10	1	..	..	..	1	1	..	2	2	..	..	..	..	2	2	..	1	1	..	3	3	..	2	1	1	
Anfetaminas ^{a)} +Canabinóides+Cocaína+Opiáceos ^{b)}		1	1	..	..	..	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	
Canabinóides+Cocaína+Metadona+Álcool ^{c)}		1	1	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	
Canabinóides+Medicamentos+Opiáceos ^{b)} +Álcool ^{c)}		1	1	..	..	..	..	..	..	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	
Cocaína+Medicamentos+Opiáceos ^{b)} +Álcool ^{c)}		4	3	1	..	..	..	..	..	..	..	..	..	1	1	..	1	1	..	1	1	..	..	..	..	1	..	1	
Cocaína+Metadona+Opiáceos ^{b)} +Álcool ^{c)}		2	1	1	..	..	..	..	..	..	1	..	1	..	..	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	
Canabinóides+Cocaína+Medicamentos+Opiáceos ^{b)} +Álcool ^{c)}		1	..	1	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	1	..	1	
Cocaína+Medicamentos+Metadona+Opiáceos ^{b)} +Álcool ^{c)}		1	1	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	

* Exames toxicológicos de substâncias psicotrópicas ou estupefacientes, efectuados no INML, I. P.. a) Inclui anfetaminas, metanfetaminas, MDA e MDMA. b) Inclui heroína, morfina e codeína.

c) Considerou-se os valores iguais ou superiores a 0,5 g/l.

Fonte: Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P. / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE



Quadro 51 - Distribuição dos Processos de Contra-Ordenação, segundo o Ano*, por Distrito

2001 (2.º semestre) - 2008

Ano								
Distrito	2001 ^{a)} (2.º semestre)	2002 ^{a)}	2003 ^{a)}	2004 ^{a)}	2005 ^{a)}	2006 ^{a)}	2007 ^{a)}	2008
Total	2 366	5 580	6 100	5 370	6 260	6 216	6 744	6 543
Aveiro	153	353	502	477	426	421	466	599
Beja	121	299	203	146	273	112	217	196
Braga	263	458	628	454	447	613	545	599
Bragança	56	69	83	49	43	87	39	45
Castelo Branco	33	133	101	93	92	40	49	57
Coimbra	69	133	141	171	201	167	227	183
Évora	21	82	79	99	92	72	100	120
Faro	263	454	399	460	431	486	713	513
Guarda	16	50	108	54	65	78	47	33
Leiria	71	186	158	183	143	102	136	121
Lisboa	419	1 065	1 062	972	1 605	1 596	1 598	1 294
Portalegre	41	109	137	79	62	83	113	101
Porto	323	1 117	1 217	1 054	1 346	1 436	1 368	1 467
Santarém	117	194	241	158	160	149	176	104
Setúbal	219	471	482	358	305	424	581	617
Viana do Castelo	64	135	188	157	154	96	136	175
Vila Real	48	103	166	105	134	106	97	123
Viseu	69	169	205	301	281	148	136	196

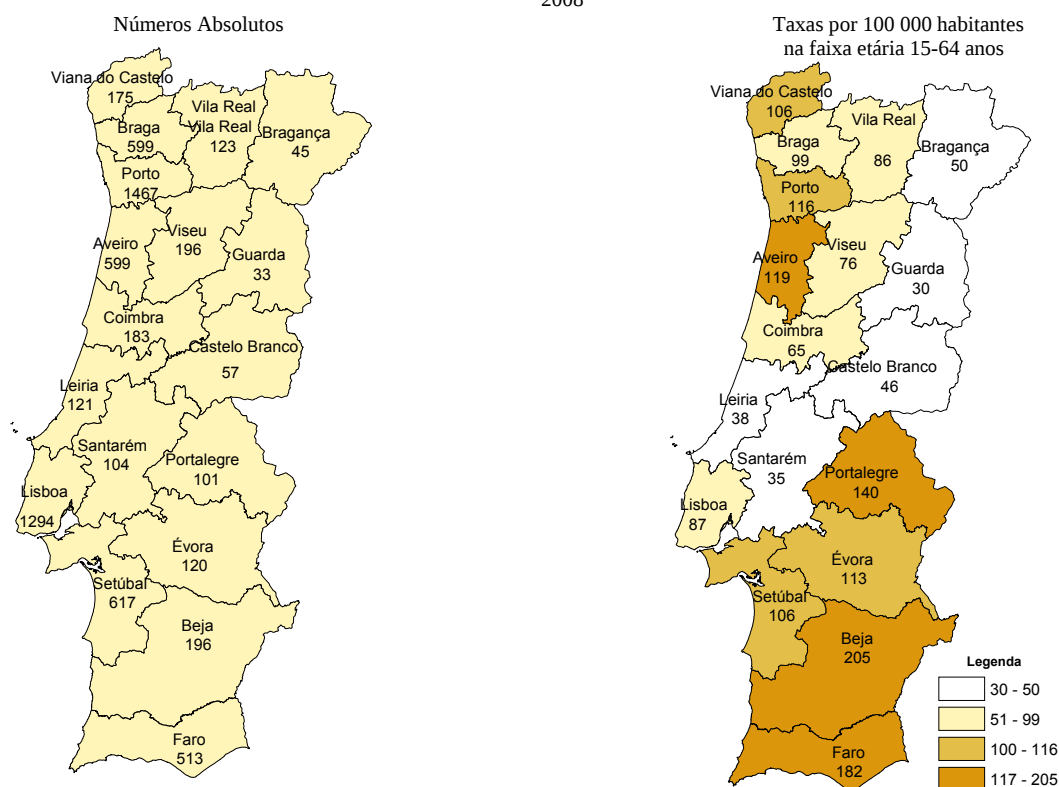
* Ano em que ocorreu o facto punível como contra-ordenação.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação. Entre 31/03/2002 e 31/03/2003 deram entrada nas CDT mais 282 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contra-ordenação referente ao ano de 2001, entre 31/03/2003 e 31/03/2004, mais 496 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2002, entre 31/03/2004 e 31/03/2005, mais 725 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005, entre 31/03/2007 e 31/03/2008, mais 497 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2006, e entre 31/03/2008 e 31/03/2009, mais 361 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2007.

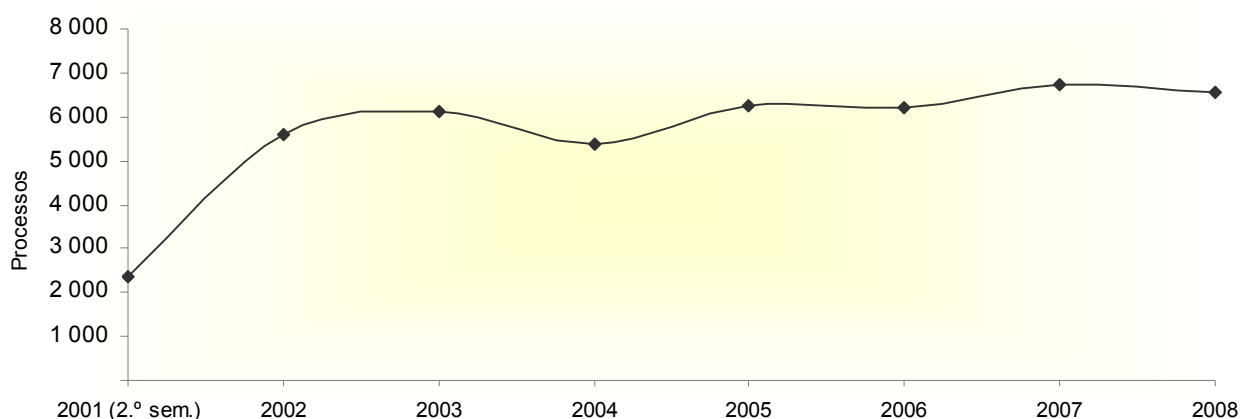
Fonte: Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I. P.: GAD / DMFRI - NE

Figura 17 - Distribuição dos Processos de Contra-Ordenação, por Distrito

2008



Fonte: Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I. P.: GAD / DMFRI - NE

Figura 18 - Processos de Contra-Ordenação, segundo o Ano*

* Ano em que ocorreu o facto punível como contra-ordenação. Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação.

Fonte: Quadro 51

Quadro 52 - Distribuição dos Processos de Contra-Ordenação, segundo o Ano*, por Mês de Ocorrência

2001 (2.º semestre) - 2008

Mês de Ocorrência \ Ano								
	2001 ^{a)} (2.º semestre)	2002 ^{a)}	2003 ^{a)}	2004 ^{a)}	2005 ^{a)}	2006 ^{a)}	2007 ^{a)}	2008
Total	2 366	5 580	6 100	5 370	6 260	6 216	6 744	6 543
Janeiro	—	525	603	592	639	601	827	585
Fevereiro	—	453	526	445	623	508	603	504
Março	—	498	543	536	549	588	674	567
Abril	—	400	549	454	679	569	541	469
Maio	—	469	592	504	592	619	597	622
Junho	—	468	527	386	472	408	548	466
Julho	326	456	496	421	436	445	534	513
Agosto	449	388	378	357	364	511	674	638
Setembro	403	419	443	399	499	534	507	678
Outubro	400	596	595	483	512	531	471	695
Novembro	487	483	522	455	492	466	449	480
Dezembro	301	425	326	338	403	436	319	326

* Mês e ano em que ocorreu o facto punível como contra-ordenação.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação. Entre 31/03/2002 e 31/03/2003 deram entrada nas CDT mais 282 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contra-ordenação referente ao ano de 2001, entre 31/03/2003 e 31/03/2004, mais 496 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2002, entre 31/03/2004 e 31/03/2005, mais 725 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005, entre 31/03/2007 e 31/03/2008, mais 497 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2006, e entre 31/03/2008 e 31/03/2009, mais 361 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2007.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI - NE

Quadro 53 - Distribuição dos Processos de Contra-Ordenação, segundo a sua Origem, por Distrito
2008

Distrito \ Origem	Total	GNR	PSP	Tribunal	Outra
2007^{a)}	6 744	2 250	2 606	1 856	32
Total	6 543	2 196	3 008	1 291	48
2008					
Aveiro	599	192	347	60	..
Beja	196	124	42	30	..
Braga	599	153	336	94	16
Bragança	45	12	13	12	8
Castelo Branco	57	33	16	8	..
Coimbra	183	49	72	62	..
Évora	120	62	46	12	..
Faro	513	263	214	30	6
Guarda	33	17	10	6	..
Leiria	121	44	54	17	6
Lisboa	1 294	409	690	188	7
Portalegre	101	49	44	8	..
Porto	1 467	272	623	571	1
Santarém	104	42	55	7	..
Setúbal	617	246	271	97	3
Viana do Castelo	175	51	89	35	..
Vila Real	123	62	50	11	..
Viseu	196	116	36	43	1

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação. Entre 31/03/2008 e 31/03/2009 deram entrada nas CDT mais 361 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contra-ordenação referente ao ano de 2007.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI - NE

Quadro 54 - Distribuição dos Processos de Contra-Ordenação, segundo o Ano*, por Origem
2001 (2.º semestre) - 2008

Origem \ Ano	2001 (2.º semestre) - 2008							
	2001 ^{a)} (2.º semestre)	2002 ^{a)}	2003 ^{a)}	2004 ^{a)}	2005 ^{a)}	2006 ^{a)}	2007 ^{a)}	2008
Total	2 366	5 580	6 100	5 370	6 260	6 216	6 744	6 543
GNR	707	1 512	1 682	1 465	1 387	1 718	2 250	2 196
PSP	1 193	2 475	2 883	2 629	2 926	2 612	2 606	3 008
Tribunal	395	1 539	1 514	1 240	1 878	1 847	1 856	1 291
Outra	71	54	21	36	69	39	32	48

* Ano em que ocorreu o facto punível como contra-ordenação.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação. Entre 31/03/2002 e 31/03/2003 deram entrada nas CDT mais 282 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contra-ordenação referente ao ano de 2001, entre 31/03/2003 e 31/03/2004, mais 496 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2002, entre 31/03/2004 e 31/03/2005, mais 725 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005, entre 31/03/2007 e 31/03/2008, mais 497 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2006, e entre 31/03/2008 e 31/03/2009, mais 361 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2007.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI - NE

Quadro 55 - Distribuição dos Processos de Contra-Ordenação, segundo o Estado do Processo*, por Distrito
2008

Estado do Processo Distrito	Total	Pendente	Arquivado	Suspenso
2007^{a)}	6 744	3 406	1 542	1 796
2008	6 543	1 941	2 277	2 325
Total				
Aveiro	599	7	338	254
Beja	196	48	42	106
Braga	599	480	40	79
Bragança	45	1	18	26
Castelo Branco	57	2	8	47
Coimbra	183	55	65	63
Évora	120	..	74	46
Faro	513	138	219	156
Guarda	33	4	6	23
Leiria	121	33	49	39
Lisboa	1 294	667	377	250
Portalegre	101	6	51	44
Porto	1 467	209	708	550
Santarém	104	1	78	25
Setúbal	617	190	84	343
Viana do Castelo	175	..	53	122
Vila Real	123	21	45	57
Viseu	196	79	22	95

* Na leitura dos dados relativos às decisões proferidas, deve ser tomada em consideração que algumas CDT estiveram entre 2003 e 2008 a funcionar sem *quórum*, o que condicionou as diligências processuais, nomeadamente a capacidade decisória na aplicação da Lei n.º 30/2000: desde 2003 as CDT de Viseu e da Guarda; desde o último trimestre de 2004 as CDT de Faro e Bragança; desde 2005 a CDT de Lisboa; desde finais de Junho de 2007 a CDT de Coimbra, e, desde Junho de 2008 a CDT de Vila Real. A reposição de quórum nestas CDT foi concretizada durante o primeiro semestre do ano de 2008, com excepção da CDT de Vila Real cuja reposição ocorreu posteriormente. No entanto, persistem ainda algumas lacunas nas equipas técnicas de algumas CDT: em 2008, cinco CDT (Castelo Branco, Braga, Bragança, Guarda e Vila Real) não tiveram qualquer elemento na área técnica e muitas das restantes tiveram um número insuficiente de profissionais.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação. Entre 31/03/2008 e 31/03/2009 deram entrada nas CDT mais 361 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contra-ordenação referente ao ano de 2007.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI - NE

Quadro 56 - Distribuição dos Processos de Contra-Ordenação, segundo o Ano*, por Estado do Processo**
2001 (2.º semestre) - 2008

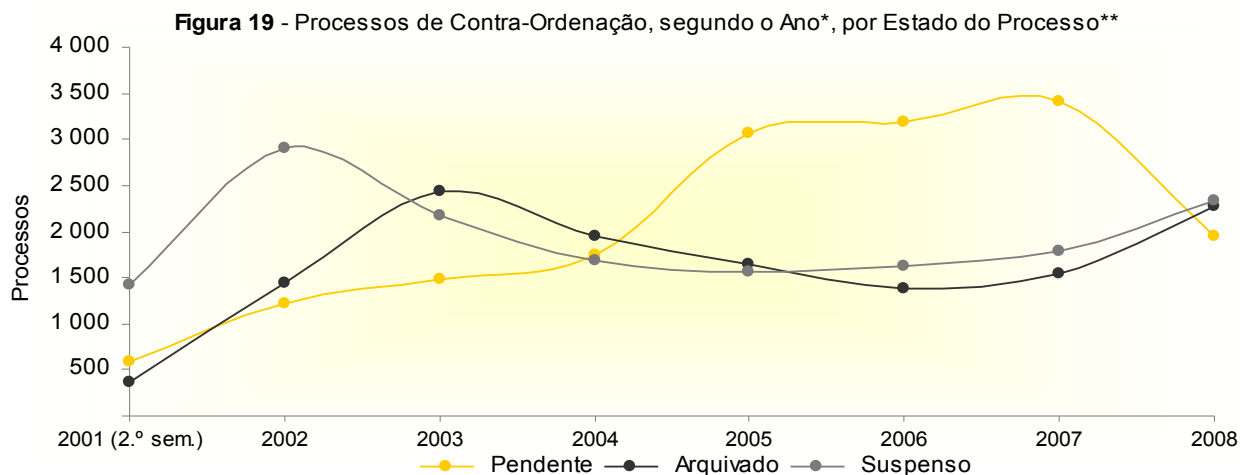
Estado do Processo	2001 ^{a)} (2.º semestre)	2002 ^{a)}	2003 ^{a)}	2004 ^{a)}	2005 ^{a)}	2006 ^{a)}	2007 ^{a)}	2008
Total	2 366	5 580	6 100	5 370	6 260	6 216	6 744	6 543
Pendente	583	1 222	1 474	1 739	3 068	3 196	3 406	1 941
Arquivado	366	1 449	2 446	1 952	1 638	1 387	1 542	2 277
Suspenso	1 417	2 909	2 180	1 679	1 554	1 633	1 796	2 325

* Ano em que ocorreu o facto punível como contra-ordenação.

** Na leitura dos dados relativos às decisões proferidas, deve ser tomada em consideração que algumas CDT estiveram entre 2003 e 2008 a funcionar sem *quórum*, o que condicionou as diligências processuais, nomeadamente a capacidade decisória na aplicação da Lei n.º 30/2000: desde 2003 as CDT de Viseu e da Guarda; desde o último trimestre de 2004 as CDT de Faro e Bragança; desde 2005 a CDT de Lisboa; desde finais de Junho de 2007 a CDT de Coimbra, e, desde Junho de 2008 a CDT de Vila Real. A reposição de quórum nestas CDT foi concretizada durante o primeiro semestre do ano de 2008, com excepção da CDT de Vila Real cuja reposição ocorreu posteriormente. No entanto, persistem ainda algumas lacunas nas equipas técnicas de algumas CDT: em 2008, cinco CDT (Castelo Branco, Braga, Bragança, Guarda e Vila Real) não tiveram qualquer elemento na área técnica e muitas das restantes tiveram um número insuficiente de profissionais.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação. Entre 31/03/2002 e 31/03/2003 deram entrada nas CDT mais 282 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contra-ordenação referente ao ano de 2001, entre 31/03/2003 e 31/03/2004, mais 496 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2002, entre 31/03/2004 e 31/03/2005, mais 725 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005, entre 31/03/2007 e 31/03/2008, mais 497 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2006, e entre 31/03/2008 e 31/03/2009, mais 361 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2007.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI - NE



* Ano em que ocorreu o facto punível como contra-ordenação. Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação.

** Na leitura dos dados relativos às decisões proferidas, deve ser tomada em consideração que algumas CDT estiveram entre 2003 e 2008 a funcionar sem *quórum*, o que condicionou as diligências processuais, nomeadamente a capacidade decisória na aplicação da Lei n.º 30/2000: desde 2003 as CDT de Viseu e da Guarda; desde o último trimestre de 2004 as CDT de Faro e Bragança; desde 2005 a CDT de Lisboa; desde finais de Junho de 2007 a CDT de Coimbra, e, desde Junho de 2008 a CDT de Vila Real. A reposição de quórum nestas CDT foi concretizada durante o primeiro semestre do ano de 2008, com excepção da CDT de Vila Real cuja reposição ocorreu posteriormente. No entanto, persistem ainda algumas lacunas nas equipas técnicas de algumas CDT: em 2008, cinco CDT (Castelo Branco, Braga, Bragança, Guarda e Vila Real) não tiveram qualquer elemento na área técnica e muitas das restantes tiveram um número insuficiente de profissionais.

Fonte: Quadro 56

Quadro 57 - Distribuição dos Processos de Contra-Ordenação, segundo o Tipo de Decisão*, por Distrito
2008

Tipo de Decisão	Total	Tipo de Decisão (Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro)				
		Suspensiva			Punitiva	Absolutória
		n.º 1, art.º 11.º	n.º 2 e 3, art.º 11.º	art.º 14.º e art.º 19.º	art.º 16.º	com efeitos
		Suspensão	Suspensão Provisória	Suspensão da	n.º 2 e 3, art.º 17.º	Extintivos ^{a)}
Distrito		Provisória	c/ Tratamento	Determinação/	art.º 18.º	
		não	Toxicodependente	/Execução		
Distrito		Toxicodependente		da Sanção		
2007^{b)}	3 338	2 010	623	88	571	46
Total	4 602	2 880	829	102	670	121
2008	4 602	2 880	829	102	670	121
Aveiro	592	299	111	..	174	8
Beja	148	52	50	24	15	7
Braga	119	68	51	..	..	..
Bragança	44	15	22	..	7	..
Castelo Branco	55	27	20	1	6	1
Coimbra	128	88	26	..	6	8
Évora	120	78	13	..	29	..
Faro	375	278	52	..	8	37
Guarda	29	12	16	..	..	1
Leiria	88	56	17	6	6	3
Lisboa	627	500	83	..	38	6
Portalegre	95	51	24	..	17	3
Porto	1 258	729	175	47	281	26
Santarém	103	69	14	8	12	..
Setúbal	427	316	53	15	36	7
Viana do Castelo	175	111	24	1	25	14
Vila Real	102	51	43	..	8	..
Viseu	117	80	35	..	2	..

* Na leitura dos dados relativos às decisões proferidas, deve ser tomada em consideração que algumas CDT estiveram entre 2003 e 2008 a funcionar sem *quórum*, o que condicionou as diligências processuais, nomeadamente a capacidade decisória na aplicação da Lei n.º 30/2000: desde 2003 as CDT de Viseu e da Guarda; desde o último trimestre de 2004 as CDT de Faro e Bragança; desde 2005 a CDT de Lisboa; desde finais de Junho de 2007 a CDT de Coimbra, e, desde Junho de 2008 a CDT de Vila Real. A reposição de quórum nestas CDT foi concretizada durante o primeiro semestre do ano de 2008, com excepção da CDT de Vila Real cuja reposição ocorreu posteriormente. No entanto, persistem ainda algumas lacunas nas equipas técnicas de algumas CDT: em 2008, cinco CDT (Castelo Branco, Braga, Bragança, Guarda e Vila Real) não tiveram qualquer elemento na área técnica e muitas das restantes tiveram um número insuficiente de profissionais.

a) Nas decisões absolutórias estão incluídos os casos de óbito e de prescrição.

b) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação. Entre 31/03/2008 e 31/03/2009 deram entrada nas CDT mais 361 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contra-ordenação referente ao ano de 2007.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI - NE

Quadro 58 - Distribuição dos Processos de Contra-Ordenação, segundo o Ano*, por Tipo de Decisão**

2001 (2.º semestre) - 2008

Tipo de Decisão (Lei n.º 30/2000 de 29/11)		Ano							
		2001 ^{a)} (2.º semestre)	2002 ^{a)}	2003 ^{a)}	2004 ^{a)}	2005 ^{a)}	2006 ^{a)}	2007 ^{a)}	2008
Total		1 783	4 358	4 626	3 631	3 192	3 020	3 338	4 602
Suspensiva	Suspensão Provisória não Toxicodependente n.º 1, art.º 11.º	1 080	2 777	3 157	2 461	1 892	1 778	2 010	2 880
	Suspensão Provisória c/ Tratamento Toxicodependente n.º 2 e 3, art.º 11.º	565	1 074	899	638	683	597	623	829
	Suspensão da Determinação / Execução da Sanção art.º 14.º e art.º 19.º	5	96	78	47	69	68	88	102
Punitiva	art.º 16.º; n.º 2 e 3, art.º 17.º; art.º 18.º	53	269	403	389	476	516	571	670
Absolutória com efeitos Extintivos ^{b)}		80	142	89	96	72	61	46	121

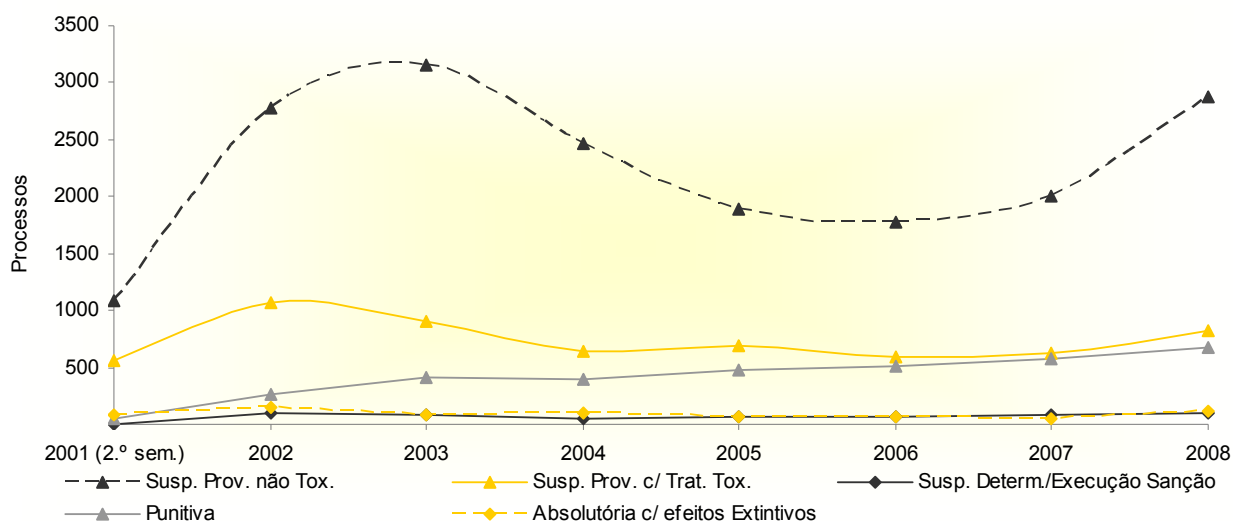
* Ano em que ocorreu o facto punível como contra-ordenação.

** Na leitura dos dados relativos às decisões proferidas, deve ser tomada em consideração que algumas CDT estiveram entre 2003 e 2008 a funcionar sem *quórum*, o que condicionou as diligências processuais, nomeadamente a capacidade decisória na aplicação da Lei n.º 30/2000: desde 2003 as CDT de Viseu e da Guarda; desde o último trimestre de 2004 as CDT de Faro e Bragança; desde 2005 a CDT de Lisboa; desde finais de Junho de 2007 a CDT de Coimbra, e, desde Junho de 2008 a CDT de Vila Real. A reposição de quórum nestas CDT foi concretizada durante o primeiro semestre do ano de 2008, com excepção da CDT de Vila Real cuja reposição ocorreu posteriormente. No entanto, persistem ainda algumas lacunas nas equipas técnicas de algumas CDT: em 2008, cinco CDT (Castelo Branco, Braga, Bragança, Guarda e Vila Real) não tiveram qualquer elemento na área técnica e muitas das restantes tiveram um número insuficiente de profissionais.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação. Entre 31/03/2002 e 31/03/2003 deram entrada nas CDT mais 282 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contra-ordenação referente ao ano de 2001, entre 31/03/2003 e 31/03/2004, mais 496 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2002, entre 31/03/2004 e 31/03/2005, mais 725 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005, entre 31/03/2007 e 31/03/2008, mais 497 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2006, e entre 31/03/2008 e 31/03/2009, mais 361 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2007.

b) Nas decisões absolutórias estão incluídos os casos de óbito e de prescrição.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI - NE

Figura 20 - Processos de Contra-Ordenação, segundo o Ano*, por Tipo de Decisão**

* Ano em que ocorreu o facto punível como contra-ordenação. Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação.

** Na leitura dos dados relativos às decisões proferidas, deve ser tomada em consideração que algumas CDT estiveram entre 2003 e 2008 a funcionar sem *quórum*, o que condicionou as diligências processuais, nomeadamente a capacidade decisória na aplicação da Lei n.º 30/2000: desde 2003 as CDT de Viseu e da Guarda; desde o último trimestre de 2004 as CDT de Faro e Bragança; desde 2005 a CDT de Lisboa; desde finais de Junho de 2007 a CDT de Coimbra, e, desde Junho de 2008 a CDT de Vila Real. A reposição de quórum nestas CDT foi concretizada durante o primeiro semestre do ano de 2008, com excepção da CDT de Vila Real cuja reposição ocorreu posteriormente. No entanto, persistem ainda algumas lacunas nas equipas técnicas de algumas CDT: em 2008, cinco CDT (Castelo Branco, Braga, Bragança, Guarda e Vila Real) não tiveram qualquer elemento na área técnica e muitas das restantes tiveram um número insuficiente de profissionais.

Fonte: Quadro 58

Quadro 59 - Distribuição dos Processos de Contra-Ordenação com Decisão Punitiva, segundo o Tipo de Sanção, por Distrito
2008

Tipo de Sanção Distrito	Total	Tipo de Sanção (Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro)													
		Pecuniária art.º 16.º	Não Pecuniária												
			b), n.º 2, art.º 17.º Interdição de frequência de certos lugares	d), n.º 2, art.º 17.º Interdição de ausência para o estrangeiro sem autorização	e), n.º 2, art.º 17.º Apresentação periódica em local a designar pela CDT							h), n.º 2, art.º 17.º Privação da gestão de subsídio	n.º 3, art.º 17.º Prestação de serviço gratuito a favor da comunidade	art.º 18.º Admoestação	Outros
					CS	CAT /ET	CDT	PSP	GNR	Outro					
2007 ^{a)}	571	240	11	1	29	29	153	47	29	9	..	2	10	11	
Total															
2008	671	228	4	3	23	66	212	55	39	16	..	3	11	11	
Aveiro	174	35	..	..	7	58	13	36	14	9	..	2	..	..	
Beja	15	5	..	1	..	..	..	..	5	1	..	..	3	..	
Braga	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	
Bragança	8 ^{b)}	3	4	1	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	
Castelo Branco	6	2	..	1	..	2	..	..	1	..	..	..	..	..	
Coimbra	6	4	..	..	..	..	1	..	..	..	..	..	1	..	
Évora	29	11	..	..	3	2	..	6	7	..	..	..	..	..	
Faro	8	3	..	..	..	..	..	2	..	..	..	..	3	..	
Guarda	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	
Leiria	6	5	..	..	..	..	..	..	..	..	..	1	..	..	
Lisboa	38	32	..	..	..	..	6	..	..	..	..	..	..	..	
Portalegre	17	2	..	..	..	..	7	6	2	..	..	..	..	..	
Porto	281	90	..	..	1	..	176	..	..	..	..	..	3	11	
Santarém	12	5	..	..	..	..	..	2	4	1	..	..	..	..	
Setúbal	36	10	..	..	10	..	2	3	6	5	..	..	..	..	
Viana do Castelo	25	13	..	..	2	3	7	..	..	..	..	..	..	..	
Vila Real	8	7	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	1	..	
Viseu	2	1	..	..	..	1	..	..	..	..	..	..	..	..	

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação. Entre 31/03/2008 e 31/03/2009 deram entrada nas CDT mais 361 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contra-ordenação referente ao ano de 2007.

b) Foram aplicadas duas sanções no mesmo processo.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I. P.: GAD / DMFRI - NE

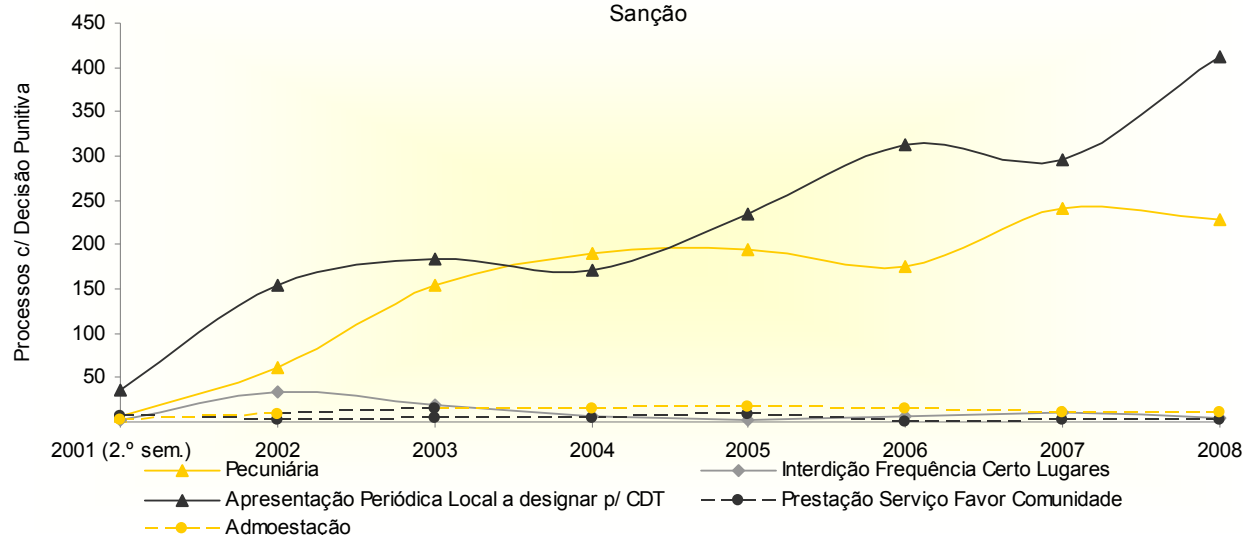
Quadro 60 - Distribuição dos Processos de Contra-Ordenação com Decisão Punitiva, segundo o Ano*, por Tipo de Sanção
2001 (2.º semestre) - 2008

Ano		2001 ^{a)}	2002 ^{a)}	2003 ^{a)}	2004 ^{a)}	2005 ^{a)}	2006 ^{a)}	2007 ^{a)}	2008
Tipo de Sanção (Lei n.º 30/2000 de 29/11)		(2.º semestre)							
Total		56	269	403	389	476	516	571	671
Pecuniária art.º 16.º		6	62	154	191	195	176	240	228
Não Pecuniária	b), n.º 2, art.º 17.º - Interdição de frequência de certos lugares	3	34	20	7	3	6	11	4
	d), n.º 2, art.º 17.º - Interdição de ausência para o estrangeiro sem autorização	2	1	2	..	..	3	1	3
	e), n.º 2, art.º 17.º - Apresentação periódica em local a designar pela CDT	Centro Saúde CAT / ET CDT PSP / GNR Outro	26	64	31	16	24	18	29
			5	26	11	23	32	30	29
			3	45	90	75	105	177	153
			1	19	51	46	68	71	76
			..	..	..	12	6	16	9
	h), n.º 2, art.º 17.º - Privação de gestão de subsídio	1	..	..	..	..	..	..	..
n.º 3, art.º 17.º - Prestação de serviço gratuito a favor da comunidade		6	3	4	4	8	1	2	3
art.º 18.º - Admoestação		2	9	15	14	17	14	10	11
Outros		1	6	25	1	18	4	11	11

* Ano em que ocorreu o facto punível como contra-ordenação.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação. Entre 31/03/2002 e 31/03/2003 deram entrada nas CDT mais 282 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contra-ordenação referente ao ano de 2001, entre 31/03/2003 e 31/03/2004, mais 496 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2002, entre 31/03/2004 e 31/03/2005, mais 725 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005, entre 31/03/2007 e 31/03/2008, mais 497 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2006, e entre 31/03/2008 e 31/03/2009, mais 361 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2007.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI - NE

Figura 21 - Processos de Contra-Ordenação com Decisão Punitiva, segundo o Ano*, por Tipo de Sanção

* Ano em que ocorreu o facto punível como contra-ordenação. Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação.

Fonte: Quadro 60

Quadro 61 - Distribuição dos Processos de Contra-Ordenação, segundo o Tipo de Droga, por Distrito
2008

Tipo de Droga Distrito	Total							
	Total	Heroína	Cocaína	Cannabis	Ecstasy	Outro	Polidrogas	Desc.
2007^{a)}	6 744	1 089	484	4 104	36	26	625	380
Total								
2008	6 543	841	460	4 163	10	24	580	465
Aveiro	599	63	34	418	1	1	74	8
Beja	196	81	12	79	..	1	23	..
Braga	599	175	50	277	1	3	88	5
Bragança	45	12	6	18	..	..	8	1
Castelo Branco	57	6	2	27	..	1	3	18
Coimbra	183	25	10	118	1	2	18	9
Évora	120	14	6	89	..	..	10	1
Faro	513	92	36	317	2	..	40	26
Guarda	33	9	1	20	..	..	2	1
Leiria	121	25	6	81	..	..	7	2
Lisboa	1 294	85	116	973	3	3	81	33
Portalegre	101	8	6	70	..	1	16	..
Porto	1 467	116	86	901	1	4	142	217
Santarém	104	20	1	74	1	..	7	1
Setúbal	617	45	71	435	..	6	38	22
Viana do Castelo	175	9	7	105	..	..	7	47
Vila Real	123	30	8	62	..	..	6	17
Viseu	196	26	2	99	..	2	10	57

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação. Entre 31/03/2008 e 31/03/2009 deram entrada nas CDT mais 361 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contra-ordenação referente ao ano de 2007.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI - NE

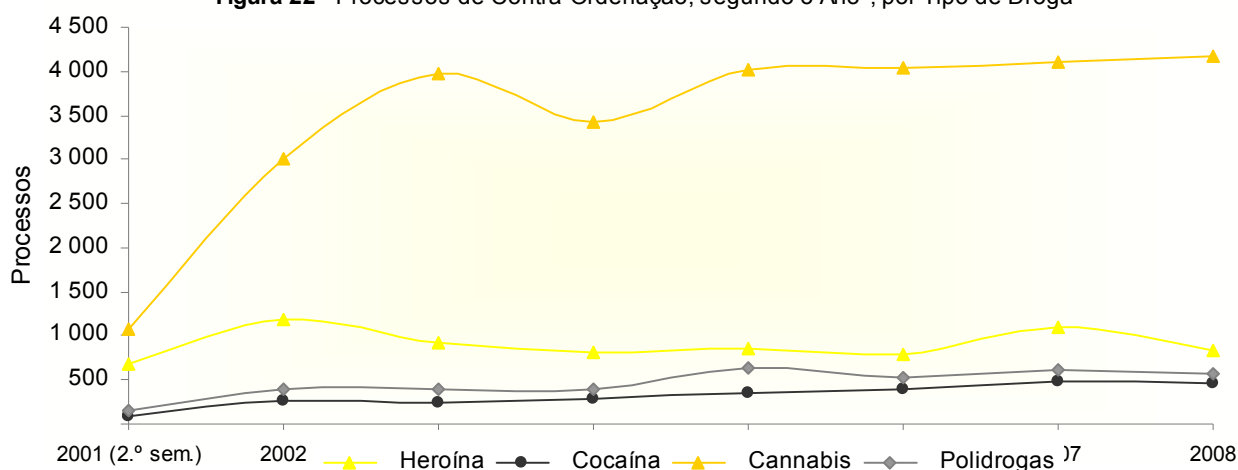
Quadro 62 - Distribuição dos Processos de Contra-Ordenação, segundo o Ano*, por Tipo de Droga
2001 (2.º semestre) - 2008

Tipo de Droga	Ano							
	2001 ^{a)} (2.º semestre)	2002 ^{a)}	2003 ^{a)}	2004 ^{a)}	2005 ^{a)}	2006 ^{a)}	2007 ^{a)}	2008
Total	2 366	5 580	6 100	5 370	6 260	6 216	6 744	6 543
Heroína	684	1 180	931	816	864	789	1 089	841
Cocaína	95	272	249	277	362	395	484	460
Cannabis	1 082	3 018	3 980	3 417	4 015	4 043	4 104	4 163
Ecstasy	14	29	24	19	33	28	36	10
Outro	4	18	15	6	20	14	26	24
Polidrogas	162	385	393	392	628	526	625	580
Desconhecido	325	678	508	443	338	421	380	465

* Ano em que ocorreu o facto punível como contra-ordenação.

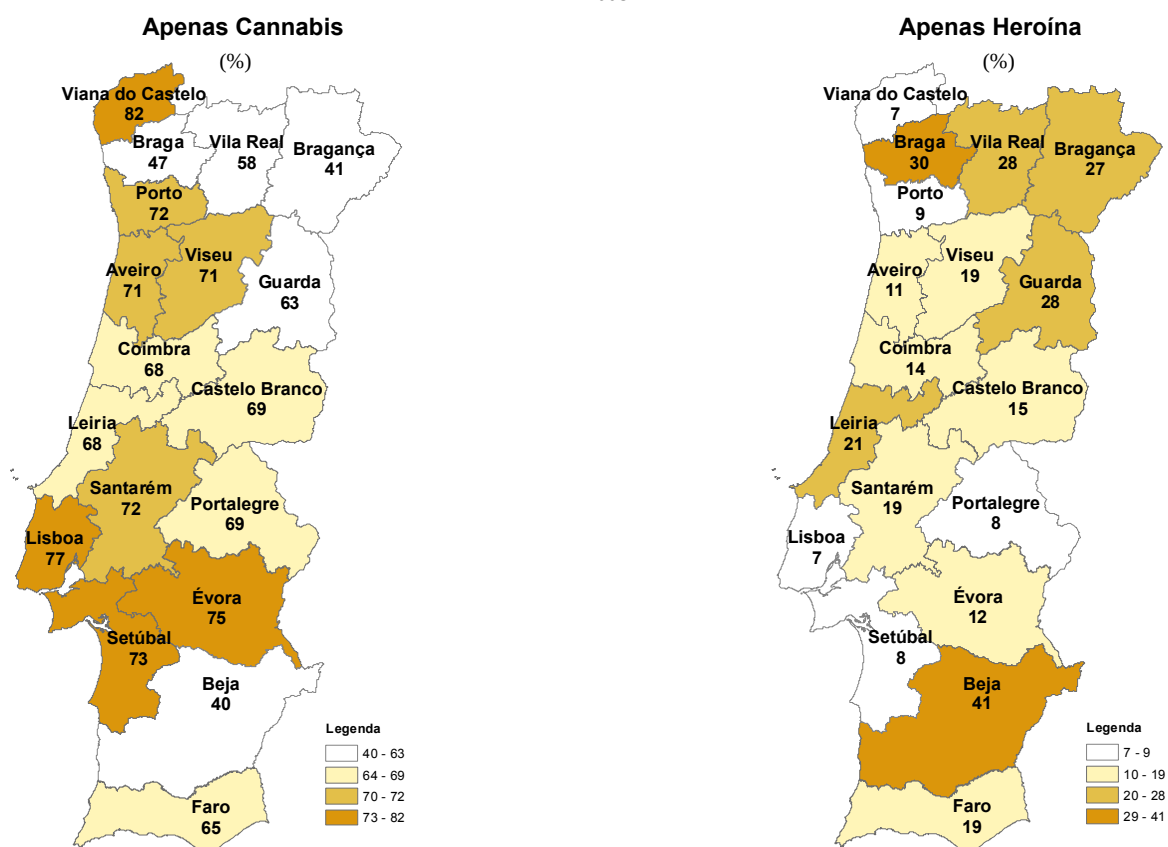
a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação. Entre 31/03/2002 e 31/03/2003 deram entrada nas CDT mais 282 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contra-ordenação referente ao ano de 2001, entre 31/03/2003 e 31/03/2004, mais 496 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2002, entre 31/03/2004 e 31/03/2005, mais 725 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005, entre 31/03/2007 e 31/03/2008, mais 497 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2006, e entre 31/03/2008 e 31/03/2009, mais 361 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2007.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI - NE

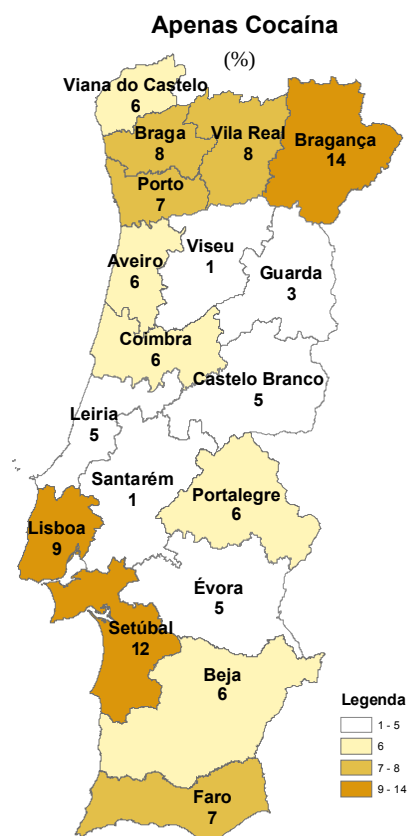
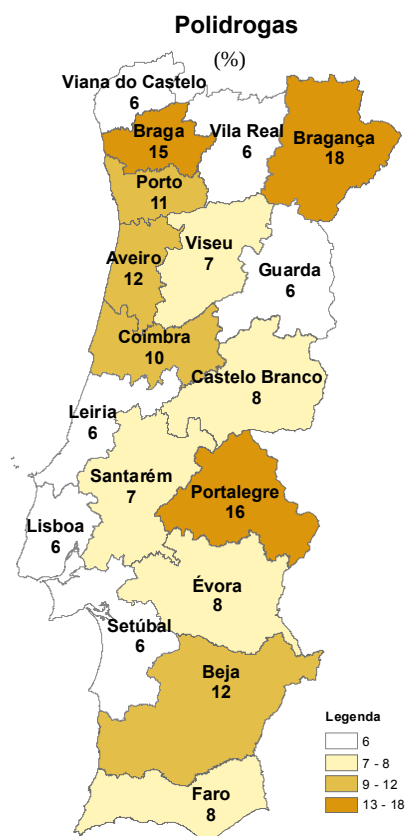
Figura 22 - Processos de Contra-Ordenação, segundo o Ano*, por Tipo de Droga

* Ano em que ocorreu o facto punível como contra-ordenação. Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação.

Fonte: Quadro 62

Figura 23 - Percentagens Intra-Distritais de Processos de Contra-Ordenação, por Tipo de Droga
2008

Continua ➡



Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI - NE

Quadro 63 - Distribuição dos Processos de Contra-Ordenação com Polidrogas, segundo as Drogas Envolvidas*, por Distrito
2008

Droga Envolvida	Total	Heroína + Cocaína	Heroína + Cannabis	Cocaína + Cannabis	Ecstasy + Cannabis	Heroína + Cocaína + Cannabis	Outras
Distrito							
2007^{a)}	625	398	49	70	39	15	54
2008	580	373	48	61	33	26	39
Aveiro	74	45	7	5	5	7	5
Beja	23	13	3	3	..	1	3
Braga	88	72	4	4	3	4	1
Bragança	8	4	3	..	..	..	1
Castelo Branco	3	3	..	..	..	..	..
Coimbra	18	6	3	3	2	..	4
Évora	10	2	..	2	3	1	2
Faro	40	28	5	4	..	1	2
Guarda	2	1	1	..	..	..	..
Leiria	7	4	..	1	1	..	1
Lisboa	81	50	4	13	5	3	6
Portalegre	16	15	..	..	..	1	..
Porto	142	96	9	12	12	5	8
Santarém	7	3	1	1	..	1	1
Setúbal	38	17	4	10	1	2	4
Viana do Castelo	7	3	1	3	..	..	..
Vila Real	6	6	..	..	..	..	..
Viseu	10	5	3	..	1	..	1

* As combinações envolvem exclusivamente as drogas mencionadas.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação. Entre 31/03/2008 e 31/03/2009 deram entrada nas CDT mais 361 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contra-ordenação referente ao ano de 2007.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI - NE

Quadro 64 - Distribuição dos Processos de Contra-Ordenação com Polidrogas, segundo o Ano*, por Drogas Envolvidas**
2001 (2.º semestre) - 2008

Droga Envolvida	2001 ^{a)} (2.º semestre)	2002 ^{a)}	2003 ^{a)}	2004 ^{a)}	2005 ^{a)}	2006 ^{a)}	2007 ^{a)}	2008
Total	162	385	393	392	628	526	625	580
Heroína + Cocaína	96	218	241	245	383	304	398	373
Heroína + Cannabis	20	52	39	37	57	67	49	48
Cocaína + Cannabis	11	26	30	42	68	79	70	61
Ecstasy + Cannabis	8	42	36	33	38	27	39	33
Heroína + Cocaína + Cannabis	7	9	19	19	50	27	15	26
Outras	20	38	28	16	32	22	54	39

* Ano em que ocorreu o facto punível como contra-ordenação.

** As combinações envolvem exclusivamente as drogas mencionadas.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação. Entre 31/03/2002 e 31/03/2003 deram entrada nas CDT mais 282 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contra-ordenação referente ao ano de 2001, entre 31/03/2003 e 31/03/2004, mais 496 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2002, entre 31/03/2004 e 31/03/2005, mais 725 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005, entre 31/03/2007 e 31/03/2008, mais 497 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2006, e entre 31/03/2008 e 31/03/2009, mais 361 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2007.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI - NE

Quadro 65 - Indivíduos* Primários e Reincidentes em Processos de Contra-Ordenação, segundo o Ano**

2001 (2.º semestre) - 2008

Situação \ Ano	2001 ^{a)} (2.º semestre)	2002 ^{a)}	2003 ^{a)}	2004 ^{a)}	2005 ^{a)}	2006 ^{a)}	2007 ^{a)}	2008
Total	2 204	5 123	5 615	4 998	5 824	5 815	6 268	6 044
Primários	2 125	4 850	5 264	4 734	5 478	5 507	5 908	5 710
Reincidentes ^{b)}	79	273	351	264	346	308	360	334

* Excluídos para efeitos de análise, os indivíduos absolvidos e as reincidências ocorridas no mesmo ano (os reincidentes num mesmo ano apenas são contabilizados uma vez nesse ano).

** Ano em que ocorreu o facto punível como contra-ordenação.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação. Entre 31/03/2002 e 31/03/2003 deram entrada nas CDT mais 282 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contra-ordenação referente ao ano de 2001, entre 31/03/2003 e 31/03/2004, mais 496 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2002, entre 31/03/2004 e 31/03/2005, mais 725 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005, entre 31/03/2007 e 31/03/2008, mais 497 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2006, e entre 31/03/2008 e 31/03/2009, mais 361 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2007.

b) Apenas são considerados reincidentes, os indivíduos com mais do que um processo de contra-ordenação num mesmo ano.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI - NE

Quadro 66 - Indivíduos Reincidentes* em Processos de Contra-Ordenação, segundo o Ano, por Número de Reincidências**

2001 (2.º semestre) - 2008

N.º de Reincidências \ Ano	2001 ^{a)} (2.º semestre)	2002 ^{a)}	2003 ^{a)}	2004 ^{a)}	2005 ^{a)}	2006 ^{a)}	2007 ^{a)}	2008
Total	79	273	351	264	346	308	360	334
Uma reincidência	77	245	318	239	305	266	303	293
Duas reincidências	1	26	23	25	35	36	44	34
Três reincidências	1	2	8	..	5	5	10	5
Quatro reincidências	..	..	2	..	..	..	3	2
Cinco reincidências	..	..	..	..	1	1	..	..

* Apenas são considerados reincidentes os indivíduos com mais do que um processo de contra-ordenação num mesmo ano.

** Ano em que ocorreu o facto punível como contra-ordenação.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação. Entre 31/03/2002 e 31/03/2003 deram entrada nas CDT mais 282 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contra-ordenação referente ao ano de 2001, entre 31/03/2003 e 31/03/2004, mais 496 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2002, entre 31/03/2004 e 31/03/2005, mais 725 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005, entre 31/03/2007 e 31/03/2008, mais 497 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2006, e entre 31/03/2008 e 31/03/2009, mais 361 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2007.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI - NE

Figura 24 - Indivíduos Reincidentes em Processos de Contra-Ordenação, por Distrito

* No distrito do Porto está contabilizado um indivíduo com processo de contra-ordenação nas CDT do Porto e Braga, no distrito de Aveiro estão contabilizados 2 indivíduos com processos nas CDT de Aveiro e Porto e no distrito de Setúbal está contabilizado 1 indivíduo com processo nas CDT de Lisboa e Setúbal.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI - NE

Quadro 67 - Indivíduos* em Processos de Contra-Ordenação, segundo o Grupo Etário e Sexo, por Distrito
2008

Grupo Etário/Sexo Distrito		Total			16-19			20-24			25-29			30-34			35-39			40-44			≥45			Desc.		
		MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F
Total		2007																										
		2008																										
Aveiro		542	505	37	122	117	5	185	172	13	108	101	7	49	44	5	36	32	4	28	27	1	14	12	2	..	..	..
Beja		174	166	8	19	19	..	32	31	1	26	25	1	33	31	2	28	24	4	25	25	..	11	11	..	..	..	..
Braga		539	518	21	61	59	2	144	141	3	84	76	8	68	66	2	77	74	3	58	57	1	47	45	2	..	..	..
Bragança		44	44	..	1	1	..	10	10	..	10	10	..	8	8	..	9	9	..	3	3	..	3	3	..	..	..	..
Castelo Branco		54	53	1	12	12	..	13	13	..	8	8	..	2	2	..	13	12	1	6	6	..	..	..	..	..	..	..
Coimbra		174	161	13	30	28	2	52	51	1	41	37	4	23	20	3	7	6	1	17	16	1	4	3	1	..	..	..
Évora		112	105	7	22	18	4	35	35	..	29	29	..	5	5	..	11	11	..	8	6	2	2	1	1	..	..	..
Faro		455	416	39	89	80	9	138	132	6	80	73	7	46	40	6	49	43	6	22	18	4	28	27	1	3	3	..
Guarda		32	32	..	1	1	..	9	9	..	7	7	..	4	4	..	7	7	..	3	3	..	1	1	..	..	..	..
Leiria		113	101	12	15	14	1	30	26	4	31	30	1	16	13	3	12	12	..	6	4	2	3	2	1	..	..	..
Lisboa		1 230	1 152	78	219	203	16	389	369	20	235	221	14	162	154	8	101	92	9	66	61	5	57	51	6	1	1	..
Portalegre		91	84	7	11	8	3	25	23	2	25	24	1	10	9	1	9	9	..	6	6	..	5	5	..	..	..	..
Porto		1 347	1 289	58	191	185	6	414	400	14	243	227	16	153	151	2	142	132	10	113	107	6	75	71	4	16	16	..
Santarém		102	96	6	17	17	..	39	36	3	22	22	..	9	6	3	5	5	..	6	6	..	4	4	..	..	..	..
Setúbal		592	552	40	67	62	5	200	187	13	111	107	4	96	90	6	54	49	5	22	19	3	31	27	4	11	11	..
Viana do Castelo		142	122	20	46	38	8	45	39	6	25	23	2	8	7	1	10	8	2	3	2	1	4	4	..	1	1	..
Vila Real		118	113	5	22	20	2	31	29	2	15	15	..	20	19	1	15	15	..	9	9	..	6	6	..	..	..	..
Viseu		183	177	6	32	32	..	62	59	3	38	37	1	27	27	..	10	10	..	7	6	1	5	4	1	2	2	..

* Excluídos para efeitos de análise, os indivíduos absolvidos e as reincidências ocorridas no mesmo ano (os reincidentes num mesmo ano apenas são contabilizados uma vez nesse ano).

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação. Entre 31/03/2008 e 31/03/2009 deram entrada nas CDT mais 361 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contra-ordenação referente ao ano de 2007.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I. P.: GAD / DMFRI - NE

Quadro 68 - Indivíduos* em Processos de Contra-Ordenação, segundo o Ano, por Grupo Etário e Sexo**
2001 (2.º semestre) - 2008

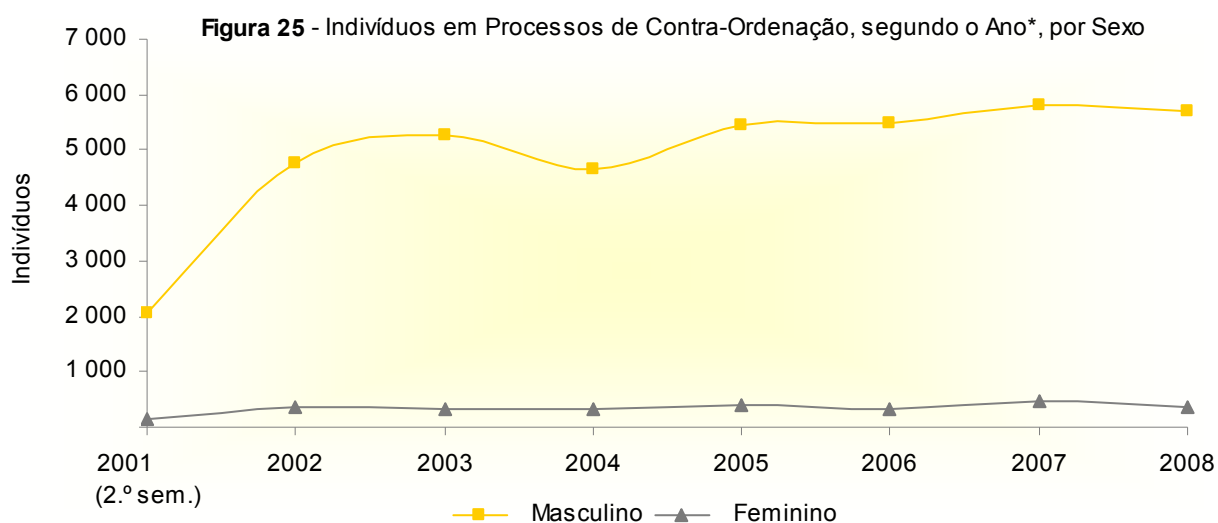
Grupo Etário/Sexo \ Ano	2001 ^{a)} (2.º semestre)	2002 ^{a)}	2003 ^{a)}	2004 ^{a)}	2005 ^{a)}	2006 ^{a)}	2007 ^{a)}	2008
Total	2 204	5 123	5 615	4 998	5 824	5 815	6 268	6 044
Masculino	2 061	4 765	5 284	4 671	5 440	5 486	5 806	5 686
Feminino	143	358	331	327	384	329	462	358
16-19 anos	389	1 012	1 189	920	967	878	864	977
Masculino	355	915	1 109	848	905	843	816	914
Feminino	34	97	80	72	62	35	48	63
20-24 anos	610	1 531	1 825	1 685	1 928	1 884	1 925	1 853
Masculino	572	1 447	1 730	1 586	1 814	1 787	1 775	1 762
Feminino	38	84	95	99	114	97	150	91
25-29 anos	501	1 007	1 048	888	1 104	1 132	1 179	1 138
Masculino	467	945	988	844	1 026	1 064	1 094	1 072
Feminino	34	62	60	44	78	68	85	66
30-34 anos	345	742	726	643	771	773	911	739
Masculino	329	680	673	594	711	717	831	696
Feminino	16	62	53	49	60	56	80	43
35-39 anos	193	488	451	437	520	568	621	595
Masculino	176	458	418	403	479	522	576	550
Feminino	17	30	33	34	41	46	45	45
40-44 anos	99	183	252	246	307	345	444	408
Masculino	97	169	244	230	293	328	405	381
Feminino	2	14	8	16	14	17	39	27
≥45 anos	34	91	98	137	193	197	284	300
Masculino	33	87	97	127	180	189	270	277
Feminino	1	4	1	10	13	8	14	23
Desconhecido	33	69	26	42	34	38	40	34
Masculino	32	64	25	39	32	36	39	34
Feminino	1	5	1	3	2	2	1	..

* Excluídos para efeitos de análise, os indivíduos absolvidos e as reincidências ocorridas no mesmo ano (os reincidentes num mesmo ano apenas são contabilizados uma vez nesse ano).

** Ano em que ocorreu o facto punível como contra-ordenação.

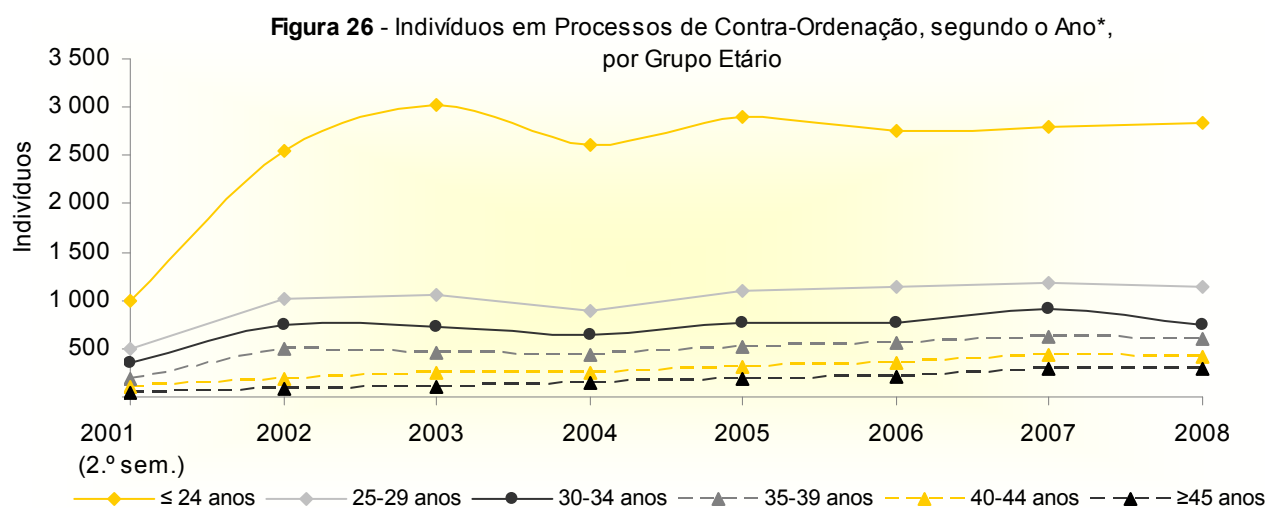
a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação. Entre 31/03/2002 e 31/03/2003 deram entrada nas CDT mais 282 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contra-ordenação referente ao ano de 2001, entre 31/03/2003 e 31/03/2004, mais 496 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2002, entre 31/03/2004 e 31/03/2005, mais 725 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005, entre 31/03/2007 e 31/03/2008, mais 497 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2006, e entre 31/03/2008 e 31/03/2009, mais 361 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2007.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI - NE



* Ano em que ocorreu o facto punível como contra-ordenação. Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação.

Fonte: Quadro 68



* Ano em que ocorreu o facto punível como contra-ordenação. Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação.

Fonte: Quadro 68

Quadro 69- Indivíduos* em Processos de Contra-Ordenação, segundo o Ano**, por País da Nacionalidade
2001 (2.º semestre) -2008

País da Nacionalidade \ Ano	2001 ^{a)} (2.º semestre)	2002 ^{a)}	2003 ^{a)}	2004 ^{a)}	2005 ^{a)}	2006 ^{a)}	2007 ^{a)}	2008
Total	2 204	5 123	5 615	4 998	5 824	5 815	6 268	6 044
Europa	2 113	4 923	5 445	4 844	5 556	5 548	6 021	5 818
União Europeia	2 104	4 910	5 426	4 825	5 533	5 522	5 987	5 791
Alemanha	6	13	10	16	13	9	11	5
Espanha	6	14	16	18	12	12	31	12
França	26	36	17	22	25	14	13	16
Holanda	..	2	..	1	3	..	8	1
Portugal	2 057	4 831	5 372	4 751	5 461	5 468	5 893	5 734
Reino Unido	6	6	5	10	8	6	8	7
Outros da UE	3	8	6	7	11	13	23	16
Outros da Europa	9	13	19	19	23	26	34	27
Ucrânia	4	7	9	14	13	18	23	14
Outros	5	6	10	5	10	8	11	13
África	55	143	135	114	203	188	161	151
Angola	24	64	66	59	72	75	43	37
Cabo Verde	8	39	37	23	63	71	62	77
Guiné-Bissau	4	11	11	12	24	20	26	18
Moçambique	13	14	14	9	29	14	13	6
São Tomé e Príncipe	2	2	..	2	1	2	5	5
Outros	4	13	7	9	14	6	12	8
América	15	41	29	29	46	62	73	70
Bolívia	..	..	1	..	..	..	..	..
Brasil	10	26	17	21	40	46	65	62
Colômbia	..	1	1	..	1	..	1	1
Venezuela	1	4	4	4	2	4	1	1
Outros	4	10	6	4	3	12	6	6
Ásia	2	7	2	4	8	4	6	5
Oceânia	..	1	..	..	..	1	..	..
Desconhecido	19	8	4	7	11	12	7	..

* Excluídos para efeitos de análise, os indivíduos absolvidos e as reincidências ocorridas no mesmo ano (os reincidentes num mesmo ano apenas são contabilizados uma vez nesse ano).

** Ano em que ocorreu o facto punível como contra-ordenação.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação. Entre 31/03/2002 e 31/03/2003 deram entrada nas CDT mais 282 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contra-ordenação referente ao ano de 2001, entre 31/03/2003 e 31/03/2004, mais 496 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2002, entre 31/03/2004 e 31/03/2005, mais 725 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005, entre 31/03/2007 e 31/03/2008, mais 497 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2006, e entre 31/03/2008 e 31/03/2009, mais 361 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2007.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI - NE

Quadro 70 Indivíduos* em Processos de Contra-Ordenação, segundo o Ano**, por Estado Civil

2001 (2.º semestre) - 2008

Ano Estado Civil	2001 ^{a)} (2.º semestre)	2002 ^{a)}	2003 ^{a)}	2004 ^{a)}	2005 ^{a)}	2006 ^{a)}	2007 ^{a)}	2008
Total	2 204	5 123	5 615	4 998	5 824	5 815	6 268	6 044
Solteiro	1722	4 206	4 782	4 177	4 839	4 827	5 226	5 051
Casado / União de Facto	287	624	575	554	673	678	694	655
Divorciado / Separado	116	207	200	185	236	231	278	258
Viúvo	8	9	15	14	15	6	15	13
Desconhecido	71	77	43	68	61	73	55	67

* Excluídos para efeitos de análise, os indivíduos absolvidos e as reincidências ocorridas no mesmo ano (os reincidentes num mesmo ano apenas são contabilizados uma vez nesse ano).

** Ano em que ocorreu o facto punível como contra-ordenação.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação. Entre 31/03/2002 e 31/03/2003 deram entrada nas CDT mais 282 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contra-ordenação referente ao ano de 2001, entre 31/03/2003 e 31/03/2004, mais 496 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2002, entre 31/03/2004 e 31/03/2005, mais 725 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005, entre 31/03/2007 e 31/03/2008, mais 497 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2006, e entre 31/03/2008 e 31/03/2009, mais 361 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2007.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI - NE

Quadro 71 - Indivíduos* em Processos de Contra-Ordenação, segundo o Ano**, por Situação de Coabitação

2001 (2.º semestre) - 2008

Ano Situação de Coabitação	2001 ^{a)} (2.º semestre)	2002 ^{a)}	2003 ^{a)}	2004 ^{a)}	2005 ^{a)}	2006 ^{a)}	2007 ^{a)}	2008
Total	2 204	5 123	5 615	4 998	5 824	5 815	6 268	6 044
Só com Ascendentes ^{b)}	895	2 390	3 290	2 674	3 033	3 065	3 331	3 307
Com Ascendentes ^{b)} + Companheiro ou Filho(s)	49	114	106	99	116	96	133	127
Só com Companheiro + Filho(s)	118	223	295	251	270	298	317	309
Só com Companheiro	90	179	243	252	296	332	406	348
Só com Filho(s)	4	16	13	11	23	16	28	18
Só com Amigos	18	71	77	78	89	86	98	101
Sozinho(a)	133	264	317	301	340	378	436	402
Outra Situação	180	461	543	493	602	566	553	584
Desconhecida	717	1 405	731	839	1 055	978	966	848

* Excluídos para efeitos de análise, os indivíduos absolvidos e as reincidências ocorridas no mesmo ano (os reincidentes num mesmo ano apenas são contabilizados uma vez nesse ano).

** Ano em que ocorreu o facto punível como contra-ordenação.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação. Entre 31/03/2002 e 31/03/2003 deram entrada nas CDT mais 282 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contra-ordenação referente ao ano de 2001, entre 31/03/2003 e 31/03/2004, mais 496 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2002, entre 31/03/2004 e 31/03/2005, mais 725 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005, entre 31/03/2007 e 31/03/2008, mais 497 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2006, e entre 31/03/2008 e 31/03/2009, mais 361 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2007.

b) Com ou sem irmãos.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI - NE

Quadro 72 - Indivíduos* em Processos de Contra-Ordenação, segundo o Ano, por Nível de Ensino**

2001 (2.º semestre) - 2008

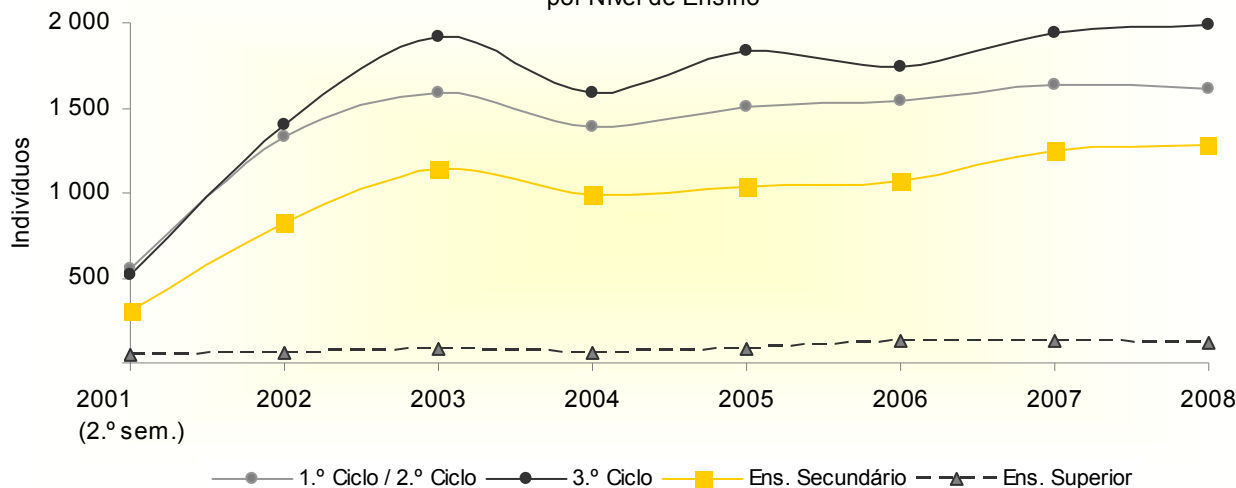
Nível de Ensino	Ano							
	2001 ^{a)} (2.º semestre)	2002 ^{a)}	2003 ^{a)}	2004 ^{a)}	2005 ^{a)}	2006 ^{a)}	2007 ^{a)}	2008
Total	2 204	5 123	5 615	4 998	5 824	5 815	6 268	6 044
Sem Nível de Ensino	13	28	30	25	37	23	33	34
Ensino Básico / 1.º Ciclo	203	483	528	492	524	519	561	511
Ensino Básico / 2.º Ciclo	355	843	1 061	895	979	1 028	1 074	1 101
Ensino Básico / 3.º Ciclo	512	1 395	1 914	1 588	1 838	1 745	1 944	1 994
Ensino Secundário	300	828	1 146	983	1 036	1 071	1 246	1 277
Ensino Superior	43	63	79	61	83	125	124	121
Outro	6	18	9	19	9	18	15	14
Desconhecido	772	1 465	848	935	1 318	1 286	1 271	992

* Excluídos para efeitos de análise, os indivíduos absolvidos e as reincidências ocorridas no mesmo ano (os reincidentes num mesmo ano apenas são contabilizados uma vez nesse ano).

** Ano em que ocorreu o facto punível como contra-ordenação.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação. Entre 31/03/2002 e 31/03/2003 deram entrada nas CDT mais 282 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contra-ordenação referente ao ano de 2001, entre 31/03/2003 e 31/03/2004, mais 496 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2002, entre 31/03/2004 e 31/03/2005, mais 725 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005, entre 31/03/2007 e 31/03/2008, mais 497 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2006, e entre 31/03/2008 e 31/03/2009, mais 361 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2007.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I. P.: GAD / DMFRI - NE

Figura 27 - Indivíduos em Processos de Contra-Ordenação, segundo o Ano*, por Nível de Ensino

* Ano em que ocorreu o facto punível como contra-ordenação. Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação.

Fonte: Quadro 72

Quadro 73 - Indivíduos* em Processos de Contra-Ordenação, segundo o Ano, por Situação Profissional**
2001 (2.º semestre) - 2008

Situação Profissional \ Ano	2001 ^{a)} (2.º semestre)	2002 ^{a)}	2003 ^{a)}	2004 ^{a)}	2005 ^{a)}	2006 ^{a)}	2007 ^{a)}	2008
Total	2 204	5 123	5 615	4 998	5 824	5 815	6 268	6 044
Empregado	782	2 036	2 320	2 051	2 412	2 516	2 896	2 640
Empregado Temporariamente	75	101	86	82	74	68	80	59
Desempregado	562	1 270	1 507	1 295	1 672	1 621	1 670	1 615
Estudante	250	639	908	733	806	806	829	957
Situação de Reclusão	69	221	201	187	149	260	240	270
Outra Situação ^{b)}	70	196	252	196	278	139	170	145
Desconhecida	396	660	341	454	433	405	383	358

* Excluídos para efeitos de análise, os indivíduos absolvidos e as reincidências ocorridas no mesmo ano (os reincidentes num mesmo ano apenas são contabilizados uma vez nesse ano).

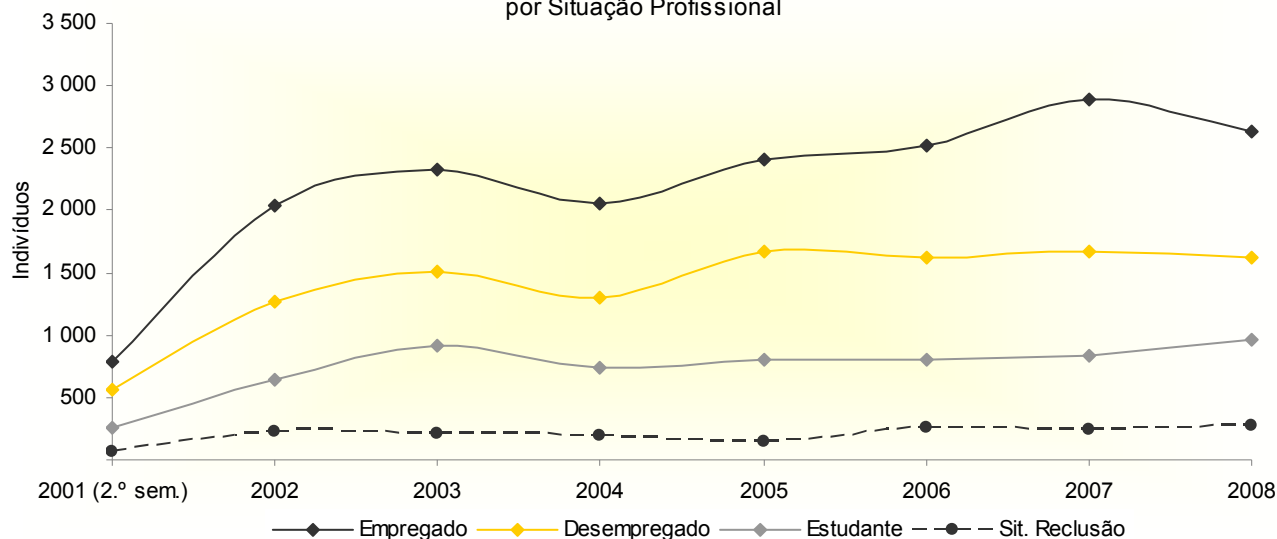
** Ano em que ocorreu o facto punível como contra-ordenação.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação. Entre 31/03/2002 e 31/03/2003 deram entrada nas CDT mais 282 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contra-ordenação referente ao ano de 2001, entre 31/03/2003 e 31/03/2004, mais 496 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2002, entre 31/03/2004 e 31/03/2005, mais 725 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005, entre 31/03/2007 e 31/03/2008, mais 497 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2006, e entre 31/03/2008 e 31/03/2009, mais 361 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2007.

b) Inclui casos como reformado, serviço militar obrigatório, etc.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI - NE

Figura 28 - Indivíduos em Processos de Contra-Ordenação, segundo o Ano*, por Situação Profissional



* Ano em que ocorreu o facto punível como contra-ordenação. Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação.

Fonte: Quadro 73

Quadro 74 - Indivíduos* em Processos de Contra-Ordenação, segundo o Ano, por Grupo Profissional**
2001 (2.º semestre) - 2008

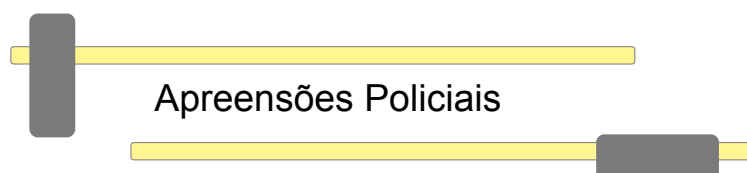
Grupo Profissional	Ano	2001 ^{a)} (2.º semestre)	2002 ^{a)}	2003 ^{a)}	2004 ^{a)}	2005 ^{a)}	2006 ^{a)}	2007 ^{a)}	2008
Total		2 204	5 123	5 615	4 998	5 824	5 815	6 268	6 044
Quadros superiores da administração pública		..	..	1	..	5	3	1	..
Directores de empresas		..	..	2	2	3	3	2	2
Directores e gerentes de pequenas empresas		8	23	11	26	14	21	43	31
Especialistas das ciências físicas, matemáticas e engenharia		..	6	6	6	3	9	12	10
Especialistas das ciências da vida e profissionais da saúde		..	4	4	2	3	8	4	5
Docentes do ensino secundário, superior e profissões similares		7	9	9	5	6	18	14	11
Outros especialistas das profissões intelectuais e científicas		6	10	14	5	10	14	18	21
Técnicos e profissionais de nível intermédio das ciências físicas e químicas, da engenharia e trabalhadores similares		10	8	18	7	16	19	16	24
Profissionais de nível intermédio das ciências da vida e da saúde		1	10	8	7	5	8	9	7
Profissionais de nível intermédio do ensino		1	7	4	4	12	5	9	7
Outros técnicos e profissionais de nível intermédio		42	88	67	54	72	69	106	87
Empregados de escritório		17	70	61	64	88	69	112	68
Empregados de recepção, caixas, bilheteiros e similares		30	64	75	106	88	93	105	82
Pessoal dos serviços directos e particulares, de protecção e segurança		19	42	43	68	57	37	69	53
Manequins, vendedores e demonstradores		39	140	146	138	203	224	217	168
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, criação de animais e pescas		20	37	31	42	24	28	58	35
Agricultores e pescadores - agricultura e pesca de subsistência		20	34	23	21	24	18	22	18
Operários, artífices e trabalhadores similares das indústrias extractivas e da construção civil		323	594	522	444	456	500	507	552
Trabalhadores da metalurgia e da metalomecânica e trabalhadores similares		81	203	261	233	290	265	294	291
Mecânicos de precisão, oleiros e vidreiros, artesãos, trabalhadores das artes gráficas e trabalhadores similares		44	77	117	91	112	230	150	122
Outros operários, artífices e trabalhadores similares		145	368	313	253	252	353	385	373
Operadores de instalações fixas e similares		10	57	68	51	94	106	84	86
Operadores de máquinas e trabalhadores da montagem		15	58	73	42	47	64	77	103
Condutores de veículos e embarcações e operadores de equipamentos pesados móveis		41	99	93	74	92	151	117	117
Trabalhadores não qualificados dos serviços e comércio		275	609	757	674	782	685	767	794
Trabalhadores não qualificados da agricultura e pescas		22	58	62	63	66	65	83	76
Trabalhadores não qualificados das minas, da construção civil e obras públicas, da indústria transformadora e dos transportes		268	658	705	533	739	508	592	500
Desconhecido		760	1 790	2 121	1 983	2 261	2 242	2 395	2 401

* Excluídos para efeitos de análise, os indivíduos absoltos e as reincidências ocorridas no mesmo ano (os reincidentes num mesmo ano apenas são contabilizados uma vez nesse ano).

** Ano em que ocorreu o facto punível como contra-ordenação.

a) Informação recolhida a 31 de Março do ano seguinte ao da ocorrência do facto punível como contra-ordenação. Entre 31/03/2002 e 31/03/2003 deram entrada nas CDT mais 282 processos provenientes dos Tribunais, com data de ocorrência do facto punível como contra-ordenação referente ao ano de 2001, entre 31/03/2003 e 31/03/2004, mais 496 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2002, entre 31/03/2004 e 31/03/2005, mais 725 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2003, entre 31/03/2005 e 31/03/2006, mais 770 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2004, entre 31/03/2006 e 31/03/2007, mais 524 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2005, entre 31/03/2007 e 31/03/2008, mais 497 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2006, e entre 31/03/2008 e 31/03/2009, mais 361 processos provenientes dos Tribunais referentes ao ano de 2007.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: GAD / DMFRI - NE



Quadro 75 - Droga Apreendida, segundo o Ano, por Tipo de Droga

2000 - 2008

Tipo Droga ^{b)}	Ano								
	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Gramas									
Heroína	567 533	316 039	96 315	72 365	99 047	182 266	144 295	61 669	68 090
Cocaína	3 026 374	5 573 994	3 140 103	3 016 881	7 422 752	18 083 231	34 477 476	7 362 975	4 877 905
Haxixe ^{c)}	30 467 121	6 475 609	7 027 329	31 559 269	28 995 141	28 395 514	8 503 664	44 623 450	61 262 140
Liamba	223 212	234 533	361 026	264 821	118 929	121 394	151 915	133 300	36 634
Comprimidos									
Ecstasy ^{d)}	36 386	127 328	239 213	165 539	111 833	213 788	133 290	70 591	70 309

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, a informação sobre o consumo deixou de constar no Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC) e passou a constar num registo central de processos de contra-ordenação nesta matéria, mantido e gerido pelo IDT, I. P..

b) Em **2000**, foram apreendidas mais 15 doses de Heroína líquida, 49 kg de Cocaína Base, 4,1 g de óleo de Haxixe, 380 g de plantas de Liamba, 2277 plantas de Liamba, 1,56 kg de folhas de Liamba, 2 folhas de Liamba, 1,74 kg de sementes de Liamba, 201 sementes de Liamba, 3 doses líquidas de Ecstasy, 1 compr. de Alprazolam, 18 compr. de Anfetaminas, 7 compr. de Bromazepam, 4 compr. e 28,7 g de Codeína, 1 dose líquida de Cloridrato de Clorobenzorex, 10 compr. de Cloxazolam, 120 compr. de Diazepam, 43 compr. de Flunitrazepam, 88 compr. e 0,5 g de Flurazepam, 187 compr. de Halazepam, 8 compr. de Lorazepam, 6106 selos de LSD, 78 compr. e 14 doses líquidas de Metadona, 204 compr. de Midazolam, 241 compr. de Morfina, 1348 plantas e cápsulas de Ópio, 2,85 kg de plantas e cápsulas de Ópio, 4330 compr. de Oxazepam, 3,9 g de Rebolau, 36,5 g de Speedball.

Em **2001**, foram apreendidas mais 5 doses de Heroína líquida, 663,6 g de Crack, 133,9 g de óleo de Haxixe, 3807 plantas de Liamba, 1,59 kg de sementes de Liamba, 163 sementes de Liamba, 15 compr. de Alprazolam, 1,4 g de Alucinogénios, 1,6 g de Cogumelos Alucinogénios, 25 compr. e 0,2 g de Anfetaminas, 10 compr. de Cloridrato de Clorobenzorex, 5 compr. de Codeína, 10,3 kg de Codeína Base, 5,15 kg de Fosfato de Codeína, 5 kg de Resinato de Codeína, 1 compr. de Diazepam, 2 compr. de Etilloflazepato, 450 g de Cloridrato de Etilmorfina, 12 compr. de Flurazepam, 3588 selos de LSD, 22 compr., 9 frascos e 9,6 g de Metadona, 303 compr. de Midazolam, 97 compr. e 42,8 g de Morfina, 15 g de Ópio, 77 g de sementes de Ópio, 3356 compr. de Oxazepam, 18,9 g de Speedball.

Em **2002**, foram apreendidas mais 1 planta de Coca, 10,7 g de óleo de Haxixe, 11 frascos de óleo de Haxixe, 1,75 kg de plantas de Liamba, 3135 plantas de Liamba, 775,7 g de sementes de Liamba, 4036 sementes de Liamba, 2,24 kg de folhas de Liamba, 34 cápsulas e 639,9 g de Anfetaminas, 8,4 g de Codeína, 565,2 g de Cogumelos Alucinogénios, 13 Cogumelos Alucinogénios, 1,9 g de Cloxazolam, 21 compr. e 4,8 g de Diazepam, 30 compr. de Lorazepam, 2 compr. e 9785 selos de LSD, 2 frascos e 0,9 g de Metadona, 53 compr. de Midazolam, 35 compr. de Morfina, 82 g de Ópio, 1014 plantas de Ópio, 967 compr. de Oxazepam, 4,8 g de Rebolau, 6,9 g de Speedball.

Em **2003**, foram apreendidas mais 4,24 kg de Base de Cocaína, 135,7 g de Crack, 550 g de plantas de Liamba, 2663 plantas de Liamba, 146,5 g de sementes de Liamba, 514 sementes de Liamba, 70,57 kg de folhas de Liamba, 11 404 compr. de Alprazolam, 33,2 g e 125 compr. de Anfetaminas, 0,6 g cristais de Anfetaminas, 5 compr. de Bromazepam, 0,1 g de Crystal Metal, 202,5 g de Cogumelos Alucinogénios, 9 Cogumelos Alucinogénios, 14 compr. de Clonazepam, 22 187 compr. de Diazepam, 92 compr. de Efedrina, 17 g de Fentanil, 20 compr. de Flunitrazepam, 20 compr. de Flurazepam, 515 selos de LSD, 24 compr. de Metadona, 44 compr. de Midazolam, 12 cápsulas de Opiáceos, 250 g de Ópio, 1112 plantas de Ópio, 1151 compr. e 1,4 g de Oxazepam, 5,1 g de Speedball.

Em **2004**, foram apreendidas mais 187,3 g de folhas de Coca, 2246 plantas de Liamba, 1,96 kg de sementes de Liamba, 5464 sementes de Liamba, 539,1 g de folhas de Liamba, 19 compr. de Alprazolam, 3 frascos de Alucinogénios, 2816 cápsulas de Anfeparamona, 13 cápsulas, 19 compr. e 489,8 g de Anfetaminas, 4 compr. de Bromazepam, 42 compr. de Buprenorfina, 1,25 kg de Cogumelos Alucinogénios, 1 Cogumelo Alucinogénio, 259 compr. de Clonazepam, 2834 cápsulas/compr. de Diazepam, 2 compr. de Flurazepam, 2 compr. de Halazepam, 29 compr. de Lorazepam, 1474 selos, 4 frascos e ½ compr. de LSD, 13 sementes de Mescalina, 24 compr. e 159 frascos de Metadona, 93,1 g de Metaqualona, 160,5 compr. de Midazolam, 44,8 g de Ópio, 1547 plantas de Ópio, 1360 compr. de Oxazepam, 93 g de Rebolau.

Em **2005**, foram apreendidas mais 1,10 kg de folhas de Coca, 5,53 kg de folhas de Liamba, 3 folhas de Liamba, 3732 plantas de Liamba, 1,45 kg de sementes de Liamba, 1401 sementes de Liamba, 13 compr. de Alprazolam, 2400 cápsulas de Anfeparamona, 131 g de Anfetaminas, 52 cápsulas/compr. de Anfetaminas, 2517 cápsulas de Bromazepam, 165 compr. de Buprenorfina, 35 g de Crystal Metal, 23 g de Cogumelos Alucinogénios, 15 Cogumelos Alucinogénios, 2 g e 465 compr. de Clonazepam, 592 cápsulas de Clordiazepóxido, 120 compr. de Diazepam, 713 cápsulas de Fenproporex, 331 selos, 1 frasco e 3 g de LSD, 80 compr. e 12 frascos de Metadona, 358 compr. de Midazolam, 1,78 kg de Ópio, 30 g e 9811 compr. de Oxazepam, 26 g de Rebolau, 175 539 compr. de Triazolam.

Em **2006**, foram apreendidas mais 3,8 g de Crack, 12,56 kg de folhas de Liamba, 2 folhas de Liamba, 12 g de plantas de Liamba, 2434 plantas de Liamba, 1,4 kg de sementes de Cannabis, 587 sementes de Cannabis, 1 cápsula de 2C-B, 4 compr. de Alprazolam, 1439 cápsulas de Anfeparamona, 33,72 kg de Anfetaminas, 96 cápsulas/compr. de Anfetaminas, 0,4 g e 1482 cápsulas de Bromazepam, 117 compr. de Buprenorfina, 407 compr. de Clonazepam, 604,4 g de Cogumelos Alucinogénios, 35 cápsulas/compr. de Diazepam, 1438 cápsulas de Fenproporex, 0,8 g e 16 compr. de Halazepam, 60 compr. de Loprazolam, 18 compr. de Lorazepam, 14,6 g, 33 frascos e 968 selos de LSD, 14 cactos de Mescalina, 24 unidades de mCPP, 194 compr. e 29 frascos de Metadona, 415 compr. de Midazolam, 1 g e 8 plantas de Ópio, 1 g e 1280 compr. de Oxazepam, e, 30,5 kg, 220 g de cápsulas/compr., 939 cápsulas/compr., 1 planta e 49 g de sementes de substância Indeterminada.

Em **2007**, foram apreendidas mais 17,90 kg de folhas de Coca, 92,02 kg folhas de Liamba, 2,53 kg plantas de Liamba, 3222 plantas de Liamba, 3,46 kg de sementes de Liamba, 2058 sementes de Liamba, 24 compr. de Alprazolam, 31 g de Alucinogénios, 52 g de Cogumelos Alucinogénios, 19 874 cápsulas de Anfeparamona, 703 g de Anfetaminas, 8 g de cristais de Anfetaminas, 2904 cápsulas/compr. de Anfetaminas, 48 501 compr. de Bromazepam, 481 g de sementes de Bufotenina, 182 compr. de Buprenorfina, 411 compr. de Clonazepam, 8 g de Codeína, 19 993 cápsulas/compr. de Diazepam, 697 g de folhas de DMT, 48 500 compr. de Fenproporex, 18 kg de plantas de Khat, 1 compr. de LSD, 2740 selos de LSD, 14 cactos de Mescalina, 444 compr. de Metadona, 8 frascos de Metadona, 119 g de Metanfetaminas, 409 compr. de Midazolam, 1 frasco de Morfina, 900 g de Ópio, 102 plantas de Ópio 854 compr. de Oxazepam e 114 g de Rebolau.

Em **2008**, foram apreendidas mais 275 g de folhas de Coca, 165 g de óleo de Haxixe, 2,92 kg folhas de Liamba, 3252 plantas de Liamba, 588 g de sementes de Liamba, 567 sementes de Liamba, 17 g de Ecstasy Líquido, 5 compr. de Alprazolam, 18 g de Cogumelos Alucinogénios, 7 Cogumelos Alucinogénios, 330 g de Anfetaminas, 412 cápsulas/compr. de Anfetaminas, 23 326 compr. de Bromazepam, 60 compr. de Buprenorfina, 98 compr. de Clonazepam, 0,24 g de Codeína, 12 compr. de Codeína, 4833 cápsulas/compr. de Diazepam, 12 compr. de Estazolam, 131 666 cápsulas de Fenproporex, 0,4 g de Flurazepam, 4 cápsulas/compr. de Flurazepam, 55,56 kg de plantas de Khat, 59 g de Lorazepam, 7 compr. de Lorazepam, 0,003 g de LSD, 2 frascos de LSD, 1046 selos de LSD, 809 g de Mescalina, 10 compr. de Metadona, 54 frascos de Metadona, 152 compr. de Midazolam, 17 179 plantas de Ópio, 230 compr. de Oxazepam, 1 g de Rebolau, 1 g de Speedball e 144 compr. de Tilidina.

c) As quantidades relativas ao haxixe incluem a resina e o pólen da cannabis.

d) As quantidades apreendidas de ecstasy moído ou em pó foram convertidas em comprimidos, conforme Portaria n.º 94/96 de 26 de Março.

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE.

Quadro 76 - Quantidade de Heroína Apreendida e Número de Apreensões, segundo o Ano
2000 - 2008

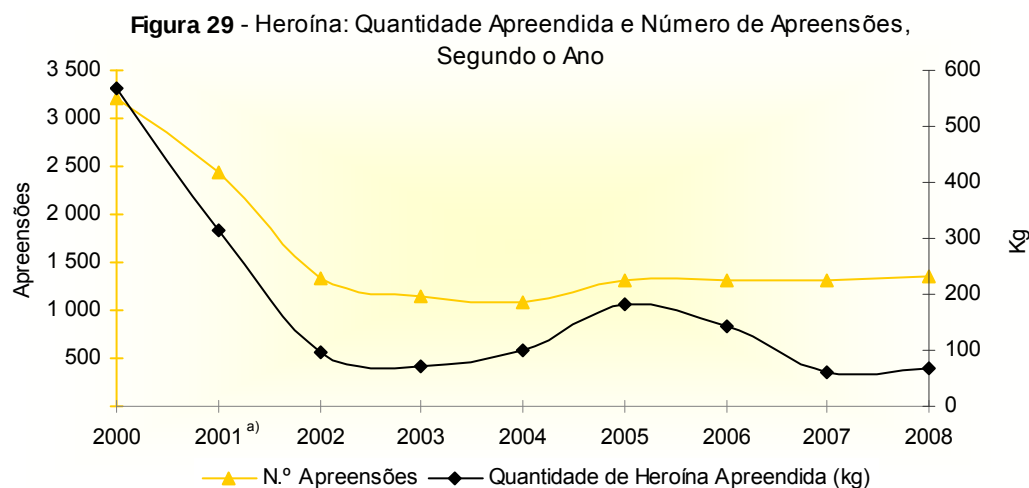
Ano	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Heroína Apreendida ^{b)} (kg)	567,53	316,04	96,32	72,37	99,05	182,27	144,30	61,67	68,09
N.º de Apreensões ^{c)}	3 209	2 430	1 340	1 154	1 088	1 309	1 317	1 309	1 347

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, a informação sobre o consumo deixou de constar no Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC) e passou a constar num registo central de processos de contra-ordenação nesta matéria, mantido e gerido pelo IDT, I. P..

b) Mais as quantidades das outras unidades/formas de apresentação de Heroína apreendida que constam nas notas relativas aos respectivos anos, no Quadro 75.

c) Inclui as apreensões das outras unidades/modalidades de Heroína apreendida referidas na nota anterior.

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE



a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, a informação sobre o consumo deixou de constar no Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC) e passou a constar num registo central de processos de contra-ordenação nesta matéria, mantido e gerido pelo IDT, I. P..

Fonte: Quadro 76

Quadro 77 - Quantidade de Cocaína Apreendida e Número de Apreensões, segundo o Ano
2000 - 2008

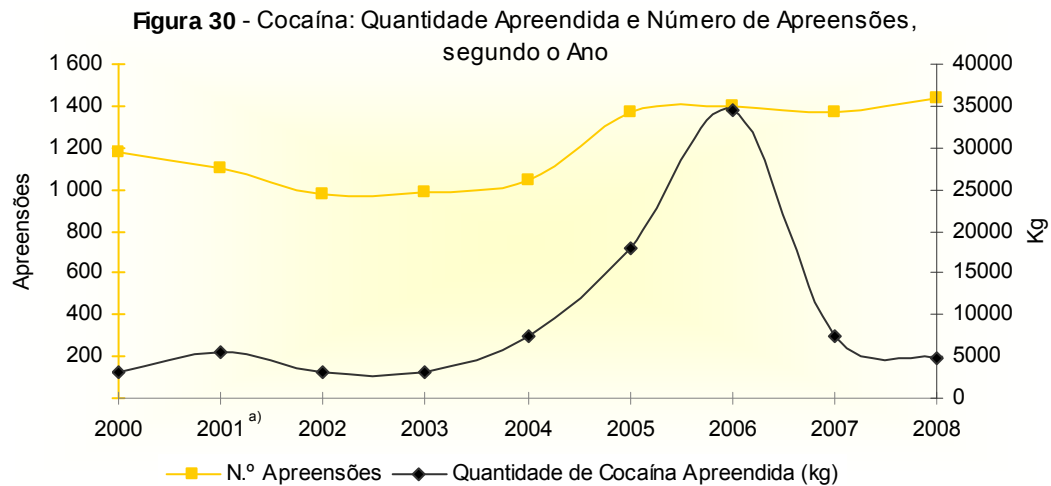
Ano	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Cocaína Apreendida ^{b)} (kg)	3 026,37	5 573,99	3 140,10	3 016,88	7 422,75	18 083,23	34 477,48	7 362,98	4 877,91
N.º de Apreensões ^{c)}	1 181	1 100	973	988	1 047	1 374	1 399	1 369	1 437

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, a informação sobre o consumo deixou de constar no Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC) e passou a constar num registo central de processos de contra-ordenação nesta matéria, mantido e gerido pelo IDT, I. P..

b) Mais as quantidades das outras unidades/formas de apresentação de Cocaína apreendida que constam nas notas relativas aos respectivos anos, no Quadro 75.

c) Inclui as apreensões das outras unidades/modalidades de Cocaína apreendida referidas na nota anterior: em **2008**, 2 apreensões de folhas de Coca. As apreensões que envolvem mais do que uma unidade/modalidade de Cocaína apreendida foram contabilizadas apenas uma vez.

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE



a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, a informação sobre o consumo deixou de constar no Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC) e passou a constar num registo central de processos de contra-ordenação nesta matéria, mantido e gerido pelo IDT, I. P..

Fonte: Quadro 77

Quadro 78 - Quantidade de Haxixe Apreendido e Número de Apreensões, segundo o Ano

2000 - 2008

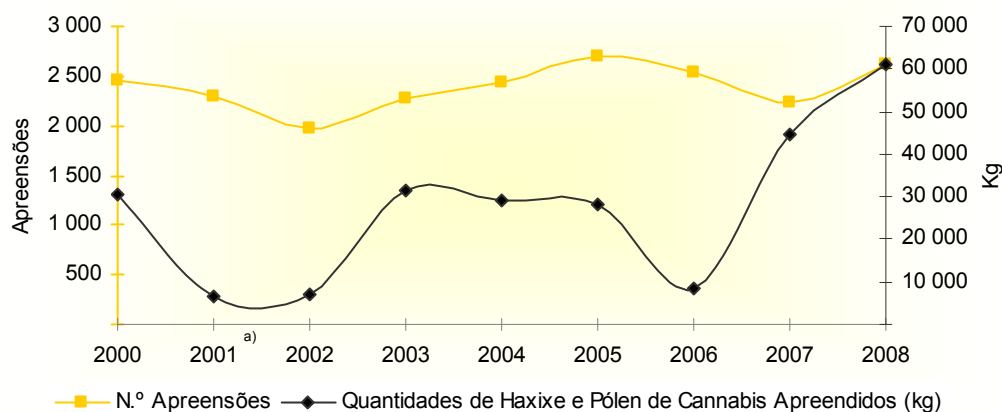
Ano	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Haxixe Apreendido ^{b)} (kg)	30 467,12	6 475,61	7 027,33	31 559,27	28 995,14	28 395,51	8 503,66	44 623,45	61 262,14
N.º de Apreensões ^{c)}	2 457	2 286	1 970	2 278	2 441	2 707	2 531	2 227	2 616

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, a informação sobre o consumo deixou de constar no Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC) e passou a constar num registo central de processos de contra-ordenação nesta matéria, mantido e gerido pelo IDT, I. P..

b) As quantidades relativas ao haxixe incluem a resina e o pólen da cannabis; mais as quantidades de outras unidades/formas de apresentação de Haxixe apreendido que constam nas notas relativas aos respectivos anos, no Quadro 75.

c) Inclui as apreensões das outras unidades/modalidades de Haxixe apreendido referidas na nota anterior: As apreensões que envolvem mais do que uma unidade/modalidade de Haxixe apreendido foram contabilizadas apenas uma vez.

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Figura 31 - Haxixe: Quantidade Apreendida e Número de Apreensões, segundo o Ano

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, a informação sobre o consumo deixou de constar no Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC) e passou a constar num registo central de processos de contra-ordenação nesta matéria, mantido e gerido pelo IDT, I. P..

Fonte: Quadro 78

Quadro 79 - Quantidade de Liamba Apreendida e Número de Apreensões, segundo o Ano
2000 - 2008

Ano	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Liamba Apreendida ^{b)} (kg)	223,21	234,53	361,03	264,82	118,93	121,39	151,92	133,30	36,63
N.º de Apreensões ^{c)}	205	189	288	206	285	273	341	424	383

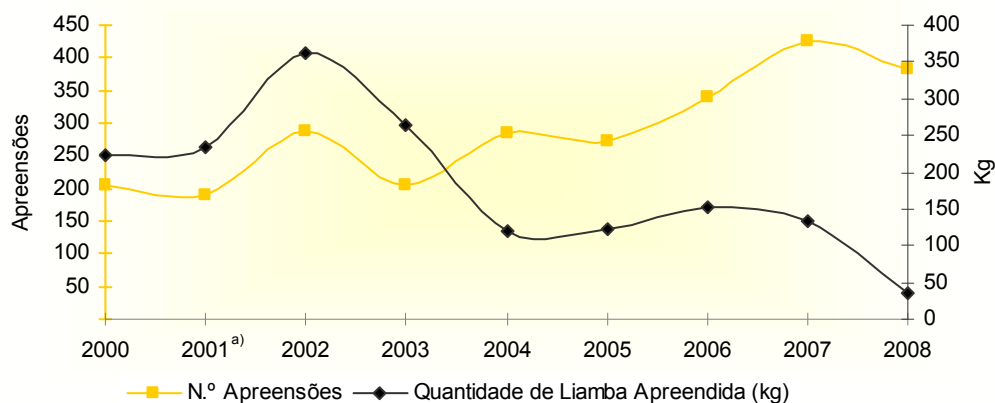
a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, a informação sobre o consumo deixou de constar no Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC) e passou a constar num registo central de processos de contra-ordenação nesta matéria, mantido e gerido pelo IDT, I. P..

b) Mais as quantidades das outras unidades/formas de apresentação de Liamba apreendida que constam nas notas relativas aos respectivos anos, no Quadro 75.

c) Inclui as apreensões das outras unidades/modalidades de Liamba apreendida referidas na nota anterior: em **2008**, 133 apreensões de plantas de Liamba, 16 de sementes de Liamba, 5 folhas de Liamba, 8 apreensões de plantas e sementes de Liamba, 5 apreensões de folhas e plantas de Liamba, e 2 apreensões de folhas, plantas e sementes de Liamba. As apreensões que envolvem mais do que uma unidade/modalidade de Liamba apreendida foram contabilizadas apenas uma vez.

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Figura 32 - Liamba: Quantidade Apreendida e Número de Apreensões, segundo o Ano



a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, a informação sobre o consumo deixou de constar no Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC) e passou a constar num registo central de processos de contra-ordenação nesta matéria, mantido e gerido pelo IDT, I. P..

Fonte: Quadro 79

Quadro 80 - Quantidade de Ecstasy Apreendido e Número de Apreensões, segundo o Ano

2000 - 2008

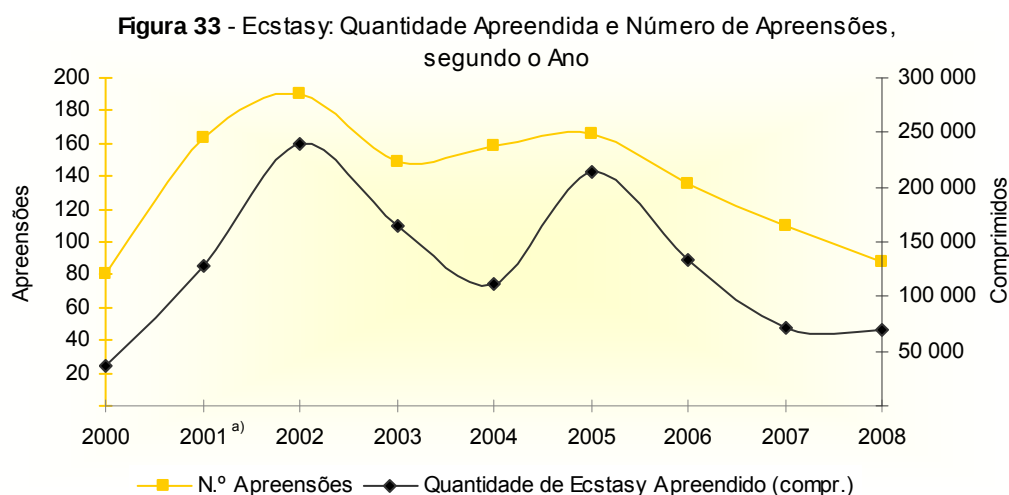
Ano	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Ecstasy Apreendido ^{b)} (compr.)	36 386	127 328	239 213	165 539	111 833	213 788	133 290	70 591	70 309
N.º de Apreensões ^{c)}	81	164	190	149	158	166	135	110	88

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, a informação sobre o consumo deixou de constar no Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC) e passou a constar num registo central de processos de contra-ordenação nesta matéria, mantido e gerido pelo IDT, I. P..

b) As quantidades apreendidas de Ecstasy moído ou em pó foram convertidas em comprimidos, conforme Portaria n.º 94/96 de 26 de Março; mais as quantidades de outras unidades/formas de apresentação de Ecstasy apreendido que constam nas notas relativas aos respectivos anos, no Quadro 75.

c) Inclui as apreensões das outras unidades/modalidades de Ecstasy apreendido referidas na nota anterior: em **2008**, 1 apreensão de Ecstasy líquido. As apreensões que envolvem mais do que uma unidade/modalidade de Ecstasy apreendido foram contabilizadas apenas uma vez.

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

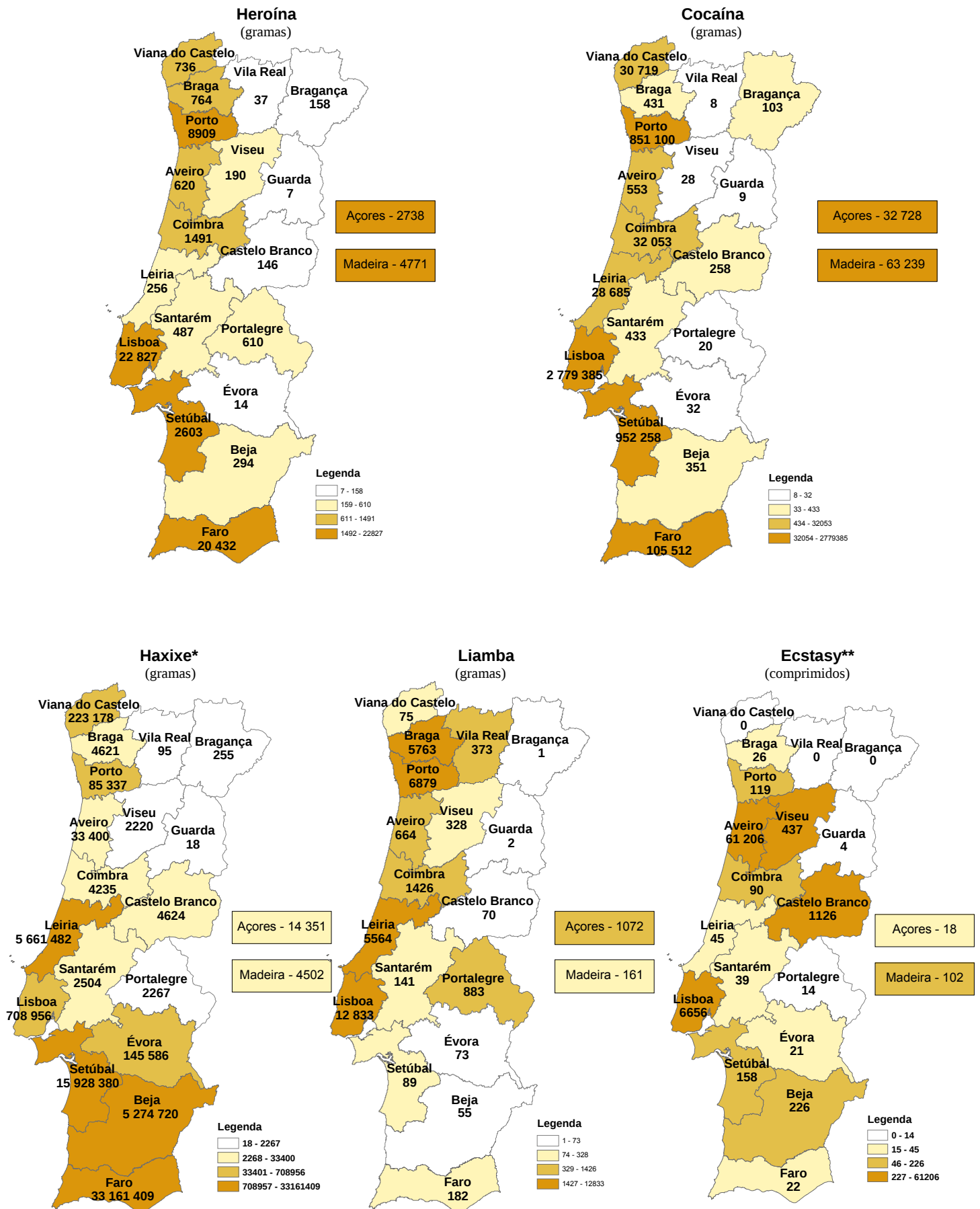


a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, a informação sobre o consumo deixou de constar no Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC) e passou a constar num registo central de processos de contra-ordenação nesta matéria, mantido e gerido pelo IDT, I. P..

Fonte: Quadro 80

Figura 34 - Quantidades de Droga Apreendida, por Distrito e Região Autónoma

2008



* As quantidades relativas ao haxixe incluem a resina e o pólen de cannabis.

** As quantidades apreendidas de ecstasy moído ou em pó foram convertidas em comprimidos, conforme Portaria n.º 94/96 de 26 de Março.

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 81 - Quantidade Apreendida, segundo o Ano, por Tipo de Droga e Quantidade
2000 - 2008

Ano Tipo de Droga/ /Quantidade Apreendida	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Heroína (grama)	567 533	316 039	96 315	72 365	99 047	182 266	144 295	61 669	68 090
< 10 g	4 176	3 746	2 517	2 142	2 088	2 384	2 654	2 725	2 844
≥ 10 g e < 100 g	9 011	9 298	7 930	6 643	6 513	7 609	5 856	8 392	7 445
≥ 100 g	554 346	302 995	85 868	63 580	90 446	172 273	135 785	50 552	57 801
Cocaína (grama)	3 026 374	5 573 994	3 140 103	3 016 881	7 422 752	18 083 231	34 477 476	7 362 975	4 877 905
< 10 g	1 239	1 463	1 828	1 699	1 694	2 280	2 095	2 401	2 420
≥ 10 g e < 100 g	3 985	5 693	4 723	4 751	6 638	6 799	6 889	6 743	7 304
≥ 100 g	3 021 150	5 566 838	3 133 552	3 010 431	7 414 420	18 074 152	34 468 492	7 353 831	4 868 181
Haxixe ^{b)} (grama)	30 467 121	6 475 609	7 027 329	31 559 269	28 995 141	28 395 514	8 503 664	44 623 450	61 262 140
< 100 g	21 202	28 626	30 441	35 495	36 609	41 939	38 327	29 647	37 587
≥ 100 g e < 1000 g	34 303	53 377	49 864	60 776	65 655	62 009	62 044	58 634	60 711
≥ 1000 g	30 411 616	6 393 606	6 947 024	31 462 998	28 892 877	28 291 566	8 403 293	44 535 169	61 163 842
Liamba (grama)	223 212	234 533	361 026	264 821	118 929	121 394	151 915	133 300	36 634
< 100 g	1 563	1 230	2 154	1 418	1 864	1 850	2 834	3 154	2 107
≥ 100 g e < 1000 g	3 579	3 740	7 737	1 909	6 220	6 053	4 418	7 536	6 615
≥ 1000 g	218 070	229 563	351 135	261 494	110 845	113 491	144 663	122 610	27 912
Ecstasy ^{c)} (comprimido)	36 386	127 328	239 213	165 539	111 833	213 788	133 290	70 591	70 309
< 100 comprimidos	1 002	2 651	2 633	2 212	2 074	2 709	2 463	2 426	1 611
≥ 100 e < 250 comprimidos	787	1 534	2 798	1 770	633	1 724	1 631	311	987
≥ 250 comprimidos	34 597	123 143	233 782	161 557	109 126	209 355	129 196	67 854	67 711

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, a informação sobre o consumo deixou de constar no Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC) e passou a constar num registo central de processos de contra-ordenação nesta matéria, mantido e gerido pelo IDT, I. P..

b) As quantidades relativas ao haxixe incluem a resina e o pólen da cannabis.

c) As quantidades apreendidas de ecstasy moído ou em pó foram convertidas em comprimidos, conforme Portaria n.º 94/96 de 26 de Março.

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicod dependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 82 - Número de Apreensões, segundo o Ano, por Tipo de Droga e Quantidade Apreendida

2000 - 2008

Tipo de Droga/ /Quantidade Apreendida	Ano								
	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Heroína	•3 209	•2 430	1 340	1 154	1 088	1 309	1 317	1 309	1 347
< 10 g	2 779	1 983	965	855	799	970	1 011	950	1 022
≥ 10 g e < 100 g	294	324	268	217	202	264	230	284	265
≥ 100 g	127	120	107	82	87	75	76	75	60
Cocaína	•1 181	1 100	•973	•988	•1 047	•1 374	•1 399	•1 369	•1 437
< 10 g	923	735	622	604	593	841	806	847	924
≥ 10 g e < 100 g	147	204	157	166	188	237	221	220	262
≥ 100 g	109	161	193	216	265	295	371	299	249
Haxixe ^{b)}	2 457	2 286	1 970	2 278	2 441	2 707	2 531	2 227	2 616
< 100 g	2 269	2 024	1 704	1 960	2 100	2 365	2 231	1 942	2 302
≥ 100 g e < 1000 g	132	188	183	214	232	233	194	188	203
≥ 1000 g	56	74	83	104	109	109	106	97	111
Liamba	•205	•189	•288	•206	•285	•273	•341	•424	•383
< 100 g	130	102	146	101	147	121	165	205	182
≥ 100 g e < 1000 g	14	9	19	8	20	17	20	23	23
≥ 1000 g	5	16	13	14	7	7	15	6	9
Ecstasy ^{c)}	•81	164	190	149	158	166	135	110	•88
< 100 comprimidos	66	136	147	108	132	140	109	105	73
≥ 100 e < 250 comprimidos	6	10	17	12	4	12	10	2	6
≥ 250 comprimidos	8	18	26	29	22	14	16	3	8

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, a informação sobre o consumo deixou de constar no Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC) e passou a constar num registo central de processos de contra-ordenação nesta matéria, mantido e gerido pelo IDT, I. P..

b) As quantidades relativas ao haxixe incluem a resina e o pólen da cannabis.

c) As quantidades apreendidas de ecstasy moído ou em pó foram convertidas em comprimidos, conforme Portaria n.º 94/96 de 26 de Março.

• O total não corresponde à soma das parcelas, porque existem apreensões destas drogas que não podem ser expressas nestas unidades de medida.

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 83 - Preço* Médio das Drogas, segundo o Ano, por Tipo de Droga

2000 - 2008

Tipo de Droga	Ano								
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Por grama									
Heroína	49,72 €	50,27 €	43,78 €	46,80 €	46,54 €	41,01 €	42,17 €	37,57 €	33,25 €
Cocaína	60,31 €	53,51 €	38,57 €	41,40 €	42,23 €	45,11 €	45,73 €	44,65 €	45,56 €
Haxixe	4,13 €	4,06 €	2,45 €	2,49 €	2,31 €	2,13 €	2,18 €	3,45 €	3,28 €
Liamba	3,83 €	3,26 €	2,62 €	4,00 €	2,66 €	3,67 €	2,15 €	4,70 €	5,09 €
Por comprimido									
Ecstasy	5,98 €	6,86 €	5,90 €	5,27 €	4,50 €	3,56 €	3,18 €	3,20 €	2,80 €

* Os preços relativos aos anos posteriores a 2001 referem-se apenas ao mercado de tráfico e de tráfico-consumo.

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 84 - Droga Apreendida, por País de Proveniência e Destino
2008

Tipo de Droga/ País de Proveniência /Destino	<u>Heroína</u> ^{a)} (gramas)			<u>Cocaína</u> ^{a)} (gramas)			<u>Haxixe</u> ^{a) b)} (gramas)			<u>Liamba</u> ^{a)} (gramas)			<u>Ecstasy</u> ^{c)} (comprimidos)		
	Portugal	Estrangeiro	Desc.	Portugal	Estrangeiro	Desc.	Portugal	Estrangeiro	Desc.	Portugal	Estrangeiro	Desc.	Portugal	Estrangeiro	Desc.
2007	61 669			7 362 975			44 623 450			133 300			70 591		
Total															
2008	68 090			4 877 905			61 262 140			36 634			70 309		
Subtotal	2 064	7	66 019	2 859 982	804 078	1 213 845	27 245 928	15 148 840	18 867 372	11 297	56	25 281	61 057	..	9 252
África do Sul	..	..	..	..	..	..	..	..	..	8 350	..	..	..	..	..
Alemanha	33	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Angola	..	..	..	4 175	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Argentina	..	..	..	626 623	7 874	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Bolívia	..	..	..	..	7 775	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Brasil	..	..	..	158 774	350 245	..	..	3	..	37	..	..	..	..	..
Cabo Verde	..	..	..	2 980	102 000	..	..	..	..	2 008	..	..	..	..	..
Costa Rica	..	..	..	1 080	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Espanha	1 488	..	..	437	..	..	226 024	..	..	875	..	..	6	..	..
França	10	..	..	..	..	..	36	..	..	..	..	..	..	..	..
Gâmbia	..	..	..	514 400	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Guiné Bissau	..	..	..	19 207	4 926	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Guiné Conakri	..	..	..	1 863	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Holanda	526	..	..	..	..	..	..	..	..	15	..	..	61 050	..	..
Jamaica	..	..	..	..	132	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Mali	..	..	..	..	7 730	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Marrocos	7	..	..	..	..	..	27 019 804	4 171 000	..	12	..	..	1	..	..
Panamá	..	..	..	..	129 445	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Peru	..	..	..	..	11 595	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Reino Unido	..	..	..	..	..	..	65	..	..	..	..	..	..	..	..
República Dominicana	..	..	..	43 335	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Senegal	..	..	..	13 774	12 993	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Trindade e Tobago	..	..	..	..	400	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Venezuela	..	..	..	1 473 335	45 682	..	..	..	..	..	56	..	..	..	..
Desconhecido	..	7	66 019	..	123 282	1 213 845	..	10 977 836	18 867 372	..	..	25 281	..	..	9 252

a) Considerados os valores iguais ou superiores a 0,5 g.

b) Os dados relativos ao Haxixe incluem a resina e o pólen.

c) As quantidades apreendidas de Ecstasy moído ou em pó foram convertidas em comprimidos, conforme Portaria n.º 94/96 de 26 de Março.

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

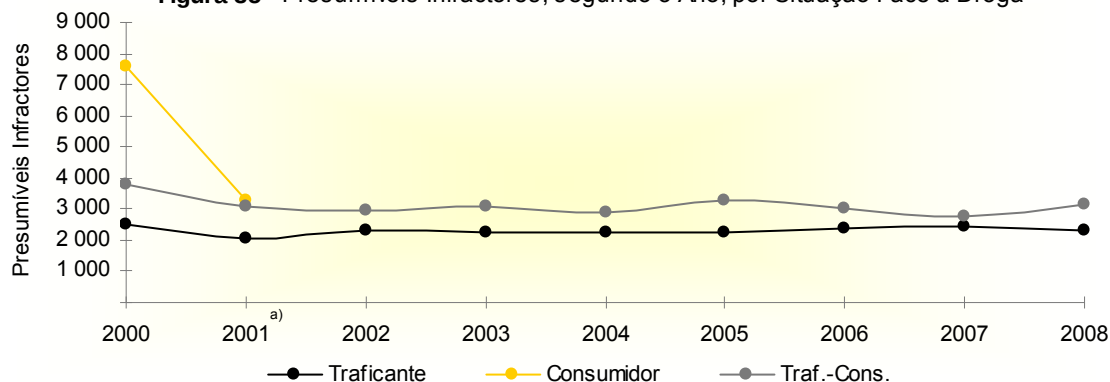
Quadro 85 - Presumíveis Infractores, segundo o Ano, por Situação Face à Droga e Sexo

2000 - 2008

Situação Face à Droga/Sexo	Ano	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total		14 276	8 736	5 255	5 318	5 159	5 565	5 425	5 202	5 424
Masculino		12 425	3 951	4 457	4 647	4 462	4 904	4 776	4 564	4 891
Feminino		1 451	369	798	671	697	661	649	638	533
Desconhecido		..	4 416	..	..	..	..	..	..	..
Traficante		2 478	2 041	2 318	2 222	2 277	2 252	2 359	2 424	2 286
Masculino		1 955	920	1 803	1 780	1 783	1 851	1 902	1 988	1 922
Feminino		523	165	515	442	494	401	457	436	364
Desconhecido		..	956	..	..	..	..	..	..	..
Consumidor		7 592	3 302	—	—	—	—	—	—	—
Masculino		6 973	1 260	—	—	—	—	—	—	—
Feminino		619	93	—	—	—	—	—	—	—
Desconhecido		..	1 949	—	—	—	—	—	—	—
Traf.-Cons.		3 806	3 117	2 932	3 074	2 882	3 308	3 047	2 774	3 138
Masculino		3 497	1 702	2 650	2 850	2 679	3 050	2 857	2 576	2 969
Feminino		309	95	282	224	203	258	190	198	169
Desconhecido		..	1 320	..	..	..	..	..	..	..
Desconhecido		400	276	5	22	..	5	19	4	..
Masculino		281	69	4	17	..	3	17	..	..
Feminino		119	16	1	5	..	2	2	4	..
Desconhecido		..	191	..	..	..	..	..	..	..

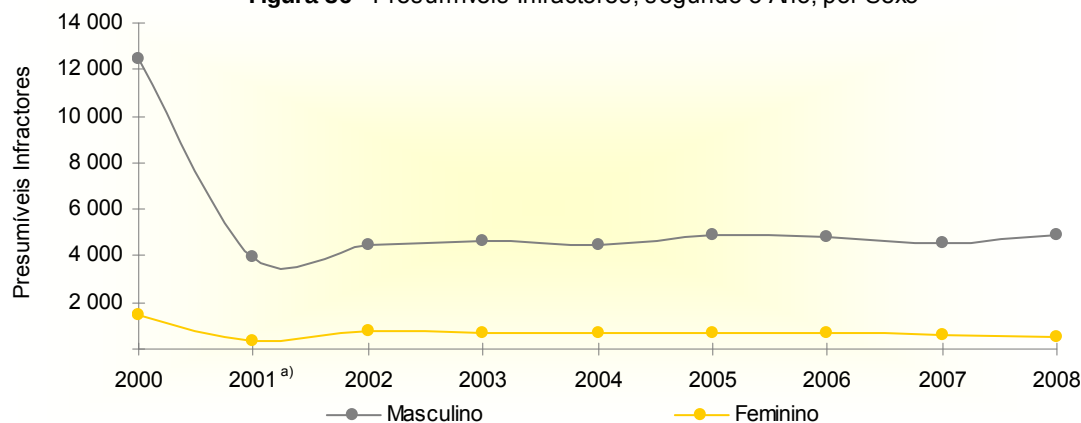
a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, a informação sobre o consumo deixou de constar no Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC) e passou a constar num registo central de processos de contra-ordenação nesta matéria, mantido e gerido pelo IDT, I. P..

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Figura 35 - Presumíveis Infractores, segundo o Ano, por Situação Face à Droga

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, a informação sobre o consumo deixou de constar no SIIC e passou a constar num registo central de processos de contra-ordenação nesta matéria, mantido e gerido pelo IDT, I. P..

Fonte: Quadro 85

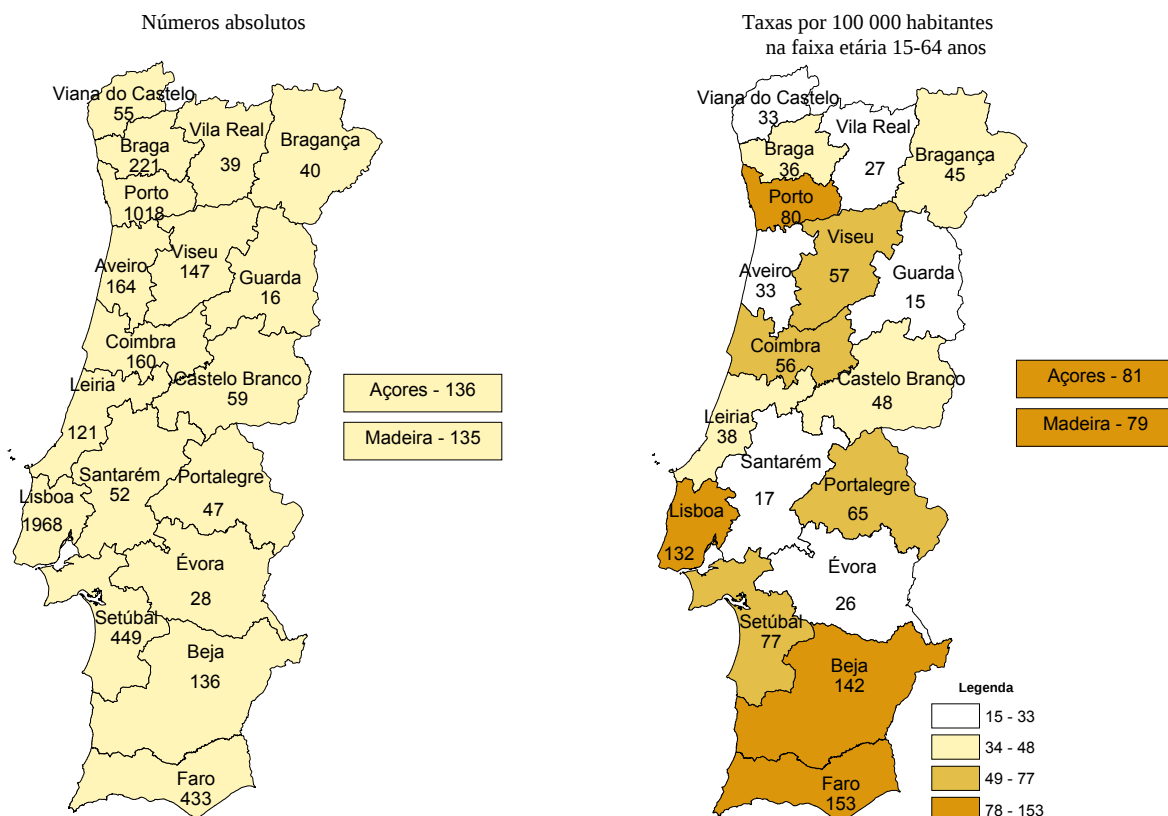
Figura 36 - Presumíveis Infractores, segundo o Ano, por Sexo

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, a informação sobre o consumo deixou de constar no SIIC e passou a constar num registo central de processos de contra-ordenação nesta matéria, mantido e gerido pelo IDT, I. P..

Fonte: Quadro 85

Figura 37 - Total de Presumíveis Infractores, por Zona Geográfica de Ocorrência da Infracção

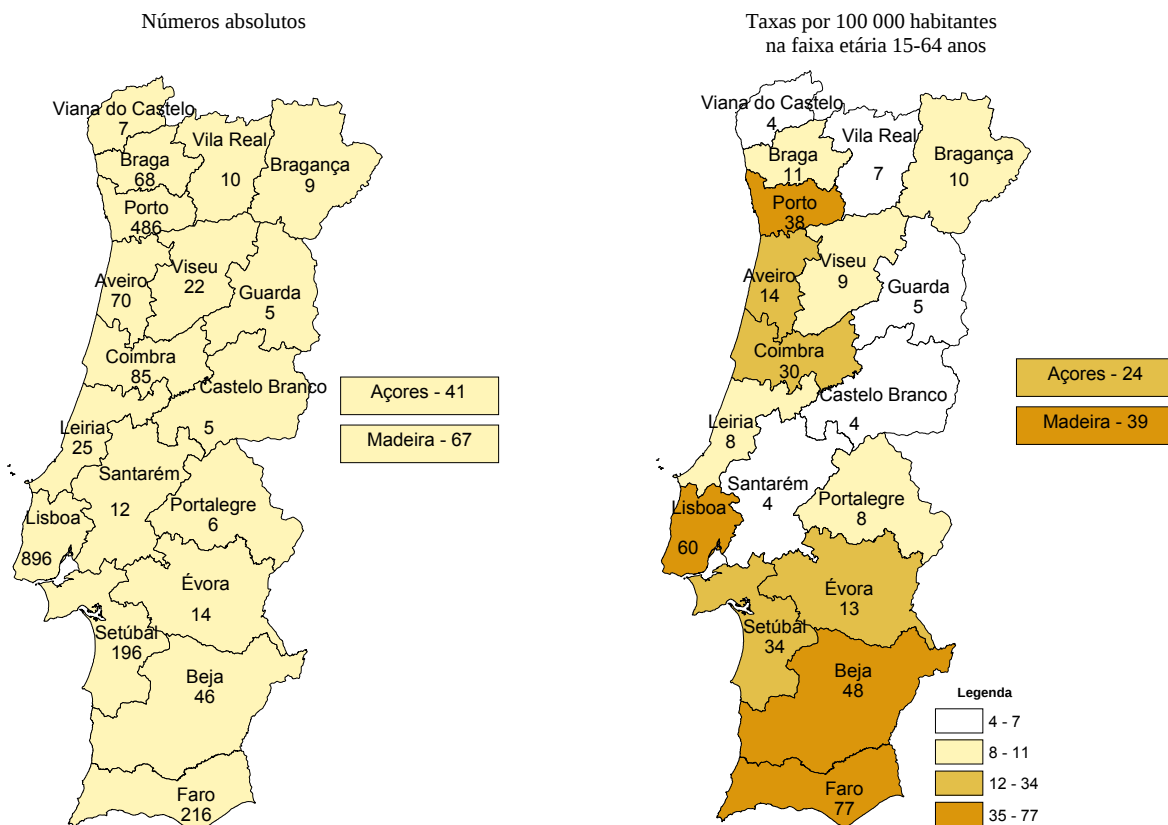
2008



Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Figura 38 - Presumíveis Traficantes, por Zona Geográfica de Ocorrência da Infracção

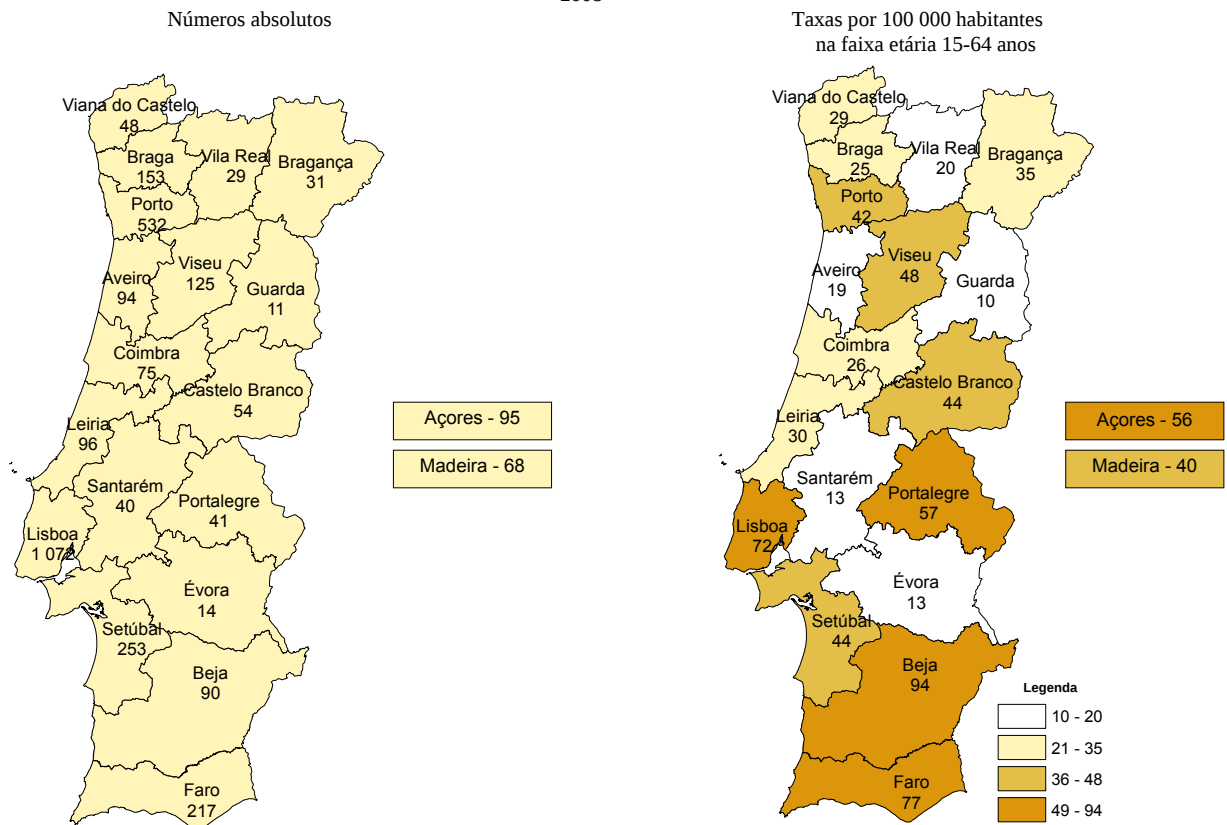
2008



Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Figura 39 - Presumíveis Traficantes-Consumidores, por Zona Geográfica de Ocorrência da Infração

2008



Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 86 - Presumíveis Infractores, segundo a Situação Face à Droga, por Zona Geográfica de Ocorrência da Infracção

2008

Situação Face à Droga	Total	Traficante	Traficante-Consumidor
Distrito - Ilha / Concelho			
Total	5 424	2 286	3 138
Aveiro (Distrito)	164	70	94
Águeda	7	1	6
Albergaria-a-Velha	6	6	..
Anadia	5	..	5
Aveiro	29	11	18
Castelo de Paiva	5	3	2
Espinho	1	..	1
Estarreja	4	2	2
Ílhavo	34	16	18
Mealhada	4	2	2
Murtosa	1	..	1
Oliveira de Azeméis	7	3	4
Oliveira do Bairro	5	2	3
Ovar	2	..	2
Santa Maria da Feira	36	21	15
São João da Madeira	8	..	8
Sever do Vouga	1	..	1
Vagos	8	2	6
Vale de Cambra	1	1	..
Beja (Distrito)	136	46	90
Almodôvar	6	2	4
Barrancos	1	..	1
Beja	37	15	22
Castro Verde	6	1	5
Cuba	2	..	2
Ferreira do Alentejo	17	14	3
Mértola	5	..	5
Moura	7	4	3
Odemira	38	7	31
Ourique	8	2	6
Serpa	8	1	7
Vidigueira	1	..	1
Braga (Distrito)	221	68	153
Amares	3	..	3
Barcelos	35	7	28
Braga	56	36	20
Cabeceiras de Basto	1	..	1
Esposende	8	3	5
Fafe	18	6	12
Guimarães	47	6	41
Póvoa de Lanhoso	2	1	1
Vila Nova de Famalicão	44	9	35
Vila Verde	2	..	2
Vizela	5	..	5
Bragança (Distrito)	40	9	31
Bragança	22	4	18
Carrazeda de Ansiães	2	..	2
Freixo de Espada à Cinta	3	2	1
Macedo de Cavaleiros	2	1	1
Mirandela	4	..	4
Mogadouro	2	1	1
Torre de Moncorvo	2	1	1
Vinhais	3	..	3
Castelo Branco (Distrito)	59	5	54
Belmonte	3	..	3
Castelo Branco	28	2	26
Covilhã	8	..	8
Idanha-a-Nova	12	3	9
Penamacor	3	..	3
Sertã	4	..	4
Vila Rei	1	..	1

Continua ►►

Situação Face à Droga	Total	Traficante	Traficante-Consumidor
Distrito - Ilha / Concelho			
Coimbra (Distrito)	160	85	75
Arganil	2	..	2
Cantanhede	8	5	3
Coimbra	91	59	32
Condeixa-a-Nova	2	..	2
Figueira da Foz	27	20	7
Góis	1	..	1
Lousã	12	..	12
Mira	1	..	1
Montemor-o-Velho	1	..	1
Pampilhosa da Serra	1	..	1
Penacova	3	1	2
Soure	3	..	3
Tábua	5	..	5
Vila Nova de Poiares	3	..	3
Évora (Distrito)	28	14	14
Évora	17	9	8
Montemor-o-Novo	3	..	3
Redondo	2	1	1
Reguengos de Monsaraz	2	1	1
Vendas Novas	4	3	1
Faro (Distrito)	433	216	217
Albufeira	49	18	31
Castro Marim	6	..	6
Faro	57	35	22
Lagoa	21	5	16
Lagos	16	6	10
Loulé	104	47	57
Monchique	3	..	3
Olhão da Restauração	38	24	14
Portimão	52	31	21
São Brás de Alportel	3	2	1
Silves	41	23	18
Tavira	23	18	5
Vila do Bispo	3	1	2
Vila Real de Santo António	17	6	11
Guarda (Distrito)	16	5	11
Almeida	2	2	..
Gouveia	1	..	1
Guarda	10	3	7
Seia	2	..	2
Vial Nova de Foz Côa	1	..	1
Leiria (Distrito)	121	25	96
Alcobaça	25	3	22
Alvaiázere	1	1	..
Batalha	1	..	1
Bombarral	4	1	3
Caldas da Rainha	6	1	5
Figueiró dos Vinhos	3	..	3
Leiria	27	8	19
Marinha Grande	26	5	21
Nazaré	1	..	1
Óbidos	1	..	1
Peniche	5	1	4
Pombal	17	5	12
Porto de Mós	4	..	4
Lisboa (Distrito)	1 968	896	1 072
Alenquer	8	..	8
Amadora	247	170	77
Azambuja	47	17	30
Cadaval	2	..	2
Cascais	96	40	56
Lisboa	1 098	538	560

Continua ►►

Situação Face à Droga	Total	Traficante	Traficante-Consumidor
Distrito - Ilha / Concelho			
Loures	30	9	21
Lourinhã	6	5	1
Mafra	20	..	20
Odivelas	9	1	8
Oeiras	149	51	98
Sintra	207	53	154
Sobral de Monte Agraço	1	..	1
Torres Vedras	33	8	25
Vila Franca de Xira	15	4	11
Portalegre (Distrito)	47	6	41
Avis	1	1	..
Campo Maior	7	2	5
Elvas	12	2	10
Fronteira	1	..	1
Nisa	2	..	2
Ponte de Sor	11	..	11
Portalegre	13	1	12
Porto (Distrito)	1 018	486	532
Amarante	19	12	7
Felgueiras	11	7	4
Gondomar	39	21	18
Lousada	13	5	8
Maia	44	33	11
Marco de Canaveses	19	17	2
Matosinhos	159	29	130
Paços de Ferreira	58	16	42
Paredes	13	4	9
Penafiel	11	4	7
Porto	516	276	240
Póvoa de Varzim	17	14	3
Santo Tirso	7	3	4
Trofa	2	1	1
Valongo	11	7	4
Vila do Conde	19	10	9
Vila Nova de Gaia	60	27	33
Santarém (Distrito)	52	12	40
Abrantes	4	2	2
Almeirim	3	1	2
Benavente	1	..	1
Cartaxo	5	..	5
Entroncamento	3	..	3
Golegã	4	1	3
Ourém	4	..	4
Rio Maior	5	..	5
Santarém	12	5	7
Tomar	4	1	3
Torres Novas	7	2	5
Setúbal (Distrito)	449	196	253
Alcácer do Sal	1	1	..
Alcochete	5	4	1
Almada	86	34	52
Barreiro	27	21	6
Grândola	22	7	15
Moita	58	44	14
Montijo	21	7	14
Palmela	10	2	8
Santiago do Cacém	25	7	18
Seixal	67	27	40
Sesimbra	15	5	10
Setúbal	90	27	63
Sines	22	10	12

Continua ►►

Situação Face à Droga	Total	Traficante	Traficante-Consumidor
Distrito - Ilha / Concelho			
Viana do Castelo (Distrito)	55	7	48
Arcos de Valdevez	2	..	2
Caminha	6	..	6
Monção	2	..	2
Ponte da Barca	6	..	6
Ponte de Lima	10	4	6
Valença	3	1	2
Viana do Castelo	25	2	23
Vila Nova de Cerveira	1	..	1
Vila Real (Distrito)	39	10	29
Alijó	12	4	8
Chaves	1	..	1
Mesão Frio	3	2	1
Murça	1	..	1
Peso da Régua	1	..	1
Vila Real	21	4	17
Viseu (Distrito)	147	22	125
Armamar	2	..	2
Cinfães	8	1	7
Lamego	16	2	14
Mangualde	7	1	6
Nelas	4	3	1
Penalva do Castelo	1	..	1
Penedono	1	..	1
Santa Comba Dão	23	3	20
São João da Pesqueira	8	1	7
São Pedro do Sul	7	1	6
Sernancelhe	4	1	3
Tondela	1	..	1
Vila Nova de Paiva	1	..	1
Viseu	42	9	33
Vouzela	22	..	22
Ilha da Madeira	129	65	64
Calheta	1	1	..
Câmara de Lobos	12	5	7
Funchal	62	35	27
Machico	7	1	6
Porto Moniz	2	..	2
Ribeira Brava	3	2	1
Santa Cruz	40	20	20
Santana	2	1	1
Ilha de Porto Santo	6	2	4
Porto Santo	6	2	4
Ilha de Santa Maria	1	..	1
Vila do Porto	1	..	1
Ilha de São Miguel	102	38	64
Lagoa	6	5	1
Ponta Delgada	67	23	44
Povoação	7	1	6
Ribeira Grande	18	7	11
Vila Franca do Campo	4	2	2
Ilha Terceira	17	3	14
Angra do Heroísmo	9	2	7
Vila da Praia da Vitória	8	1	7
Ilha da Graciosa	1	..	1
Santa Cruz da Graciosa	1	..	1
Ilha de São Jorge	3	..	3
Calheta	2	..	2
Velas	1	..	1
Ilha do Pico	2	..	2
Lages do Pico	1	..	1
Madalena	1	..	1
Ilha do Faial	9	..	9
Horta	9	..	9
Ilha das Flores	1	..	1
Lajes das Flores	1	..	1

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 87 - Presumíveis Infractores, segundo a Situação Face à Droga, por Tipo de Droga
2008

Tipo de Droga	Situação Face à Droga	Total	Traficante	Traficante-Consumidor	Desc.
Total	2007	5 202	2 424	2 774	4
	2008	5 424	2 286	3 138	..
Heroína		564	255	309	..
Cocaína		578	429	149	..
Cannabis		2 444	531	1 913	..
Ecstasy		14	8	6	..
Outro		31	13	18	..
Polidrogas		1 591	945	646	..
Desconhecido		202	105	97	..

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 88 - Presumíveis Infractores Identificados na Posse de Polidrogas, segundo a Situação Face à Droga, por Drogas Envolvidas*
2008

Drogas Envolvidas	Situação Face à Droga	Total	Traficante	Traficante-Consumidor
Total	2007	1 557	918	639
	2008	1 591	945	646
Heroína + Cocaína		812	541	271
Heroína + Cannabis		121	61	60
Cocaína + Cannabis		207	96	111
Ecstasy + Cannabis		38	9	29
Heroína + Cocaína + Cannabis		244	169	75
Outras		169	69	100

* As combinações envolvem exclusivamente as drogas mencionadas.

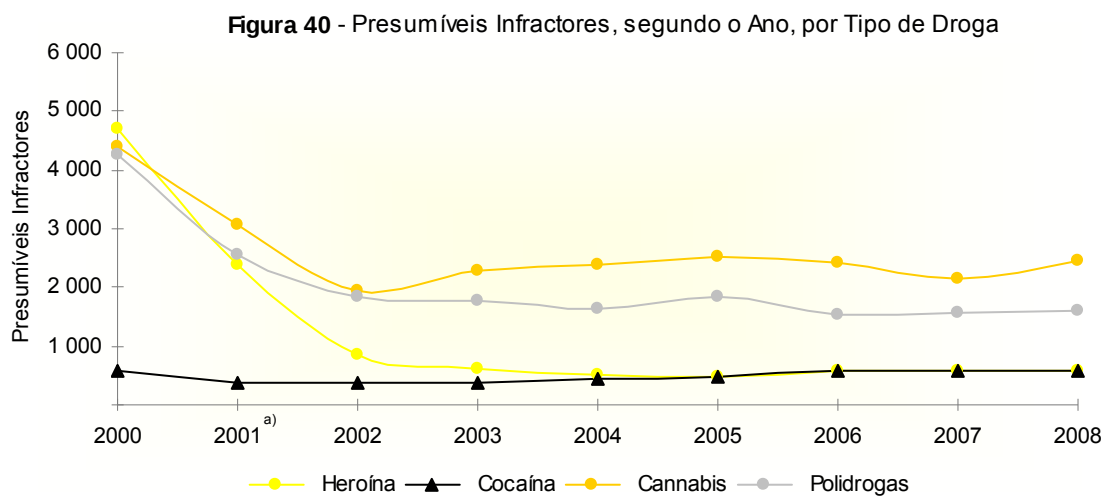
Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 89 - Presumíveis Infractores, segundo o Ano, por Tipo de Droga
2000 - 2008

Tipo de Droga \ Ano	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total	14 276	8 736	5 255	5 318	5 159	5 565	5 425	5 202	5 424
Heroína	4 689	2 374	865	613	505	485	577	591	564
Cocaína	573	361	389	376	431	462	582	570	578
Cannabis	4 399	3 076	1 935	2 294	2 384	2 508	2 434	2 144	2 444
Ecstasy	14	53	36	48	51	45	35	21	14
Outro	67	42	23	22	17	27	25	28	31
Polidrogas	4 278	2 568	1 830	1 775	1 647	1 843	1 520	1 557	1 591
Desconhecido	256	262	177	190	124	195	252	291	202

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, a informação sobre o consumo deixou de constar no Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC) e passou a constar num registo central de processos de contra-ordenação nesta matéria, mantido e gerido pelo IDT, I. P..

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE



a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, a informação sobre o consumo deixou de constar no Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC) e passou a constar num registo central de processos de contra-ordenação nesta matéria, mantido e gerido pelo IDT, I. P..

Fonte: Quadro 89

Quadro 90 - Presumíveis Infractores, segundo a Situação Face à Droga, por Grupo Etário
2008

Situação Face à Droga	Grupo Etário	Total	Traficante	Traficante-Consumidor	Desc.
2007	Total	5 202	2 424	2 774	4
	2008	5 424	2 286	3 138	..
2008	≤ 19 anos	563	176	387	..
	20-24 anos	1 408	498	910	..
	25-29 anos	1 062	446	616	..
	30-34 anos	789	332	457	..
	35-39 anos	577	280	297	..
	40-44 anos	479	223	256	..
	≥ 45 anos	546	331	215	..

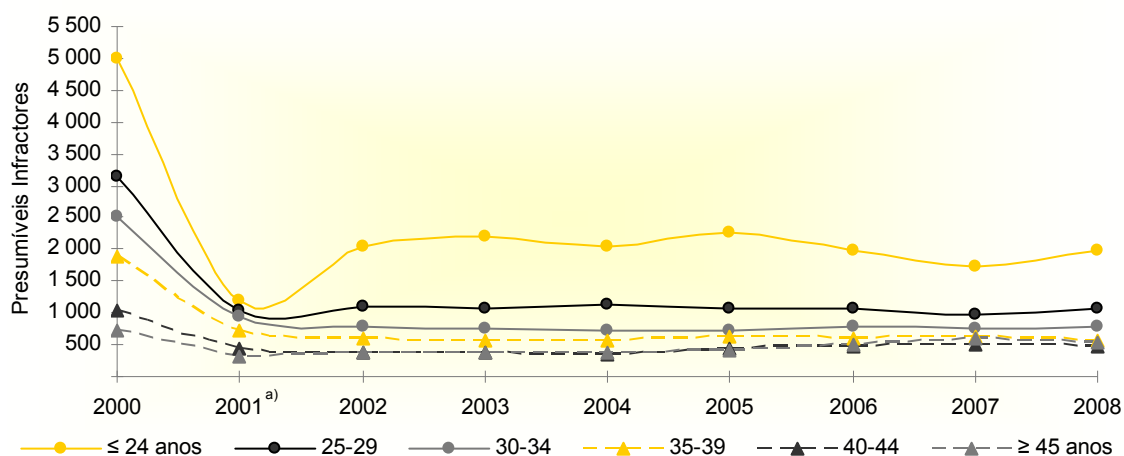
Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 91 - Presumíveis Infractores, segundo o Ano, por Grupo Etário
2000 - 2008

Ano	Grupo Etário	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
2000	Total	14 276	8 736	5 255	5 318	5 159	5 565	5 425	5 202	5 424
	≤ 19 anos	1 741	291	713	683	602	685	607	488	563
	20-24 anos	3 253	909	1 341	1 526	1 439	1 593	1 384	1 236	1 408
	25-29 anos	3 128	1 052	1 092	1 068	1 118	1 078	1 063	977	1 062
	30-34 anos	2 526	953	792	750	719	728	797	757	789
	35-39 anos	1 882	731	589	551	557	615	604	635	577
	40-44 anos	1 029	438	365	376	352	448	469	493	479
	≥ 45 anos	717	306	363	364	372	418	501	610	546
2001	Desconhecido	..	4 056	..	..	..	..	..	6	..

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, a informação sobre o consumo deixou de constar no Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC) e passou a constar num registo central de processos de contra-ordenação nesta matéria, mantido e gerido pelo IDT, I. P..

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Figura 41 - Presumíveis Infractores, segundo o Ano, por Grupo Etário

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, a informação sobre o consumo deixou de constar no Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC) e passou a constar num registo central de processos de contra-ordenação nesta matéria, mantido e gerido pelo IDT, I. P..

Fonte: Quadro 91

Quadro 92 - Presumíveis Infractores, segundo a Situação Face à Droga, por País da Nacionalidade
2008

País da Nacionalidade \ Situação Face à Droga	Total	Traficante	Traficante-Consumidor	Desc.
2007	5 202	2 424	2 774	4
Total				
2008	5 424	2 286	3 138	..
Europa	4 608	1 708	2 900	..
União Europeia	4 575	1 685	2 890	
Alemanha	18	9	9	..
Espanha	68	62	6	..
França	11	5	6	..
Holanda	9	7	2	..
Portugal	4 423	1 570	2 853	..
Reino Unido	11	5	6	..
Outros da UE	35	27	8	..
Outros da Europa	33	23	10	..
Ucrânia	20	18	2	..
Outros	13	5	8	..
África	679	496	183	..
Angola	66	17	49	..
Cabo Verde	415	333	82	..
Guiné-Bissau	135	95	40	..
Moçambique	3	2	1	..
São Tomé e Príncipe	11	5	6	..
Outros	49	44	5	..
América	127	77	50	..
Bolívia	3	3	..	..
Brasil	90	42	48	..
Colômbia	11	11	..	..
Venezuela	14	14	..	..
Outros	9	7	2	..
Ásia	10	5	5	..
Oceânia	..	..	..	..

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 93 - Presumíveis Infractores, segundo o Ano, por País da Nacionalidade
2000 - 2008

País da Nacionalidade \ Ano	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total	14 276	8 736	5 255	5 318	5 159	5 565	5 425	5 202	5 424
Europa	13 395	2 726	4 595	4 572	4 462	4 771	4 608	4 434	4 608
União Europeia	13 371	2 715	4 576	4 559	4 427	4 696	4 588	4 415	4 575
Alemanha	20	12	15	8	23	17	20	19	18
Espanha	105	9	76	80	57	44	77	74	68
França	53	18	10	10	19	16	10	13	11
Holanda	19	1	13	9	15	43	30	20	9
Portugal	13 149	2 673	4 442	4 431	4 281	4 525	4 412	4 225	4 423
Reino Unido	11	1	8	2	9	16	17	28	11
Outros da UE	14	1	12	19	23	35	22	36	35
Outros da Europa	24	11	19	13	35	75	20	19	33
Ucrânia	..	..	4	7	11	33	15	8	20
Outros	24	11	15	6	24	42	5	11	13
África	801	271	560	619	551	633	628	605	679
Angola	281	74	57	66	70	76	116	66	66
Cabo Verde	274	131	401	443	372	414	357	370	415
Guiné-Bissau	99	26	56	58	42	77	78	106	135
Moçambique	57	7	4	14	12	13	12	4	3
São Tomé e Príncipe	23	20	16	14	16	16	22	13	11
Outros	67	13	26	24	39	37	43	46	49
América	70	24	95	116	139	152	171	152	127
Bolívia	2	..	5	5	4	12	7	2	3
Brasil	36	14	68	49	41	59	81	71	90
Colômbia	5	1	6	5	13	11	10	8	11
Venezuela	14	3	8	28	68	56	52	49	14
Outros	13	6	8	29	13	14	21	22	9
Ásia	7	4	5	11	7	9	17	11	10
Oceânia	3	..	..	..	..	..	1	..	..
Desconhecido	..	5 711	..	..	..	..	..	..	..

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, a informação sobre o consumo deixou de constar no Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC) e passou a constar num registo central de processos de contra-ordenação nesta matéria, mantido e gerido pelo IDT, I. P..

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 94 - Presumíveis Infractores Nacionais e Estrangeiros, segundo a Situação Face à Droga, por Tipo de Droga
2008

S.Face à Droga/ Tipo de Droga	Total			Traficante		Traficante-Consumidor		Desc.	
	Total	Nac.	Estr.	Nac.	Estr.	Nac.	Estr.	Nac.	Estr.
2007	5 202	4 225	977	1 715	709	2 507	267	3	1
Total	5 424	4 423	1 001	1 570	716	2 853	285	..	..
2008	5 424	4 423	1 001	1 570	716	2 853	285	..	..
Heroína	564	513	51	215	40	298	11	..	..
Cocaína	578	288	290	162	267	126	23	..	..
Cannabis	2 444	2 165	279	424	107	1 741	172	..	..
Ecstasy	14	9	5	6	2	3	3	..	..
Outro	31	21	10	6	7	15	3	..	..
Polidrogas	1 591	1 278	313	681	264	597	49	..	..
Desconhecido	202	149	53	76	29	73	24	..	..

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 95 - Presumíveis Infractores, segundo o Ano, por Situação Face à Droga e Nacionalidade

2000 - 2008

Situação Face à Droga/Nacionalidade	Ano								
	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total	14 276	8 736	5 255	5 318	5 159	5 565	5 425	5 202	5 424
Nacional	12 786	2 673	4 442	4 431	4 281	4 525	4 412	4 225	4 423
Estrangeiro	1 090	1 127	813	887	878	1 040	1 013	977	1 001
Desconhecida	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Traficante	2 478	2 041	2 318	2 222	2 277	2 252	2 359	2 424	2 286
Nacional	2 032	606	1 744	1 578	1 634	1 508	1 641	1 715	1 570
Estrangeiro	446	159	574	644	643	744	718	709	716
Desconhecida	..	1 276	..	..	..	..	..	..	..
Consumidor	7 592	3 302	—	—	—	—	—	—	—
Nacional	7 170	835	—	—	—	—	—	—	—
Estrangeiro	422	81	—	—	—	—	—	—	—
Desconhecida	..	2 386	—	—	—	—	—	—	—
Traficante-Consumidor	3 806	3 117	2 932	3 074	2 882	3 308	3 047	2 774	3 138
Nacional	3 584	1 186	2 698	2 845	2 647	3 014	2 766	2 507	2 853
Estrangeiro	222	105	234	229	235	294	281	267	285
Desconhecida	..	1 826	..	..	..	..	..	..	..
Desconhecido	400	276	5	22	..	5	19	4	..
Nacional	363	46	..	8	..	3	5	3	..
Estrangeiro	37	7	5	14	..	2	14	1	..
Desconhecida	..	223	..	..	..	..	..	..	..

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, a informação sobre o consumo deixou de constar no Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC) e passou a constar num registo central de processos de contra-ordenação nesta matéria, mantido e gerido pelo IDT, I. P..

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 96 - Presumíveis Infractores, segundo a Situação Face à Droga, por Estado Civil

2008

Estado Civil	Situação Face à Droga	Total	Situação Face à Droga		
			Traficante	Traficante-Consumidor	Desc.
Total	2007	5 202	2 424	2 774	4
	2008	5 424	2 286	3 138	..
Solteiro		4 462	1 745	2 717	..
Casado/União de Facto		578	340	238	..
Divorciado/Separado		301	157	144	..
Viúvo		32	19	13	..
Desconhecido		51	25	26	..

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 97 - Presumíveis Infractores, segundo o Ano, por Estado Civil

2003 - 2008

Estado Civil	Ano					
	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total	5 318	5 159	5 565	5 425	5 202	5 424
Solteiro	4 373	4 268	4 597	4 416	4 160	4 462
Casado/União de Facto	652	634	633	705	710	578
Divorciado/Separado	225	216	286	259	269	301
Viúvo	45	25	28	27	28	32
Desconhecido	23	16	21	18	35	51

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 98 - Presumíveis Infractores, segundo a Situação Face à Droga, por Nível de Ensino
2008

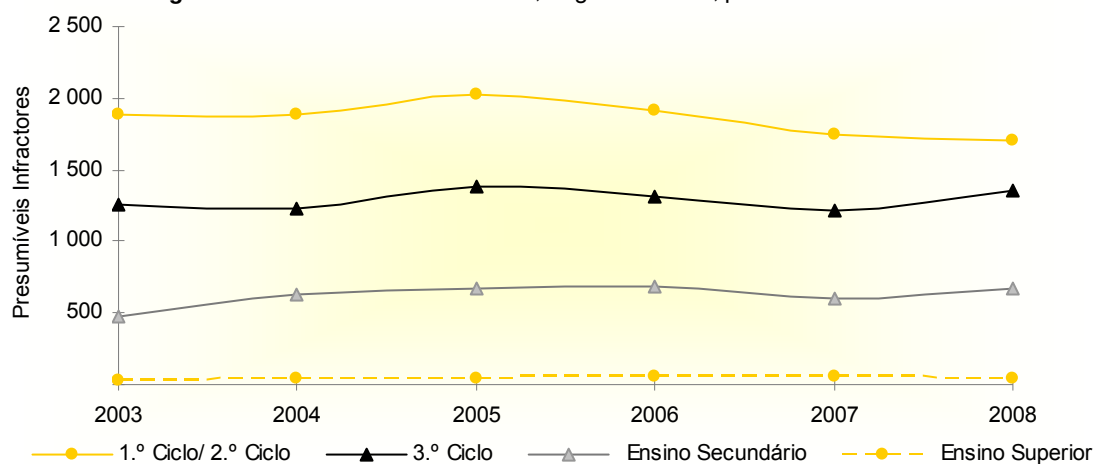
Situação Face à Droga		Total	Traficante	Traficante-Consumidor	Desc
Nível de Ensino					
Total	2007	5 202	2 424	2 774	4
	2008	5 424	2 286	3 138	..
Sem Nível de Ensino		44	27	17	..
Ensino Básico/1.º Ciclo		718	395	323	..
Ensino Básico/2.º Ciclo		981	394	587	..
Ensino Básico/3.º Ciclo		1 359	476	883	..
Ensino Secundário		664	210	454	..
Ensino Superior		44	18	26	..
Desconhecido		1 614	766	848	..

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 99 - Presumíveis Infractores, segundo o Ano, por Nível de Ensino
2003 - 2008

Ano						
Nível de Ensino	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total	5 318	5 159	5 565	5 425	5 202	5 424
Sem Nível de Ensino	54	77	75	55	56	44
Ensino Básico/1.º Ciclo	927	898	949	931	818	718
Ensino Básico/2.º Ciclo	962	985	1 070	977	928	981
Ensino Básico/3.º Ciclo	1 259	1 234	1 385	1 317	1 220	1 359
Ensino Secundário	470	625	666	686	594	664
Ensino Superior	30	45	47	49	58	44
Desconhecido	1 616	1 295	1 373	1 410	1 528	1 614

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Figura 42 - Presumíveis Infractores, segundo o Ano, por Nível de Ensino

Fonte: Quadro 99

Quadro 100 - Presumíveis Infractores, segundo a Situação Face à Droga, por Situação Profissional
2008

Situação Profissional \ Situação Face à Droga	Total	Traficante	Traficante-Consumidor	Desc.
Total	5 202	2 424	2 774	4
2008	5 424	2 286	3 138	..
Empregado	1 657	598	1 059	..
Desempregado	2 547	1 195	1 352	..
Estudante	372	88	284	..
Outra Situação ^{a)}	117	60	57	..
Desconhecida	731	345	386	..

a) Inclui casos como reformado, serviço militar obrigatório, etc.

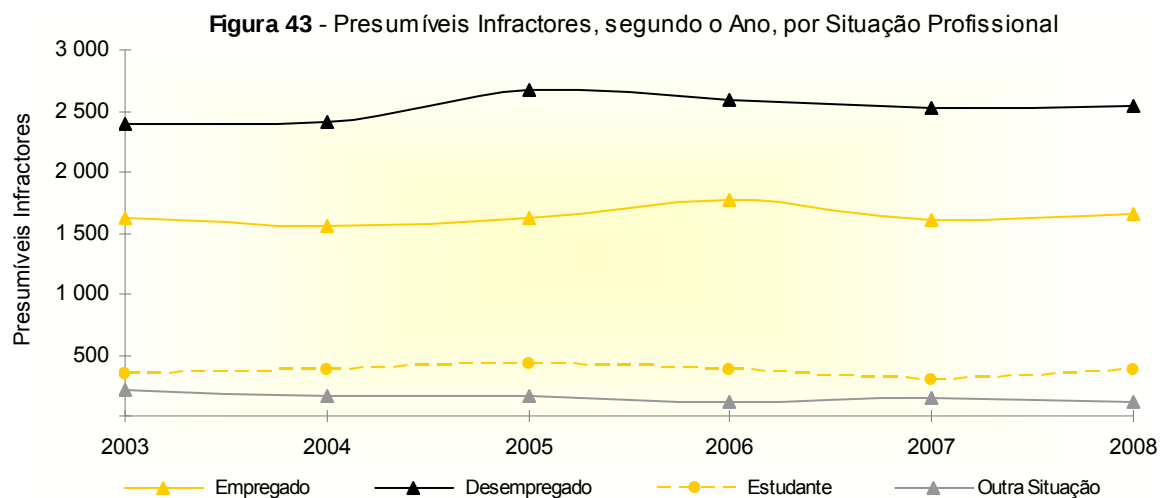
Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 101 - Presumíveis Infractores, segundo o Ano, por Situação Profissional
2003 - 2008

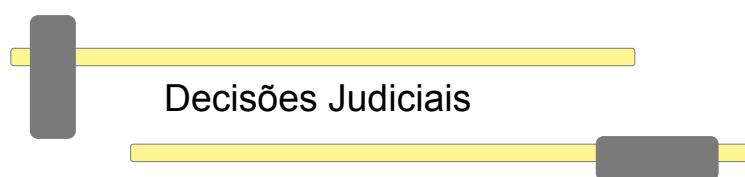
Situação Profissional \ Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total	5 318	5 159	5 565	5 425	5 202	5 424
Empregado	1 618	1 554	1 618	1 769	1 613	1 657
Desempregado	2 399	2 408	2 668	2 588	2 525	2 547
Estudante	352	383	421	375	288	372
Outra Situação ^{a)}	206	166	165	120	151	117
Desconhecida	743	648	693	573	625	731

a) Inclui casos como reformado, serviço militar obrigatório, etc.

Fonte: Polícia Judiciária: UNCTE / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE



Fonte: Quadro 101



Quadro 102 - Processos "Findos" ao Abrigo da Lei da Droga, segundo o Ano

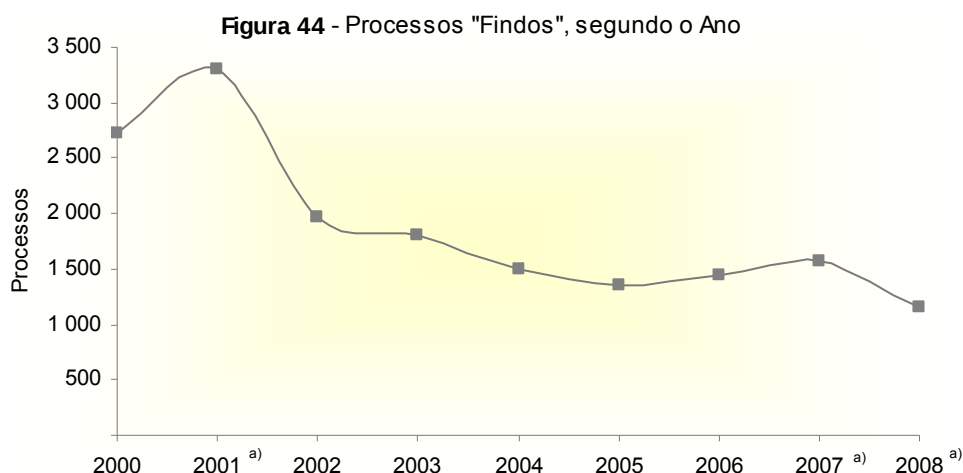
2000 - 2008

Ano	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005	2006	2007 ^{b)}	2008 ^{b)}
Total	2 731	3 304	1 963	1 810	1 502	1 362	1 448	1 570	1 163

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contra-ordenação. A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D. L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continuou a ser considerada crime, assim como a aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias (Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto).

b) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2007 e 2008 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2009. Os dados relativos a 2008 ainda sofrerão actualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2008 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2009 e 31/03/2010.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE



a) Ver notas a) e b) do Quadro 102.

Fonte: Quadro 102

Quadro 103 - Processos "Findos" ao Abrigo da Lei da Droga, segundo o Ano, por Tribunal

2000 - 2008

Tribunal \ Ano	Ano								
	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005	2006	2007 ^{b)}	2008 ^{b)}
Abrantes	4	14	7	3	6	4	1	..	..
Águeda	3	4	2	1	3	1	3	2	2
Albergaria-a-Velha	12	11	7	3	2	2	3	3	1
Albufeira	22	34	17	25	15	20	16	14	8
Alcácer do Sal	2	3	3	5	..	..	..	..	2
Alcanena	4	2	3	1	1	..	..	..	1
Alcobaça	10	5	7	5	1	2	7	15	8
Alenquer	11	20	4	4	1	1	1	..	..
Alfândega da Fé	..	..	..	..	1	..	..	..	..
Alijó	1	1	4	1	1	1	1	..	..
Almada	44	41	21	19	8	7	18	23	14
Almeida	5	3	..	1	..	2	2	..	2
Almeirim	..	1	2	6	..	3	..	..	1
Almodôvar	5	3	1	..	..	..	2	3	..
Amarante	11	13	5	6	5	1	2	3	1
Amares	..	..	1	..	..	..	..	..	1
Anadia	3	2	3	3	1	6	3	3	4
Angra do Heroísmo	7	6	1	2	11	8	8	1	4
Ansião	1	..	..	..	..	..	..	..	..
Arcos de Valdevez	5	2	..	2	..	..	..	1	..
Arganil	..	..	..	1	..	2	1	1	1
Armamar	..	3	1	..	..	..	..	..	..
Arouca	..	..	..	1	..	..	..	..	..
Arraiolos	..	..	..	1	1	1	..	..	..
Aveiro	26	47	17	19	6	14	13	15	13

Continua ►►

Tribunal	Ano	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005	2006	2007 ^{b)}	2008 ^{b)}
Baião	..	1	..	..	..	..	..	..	..	..
Barcelos	41	56	35	21	18	13	11	13	8	
Barreiro	62	42	21	16	13	11	10	13	9	
Beja	7	15	8	4	2	1	7	7	7	
Benavente	6	11	2	4	2	..	2	2	1	
Bombarral	..	1	1	..	..	..	..	2	..	
Boticas	..	1	..	..	..	..	..	..	..	
Braga	73	70	34	20	14	18	16	20	8	
Bragança	9	11	8	8	4	6	6	13	5	
Cabeceiras de Basto	..	..	..	..	..	..	..	1	..	
Cadaval	..	..	1	1	1	..	1	2	..	
Caldas da Rainha	12	11	12	8	12	6	4	5	3	
Caminha	..	..	1	2	2	2	1	1	..	
Cantanhede	1	..	2	..	1	1	1	1	..	
Carrazeda de Ansiães	..	..	..	1	1	..	..	1	..	
Cartaxo	22	32	19	18	22	12	6	7	3	
Cascais	55	57	53	50	50	36	41	29	31	
Castelo Branco	8	10	15	8	8	4	4	5	2	
Castelo de Paiva	2	1	..	1	..	..	..	..	1	
Castelo de Vide	..	3	..	..	..	..	..	..	..	
Castro Daire	1	1	1	..	1	..	..	2	..	
Celorico da Beira	5	1	..	1	2	..	..	..	1	
Celorico de Basto	1	..	1	1	..	..	..	..	..	
Chaves	11	16	5	7	6	2	1	2	3	
Cinfães	5	4	4	2	..	..	2	1	..	
Coimbra	54	89	44	33	32	22	15	23	14	
Condeixa-a-Nova	..	..	2	1	..	..	..	1	..	
Coruche	1	2	1	..	..	2	..	1	3	
Covilhã	26	11	5	2	3	8	5	5	4	
Cuba	4	7	..	..	2	..	..	..	..	
Elvas	9	15	4	3	4	11	14	6	5	
Entroncamento	17	6	2	3	4	1	..	3	..	
Espinho	8	29	10	6	4	4	3	7	1	
Esposende	..	..	..	2	6	7	1	7	6	
Estarreja	3	5	4	4	2	1	2	2	1	
Estremoz	..	3	1	..	4	4	3	2	..	
Évora	3	18	9	3	4	1	1	3	6	
Fafe	3	3	5	3	1	2	1	..	1	
Faro	43	39	23	27	12	15	12	15	6	
Felgueiras	5	7	8	5	3	3	2	3	..	
Ferreira do Alentejo	3	3	..	1	..	..	1	3	..	
Ferreira do Zêzere	..	1	..	1	..	1	..	..	..	
Figueira da Foz	14	21	3	3	2	..	3	3	6	
Figueiró dos Vinhos	1	1	1	..	..	..	2	..	..	
Fronteira	1	..	1	..	..	1	..	2	..	
Funchal	36	35	25	24	29	15	33	43	18	
Fundão	1	9	2	1	3	1	1	..	1	
Golegã	..	1	..	..	1	..	..	..	..	
Gondomar	22	14	4	12	4	7	8	8	8	
Gouveia	1	1	..	..	..	..	1	..	2	
Grândola	23	18	8	7	4	1	1	5	15	
Guarda	3	2	3	3	5	2	8	3	2	
Guimarães	105	92	32	28	20	20	14	17	8	
Horta	7	6	6	..	4	2	..	1	3	
Idanha-a-Nova	..	1	2	1	2	..	..	..	1	
Ílhavo	7	29	7	..	3	2	7	1	3	
Lagos	8	3	8	8	3	5	7	7	5	
Lamego	3	2	2	3	3	..	..	1	..	
Leiria	15	24	17	19	23	21	13	14	2	
Lisboa	590	640	421	457	376	383	411	488	376	
Loulé	27	38	23	13	9	17	11	15	7	
Loures	27	59	37	27	27	57	55	27	27	
Lourinhã	2	..	..	4	2	3	2	2	2	
Lousã	1	1	2	..	3	5	3	2	..	
Lousada	3	8	4	12	6	4	1	3	2	

Continua ►►

Tribunal	Ano	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005	2006	2007 ^{b)}	2008 ^{b)}
Mação	..	1	..	..	..	..	..	..	..	..
Macedo de Cavaleiros	4	..	1	3	1	..	..	..	..	..
Mafra	7	3	1	..	1	1	1	1	1	..
Maia	4	23	20	21	23	18	17	34	18	18
Mangualde	..	2	..	..	3	..	1	4	2	2
Marco de Canavezes	3	6	3	2	2	..	2	2	1	1
Marinha Grande	25	27	11	13	19	12	12	12	10	10
Matosinhos	86	99	61	65	33	37	46	46	19	19
Mealhada	..	1	4	..	..	..	2	..	..	..
Melgaço	..	..	1	..	..	..	..	1	2	2
Mértola	..	4	2	..	..	..	2	1	1	1
Mira	..	..	..	1	..	..	..	1	1	1
Miranda do Douro	..	..	..	1	3	..	..	..	..	..
Mirandela	8	10	13	5	1	4	3	3	..	..
Mogadouro	..	1	..	3	..	..	..	..	..	..
Moimenta da Beira	..	2	..	..	..	8	1	1	..	..
Moita	23	20	11	14	11	7	10	6	8	8
Monção	1	6	..	3	1	..	1	2	..	..
Monchique	2	..	1	3	..	..	1	..	..	..
Mondim de Basto	2	1	..	1	1	..	..	..	1	1
Montalegre	1	..	..	1	1	..	..	..	..	..
Montemor-o-Novo	8	3	1	2	..	1	1	..	..	..
Montemor-o-Velho	..	2	..	1	..	..	..	..	1	1
Montijo	35	22	7	9	8	3	8	7	5	5
Moura	9	1	..	3	1	1	5	..	..	..
Murça	..	..	1	..	..	..	..	..	..	..
Nazaré	3	5	1	1	2	3	..	1	..	..
Nelas	2	..	1	..	..	1	4	3	3	3
Nisa	1	1	..	..	2	2	1	..	1	1
Nordeste	..	1	..	..	..	..	2	..	2	2
Odemira	4	5	..	2	4	3	..	5	8	8
Oeiras	10	46	20	20	13	9	13	19	22	22
Olhão da Restauração	36	48	11	14	20	9	13	11	13	13
Oliveira de Azeméis	12	12	7	2	2	..	2	2	1	1
Oliveira de Frades	..	..	..	..	..	..	1	..	..	..
Oliveira do Bairro	2	2	4	1	2	..	..	..	..	..
Oliveira do Hospital	1	..	..	1	1	..	..	..	..	..
Ourém	3	2	1	2	1	1	..	3	..	..
Ourique	6	6	1	3	1	..	2	4	2	2
Ovar	13	8	3	8	2	9	8	7	1	1
Paços de Ferreira	29	42	10	14	12	14	13	16	10	10
Pampilhosa da Serra	..	..	1	..	..	..	..	..	..	..
Paredes	12	9	5	6	9	1	2	4	2	2
Paredes de Coura	..	1	1	..	1	..	..	..	..	..
Penacova	..	..	..	..	..	..	..	2	..	..
Penafiel	15	1	2	4	1	2	2	3	4	4
Penamacor	1	..	..	1	..	..	2	1	..	..
Penela	1	..	1	1	1	1	..	..	..	..
Peniche	8	12	3	5	1	2	4	6	1	1
Peso da Régua	4	12	7	10	2	3	1	2	6	6
Pinhel	..	..	1	..	..	..	..	..	..	..
Pombal	1	3	..	1	..	1	1	1	1	1
Ponta Delgada	21	15	17	24	19	18	26	18	25	25
Ponta do Sol	..	..	1	..	..	..	1	..	1	1
Ponte da Barca	..	..	2	..	..	1	1	2	1	1
Ponte de Lima	5	1	2	5	2	..	1	1	1	1
Ponte de Sor	9	2	2	..	..	..	1	..	..	..
Portalegre	7	8	4	5	10	4	3	9	1	1
Portel	1	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Portimão	48	26	25	26	14	15	20	19	9	9
Porto	111	243	176	144	99	107	110	100	108	108
Porto de Mós	2	1	4	..	3	3	4	3	3	3
Porto Santo	2	1	1	1	..	1	1	..	2	2
Póvoa de Lanhoso	2	1	1	..	2	..	..	..	1	1
Póvoa de Varzim	31	30	21	3	12	5	9	8	5	5
Povoação	2	3	..	..	..	1	..	..	..	..

Continua ►►

Tribunal	Ano	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005	2006	2007 ^{b)}	2008 ^{b)}
Redondo		2	1	..	..	..	..	..	..	..
Reguengos de Monsaraz		1	..	..	..	1	1	..	..	..
Resende		1	..	..	..	..	..	..	..	..
Ribeira Grande		7	6	9	6	1	..	9	16	10
Rio Maior		8	8	4	1	2	..	1	2	..
Sabugal		1	2	3	..	1	..	1	..	..
Santa Comba Dão		1	4	..	..	1	..	3	3	..
Santa Cruz		7	24	7	10	5	5	14	12	1
Santa Cruz das Flores		..	1	1	3	..	1	..	1	1
Santa Maria da Feira		24	12	8	4	2	..	3	..	..
Santarém		26	9	3	1	2	1	1	7	2
Santiago do Cacém		7	9	6	9	4	7	9	8	2
Santo Tirso		7	20	15	10	6	6	3	7	4
São João da Madeira		10	17	9	6	5	2	1	2	2
São João da Pesqueira		..	1	..	..	..	..	1	..	..
São Pedro do Sul		1	5	2	1	1	3	3	4	2
São Roque do Pico		..	2	2	1	1	..	1	1	..
Sátão		1	..	..	..	2	..	..	..	..
Seia		1	2	2	1	4	2	3	..	1
Seixal		22	36	18	30	16	8	10	18	5
Serpa		4	3	2	1	6	..	..	2	1
Sertã		2	..	1	..	1	2	..	..	2
Sesimbra		11	10	3	3	5	2	2	6	2
Setúbal		59	134	68	33	24	33	18	19	29
Sever do Vouga		..	..	..	..	..	..	..	..	1
Silves		11	13	14	7	12	7	10	3	7
Sintra		80	100	54	44	40	34	44	35	28
Soure		1	1	..	..	..	1	..	..	..
Tábua		..	1	1	2	..	..	1	..	..
Tabuaço		..	..	..	..	..	1	2	..	..
Tavira		12	8	12	4	11	3	5	6	3
Tomar		6	6	2	5	3	5	3	1	1
Tondela		3	12	3	..	1	2	1	1	2
Torre de Moncorvo		2	1	..	1	3	..	..	..	..
Torres Novas		6	9	6	6	3	..	1	..	..
Torres Vedras		7	8	5	7	11	8	7	8	2
Trancoso		1	..	..	1	..	..	..	1	..
Vagos		1	3	..	..	..	..	2	1	..
Vale de Cambra		1	..	..	..	..	1	1	1	..
Valença		2	7	1	2	1	1	1	1	..
Valongo		9	7	3	4	2	2	3	6	1
Valpaços		..	..	1	..	..	..	..	..	..
Velas		1	..	..	..	..	..	..	2	3
Viana do Castelo		23	68	11	16	14	6	6	8	6
Vieira do Minho		..	1	1	..	..	..	..	..	..
Vila da Praia da Vitória		..	..	5	8	1	..	3	1	1
Vila do Conde		22	24	20	10	10	6	8	11	3
Vila do Porto		1	..	..	2	..	..	..	..	3
Vila Flor		..	..	1	..	1	..	..	..	..
Vila Franca de Xira		35	40	17	8	10	6	8	8	..
Vila Franca do Campo		2	5	1	..	1	..	..	1	1
Vila Nova de Cerveira		..	..	2	1	..	..	..	1	..
Vila Nova de Famalicão		16	25	13	26	23	17	7	5	5
Vila Nova de Foz Côa		1	2	..	..	..	..	..	..	..
Vila Nova de Gaia		43	41	65	44	49	35	31	21	22
Vila Pouca de Aguiar		1	..	..	2	..	..	..	..	..
Vila Real		6	4	8	8	9	3	2	5	6
Vila Real de Santo António		3	4	7	8	6	6	5	2	2
Vila Verde		3	2	4	3	..	1	1	1	..
Vila Viçosa		6	2	1	2	1	..	..	..	..
Vinhais		..	..	..	1	..	..	..	1	2
Viseu		27	21	13	15	21	20	17	26	14
Vouzela		..	..	..	..	..	1	..	..	3

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contra-ordenação. A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continuou a ser considerada crime, assim como a aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias (Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto).

b) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2007 e 2008 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2009. Os dados relativos a 2008 ainda sofrerão actualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2008 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2009 e 31/03/2010.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 104 - Indivíduos Acusados, segundo a Situação Face à Droga, por Situação Judicial
2008

Situação Judicial \ Situação Face à Droga	Total	Traficante	Consumidor ^{a)}	Traf.-Cons.
2007 ^{b)}	2 499	2 452	16	31
2008 ^{b)}	1 771	1 732	20	19
Condenado ^{c)}	1 392	1 365 ^{d)}	19 ^{e)}	8 ^{f)}
Absolvido	375	363	1	11
Falecimento	3	3	..	..
Inimputabilidade	1	1	..	..

a) A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continuou a ser considerada crime, assim como a aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias (Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto).

b) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2007 e 2008 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2009. Os dados relativos a 2008 ainda sofrerão actualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2008 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2009 e 31/03/2010.

c) Dos 1392 indivíduos condenados, 168 foram também condenados por outros crimes. Ver Quadro 116.

d) Nos 1365 condenados inicialmente acusados por Tráfico, estão incluídos, após convalidação de acusação, 26 condenados por Consumo e 14 por Tráfico-Consumo. Por outro lado, existem 2 indivíduos inicialmente acusados por Tráfico-Consumo, que foram posteriormente condenados por Tráfico (1365-26-14+2=1327 indivíduos condenados por Tráfico).

e) Nos 19 condenados inicialmente acusados por Consumo, foram incluídos, após convalidação de acusação, 26 indivíduos inicialmente acusados por Tráfico, que foram posteriormente condenados por Consumo (19+26=45 indivíduos condenados por Consumo).

f) Nos 8 condenados inicialmente acusados por Tráfico-Consumo, estão incluídos, após convalidação de acusação, 2 condenados por Tráfico. Por outro lado, existem 14 indivíduos inicialmente acusados por Tráfico, que foram posteriormente condenados por Tráfico-Consumo (8-2+14=20 indivíduos condenados por Tráfico-Consumo).

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

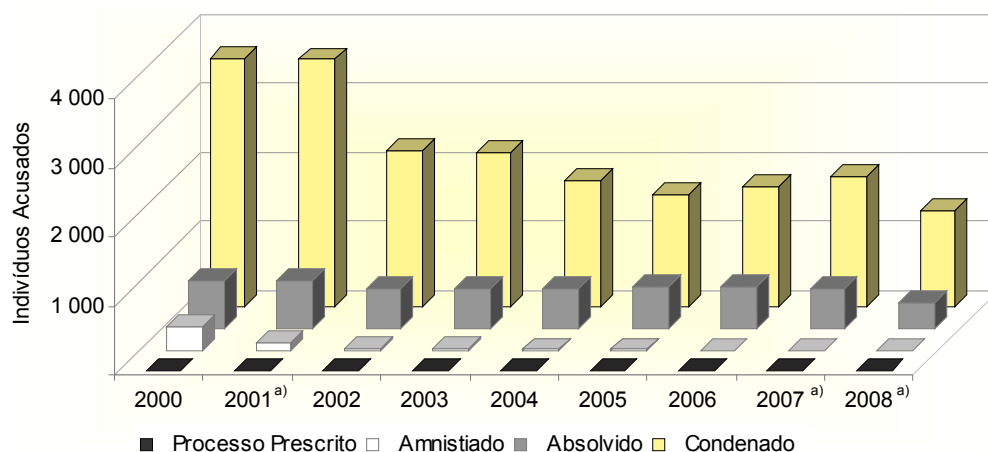
Quadro 105 - Indivíduos Acusados, segundo o Ano, por Situação Judicial
2000 - 2008

Situação Judicial \ Ano	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005	2006	2007 ^{b)}	2008 ^{b)}
Total	4 633	5 193	3 157	2 980	2 447	2 243	2 338	2 499	1 771
Condenado	3 600	3 576	2 259	2 236	1 835	1 625	1 731	1 896	1 392
Amnistiado	327	98	24	12	3	1	..	..	..
Absolvido	688	687	563	570	578	593	593	588	375
Processo Prescrito	5	4	..	..	..	..	..	..	..
Falecimento	13	8	2	5	2	2	1	..	3
Inimputabilidade	..	2	..	..	..	..	1	2	1
Extinto o Processo Criminal	..	818	309	157	29	22	12	13	..

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contra-ordenação. A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continuou a ser considerada crime, assim como a aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias (Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto).

b) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2007 e 2008 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2009. Os dados relativos a 2008 ainda sofrerão actualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2008 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2009 e 31/03/2010.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Figura 45 - Indivíduos Acusados, segundo o Ano, por Situação Judicial

a) Ver notas a) e b) do Quadro 105.

Fonte: Quadro 105

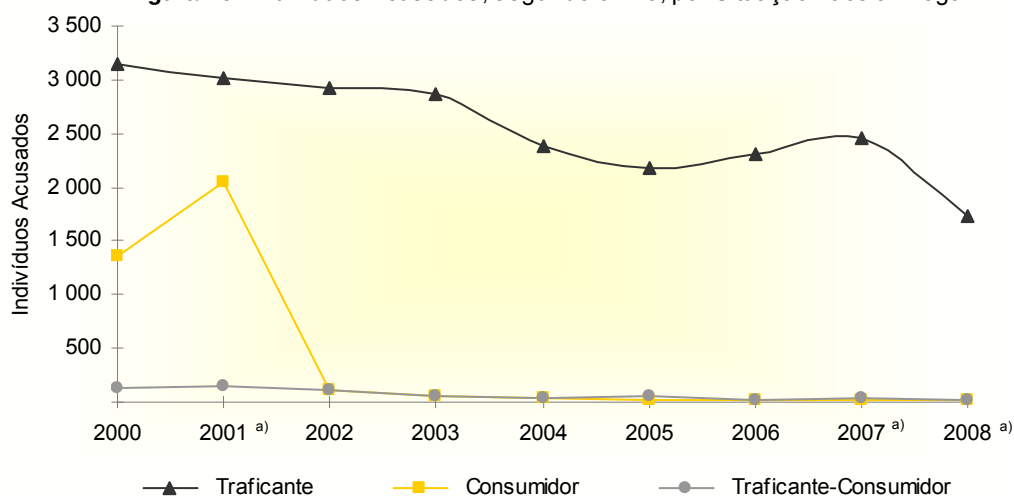
Quadro 106 - Indivíduos Acusados, segundo o Ano, por Situação Face à Droga
2000 - 2008

Situação Face à Droga \ Ano	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005	2006	2007 ^{b)}	2008 ^{b)}
Total	4 633	5 193	3 157	2 980	2 447	2 243	2 338	2 499	1 771
Traficante	3 143	3 007	2 930	2 868	2 384	2 181	2 302	2 452	1 732
Consumidor	1 360	2 040	116	55	29	14	15	16	20
Traficante-Consumidor	130	146	111	57	34	48	21	31	19

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contra-ordenação. A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continuou a ser considerada crime, assim como a aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias (Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto).

b) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2007 e 2008 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2009. Os dados relativos a 2008 ainda sofrerão actualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2008 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2009 e 31/03/2010.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Figura 46 - Indivíduos Acusados, segundo o Ano, por Situação Face à Droga

a) Ver notas a) e b) do Quadro 106.

Fonte: Quadro 106

Quadro 107 - Indivíduos Condenados, segundo o Ano

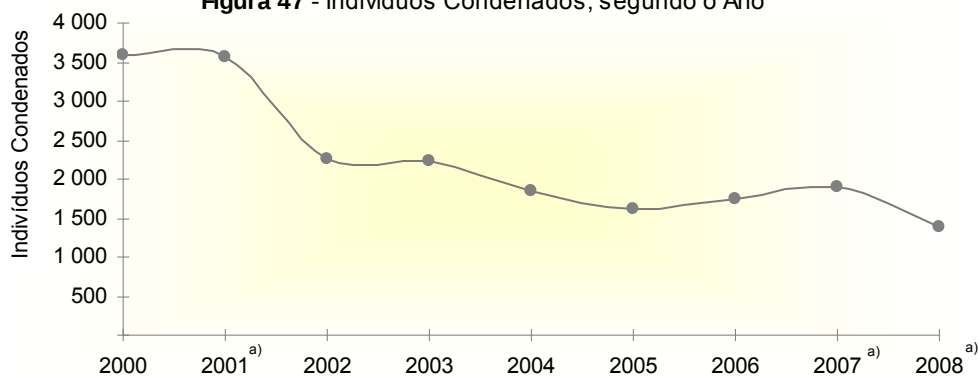
2000 - 2008

Ano	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005	2006	2007 ^{b)}	2008 ^{b)}
Total	3 600	3 576	2 259	2 236	1 835	1 625	1 731	1 896	1 392

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contra-ordenação. A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continuou a ser considerada crime, assim como a aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias (Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto).

b) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2007 e 2008 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2009. Os dados relativos a 2008 ainda sofrerão actualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2008 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2009 e 31/03/2010.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Figura 47 - Indivíduos Condenados, segundo o Ano

a) Ver notas a) e b) do Quadro 107.

Fonte: Quadro 107

Quadro 108 - Indivíduos Condenados, segundo o Ano, por Tribunal

2000 - 2008

Tribunal \ Ano	Ano								
	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005	2006	2007 ^{b)}	2008 ^{b)}
Abrantes	5	19	12	6	5	4	2	..	..
Águeda	23	3	2	1	3	1	2	5	1
Albergaria-a-Velha	23	19	12	4	2	5	3	5	1
Albufeira	37	33	22	26	10	20	5	11	10
Alcácer do Sal	2	3	1	6	..	..	..	..	3
Alcanena	6	1	3	1	3	..	..	..	1
Alcobaça	6	4	9	6	1	10	13	14	6
Alenquer	13	29	4	13	5	..	1	..	..
Alijó	1	1	7	..	4	2	..	..	..
Almada	73	89	33	15	10	11	22	36	19
Almeida	5	2	..	1	..	4	1	..	2
Almeirim	..	1	6	7	..	4	..	..	4
Almodôvar	10	4	1	..	4	..	..	..	..
Amarante	16	15	7	6	1	3	4	2	..
Anadia	2	4	5	3	1	6	3	4	5
Angra do Heroísmo	16	7	..	4	16	7	10	3	4
Ansião	1	..	..	..	..	..	..	..	..
Arcos de Valdevez	..	7	..	1	..	..	..	1	..
Arganil	..	..	..	1	..	3	1	1	1
Armamar	..	3	2	..	..	..	..	..	..
Arouca	..	..	..	1	..	..	..	..	..
Arraiolos	..	..	..	1	1	1	..	..	..
Aveiro	31	33	15	22	4	12	14	10	20

Continua ►►

Tribunal	Ano								
	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005	2006	2007 ^{b)}	2008 ^{b)}
Baião	..	2	..	..	..	..	..	..	..
Barcelos	49	64	42	38	15	13	8	19	13
Barreiro	80	54	28	26	22	30	19	21	13
Beja	12	22	8	8	3	3	3	9	10
Benavente	4	22	2	9	7	..	4	2	1
Bombarral	..	1	1	..	..	..	..	2	..
Braga	81	77	40	21	12	20	14	21	5
Bragança	11	15	23	14	5	8	9	22	10
Cabeceiras de Basto	..	..	..	..	..	..	..	1	..
Cadaval	..	..	..	1	..	..	2	7	..
Caldas da Rainha	10	14	10	18	12	8	7	5	2
Caminha	..	..	1	2	2	1	..	1	..
Cantanhede	..	..	2	..	1	1	2	3	..
Carrazeda de Ansiães	..	..	..	1	1	..	..	1	..
Cartaxo	25	27	15	8	16	6	9	4	2
Cascais	83	61	45	45	45	37	33	18	23
Castelo Branco	29	15	21	14	10	9	4	11	3
Castelo de Paiva	2	1	..	2	..	..	..	..	3
Castelo de Vide	..	1	..	..	..	..	..	..	..
Castro Daire	1	6	1	..	2	..	..	5	..
Celorico da Beira	6	..	..	2	9	..	..	..	1
Celorico de Basto	1	..	1	1	..	..	..	..	..
Chaves	9	15	5	5	7	4	2	2	1
Cinfães	8	4	6	..	..	..	3	1	..
Coimbra	75	105	47	41	40	23	21	37	20
Condeixa-a-Nova	..	..	1	..	..	..	..	..	..
Coruche	..	..	..	..	..	..	..	1	2
Covilhã	29	12	3	15	2	15	10	13	4
Cuba	7	9	..	..	2	..	..	..	..
Elvas	11	17	4	3	5	8	11	5	11
Entroncamento	19	6	2	6	4	1	..	5	..
Espinho	17	23	9	12	7	4	7	14	1
Esposende	..	..	..	2	8	5	2	7	7
Estarreja	5	6	5	11	1	1	2	3	1
Estremoz	..	3	1	..	4	10	1	3	..
Évora	5	18	14	3	12	2	5	5	15
Fafe	5	5	14	3	6	3	1	..	2
Faro	38	25	26	29	21	21	17	15	7
Felgueiras	2	8	8	13	4	6	3	4	..
Ferreira do Alentejo	4	1	..	..	..	..	1	18	..
Ferreira do Zêzere	..	1	..	1	..	..	..	..	..
Figueira da Foz	12	28	2	3	..	..	3	3	7
Figueiró dos Vinhos	1	1	1	..	..	..	6	..	..
Fronteira	..	..	1	..	..	..	..	1	..
Funchal	37	34	30	43	33	32	34	43	22
Fundão	1	13	5	1	4	..	1	..	5
Golegã	..	3	..	..	1	..	..	..	..
Gondomar	42	22	2	22	4	11	7	4	9
Gouveia	4	..	..	..	..	..	1	..	3
Grândola	18	10	9	4	5	1	1	3	10
Guarda	10	5	3	3	2	1	10	6	..
Guimarães	149	94	28	32	18	19	18	17	8
Horta	8	8	3	..	5	2	..	1	3
Idanha-a-Nova	..	2	3	1	3	..	..	..	2
Ílhavo	8	33	9	..	6	1	10	1	3
Lagos	12	5	11	7	..	6	13	8	4
Lamego	4	2	2	1	4	..	..	1	..
Leiria	22	11	17	27	31	23	11	14	2
Lisboa	751	673	514	589	446	451	486	554	423
Loulé	30	34	25	12	17	16	11	21	7
Loures	40	55	51	36	40	100	72	28	25
Lourinhã	6	..	..	8	10	3	2	4	4
Lousã	2	1	5	..	3	6	1	2	..
Lousada	5	53	7	15	9	7	1	5	2

Continua ►►

Tribunal	Ano								
	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005	2006	2007 ^{b)}	2008 ^{b)}
Mação	..	1	..	..	..	..	..	..	..
Macedo de Cavaleiros	5	..	1	3	..	..	..	..	..
Mafra	8	4	3	..	2	1	1	1	..
Maia	5	17	28	24	25	17	17	37	18
Mangualde	..	3	..	..	3	..	..	3	8
Marco de Canavezes	6	12	4	1	1	..	4	1	1
Marinha Grande	28	27	15	16	38	27	20	25	14
Matosinhos	100	129	60	75	25	20	29	33	14
Mealhada	..	2	11	..	..	..	3	..	..
Melgaço	..	..	2	..	..	..	..	1	2
Mértola	..	7	2	..	..	..	..	6	..
Mira	..	..	..	1	..	..	..	1	1
Miranda do Douro	..	..	..	3	1	..	..	..	..
Mirandela	9	8	15	11	2	8	5	9	..
Mogadouro	..	3	..	2	..	..	..	..	..
Moimenta da Beira	..	8	..	..	..	5	1	1	..
Moita	45	34	13	36	17	11	21	26	10
Monção	2	11	..	1	..	..	4	1	..
Monchique	2	..	1	3	..	..	1	..	..
Mondim de Basto	3	4	..	1	1	..	..	..	1
Montalegre	1	..	..	2	..	..	..	..	..
Montemor-o-Novo	15	3	3	3	..	1	1	..	..
Montemor-o-Velho	..	2	..	5	..	..	..	..	2
Montijo	61	53	9	11	8	2	6	15	7
Moura	10	1	..	5	1	3	1	..	..
Murça	..	..	1	..	..	..	..	..	..
Nazaré	3	7	1	3	2	8	..	6	..
Nelas	8	..	2	..	..	4	4	1	7
Nisa	1	2	..	..	4	2	4	..	2
Nordeste	..	1	..	..	..	..	1	..	2
Odemira	6	5	..	2	6	2	..	5	7
Oeiras	8	28	18	24	11	8	10	20	23
Olhão da Restauração	43	36	8	12	23	6	19	12	17
Oliveira de Azeméis	15	19	6	1	2	..	3	2	1
Oliveira de Frades	..	..	..	..	..	..	8	..	..
Oliveira do Bairro	5	2	3	2	1	..	..	..	..
Oliveira do Hospital	1	..	..	2	2	..	..	..	..
Ourém	3	2	1	2	1	1	..	5	..
Ourique	8	10	1	4	1	..	2	1	..
Ovar	28	10	4	12	1	7	12	7	1
Paços de Ferreira	38	43	10	9	13	18	11	13	14
Paredes	13	25	13	9	10	..	4	6	2
Paredes de Coura	..	..	1	..	..	..	..	..	..
Penacova	..	..	..	..	..	..	..	1	..
Penafiel	14	3	4	4	1	..	2	4	8
Penamacor	2	..	..	2	..	..	6	1	..
Penela	..	..	..	2	1	1	..	..	..
Peniche	18	23	4	4	1	3	5	3	1
Peso da Régua	5	19	1	7	5	11	2	..	8
Pinhel	..	..	1	..	..	..	..	..	..
Pombal	3	4	..	2	..	1	1	1	1
Ponta Delgada	32	9	36	49	28	26	38	37	37
Ponta do Sol	..	..	1	..	..	..	1	..	..
Ponte da Barca	..	..	5	..	..	1	3	2	1
Ponte de Lima	7	..	1	2	3	..	1	2	1
Ponte de Sor	12	1	..	..	..	..	1	..	..
Portalegre	10	4	6	4	28	3	8	10	1
Portel	2	..	..	..	..	..	..	..	..
Portimão	68	29	30	28	17	24	36	14	11
Porto	126	166	154	125	113	94	105	119	123
Porto de Mós	2	1	6	..	4	5	5	3	3
Porto Santo	4	1	1	1	..	1	..	..	3
Póvoa de Lanhoso	2	..	2	..	2	..	..	..	2
Póvoa de Varzim	58	36	25	3	9	4	9	11	3
Povoação	6	3	..	..	..	..	..	..	..

Continua ►►

Tribunal	Ano								
	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005	2006	2007 ^{b)}	2008 ^{b)}
Redondo	5	1	..	..	..	..	..	..	..
Reguengos de Monsaraz	2	..	..	..	2	1	..	..	..
Resende	1	..	..	..	..	..	..	..	..
Ribeira Grande	10	5	16	14	1	..	14	20	18
Rio Maior	9	9	4	1	2	..	..	..	..
Sabugal	..	2	9	..	..	..	1	..	..
Santa Comba Dão	1	4	..	..	1	..	3	3	..
Santa Cruz	13	14	9	12	6	7	26	27	2
Santa Cruz das Flores	..	2	1	5	..	2	..	2	1
Santa Maria da Feira	35	23	9	7	3	..	2	..	..
Santarém	31	9	4	3	5	2	10	7	5
Santiago do Cacém	17	8	6	23	7	15	14	19	11
Santo Tirso	13	41	13	9	18	9	13	13	8
São João da Madeira	19	16	26	15	5	..	4	14	5
São João da Pesqueira	..	..	..	..	..	..	1	..	..
São Pedro do Sul	1	3	2	4	1	3	3	5	3
São Roque do Pico	..	5	2	2	2	..	1	2	..
Sátão	3	..	..	..	2	..	..	..	..
Seia	3	5	3	2	10	3	6	..	1
Seixal	22	34	16	38	27	9	17	18	3
Serpa	4	4	2	..	6	..	..	1	1
Sertão	1	..	1	..	..	2	..	..	4
Sesimbra	14	23	5	7	7	3	1	12	3
Setúbal	71	132	56	28	25	22	11	16	49
Sever do Vouga	..	..	..	..	..	..	..	..	2
Silves	18	28	17	6	16	7	25	5	7
Sintra	89	97	56	49	47	49	57	44	32
Soure	2	..	..	..	..	1	..	..	..
Tábua	..	1	1	3	..	..	5	..	..
Tabuaço	..	..	..	..	..	1	2	..	..
Tavira	14	5	6	26	31	2	4	8	6
Tomar	9	8	2	4	6	3	4	..	1
Tondela	5	28	3	..	1	2	1	1	1
Torre de Moncorvo	3	2	..	1	2	..	..	..	..
Torres Novas	6	9	4	8	2	..	1	..	..
Torres Vedras	14	7	8	9	12	16	14	9	3
Trancoso	1	..	..	..	..	..	..	..	..
Vagos	1	6	..	..	..	..	3	1	..
Vale de Cambra	..	..	..	..	..	2	1	1	..
Valença	3	10	1	2	3	2	2	1	..
Valongo	9	10	6	2	3	1	7	10	1
Velas	1	..	..	..	..	..	..	2	2
Viana do Castelo	24	24	6	10	14	6	14	11	5
Vieira do Minho	..	3	1	..	..	..	..	..	..
Vila da Praia da Vitória	..	..	7	9	1	..	4	1	5
Vila do Conde	24	26	25	9	11	7	10	13	3
Vila do Porto	..	..	..	1	..	..	..	..	4
Vila Flor	..	..	1	..	1	..	..	..	..
Vila Franca de Xira	36	36	17	11	12	6	5	10	..
Vila Franca do Campo	2	8	1	..	1	..	..	1	1
Vila Nova de Cerveira	..	..	4	1	..	..	..	3	..
Vila Nova de Famalicão	15	19	7	20	23	20	5	5	5
Vila Nova de Foz Côa	2	2	..	..	..	..	..	..	..
Vila Nova de Gaia	64	46	72	49	59	43	30	32	26
Vila Pouca de Aguiar	1	..	..	1	..	..	..	..	..
Vila Real	6	2	9	10	12	2	2	5	7
Vila Real de Santo António	7	3	9	11	6	12	5	1	3
Vila Verde	3	1	7	3	..	3	1	1	..
Vila Viçosa	7	4	2	1	1	..	..	..	..
Vinhais	..	..	..	1	..	..	..	5	11
Viseu	48	29	36	18	32	25	18	28	21
Vouzela	..	..	..	..	..	1	..	..	2

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contra-ordenação. A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continuou a ser considerada crime, assim como a aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias (Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto).

b) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2007 e 2008 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2009. Os dados relativos a 2008 ainda sofrerão actualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2008 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2009 e 31/03/2010.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 109 - Indivíduos Condenados, segundo o Ano, por Situação Face à Droga e Sexo

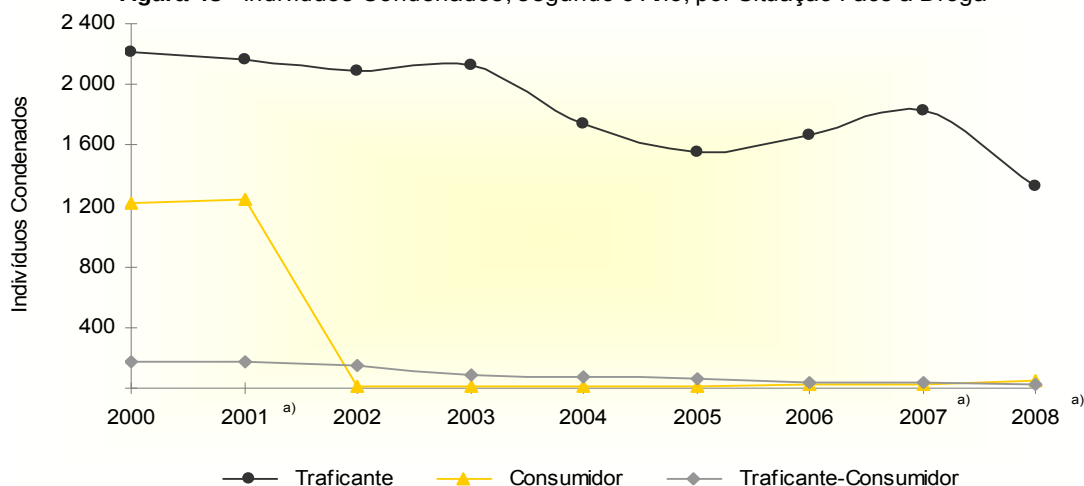
2000 - 2008

Situação Face à Droga/Sexo \ Ano	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005	2006	2007 ^{b)}	2008 ^{b)}
Total	3 600	3 576	2 259	2 236	1 835	1 625	1 731	1 896	1 392
Masculino	3 135	3 190	1 948	1 940	1 603	1 400	1 477	1 630	1 211
Feminino	465	386	311	296	232	225	254	266	181
Traficante	2 211	2 161	2 094	2 131	1 747	1 555	1 664	1 833	1 327
Masculino	1 875	1 868	1 794	1 846	1 529	1 335	1 417	1 575	1 150
Feminino	336	293	300	285	218	220	247	258	177
Consumidor	1 213	1 240	15	15	16	14	24	24	45
Masculino	1 101	1 163	13	14	15	13	22	23	43
Feminino	112	77	2	1	1	1	2	1	2
Traficante-Consumidor	176	175	150	90	72	56	43	39	20
Masculino	159	159	141	80	59	52	38	32	18
Feminino	17	16	9	10	13	4	5	7	2

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contra-ordenação. A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continuou a ser considerada crime, assim como a aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias (Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto).

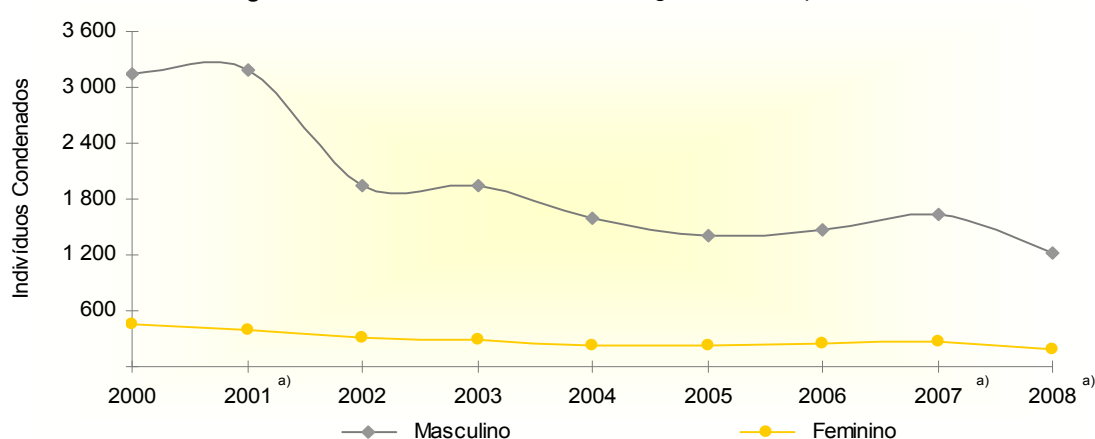
b) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2007 e 2008 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2009. Os dados relativos a 2008 ainda sofrerão actualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2008 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2009 e 31/03/2010.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Figura 48 - Indivíduos Condenados, segundo o Ano, por Situação Face à Droga

a) Ver notas a) e b) do Quadro 109.

Fonte: Quadro 109

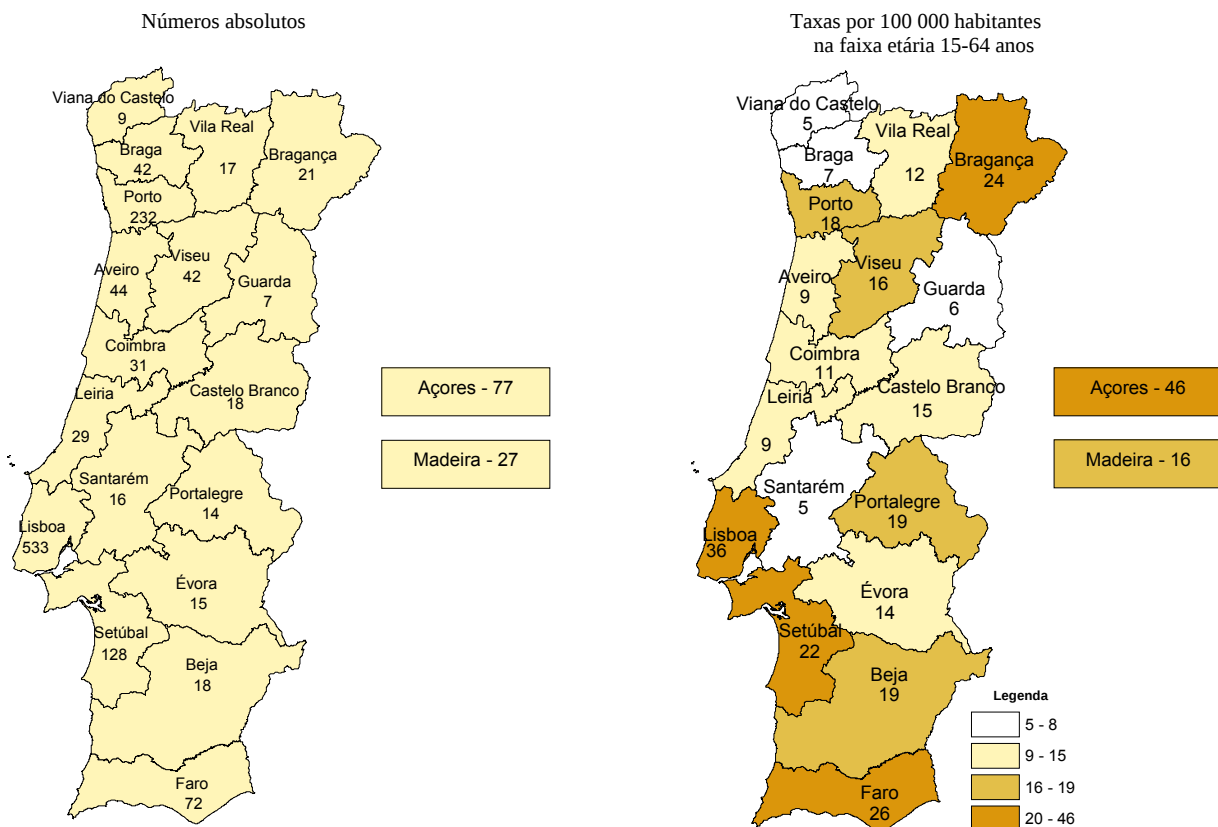
Figura 49 - Indivíduos Condenados, segundo o Ano, por Sexo

a) Ver notas a) e b) do Quadro 109.

Fonte: Quadro 109

Figura 50 - Total de Indivíduos Condenados, por Zona Geográfica de Ocorrência da Condenação

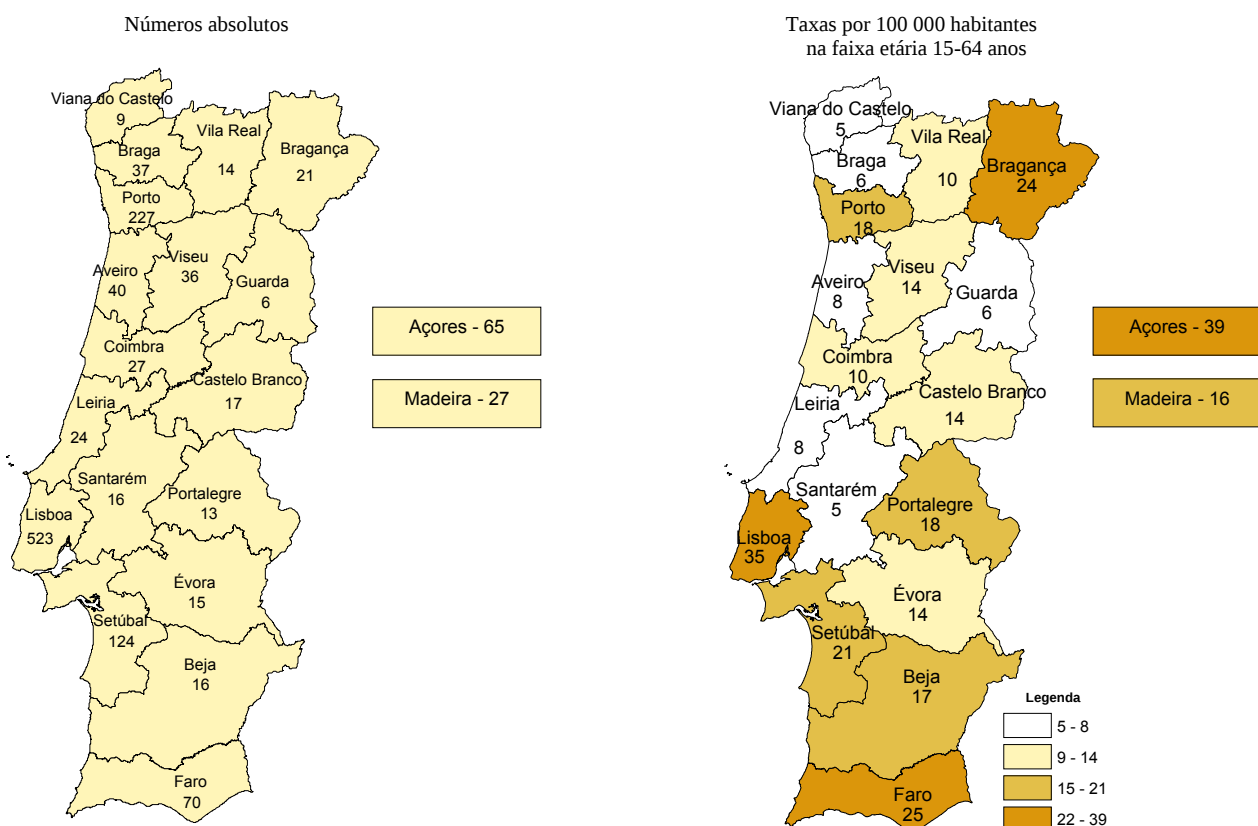
2008



Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Figura 51 - Indivíduos Condenados por Tráfico, por Zona Geográfica de Ocorrência da Condenação

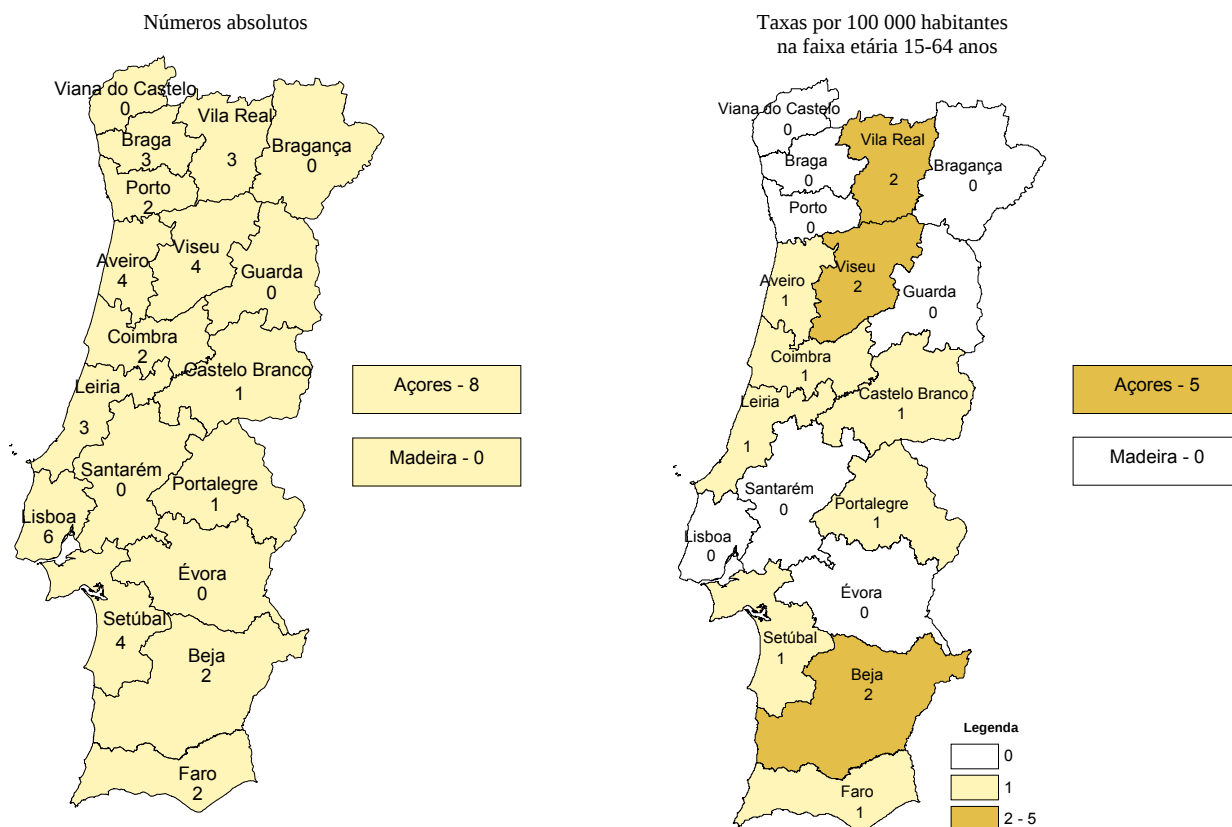
2008



Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Figura 52 - Indivíduos Condenados por Consumo*, por Zona Geográfica de Ocorrência da Condenação

2008

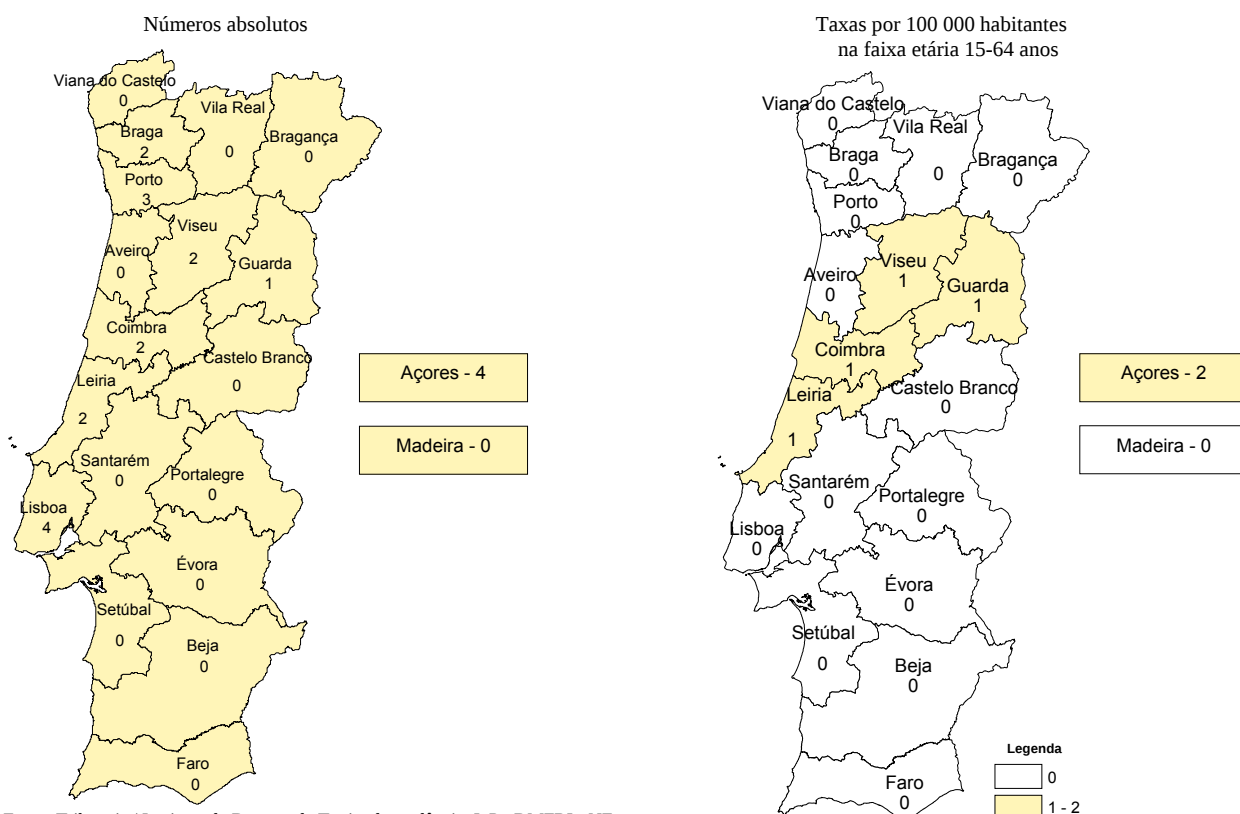


* A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continuou a ser considerada crime, assim como a aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias (Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto).

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Figura 53 - Indivíduos Condenados por Tráfico-Consumo, por Zona Geográfica de Ocorrência da Condenação

2008



Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 110 - Indivíduos Condenados, segundo a Situação Face à Droga e Sexo, por Círculo Judicial e Comarca
2008

Círculo Judicial/Comarca	Total			Traficante			Consumidor ^{a)}			Traf.-Cons.		
	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F
Alcobaça	9	8	1	8	7	1	1	1	..	..	..	..
Alcobaça	6	5	1	5	4	1	1	1	..	..	..	..
Porto de Mós	3	3	..	3	3	..	..	..	..	..	..	..
Almada	25	22	3	25	22	3	..	..	..	..	..	..
Almada	19	16	3	19	16	3	..	..	..	..	..	..
Seixal	3	3	..	3	3	..	..	..	..	..	..	..
Sesimbra	3	3	..	3	3	..	..	..	..	..	..	..
Anadia	6	6	..	4	4	..	2	2	..	..	..	..
Águeda	1	1	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..
Anadia	5	5	..	3	3	..	2	2	..	..	..	..
Angra do Heroísmo	15	15	..	14	14	0	1	1	..	..	..	..
Angra do Heroísmo	4	4	..	4	4	..	..	..	..	..	..	..
Horta	3	3	..	2	2	..	1	1	..	..	..	..
Santa Cruz das Flores	1	1	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..
Velas	2	2	..	2	2	..	..	..	..	..	..	..
Vila da Praia da Vitória	5	5	..	5	5	..	..	..	..	..	..	..
Aveiro	27	22	5	25	20	5	2	2	..	..	..	..
Albergaria-a-Velha	1	1	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..
Aveiro	20	16	4	18	14	4	2	2	..	..	..	..
Ílhavo	3	2	1	3	2	1	..	..	..	..	..	..
Mira	1	1	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..
Sever do Vouga	2	2	..	2	2	..	..	..	..	..	..	..
Barcelos	20	17	3	19	16	3	1	1	..	..	..	..
Barcelos	13	13	..	12	12	..	1	1	..	..	..	..
Esposende	7	4	3	7	4	3	..	..	..	..	..	..
Barreiro	30	25	5	30	25	5	..	..	..	..	..	..
Barreiro	13	10	3	13	10	3	..	..	..	..	..	..
Moita	10	9	1	10	9	1	..	..	..	..	..	..
Montijo	7	6	1	7	6	1	..	..	..	..	..	..
Beja	11	10	1	11	10	1	..	..	..	..	..	..
Beja	10	9	1	10	9	1	..	..	..	..	..	..
Serpa	1	1	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..
Braga	7	7	..	7	7	..	..	..	..	..	..	..
Braga	5	5	..	5	5	..	..	..	..	..	..	..
Póvoa de Lanhoso	2	2	..	2	2	..	..	..	..	..	..	..
Bragança	21	18	3	21	18	3	..	..	..	..	..	..
Bragança	10	8	2	10	8	2	..	..	..	..	..	..
Vinhais	11	10	1	11	10	1	..	..	..	..	..	..
Caldas da Rainha	3	2	1	2	2	..	1	..	1	..	..	..
Caldas da Rainha	2	1	1	1	1	..	1	..	1	..	..	..
Peniche	1	1	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..
Cascais	23	17	6	22	16	6	..	..	..	1	1	..
Castelo Branco	9	8	1	8	7	1	1	1	..	..	..	..
Castelo Branco	3	3	..	3	3	..	..	..	..	..	..	..
Idanha-a-Nova	2	2	..	2	2	..	..	..	..	..	..	..
Sertão	4	3	1	3	2	1	1	1	..	..	..	..
Chaves	1	1	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..
Coimbra	21	18	3	20	17	3	1	1	..	..	..	..
Arganil	1	1	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..
Coimbra	20	17	3	19	16	3	1	1	..	..	..	..
Covilhã	9	9	..	9	9	..	..	..	..	..	..	..
Covilhã	4	4	..	4	4	..	..	..	..	..	..	..
Fundão	5	5	..	5	5	..	..	..	..	..	..	..

Continua ►►

Círculo Judicial/Comarca	Total			Traficante			Consumidor ^{a)}			Traf.-Cons.		
	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F
Évora	15	11	4	15	11	4	..	..	..	..	..	..
Faro	33	30	3	32	29	3	1	1	..	..	..	..
Faro	7	6	1	7	6	1	..	..	..	..	..	..
Olhão da Restauração	17	15	2	16	14	2	1	1	..	..	..	..
Tavira	6	6	..	6	6	..	..	..	..	..	..	..
Vila Real de Santo António	3	3	..	3	3	..	..	..	..	..	..	..
Figueira do Foz	9	7	2	6	4	2	1	1	..	2	2	..
Figueira da Foz	7	6	1	4	3	1	1	1	..	2	2	..
Montemor-o-Velho	2	1	1	2	1	1	..	..	..	..	..	..
Funchal	27	25	2	27	25	2	..	..	..	..	..	..
Funchal	22	20	2	22	20	2	..	..	..	..	..	..
Porto Santo	3	3	..	3	3	..	..	..	..	..	..	..
Santa Cruz	2	2	..	2	2	..	..	..	..	..	..	..
Gondomar	10	10	..	10	10	..	..	..	..	..	..	..
Gondomar	9	9	..	9	9	..	..	..	..	..	..	..
Valongo	1	1	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..
Guarda	2	2	..	2	2	..	..	..	..	..	..	..
Almeida	2	2	..	2	2	..	..	..	..	..	..	..
Guimarães	10	10	..	6	6	..	2	2	..	2	2	..
Fafe	2	2	..	2	2	..	..	..	..	..	..	..
Guimarães	8	8	..	4	4	..	2	2	..	2	2	..
Lamego	8	8	..	6	6	..	2	2	..	..	..	..
Peso da Régua	8	8	..	6	6	..	2	2	..	..	..	..
Leiria	16	15	1	13	12	1	1	1	..	2	2	..
Leiria	2	2	..	2	2	..	..	..	..	..	..	..
Marinha Grande	14	13	1	11	10	1	1	1	..	2	2	..
Lisboa	423	348	75	418	344	74	3	3	..	2	1	1
Loulé	17	16	1	16	15	1	1	1	..	..	..	..
Albufeira	10	9	1	10	9	1	..	..	..	..	..	..
Loulé	7	7	..	6	6	..	1	1	..	..	..	..
Loures	25	24	1	25	24	1	..	..	..	..	..	..
Maia	18	13	5	18	13	5	..	..	..	..	..	..
Matosinhos	14	11	3	14	11	3	..	..	..	..	..	..
Oeiras	23	20	3	20	17	3	3	3	..	..	..	..
Oliveira de Azeméis	7	6	1	7	6	1	..	..	..	..	..	..
Estarreja	1	1	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..
Oliveira de Azeméis	1	1	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..
São João da Madeira	5	4	1	5	4	1	..	..	..	..	..	..
Paredes	18	17	1	17	16	1	..	..	..	1	1	..
Lousada	2	2	..	1	1	..	..	..	..	1	1	..
Paços de Ferreira	14	13	1	14	13	1	..	..	..	..	..	..
Paredes	2	2	..	2	2	..	..	..	..	..	..	..
Penafiel	12	11	1	12	11	1	..	..	..	..	..	..
Castelo de Paiva	3	2	1	3	2	1	..	..	..	..	..	..
Marco de Canavezes	1	1	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..
Penafiel	8	8	..	8	8	..	..	..	..	..	..	..
Pombal	1	1	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..
Ponta Delgada	62	59	3	51	48	3	7	7	..	4	4	..
Nordeste	2	1	1	2	1	1	..	..	..	..	..	..
Ponta Delgada	37	35	2	32	30	2	1	1	..	4	4	..
Ribeira Grande	18	18	..	17	17	..	1	1	..	..	..	..
Vila do Porto	4	4	..	..	..	..	4	4	..	..	..	..
Vila Franca do Campo	1	1	..	..	..	..	1	1	..	..	..	..

Continua ►►

Círculo Judicial/Comarca	Total			Traficante			Consumidor ^{a)}			Traf.-Cons.		
	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F	MF	M	F
Portalegre	14	14	..	13	13	..	1	1	..	..	..	..
Elvas	11	11	..	10	10	..	1	1	..	..	..	..
Nisa	2	2	..	2	2	..	..	..	..	..	..	..
Portalegre	1	1	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..
Portimão	22	16	6	22	16	6	..	..	..	..	..	..
Lagos	4	2	2	4	2	2	..	..	..	..	..	..
Portimão	11	9	2	11	9	2	..	..	..	..	..	..
Silves	7	5	2	7	5	2	..	..	..	..	..	..
Porto	123	112	11	119	108	11	2	2	..	2	2	..
Santa Maria da Feira	2	2	..	2	2	..	..	..	..	..	..	..
Espinho	1	1	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..
Ovar	1	1	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..
Santarém	13	11	2	13	11	2	..	..	..	..	..	..
Almeirim	4	4	..	4	4	..	..	..	..	..	..	..
Cartaxo	2	1	1	2	1	1	..	..	..	..	..	..
Coruche	2	2	..	2	2	..	..	..	..	..	..	..
Santarém	5	4	1	5	4	1	..	..	..	..	..	..
Santiago do Cacém	31	29	2	27	25	2	4	4	..	..	..	..
Alcácer do Sal	3	3	..	3	3	..	..	..	..	..	..	..
Grândola	10	9	1	8	7	1	2	2	..	..	..	..
Odemira	7	7	..	5	5	..	2	2	..	..	..	..
Santiago do Cacém	11	10	1	11	10	1	..	..	..	..	..	..
Santo Tirso	8	8	..	8	8	..	..	..	..	..	..	..
Seia	12	11	1	8	8	..	1	1	..	3	2	1
Celourico da Beira	1	1	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..
Gouveia	3	3	..	3	3	..	..	..	..	..	..	..
Nelas	7	6	1	4	4	..	1	1	..	2	1	1
Seia	1	1	..	..	..	..	..	..	..	1	1	..
Setúbal	49	45	4	47	43	4	2	2	..	..	..	..
Sintra	32	30	2	31	29	2	..	..	..	1	1	..
Tomar	2	2	..	2	2	..	..	..	..	..	..	..
Alcanena	1	1	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..
Tomar	1	1	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..
Torres Vedras	7	6	1	7	6	1	..	..	..	..	..	..
Lourinhã	4	4	..	4	4	..	..	..	..	..	..	..
Torres Vedras	3	2	1	3	2	1	..	..	..	..	..	..
Viana do Castelo	9	7	2	9	7	2	..	..	..	..	..	..
Melgaço	2	2	..	2	2	..	..	..	..	..	..	..
Ponte da Barca	1	1	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..
Ponte de Lima	1	..	1	1	..	1	..	..	..	..	..	..
Viana do Castelo	5	4	1	5	4	1	..	..	..	..	..	..
Vila do Conde	6	5	1	6	5	1	..	..	..	..	..	..
Póvoa de Varzim	3	3	..	3	3	..	..	..	..	..	..	..
Vila do Conde	3	2	1	3	2	1	..	..	..	..	..	..
Vila Franca de Xira	1	1	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..
Benavente	1	1	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..
Vila Nova de Famalicão	5	5	..	5	5	..	..	..	..	..	..	..
Vila Nova de Gaia	26	21	5	26	21	5	..	..	..	..	..	..
Vila Real	8	7	1	7	6	1	1	1	..	..	..	..
Mondim de Basto	1	1	..	..	..	..	1	1	..	..	..	..
Vila Real	7	6	1	7	6	1	..	..	..	..	..	..
Viseu	35	30	5	32	28	4	3	2	1	..	..	..
Mangualde	8	7	0	7	6	1	1	1	..	..	..	..
São Pedro do Sul	3	3	..	3	3	..	..	..	..	..	..	..
Tondela	1	1	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..
Viseu	21	17	4	19	16	3	2	1	1	..	..	..
Vouzela	2	2	..	2	2	..	..	..	..	..	..	..

a) A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continuou a ser considerada crime, assim como a aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias (Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto).

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 111 - Indivíduos Condenados, segundo a Situação Face à Droga, por Tipo de Pena*

2008

Tipo de Pena \ Situação Face à Droga	2008			
	Total	Traficante	Consumidor ^{a)}	Traf.-Cons.
2007 ^{b)}	1 896	1 833	24	39
2008 ^{b)}	1 392	1 327	45	20
Multa Efectiva	93	47	35	11
Prisão Efectiva	462	459	1	2
Prisão Suspensa	780	767	6	7
Prisão Efectiva + Multa Efectiva	10	10	..	..
Prisão Suspensa + Multa Efectiva	27	27	..	..
Admoestação	6	5	1	..
Trabalho a Favor da Comunidade	14	12	2	..

* As penas dizem respeito à pena final da condenação que pode incluir mais de um crime.

a) A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continuou a ser considerada crime, assim como a aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias (Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto).

b) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2007 e 2008 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2009. Os dados relativos a 2008 ainda sofrerão actualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2008 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2009 e 31/03/2010.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 112 - Indivíduos Condenados, segundo o Ano, por Tipo de Pena*

2000 - 2008

Tipo de Pena \ Ano	2000 - 2008								
	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005	2006	2007 ^{b)}	2008 ^{b)}
Total	3 600	3 576	2 259	2 236	1 835	1 625	1 731	1 896	1 392
Multa Efectiva	1 061	948	102	77	100	83	70	94	93
Multa Suspensa	..	..	..	..	..	..	..	2	..
Prisão Efectiva	1 497	1 219	1 136	1 096	815	706	782	738	462
Prisão Suspensa	821	966	965	1 014	868	795	816	1 000	780
Prisão Efectiva + Multa Efectiva	78	76	25	17	17	13	15	10	10
Prisão Suspensa + Multa Efectiva	42	41	18	20	21	22	34	32	27
Prisão Suspensa + Multa Suspensa	1	1	..	..	..	..	..	..	..
Admoestação	55	182	2	2	3	..	3	..	6
Dispensa de Pena	44	140	2	..	1	..	..	1	..
Trabalho a Favor da Comunidade	1	3	9	10	9	6	11	19	14
Entrega de Donativo a Instituição	..	..	..	..	1	..	..	..	..

* As penas dizem respeito à pena final da condenação que pode incluir mais de um crime.

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contra-ordenação. A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continuou a ser considerada crime, assim como a aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias (Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto).

b) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2007 e 2008 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2009. Os dados relativos a 2008 ainda sofrerão actualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2008 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2009 e 31/03/2010.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 113 - Frequência de Aplicação das Disposições da Lei da Droga, segundo o Ano, por Normativo
(Decreto-Lei n.º 430/83 e Decreto-Lei n.º 15/93)
2000 - 2008

Identificação do Normativo	Artigo	Dec.-Lei	Ano ^{a)}								
			2000	2001 ^{b)}	2002	2003	2004	2005	2006	2007 ^{c)}	2008 ^{c)}
Total			5 641	5 364	3 512	3 363	2 702	2 663	2 712	2 896	2 076
Abandono de Seringas	32.º	15/93	..	..	..	1	..	..	..	..	..
Abuso do Exercício de Profissão	27.º	15/93	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Agravação	24.º	15/93	181	549	174	227	104	76	46	47	41
Associação Criminosa	28.º	15/93	..	2	..	..	..	1	3	..	2
Atenuação ou Dispensa de Pena	31.º	15/93	1	1	..	2	..	..	2	..	..
Conversão, Transferência ou Dissimulação de Bens ou Produtos	23.º	15/93	6	2	3	6	1	1	3	..	..
Consumo	n.º 1; 40.º	15/93	1 133	1 129	3	4	..	1	5	6	7
Consumo (substâncias para mais de três dias)	n.º 2; 40.º	15/93	275	225	13	12	16	13	20	18	40
Consumo Ocasional	n.º 3; 40.º	15/93	3	5	..	..	..	..	..	..	..
Expulsão de Estrangeiros	34.º	15/93	15	17	27	7	24	79	100	96	54
Incitamento ao Uso de Drogas	29.º	15/93	6	3	3	..	2	..	2	2	..
Perda de Objectos ou Direitos Relacionados com o Facto	35.º	430/83	10	2	5	..	1	..	..	..	..
Perda de Objectos ou Direitos Relacionados com o Facto	35.º e 36.º	15/93	1 631	1 090	1 030	882	732	873	819	832	575
Precursores	22.º	15/93	..	..	..	2	..	..	..	..	..
Revista e Percícia	53.º	15/93	..	..	..	1	..	1	..	..	..
Suspensão da Pena com Obrigação de Tratamento e/ou com Regime de Prova	44.º e 45.º	15/93	..	1	6	2	..	1	2	3	..
Tráfico	23.º	430/83	..	..	1	..	..	..	..	..	..
Tráfico	21.º	15/93	978	913	934	926	702	587	638	662	495
Tráfico de Menor Gravidade	25.º	15/93	1 224	1 246	1 160	1 200	1 047	971	1 026	1 189	840
Tráfico ou Consumo Consentido em Lugares Públicos ou de Reunião	30.º	15/93	11	4	2	1	1	3	3	1	1
Tráfico-Consumo	n.º 1; 26.º	15/93	167	175	151	90	72	56	43	40	21

a) Considerou-se nestas colunas o número de vezes que o normativo do dispositivo legal foi aplicado, nas decisões judiciais consideradas.

b) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contra-ordenação. A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continuou a ser considerada crime, assim como a aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias (Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto).

c) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2007 e 2008 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2009. Os dados relativos a 2008 ainda sofrerão actualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2008 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2009 e 31/03/2010.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 114 - Circunstâncias Agravantes tidas em Conta na Determinação da Medida da Pena, segundo a Situação dos Infractores Face à Droga

2008

Circunstância Agravante	Situação Face à Droga	Total	Traficante	Consumidor ^{a)}	Traf.-Cons.
		N= 1 282 ^{b)}	n ₁ = 1 226 ^{b)}	n ₂ = 41 ^{b)}	n ₃ = 15 ^{b)}
Total	2007 ^{c)}	4 553	4 433	37	83
	2008 ^{c)}	3 868	3 724	96	48
Abuso de confiança		1	1	..	..
Actos exibicionistas		1	1	..	..
Ameaças		5	5	..	..
Antecedentes com droga		313	304	7	2
Antecedentes criminais		68	66	1	1
Apropriação ilegítima		1	1	..	..
Burla		11	5	..	6
Carácter criminógeno do crime		101	101	..	..
Censurabilidade do acto		43	42	1	..
Condução de veículo em estado de embriaguês		12	10	2	..
Condução perigosa de veículo rodoviário		4	3	1	..
Dano		14	14	..	..
Descaminhamento de objectos colocados sob o poder público		3	3	..	..
Desobediência		29	29	..	..
Diversidade de droga apreendida		9	9	..	..
Dolo elevado		1 087	1 036	37	14
Evasão		4	4	..	..
Expectativa de lucro		49	48	1	..
Falsidade de depoimento ou declaração		6	6	..	..
Falsificação de documentos		13	12	1	..
Favorecimento pessoal		1	1	..	..
Furto de uso de veículo		9	8	..	1
Furto e/ou roubo		222	214	4	4
Furto qualificado		99	98	1	..
Homicídio e/ou tentativa		6	6	..	..
Ilícitude elevada		558	532	17	9
Incêndios, explosões e outras condutas especialmente perigosas		1	1	..	..
Injúria		18	18	..	..
Introdução em lugar vedado ao público		5	5	..	..
Lenocínio		1	1	..	..
Liderança de grupo		9	9	..	..
Maus tratos ou sobrecarga de menores, de incapazes ou do cônjuge		2	2	..	..
Não arrependimento		58	58	..	..
Não inserido profissionalmente		59	56	1	2
Negação dos factos		28	28	..	..
Ofensa a pessoa colectiva, organismo ou serviço		1	1	..	..
Ofensas à integridade física		41	40	..	1
Omissão de Auxílio		1	1	..	..
Participação económica em negócio		1	..	1	..
Participação em rixa		1	1	..	..
Passagem de moeda falsa		4	4	..	..
Perigosidade da substância		278	276	1	1
Prolongamento da conduta		108	106	..	2
Quantidade significativa de droga		249	242	7	..
Receptação do produto de furto/roubo		12	11	1	..
Resistência e coacção sobre funcionário		10	10	..	..
Sequestro		3	3	..	..
Substâncias explosivas ou análogas e armas		19	19	..	..
Toxicodependência		23	20	3	..
Uso de documento de identificação alheio		2	2	..	..
Violação		3	3	..	..
Violação de proibições ou interdições		1	1	..	..
Violência depois da subtração		3	3	..	..
Violação da Lei do Jogo		3	3	..	..
Violação do Código da Estrada		198	186	9	3
Violação do Regime de Uso e Porte de Arma		24	23	..	1
Violação do Regulamento da Disciplina Militar		2	2	..	..
Violação de outros Códigos		31	30	..	1

a) A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continuou a ser considerada crime, assim como a aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias (Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto).

b) Número de indivíduos aos quais foram encontradas circunstâncias agravantes.

c) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2007 e 2008 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2009. Os dados relativos a 2008 ainda sofrerão actualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2008 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2009 e 31/03/2010.

Nota: Na determinação da medida da pena, podem ter sido consideradas várias circunstâncias agravantes para um mesmo indivíduo e podem existir casos em que não foram mencionadas na decisão judicial as circunstâncias agravantes.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 115 - Circunstâncias Atenuantes tidas em Conta na Determinação da Medida da Pena, segundo a Situação dos Infractores Face à Droga
2008

Circunstância Atenuante	Situação Face à Droga	Total	Traficante	Consumidor ^{a)}	Traf.-Cons.
		N= 1 246 ^{b)}	n ₁ = 1 186 ^{b)}	n ₂ = 42 ^{b)}	n ₃ = 18 ^{b)}
Total	2007^{c)}	4 410	4 254	59	97
	2008^{c)}	3 422	3 251	117	54
Ausência de antecedentes criminais durante determinado período de tempo		31	31	..	..
Baixa condição cultural		38	38	..	..
Bom comportamento		20	20	..	..
Colaboração com a justiça		33	30	2	1
Confissão espontânea, total ou parcial		405	371	24	10
Consumo ocasional		21	20	..	1
Declaração de arrependimento		163	155	5	3
Desemprego		25	23	2	..
Doença		21	21	..	..
Dolo não elevado		13	12	1	..
Droga "leve"		116	112	4	..
Em tratamento, toxicodependência ou ex-toxicodependência		258	242	5	11
Encargos familiares		8	8	..	..
Filhos menores		25	25	..	..
Graves problemas familiares		5	5	..	..
Idade avançada		6	6	..	..
Ilícitude não elevada		304	288	14	2
Inserção profissional		270	255	9	6
Inserção social e/ou familiar		439	413	20	6
Jovem		160	153	4	3
Modesta condição social		188	187	1	..
Pobreza		5	5	..	..
Primário		716	683	24	9
Quantidade diminutiva de droga		124	122	2	..
Reformado		1	1	..	..
Vontade de tratamento/Algum período de abstinência		27	25	..	2

a) A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continuou a ser considerada crime, assim como a aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias (Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto).

b) Número de indivíduos aos quais foram encontradas circunstâncias atenuantes.

c) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2007 e 2008 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2009. Os dados relativos a 2008 ainda sofrerão actualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2008 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2009 e 31/03/2010.

Nota: Na determinação da medida da pena podem ter sido consideradas várias circunstâncias atenuantes para um mesmo indivíduo e podem existir casos em que não foram mencionadas na decisão judicial as circunstâncias atenuantes.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

**Quadro 116 - Crimes Constantes das Sentenças que Fixam Penas em Cúmulo Jurídico,
segundo a Situação dos Infractores Face à Droga**

2008

Crime	Situação Face à Droga	Artigo	Total N = 168 ^{b)}	Traficante n ₁ = 160 ^{b)}	Consumidor ^{a)} n ₂ = 7 ^{b)}	Traf.-Cons. n ₃ = 1 ^{b)}
Total	2007 ^{c)}		294	287	5	2
	2008 ^{c)}		217	202	14	1
Lei da Droga - Dec.-Lei 15/93						
Tráfico		21.º e 25.º	8	8	..	..
Tráfico-Consumo		26.º	1	..	..	1
Associação Criminosa		28.º	2	2	..	..
Tráfico e Consumo em Lugares Públicos ou de Reunião		30.º	1	1	..	..
Consumo		40.º	2	2	..	..
Código Penal 1995						
Ameaça		153.º	1	1	..	..
Burla Informática		221.º	1	1	..	..
Condução de Veículo em Estado de Embriaguês		292.º	1	1	..	..
Condução Perigosa de Veículo Rodoviário		291.º	5	5	..	..
Dano		212.º	2	2	..	..
Denúncia Caloniosa		365.º	1	1	..	..
Desobediência		348.º	2	2	..	..
Evasão		352.º	1	1	..	..
Falsidade de Depoimento ou Declaração		359.º	7	7	..	..
Falsidade de Testemunho, Perícia, Interpretação ou Tradução		360.º	1	..	1	..
Falsificação de Documento		256.º	8	7	1	..
Furto		203.º	6	5	1	..
Furto Qualificado		204.º	15	10	5	..
Injúria		181.º	4	4	..	..
Introdução em Lugar Vedado ao Público		191.º	1	..	1	..
Passagem de Moeda Falsa		265.º	1	1	..	..
Receptação		231.º	5	5	..	..
Resistência e Coacção sobre Funcionário		347.º	4	4	..	..
Roubo		210.º	6	6	..	..
Substâncias Explosivas ou Análogas e Armas		275.º	2	2	..	..
Uso de Documento de Identificação Alheio		261.º	2	2	..	..
Código da Estrada			35	34	1	..
Regime Jurídico das Armas e Munições			92	88	4	..

a) A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continuou a ser considerada crime, assim como a aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias (Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto).

b) Número de indivíduos com penas em cúmulo jurídico.

c) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2007 e 2008 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2009. Os dados relativos a 2008 ainda sofrerão actualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2008 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2009 e 31/03/2010.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 117 - Indivíduos Condenados, segundo a Situação Face à Droga, por Tipo de Droga
2008

Situação Face à Droga \ Tipo de Droga	Total	Traficante	Consumidor ^{a)}	Traf.-Cons.
2007 ^{b)}	1 896	1 833	24	39
2008 ^{b)}	1 392	1 327	45	20
Heroína	167	159	3	5
Cocaína	228	228	..	..
Cannabis	497	451	40	6
Ecstasy	7	7	..	..
Outro	13	13	..	..
Polidrogas	480	469	2	9

a) A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continuou a ser considerada crime, assim como a aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias (Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto).

b) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2007 e 2008 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2009. Os dados relativos a 2008 ainda sofrerão actualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2008 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2009 e 31/03/2010.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 118 - Indivíduos Condenados por Posse de Polidrogas, segundo a Situação Face à Droga, por Drogas Envolvidas*
2008

Situação Face à Droga \ Drogas Envolvidas	Total	Traficante	Consumidor ^{a)}	Traf.-Cons.
2007 ^{b)}	598	588	..	10
2008 ^{b)}	480	469	2	9
Heroína + Cocaína	287	285	..	2
Heroína + Cannabis	40	37	1	2
Cocaína + Cannabis	43	42	..	1
Ecstasy + Cannabis	18	17	..	1
Heroína + Cocaína + Cannabis	43	41	1	1
Outras	49	47	..	2

* As combinações envolvem exclusivamente as drogas mencionadas.

a) A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continuou a ser considerada crime, assim como a aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias (Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto).

b) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2007 e 2008 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2009. Os dados relativos a 2008 ainda sofrerão actualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2008 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2009 e 31/03/2010.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 119 - Indivíduos Condenados, segundo o Ano, por Tipo de Droga
2000 - 2008

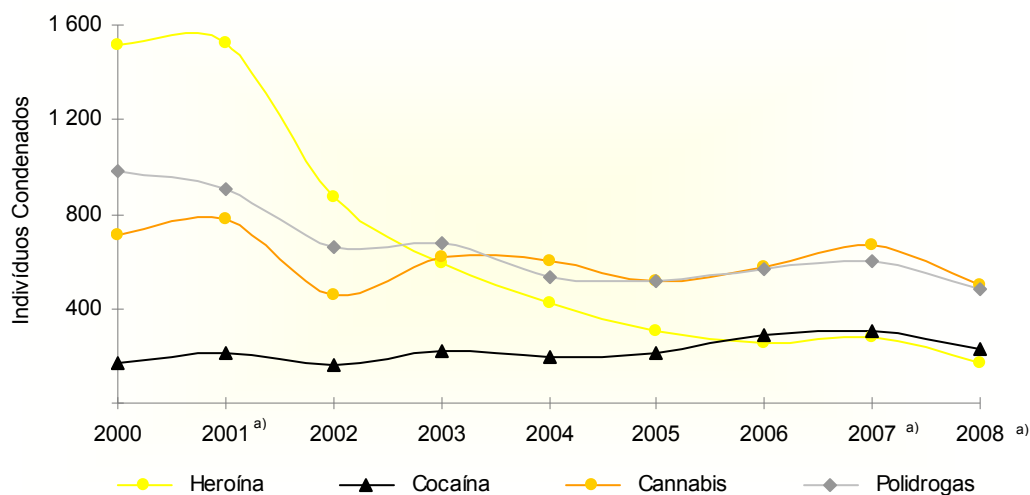
Ano	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005	2006	2007 ^{b)}	2008 ^{b)}
Tipo de Droga									
Total	3 600	3 576	2 259	2 236	1 835	1 625	1 731	1 896	1 392
Heroína	1 515	1 523	875	593	424	305	257	276	167
Cocaína	169	212	162	216	193	215	289	304	228
Cannabis	707	781	454	617	598	515	574	673	497
Ecstasy	5	10	11	27	11	17	11	13	7
Outro	15	16	10	9	8	5	6	7	13
Polidrogas	979	906	662	675	530	519	564	598	480
Desconhecido	210	128	85	99	71	49	30	25	..

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contra-ordenação. A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continuou a ser considerada crime, assim como a aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias (Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto).

b) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2007 e 2008 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2009. Os dados relativos a 2008 ainda sofrerão actualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2008 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2009 e 31/03/2010.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Figura 54 - Indivíduos Condenados, segundo o Ano, por Tipo de Droga



a) Ver notas a) e b) do Quadro 119.

Fonte: Quadro 119

Quadro 120 - Indivíduos Condenados, segundo a Situação Face à Droga, Por Grupo Etário
2008

Situação Face à Droga / Grupo Etário	Total	Traficante	Consumidor ^{a)}	Traf.-Cons.
2007 ^{b)}	1 896	1 833	24	39
2008 ^{b)}	1 392	1 327	45	20
Total				
16-19 anos	143	136	6	1
20-24 anos	323	308	8	7
25-29 anos	247	241	5	1
30-34 anos	172	162	6	4
35-39 anos	182	170	10	2
40-44 anos	134	127	3	4
≥ 45 anos	154	149	4	1
Desconhecido	37	34	3	..

a) A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continuou a ser considerada crime, assim como a aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias (Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto).

b) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2007 e 2008 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2009. Os dados relativos a 2008 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2008 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2009 e 31/03/2010.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

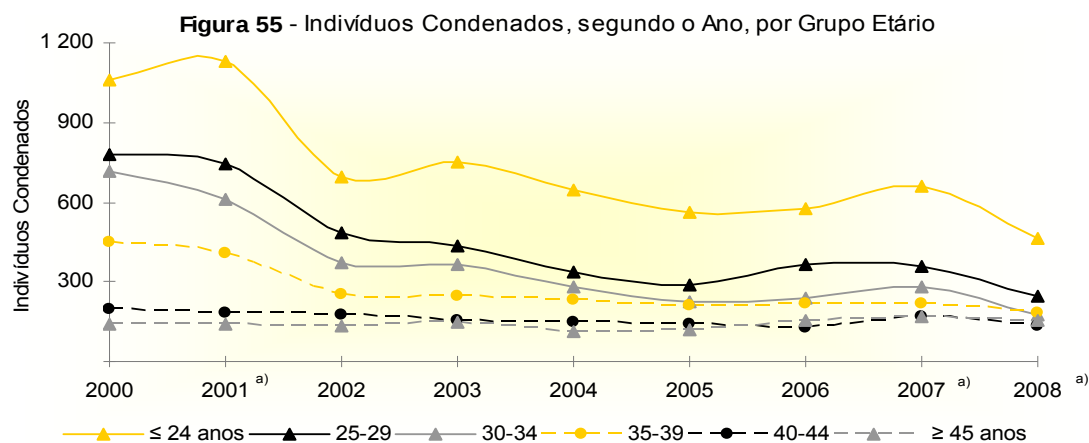
Quadro 121 - Indivíduos Condenados, segundo o Ano, por Grupo Etário
2000 - 2008

Ano / Grupo Etário	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005	2006	2007 ^{b)}	2008 ^{b)}
Total	3 600	3 576	2 259	2 236	1 835	1 625	1 731	1 896	1 392
16-19 anos	349	357	245	268	234	188	180	206	143
20-24 anos	710	774	451	485	415	370	392	456	323
25-29 anos	779	741	486	436	340	290	365	357	247
30-34 anos	714	609	371	367	279	226	240	278	172
35-39 anos	451	404	256	248	232	212	220	219	182
40-44 anos	198	185	174	156	145	137	128	167	134
≥ 45 anos	139	138	135	144	115	121	155	171	154
Desconhecido	260	368	141	132	75	81	51	42	37

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contra-ordenação. A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continuou a ser considerada crime, assim como a aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias (Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto).

b) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2007 e 2008 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2009. Os dados relativos a 2008 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2008 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2009 e 31/03/2010.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE



a) Ver notas a) e b) do Quadro 121.

Fonte: Quadro 121

Quadro 122 - Indivíduos Condenados, segundo a Situação Face à Droga, por País da Nacionalidade
2008

Situação Face à Droga		Total	Traficante	Consumidor ^{a)}	Traf.-Cons.
País da Nacionalidade					
Total	2007 ^{b)}	1 896	1 833	24	39
	2008 ^{b)}	1 392	1 327	45	20
Europa		1 063	1 002	42	19
União Europeia		1 060	999	42	19
Alemanha		8	5	3	..
Espanha		13	13	..	..
França		1	1	..	..
Holanda		9	9	..	..
Portugal		1 006	948	39	19
Reino Unido		7	7	..	..
Outros da UE		16	16	..	..
Outros da Europa		3	3	..	..
Ucrânia		2	2	..	..
Outros		1	1	..	..
África		109	109	..	
Angola		4	4	..	..
Cabo Verde		76	76	..	..
Guiné-Bissau		19	19	..	..
Moçambique		1	1	..	..
São Tomé e Príncipe		1	1	..	..
Outros		8	8	..	..
América		62	62	..	..
Bolívia		1	1	..	..
Brasil		17	17	..	..
Colômbia		12	12	..	..
Venezuela		17	17	..	..
Outros		15	15	..	..
Ásia		4	4	..	..
Oceânia		..	..	..	..
Desconhecido		154	150	3	1

a) A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continuou a ser considerada crime, assim como a aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias (Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto).

b) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2007 e 2008 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2009. Os dados relativos a 2008 ainda sofrerão actualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2008 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2009 e 31/03/2010.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 123 - Indivíduos Condenados, segundo o Ano, por País da Nacionalidade
2000 - 2008

País da Nacionalidade \ Ano	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005	2006	2007 ^{b)}	2008 ^{b)}
Total	3 600	3 576	2 259	2 236	1 835	1 625	1 731	1 896	1 392
Europa	3 098	3 055	1 859	1 777	1 388	1 199	1 272	1 428	1 063
União Europeia	3 097	3 051	1 854	1 772	1 386	1 194	1 264	1 423	1 060
Alemanha	..	..	2	5	8	..	1	3	8
Espanha	6	27	15	29	25	19	19	25	13
França	8	10	6	2	1	1	..	4	1
Holanda	3	11	6	5	8	13	18	18	9
Portugal	3 075	3 001	1 819	1 715	1 331	1 152	1 210	1 363	1 006
Reino Unido	3	..	1	2	2	2	2	2	7
Outros da UE	2	2	5	14	11	7	14	8	16
Outros da Europa	1	4	5	5	2	5	8	5	3
Ucrânia	..	..	..	1	..	..	4	2	2
Outros	1	4	5	4	2	5	4	3	1
África	54	60	121	144	135	120	137	146	109
Angola	12	15	11	7	12	8	5	7	4
Cabo Verde	19	20	86	99	96	93	99	100	76
Guiné-Bissau	5	5	7	14	14	16	11	16	19
Moçambique	1	7	2	1	..	..	..	2	1
São Tomé e Príncipe	1	3	7	4	3	..	3	1	1
Outros	16	10	8	19	10	3	19	20	8
América	15	29	45	57	60	67	71	71	62
Bolívia	..	..	1	2	6	4	7	1	1
Brasil	5	15	30	36	20	16	20	27	17
Colômbia	4	1	5	3	3	5	3	3	12
Venezuela	4	5	4	9	22	34	34	33	17
Outros	2	8	5	7	9	8	7	7	15
Ásia	..	1	1	3	4	..	1	1	4
Oceânia	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Desconhecido	433	431	233	255	248	239	250	250	154

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contra-ordenação. A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continuou a ser considerada crime, assim como a aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias (Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto).

b) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2007 e 2008 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2009. Os dados relativos a 2008 ainda sofrerão actualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2008 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2009 e 31/03/2010.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 124 - Indivíduos Condenados, segundo a Situação Face à Droga, por Estado Civil
2008

Estado Civil \ Situação Face à Droga				
	Total	Traficante	Consumidor ^{a)}	Traf.-Cons.
Total	1 896	1 833	24	39
2007 ^{b)}	1 896	1 833	24	39
2008 ^{b)}	1 392	1 327	45	20
Solteiro	728	695	20	13
Casado/União de Facto	506	483	18	5
Divorciado/Separado	112	106	5	1
Viúvo	8	8	..	..
Desconhecido	38	35	2	1

a) A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continuou a ser considerada crime, assim como a aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias (Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto).

b) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2007 e 2008 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2009. Os dados relativos a 2008 ainda sofrerão actualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2008 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2009 e 31/03/2010.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 125 - Indivíduos Condenados, segundo o Ano, por Estado Civil
2000 - 2008

Estado Civil \ Ano									
	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005	2006	2007 ^{b)}	2008 ^{b)}
Total	3 600	3 576	2 259	2 236	1 835	1 625	1 731	1 896	1 392
Solteiro	2 212	2 271	1 251	1 278	1 041	897	953	1 041	728
Casado/União de Facto	897	925	711	721	591	576	617	655	506
Divorciado/Separado	252	212	169	136	128	95	110	142	112
Viúvo	38	31	22	23	9	14	9	9	8
Desconhecido	201	137	106	78	66	43	42	49	38

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contra-ordenação. A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continuou a ser considerada crime, assim como a aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias (Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto).

b) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2007 e 2008 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2009. Os dados relativos a 2008 ainda sofrerão actualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2008 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2009 e 31/03/2010.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 126 - Indivíduos Condenados, segundo a Situação Face à Droga, por Situação de Coabitação
2008

Situação de Coabitação \ Situação Face à Droga	Situação Face à Droga			
	Total	Traficante	Consumidor ^{a)}	Traf.-Cons.
2007 ^{b)}	1 896	1 833	24	39
Total	1 392	1 327	45	20
2008 ^{b)}	1 392	1 327	45	20
Só com Ascendentes ^{c)}	340	323	13	4
Com Ascendentes ^{c)} + Companheiro ou Filho(s)	47	43	1	3
Só com Companheiro + Filho(s)	252	241	11	..
Só com Companheiro	130	126	3	1
Só com Filho(s)	33	33	..	..
Só com Amigos	24	24	..	..
Sozinho(a)	135	126	5	4
Outra Situação	200	191	6	3
Desconhecida	231	220	6	5

a) A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continuou a ser considerada crime, assim como a aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias (Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto).

b) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2007 e 2008 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2009. Os dados relativos a 2008 ainda sofrerão actualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2008 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2009 e 31/03/2010.

c) Com ou sem irmãos.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 127 - Indivíduos Condenados, segundo o Ano, por Situação de Coabitação
2000 - 2008

Ano									
	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005	2006	2007 ^{b)}	2008 ^{b)}
Situação de Coabitação									
Total	3 600	3 576	2 259	2 236	1 835	1 625	1 731	1 896	1 392
Só com Ascendentes ^{c)}	914	903	438	443	422	333	376	464	340
Com Ascendentes ^{c)} + Companheiro ou Filho(s)	65	102	54	39	37	47	49	66	47
Só com Companheiro + Filho(s)	435	421	297	291	247	254	273	277	252
Só com Companheiro	160	192	150	146	121	94	107	140	130
Só com Filho(s)	45	29	36	26	20	35	25	35	33
Só com Amigos	21	22	27	14	17	18	17	15	24
Sozinho(a)	124	134	106	90	56	79	72	108	135
Outra Situação	199	240	209	188	170	145	204	242	200
Desconhecida	1 637	1 533	942	999	745	620	608	549	231

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contra-ordenação. A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continuou a ser considerada crime, assim como a aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias (Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto).

b) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2007 e 2008 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2009. Os dados relativos a 2008 ainda sofrerão actualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2008 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2009 e 31/03/2010.

c) Com ou sem irmãos.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 128 - Indivíduos Condenados, segundo a Situação Face à Droga, por Nível de Ensino

2008

Situação Face à Droga	Nível de Ensino	Total	Traficante	Consumidor ^{a)}	Traf.-Cons.
Total	2007 ^{b)}	1 896	1 833	24	39
	2008 ^{b)}	1 392	1 327	45	20
Sem Nível de Ensino		23	23	..	..
Ensino Básico / 1.º Ciclo		171	165	4	2
Ensino Básico / 2.º Ciclo		237	227	7	3
Ensino Básico / 3.º Ciclo		266	253	7	6
Ensino Secundário		145	139	4	2
Ensino Superior		43	43	..	..
Outro		8	8	..	..
Desconhecido		499	469	23	7

a) A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continuou a ser considerada crime, assim como a aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias (Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto).

b) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2007 e 2008 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2009. Os dados relativos a 2008 ainda sofrerão actualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2008 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2009 e 31/03/2010.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 129 - Indivíduos Condenados, segundo o Ano, por Nível de Ensino

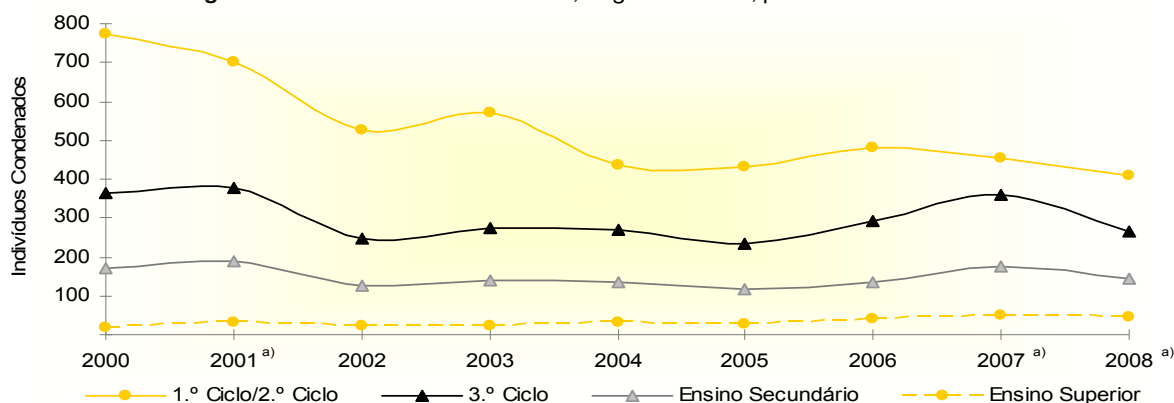
2000 - 2008

Ano	Nível de Ensino	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005	2006	2007 ^{b)}	2008 ^{b)}
Total		3 600	3 576	2 259	2 236	1 835	1 625	1 731	1 896	1 392
Sem Nível de Ensino		47	45	50	24	27	22	25	26	23
Ensino Básico / 1.º Ciclo		421	383	293	300	233	224	220	195	171
Ensino Básico / 2.º Ciclo		350	320	235	270	203	207	259	260	237
Ensino Básico / 3.º Ciclo		364	377	246	273	270	233	290	358	266
Ensino Secundário		171	191	126	141	134	117	134	176	145
Ensino Superior		19	33	23	22	31	29	42	51	43
Outro		1	5	4	2	4	9	2	3	8
Desconhecido		2 227	2 222	1 282	1 204	933	784	759	827	499

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contra-ordenação. A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continuou a ser considerada crime, assim como a aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias (Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto).

b) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2007 e 2008 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2009. Os dados relativos a 2008 ainda sofrerão actualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2008 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2009 e 31/03/2010.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Figura 56 - Indivíduos Condenados, segundo o Ano, por Nível de Ensino

a) Ver notas a) e b) do Quadro 129.

Fonte: Quadro 129

Quadro 130 - Indivíduos Condenados, segundo a Situação Face à Droga, por Situação Profissional
2008

Situação Profissional \ Situação Face à Droga	Total	Traficante	Consumidor ^{a)}	Traf.-Cons.
Total	1 896	1 833	24	39
2007 ^{b)}	1 896	1 833	24	39
2008 ^{b)}	1 392	1 327	45	20
Empregado	614	581	24	9
Empregado Temporariamente	39	37	2	..
Desempregado	485	462	13	10
Estudante	63	60	3	..
Situação de Reclusão	41	40	..	1
Outra Situação ^{c)}	32	32	..	..
Desconhecida	118	115	3	..

a) A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continuou a ser considerada crime, assim como a aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias (Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto).

b) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2007 e 2008 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2009. Os dados relativos a 2008 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2008 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2009 e 31/03/2010.

c) Inclui casos como reformado, serviço militar obrigatório, etc..

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE

Quadro 131 - Indivíduos Condenados, segundo o Ano, por Situação Profissional
2000 - 2008

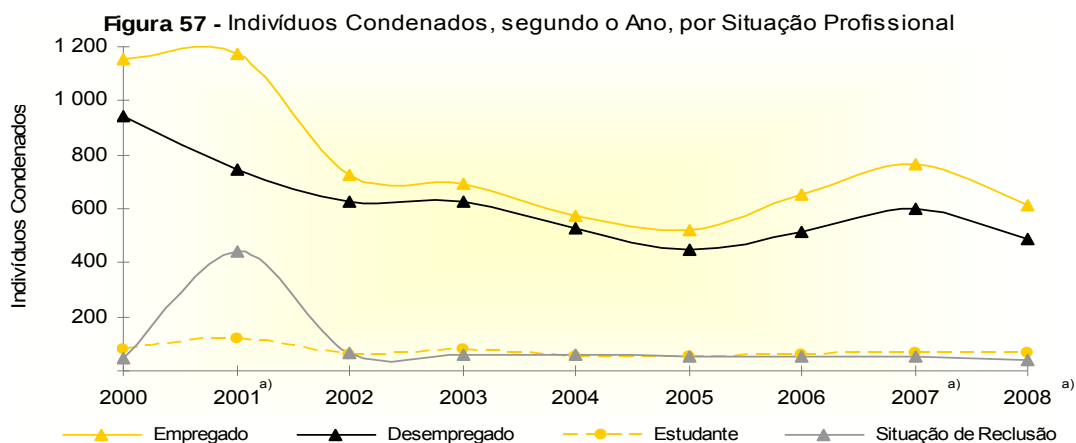
Situação Profissional \ Ano	2000	2001 ^{a)}	2002	2003	2004	2005	2006	2007 ^{b)}	2008 ^{b)}
Total	3 600	3 576	2 259	2 236	1 835	1 625	1 731	1 896	1 392
Empregado	1 157	1 176	724	694	574	520	651	768	614
Empregado Temporariamente	156	133	118	92	84	69	40	74	39
Desempregado	944	748	626	628	525	451	517	597	485
Estudante	77	118	57	79	55	55	62	67	63
Situação de Reclusão	47	439	68	62	62	51	55	54	41
Outra Situação ^{c)}	59	51	67	42	35	34	27	32	32
Desconhecida	1 160	911	599	639	500	445	379	304	118

a) Com a entrada em vigor a partir de 1 de Julho de 2001, da Lei n.º 30/2000, de 29 de Novembro, o consumo de drogas ilícitas foi descriminalizado, passando a constituir contra-ordenação. A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continuou a ser considerada crime, assim como a aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias (Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto).

b) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2007 e 2008 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2009. Os dados relativos a 2008 ainda sofrerão atualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2008 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2009 e 31/03/2010.

c) Inclui casos como reformado, serviço militar obrigatório, etc..

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE



a) Ver notas a) e b) do Quadro 131.

Fonte: Quadro 131

Quadro 132 - Indivíduos Condenados, segundo a Situação Face à Droga, por Grupo Profissional

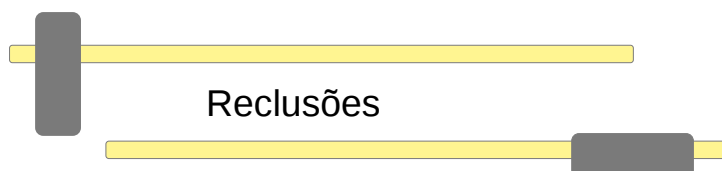
2008

Grupo Profissional	Situação Face à Droga	Total	Traficante	Consumidor ^{a)}	Traf.-Cons.
Total	2007 ^{b)}	1 896	1 833	24	39
	2008 ^{b)}	1 392	1 327	45	20
Membros das Forças Armadas		1	1	..	..
Directores de empresa		2	2	..	..
Directores e gerentes de pequenas empresas		26	26	..	..
Especialistas das ciências físicas, matemáticas e engenharia		2	2	..	..
Especialistas das ciências da vida e profissionais da saúde		2	2	..	..
Docentes do ensino secundário, superior e profissões similares		2	2	..	..
Outros especialistas das profissões intelectuais e científicas		12	12	..	..
Técnicos e profissionais de nível intermédio das ciências físicas e químicas, da engenharia e trabalhadores similares		18	18	..	..
Profissionais de nível intermédio do ensino		1	1	..	..
Outros técnicos e profissionais de nível intermédio		13	12	1	..
Empregados de escritório		22	22	..	..
Empregados de recepção, caixas, bilheteiros e similares		5	5	..	..
Pessoal dos serviços directos e particulares, de protecção e segurança		123	119	2	2
Manequins, vendedores e demonstradores		27	25	2	..
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, criação de animais e pescas		38	30	6	2
Agricultores e pescadores - Agricultura e pesca de subsistência		1	1	..	..
Operários, artífices e trabalhadores similares das indústrias extractivas e da construção civil		192	189	2	1
Trabalhadores da metalurgia e da metalomecânica e trabalhadores similares		63	59	3	1
Mecânicos de precisão, oleiros e vidreiros, artesãos, trabalhadores das artes gráficas e trabalhadores similares		11	11	..	..
Outros operários, artífices e trabalhadores similares		81	76	3	2
Operadores de instalações fixas e similares		8	7	1	..
Operadores de máquinas e trabalhadores da montagem		7	6	..	1
Condutores de veículos e embarcações e operadores de equipamentos pesados móveis		48	45	2	1
Trabalhadores não qualificados dos serviços e comércio		128	124	2	2
Trabalhadores não qualificados da agricultura e pescas		11	10	1	..
Trabalhadores não qualificados das minas, da construção civil e obras públicas, da indústria transformadora e dos transportes		121	114	5	2
Desconhecido		427	406	15	6

a) A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continuou a ser considerada crime, assim como a aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias (Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto).

b) De acordo com o critério metodológico utilizado nos anos anteriores, foram consideradas as decisões judiciais datadas de 2007 e 2008 que deram entrada no IDT, I. P. até 31/03/2009. Os dados relativos a 2008 ainda sofrerão actualizações no próximo ano e serão contabilizadas as decisões relativas a 2008 que derem entrada no IDT, I. P. entre 31/03/2009 e 31/03/2010.

Fonte: Tribunais / Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.: DMFRI - NE



Quadro 133 - Total de Reclusos Condenados* e Reclusos Condenados* ao Abrigo da Lei da Drogas, segundo o Ano
Situação a 31/12 de cada ano

Reclusos \ Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total de Reclusos Condenados	8 917	9 422	9 699	10 143	9 973	9 610	9 715	9 260	8 699
Reclusos Condenados ao Abrigo da Lei da Drogas	3 829	3 930	3 967	3 558	2 927	2 669	2 650	2 524	1 849

* Não inclui inimputáveis internados em Clínicas e Hospitais Psiquiátricos não Prisionais.

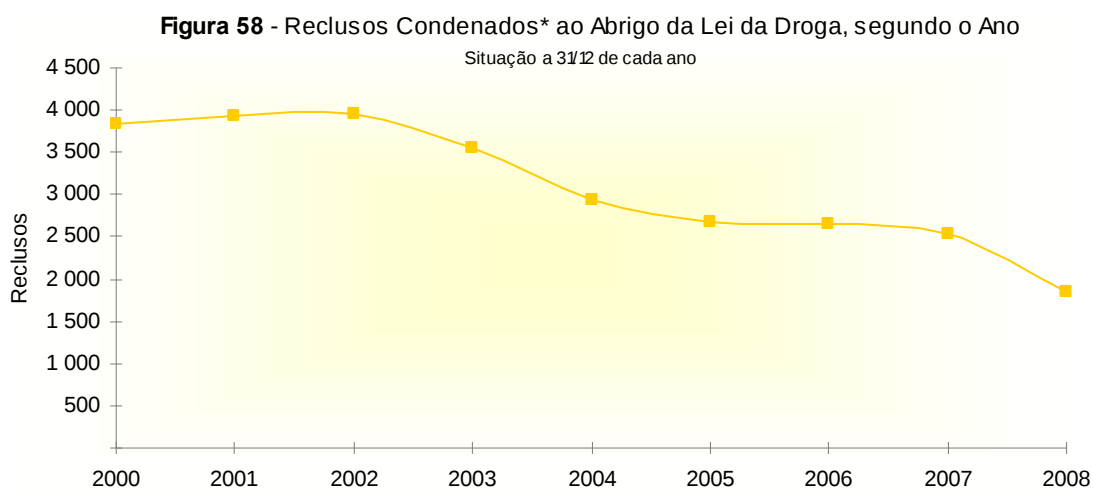
Fonte: Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

Quadro 134 - Reclusos Condenados* ao Abrigo da Lei da Drogas, segundo o Ano, por Tipo de Crime
Situação a 31/12 de cada ano

Tipo de Crime \ Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total	3 829	3 930	3 967	3 558	2 927	2 669	2 650	2 524	1 849
Tráfico	3 387	3 414	3 653	3 197	2 601	2 400	2 390	2 284	1 650
Associação Criminosa	63	73	86	72	4	4	4	4	1
Tráfico de Menor Gravidade	197	235	151	183	221	192	188	175	163
Precursores	6	11	1	1	..	..	..	..	..
Tráfico-Consumo	121	172	75	92	82	57	53	48	34
Consumo	25	10	..	..	..	..	..	..	..
Outro	30	15	1	13	19	16	15	13	1

* Não inclui inimputáveis internados em Clínicas e Hospitais Psiquiátricos não Prisionais.

Fonte: Direcção-Geral dos Serviços Prisionais



* Não inclui inimputáveis internados em Clínicas e Hospitais Psiquiátricos não Prisionais.

Fonte: Quadro 134

Quadro 135 - Reclusos Condenados* ao Abrigo da Lei da Droga, segundo o Sexo e Grupo Etário, por Tipo de Crime** e Nacionalidade

Situação em 31/12/2008

Grupo Etário/Sexo	Tipo de Crime/ /Nacionalidade																							
	Total			Tráfico			Associação			Tráfico de Menor			Precusores			Tráfico-Consumo			Consumo ^{a)}			Outro		
							Criminosa			Gravidade														
Total	Total	Nac.	Estr.	Total	Nac.	Estr.	Total	Nac.	Estr.	Total	Nac.	Estr.	Total	Nac.	Estr.	Total	Nac.	Estr.	Total	Nac.	Estr.	Total	Nac.	Estr.
Situação em 31/12/2007	2 524	1 743	781	2 284	1 529	755	4	4	..	175	155	20	..	..	..	48	44	4	..	..	..	13	11	2
Total																								
Situação em 31/12/2008	1 849	1 252	597	1 650	1 084	566	1	1	..	163	136	27	..	..	..	34	30	4	..	..	..	1	1	..
Masculino	1 599	1 098	501	1 421	947	474	1	1	..	147	124	23	..	..	..	29	25	4	..	..	..	1	1	..
Feminino	250	154	96	229	137	92	..	..	..	16	12	4	..	..	..	5	5	..	..	..	..	..	..	..
16-20 anos	13	6	7	12	5	7	..	..	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Masculino	11	6	5	10	5	5	..	..	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Feminino	2	..	2	2	..	2	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
21-24 anos	82	52	30	71	41	30	..	..	..	9	9	..	..	..	..	2	2	..	..	..	..	..	..	..
Masculino	69	48	21	59	38	21	..	..	..	9	9	..	..	..	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..
Feminino	13	4	9	12	3	9	..	..	..	..	..	..	..	..	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..
25-29 anos	294	192	102	255	159	96	..	..	..	33	28	5	..	..	..	6	5	1	..	..	..	..	..	..
Masculino	258	175	83	222	145	77	..	..	..	31	26	5	..	..	..	5	4	1	..	..	..	..	..	..
Feminino	36	17	19	33	14	19	..	..	..	2	2	..	..	..	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..
30-39 anos	684	446	238	608	383	225	..	..	..	64	51	13	..	..	..	11	11	..	..	..	..	1	1	..
Masculino	589	387	202	523	332	191	..	..	..	55	44	11	..	..	..	10	10	..	..	..	..	1	1	..
Feminino	95	59	36	85	51	34	..	..	..	9	7	2	..	..	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..
40-49 anos	522	364	158	473	322	151	1	1	..	37	32	5	..	..	..	11	9	2	..	..	..	..	..	..
Masculino	455	317	138	410	278	132	1	1	..	34	30	4	..	..	..	10	8	2	..	..	..	..	..	..
Feminino	67	47	20	63	44	19	..	..	..	3	2	1	..	..	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..
50-59 anos	206	158	48	184	141	43	..	..	..	18	14	4	..	..	..	4	3	1	..	..	..	..	..	..
Masculino	177	137	40	158	122	36	..	..	..	16	13	3	..	..	..	3	2	1	..	..	..	..	..	..
Feminino	29	21	8	26	19	7	..	..	..	2	1	1	..	..	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..
≥ 60 anos	48	34	14	47	33	14	..	..	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Masculino	40	28	12	39	27	12	..	..	..	1	1	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..
Feminino	8	6	2	8	6	2	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..	..

* Não inclui inimputáveis internados em Clínicas e Hospitais Psiquiátricos não Prisionais.

** Os dados referem-se apenas aos crimes principais cometidos pelos reclusos condenados.

a) A situação do cultivo prevista no art.º 40.º do D.L. n.º 15/93, de 22 de Janeiro, continua a ser considerada crime.

Fonte: Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

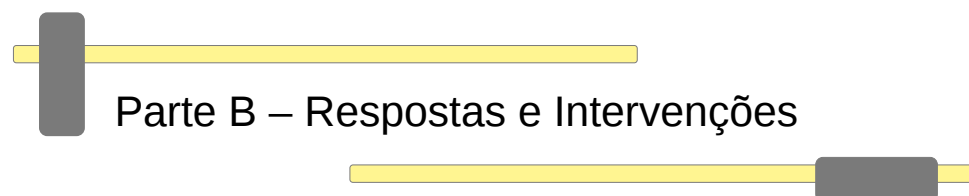
Quadro 136 - Reclusos Condenados* ao Abrigo da Lei da Droga, segundo o Ano, por Sexo e Grupo Etário

Situação a 31/12 de cada ano

Grupo Etário/Sexo	Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total		3 829	3 930	3 967	3 558	2 927	2 669	2 650	2 524	1 849
Masculino		3 262	3 424	3 496	3 144	2 525	2 308	2 276	2 178	1 599
Feminino		567	506	471	414	402	361	374	346	250
16-20 anos		100	131	107	85	25	13	14	13	13
Masculino		94	126	105	77	22	10	10	10	11
Feminino		6	5	2	8	3	3	4	3	2
21-24 anos		361	329	358	260	208	168	166	161	82
Masculino		321	282	313	240	185	142	139	135	69
Feminino		40	47	45	20	23	26	27	26	13
25-29 anos		739	764	743	647	521	472	474	449	294
Masculino		625	684	657	573	449	413	412	392	258
Feminino		114	80	86	74	72	59	62	57	36
30-39 anos		1 546	1 599	1 543	1 354	1 103	1 015	1 015	960	684
Masculino		1 335	1 423	1 389	1 212	966	890	889	844	589
Feminino		211	176	154	142	137	125	126	116	95
40-49 anos		823	847	935	946	775	717	704	673	522
Masculino		700	720	817	831	667	618	600	578	455
Feminino		123	127	118	115	108	99	104	95	67
50-59 anos		210	206	214	207	230	223	215	210	206
Masculino		151	150	170	168	186	185	176	172	177
Feminino		59	56	44	39	44	38	39	38	29
≥ 60 anos		50	54	67	59	65	61	62	58	48
Masculino		36	39	45	43	50	50	50	47	40
Feminino		14	15	22	16	15	11	12	11	8

* Não inclui inimputáveis internados em Clínicas e Hospitais Psiquiátricos não Prisionais.

Fonte: Direcção-Geral dos Serviços Prisionais



Parte B – Respostas e Intervenções

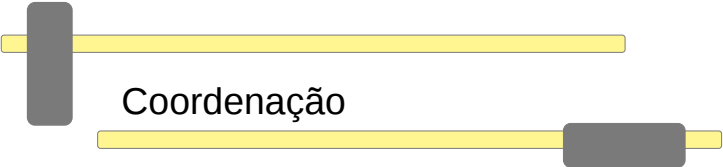
ÁREAS TRANSVERSAIS

Coordenação

Cooperação Internacional

Informação, Investigação, Formação e Avaliação

Reordenamento Jurídico



Coordenação

Resultado a atingir

Assegurar a efectiva implementação das estruturas de coordenação do combate à droga e à toxicodependência.

Objectivo

1. Coordenar as acções de todos os organismos com competências de intervenção na área das drogas e das toxicodependências

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
1.1. Criação e apoio efectivo das Subcomissões da CTCICDT	2006-2008	Coordenador Nacional	N.º de Reuniões da CTCICDT; N.º de Reuniões das Subcomissões .	IDT, I.P. em parceria com DGS, DGSP, IDP, I.P., IPJ, I.P., DGAIEC, SEF, PJ-DCITE-LPC, PSP, GNR, DGAC, DGAM, IRS, ISS, I.P., IEPF, DGPRM, INFARMED, SIS, ACS, DGEDC, DJIDC, IRHV, I.P., DGPE, DGPJ, DGPSFAAP, AACT, ACS, CNIVIH/SIDA, EMA, EMFA, PGR, DGAP, CES, CTCICDT, CNCDT – Com objectivo de promover o acompanhamento e avaliação do Plano de Acção Contra as Drogas e as Toxicodependências Horizonte 2008, foram realizadas 36 reuniões de acompanhamento das Subcomissões e avaliação e foram apresentados 10 relatórios pelas Subcomissões; Preparada uma proposta do Plano de Acção sobre as Dependências Horizonte 2012, sendo as grelhas sectoriais deste apresentadas em Dezembro, perspectivando-se a sua consolidação em 2009; Realizaram-se 5 reuniões da CTCICDT¹ e 12 reuniões das Subcomissões; Preparada uma proposta do Plano Nacional de Alcoologia.

¹ O Presidente do IDT, I.P., é por inerência o Coordenador Nacional do Combate à Droga e à Toxicodependência.

Objectivo**2. Reforçar a participação da sociedade civil**

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
2.1. Assegurar participação da sociedade civil nas acções e iniciativas contra as drogas e as toxicodependências	2006-2008	Coordenador Nacional	N.º de reuniões do CNCDT; N.º de iniciativas participadas por representantes da sociedade civil.	Realizadas 2 reuniões do CNCDT; Asseguradas mais de 12 participações de representantes de instituições que integram o CNCDT em diversas iniciativas; IDT, I.P. em parceria com Conselho Nacional e outras instituições públicas e privadas – Assegurada a participação da sociedade civil em 2 iniciativas contra as drogas e as toxicodependências; IDT, I.P. – Realizadas 5 vistorias de licenciamento, sendo 23 o número de unidades inspeccionadas e 49 o número de convenções actualizadas; Criados 3 interlocutores regionais para o apoio às acções de fiscalização.

Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.

No desempenho das tarefas de coordenação e execução do Plano Nacional Contra as Drogas e Toxicodependências (PNCDT), tendo em vista a *coordenação de todos os organismos com competências de intervenção na área das drogas e das toxicodependências* [objectivo operacional 1], o ano de 2008 foi marcado pelo acompanhamento e **avaliação do Plano de Acção Contra as Drogas e as Toxicodependências – Horizonte 2008 (PAH 2008)²** e a **preparação do Plano de Acção para o ciclo estratégico seguinte, 2009-2012**, tendo o IDT, I.P., promovido esse processo, na sua função de assessoria ao Coordenador Nacional do Combate à Droga e à Toxicodependência (CNCDT).

A fim de garantir uma avaliação do processo, dos resultados e do impacto nas áreas possíveis, a Resolução de Conselho de Ministros n.º 115/2006, prevê que o Plano Nacional seja avaliado a nível interno e externo, de forma a assegurar que essa avaliação seja o mais completa e global possível.

De acordo com a referida Resolução de Conselho de Ministros, a avaliação deve constituir um processo de monitorização e *feedback* constante, garantindo em simultâneo com a sua implementação, a permanente adequação à realidade no terreno e aos constrangimentos e disponibilidades no âmbito dos recursos humanos e financeiros. Nesse contexto, a avaliação deve reger-se por princípios de continuidade, exequibilidade e participação, baseando-se nos pontos constantes no PAH 2008.

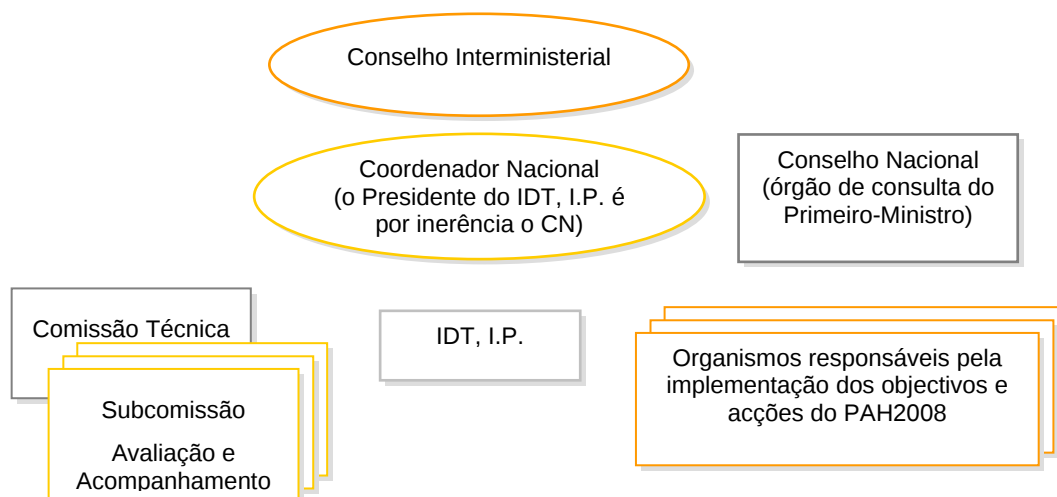
Para efeito da avaliação interna, a **Comissão Técnica Interministerial criou dez Subcomissões temáticas**, especializadas nas áreas transversais e de missão, que operacionalizaram a execução e monitorização do Plano a par da **Subcomissão de Avaliação e Acompanhamento do Plano Nacional e do Plano de Acção**, expressamente prevista na Resolução de Conselho de Ministros n.º 115/2006 e presidida pelo Coordenador Nacional, que supervisionou esta tarefa e garantiu a articulação com a Comissão Técnica.

O acompanhamento e a avaliação interna decorreu, assim, em sede das **11 Subcomissões**, com **13 coordenadores**, que reuniram um total de **88 representantes de entidades públicas³**, com responsabilidade na implementação do Plano de Acção.

² Aprovado em 2006 pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 115/2006.

³ Trabalho em parceria com ACS, ACT, AMN, CNIVIH/SIDA, DGAE, DGAIEC, DGIDC, DGES, DGPRM, DGPE, DGPI, DGPSFAAP, DGRS, DGS, DGSS, DGSP, EMA, EMFA, GNR, IDP, I.P., IEPF, I.P., INFARMED, IHRU, I.P., IPJ, I.P., ISS, I.P., PJ-DCITE, PJ-LPC, PGR, PSP, SEF, SIED, SIS, CES representado por CIP, UGT E CGTP-IN e MAI representado pela Governadora Civil de Faro.

Figura 59 - Esquema de Funcionamento das Subcomissões
(e sua integração na Estrutura de Coordenação de Luta Contra a Droga)



Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

A metodologia de avaliação interna, aprovada pela Comissão Técnica, contempla avaliação de processo, de resultados e de impacto, a elaboração de uma análise SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*) e o preenchimento de um questionário de avaliação geral. A avaliação debruçou-se ainda sobre os encargos financeiros do PAH 2008.

Quadro 137 - Metodologia de Avaliação do Plano de Acção – Horizonte 2008

Período de avaliação	1 de Outubro de 2006 a 30 de Junho de 2008
Avaliação de Processo:	Elaborada a partir da avaliação das 246 Acções (Executadas, Parcialmente Executadas, Não Executadas e Não Consideradas) inscritas no PAH2008 com base nas grelhas de avaliação sectorial elaboradas em sede de cada uma das Subcomissões.
Avaliação de Resultados:	Elaborada com base na análise dos resultados a atingir, determinados para as Áreas Transversais de Missão e para cada um dos respectivos eixos e vectores.
Avaliação de Impacto:	Avaliação de impacto do Plano de Acção – Horizonte 2008 com base no balanço de 2004 e 2007 de indicadores seleccionados.
Análise SWOT	Agregação das análises SWOT feitas em cada Subcomissão
Questionário de Avaliação Geral	
Comparação dos Encargos Financeiros Previstos e Executados	
Conclusões e Recomendações	

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

Em 2008, as Subcomissões prosseguiram o trabalho de monitorização e avaliação interna em paralelo com a elaboração do Plano de Acção para 2009-2012. A articulação entre entidades responsáveis, directa e indirectamente, pela implementação do PAH 2008 e as sinergias resultantes desse modelo de monitorização e acompanhamento constituíram um impulso para a concretização dos resultados a atingir, com efeitos directos no incremento das acções executadas.

As reestruturações internas dos organismos que integram as Subcomissões tiveram como consequência uma elevada rotatividade dos respectivos representantes, reflectindo-se no número das reuniões programadas, não obstante, o trabalho ter prosseguido com reuniões parciais e com recurso às novas tecnologias de comunicação.

A Subcomissão de Acompanhamento e Avaliação do PN e PAH 2008, presidida pelo Coordenador Nacional, o Presidente do IDT, I.P. e composta pelos Coordenadores das Subcomissões, acompanhou os trabalhos em articulação com a Comissão Técnica, que aprovou os relatórios intercalares e o relatório de avaliação. A avaliação foi coordenada pela Assessoria do Conselho Directivo.

O Relatório da Avaliação Interna do PAH 2008, cuja versão preliminar foi apresentada à Comissão Técnica e ao Conselho Nacional, em Dezembro de 2008, concluiu que o modelo de coordenação seguido permitiu a articulação entre entidades responsáveis pela implementação do Plano de Acção, a agilização dos objectivos e das acções elencadas e a efectiva execução de acções no decurso do último ano de aplicação.

Das 246 acções previstas nos 19 objectivos do PAH 2008, uma percentagem superior a 85% foi considerada “Executada” e 4 foram avaliadas com “Não Consideradas”, por se entender que a sua execução deixou de ser relevante.

Por motivos operacionais, o relatório de avaliação não ficou concluído em 2008. Em paralelo, a Comissão Técnica recomendou, sob proposta do Coordenador Nacional, que o relatório de avaliação incluísse uma comparação da situação em 2004 e 2007 relativamente a um conjunto de indicadores, dado ser impossível elaborar uma avaliação de impacto conforme a metodologia aprovada.

No que respeita à proposta do Plano de Acção 2009-2012 a Comissão Técnica recomendou que o Plano deveria incluir a remodelação do modelo de coordenação, com vista à optimização do trabalho das subcomissões, e medidas de articulação com as Regiões Autónomas e com os Municípios.

Em termos formais, o Conselho Nacional formulou o Parecer previsto no Decreto-Lei n.º 1/2003, sobre o Relatório de Avaliação Interna do PAH 2008 e sobre a proposta do Plano de Acção até 2012.

De referir, em 2008, a conclusão do Estudo⁴ sobre a definição do **modelo a implementar na prestação de cuidados de saúde primários e de cuidados continuados de saúde à população prisional** (Estabelecimentos Prisionais e exterior).

De referir, ainda, no que respeita ao licenciamento e fiscalização das unidades privadas que foram realizadas cinco vistorias de licenciamento, sendo 23 o número de unidades inspeccionadas e 49 o número de convenções actualizadas.

⁴ Em parceria com DGSP, MS/DGS, MJ.

Cooperação Internacional

Resultado a atingir

Aumentar a capacidade de influenciar as decisões tomadas nas várias instâncias internacionais e regionais de cooperação, melhorando assim a eficácia da intervenção nacional.

Objectivo

3. Criar condições que favoreçam a convergência de posições entre os diferentes Ministérios/Serviços com responsabilidades de intervenção na área das drogas e das toxicodependências

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
3.2. Promoção de reuniões regulares entre os diferentes Ministérios/Serviços de modo a permitir uma acção articulada na defesa das posições nacionais	Reuniões mensais	IDT	N.º de reuniões realizadas.	IDT, I.P. – Realizadas 3 reuniões entre os diferentes Ministérios/Serviços para acção articulada na defesa da posição nacional.

Objectivo

4. Centralizar a informação sobre os projectos na área da droga e toxicodependência

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação / Indicador	Execução em 2008
4.2. Actualização da informação da base de dados	2006-2008	IDT	N.º de actualizações por ano.	IDT, I.P. – Realizada a actualização anual.

Resultado a atingir

Fortalecer a participação de Portugal nos fora internacionais que abordam o fenómeno das drogas

Objectivo

5. Fortalecer a participação portuguesa na construção da política europeia sobre drogas, contribuindo activamente para a execução dos Planos de Acção da UE na área da Droga e das Toxicodependências

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
5.1. Participação nas reuniões dos Grupos de Trabalho do Conselho que abordam a problemática das drogas	2006-2008	Ministérios e Serviços com competência em matéria de drogas	N.º de presenças.	IDT, I.P. – Participação em todas as reuniões do GHD. DT, I.P./MNE/PJ – Presenças nas reuniões do GHD da UE – 36; DGAE - Representação em 6 ocasiões nas reuniões do Comité do art. 36º do Tratado da União Europeia.

Objectivo

5. Fortalecer a participação portuguesa na construção da política europeia sobre drogas, contribuindo activamente para a execução dos Planos de Acção da UE na área da Droga e das Toxicodependências

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
				DGPJ – Acompanhamento das reuniões do Grupo de Direito Penal Material, do Grupo Multidisciplinar sobre Criminalidade Organizada, do Grupo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal e do Grupo de Trabalho do Terrorismo.
5.2. Participação no Grupo de Trabalho criado pela Comissão Europeia para a avaliação do Plano de Acção da UE 2005-2008	2006-2008	IDT	N.º de presenças.	IDT, I.P. – Presença nas 2 reuniões do Grupo de trabalho criado pela Comissão Europeia para avaliação do Plano de Acção da UE 2005-2008.
5.4. Participação nas reuniões de Coordenadores Nacionais de Droga	2006-2008	IDT	N.º de presenças.	IDT, I.P. – Presenças nas reuniões dos Coordenadores Nacionais da Droga – 2.
5.5. Participação nos diversos <i>fora</i> de troca de informação	2006-2008	PJ, SIED e SIS	N.º de presenças.	PJ/UNCTE – Participação nos diversos <i>fora</i> de troca de informação. SIS – Participação em <i>fora</i> internacionais especializados (UE, ONU); Reuniões bilaterais e multilaterais com Serviços Congéneres; Reforço dos mecanismos internacionais de cooperação; Caracterização dos fenómenos e suas tendências a nível global; Identificação de estratégias e mecanismos de combate; Suporte técnico ao decisor político e a instituições nacionais e internacionais especializadas; Identificação das vulnerabilidades da UE no quadro do combate ao tráfico de estupefacientes, nomeadamente ao nível securitário; Suporte e promoção da realização de seminários internacionais.

Objectivo

6. Promover a presença de Portugal nos *fora* internacionais, designadamente no contexto das Nações Unidas e da OMS, assegurando o cumprimento dos compromissos assumidos

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
6.1. Participação nas reuniões da Comissão de Estupefacientes das Nações Unidas	2006-2008	IDT	N.º de presenças.	IDT, I.P./PJ/MNE – 3 presenças na reunião anual da Comissão de Estupefacientes.
6.2. Dar resposta ao questionário anual da Comissão de Estupefacientes das Nações Unidas	2006-2008	IDT	Resposta enviada no prazo estabelecido.	IDT, I.P./MNE/DGPJ/PJ/INFARMED/DGE/PGR – Resposta ao questionário enviada no prazo estabelecido (30 Junho).
6.4. Dar resposta aos pedidos de esclarecimento do OICE	2006-2008	IDT	N.º de respostas enviadas; N.º de respostas solicitadas.	IDT, I.P. – Resposta a todos os pedidos de esclarecimento do OICE.

Objectivo

6. Promover a presença de Portugal nos *fora* internacionais, designadamente no contexto das Nações Unidas e da OMS, assegurando o cumprimento dos compromissos assumidos

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
6.5. Participação nas reuniões da HONLEA	2006-2008	PJ	N.º de presenças.	PJ/UNCTE - Participação numa reunião da HONLEA.
6.6. Dar resposta aos questionários da HONLEA	2006-2008	PJ	Resposta enviada no prazo estabelecido.	PJ/UNCTE - Cumprimento a todas as solicitações efectuadas pela HONLEA.
6.7. Acompanhamento e coordenação a nível nacional do processo de avaliação previsto pela Declaração Política da Sessão Especial da Assembleia-Geral das Nações Unidas sobre Droga de 1998	2006-2008	IDT	N.º de presenças; N.º de iniciativas.	IDT, I.P. – Assegurada a presença em todas as iniciativas, neste âmbito.

Objectivo

7. Reforçar a participação no Grupo Pompidou do Conselho da Europa

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
7.2. Participação nas reuniões de Correspondentes Permanentes	2006-2008	IDT	N.º de presenças.	IDT, I.P. – Presenças nas reuniões de Correspondentes Permanentes - 2.
7.3. Manter o nível e qualidade da participação nas Plataformas e Grupos de Trabalho	2006-2008	IDT, DGAIEC, PJ	N.º de presenças.	IDT, I.P./MNE/INML, I.P./DGAIEC/SEF/PSP/ GNR/DGV/PJ-UNCTE/INAC/CSM/IFTE-FMUC/FPCEUP/FMH-UTL e 3 peritos – Assegurado o cumprimento deste objectivo através da presença nas reuniões programadas do Grupo Pompidou e através dos contributos para as diferentes actividades (relatórios de boas práticas e implementação da política nacional e estudos que serão incorporados em publicações do Conselho da Europa); reforço da participação de Portugal na actividade transversal MedNet, participando pela primeira vez numa reunião do mecanismo realizada em Argel; Assegurada 1 presença na Plataforma Prevenção, 2 na Plataforma Investigação, 2 na Plataforma Aeroportos, 2 na Plataforma Ética, 4 na Plataforma Tratamento e 10 na Coordenação do trabalho dos peritos portugueses nas plataformas do Grupo Pompidou. PJ – Presente em diversas reuniões de coordenação ao nível nacional e forneceu diversa informação, designadamente sobre apreensões e entregas controladas; DGAIEC – Participação na reunião Plenária Anual da Plataforma Aeroportos.

Objectivo

8. Assegurar a plena cooperação/colaboração com organismos comunitários (EUROPOL e Eurojust) e internacionais (designadamente a Interpol e a OMA), de forma a responder aos compromissos assumidos a nível internacional, nomeadamente através da execução de acções operacionais, da assistência mútua administrativa e da regular troca de informações

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
8.1. Troca de informações com congéneres estrangeiras e com organizações internacionais, no respeito estrito das competências de cada uma das instâncias envolvidas	2006-2008	PJ, DGAIEC, SIED e SIS	N.º de informações enviadas; N.º de informações solicitadas.	PJ – Participação em vários ficheiros de análise da EUROPOL e projectos de intercâmbio de informação; Enviada regularmente para a EUROPOL informação sobre investigações em curso em Portugal; Sempre que são detidos cidadãos estrangeiros em Portugal ou sempre que se justifique, é enviada informação para a OIPC (Interpol). DGAIEC – Regular troca de informações com outras Alfândegas de Estados Membros da UE e países terceiros. SIS – Troca regular de informações com Serviços Congéneres; Elaboração de Relatórios/pontos de situação; Realização de contributos para análises realizadas no quadro das actividades de Organizações Internacionais.
8.2. Participação em reuniões / seminários organizados pela EUROPOL e OMA	2006-2008	PJ e DGAIEC	N.º de presenças.	PJ – Participação frequente em reuniões da EUROPOL, participação essa muitas vezes assegurada pelos 2 Oficiais de Ligação colocados em permanência junto do referido organismo europeu. DGAIEC – Participação na reunião anual dos correspondentes OMA/RILO; Presença na 27ª Sessão do Comité da Luta Antifraude da OMA com a presença de todos os 174 membros; Presença na Reunião dos Chefes de Serviço de Informações e Investigação das Alfândegas Europeias (55 membros).
8.3. Participação em Operações Internacionais Conjuntas no âmbito das competências específicas de cada uma das instâncias responsáveis envolvidas	2006-2008	PJ e DGAIEC	N.º de participações; N.º de operações.	PJ – Destaca-se a participação com o MAOC-N, com a Brigada Central de Estupefacientes das <i>Unidades de Drogas Y Crimen Organizado</i> (UDYCO) da <i>Dirección General de la Policía</i> de Espanha, com o <i>Cuerpo Nacional de Policía</i> Espanhol, com a entidade norte-americana <i>Drug Enforcement Administration</i> (DEA), com a Agência Tributária Espanhola e com a Guarda Civil de Espanha. DGAIEC – Participação em 3 Operações Aduaneiras Conjuntas, 2 organizadas pela OMA e pela Interpol e 1 com o apoio da OMA.

Objectivo

9. Adoptar estratégias e medidas que contribuam para o reforço do papel da EUROPOL no combate ao tráfico internacional e organizado de estupefacientes

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
9.1. Continuação da participação nos vários projectos da EUROPOL, devendo assegurar-se melhores níveis de intercâmbio de informação bem como um melhor aproveitamento, por parte de Portugal, de todas as potencialidades da EUROPOL	2006-2008	PJ	Relatórios anuais da Unidade Nacional EUROPOL e da PJ/DCITE.	PJ – Mantém com assiduidade ligação com os ficheiros de análise, em especial para o <i>AWF Cola</i> ; <i>AWF Heroin</i> e <i>AWF Synergy</i> . Quando pertinente, designadamente em reuniões de trabalho, é sempre feita especial referência à utilidade do envio de informação para a EUROPOL, especialmente quando estejam em causa investigações de âmbito transnacional.

Objectivo

10. Assegurar o cumprimento das obrigações do Estado português junto do OEDT, actuando como interlocutor privilegiado enquanto país anfitrião desta Agência Europeia e participando nas suas actividades e programas

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
10.1. Promover a articulação entre o OEDT e o Estado português	2006-2008	IDT, MNE	N.º de contactos; N.º de solicitações de apoio.	IDT, I.P. – Foram dadas respostas a todas as solicitações do OEDT.
10.2. Implementar os Acordos anuais de Subvenção Reitox em curso	2006-2008	IDT	Relatórios anuais de implementação e <i>feed-back</i> ; N.º de tarefas cumpridas; N.º de tarefas solicitadas.	IDT, I.P. – Realizados 3 relatórios anuais de implementação e <i>feed-back</i> ; Apresentados dados actualizados em 5 indicadores - chave; Cumpridas todas as tarefas obrigatórias solicitadas.

Resultado a atingir

Desenvolver as relações de cooperação em matéria de luta contra a droga, no âmbito dos mecanismos multilaterais e bilaterais existentes

Objectivo

11. Promover o desenvolvimento da cooperação com as estruturas da redução da procura de outros países, nomeadamente da UE, permitindo um maior conhecimento sobre as soluções ensaiadas

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
11.1. Promover o intercâmbio de experiências e de técnicos	2006-2008	IDT	N.º de intercâmbios/Ano.	IDT, I.P. – Promovidos 2 intercâmbios.
11.2. Facilitar a mobilidade de toxicod dependentes em tratamento	2006-2008	IDT	N.º de encaminhamentos feitos; N.º de encaminhamentos solicitados.	IDT, I.P. – Realizados todos os encaminhamentos solicitados.

Objectivo

11. Promover o desenvolvimento da cooperação com as estruturas da redução da procura de outros países, nomeadamente da UE, permitindo um maior conhecimento sobre as soluções ensaiadas

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
11.4. Desenvolver, de forma articulada, a participação em projectos de intervenção transfronteiriços	Até 2007	IDT	Nº de projectos; Nº de parcerias.	IDT, I.P. – Participação em 4 projectos de intervenção transfronteiriços.

Objectivo

12. Reforçar as relações de colaboração/cooperação com os PALOP, promovendo o desenvolvimento de uma política no âmbito da luta contra a droga e a toxicodependência, designadamente no quadro da CPLP

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
12.2. Promover a ratificação e entrada em vigor do Acordo CPLP sobre Drogas	2006-2008	IDT e MNE	Entrada em vigor do acordo.	IDT, I.P. – Implementadas 4 das recomendações contidas na Acta Final do I Encontro de Responsáveis Nacionais pela Luta contra a Droga e a Toxicodependência dos Países de Língua Portuguesa.
12.3. Promover o intercâmbio de informação tirando partido dos canais já existentes	2006-2008	PJ, SIED e SIS	Não quantificável.	PJ – Estreita cooperação com a PJ de Cabo Verde ao nível da troca de informação, encontrando-se colocado em Cabo Verde um funcionário de investigação criminal da PJ com funções de assessoria à congénere local; No âmbito do Protocolo de Cooperação assinado em Outubro de 2006, foram desenvolvidos esforços no sentido de se proceder ao intercâmbio de informação com a PJ da Guiné-Bissau; Encontram-se colocados na Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, funcionários de investigação criminal da PJ portuguesa, com funções de assessoria às direcções da PJ daqueles países. SIS – Participação em fora específicos da CPLP e manutenção de contactos bilaterais com os serviços de Informações e Forças de Segurança destes países; Formação aos PALOP.

Objectivo

13. Organizar e executar acções e assegurar a participação activa nas actividades de controlo da fronteira externa comunitária, no controlo de mercadorias e meios de transporte, a nível operacional e na troca de informações, quer sob os auspícios do Grupo de Cooperação Aduaneira do Conselho da UE, quer de qualquer administração aduaneira

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
13.2. Participação em Operações Internacionais Conjuntas, Regionais ou não, no âmbito das competências específicas de cada uma das instâncias envolvidas	2006-2008	PJ e DGAIEC	N.º de operações participadas; N.º de operações organizadas.	DGAIEC – Participação em 4 Operações Aduaneiras Conjuntas, no âmbito do controlo da fronteira.

Objectivo

14. Desenvolver e participar em actividades de cooperação e intercâmbio com outros países da UE ao nível do controlo da fronteira externa da UE

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
14.1. Intercâmbio de funcionários com outros congéneres de países da UE, no âmbito de programas comunitários	2006-2008	PJ e DGAIEC	N.º de intercâmbios efectuados.	DGAIEC – Intercâmbio de 2 funcionários com a Administração Aduaneira Belga, ao abrigo do programa comunitário ALFÂNDEGAS 2013.
14.2. Identificação das vulnerabilidades e determinação de uma estratégia de reforço das fronteiras externas comunitárias	2006-2008	SIED e SIS	Relatório de identificação.	SIS – Elaboração de documentos sobre a temática, destinados à tutela e à troca de informação com serviços congéneres; Determinação de factores de risco e de quadros de ameaça relativos à instrumentalização das vulnerabilidades das fronteiras externas da UE, por parte das redes internacionais de narcotráfico.

Objectivo

15. Desenvolver e participar em actividades de cooperação e intercâmbio com outros países da UE e países terceiros ao nível do controlo da importação, exportação e trânsito de precursores

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
15.2. Participação, juntamente com outros países da UE, em projectos de troca de informação bem como em projectos operacionais sobre o controlo da circulação de precursores	2006-2008	PJ e DGAIEC	Relatórios anuais da PJ e relatórios dos projectos específicos.	PJ – Participação no Projecto <i>Synergy</i> da EUROPOL, destinado a combater a produção e tráfico de drogas sintéticas e seus precursores. DGAIEC – Regular troca de informações com outras Alfândegas de Estados Membros da UE e países terceiros, relativo a precursores.
15.3. Avaliação da ameaça decorrente do tráfico de precursores: identificação dos principais agentes dessa ameaça e medidas de combate à sua proliferação	2006-2008	PJ, SIED e SIS	Não quantificável.	PJ – Acompanhamento da situação com base na informação que vai sendo recolhida e depois tratada na Secção Central de Informação Criminal da UNCTE.

Objectivo

19. Consolidar e incrementar o intercâmbio de informações entre os diversos países da UE, utilizando recursos existentes ou a criar, no âmbito do controlo da fronteira externa da UE ao nível da segurança e da saúde pública

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
19.1. Regular troca de informações utilizando os sistemas informáticos existentes ou a criar	2006-2008	PJ e DGAIEC	N.º de mensagens trocadas.	PJ – Participação no MAOC-N, cuja sede foi instalada em Lisboa e nas reuniões preparatórias do Projecto CECLAD- M. DGAIEC – Regular troca de informações com outras Alfândegas de Estados Membros da UE e países terceiros, relativa

Objectivo

19. Consolidar e incrementar o intercâmbio de informações entre os diversos países da UE, utilizando recursos existentes ou a criar, no âmbito do controlo da fronteira externa da UE ao nível da segurança e da saúde pública

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
				a questões que envolvem a segurança e saúde pública no âmbito do controlo da fronteira externa.

Objectivo

20. Consolidar as relações de cooperação bilateral com Espanha, no âmbito dos Acordos Bilaterais existentes, quer no que respeita à redução da procura, em matéria de prevenção e tratamento, quer na redução da oferta, designadamente reforçando a cooperação policial

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
20.2. Desenvolvimento de parcerias técnico-científicas no âmbito da prevenção	2006-2008	IDT	N.º de parcerias desenvolvidas.	IDT, I.P. – Realizadas 2 parcerias.
20.3. Aumento / intensificação da troca de informações sobre indivíduos / organizações suspeitos de se dedicarem ao tráfico de estupefacientes em Portugal e Espanha	2006-2008	PJ	N.º de informações trocadas por ano.	PJ – Apesar de não ser possível quantificar o número de informações trocadas com as autoridades espanholas, pode-se afirmar que a relação de cooperação com estas, se encontra perfeitamente consolidada e activa.
20.4. Desenvolvimento / implementação de projectos e investigações conjuntas em matéria de combate ao tráfico de estupefacientes	2006-2008	PJ	N.º de projectos e investigações implementados por ano.	PJ/UNCTE – Sempre que se justificou, foram iniciadas investigações conjuntas sobre grupos ou indivíduos que desenvolvem as suas actividades ilícitas em Portugal e em Espanha.

Objectivo

21. Intensificar a cooperação policial com a Holanda, especialmente ao nível da troca de informação de carácter operacional, uma vez que é deste país que procede muita da heroína e do ecstasy que é consumido em Portugal

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
21.1. Desenvolvimento de projectos de intercâmbio de informação operacional	2006-2008	PJ	N.º de projectos e de acções desenvolvidas	PJ – Mantido a troca de informação e cooperação com as autoridades holandesas, em particular, através do seu oficial de ligação, destacado no MAOC-N.

Objectivo

22. Adoptar estratégias e medidas que contribuam para uma maior utilização do mecanismo das entregas controladas, nomeadamente com Espanha, Holanda, Cabo Verde, Brasil e Venezuela

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
22.1. Aumentar a rapidez e eficácia da circulação da	2006-2008	PJ, MP e DGAIEC	N.º de entregas controladas	PJ – Contabilizadas 25 entregas controladas, sendo que 15 tiveram por

Objectivo

22. Adoptar estratégias e medidas que contribuam para uma maior utilização do mecanismo das entregas controladas, nomeadamente com Espanha, Holanda, Cabo Verde, Brasil e Venezuela

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
informação quer internamente, designadamente entre a PJ a DGAIEC e o MP, quer entre Portugal e os outros países			efectuadas por ano.	destino Espanha , 7 África do Sul, 1 Moçambique, 1 Cabo Verde e 1 Portugal.
22.2. Celebração de acordos / protocolos específicos designadamente com Cabo Verde, Brasil e Venezuela	2006-2008	PJ	Entrada em vigor dos Acordos/ Protocolos.	PJ – Destaca-se o Acordo com a Venezuela, em matéria de cooperação para o tráfico de estupefacientes e branqueamento de capitais, entre o Ministério do Poder Popular para as Relações Internas e Justiça da República Bolivariana da Venezuela e o Ministério da Justiça Português.

Objectivo

23. Reforçar as relações de colaboração e cooperação com os países da América Latina e Caraíbas, no quadro dos Acordos Bilaterais existentes

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
23.1. Realização da 1. ^a reunião da Comissão Mista Portugal / Argentina prevista no respectivo Acordo de Cooperação	2006-2008	IDT	Realização da reunião.	IDT, I.P. – Assinado a 6 de Outubro de 2008 um Memorando de Entendimento entre o IDT, IP e o Ministério da Justiça Argentino, para operacionalizar o Acordo de Cooperação Bilateral.
23.2. Realização da 2. ^a reunião da Comissão Mista Portugal / Venezuela prevista no respectivo Acordo de Cooperação	2006-2008	IDT	Realização da reunião.	IDT, I.P. – Realizada a 2. ^a reunião da Comissão Mista Portugal/Venezuela prevista no respectivo Acordo de Cooperação.

Objectivo

24. Reforçar as relações com o Brasil

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
24.1. Implementação do Acordo Bilateral Portugal / Brasil através da criação de uma rede conjunta de investigadores	2006-2008	IDT	Implementação da rede.	IDT, I.P. – Implementação da grelha de indicadores do sistema de acompanhamento e avaliação.

Objectivo

25. Implementar medidas e acções tendentes a reforçar a cooperação policial com a Venezuela, na medida em que muita da cocaína que chega a Portugal, nomeadamente por via aérea é proveniente daquele país

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
25.1. Desenvolvimento de projectos e acções de intercâmbio de informação operacional	2006-2008	PJ	N.º de projectos e acções desenvolvidas.	PJ – Destacado em Caracas um Oficial de Ligação, tendo-se também estabelecido o Memorando de Entendimento, relativo à problemática do tráfico e branqueamento de capitais.

Objectivo

26. Promover a actualização dos Acordos Bilaterais vigentes, específicos de luta contra a droga

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
26.2. Identificar prioridades para actualização e implementação dos referidos Acordos	2006-2008	IDT, MNE	Relatório com identificação das prioridades.	IDT, I.P. – Dada a complexidade e morosidade do processo de actualização dos Acordos, julgou-se mais adequado promover a operacionalização de alguns Acordos considerados prioritários.

Objectivo

27. Reforçar a cooperação policial e entre Serviços de Informações com o Brasil e com os PALOP, em especial com Cabo Verde e com a Guiné-Bissau, designadamente ao nível de troca de informação estratégica e de carácter operacional, atenta a importância destes países nas rotas do tráfico internacional de estupefacientes

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
27.1. Desenvolvimento de projectos de intercâmbio de informação operacional	2006-2008	PJ	N.º de projectos desenvolvidos.	PJ – Presentes em alguns países da África Ocidental vários funcionários de investigação criminal, destacando-se a presença na Guiné-Bissau, Cabo Verde e no Senegal, no sentido de estreitar relações e colaborarem em acções de formação profissional. Relativamente ao Brasil, importa sublinhar as excelentes relações de cooperação policial, com profícua troca de informação.
27.2. Realização de estágios e acções de formação conjuntas tendo em vista a troca de informação nomeadamente ao nível de metodologias de trabalho	2006-2008	PJ	N.º de estágios e de acções desenvolvidas.	PJ – Efectuados vários cursos de formação em Portugal, no âmbito da CEPOL e no âmbito da cooperação que Portugal mantém com vários países de expressão oficial portuguesa, em particular com Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, tendo havido a participação de vários formadores da PJ em cursos de formação profissional, em particular em matéria de investigação criminal com incidência no tráfico de droga, desenvolvidos em Cabo Verde e na Guiné-Bissau.
27.3. Utilização dos canais já existentes para a maximização da troca de informações	2006-2008	SIED e SIS	Não quantificável.	SIS – Reforço do intercâmbio com estes países relativamente à temática; cooperação com entidades nacionais e estrangeiras visando o controle do fenómeno; Em curso a efectivação do processo de

Objectivo

27. Reforçar a cooperação policial e entre Serviços de Informações com o Brasil e com os PALOP, em especial com Cabo Verde e com a Guiné-Bissau, designadamente ao nível de troca de informação estratégica e de carácter operacional, atenta a importância destes países nas rotas do tráfico internacional de estupefacientes

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
				monitorização e avaliação das plataformas africanas do tráfico de estupefacientes com origem na América latina com destino à Europa.

Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

No sentido de promover a *criação de condições que favoreçam a convergência de posições entre os diferentes Ministérios/Serviços com responsabilidades de intervenção na área das drogas e das toxicodependências*. [objectivo operacional 3], o IDT, I.P. prosseguiu a sua acção, articulando as posições nacionais, nas várias instâncias internacionais.

O ano de 2008 foi marcado pela **avaliação das políticas em matéria de drogas**, quer ao nível das Nações Unidas e da União Europeia (EU), quer ao nível nacional.

Foram analisados pelas Nações Unidas, os progressos resultantes da aplicação das medidas e objectivos acordados na Sessão Especial da Assembleia-Geral das Nações Unidas (UNGASS)⁵, em Junho de 1998, salientando-se, em relatório apresentado pelo UNODC⁶, os progressos significativos obtidos nos últimos dez anos, referindo, no entanto, não terem sido atingidos totalmente os objectivos e metas constantes na Declaração Política adoptada em 1998, nalgumas áreas e regiões dos Estados Membros das Nações Unidas.

Após esta avaliação, seguiu-se um período de reflexão, com o objectivo de identificar os elementos que deverão orientar a futura política das Nações Unidas em matéria de drogas. Realizaram-se debates em grupos de trabalho especializados intergovernamentais e em reuniões Inter-Sessões da Comissão de Estupefacientes (CND)⁷ o que permitiu preparar um **Segmento específico de Alto Nível**, que em 2009, adoptou uma **Declaração Política** e um **Plano de Acção** com as medidas futuras a desenvolver, em matéria de controlo internacional das drogas.

O IDT, I.P. acompanhou estes trabalhos através do Grupo Horizontal Drogas (GHD) e em articulação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) e a Embaixada de Portugal em Viena e participou no referido Segmento de Alto Nível, que teve lugar em Março de 2009, em Viena.

A nível europeu foi feita a **avaliação do Plano de Acção da UE em matéria de Luta contra a Droga (2005-2008)** e a elaboração do **novo Plano de Acção para 2009-2012**, tendo este último sido aprovado pelo Conselho da UE em Dezembro de 2008⁸.

O IDT, I.P. integrou o Grupo de Trabalho criado pela Comissão Europeia para a avaliação do Plano e participou na elaboração do novo Plano, que foi discutido no âmbito do GHD, com base numa proposta apresentada pela Comissão Europeia.

O novo Plano baseia-se na abordagem da Estratégia da UE de Luta Contra a Droga para 2005-2012, que definiu o modelo europeu da política em matéria de drogas, assente numa abordagem equilibrada, destinada a reduzir, tanto a oferta como a procura de drogas, propondo um vasto conjunto de medidas para reforçar a cooperação a nível europeu.

⁵ UNGASS – *United Nations General Assembly Special Session*.

⁶ UNODC – *United Nations Office on Drugs and Crime*.

⁷ CND – *Commission on Narcotics Drugs*.

⁸ JOCE C326/7 de 20 de Dezembro de 2008.

Com o objectivo de *fortalecer a participação portuguesa na construção da política europeia sobre drogas, contribuindo activamente para a execução dos Planos de Acção da União Europeia em matéria de luta contra a droga* [objectivo operacional 5] foi concluído, no âmbito do GHD, o processo de negociação relativo aos procedimentos de cooperação e aos projectos prioritários com os países da América Latina e Caraíbas, processo esse que tinha sido iniciado sob Presidência Portuguesa, com base num documento de trabalho apresentado pela delegação portuguesa no GHD.

Tendo em vista *promover a presença de Portugal nos fora internacionais, designadamente no contexto das Nações Unidas, assegurando o cumprimento dos compromissos assumidos* [objectivo operacional 6], o IDT, I.P. em conjunto com o MNE, assegurou em nome da Presidência Eslovena da UE, no âmbito da Sessão Anual da Comissão de Estupefacientes, realizada no mês de Março, em Viena, a negociação e aprovação de uma Resolução sobre a África Ocidental, culminando assim um processo iniciado, também, durante a Presidência Portuguesa.

Salienta-se que o IDT, I.P., para *assegurar o cumprimento das obrigações do Estado português junto do OEDT, actuando como interlocutor privilegiado enquanto país anfitrião desta Agência Europeia e participando nas suas actividades e programas* [objectivo operacional 10] enviou ao OEDT dados actualizados para os 5 indicadores-chave (doenças infecciosas; mortes relacionadas com droga; tratamento; consumidores problemáticos de drogas e consumo de drogas na população geral e nos jovens).

Isto foi possível devido à divulgação, em 2008, dos resultados dos seguintes estudos: Balsa, C. (2007). *Inquérito nacional ao consumo de substâncias psico-activas na população portuguesa*; e Negreiros, J. (2008). *Estimativas da Prevalência de Consumidores Problemáticos de Drogas em Portugal – 2007*.

No que respeita ao *reforço das relações de colaboração/cooperação com os PALOP⁹, promovendo o desenvolvimento de uma política no âmbito da luta contra a droga e a toxicodependência, designadamente no quadro da CPLP¹⁰* [objectivo operacional 12], conseguiu-se o apoio financeiro do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD)¹¹ para a realização do Simpósio *Olhares Cruzados sobre a Droga II*¹², apoio esse que permitiu garantir a participação de representantes de Moçambique, da Guiné-Bissau e de São Tomé e Príncipe.

No âmbito do *reforço das relações de colaboração e cooperação com os países da América Latina e Caraíbas, no quadro dos Acordos Bilaterais existentes* [objectivo operacional 23], teve início o processo de negociação do Acordo Bilateral em matéria de drogas com a Colômbia, cuja condução e coordenação é da responsabilidade do MNE, tendo sido realizadas reuniões inter-ministeriais, nas quais o IDT, I.P. participou e que conduziram à definição de estratégias de negociação e à elaboração de um projecto de Acordo.

⁹ PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

¹⁰ CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

¹¹ IPAD - Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento.

¹² O Simpósio *Olhares Cruzados sobre a Droga II*, realizou-se de 23 a 25 de Outubro, em Sesimbra.

Ainda no quadro das relações bilaterais com a Colômbia, o IDT, I.P. organizou o encontro do Vice-Presidente da Colômbia¹³ com o Secretário de Estado da Saúde, em Outubro, no âmbito do qual se acordou que Portugal passaria a incluir, sempre que possível, nos programas de prevenção do consumo indevido de drogas, a educação e sensibilização social sobre os danos que provoca no meio ambiente a produção e o fabrico de drogas ilícitas.

O Vice-Presidente da Colômbia esteve acompanhado pelo Ministro peruano com a tutela das drogas, e na sequência dos contactos estabelecidos, está em curso a negociação de um Memorando de Entendimento entre a Comissão Nacional para o Desenvolvimento e Vida sem Drogas do Peru (DEVIDA) e o IDT, I.P.

No que respeita ao *reforço das relações com o Brasil e Implementação do Acordo Bilateral Portuga/Brasil através da criação de uma rede conjunta de investigadores* [objectivo operacional 24], foram desenvolvidas as 4 etapas previstas no Subprojecto II, cujo objectivo principal consiste no fomento de investigação e selecção de temáticas para financiamento.

O Subprojecto II constituiu uma etapa estratégica para a consolidação da Rede de Pesquisa sobre Drogas, pois fortaleceu a formação de recursos humanos e a pesquisa científica na área do álcool e drogas nas diferentes regiões brasileiras, possibilitando a optimização de recursos financeiros e, sobretudo, aumentando a produção científica nesta área.

Assim, na **Etapa 1** – Manutenção dos serviços da Rede de Pesquisa sobre Drogas - foi dada continuidade ao delinear do perfil dos membros da comunidade científica, através da identificação de investigadores e de linhas de investigação, tendo-se identificado 651 investigadores no Brasil.

Na **Etapa 2** – Manutenção das actividades do Conselho Técnico-Científico da Rede de Pesquisa sobre Drogas foram realizadas reuniões presenciais e virtuais com os membros do Conselho Técnico-Científico da Rede de Pesquisa para avaliação não só dos temas a serem objecto de financiamento como também dos projectos a serem financiados.

Na Etapa 3 – Selecção de Projectos de Pesquisa - iniciou-se o incentivo à investigação, por meio de editais, para o financiamento de projectos, a serem desenvolvidos em Instituições de Ensino Superior de diferentes regiões do Brasil e que terão como objecto: *ayahuasca*, *crack*, cocaína, solventes, merla e drogas sintéticas, nas áreas de prevenção, tratamento, reinserção social, redução de danos sociais em populações vulneráveis e também estudos clínicos e experimentais das acções psicofarmacológicas dessas substâncias¹⁴.

Na Etapa 4 – Concessão de bolsas de Mestrado e Doutorado no país - serão oferecidas 14 bolsas de estudo em nível de Mestrado e de Doutorado (sete para cada nível) a estudantes das regiões geográficas Norte, Nordeste e Centro-Oeste, onde se observou menos recursos financeiros para formação de recursos humanos e consequentemente a existência de poucos investigadores na temática álcool e drogas, sendo que este

¹³ Por ocasião desta visita do Vice-Presidente da Colômbia, foi exibida uma exposição sobre os esforços desenvolvidos por aquele país em matéria de luta contra as drogas, cuja organização esteve a cargo do MNE, em conjunto com o IDT, I.P.

¹⁴ A definição desse objecto levou em consideração dados epidemiológicos obtidos em estudos que evidenciaram mudanças nos padrões de consumo dessas substâncias e a consequente necessidade brasileira de aprofundar o conhecimento nessas temáticas.

financiamento visa assim também, descentralizar a produção científica e democratizar as oportunidades que, habitualmente, se situam na região sudeste do Brasil.

No que diz respeito ao **intercâmbio de experiências com organizações congêneres**, é de referir a visita ao IDT, I.P. das seguintes delegações: Presidente da Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau; Representantes do Ponto Focal Polaco; Presidente e Directora do Departamento de Prevenção e Tratamento do Instituto de Acção Social de Macau; Responsável máximo da Casa Branca para as políticas de combate à droga (Director do Gabinete Nacional para a Política de Controlo da Droga); Representantes do Serviço Social da Indústria do Brasil; Director do Serviço Federal para o Controlo das Drogas da Rússia; Estudantes e professores da Universidade de *Ghent*, Bélgica; Profissionais de um centro de dia de Oslo, Noruega; Técnico do Centro Europeu para a Prevenção e Controlo das Doenças; Delegação parlamentar alemã; e Delegação Argelina, chefiada pelo Director-Geral do Gabinete Nacional de Luta contra a Droga e a Toxicodependência.

Direcção Geral da Política Externa

A Direcção Geral de Política Externa - Direcção de Serviços das Organizações Políticas Internacionais (DGPE/SPM) acompanha as vertentes externas e multilaterais das questões ligadas à cooperação internacional, no quadro da luta contra a produção, tráfico e consumo de drogas ilícitas, acompanhando a problemática em sede da ONU¹⁵ (UNODC e INCB)¹⁶, do Grupo de Dublin e do Conselho da Europa (Grupo Pompidou), para além de, em parceria com o IDT, I.P., assegurar a representação nacional no GHD do Conselho da União Europeia.

No Grupo Horizontal Drogas¹⁷ (GHD), a Direcção Geral da Política Externa (DGPE) acompanhou permanentemente as reuniões e temas aí tratados, com destaque para as questões da acção externa europeia e políticas de cooperação face às regiões/países de produção e/ou trânsito de substâncias ilícitas, à problemática das rotas internacionais de drogas e estupefacientes e ainda, à concertação comunitária em outras sedes multilaterais (ONU e Conselho da Europa). No mesmo âmbito (GHD) articularam-se as posições nacionais relativamente ao Plano de Acção da UE em matéria de Drogas (2009-2012), ao processo e avaliação da UNGASS¹⁸ e ao processo de preparação do Segmento Ministerial e da 52.^a CND¹⁹, realizados em 2009.

Salienta-se, também, a conclusão do programa de melhoria dos procedimentos e métodos de trabalho do Mecanismo de Cooperação e Coordenação com os países LAC²⁰, processo iniciado sob Presidência portuguesa e concluído sob Presidência francesa, tendo o nosso país apresentado um documento de trabalho.

No que respeita ao Grupo de Dublin²¹, destaca-se a apresentação do relatório sobre a situação em matéria de drogas em Moçambique, com base nas reuniões do “mini-grupo” sediado em Maputo, sob Presidência portuguesa, complementado por uma exposição com base em dados obtidos junto de outras entidades nacionais.

No contexto da situação prevalecente no espaço oeste-africano em termos de trânsito de drogas, particularmente cocaína, com origem na América do Sul e destinada ao mercado europeu, levou-se a cabo, bilateral e multilateralmente, um conjunto de acções que a seguir se sintetizam.

→ Com a Guiné-Bissau, sendo Portugal uma das principais portas de entrada na Europa da cocaína sul-americana transitada por aquele País, foi dada continuidade ao processo de apoio bilateral e internacional no combate ao tráfico de cocaína, processo iniciado em Dezembro de 2007 com a Conferência Internacional organizada por Portugal.

¹⁵ ONU – Organização das Nações Unidas.

¹⁶ UNODC – *United Nations Office on Drugs and Crime*; INCB – *International Narcotics Control Board*.

¹⁷ Grupo trans-pilares do Conselho responsável pela coordenação das políticas e estratégias da UE em matéria de drogas, nas vertentes interna e externa.

¹⁸ UNGASS - *United Nations General Assembly Session on Drugs*.

¹⁹ 52.^a CND – 52.^a *Commission on Narcotics Drugs*.

²⁰ LAC – *Latin American and Caribbean*.

²¹ Mecanismo informal de consulta e coordenação internacional em matérias ligadas à produção, tráfico e consumo de drogas ilícitas, integrado por todos os Estados Membros da UE e ainda por EUA, Canadá, Austrália, Canadá, Noruega, Japão e UNODC.

- Foi feita a articulação das acções nacionais desenvolvidas nos campos da cooperação bilateral, da concertação com o UNODC, da ligação com a Comissão de Consolidação da Paz das Nações Unidas e da constituição da Missão Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD), da UE.
- No âmbito sub-regional, foi coordenada a participação nacional e assegurada a representação técnica na Cimeira da ECOWAS²² realizada em Outubro, na cidade da Praia, em Cabo Verde, que teve como tema central a problemática do narcotráfico no espaço dos respectivos países membros.

Por outro lado, assinala-se que Portugal é um dos Estados fundadores do MAOC-N²³, sediado em Lisboa e que tem por missão a luta contra o tráfico de droga circulando por via marítima pelo Atlântico com destino à Europa.

Finalmente, foi dada continuidade a processos ligados ao relacionamento bilateral, nesta matéria, com a Colômbia (negociação de um Acordo bilateral) e com a Venezuela (organização da 1ª Comissão Mista em matéria de drogas e toxicodependência).

²² ECOWAS - *Economic Community of the Western African Countries*.

²³ MAOC-N – *Maritime Analyses and Operations Centre – Narcotic*. Constituído, em 2007, por 7 Estados Membros da UE: Portugal, Reino Unido, França, Espanha, Itália, Países Baixos e Irlanda.

Direcção Geral dos Assuntos Europeus

A Direcção Geral dos Assuntos Europeus (DGAE) acompanha a política europeia no que se refere às questões decorrentes da luta contra a droga, enquanto organismo coordenador das acções no âmbito da União Europeia.

Devido à estrutura do MNE e à dimensão externa do fenómeno da droga, a acção da DGAE projecta-se, essencialmente, sobre as questões decorrentes do III Pilar do Tratado da União Europeia (cooperação policial e judiciária em matéria penal), embora não se esgote nesse domínio.

Com vista a *fortalecer a participação portuguesa na construção da política europeia sobre drogas, contribuindo activamente para a execução dos Planos de Acção da União Europeia em matéria de luta contra a droga* [objectivo operacional 5], a DGAE, tal como em anos anteriores, fez-se representar, em seis ocasiões, nas reuniões do Comité do artigo 36.º do Tratado da União Europeia, grupo de trabalho do Conselho, composto por altos funcionários, que assegura a coordenação dos grupos de trabalho competentes no âmbito da cooperação policial e judiciária (III pilar), domínio importante na luta contra a droga, na vertente redução da oferta.

Assegurou-se o acompanhamento da problemática das drogas nas vertentes externa e multilateral, em sede da ONU, UNODC²⁴, da UE (Grupo Horizontal Drogas), do Conselho da Europa e do Grupo de Dublin²⁵, em parceria com o IDT, I.P., garantindo assim a unidade de acção do Estado na esfera internacional.

No que respeita ao tráfico de droga na África Ocidental, no Conselho JAI de Outubro, teve lugar um debate de orientação relativo ao reforço da acção dos serviços repressivos, em matéria de tráfico de estupefacientes, na África Ocidental, resultando deste debate a confirmação de que o tráfico de droga naquela região representa uma questão estratégica para a UE, já que a África Ocidental se transformou numa plataforma para o tráfico de droga com origem na América Latina, o que constitui uma ameaça séria e permanente para a União Europeia e para a própria região.

Com efeito, o tráfico de estupefacientes, particularmente de cocaína, transita largamente pela África Ocidental (cerca de 10% da produção mundial de cocaína, de acordo com o UNDOC, a Interpol e a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental), tendo a Europa como destino preferencial, colocando os cidadãos europeus, assim, num dos alvos preferenciais daquela actividade criminosa, tendencialmente crescente.

Por outro lado, o tráfico de droga nesta região, empobrecida e carente, potencia a emergência dos chamados “narco-Estados”, o que acabará por vitimar as respectivas populações, económica e socialmente, constituindo também um sério obstáculo à criação de Estados de direito. Acresce, ainda, que os lucros provenientes do tráfico podem financiar outro tipo de actividades criminosas, entre as quais o terrorismo.

²⁴ UNODC - United Nations Office on Drugs and Crime.

²⁵ Grupo de coordenação informal reunindo todos os Estados Membros da UE, EUA, Canadá, Austrália, Canadá, Noruega, Japão e UNODC.

Assim, o Conselho concluiu que a acção da UE e das agências especializadas dos estados membros deverá ser reforçada, com natural destaque para a EUROPOL²⁶.

Portugal manifestou o seu apoio a esta iniciativa e à integração do tema na agenda europeia. Recorde-se que, durante a Presidência Portuguesa da UE em 2007, foi dado particular destaque à cooperação internacional na área das drogas na região da África Ocidental, com especial relevância na agenda dos trabalhos do GHD, mas também, por exemplo, na promoção de iniciativas, como a Conferência Internacional sobre drogas na Guiné-Bissau, realizada em Lisboa. De resto, Portugal ou já participa em iniciativas com incidência na região (por exemplo, na Missão UE de apoio à reforma do sector de segurança na Guiné-Bissau), ou manifesta interesse em participar em iniciativas futuras (por exemplo, quando o projecto da Plataforma Regional sobre Drogas for alargado a Cabo Verde e à Guiné-Bissau). Por outro lado, Portugal é um dos estados membros fundadores do MAOC-N, sediado em Lisboa, que constitui o melhor exemplo de cooperação operacional no combate ao tráfico de droga proveniente da América do Sul (com trânsito na África Ocidental).

Ainda, no âmbito do objectivo de *fortalecer a participação portuguesa na construção da política europeia sobre drogas, contribuindo activamente para a execução dos Planos de Acção da União Europeia em matéria de luta contra a droga* [objectivo operacional 5] refira-se que o Conselho Assuntos Gerais, de Dezembro, adoptou o Plano de Acção da UE em matéria de luta contra a droga (2009-2012), o segundo Plano de Acção elaborado no contexto da Estratégia da UE contra a Droga (2005-2012), que assenta, essencialmente, em dois pilares: a Redução da Oferta e a Redução da Procura. Contém, também, três pilares horizontais: a Coordenação; a Cooperação Internacional e a Informação, Pesquisa e Avaliação (compreensão do problema). Para cada um destes cinco pilares o Plano estabelece prioridades. No que respeita à Redução da Procura, o Plano contém medidas destinadas a melhorar a Prevenção, o Tratamento e a Redução de danos, o que passa pela melhoria dos padrões de qualidade dos serviços prestados neste domínio, serviços esses que também deverão ficar mais próximos e acessíveis. No Capítulo da *Redução da Oferta*, estão previstas iniciativas para reforçar o cumprimento da lei, combatendo assim a produção e o tráfico de droga, particularmente, através da EUROPOL. A troca de informações é um elemento chave, a par da criação de plataformas de segurança regionais, compatíveis com as estruturas existentes. Também a Coordenação e a Cooperação deverão ser reforçadas, tanto a nível europeu como a nível nacional, sendo que a Cooperação Internacional, deverá traduzir uma maior coordenação entre as políticas nacionais e comunitárias no domínio da droga. Por último, é necessário compreender o problema da droga, através do aumento do conhecimento relativo a todas as implicações do seu consumo, de mais e melhor investigação coordenada e da análise de dados, incluindo dados sobre os crimes ligados à droga e sobre o modo de funcionamento do mercado da oferta de drogas ilícitas.

²⁶ EUROPOL – European Law Enforcement Organization.

Direcção Geral da Política de Justiça

Tendo em vista *fortalecer a participação portuguesa na construção da política europeia sobre drogas, contribuindo activamente para a execução dos Planos de Acção da União Europeia em matéria de luta contra a droga* [objectivo operacional 5], e muito em particular, *a participação nas reuniões dos Grupos de Trabalho do Conselho que abordam a problemática das drogas* [acção 5.1.] a Direcção Geral da Política de Justiça (DGPIJ) continuou a acompanhar as reuniões do Grupo de Direito Penal Material, do Grupo Multidisciplinar sobre Criminalidade Organizada, do Grupo de Cooperação Judiciária em Matéria Penal e do Grupo de Trabalho do Terrorismo.

No plano bilateral, destaca-se a celebração de um Memorando de Entendimento entre o Ministério da Justiça (MJ) de Portugal e o Ministério da Justiça, Segurança e Direitos Humanos da Argentina, que inclui medidas para promover a cooperação, no que respeita à prevenção e repressão do tráfico de drogas em áreas como a formação e aperfeiçoamento das capacidades das polícias de investigação criminal ou mecanismos de perícia forense.

Em Novembro de 2008, participou na primeira reunião da Comissão Mista Portugal-Venezuela sobre prevenção do consumo e repressão do tráfico ilícito de estupefacientes e substâncias psicotrópicas.

De salientar, ainda, a participação da DGPIJ, nas negociações de um acordo de cooperação com a Colômbia, no domínio da redução da procura e da luta contra o tráfico ilícito e criminalidade conexa, que incluirá, pela primeira vez num instrumento jurídico deste tipo, uma referência ao princípio da responsabilidade partilhada.

Polícia Judiciária

A cooperação com as autoridades de aplicação da lei de outros países e com organizações internacionais é, cada vez mais, um dos eixos estruturantes do combate ao tráfico de estupefacientes, dada a dimensão verdadeiramente global desta actividade ilícita.

Nesse sentido, a Polícia Judiciária (PJ), no âmbito do intercâmbio de informações com congéneres estrangeiras e na cooperação em missões que requerem colaboração internacional tem, ao longo dos anos, participado nesse esforço conjunto de repressão do fenómeno de tráfico internacional de droga, mantendo-se tal tendência em 2008.

Tendo em vista *fortalecer a participação portuguesa na construção da política europeia sobre drogas, contribuindo activamente para a execução dos Planos de Acção da UE na área da Droga e das Toxicodependências*, nomeadamente a *participação nos diversos fora de troca de informação* [objectivo operacional 5 (acção 5.5.)] a PJ, através da UNCTE, participou em diversas reuniões/conferências internacionais sobre o fenómeno do tráfico ilícito de drogas.

No sentido de *promover a presença de Portugal nos fora internacionais, designadamente no contexto das Nações Unidas e da OMS, assegurando o cumprimento dos compromissos assumidos*, nomeadamente através da *participação nas reuniões da HONLEA* [objectivo operacional 6 (acção 6.5.)], a PJ, através da UNCTE, participou numa reunião da HONLEA²⁷.

Com vista ao *reforço da participação no Grupo Pompidou do Conselho da Europa e manutenção do nível e qualidade da participação nas Plataformas e Grupos de Trabalho* [objectivo operacional 7 (acção 7.3.)], a PJ esteve presente em diversas reuniões de coordenação ao nível nacional e forneceu diversas informações, designadamente, sobre apreensões e entregas controladas.

No sentido de *contribuir para assegurar a plena cooperação/colaboração com organismos comunitários (EUROPOL e EUROJUST²⁸) e internacionais (designadamente a INTERPOL e a OMA²⁹, de forma a responder aos compromissos assumidos a nível internacional, nomeadamente através da execução de acções operacionais, da assistência mútua administrativa e da regular troca de informações* [objectivo operacional 8], a PJ participa frequentemente em reuniões da EUROPOL, participação essa muitas vezes assegurada por dois oficiais de ligação colocados em permanência nesse organismo europeu. Em 2008, destaca-se do conjunto de acções de cooperação internacional, no que respeita a Operações Internacionais Conjuntas, as desenvolvidas em articulação com o MAOC-N, com a Brigada Central de Estupefacientes das UDYCO³⁰, com o *Cuerpo*

²⁷ HONLEA – Organization of the Eighteenth Meeting of Heads of National Drug Law Enforcement Agencies.

²⁸ EUROJUST – European Union's Judicial Cooperation Unit.

²⁹ INTERPOL – International Crime Police Organization; OMA – Organização Mundial das Alfandegas.

³⁰ Udyco – Unidades de Drogas y Crimen Organizado.

Nacional de Policia Espanhol, com a entidade norte-americana DEA³¹, com a Agência Tributária Espanhola e com a Guarda Civil de Espanha.

No sentido de *adoptar estratégias e medidas que contribuam para o reforço do papel da EUROPOL no combate ao tráfico internacional e organizado de estupefacientes* [objectivo operacional 9], a PJ mantém com assiduidade, ligação com os ficheiros de análise, em especial com o AWF Cola³², AWF Heroin³³ e AWF Synergy³⁴. Quando pertinente, designadamente em reuniões de trabalho, é sempre feita especial referência à utilidade do envio de informação para a EUROPOL, particularmente quando estejam em causa investigações de âmbito transnacional.

À semelhança de anos anteriores, e com vista ao reforço das *relações de colaboração/cooperação com os PALOP, promovendo o desenvolvimento de uma política no âmbito da luta contra a droga e a toxicodependência, designadamente no quadro da CPLP, promovendo o intercâmbio de informação tirando partido dos canais já existentes* [objectivo operacional 12 (acção 12.3.)], manteve-se uma estreita cooperação com a PJ de Cabo Verde, ao nível da troca de informação, encontrando-se colocado em Cabo Verde um funcionário de investigação criminal da PJ, com funções de assessoria à congénere local. Foram, também, desenvolvidos esforços no sentido de se proceder ao intercâmbio de informação com a PJ da Guiné-Bissau, dando execução ao protocolo de cooperação assinado em Outubro de 2006. Foram, ainda, colocados na Guiné-Bissau e em S. Tomé e Príncipe, funcionários de investigação criminal da PJ portuguesa, com funções de assessoria às direcções da PJ daqueles países.

Com vista a *desenvolver e participar em actividades de cooperação e intercâmbio com outros países da UE e países terceiros ao nível do controlo da importação, exportação e trânsito de precursores* [objectivo operacional 15], destaca-se a participação no Projecto “Synergy” da EUROPOL, destinado a combater a produção e tráfico de drogas sintéticas e seus precursores. Ainda no âmbito do mesmo objectivo mas no sentido de *avaliar da ameaça decorrente do tráfico de precursores: identificação dos principais agentes dessa ameaça e medidas de combate à sua proliferação* [acção 15.3.], refere-se que existe um acompanhamento da situação que é feito com base na informação que vai sendo recolhida e depois tratada na Secção Central de Informação Criminal da UNCTE.

Ao nível da cooperação internacional, a PJ assumiu a participação no *Maritime Analysis and Operations Centre – Narcotics* (MAOC-N), contribuindo para consolidar e incrementar o intercâmbio de informações entre os diversos países da UE, utilizando recursos existentes ou a criar, no âmbito do controlo da fronteira externa da EU, ao nível da segurança e da saúde pública [objectivo operacional 19]. O MAOC-N, sediado em Lisboa, tem por objectivo reunir e partilhar informações que permitam um eficiente controlo da zona marítima

³¹ DEA – Drug Enforcement Administration.

³² AWF Cola – Analysis Work Files Cola.

³³ AWF Heroin – Analysis Work Files Heroin.

³⁴ AWF Synergy – Analysis Work Files Synergy.

atlântica e mediterrânea, tendo em vista combater o tráfico de estupefacientes para a Europa. De referir também, a participação da PJ nas reuniões preparatórias do Projecto CeCLAD-M³⁵.

No que respeita *a consolidar as relações de cooperação bilateral com Espanha, no âmbito dos Acordos Bilaterais existentes, quer no que respeita à redução da procura, em matéria de prevenção e tratamento, quer na redução da oferta, designadamente reforçando a cooperação policial* [objectivo operacional 20], nomeadamente, *aumentando/intensificando a troca de informações sobre indivíduos/organizações suspeitos de se dedicarem ao tráfico de estupefacientes em Portugal e Espanha* [acção 20.3.], apesar de não ser possível quantificar o número de informações trocadas com as autoridades espanholas, pode-se afirmar que a relação de cooperação com as autoridades espanholas encontra-se perfeitamente consolidada e activa.

No âmbito do mesmo objectivo e no sentido do *desenvolvimento implementação de projectos e investigações conjuntas em matéria de combate ao tráfico de estupefacientes* [acção 20.4.], sempre que se justificou, foram iniciadas investigações conjuntas, sobre grupos ou indivíduos que desenvolvem as suas actividades ilícitas em Portugal e Espanha, efectuando-se, em função das necessidades concretas operacionais, deslocações de elementos da PJ/UNCTE a Espanha, no âmbito da cooperação policial/troca de informação policial.

Com vista a *intensificar a cooperação policial com a Holanda, especialmente ao nível da troca de informação de carácter operacional, uma vez que é deste país que procede muita da heroína e do ecstasy que é consumido em Portugal* [objectivo operacional 21] e no sentido de *desenvolver projectos de intercâmbio de informação operacional* [acção 21.1.], à semelhança de anos anteriores, tem-se mantido a troca de informação e cooperação com as autoridades holandesas, em particular através do oficial de ligação, destacado no MAOC-N.

De referir que, tendo em conta a *adopção de estratégias e medidas que contribuam para uma maior utilização do mecanismo das entregas controladas, nomeadamente com Espanha, Holanda, Cabo Verde, Brasil e Venezuela* [objectivo operacional 22], foram contabilizadas 25 entregas controladas (19 em 2007), sendo que 15 tiveram por destino Espanha, 7 África do Sul, 1 Moçambique, 1 Cabo Verde e 1 França.

Quanto à *celebração de acordos/protocolos específicos designadamente com Cabo Verde, Brasil e Venezuela* [acção 22.2.], destaca-se o acordo com a Venezuela, assinado em Maio de 2008, em matéria de cooperação para o tráfico de estupefacientes e branqueamento de capitais, entre o Ministério do Poder Popular para as Relações Internas e Justiça da República Bolivariana da Venezuela e o Ministério da Justiça Português.

No âmbito da *implementação de medidas e acções tendentes a reforçar a cooperação policial com a Venezuela, na medida em que muita da cocaína que chega a Portugal, nomeadamente por via aérea é proveniente daquele país* [objectivo operacional 25], a PJ tem destacado em Caracas, um funcionário de investigação criminal, com o estatuto de Oficial de Ligação, tendo também estabelecido um Memorando de Entendimento, relativo à problemática do tráfico e branqueamento de capitais.

³⁵ O CeCLAD-M Centro de Coordenação da luta anti-droga no Mediterrâneo (*Centre de Coordination pour la Lutte Anti-Drogue en Méditerranée*), localizado em Toulon – França, é um centro de coordenação para a luta anti-droga, tal como o MAOC-N, no sentido de melhorar as capacidades europeias de vigilância e intervenção em espaço marítimo.

Com vista ao *desenvolvimento de projectos de intercambio e informação operacional* [acção 27.1.] destaca-se a presença em alguns países da África Ocidental, como a Guiné-Bissau, Cabo Verde e Senegal, de funcionários de investigação criminal, com o intuito de estreitar relações e de colaborar em acções de formação profissional.

No que respeita à *realização de estágios e acções de formação conjunta, tendo em vista a troca de informação nomeadamente ao nível de metodologias de trabalho* [acção 27.2.], foram efectuados vários cursos, no âmbito da CEPOL, com a presença de representantes de diversos países da UE, também, no âmbito da cooperação que Portugal mantém com vários países de expressão oficial portuguesa, em particular Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, tem existido participação de vários formadores da PJ em cursos de formação profissional, particularmente em matéria de investigação criminal com incidência no tráfico de droga, desenvolvidos em Cabo Verde e na Guiné-bissau.

Direcção Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo

No sentido de *reforçar a participação no Grupo Pompidou no Conselho da Europa* [objectivo operacional 7 (acção 7.1.)], a Direcção Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo (DGAIEC) participou na reunião plenária anual da Plataforma Aeroportos.

Contribuindo para *assegurar a plena cooperação/colaboração com organismos comunitários (EUROPOL e Eurojust) e internacionais (designadamente a Interpol e a OMA), de forma a responder aos compromissos assumidos a nível internacional, nomeadamente através da execução de acções operacionais, da assistência mútua administrativa e da regular troca de informações* [objectivo operacional 8], a DGAIEC procedeu a uma troca de informações com outras Alfândegas de Estados Membros da UE e países terceiros [acção 8.1.], participou na reunião dos correspondentes OMA/RIO, assegurou a presença na 27ª Sessão do Comité da Luta Antifraude da OMA e na reunião dos Chefes de Serviço de Informações e Investigação das Alfândegas Europeias [acção 8.2.], participando, ainda, em 3 Operações Aduaneiras Conjuntas, duas organizadas pela OMA e Interpol e outra com o apoio da OMA [acção 8.3.].

Com vista a *organizar e executar acções e assegurar a participação activa nas actividades de controlo da fronteira externa comunitária, no controlo de mercadorias e meios de transporte, a nível operacional e na troca de informações, quer sob os auspícios do Grupo de Cooperação Aduaneira do Conselho da UE, quer de qualquer administração aduaneira* [objectivo operacional 13], participou em 4 Operações Aduaneiras Conjuntas, no âmbito do controlo da fronteira.

De referir, ainda, contribuindo para o *desenvolvimento e a participação em actividades de cooperação e intercambio com outros países da UE ao nível do controlo da fronteira externa da UE* [objectivo operacional 14], o intercambio de 2 funcionários com a Administração Aduaneira Belga, ao abrigo do Programa Comunitário Alfândegas 2013.

Serviço de Informações de Segurança

Com o objectivo de *Fortalecer a participação portuguesa na construção da política europeia sobre drogas, contribuindo activamente para a execução dos Planos de Acção da União Europeia em matéria de luta contra a droga* [objectivo operacional 5] o Serviço de Informações de Segurança (SIS) participou em fora internacionais especializados, da UE e da ONU. Participou, também, em reuniões bilaterais e multilaterais, com reforço dos mecanismos internacionais de cooperação, caracterizando os fenómenos e suas tendências a nível global, identificando estratégias e mecanismos de combate, de suporte técnico ao decisor político e a instituições nacionais e internacionais especializadas, bem como a identificação das vulnerabilidades da EU, no quadro do combate ao tráfico de estupefacientes, nomeadamente, ao nível da segurança. Foi, também, dado suporte à promoção e realização de seminários internacionais.

No sentido de contribuir para *assegurar a plena cooperação/colaboração com organismos comunitários (EUROPOL e EUROJUST) e internacionais (designadamente a INTERPOL e a OMA), de forma a responder aos compromissos assumidos a nível internacional, nomeadamente através da execução de acções operacionais, da assistência mútua administrativa e da regular troca de informações* [objectivo operacional 8], o SIS promoveu uma troca regular de informações com serviços congéneres, elaborou relatórios/pontos de situação, bem como contributos para análises, realizadas no quadro das actividades de Organizações Internacionais.

Com vista ao reforço das *relações de colaboração/cooperação com os PALOP, promovendo o desenvolvimento de uma política no âmbito da luta contra a droga e a toxicodependência, designadamente no quadro da CPLP, com a promoção do intercâmbio de informação tirando partido dos canais já existentes* [objectivo operacional 12 (acção 12.3.)], participou em fora específicos da CPLP, manteve contactos bilaterais com os Serviços de Informações e Forças de Segurança destes países e participou na realização de formação aos PALOP.

Contribuindo para o *desenvolvimento e participação em actividades de cooperação e intercâmbio com outros países da UE e países terceiros ao nível da importação, exportação e trânsito de precursores* [objectivo operacional 14], foram elaborados documentos específicos sobre esta temática e determinados os factores de risco e de quadros de ameaça, relativos à instrumentalização das vulnerabilidades das fronteiras externas da UE, por parte das redes internacionais de narcotráfico.

Com vista a reforçar a cooperação policial e entre Serviços de Informações com o Brasil e com os PALOP, em especial com Cabo Verde e com a Guiné-Bissau, designadamente ao nível de troca de informação estratégica e de carácter operacional, atenta a importância destes países nas rotas do tráfico internacional de estupefacientes [objectivo operacional 27], deu-se continuidade ao reforço do intercâmbio estabelecido com estes países, à cooperação com entidades nacionais e estrangeiras visando o controle do fenómeno e prosseguiu-se na efectivação do processo de monitorização e avaliação das plataformas africanas do tráfico de estupefacientes com origem na América Latina com destino à Europa.

Informação, Investigação, Formação e Avaliação

Resultado a atingir

Contribuir para um maior e melhor conhecimento do fenómeno das drogas e das toxicodependências e para a melhoria contínua da qualidade das intervenções, de forma a apoiar a intervenção e a decisão e a contribuir para a melhoria dos resultados obtidos

Objectivo

28. Alargar, consolidar e otimizar o Sistema Nacional de Informação sobre Drogas e Toxicodependências (SNIDT)

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
28.3. Avaliar o trabalho feito para cada indicador já utilizado no âmbito do SNIDT e otimizar conceitos e procedimentos com os grupos de peritos nacionais já constituídos	2006-2008	IDT	N.º de relatórios de avaliação/N.º de indicadores;	IDT, I.P. – Elaboração de uma proposta para optimização de conceitos e procedimentos, no âmbito do indicador de mortalidade; Recolhidos e analisados, de forma harmoniosa, todos os dados relativos aos indicadores que integram o SNIDT; Preenchimento de todas as tabelas do OEDT e das Nações Unidas, dentro dos prazos estipulados; Elaborado o “Relatório Anual sobre a Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências – 2007”; No âmbito do SIM: Introduzidos todos os registos das estruturas existentes, na base de dados e elaborado documento com apuramento anual de dados; Introduzidos todos os registos de utentes em camas/lugares convencionados, na base de dados e elaborado documento com apuramento anual de dados; Introduzidos todos os registos de utentes nas UD públicas, na base de dados e elaborado documento com apuramento anual de dados; Construídas 3 bases de dados dos utentes das Unidades de Tratamento convencionadas (UD, CT e CD).

Objectivo**30. Promover a divulgação e acesso a informação objectiva e fiável nesta área**

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
30.1. Promover a redacção de sumários executivos em português, inglês e francês para os trabalhos de investigação apoiados no âmbito deste Plano de Acção e divulgá-los através dos <i>sites</i> Institucionais	2006-2008	DGS, DGES, IDT, IEFP, INFARMED, MDN, PJ	N.º de sumários executivos em português, inglês e francês/N.º de relatórios de investigação divulgados.	IDT, I.P. – Disponibilizados 2 sumários executivos de trabalhos de investigação no sítio institucional.
30.2. Manter actualizados os <i>sites</i> Institucionais e incluir novos conteúdos à medida que disponíveis, sempre na óptica do serviço ao cidadão	2006-2008	IDT, INFARMED	Relatório trimestral de revisão/actualização de cada <i>site</i> ; N.º de visitas por tipo de conteúdo.	IDT, I.P. – Realizadas todas as actualizações solicitadas para o sítio institucional e elaborado um relatório anual, com dados trimestrais, relativos à revisão/actualização do número de consultas e conteúdos mais consultados do mesmo; Reestruturado o site institucional do IDT, I.P..
30.3. Promover a criação de um <i>site</i> dirigido a jovens	2006	IDT	Implementação do <i>site</i> e avaliação da receptividade.	IDT, I.P. – Mantido o <i>site</i> juvenil “Tu alinhas”.
30.6. Gerir e divulgar informação científica e técnica, com investimento em publicações electrónicas, e promover o acesso a material informativo/formativo	2006-2008	DGS, DGES, IDT, IEFP, INFARMED, PJ	Crescimento de bases de dados de documentação, N.º de publicações produzidas, N.º de publicações em suporte electrónico; N.º de <i>downloads</i> /Tipo de conteúdo; N.º de respostas / N.º de solicitações para acções informativas / formativas.	IDT, I.P. – Elaborada 3 propostas de aquisição de livros e adquiridas 42 revistas da especialidade; Catalogados, indexados e introduzidos em base de dados bibliográficos, videográficos e de imprensa, 2348 registos; Apoiadas na edição, 5 publicações em suporte papel, editadas/reeditadas 15 publicações electrónicas; Atendidos 515 utilizadores; Dada resposta a todos os pedidos de envio de materiais (303 pedidos) e distribuídas 1660 publicações. PJ – Produzidos e divulgados no site institucional os relatórios estatísticos TDC (semestrais e anuais).

Objectivo**31. Promover projectos de “investigação-acção”**

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
31.1. Promover a elaboração de estudos anuais relativos à situação dos principais tipos de estupefacientes em Portugal (heroína, cocaína, haxixe, ecstasy) bem como aos resultados obtidos pelas autoridades no domínio da repressão da oferta	2006-2008	PJ	(N.º de Relatórios de situação e estatísticos, relativos à situação da repressão ou dimensão da oferta/ano).	PJ – Produzidos relatórios estatísticos TDC (semestrais e anuais), espelhando o resultado da actividade das várias entidades, na repressão do tráfico de droga.

Objectivo**32. Promover a realização de projectos de base populacional**

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
32.1. Promover a continuidade dos Inquéritos à população geral, escolar e prisional ”	2006 (todos) 2007 (ESPAD)	IDT	Relatórios dos respectivos estudos.	IDT, I.P. – Elaborado relatório final do projecto INPG “Inquérito Nacional ao consumo de substâncias psicoactivas na População Geral”, no âmbito do contrato com o CEOS da FCSH/UNL; Elaborado um relatório preliminar do “Consumo de álcool na população geral”, no âmbito do mesmo contrato; Elaborado um relatório final do projecto “Estimativa do consumo problemático de drogas – Portugal 2007”, no âmbito de contrato com FPSE/UP; Elaborado um relatório final do projecto “Drogas e prisões – Portugal 2007”, no âmbito de contratos com o CIES do ISCTE/UL; Elaborados 3 relatórios preliminares do projecto “Inquérito Nacional em Meio Escolar – 2006” , 3º ciclo e secundário; Elaborado um relatório preliminar do projecto “Estudo sobre o consumo de álcool, drogas e tabaco”, ECATD/2007-ESPAD/2007; Elaborado um relatório do projecto Casa Pia de Lisboa; Elaborado um relatório do projecto Escolas Profissionais;
32.2. Realizar um estudo epidemiológico na população militar no activo que permita conhecer a prevalência do consumo das drogas detectadas no rastreio toxicológico e as características sócio - demográficas dos consumidores	2006-2007	MDN (LAFTM)	Relatórios dos estudos.	DGPRM/LAFTM – Deu-se continuidade ao estudo epidemiológico, tendo como objectivo estimar a dimensão do consumo de drogas, no Exército e na Força Aérea, a partir de uma amostra aleatória simples de militares.
32.5. Promover a realização de estudos sobre as percepções e representações sociais, nomeadamente estudos sobre a percepção e representação social da Lei N.º 30/2000	2006-2008	IDT e Entidades Externas	Relatórios dos respectivos estudos.	IDT, I.P. – No projecto “ Contributo para o Estudo das Percepções e Representações sociais da Lei 30/2000” elaborados, 4 relatórios preliminares, relativos respectivamente à “População geral”, “Público do <i>Rock in Rio</i>”, “Consumidores de droga” e “Técnicos da área”; No projecto “ Contributo para o estudo das percepções e representações sociais do fenómeno da toxicodependência” elaborados 4 relatórios preliminares, relativos, respectivamente, à “População geral”, “Público do <i>Rock in Rio</i>”, “Consumidores de droga” e “Técnicos da área”.

Objectivo**33. Promover estudos em áreas inovadoras do apoio à decisão**

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
33.3. Promover outros tipos de estudos considerados importantes para o apoio à decisão	2006-2008	IDT e Entidades envolvidas	Relatórios dos respectivos estudos.	IDT, I.P. – Elaborado o ante-projecto do estudo “Avaliação do Impacto do Tratamento da Toxicodependência, na Qualidade de Vida dos Toxicodependentes”; Elaborado o relatório final do projecto “Terapias de Substituição Opiácea nas prisões”.

Objectivo**34. Promover o acompanhamento, monitorização e avaliação das intervenções no terreno**

Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
34.1. Definir procedimentos de recolha e processamento regular dos dados relativos aos resultados das intervenções	2006	DGS, DGES, IDT, IEF, INFARMED, MDN, PJ	Manual de linhas de orientação; Nº de instrumentos disponibilizados; Relatórios de Actividades / Avaliação; Nº de alterações introduzidas no Manual (comentadas).	IDT, I.P. – Base de dados do PIF em funcionamento; Elaborado o relatório de 2007 referente ao estudo “Grávidas e parturientes toxicodependentes”; Elaborado o relatório de 2007 referente ao estudo “Filhos de toxicodependentes”.
34.2. Elaborar e aperfeiçoar linhas de orientação técnico-normativas e Manuais de Boas Práticas para os diferentes tipos de intervenção	2006-2008	IDT	Δ (N.º linhas de orientação ou manuais previstos/N.º de documentos elaborados/área de intervenção); Δ (N.º de documentos distribuídos/N.º de documentos elaborados/área de intervenção); Relatório de avaliação de receptividade.	IDT, I.P. – Produzidos 3 documentos para definição de “Linhas de orientação na área do tratamento”; Produzido o documento “Linhas de orientação na área dos problemas ligados ao álcool”; Produzido o documento “Linhas orientadoras para intervenção em espaços recreativos”; Produzido o documento “Manual sobre os problemas ligados ao álcool”.
34.4. Promover a avaliação da qualidade dos serviços prestados e dos resultados alcançados	2006-2008	DGS, DGES, IDT, IEF, INFARMED, MDN (UTITA), PJ	Nº de Relatórios/Estudos de Avaliação/área de intervenção.	DGPRM/LAFTM – continuidade no processo de implementação de um sistema de qualidade, no âmbito da acreditação das práticas laboratoriais (Norma NP EN Iso/IEC 17025:2005); Participação em dois projectos internacionais de avaliação da qualidade. DGPRM/UTITA – desenvolvimento dos projectos “Avaliação da eficácia do programa residencial” e “Avaliação da satisfação dos utentes”. PJ – para além da avaliação permanente,

Objectivo**34. Promover o acompanhamento, monitorização e avaliação das intervenções no terreno**

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
				cada departamento da PJ elabora relatórios mensais e anuais de avaliação, sendo ainda elaborados pela UNCTE relatórios estatísticos TCD, semestrais e anuais.

Objectivo**35. Promover uma agenda de investigação/avaliação e correspondente programa de financiamento**

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
35.2. Negociar quadro de financiamento	2006	DGES, FCT, IDT, MDN	Protocolo.	IDT, I.P. – Financiados/projectos de investigação.
35.3. Promover a partilha de experiências e a troca de informações nesta área entre investigadores	2006-2008	IDT	Relatório sobre projectos apoiados neste âmbito.	IDT, I.P. – Actualização da base de dados de investigadores, disponível no site institucional; Realização de 2 congressos/seminários de investigadores; Promoção de 4 encontros de divulgação de estudos; Publicação de 5 relatórios de investigação.

Objectivo**36. Contribuir para a implementação de sistemas de formação e certificação de competências**

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
36.2. Implementar o sistema de formação e certificação de competências para a intervenção	2007-2008	IDT	N.º de Cursos realizados; N.º de Técnicos certificados; N.º de solicitações à Bolsa/N.º de Formadores certificados.	IDT, I.P. – Apresentação de novo Processo de Acreditação junto da ACSS, do MS; Elaboração do Relatório de Avaliação do SIGF; Divulgados todos os documentos normativos produzidos; Divulgados todos os materiais técnico-pedagógicos e técnico-científicos produzidos para e em contexto formativo; Implementadas todas as propostas de melhoria apresentadas para dinamização da área da formação no sítio institucional do IDT, I.P..

Objectivo

37. Potenciar as competências dos intervenientes e profissionais que directa ou indirectamente actuem no domínio das drogas e toxicodependências

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
37.2. Promover formação inicial e contínua nas várias áreas de intervenção em meio militar (COPATD “TCO”), meio prisional, junto dos profissionais de saúde, da comunicação social e de mediadores do Programa Vida-Emprego, entre outros	2006-2008	IDT, IEF, DGSP, INFARMED, MDN	N.º de Cursos Realizados/N.º de Cursos Previstos; N.º de Formandos efectivo / N.º de Formandos previsto; Relatórios de Actividades/Avaliação	IDT, I.P. – Respondidas a todas as solicitações de parcerias no âmbito da formação, em parceria com o SINAPOL, SRAS e DEP da RAM e outras entidades externas; Realizadas todas as participações previstas dos profissionais do IDT, I.P., em reuniões de trabalho, encontros e acções de relevância técnico-científica, quer nacionais quer internacionais; Realizadas 15 acções de formação propostas por enfermeiros externos ao IDT, I.P.; Realizadas 6 acções de formação propostas por farmacêuticos da ANF; Promovidas/apoiadas 110 acções de formação no âmbito do PETS; Em relação à Formação interna em contexto de sala foram realizadas 73 acções com 90% dos formandos previstos e 87,69% das horas previstas, sendo elaborados 20 Relatórios de Avaliação/Actividades; Em relação à Formação em contexto de trabalho, foram realizadas todas as acções propostas, sendo esta execução apenas apresentada pela DRN; Foram promovidos 196 estágios³⁶ e realizado pela DRN um Relatório de distribuição de estágios por tipologia; Realizado o II Encontro Nacional do IDT, I.P. no 2º semestre de 2008 (558 participantes) Em relação à Formação IDT, I.P. Co-Financiada, condicionada pelo enquadramento do QREN, foram apresentadas 13 candidaturas e elaborados 4 relatórios de execução técnico-pedagógico; Em síntese, quanto a Formação IDT, I.P.: 545 acções formativas, 2474 participações e 46 212 horas investidas em formação. IDT, I.P./OEDT – Realizada a 2ª Conferência Anual da “<i>International Society for the Study Policy – ISSDP</i>” (129 participantes). DGPRM – Realizados 2 cursos “Operadores de prevenção de alcoolismo

³⁶ Esta informação está subavaliada pois não integra dados das Delegações Regionais do Centro e Algarve.

Objectivo

37. Potenciar as competências dos intervenientes e profissionais que directa ou indirectamente actuem no domínio das drogas e toxicodependências

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
				e toxicodependências – COPAD” na Escola de Serviço de Saúde Militar e 1 curso de “Validação clínica em toxicologia de drogas de abuso” (84 formandos).
37.4. Promover formação específica em factores de risco associados ao consumo de drogas, dirigida a profissionais de áreas pertinentes que entram em contacto com potenciais consumidores, especialmente jovens	2006-2008	IDT	(N.º de Cursos Realizados/N.º de Cursos Previstos); (N.º de Formandos efectivo/N.º de Formandos previsto); Relatórios de Actividades.	IDT, I.P.: - no âmbito da formação externa foram realizadas 20 acções de formação no âmbito dos projectos com a Casa Pia de Lisboa e com a Cruz Vermelha Portuguesa; Elaborados 7 Relatórios de Avaliação/Actividades da formação em Redução de Riscos em Meio Universitário.
37.5. Conceber e implementar acções de formação e especialização profissional relativamente ao tráfico de estupefacientes e percursos, com prioritária incidência na área das drogas sintéticas, da utilização das novas tecnologias, do branqueamento de capitais e do tráfico por via marítima	2006-2008	DGAIEC, GNR, PJ (ISPJCC), PSP, SEF	(N.º de Cursos Realizados/N.º de Cursos Previstos); (N.º de Formandos efectivo/N.º de Formandos previsto); Relatórios de Actividades.	PJ – Organizados vários cursos, destacando-se os seguintes: “Tráfico de Estupefacientes por Via Marítima”; “Tráfico de Drogas Sintéticas e Laboratórios Ilícitos”; “Estratégias de Combate ao Consumo e Tráfico de Drogas”; “Detecção de Drogas: Situação em Portugal e caracterização do fenómeno”; “Identificação de Drogas e Recolha de Provas de Crime”. DGAIEC – Efectuada uma acção de formação (38 formandos).
37.6. Desenvolver e participar, em colaboração com a CEPOL, em acções de formação em matéria de normalização, a nível europeu, de boas práticas, técnicas e metodologias de investigação, análise e tratamento de informação que promovam a cooperação internacional na luta contra o tráfico de estupefacientes	2006-2008	DGAIEC, GNR, PJ, PSP	(N.º de Cursos Realizados/N.º de Cursos Previstos); (N.º de Formandos efectivo/N.º de Formandos previsto); Relatórios de Actividades.	PJ – Organizados vários cursos, no âmbito da CEPOL, destacando-se o curso “ <i>Train the Trainers-Money Laundering</i> ” e o curso “ <i>High Tech Cybercrime</i> ”.

Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.

No que respeita ao *alargamento, consolidação e optimização do Sistema de Informação Nacional sobre Drogas e Toxicodependências* – SNIDT [objectivo operacional 28] no ciclo de acção que culminou em 2008, abrangeram-se diversas áreas de intervenção, com um investimento particularmente relevante na área do tratamento da toxicodependência, o que pressupôs um real reforço da articulação intrainstitucional.

Promoveu-se o alargamento da normalização da recolha de dados a outras estruturas e serviços da área do tratamento, com vista à futura integração no Sistema de Informação Multidisciplinar (SIM), consolidando o trabalho iniciado em 2004 no contexto das Unidades de Desabilitação públicas e reajustando os instrumentos de recolha de dados (e construção das respectivas bases de dados) das unidades licenciadas, das CT e dos CD públicos, com vista à sua harmonização e obtenção de dados desagregados.

Promoveu-se ainda a capacidade de resposta adequada às necessidades de informação dos utilizadores, com ênfase para a **elaboração de informação de suporte à intervenção, à gestão e decisão**, e, para as respostas aos **compromissos nacionais e internacionais**. Neste contexto é de destacar a elaboração do *Relatório Anual sobre a Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências*, e, a informação reportada à DGS, ao INFARMED, ao OEDT e às Nações Unidas.

Asseguraram-se, também, os procedimentos relativos às competências do IDT, I.P. no âmbito do mercado lícito de drogas.

Com a finalidade de *promover a divulgação e acesso a informação objectiva e fiável nesta área* [objectivo operacional 30], foi mantido e actualizado o *site* institucional do IDT, I.P. e incluídos novos conteúdos, articulando a actualização com o envio de conteúdos para o Portal da Saúde, sempre na óptica do serviço ao cidadão. Foi também finalizado o processo de reestruturação do novo *site* do IDT, I.P., sendo lançado o novo *site* a 31 de Dezembro de 2008. Deste trabalho foi elaborado um relatório com dados das actividades realizadas, por trimestre, destacando-se 444 369 consultas ao *site* do IDT, I.P., em 2008 (399 186 consultas em 2007).

Ainda no âmbito da gestão do *site* institucional, prosseguiu-se a gestão da página da Intranet do IDT, I.P., ao nível do design e programação, criando novas áreas e gerindo a introdução de novos conteúdos.

Foram adquiridos livros e revistas da especialidade, tendo sido catalogados e indexados nas bases de dados bibliográficas, videográficas, imprensa, fotografia e de CD-ROM temáticos, mais 2.348 registos, em 2008 (1650 registos em 2007).

Foram asseguradas 15 edições/reedições de publicações electrónicas (16 em 2007) e a digitalização de 175 ficheiros no espólio videográfico.

Foram facultadas/apoiadas 515 consultas bibliográficas (486 em 2007), das quais 203 em consultas presenciais nos serviços centrais, sendo as restantes à distância (via e-mail ou telefone) e prosseguiu-se o serviço de

divulgação de informação (notícias de imprensa, documentos da área), com um carácter regular, através do correio electrónico.

Deu-se resposta a 303 pedidos de materiais (275 em 2007) e distribuíram-se 1.660 exemplares de Publicações (1890 em 2007), parte destas, no âmbito das obrigações do IDT, I.P. enquanto Ponto Focal do OEDT, no que respeita à divulgação de informação.

O IDT, I.P. garantiu a sua presença em 15 eventos (11 em 2007), através do *Stand* institucional com publicações do serviço e/ou reportagem videográfica/fotográfica.

Ainda no âmbito deste objectivo, o IDT, I.P. apoiou 5 publicações em papel, na promoção de estudos em áreas inovadoras de apoio à decisão: Luís Fernandes e Maria do Rosário Silva, “*O que a droga fez à prisão: um percurso a partir das terapias de substituição opiácea*” (a publicar no início de 2009); Jorge Negreiros e Ana Magalhães, “*Estimativas da prevalência do consumo problemático de drogas: Portugal 2005*” (a publicar no início de 2009); Casimiro Balsa, “*Inquérito nacional ao consumo de substâncias psicoactivas na população geral: Portugal 2007*”; Margarida Gaspar de Matos, “*Consumo de substâncias: Estilo de vida? À procura de um estilo?*”; IDT, I.P., “*A situação do país em matéria de drogas e de toxicodependências: relatório anual 2007*”.

Destaca-se, ainda, o suporte gráfico realizado para as seguintes actividades: acção formativa no âmbito do Protocolo de Colaboração estabelecido com o Sindicato Nacional de Polícia (SINAPOL) “Formação em Drogas e Toxicodependências”; Fórum Nacional sobre o Álcool, Encontro Nacional do IDT, I.P. 2008; Relatório de Actividades 2007 – Sinopse; Início do processo de criação e desenvolvimento gráfico do “Manual de Orientações Gráficas e Técnico-pedagógicas de Modelos e Documentos para Formação”.

Em 2008, no que diz respeito à Revista “Toxicodependências” foram editados três números de 2000 exemplares cada, com artigos originais, sobre a problemática das toxicodependências, tendo colaborado 52 autores e co-autores (26 mulheres, 26 homens), de diversas profissões (Docentes 27%; Médicos/Psiquiatras 15%; Psicólogos 50%; Sociólogos/Antropólogos 2%; Outras profissões 6%). Destes, 41% são profissionais do IDT, I.P., 57% são de outras instituições nacionais (universidades e outras) e 2% são de origem estrangeira.

Foram abordadas as seguintes áreas temáticas: tratamento/avaliação, psicologia/psicoterapia, sociologia, políticas de intervenção, resultados de investigação, monografias, estudos clínicos e artigos de opinião.

Durante o ano de 2008, contribuindo para a *promoção e realização de projectos de base populacional*³⁷ [objectivo operacional 32], procedeu-se à **conclusão da análise de dados e redacção de relatórios** dos diversos estudos que, periodicamente, o IDT, I.P. **desenvolve** – *Inquérito Nacional em Meio Escolar* (INME), *European School Survey on Alcohol and other Drugs* (ESPAD); *Estudo sobre os Consumos de Álcool, Tabaco e Droga* (ECATD) – e **promove** através de protocolos/contratos com instituições universitárias – *Inquérito Nacional ao consumo de substâncias psicoactivas na População Geral* (INPG), através do CEOS da

³⁷ Trabalhos desenvolvidos pelo IDT, I.P., no âmbito de protocolos com Universidades e/ou Centros de Investigação Universitários, ou em parceria com o Ministério da Educação, Casa Pia de Lisboa, CNLCS, Fundação Calouste Gulbenkian.

FCSH/UNL; a Estimativa do Consumo Problemático de Drogas, através da FPCE/UP; e o *Inquérito Nacional nas Prisões “Droga e Prisões”*, através do CIES do ISCTE/UL.

Tendo em vista completar a informação do INPG foi possível promover, em 2008, a elaboração dum relatório analisando o “Consumo de Álcool na População Geral”, que não constava do relatório final daquele estudo³⁸.

Foi dada continuidade a um **Programa de estudos sobre Percepções e Representações Sociais**, que inclui os projectos referentes à Lei n.º 30/2000 (vulgo “Lei da descriminalização do consumo de drogas”) e ao **Fenómeno da Toxicodependência** (toxicodependência, toxicodependentes, serviços disponíveis, etc.), na População Geral, nos Consumidores de Drogas (meio recreativo e contexto tratamento/redução de danos), Público do *Rock in Rio* e Técnicos dos Serviços Públicos e Privados.

No que concerne à *promoção de estudos em áreas inovadoras de apoio à decisão*³⁹ [objectivo operacional 33], iniciaram-se as diligências com vista à realização de um estudo sobre a **“Avaliação do impacto do tratamento na qualidade de vida dos toxicodependentes”**

Ainda no âmbito deste objectivo, em articulação com o Grupo Português de Activistas (GAT) sobre o Tratamento do VIH/SIDA, foi possível, através de investigadores da UP (FL e FPCE), promover a elaboração de um relatório de um estudo sobre os **“Programas de substituição opiácea nas prisões”** que vem analisar uma outra dimensão do fenómeno do consumo de drogas entre a população reclusa, contribuindo assim, para a tomada de decisão mais informada numa área de intervenção particularmente crítica.

Quanto à *promoção de uma agenda de investigação/avaliação e correspondente programa de financiamento*⁴⁰ [objectivo operacional 35], salienta-se o apoio à realização do Simpósio “Olhares cruzados sobre a Droga II – Abordagem transdisciplinar e transnacional” que contou, pela primeira vez, com a presença de investigadores do Brasil e dos PALOP. Para além da partilha de experiências e de resultados o simpósio pretendeu ser um contributo para o desenvolvimento de uma Rede de Investigadores sobre Álcool e Drogas (RIAD) de língua portuguesa.

O IDT, I.P., com vista a *potenciar as competências dos intervenientes e profissionais que directa ou indirectamente actuem no domínio das drogas e toxicodependências* [objectivo operacional 37], promoveu a participação dos seus colaboradores em intervenções formativas, realizando-se, no âmbito da formação IDT, I.P., 545 acções formativas (755 em 2007), 2 474 participações (1641 em 2007) e 46 212 horas investidas em formação (37 526 em 2007).

Refira-se que, das 545 acções formativas executadas, 234 são referentes a acções internas e 311 a acções externas, registando-se, nesse ano, uma ligeira tendência de maior equilíbrio entre Formação Interna e Externa realizada, assumindo esta última 57,06% do investimento formativo total⁽⁴¹⁾. Em comparação com o ano anterior, observa-se uma diminuição em 27,81% do número total de acções formativas realizadas, com

³⁸ As questões do álcool não eram da competência do IDT, I.P. e portanto, não tinham sido contratualizadas.

³⁹ Trabalho desenvolvido pelo IDT, I.P. ou Investigadores universitários.

⁴⁰ Trabalho em parceria com Universidades e Centros de investigação.

⁴¹ Em 2007, a Formação Externa realizada assumia 62,78% da execução formativa total.

expressão quer ao nível da Formação Interna, organizada e promovida pelo IDT, I.P., a qual teve uma redução de 16,72%, quer ao nível da Formação Externa, dado verificar-se um decréscimo desta na ordem dos 34,39%.

A totalidade dos Grupos Profissionais frequentou, no ano de 2008, Formação Profissional Interna e Externa, sendo de destacar que a Formação Interna, não sendo a tipologia formativa com maior peso na totalidade da Formação realizada, é aquela que apresenta um maior número de participantes e de horas dispendidas⁴².

É de realçar o elevado número de participantes em Formação Profissional Interna, enquadrados nos Grupos Profissionais “Enfermagem”, “Administrativo” e “Técnico Superior de Regime Geral”.

Destaca-se que todos os Grupos Profissionais registam um incremento do número de participações, por comparação com o ano anterior, à excepção do grupo “Técnico Superior – Serviço Social”.

Relativamente à Formação Externa, destacam-se os participantes que integram os Grupos Profissionais “Técnico Superior – Serviço Social”, “Técnico Superior de Saúde – Psicologia” e “Técnico Superior de Regime Geral”.

Apesar da diminuição global do número de Acções de Formação realizadas no ano de 2008, verificou-se um aumento em mais de metade (50,8%) no número total de participações dos profissionais nas intervenções formativas realizadas. Este aumento sustenta-se, essencialmente, ao nível da Formação Interna (+83,32%), verificando-se uma variação positiva mínima ao nível das participações em Formação Externa, na ordem dos 0,61%.

Já quanto ao número de Horas Investidas em Formação Interna, houve um aumento na ordem dos 36,33%. Salienta-se que se em 2007 os “Técnicos Profissionais” foram o grupo profissional que apresentou o maior incremento quanto a este indicador, já em 2008, e em comparação com o ano anterior, são os “Informáticos” o grupo que apresenta o maior crescimento quanto ao nível da participação, na ordem dos 1.031,43%.

Relativamente às Horas Investidas em Formação Externa, houve uma ligeira diminuição percentual (8,99%), comparando os anos 2007 e 2008. É possível evidenciar, em 2008, o investimento realizado no grupo profissional dos “Médicos”, já que apresenta o maior número de horas dispendidas em formação. Verifica-se igualmente que os grupos profissionais dos “Dirigentes”, “Superior de Saúde de Regime Geral” e “Técnico Superior – Serviço Social” foram os que mais se evidenciaram, quanto ao total de horas de formação realizadas.

Por comparação a 2007, verifica-se um incremento do investimento financeiro (23,61%) aplicado em Formação Interna. Já quanto à Formação Externa, observa-se um decréscimo no investimento financeiro na ordem dos 27,34%, sendo que a diminuição no número total de acções formativas externas realizadas corresponde a um valor percentual de 34,39%.

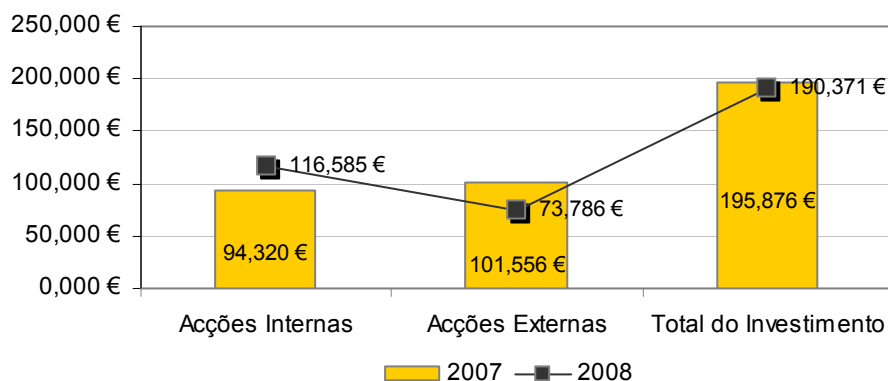
⁴² Podem ser consultados os principais indicadores referentes ao nº de participantes e nº de horas investidas, por grupo profissional e por tipo, segundo o ano, no Relatório de Actividades do IDT, I.P. de 2008.

Quadro 138 - Investimento Financeiro, por Tipologia de Formação e segundo o Ano

Acções	2007	2008
Internas	94.319,75 €	116.585,02 €
Externas	101.556,22 €	73.785,56 €
Total	195.875,97 €	190.370,58 €

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P./DMFRI/NF; DR

De um modo global, podemos apontar para uma ligeira diminuição no investimento financeiro aplicado em Formação na ordem dos 2,81%, conforme ilustrado na figura que se segue.

Figura 60 - Investimento financeiro por tipologia

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P./DMFRI/NF; DR

No que respeita à Formação IDT, I.P. Co-Financiada, a execução realizada, tendo em conta uma política de racionalização financeira e de investimento formativo a partir de fundos comunitários, nomeadamente FSE, foi operacionalizada no ano em análise através da execução de 14 acções formativas – 1 produzida no âmbito do POS – Saúde XXI e 13 no âmbito do recente POPH do QREN.

Esta execução foi dirigida a 211 formandos internos, tendo ainda abrangido 45 formandos externos, correspondendo a um total de 1.081 horas de formação realizadas, perfazendo um volume formativo de 16.547 horas.

Ainda no respeitante a Formação executada em 2007, produzida ao abrigo do POS – Saúde XXI (FSE), elaboraram-se, já em 2008, 2 Pedidos de Pagamento de Saldo Final (PPSF) para os Projectos: “Formação Profissional Contínua da Delegação Regional do Norte (DRN) do IDT, I.P. – 2007” e “Formação Profissional Contínua da DRC do IDT, I.P. – 2007”.

Em 2008, foi também apresentado ao GG do Saúde XXI, o PPSF respeitante a um Projecto Formativo executado no ano em análise, designadamente: “Melhoria Contínua da Qualidade nos Cuidados de Enfermagem do IDT, I.P.”. Este correspondeu a um volume formativo total realizado de 150 horas e contou com a participação de 25 enfermeiros das 5 Delegações Regionais deste Instituto.

Ainda em 2008, foram também realizados com o co-financiamento do POPH do QREN (FSE) e através do Eixo Prioritário 3 “Gestão e Aperfeiçoamento Profissional” e o Eixo Prioritário 8 “Algarve” os seguintes Projectos Formativos:

- Projecto n.º 010334/2008/36 – Região Norte (Tipologia “3.6 – Qualificação para os Profissionais da Saúde), composto por 6 acções e um total de 199 horas e um volume total de 4.593 horas formativas executadas. Teve a participação de 119 profissionais adstritos à Delegação Regional do Norte e contemplou, igualmente, a participação de profissionais da Delegação Regional do Centro, designadamente na acção “Formação sobre Problemas Ligados ao Álcool”.
- Projecto n.º 010340/2008/36 – Região Centro (Tipologia “3.6 – Qualificação para os Profissionais da Saúde), constituído por 1 acção de formação dirigida a 18 profissionais da Delegação Regional do Centro, a qual teve uma duração total de 60 horas e um volume formativo executado de 1 026 horas.
- Projecto n.º 010420/2008/836 – Região Algarve (Tipologia “8.3.6 – Qualificação para os Profissionais da Saúde), dirigido a 49 profissionais da Delegação Regional do Algarve e composto por 3 acções formativas, perfazendo um total de 42 horas de formação realizadas e totalizando um volume global de 665 horas.
- Projecto n.º 010538/2008/861⁴³ – Região Algarve (Tipologia 8.6.1 – Formação para a Inclusão), destinado a 45 utentes abstinentes, inscritos nas Equipas de Tratamento da Delegação Regional do Algarve, o qual foi constituído por 3 acções de formação com uma duração total de 774 horas e um volume formativo realizado de 10.113 horas.

De referir que os Projectos acima mencionados corresponderam à execução de actividades formativas delineadas no “Plano Nacional de Formação IDT, I.P. – 2008”, o qual consagrou a possibilidade de pôr em prática, no terreno, e através do seu contributo em matéria de aquisição e valorização das competências dos profissionais deste Instituto, bem como da facilitação na transmissão de conhecimentos e informação a todos os que procuram o IDT, IP, a prossecução do previsto no Plano Nacional Contra a Droga e as Toxicodependências 2005-2012 e no Plano de Acção contra o Alcoolismo, no âmbito do Plano Nacional de Saúde 2004-2010.

Por fim, foram ainda candidatos ao POPH do QREN, em Novembro de 2008, 6 Projectos Formativos para execução durante o ano de 2009.

Salienta-se, ainda, a organização dos seguintes eventos: Realização do *Fórum Nacional sobre o Álcool*⁴⁴, o qual contou com 146 participantes; 2.^a *Conferência Anual da “International Society for the Study Policy – ISSDP”*⁴⁵, que contou com 129 participantes oriundos de todo o mundo; *Encontro Nacional do IDT, I.P. – 2008*, envolvendo 558 participantes; *XXI Encontro das Taipas “Actualização em Patologia Aditiva”*, o qual contou com 596 participantes; Encontro “*Unidades de Saúde e Substâncias de Abuso*”, destinado a 149

⁴³ Projecto Formativo Plurianual (2008/2009).

⁴⁴ Esta actividade foi executada com o intuito de promover o envolvimento dos diferentes parceiros nacionais – cuja actividade tem implicações, directas ou indirectas, na temática respeitante ao álcool, desde a sua produção até ao seu consumo – na elaboração das diferentes etapas respeitantes à conceptualização e preparação dos documentos estratégicos e de acção para a apresentação do Plano Nacional para a Redução dos PLA. Foi realizada em estreita articulação a Alto Patrocínio do Governo Civil de Coimbra.

⁴⁵ Esta actividade, em parceria com o OEDT teve como objectivos desenvolver as relações entre analistas das políticas públicas de droga e o campo de acção e constituir uma interface para as relações entre investigadores e decisores de política. Esta Conferência contou com representantes do CNCDDT (Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira) e 5 representantes da sociedade civil (CIES/ISCDE e FPUP).

profissionais das Unidades deste Instituto e dos Centros de Saúde da Região Centro; *IV Congresso Luso-Galaico "Qualidade de Cuidados nas Dependências"*⁴⁶, que contou com 420 participantes; *Sessão de Apresentação do Relatório Anual 2007 – A Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências*, bem como do Relatório Anual 2008 – A Evolução do Fenómeno da Droga na Europa⁴⁷; apresentação dos resultados preliminares dos estudos “*Drogas e Prisões em Portugal – 2007*” e “*Estimativa da Prevalência do Consumo Problemático*”⁴⁸, procedendo-se na mesma ocasião ao lançamento do livro “*Consumo de Substâncias: Estilos de vida? À procura de um estilo?*”.

Ao nível da Formação realizada em Parceria, destaca-se a execução de três módulos, referentes ao Curso de Formação Plurimodular “*Intervir Face às Dependências de Drogas – O Fenómeno da Droga e da Toxicodependência*” e a execução de uma nova acção formativa designada “*Prevenção Primária das Toxicodependências em Meio Familiar*”, tendo o Governo Regional da Região Autónoma da Madeira (RAM) solicitado a este Instituto que, à semelhança dos três anos anteriores, disponibilizasse Formadores especialistas na área das Drogas e das Toxicodependências, bem como colaborasse na definição e elaboração das temáticas e conteúdos programáticos.

Ainda quanto à cooperação deste Instituto com a RAM, foi disponibilizado 1 Formador para participar na acção formativa “*Regime de Estágios dos Técnicos Superiores de Saúde*”.

Destaca-se, ainda, a colaboração efectuada entre este Instituto e a Secretaria Regional da Educação e Ciência (SREC), da Direcção Regional da Juventude (DRJ) e da Região Autónoma dos Açores, através da participação de um Formador deste Instituto no “*Curso de Agentes de Prevenção Primária*”.

No âmbito do acordo de colaboração celebrado entre o IDT, I.P. e o Sindicato Nacional da Polícia (SINAPOL), foi realizada a “*Formação em Drogas e Toxicodependências*”, dirigida a 20 sócios daquele Sindicato, num total de 18 horas, perfazendo um volume global de 264 horas formativas realizadas.

⁴⁶ Em parceria com a *Subdirección Xeral de Saúde Mental e Drogodependencias* e apoiado pela Iniciativa Comunitária INTERREG III (Cooperação Transfronteiriça Portugal - Espanha).

⁴⁷ Elaborado e apresentado pelo OEDT.

⁴⁸ No âmbito da Semana de Comemorações do Dia Internacional Contra o Abuso e Tráfico Ilícito de Drogas.

Polícia Judiciária

No que respeita à promoção, divulgação e acesso da informação objectiva e fiável nesta área, nomeadamente investindo em *publicações electrónicas e promovendo o acesso a material informativo/formativo* [objectivo operacional 30 (acção 30.6.)], foram produzidos, em formato electrónico, os relatórios estatísticos TCD (semestrais e anuais) e divulgados no site institucional da Polícia Judiciária (PJ).

Também no que respeita à *promoção de projectos de “investigação-acção”*, designadamente a *elaboração de estudos anuais relativos à situação dos principais tipos de estupefacientes em Portugal bem como aos resultados obtidos pelas autoridades no domínio da repressão da oferta* [objectivo operacional 31 (acção 31.1.)], foram também produzidos relatórios estatísticos TCD (semestrais e anuais), espelhando o resultado da actividade das várias entidades, no processo de repressão do fenómeno de tráfico de droga.

Com a finalidade de *Promover o acompanhamento, monitorização e avaliação das intervenções no terreno*, bem como a *avaliação da qualidade dos serviços prestados e dos resultados alcançados* [objectivo operacional 34 (acção 34.4.)], para além da avaliação constante efectuada através da hierarquia interna, cada departamento da PJ elaborou relatórios mensais e anuais de avaliação, sendo ainda elaborados pela UNCTE relatórios Estatísticos TCD semestrais e anuais.

No sentido de *potenciar as competências dos intervenientes e profissionais que directa ou indirectamente actuem no domínio das drogas e toxicodependências*, e mais especificamente *acções de formação e especialização profissional relativamente ao tráfico de estupefacientes e percursores, com prioritária incidência na área das drogas sintéticas, da utilização das novas tecnologias, do branqueamento de capitais e do tráfico por via marítima* [objectivo operacional 37 (acção 37.5.)], a PJ organizou vários cursos de formação, dirigidos a funcionários de polícia e de segurança, dos quais se destacam o curso de “Tráfico de Estupefacientes por Via Marítima”, o curso de “Tráfico de Drogas Sintéticas e Laboratórios Ilícitos”, o curso de “Estratégias de Combate ao Consumo e Tráfico de Droga”, o curso de “Detecção de Drogas: Situação em Portugal e caracterização do fenómeno” e o curso de “Identificação de Drogas e Recolha de Provas de Crime”.

A PJ participou, ainda, em vários cursos de formação, organizados por outras entidades policiais, no âmbito da repressão do fenómeno de tráfico de droga.

Ainda no âmbito do mesmo objectivo e no sentido de *desenvolver e participar, em colaboração com a CEPOL, em acções de formação em matéria de normalização, a nível europeu, de boas práticas, técnicas e metodologias de investigação, análise e tratamento de informação que promovam a cooperação internacional na luta contra o tráfico de estupefacientes* [objectivo operacional 37 (acção 37.6.)], a PJ organizou vários cursos no âmbito da CEPOL, destacando-se o curso “Train the Trainers-Money Laundering” e o curso “High Tech Cybercrime”.

Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar⁴⁹

Ao longo do ano de 2008, realizaram-se nas diferentes unidades militares, através dos respectivos Núcleos de Apoio ao Comando (NAC), sessões de informação e esclarecimento sobre a problemática da toxicodependência e do alcoolismo, promovendo-se a divulgação do Programa das Forças Armadas.

Na Marinha, as sessões informativas decorreram, também, sob a iniciativa e com a participação do Grupo Coordenador do Ramo, do LAFTM e da UTITA.

No Exército, complementarmente, procedeu-se à divulgação do PPCDAFA⁵⁰, de directivas orientadoras e do Plano de Actividades aprovado, através da *Intranet* do Ramo.

No sentido de *promover a realização de projectos de base populacional* [objectivo operacional 32 (acção 32.2.)] e na perspectiva de continuidade do estudo epidemiológico, acerca da prevalência do consumo de drogas na população militar, a Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (DGPRM) desenvolveu diligências junto do Exército visando a prossecução da 2ª fase do referido estudo. Esta investigação faz parte de um projecto que abrange as Forças Armadas, realizado em 2007 na Marinha em colaboração com o LAFTM, com vista a estimar a prevalência do consumo de drogas ilícitas no Ramo, a partir de uma amostra aleatória simples de militares.

Para além do objectivo principal do estudo, pretendia-se também quantificar e descrever as características socio-demográficas dos consumidores e procurar significância estatística que as relacione com a positividade no rastreio, descrever a metodologia do rastreio (selecção da amostra, realização de colheitas, cadeia de custódia, tecnologia analítica e tratamento estatístico adequado), no sentido de sugerir uma abordagem padrão para a realização de estudos similares nos Ramos e organizações interessadas e, ainda, enquadrar os resultados estatísticos anuais, do último quinquénio, decorrentes da realização de despistes toxicológicos.

No sentido de *promover a avaliação da qualidade dos serviços prestados e dos resultados alcançados* [objectivo operacional 34 (acção 34.4.)], o LAFTM deu continuidade ao processo iniciado de implementação de um sistema de gestão de qualidade, no sentido da acreditação das suas práticas laborais, de acordo com a Norma NP EN ISSO/IEC 17025:2005.

No que respeita à avaliação externa, na área da detecção de drogas ilícitas e álcool em meios biológicos, o LAFTM participou em dois programas internacionais de avaliação de qualidade, coordenados, respectivamente, pelo *Institut Municipal de Investigación Mèdica (IMIM) de Barcelona* e pelo Ministério da Justiça Espanhol, necessários ao processo de acreditação.

⁴⁹ O encargo financeiro decorrente do PPCDAFA, por eixos de intervenção, bem como a evolução do investimento do mesmo, pode ser consultado no capítulo Dissuasão da Toxicodependência.

⁵⁰ O PPCDAFA insere-se num programa global da DGPRM que abarca diferentes áreas de missão e transversais. Por razões de estrutura deste relatório aparece plasmado em diferentes capítulos.

Ainda no âmbito deste objectivo, a UTITA desenvolveu os seguintes projectos de avaliação: “Avaliação da eficácia do programa residencial” e “Avaliação da satisfação dos utentes”.

No primeiro projecto referido, tendo por base os conceitos da DSM IV, da Associação Psiquiátrica Americana, foram reavaliados 47 dos 65 indivíduos que realizaram programas de tratamento residencial em 2008 e os resultados apontaram para uma taxa de remissão total sustentada.

Dos 34 militares que realizaram o Programa em 2007 foram efectuadas 30 avaliações em 2008 (mais de um ano após o tratamento), verificando-se uma taxa de remissão total de 86%.

No segundo projecto referido, utilizou-se como instrumento de medida a realização de questionários aos utentes, sobre as diferentes componentes do programa (disponibilidade dos técnicos, informação obtida sobre o programa, recepção pela enfermagem, terapia de grupo, informação obtida no programa, tratamento, alimentação, sistema de visitas e actividade física) e obteve-se, em termos médios, valores de satisfação muito elevados.

No sentido de *potenciar as competências dos intervenientes e profissionais que directa ou indirectamente actuem no domínio das drogas e toxicodependências, promovendo formação inicial e continua nas várias áreas de intervenção, tais como o meio militar (COPAD, TCO) ...*[objectivo operacional 37 (acção 37.2.)], realizaram-se em 2008, nas Forças Armadas, no âmbito do PPCDAFA, as seguintes acções de formação:

Na Escola do Serviço de Saúde Militar, foram realizados dois cursos de *Operadores de Prevenção de Alcoolismo e Toxicodependência* (COPATD), com a participação de 55 militares das Forças Armadas, 10 da GNR e 10 elementos da PSP, num total de 75 formandos.

Destinado a Oficiais e Sargentos, em posições de chefia, estes cursos tiveram, por objectivo principal, proporcionar conhecimentos sobre a problemática da dependência de substâncias e desenvolver aptidões para a identificação e acompanhamento de patologias associadas ao uso de drogas e álcool.

A mesma Escola de Serviço de Saúde proporcionou o Curso de Validação Clínica em Toxicologia de Drogas de Abuso (*Medical Review Officer*) a 9 médicos, das Forças Armadas, tendo por objectivo habilitar os médicos para a revisão e interpretação dos resultados positivos do rastreio toxicológico, para a respectiva validação clínica e para transmitir conhecimentos que contribuam para a realização das acções previstas no PPCDAFA.

De salientar que, ao longo do ano, foram ministrados, nas principais Unidades das Forças Armadas, Cursos Gerais de Droga, com a participação dos NAC, outros órgãos dos Ramos envolvidos no PPCDAFA e entidades convidadas.

Também nos diferentes cursos das Academias, Institutos e Centros de Formação, prevêem-se tempos lectivos sobre a temática da droga e álcool, com referência à problemática associada ao consumo e dando destaque ao programa das Forças Armadas, tendo por grupos alvo, Oficiais, Sargentos e Praças.

Salienta-se, ainda, em 2008, a realização, no Exército, de um curso de Segurança Militar (-2, que em 2007), com a participação de 10 Oficiais (-13, que em 2007) e 11 Sargentos (-7, que no ano anterior), do Ramo.

O curso destinou-se a Oficiais e Sargentos e visou habilitá-los para o exercício de funções relacionadas com a segurança militar em Unidades, Estabelecimentos e Órgãos, possuindo uma componente sobre prevenção e combate às toxicodependências (supervisão da realização de rastreios, elaboração de relatórios técnicos, entre outras), habilitando para o apoio à decisão dos comandantes, nesta área específica.

Reordenamento Jurídico

Resultado a atingir

Clarificação do quadro e relacionamento institucional

Objectivo 38. Preparar e propor alterações legislativas no âmbito da Lei N.º 30/2000 e legislação complementar				
Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
38.1. Redimensionamento das CDT, garantindo a proximidade do indiciado aos serviços e respostas existentes	2006-2008	MS, IDT, MAI, MJ, MTSS	Diplomas jurídico-normativos publicados / Documentos produzidos.	IDT, I.P./MAI – Despachos Conjuntos n.º 11/03/2008 e 15/05/2008, que visaram a nomeação de novos membros (Vogais e Presidentes), para a reposição de <i>quórum</i> nas CDT.
38.2. Clarificação das competências das CDT	2006-2008	MS, IDT, MAI, MJ, MTSS	Diplomas jurídico-normativos publicados / Documentos produzidos.	IDT, I.P./MAI/ MS – Celebrado um Protocolo de 17 de Julho de 2008, entre o IDT, I.P., MAI e MS, em que nos termos e para os efeitos da Lei 5/2006, de 23 de Fevereiro, o IDT, I.P. fica apenas com a obrigação de comunicar a aplicação da sanção de inibição de uso e porte de arma (alínea f do n.º 2 do art. 17º da Lei 30/2000) às autoridades policiais, deixando de emitir certidões a partir do dia 30 de Julho de 2008.
38.3. Redefinição das medidas sancionatórias previstas na lei	2006-2008	MS, IDT, MAI, MJ, MTSS	Diplomas jurídico-normativos publicados/ Documentos produzidos.	IDT, I.P. / MAI – alteração da distribuição do valor da coima, nos termos previstos no Despacho Conjunto n.º 4021/09, de 13 de Janeiro.
38.5 Clarificação das competências dos Governos Cívicos	2006-2008	MS, IDT, MAI, MJ, MTSS	Diplomas jurídico-normativos publicados/ Documentos produzidos.	IDT, I.P./MAI – Efectivada a transferência de competências para o IDT, I.P., por proposta dos Governos Cívicos, submetida ao IDT, I.P em Dezembro de 2008, definida por de Despacho Conjunto n.º 4021/09, de 13 de Janeiro.

No sentido de *preparar e propor alterações legislativas no âmbito da Lei n.º 30/2000 e legislação complementar* [objectivo operacional 38], aguarda-se resposta da proposta enviada à tutela em 2006, para alteração dos diplomas legais e atribuição de competências ao IDT, I.P. que permitam um efectivo acompanhamento da operacionalização. No entanto, refira-se a saída de dois **Despachos Conjuntos n.º 11/03/2008 e n.º 15/05/2008**, que permitiram a nomeação de novos membros (Vogais e Presidentes), para a reposição de *quórum* nas Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência (CDT).

No âmbito do mesmo objectivo mas no sentido de *clarificar as competências das CDT* [acção 38.2.], foi celebrado um **Protocolo, de 17 de Julho de 2008**, entre o IDT, I.P., MAI e MS, em que nos termos e para os efeitos da Lei 5/2006, de 23 de Fevereiro, o IDT, I.P. fica apenas com a obrigação de comunicar a aplicação da sanção de inibição de uso e porte de arma (alínea f do n.º 2 do artigo 17.º da Lei 30/2000) às autoridades policiais, deixando de emitir certidões a partir do dia 30 de Julho de 2008. Este Protocolo teve impacto no desenrolar das actividades das CDT, pois era elevado o volume de emissão de certidões, de teor negativo, que o Gabinete de Apoio à Dissuasão (GAD) tinha de processar e conseqüente acréscimo de volume de trabalho para as CDT.

Ainda, no mesmo âmbito, contribuindo para a *clarificação das competências dos Governos Civis* [acção 38.5.], aquando da Lei 60-A/2005, de 30 de Dezembro, ficou prevista a transferência de competências para o IDT, I.P., elencadas no n.º 4 do artigo 5.º da Lei 30/2000, bem como da disponibilização das instalações previstas no n.º1 do artigo 2.º do Decreto-Lei 130-A/2001, de 23 de Abril. Tal transferência ocorreu, por proposta dos Governos Civis submetida ao IDT, I.P., em Dezembro de 2008 e definida através de **Despacho Conjunto n.º 4021/2009, de 13 Janeiro**. O referido Despacho veio alterar também o modo de distribuição do valor da coima.

Outra Legislação Publicada em 2008

- **Portaria n.º 131/2008, de 13 de Fevereiro** - Aprova o Regulamento que estabelece as condições de financiamento público dos projectos que constituem os Programas de Respostas Integradas (PRI).
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2008** - Aprova o Plano Nacional de Saúde Mental para o período 2007 a 2016. Prevê-se, entre outros aspectos, um impacto crescente na sociedade portuguesa de problemas directa ou indirectamente relacionados com a saúde mental, como sejam os problemas de violência doméstica, o abuso de álcool ou drogas, ou a delinquência juvenil.
- **Despacho Normativo n.º 51/2008** - Aprova o Regulamento Interno do IDT, I.P.
- **Despacho n.º 18683/2008** - Fixa os requisitos a observar no estabelecimento das Convenções entre o Estado, através do IDT, I.P. e as Unidades Privadas de Saúde, com ou sem fins lucrativos, tendo em vista o apoio ao tratamento de toxicodependentes e alcoólicos nas unidades de tratamento nele referidas.

- **Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008** - Não obstante a derrogação operada pelo art. 28.º da Lei 30/2000, de 29 de Novembro, o art. 40.º, n.º 2, do Dec.-Lei 15/93, de 22 de Janeiro, manteve-se em vigor não só «quanto ao cultivo» como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias.

ÁREAS DE MISSÃO

Redução da Procura

PORI

Prevenção

Dissuasão

Redução de Riscos e Minimização de Danos

Tratamento

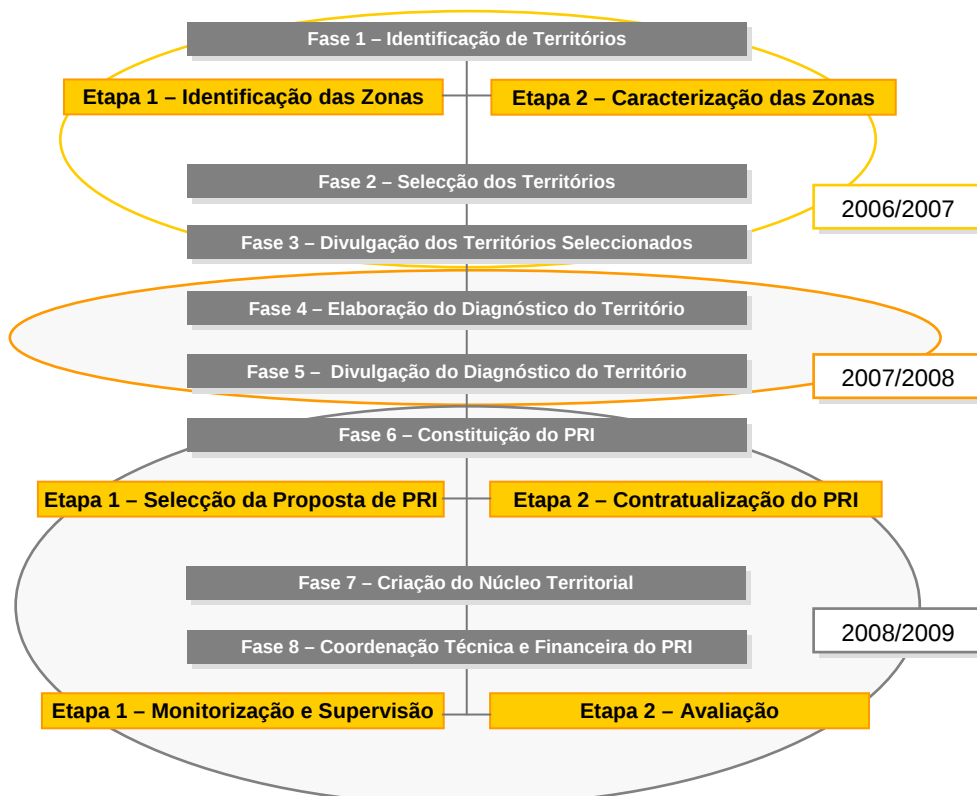
Reinserção

Redução da Oferta

Plano Operacional de Respostas Integradas – PORI

O Plano Operacional de Respostas Integradas (PORI) é uma medida estruturante ao nível da intervenção integrada, no âmbito do consumo de substâncias psicoactivas, que privilegia a existência de diagnósticos rigorosos que fundamentem a intervenção no território. A sua operacionalização obedece à implementação de fases sequenciais (conforme figura 61) e é efectuada com a criação de Programas de Respostas Integradas (PRI) em cada território.

Figura 61 - Esquema de visualização do nível de execução do PORI



Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P./ PORI

Em 2008, deu-se continuidade à implementação das Fases 4 e 5 do PORI, correspondentes à elaboração e divulgação de diagnósticos de territórios.

A 13 de Fevereiro, através da publicação da Portaria n.º 131/2008, que regulamenta as condições de financiamento público dos projectos que constituem os PRI, foi possível passar à Fase 6 (Constituição dos PRI), pela abertura de concursos para co-financiamento de projectos que integraram os PRI.

Para além dos procedimentos previstos na referida Portaria, para cada concurso foi feita a sua divulgação e disponibilização do diagnóstico do território no sítio *web* do Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P. (IDT, I.P.), nos serviços regionais e locais.

Foi também feita a identificação das “áreas lacunares”, por área de missão (Prevenção, Redução de Riscos e Minimização de Danos, Tratamento e Reinserção), através da sinalização dos problemas/necessidades prioritários identificados no diagnóstico do território, dos grupos-alvo e das mudanças esperadas da intervenção a desenvolver. Assim, em cada concurso, previu-se o co-financiamento de projectos que respondessem às áreas lacunares, identificadas no território, por área de missão.

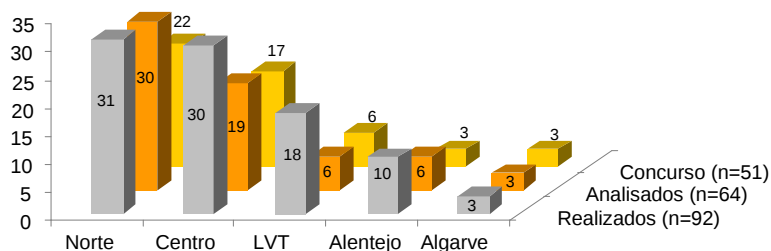
No sentido de harmonizar e hierarquizar os diagnósticos em termos de clareza, rigor e objectividade, foi criada a **Comissão de Análise dos Diagnósticos**, de forma a garantir, para efeitos da abertura de concurso, o rigor destes conteúdos, uma vez que os projectos candidatos deviam propor intervenções dirigidas à resolução dos problemas identificados.

Tendo em vista a abertura dos concursos, a Equipa do PORI dos Serviços Centrais, constituída por elementos das várias áreas de missão do IDT, I.P. elaborou os instrumentos necessários à sua operacionalização, nomeadamente: o Modelo de Aviso de Abertura do procedimento de atribuição de financiamento público; o Formulário de Candidatura, na componente técnica e financeira; os Eixos de Intervenção, na componente técnica (linhas orientadoras por área de intervenção); o Guia de Preenchimento dos formulários de candidatura; o Guia de Apoio às entidades proponentes; o Modelo de parecer técnico para as Delegações Regionais; os Critérios de Selecção das candidaturas; a Base de Dados para aplicação dos critérios de selecção; o Guia de Apoio aos procedimentos internos; e a Minuta do protocolo dos projectos co-financiados.

A Equipa elaborou, ainda, outros documentos referentes à constituição dos Núcleos Territoriais (Fase 7), dos PRI não financiados e à monitorização e avaliação (Fase 8), quer dos projectos financiados, quer dos PRI, que foram os seguintes: Guia para a constituição dos Programas de Respostas Integradas (PRI) com e sem necessidade de financiamento suplementar (Fase 6 – Constituição dos PRI); Guia para a constituição do Núcleo Territorial (Fase 7 – Criação do Núcleo Territorial); Modelo do compromisso de colaboração do Núcleo Territorial; Guia de apoio à coordenação técnica dos PRI (Fase 8 – Coordenação técnica e financeira dos PRI); Modelo de avaliação do PORI; Modelo de Planeamento do PRI; Ficha de tipificação das acções; Fichas de recolha de indicadores mensais dos projectos da Prevenção, da Reinserção e da Redução de Danos (adaptação); Proposta de circuito de procedimentos.

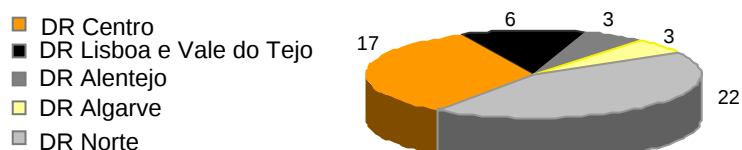
Contribuindo para o *reforço a intervenção de incidência local com base em programas de respostas integradas* [objectivo operacional 45], foram criados os Núcleos Territoriais, tendo em vista a constituição de PRI, bem como um sistema de monitorização e de avaliação dos mesmos.

Foram realizados diagnósticos em 92 territórios, dos quais 64 foram analisados pela Comissão de Análise e 51 serviram de base a abertura de concurso. Os diagnósticos locais foram elaborados pelos Centros de Resposta Integrada (CRI), em parceria com entidades locais.

Figura 62 - Distribuição dos diagnósticos, por região

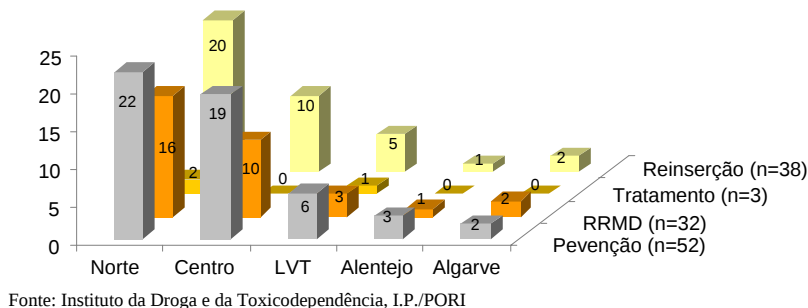
Fonte: Instituto da Droga e da Toxicoddependência, I.P./PORI

Ao longo de 2008, foram abertos concursos a PRI para 51 territórios, com a seguinte distribuição por região:

Figura 63 - Concursos a PRI, por região (n=51)

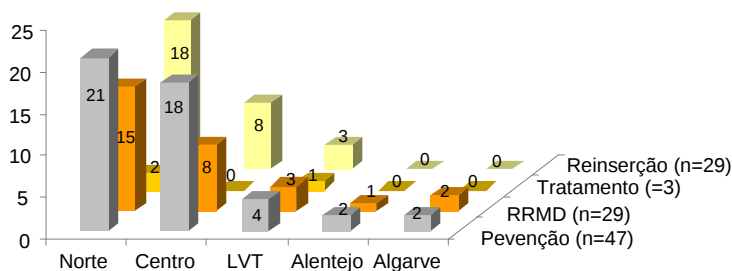
Fonte: Instituto da Droga e da Toxicoddependência, I.P./PORI

Pretendeu-se colmatar 125 áreas lacunares, identificadas nos 4 eixos de intervenção: Prevenção (52), Redução de Riscos e Minimização de Danos (32), Tratamento (3) e Reinserção (38).

Figura 64 - Áreas Lacunares, por região (n=125)

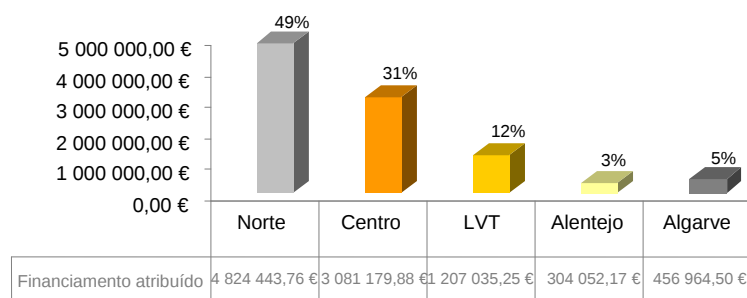
Fonte: Instituto da Droga e da Toxicoddependência, I.P./PORI

Das 125 áreas lacunares a concurso, foram aprovados 108 projectos, distribuídos pelas quatro áreas de missão. Existem áreas lacunares que não estão a ser alvo de intervenção co-financiada pelo IDT, I.P. devido à não apresentação ou à não aprovação de candidaturas.

Figura 65 - Projectos aprovados, por eixo de intervenção (n=108)

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicoddependência, I.P./PORI

Os 108 projectos implicaram um financiamento a dois anos, no valor de 9 873 675,56 €, distribuído por região, como se pode ver na figura seguinte:

Figura 66 - Financiamento atribuído, por região

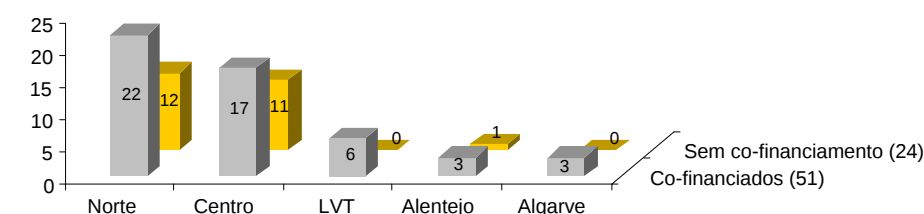
Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P./PORI

Para efectivar a criação dos PRI, são formalizados os Núcleos Territoriais que são constituídos pelas entidades que intervêm no território, financiadas ou não pelo IDT, I.P. e que se organizam em torno de um objectivo comum que é o de implementar os PRI. Este espaço de partilha e resolução de problemas em conjunto entre as várias entidades permitirá estabelecer um trabalho em rede, evitando o isolamento das intervenções e potenciando recursos.

Para tal, cada Núcleo Territorial elabora o Planeamento dos PRI para o território, definindo melhor os grupos a abranger, as respostas a implementar e os objectivos a alcançar.

Em 2008, foi iniciado o processo para a constituição de 75 Núcleos Territoriais, para implementar 51 PRI co-financiados pelo IDT, I.P. e 24 PRI sem necessidade de financiamento suplementar, uma vez que em alguns dos diagnósticos realizados se identificou como necessário, apenas, a reorganização das intervenções.

Concretizou-se, em 2008, a constituição de 57 Núcleos Territoriais, tendo 44 PRI iniciado a intervenção ainda nesse ano (24 PRI com financiamento suplementar e 20 sem financiamento suplementar).

Figura 67 - PRI, por região (n=75)

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P./PORI

Dos PRI com financiamento suplementar, em 2008, **tiveram início 71 projectos**, realçando-se, no entanto, que a **maioria destes iniciou a sua intervenção nos últimos meses do ano** (43 projectos nos meses de Novembro e Dezembro).

Numa fase inicial de funcionamento é necessário tempo para estruturar a intervenção directa com os públicos alvo e garantir a articulação com as entidades parceiras, de forma a garantir as condições necessárias para efectivar o trabalho no terreno. Assim, **35 projectos** (7 projectos de Reinserção, 10 de Redução de Riscos e Minimização de Danos, 16 de Prevenção e 2 de Tratamento), apresentaram os **primeiros indicadores de execução**, que, recolhidos mensalmente, dizem respeito exclusivamente às acções junto dos beneficiários, isto é, não tem por objectivo reflectir todo o trabalho que a implementação de um projecto implica, mas apenas

reportar alguns números relevantes, como por exemplo, o número de indivíduos abrangidos. Assim, **numa leitura global, foram abrangidos 4144 indivíduos**, com a seguinte distribuição por área de missão: 3193 na Prevenção, 629 na Redução de Riscos e Minimização de Danos, 213 no Tratamento e 109 na Reinserção.

Considerando o vasto leque de grupos alvo abrangidos, na prevenção, reinserção e tratamento, estão a ser desenvolvidas acções específicas para pais/familiares (194 no âmbito da prevenção, 8 no âmbito da Reinserção e 26 no âmbito do Tratamento), fundamentais para a eficácia da intervenção no seu todo.

Como já referido anteriormente, os Núcleos Territoriais, responsáveis pela implementação dos PRI, são constituídos por entidades públicas e privadas, que intervêm no território. Em 2008 fizeram parte dos Núcleos Territoriais dos PRI implementados, **285 entidades**. Destas, 110 são Organizações Não Governamentais (ONG) ⁵¹, 42 são Autarquias ⁵², 20 da área da Saúde ⁵³, 77 da área da Educação ⁵⁴, 2 da área da Justiça ⁵⁵, 5 das Forças de Segurança ⁵⁶, 23 da área da Segurança Social ⁵⁷, 5 no âmbito do Emprego e uma Empresa Municipal.

Com o início dos projectos no terreno, iniciou-se o acompanhamento e monitorização das intervenções pelos Núcleos Territoriais coordenados pelos CRI, correspondendo à Fase 8 do PORI (Coordenação Técnica e Financeira dos PRI), tendo sido assim possível, em 2008, implementar as últimas fases de operacionalização do PORI.

Uma vez que se trata de um programa com carácter experimental, foram identificados aspectos que necessitam de ser melhorados, nomeadamente, quanto à elaboração e análise dos diagnósticos e procedimentos inerentes aos concursos, que permitam uma progressiva melhoria da qualidade em termos de processo e de resultados.

⁵¹ Incluem Misericórdias, Instituições Particulares de Solidariedade Social, Associações, Fundações, entre outras importa destacar que das 110 ONG presentes nos Núcleos Territoriais, 47 são co-financiadas pelo IDT, I.P. no âmbito dos PRI.

⁵² Verifica-se também um peso importante das Autarquias nos Núcleos Territoriais, que incluem Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia.

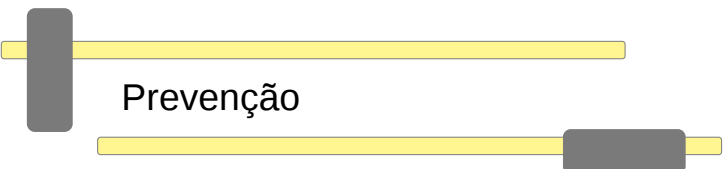
⁵³ Entre as quais Centros de Saúde, Administração Regional de Saúde e Unidades Locais de Saúde.

⁵⁴ Incluem Escolas do Ensino Básico e Secundário, Agrupamentos, Escolas Profissionais e Universidades.

⁵⁵ Intervêm a Direcção Geral dos Serviços Prisionais e a Direcção Geral de Reinserção Social.

⁵⁶ Onde se incluem a Polícia de Segurança Pública, a Guarda Nacional Republicana e a Polícia Municipal.

⁵⁷ Incluem os Centros Distritais do Instituto de Segurança Social, I.P., as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens e a Rede Social.



Prevenção

Resultado a atingir

Aumentar a qualidade da intervenção preventiva através do reforço da componente técnico – científica e metodológica

Objectivo

40. Incrementar o n.º de programas / projectos homologadas pelo IDT, I.P. que promovam estratégias e acções baseadas em evidência científica

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
40.1. Promover a criação de um sistema de validação técnica de programas já experimentados / aplicados	2006-2008	IDT	Número de programas certificados.	IDT, I.P. – No âmbito do PIF, 23 programas em execução.
40.2. Promover a elaboração e divulgação de um catálogo de programas preventivos certificados	2006-2008	IDT	Número de projectos inseridos no catálogo.	IDT, I.P. – Monitorizados 23 projectos para validação, prevendo-se a sua inserção em catálogo, em Julho de 2009.

Objectivo

42. Aumentar o número de materiais de suporte à prevenção

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
42.1. Colaborar na edição de documento com "linhas orientadoras" para o desenvolvimento de programas de prevenção, nomeadamente Projecto PERK	2006-2008	IDT, OEDT	Tradução em tempo; Número de consultas páginas em português.	IDT, I.P. – Enviados todos os documentos recebidos para os CRI – Equipas de Prevenção, no âmbito da manutenção e alargamento do sistema de divulgação da informação enviada pelo <i>National Collaborating Centre for Drug Prevention</i> (NCCDP).
42.2. Produzir e / ou adaptar materiais técnico-pedagógicos adequados às intervenções preventivas	2006-2008	IDT e outros	Número de materiais produzidos e adaptados.	IDT, I.P. – Produzidos / adaptados 6 materiais de intervenção preventiva; Divulgados e introduzidos 2 materiais no sítio web do IDT, I.P. e 4 no Portal Jovem; Distribuídos 100.000 exemplares de materiais de prevenção.

Resultado a atingir

Aumentar a abrangência, a acessibilidade, a eficácia e a eficiência dos programas de prevenção

Objectivo

43. Aumentar o nível de informação / sensibilização sobre as substâncias psicoactivas e riscos associados ao seu consumo

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
43.1. Desenvolver em colaboração com outras entidades campanhas, integradas e focalizadas, de informação / sensibilização relativas aos riscos associados ao consumo de substâncias psicoactivas: -Programa “Conversa com Copos” -Protocolos com Federações Desportivas -Formação de Técnicos -Protocolos com as Instituições de Ensino Superior que ministram cursos de educação física, saúde e ciências do desporto -Protocolo com Direcção Geral Viação -Protocolos com Associações Juvenis / Plataformas representativas do Associativismo Juvenil - Campanhas - Formação de Dirigentes Associativos Juvenis	2006-2008	IDT, IDP, DGS, CVP, Instituições de Ensino Superior, CNJ e MDN (ESSM)	Número de acções realizadas; População abrangida; Relatórios de avaliação baseados em instrumentos específicos de avaliação de conhecimentos.	IDT, I.P. – Realizadas 4 acções (taça Coca-Cola, corrida do Benfica, <i>Bike Tour</i> Lisboa e Porto), participação em 5 eventos, elaborada uma campanha a nível nacional e produzido um relatório de avaliação da intervenção na queima das fitas; No meio universitário produzidos 4 relatórios de levantamento de necessidades de formação e de oferta formativa; produzido parte de um documento de proposta de linhas de intervenção envolvendo as associações de estudantes universitários; e realizado um protocolo com a Associação do Politécnico de Beja. IDT, I.P./IDP – No Meio Universitário realizado um inquérito junto a diferentes estruturas e organismos no terreno, produzido um relatório sobre levantamento das intervenções das associações de estudantes do ensino superior público e privado e produzido um documento de levantamento de interfaces entre o ensino superior e o IDT, I.P., no âmbito da investigação. IDT, I.P./CVP – Envolvidos 17 CRI e a Região Autónoma dos Açores no acompanhamento do programa “Copos...quem decide és tu”.

Objectivo

44. Reforçar as acções de prevenção universal, eficazes e avaliadas, a aplicar nas escolas

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
44.1. Definir as modalidades de articulação entre IDT e o ME para Selecção e implementação dos programas / projectos de Educação para a Saúde Participação no Protocolo ME/MS	1º Semestre 2006: <i>Guidelines</i>	IDT, DGS, ME	Produção do documento.	IDT, I.P./ME – colaboração em 58 projectos do ensino básico e secundário, em 10 programas / projectos nas escolas, envolvendo 13 escolas e realizando 31 acções.
44.2. Rever a integração dos conteúdos nas áreas disciplinares curriculares e nas áreas curriculares não disciplinares: - Elaborar materiais relativos aos presentes conteúdos, em colaboração com outros	2007-2008: Implementação nas escolas	ME, IDP	N.º de Protocolos.	IDT, I.P. – Dada resposta a todas as solicitações do ME, relativas à colaboração na actualização dos conteúdos, nas áreas disciplinares curriculares e nas áreas curriculares não disciplinares, nomeadamente sobre os Problemas Ligados ao Álcool (PLA).

Objectivo**44.** Reforçar as acções de prevenção universal, eficazes e avaliadas, a aplicar nas escolas

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
Ministérios a disponibilizar em contexto escolar e universitário - Promover Protocolos de colaboração entre o IDP e o ME na área do Desporto Escolar				

Objectivo**45.** Reforçar a intervenção de incidência local com base em programas de respostas integradas

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
45.1. Colaborar na criação de um Plano Operacional de Respostas Integradas (PORI) de incidência local	2006-2008	IDT	Número de PRI implementados/ N.º de PRI programados.	IDT, I.P. – Aprovados para o eixo da prevenção 47 projectos; Produzido um documento técnico – normativo de definição de competências e actividades das Equipas de Prevenção; Criado um Núcleo Territorial em cada território de intervenção prioritária em que se implementou PRI; Realizados os diagnósticos RAR em todos os territórios seleccionados para intervenção prioritária; Aberto um concurso público com identificação de necessidades de intervenção, em 51 territórios; Implementados 51 PRI com financiamento e 24 PRI sem financiamento.

Objectivo**46.** Aumentar o n.º de programas de prevenção selectiva e indicada dirigida a grupos com factores de vulnerabilidade especificamente definidos

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
46.1. Promover em colaboração com outras entidades Programas / Intervenções específicas: Locais de lazer; Ginásios; Jovens em situação de institucionalização; Meio prisional.	2006-2008	IDT, DGS, MJ, MTSS, IPJ, CPL e DGSP	Número de projectos por contextos; Número de população abrangida; Resultados alcançados/Resultados previstos; Relatórios por projecto.	IDT, I.P. – Produzido um documento no âmbito da criação de rede multisectorial em espaços recreativos; Dada continuidade ao projecto ELIPSE, tendo sido criadas 5 redes nos respectivos concelhos, efectuados 3 protocolos, envolvidas 10 entidades e produzido um relatório; Em meio comunitário, no que respeita à intervenção com grupos vulneráveis de bairros socialmente desfavorecidos, envolvidas duas entidades, efectuadas 2 acções de formação e efectuadas 3 reuniões.

Objectivo

47. Melhorar os sistemas de atendimento, informação e apoio / encaminhamento na área do consumo de substâncias e temáticas associadas

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
47.1. Participar na criação de um sistema de atendimento a adolescentes numa lógica de diagnóstico e intervenção precoce	2006-2008	IDT, DGS (Saúde Mental e Adolescentes), ME, MTSS	N.º de acções / sensibilização formação; N.º de Projectos; N.º de Protocolos; População abrangida.	IDT, I.P. – Criados 5 espaços de Atendimento a Jovens; Realizadas 621 1ªs consultas de jovens e adolescentes e 239 consultas de seguimento para o referido público-alvo; 300 1ªs consultas de adultos; 123 1ªs consultas de famílias/outros e 123 1ªs consultas de Terapia Familiar; Realizadas 189 acções de sensibilização/formação de Educação para a Saúde e estabelecidos 4 protocolos com escolas e universidades. IDT, I.P. / FPCEUP – Departamento Comportamento Desviante / Universidade do Minho – Dep. Psicologia da Justiça - Produzidos 7 instrumentos no âmbito do Projecto Integrado de Apoio á Comunidade (PIAC). IDT, I.P./DGS – Centros de Saúde/MS/MTSS – Elaborado um documento, no âmbito da promoção de estruturas de apoio para jovens, numa lógica de diagnóstico e intervenção precoces.
47.2. Produzir <i>Guidelines</i> para atendimento de adolescentes com problemas de uso / abuso de drogas no âmbito do Ministério da Saúde, em articulação com a CPCJ e com as medidas da Lei de Promoção e Protecção de Menores	2006-2008	IDT, DGS (Saúde Mental e Adolescentes), ME, MTSS	N.º de acções / sensibilização formação; N.º de Projectos; N.º de Protocolos; População abrangida.	IDT, I.P./DGS/ME/MTSS em colaboração com a CPVJ – Elaborada uma proposta de constituição de um grupo de trabalho para produzir linhas orientadoras sobre atendimento de adolescentes com problemas de uso / abuso de drogas e álcool.
47.3. Desenvolver, em colaboração com outros Ministérios / Entidades, uma intervenção em meio laboral: - Estabelecer um Fórum de articulação com parceiros sociais e institucionais para desenvolvimento de Plano de Acção específico; - Dar continuidade ao Projecto Eurídice; Intervir em sectores profissionais estratégicos: • Sector dos Transportes • Trabalhadores Autárquicos • Empresas de prestação de serviços em Saúde Ocupacional - Intervir em Meio Escolar Profissional - Intervir em Cursos de Aprendizagem do IEF	2006-2008	IDT, MDN (DGPRM), ISHST, CES, CGTP	N.º de acções / sensibilização formação; N.º de Projectos; N.º de Protocolos; População abrangida.	IDT, I.P. – Produzido 1 relatório no âmbito da intervenção nas escolas Profissionais; abrangidas 8 escolas no projecto-piloto. IDT, I.P. / CGTP – desenvolvimento do projecto Interação (Eurídice), de intervenção em meio laboral e realizado um relatório de avaliação.

Objectivo

47. Melhorar os sistemas de atendimento, informação e apoio / encaminhamento na área do consumo de substâncias e temáticas associadas

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
47.4. Diversificar as estratégias de atendimento realizadas pela Linha Vida (<i>e-mail</i> , fórum <i>on-line</i> , <i>chat</i>)	2006-2008	IDT, MDN (DGPRM), ISHST, CES, CGTP	N.º de acções / sensibilização formação; N.º de Projectos; N.º de Protocolos; População abrangida.	IDT, I.P. – Realizadas 63.941 consultas ao sítio <i>web</i> juvenil “tu - alinhas”; disponibilizado um <i>chat</i> com 2 sessões mensais; inseridas 6 histórias do projecto “Eu e os outros” no sítio <i>web</i> ; realizadas 6 sessões de formação sobre o projecto; resposta a todos os pedidos de escolas para aplicação do projecto, a todos os contactos de estabelecimentos de ensino superior com protocolo, bem como aos pedidos de IPSS/ONG que aderiram ao projecto; elaborado um relatório de avaliação anual nacional; Elaborado um relatório de Actividades, no âmbito da avaliação do impacto das diferentes respostas, no funcionamento do serviço da Linha Vida e implementada uma aplicação para monitorizar o serviço Linha Vida; Respondidos a todos os e-mails passíveis de resposta, 15.860 Chamadas atendidas; 414 encaminhamentos; 124 <i>Follow-up</i> 2008/2009 com 45 novos casos; Elaborados, no âmbito da FESAT, 2 relatórios de monitorização dos serviços europeus, na área da droga e um relatório de actividades.

Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.

O ano de 2008 caracterizou-se pelo esforço de **melhoria da recolha de informação, dos indicadores de processo e de resultados**, de modo a permitir obter uma visão clara e objectiva do trabalho em prevenção, bem como, a fornecer indicações com vista à produção de novas linhas de orientação para a intervenção preventiva, tanto em termos de prevenção universal, que deverá ser cada vez mais eficaz e avaliada, como em termos de prevenção selectiva e indicada.

Foi também um ano de forte investimento na **definição das funções e competências das Equipas Técnicas de Prevenção**, sua articulação com as outras Equipas Técnicas, bem como, na procura das modalidades mais eficientes em termos de circuitos de comunicação e da articulação horizontal e vertical no IDT, I.P.

Destaca-se, ainda, o **investimento na utilização das novas tecnologias** de comunicação a nível intra e interinstitucional, de modo a tornar acessíveis os diferentes conteúdos de informação e os instrumentos de trabalho, ao público em geral e interventores.

Todas as estratégias desenvolvidas, ao longo deste ano, tiveram em linha de conta a nova reorganização dos serviços, balizada na recente Lei Orgânica do IDT, I.P., nos Estatutos e Regulamentos, assim como, nos novos Programas em curso.

Com o objectivo de *incrementar programas / projectos homologados pelo IDT, I.P. que promovam estratégias e acções baseadas em evidência científica* [objectivo operacional 40], deu-se continuidade ao **Programa de Intervenção Focalizada (PIF)**, produzindo-se instrumentos de monitorização e da efectivação da mesma sobre os 23 projectos em execução até Junho de 2009, dos quais 8 para a categoria de famílias vulneráveis, 8 para a categoria de crianças e jovens vulneráveis e 7 para a categoria de indivíduos com padrões de consumo em contextos recreativos.

O PIF foi desenhado no sentido de aumentar o número de intervenções preventivas baseadas em evidência científica, incrementar intervenções preventivas de carácter selectivo para as três categorias acima referidas e implementar um sistema estruturado de selecção, monitorização e avaliação dos projectos, baseado em critérios de qualidade e eficácia.

Em termos globais, quanto ao processo avaliativo do PIF, que em 2008 passou pela monitorização e avaliação das 3 categorias, incrementou-se a produção de um conjunto de instrumentos que, aplicados progressivamente, permitiram constatar a sua utilidade e qualidade, no sentido da actualização das boas práticas em intervenção selectiva. Constata-se, também, que foram dados passos significativos para melhorar a intervenção, nomeadamente no que respeita ao desenvolvimento de linhas de intervenção para atendimento de jovens utilizadores de Substâncias Psicoactivas (SPA) e álcool.

Assim, no âmbito do PIF, definiu-se uma metodologia e criaram-se instrumentos, no sentido de *melhorar o processo de selecção, acompanhamento e monitorização dos projectos implementados* [objectivo operacional 41]. O **modelo de monitorização** criado, prevê a **Recolha de dados**, tendo sido criados 9 instrumentos de

recolha e sistematização da informação sobre a execução e avaliação dos projectos e criada uma **base de dados** do programa, pretendendo-se nesta, concentrar e sistematizar toda a informação relativa ao plano de implementação, plano de avaliação, plano financeiro, indicadores de execução e gestão administrativa do PIF.

O **acompanhamento dos projectos** foi operacionalizado e acompanhado fundamentalmente à **distância**, através da utilização dos meios Tecnológicos de Informação e Comunicação (TIC)⁵⁸ disponíveis e **presencialmente**, através de reuniões, por categoria, e de visitas aos projectos⁵⁹.

Registou-se um elevado envolvimento na monitorização, por parte das equipas técnicas dos projectos, traduzido na participação em 90% nas reuniões por categoria, em 100% nas reuniões locais e em 60% na resposta atempada às solicitações da Equipa do PIF, quer no que respeita à recolha de informação, quer no que respeita às dimensões do acompanhamento técnico-científico (ajustamento aos planos de implementação, aos planos financeiros, aos planos de avaliação, aos materiais produzidos e adaptados, entre outros).

De acordo com a estratégia metodológica adoptada para a avaliação de resultados, foi definida uma **amostra dos grupos-alvo** dos 23 projectos por categoria, num total de cerca 950 sujeitos e realizada a **avaliação intermédia**, com aplicação dos questionários construídos para o efeito, com a colaboração das equipas técnicas.

Em 2008, foi realizada 1 reunião por categoria, 1 reunião geral, 1 workshop e 1 visita a cada projecto, tendo sido criados 6 instrumentos para avaliação do processo dos projectos (avaliação intermédia de resultados) e produzido 1 relatório de avaliação semestral.

No sentido de *aumentar o número de materiais de suporte à prevenção* [objectivo operacional 42], para além dos materiais de distribuição mais generalizada, foram produzidos e/ou adaptados pelas Delegações Regionais alguns materiais. Destaca-se a elaboração do documento de Linhas Orientadoras para a Intervenção Preventiva em diversos contextos⁶⁰, o documento sobre intervenção em espaços recreativos⁶¹, dirigido a técnicos e responsáveis desses espaços, no âmbito do Programa Interreg (Portugal - Galiza) e a tradução e revisão do Programa de Treino de Competências Pessoais e Sociais da UMAC de Santiago de Compostela⁶², que está a ser implementado em intervenções preventivas no âmbito dos PRI.

Ainda, no âmbito do mesmo objectivo, destaca-se o **Programa “Trilhos – Desenvolvimento de Competências Pessoais e Sociais”**, dirigido a alunos do 3º ciclo, implementado em 3 escolas, abrangendo cerca de 528 alunos dos 7.º aos 9.º anos de escolaridade.

Na área da Prevenção dos Consumos de Substâncias Psicoactivas (SPA) em meio escolar, os dados revelam uma abordagem do consumo de SPA em 88% das escolas que realizaram projectos, no âmbito da NESASE/DGIDC, verificando-se uma abordagem preventiva sustentada, no quadro conceptual da promoção da saúde e de estilos de vida saudáveis (82%), tema este que aparece em 1.º lugar; seguindo-se o da

⁵⁸ Traduz-se, desde o início da implementação do programa até à actualidade, na resposta às diferentes questões colocadas numa média de 40 telefonemas e e-mails enviados a cada projecto.

⁵⁹ Foram realizadas 2 reuniões por categoria e 23 reuniões locais.

⁶⁰ Documento elaborado pelo CRI Ocidental do Porto.

⁶¹ Elaborado pelo mesmo CRI em colaboração com o NAT da DRN.

⁶² Tradução e adaptação da responsabilidade do CRI de Viana do Castelo.

adolescência e o da prevenção dos comportamentos de risco (70%), em 3.º lugar o da prevenção do consumo de tabaco (59%) e em 4º lugar o da prevenção do consumo de SPA (58%).

No sentido de *aumentar o nível de informação / sensibilização sobre as substâncias psicoactivas, e riscos associados ao seu consumo* [objectivo operacional 43], foi desenvolvida uma campanha, no seguimento da estratégia anteriormente definida, de difundir uma ideia forte e mobilizadora, onde se prosseguiu na divulgação da ideia-chave **“Energia usa só a tua”**, lema este que foi sendo adaptado conforme os contextos e públicos-alvo, nomeadamente nos eventos *Bike Tour*, em Lisboa e Porto – em parceria com a Sportis e o IDT, I.P., tendo-se internacionalizado, em 2008, esta iniciativa, com a realização da *Bike Tour* em Madrid/Espanha e também em S. Paulo/Brasil.

O **Projecto “Copos...quem decide és tu”**, aumentou substancialmente as suas intervenções, alargando-se a mais 17 concelhos, a mais 23 escolas (12 em 2007) e a mais 4 342 alunos (659 em 2007), encontrando-se num processo de consolidação. Por outro lado, os técnicos voluntários da JCVP obtiveram mais formação, que se traduziu numa atitude mais adequada ao nível e exigências da acção.

Este projecto, resultante da parceria entre a Cruz vermelha Portuguesa (CVP) e o IDT, I.P., com o apoio da Direcção Geral de Saúde (DGS), pretende sensibilizar a população escolar do ensino secundário, com idades compreendidas entre os 15 e os 20 anos, para os problemas do consumo nocivo e precoce de bebidas alcoólicas.

O referido projecto foi apresentado publicamente, em Outubro de 2008, numa Conferência de Imprensa, na sede nacional da CVP, simultaneamente com os resultados da avaliação do projecto no ano lectivo 2007/2008.

Ainda no âmbito deste objectivo, de referir o **Grupo de Intervenção no Ensino Superior (GIES)**, que visando desenvolver um conjunto de levantamentos e intervenções susceptíveis de, após avaliação, poderem contribuir para a definição de linhas orientadoras, para o meio académico, concentrou, em 2008, a sua intervenção no contexto das semanas académicas⁶³.

Com o objectivo de *aumentar o nº de programas de prevenção selectiva e indicada dirigida a grupos com factores de vulnerabilidade especificamente definidos* [objectivo operacional 46], deu-se continuidade ao projecto de intervenção na **Casa Pia de Lisboa** e ao **Projecto ELIPSE (Interreg III-A)**.

O projecto de intervenção na **Casa Pia de Lisboa**, implicou o envolvimento e a motivação de dezenas de técnicos desta instituição, através de um trabalho contínuo que passou pela formação dos mesmos e o acompanhamento dos trabalhos dos Grupos de Referência de todos os Centros de Educação e Desenvolvimento da Casa Pia de Lisboa, tendo sido efectivada a progressiva integração dos CRI da Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo (DRLVT) na estrutura de coordenação do projecto, com excelentes resultados ao nível das duas instituições.

Este projecto tem como objectivo geral, desenhar e implementar uma intervenção preventiva, de carácter selectivo e indicado, adequada às necessidades e características dos grupos-alvo dos estabelecimentos da Casa

⁶³ Ver capítulo *Redução de Riscos e Minimização de Danos*, deste Volume.

Pia de Lisboa. Os objectivos específicos são conhecer a situação do consumo de SPA na população de jovens desta instituição, identificar as percepções e as necessidades dos diferentes agentes educativos, identificar as percepções os recursos existentes para a intervenção e definir as prioridades de intervenção a vários níveis (educandos, famílias e agentes educativos da CPL).

Foi realizada a definição de linhas de orientação gerais sobre os procedimentos e abordagem face a situações de suspeita, consumo e/ou tráfico de SPA na Casa Pia de Lisboa, documento esse que foi adoptado como matriz, para o desenvolvimento de um instrumento similar pelo Ministério da Educação⁶⁴.

No **Projecto ELIPSE (Interreg III-A)**, projecto de Cooperação Transfronteiriça (Alentejo – Algarve – Andaluzia)⁶⁵, deu-se continuidade à prevenção de comportamentos de risco associados ao consumo de álcool e outras substâncias, em espaços recreativos nocturnos, abrangendo 9 791 jovens frequentadores dos espaços de lazer nocturnos, tendo estes sido informados sobre os riscos associados ao uso/abuso de SPA, limite de alcoolemia permitido por lei para a condução e alternativas de ócio, não consumistas.

Realizou-se, ainda, um estudo da população alvo do projecto, que permitiu caracterizar essa mesma população quanto a aspectos sócio-demográficos e ao nível de alguns comportamentos de risco.

Tendo em vista o *reforço da intervenção de incidência local com base em programas de respostas integradas* [objectivo operacional 45], *colaborando na criação de um Plano Operacional de Respostas Integradas (PORI) de incidência local* [acção 45.1.], salienta-se que, os desafios colocados pelo PORI, foram encarados como uma oportunidade de colocar no terreno um conjunto apreciável de projectos de prevenção (47 projectos aprovados para o eixo da prevenção), em concordância com o novo paradigma, de responder às necessidades identificadas, através de territórios de intervenção prioritária, numa lógica proactiva. Grande parte destes projectos teve incidência na prevenção selectiva e indicada.

Com o objectivo de *melhorar os sistemas de atendimento, informação e apoio / encaminhamento na área do consumo de substâncias e temáticas associadas* [objectivo operacional 47], para além das diversas acções de educação para a saúde e de prevenção universal, realizadas um pouco por todo o país, registou-se um **incremento do número de locais de atendimento (28) e do número de consultas dirigidas a jovens e adolescentes** [acção 47.1.], com especial relevo para a intervenção do PIAC da Delegação Regional do Norte.

Importa referir que esta intervenção integra-se numa estratégia de prevenção indicada e o seu grupo alvo são jovens, previamente identificados com factores de risco e/ou com sinais ou sintomas mínimos, mas detectáveis, de uso de substâncias nos quais se pretende prevenir a progressão para o abuso e comportamentos de risco associados.

Em caso de agravamento de sintomas, pode existir a necessidade de um tratamento posterior mais especializado.

⁶⁴ Manteve-se uma estreita colaboração com a DGIDC, do Ministério da Educação, para optimizar o (s) documento (s).

⁶⁵ Os parceiros do projecto são a Junta de Andalucía (chefe de fila), a *Diputación Provincial de Huelva*, a Delegação Regional do Algarve e a Delegação Regional do Alentejo do IDT, I.P.

Foi dada continuidade à **intervenção nas Escolas Profissionais** e dado seguimento ao **Programa Interação (Eurídice)** [acção 47.2.] que visa promover a saúde em meio laboral, reforçando os factores protectores e minimizando os factores de risco ao uso/abuso de SPA, tendo-se dirigido a intervenção, sobretudo, à área do álcool.

No sentido de *diversificar as estratégias de atendimento realizado pela Linha vida – e-mail, fórum online, chat* [acção 47.4.], destaca-se o **sítio web www.tu-alinhas.pt**, que, comparativamente com o ano de 2007, (26 833 visitas em 2007) apresentou um crescimento bastante positivo, que se reflectiu no aumento de 138% do número de visitas.

Também o Projecto “**Eu e os Outros**”, integrado no sítio web www.tu-alinhas.pt e cujo objectivo visa trabalhar online competências pessoais e sociais em contexto escolar, adoptou o formato de jogo interactivo, com base em 6 narrativas diferentes e estendeu-se a 18 CRI, 291 Professores e aproximadamente, 3660 alunos.

Ainda no âmbito do referido objectivo, destaca-se o trabalho da **Linha Vida SOS Drogas** enquanto serviço anónimo e confidencial que privilegia o aconselhamento, a informação e o encaminhamento na área das toxicodependências e temáticas associadas (adolescência, sexualidade, SIDA, entre outras).

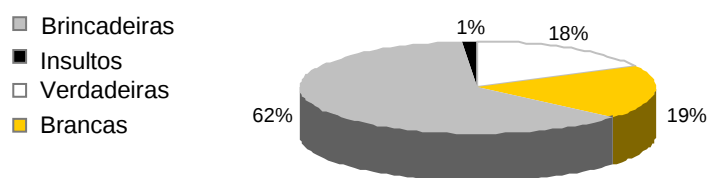
Este serviço assegura, como prioritário, a manutenção de um espaço, que proporcione aos seus utentes, informação correcta e objectiva, baseada em critérios de clareza, credibilidade, imparcialidade e rigor, procurando sempre que possível, colaborar na clarificação do problema, discutindo alternativas para a sua resolução, fomentando a participação activa do utente em todo o seu processo de mudança. Neste sentido, encaminha, indicando os recursos institucionais disponíveis.

Relativamente aos dados da Linha Vida é preciso ter em conta que, no primeiro semestre do ano de 2008, muitos dados foram perdidos com a implementação e testes da nova aplicação de registo dos dados que iniciou, nesse período, o seu funcionamento em pleno.

Não obstante este constrangimento é importante referir que, desde o ano 2000, as chamadas verdadeiras da Linha Vida não atingiam um valor percentual tão elevado.

Figura 68 - Atendimento Telefónico

(n=15.860)



Fonte Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P. / DIC / NAI

Atendimento telefónico – No período compreendido entre 1 de Janeiro e 31 Dezembro de 2008 foram atendidas 15 860 chamadas (23 412 em 2007) das quais 2 787 (17,6%) Verdadeiras⁶⁶, 3 000 (18,9%) Brancas⁶⁷, 9 854 (61,9%) Brincadeiras⁶⁸ e 219 (1,4%) Insultos⁶⁹.

E-mail Counselling – No ano de 2008, foram recebidos 707 *e-mails* na Linha Vida (689 em 2007), 195 provenientes do “tu-alinhas?”. Foram respondidos 690 *e-mails* e 17 não receberam resposta por se tratar de brincadeiras, agradecimentos, ou por serem encaminhados para outros departamentos do IDT, I.P.

Relativamente aos encaminhamentos efectuados através do serviço de *e-mail*⁷⁰, estes registaram um número de 499 (432 em 2007), de diferentes tipos, face à especificidade do pedido e da situação problema.

Atendimento Psicossocial – Integrado na Equipa da Linha Vida SOS Drogas, o atendimento face a face ou telefónico sem anonimato, facilita uma relação directa com os utentes e famílias.

O objectivo deste tipo de atendimento é o acompanhamento, de forma continuada, dos utentes e famílias, funcionando como um impulso para a procura de ajuda, estimulando a mediação familiar e permitindo o acesso a encaminhamento, adequado e participado.

São objecto deste atendimento, os utentes que se dirigem directamente ao IDT, I.P., por iniciativa própria, por indicação de outros serviços ou por sugestão dos Técnicos de Atendimento Telefónico da Linha Vida, que no decorrer da chamada, vão colocando esta possibilidade.

Assim, nos anos de 2003 a 2007, foram atendidos e encaminhados 124 utentes (97 em 2007) para as diversas respostas disponibilizadas pelo IDT, I.P., tendo sido acompanhados em 2008, 45 novos utentes (40 em 2007).

Quadro 139 - Atendimento face a face ou telefónico

Nº de utentes	
Total de <i>Follow-up</i> 2003-2007	124
Total de novos casos 2008	45
Total	169

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P. / DIC / NAI

No âmbito da **Presidência da FESAT** a equipa da Linha Vida organizou um seminário de formação de 2 dias para novos atendedores dos serviços telefónicos europeus na área da Droga, dias 29 e 30 de Setembro de 2008, subordinada ao tema *Junior Helpline Training*, que decorreu nas instalações do IDT, I.P. e contou com a presença de cerca de 10 serviços europeus, com cerca de 18 participantes.

⁶⁶ São consideradas chamadas Verdadeiras todas aquelas que são efectuadas pelo utente tendo em vista a obtenção de algum tipo de informação ou apoio e nas quais é dada uma resposta.

⁶⁷ São consideradas chamadas Brancas todas aquelas em que o utente permanece em silêncio durante todo o tempo da chamada.

⁶⁸ São consideradas chamadas Brincadeiras todas aquelas em que o utente faz um uso lúdico e, logo, inadequado do serviço.

⁶⁹ São consideradas chamadas Insulto todas aquelas em que o utente insulta o técnico no decurso do atendimento.

⁷⁰ Dados mais pormenorizados dos encaminhamentos – serviço de *e-mail*, podem ser consultados no *Relatório de Actividades do IDT, I.P.*, de 2008.

Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular

Com a aprovação da nova estrutura orgânica da Direcção Geral de Inovação e Desenvolvimento Curricular (DGIDC)⁷¹, enquanto serviço central do Ministério da Educação (ME), esta é incumbida, nomeadamente, de *“desenvolver o estudo sobre os currículos, os programas das disciplinas e as orientações relativas às áreas curriculares não disciplinares e propor a respectiva revisão em coerência com os objectivos do sistema educativo”*.

O Despacho n.º 14670/2009 reitera o objecto de Despachos anteriores⁷² definindo as equipas multidisciplinares que integram a estrutura da DGIDC, nomeadamente o Núcleo de Educação para a Saúde e Acção Social Escolar (NESASE), como *“equipa multidisciplinar, à qual compete assegurar o acompanhamento, monitorização e desenvolvimento das actividades da saúde em meio escolar, nas vertentes da educação para a saúde e saúde escolar (...)”*.

Destaca-se, nas Competências Gerais⁷³, no capítulo dos princípios e valores orientadores do referido currículo, princípios e valores que se consideram centrais ao nível da promoção da saúde (bio-psico-social) e da prevenção.

Relativamente às competências gerais que o aluno deverá possuir, na área da promoção da saúde e da prevenção do consumo de substâncias psicoactivas à saída da educação básica, destaca-se, o conseguir realizar actividades de forma autónoma, responsável e criativa, a capacidade de adoptar estratégias adequadas à resolução de problemas e tomada de decisões e a capacidade de relacionar harmoniosamente o corpo com o espaço, numa perspectiva pessoal e interpessoal, promotora de saúde e de qualidade de vida.

No que respeita aos professores, salienta-se que estes terão de ter capacidade para promover intencionalmente, na sala de aula e fora dela, actividades dirigidas à apropriação de hábitos saudáveis, à responsabilização face à sua própria segurança e à dos outros, como também, organizar actividades cooperativas de aprendizagem e projectos conducentes à tomada de consciência de si, dos outros e do meio.

Actividades desenvolvidas

Ao longo do ano lectivo de 2008 / 2009 foram desenvolvidas, em meio escolar, inúmeras acções e projectos de prevenção, quer numa perspectiva mais global de promoção da saúde, quer numa vertente mais específica de abordagem à temática dos consumos de substâncias psicoactivas, contribuindo *para reforçar as acções de prevenção universal, eficazes e avaliadas, a aplicar nas escolas* [objectivo operacional 44].

⁷¹ O Decreto-Lei n.º 213/2006, de 27 de Outubro, aprovou a orgânica do Ministério da Educação, tendo o Decreto Regulamentar n.º 27/2007, de 29 de Março, aprovado a estrutura orgânica da DGIDC.

⁷² Despacho 15 322/2007, de 12 de Julho.

⁷³ Currículo Nacional do Ensino Básico – Competências Essenciais 2001.

Estas acções de sensibilização e/ou projectos, foram desenvolvidos nas dinâmicas curriculares das escolas, quer nas áreas disciplinares, quer nas áreas não disciplinares, ou através de programas específicos de prevenção de SPA. Foram desenvolvidas pelos próprios professores, com a participação dos alunos, muitas vezes em articulação com parceiros, que trabalham nesta área, como centros de saúde, IDT, I.P., Autarquias, ONG, entre outros, potenciando a intervenção integrada e mobilizadora dos recursos de uma determinada comunidade, como resposta a necessidades diagnosticadas pelas estruturas locais.

A articulação com as cinco Direcções Regionais de Educação (DRE), em particular com os seus interlocutores para a promoção da saúde, é um elemento importante para a monitorização e acompanhamento das intervenções, ao nível da Promoção e Educação para a Saúde (PES) e da prevenção em meio escolar.

Estes técnicos fazem a articulação com os professores coordenadores da PES em cada escola, funcionando como interlocutores e elementos de retaguarda, na dinamização de actividades, no domínio da PES e da prevenção de SPA, implementadas nas escolas de cada uma das regiões.

Também no ano lectivo de 2008/2009 deu-se continuidade à implementação de vários programas de prevenção com carácter estruturado e continuado de que são exemplo, entre outros, o **Projecto Atlante** (para o 2º e 3º ciclos do Ensino Básico), o **Programa Crescer a Brincar** (para o 1º ciclo), o Programa **PRÉ – competências para o pré-escolar**, o lançamento experimental do **Projecto “Eu e os Outros”**, o **Projecto Aldeia**, o **Projecto Entre Todos**, entre outros, contribuindo assim para *aumentar o número de materiais de suporte à prevenção* [objectivo operacional 42]. Estes programas ilustram a importância das parcerias no desenvolvimento das intervenções preventivas, sendo a implementação destes projectos realizada por técnicos especializados do IDT, I.P. de ONG e de Autarquias, com a participação activa dos professores e outros técnicos das escolas, bem como com a colaboração das DRE e da DGIDC. Estes são alguns exemplos de boas práticas, visto assentarem em programas estruturados, apoiados em materiais técnico-pedagógicos específicos, integrados nas dinâmicas curriculares das escolas e com processos de avaliação consistentes.

Em Setembro de 2008, foi lançado um Edital, através do qual se convidou todos os Agrupamentos e Escolas não agrupadas, interessados em ser apoiados na concretização de projectos na área da Promoção da Saúde, a apresentar os seus projectos, prevendo-se após análise deste, a atribuição de verbas para apoiar trabalhos nesta área.

Responderam a este Edital, 589 escolas/agrupamentos, apresentando actividades nas quatro áreas prioritárias (prevenção de SPA, educação alimentar, sexualidade e prevenção do VIH/SIDA, prevenção da violência e saúde mental).

Na área da prevenção de consumos, a área da prevenção de SPA é trabalhada em 88% dos estabelecimentos de ensino, sendo a 3ª área mais abordada, após Educação Alimentar (94%) e Educação sexual (89%).

Dentro da área, os temas mais trabalhados foram:

- Promoção da saúde e de estilos de vida saudáveis (82%);
- Prevenção dos comportamentos de risco (70%);

- Prevenção do consumo de tabaco (59%);
- Prevenção do consumo de substâncias lícitas e ilícitas (58%);
- Prevenção do consumo de álcool (48%).
- Na abordagem a esta área, as metodologias mais utilizadas foram as seguintes:
- Exposição de trabalhos e produtos (79%);
- Palestras/debates/sessões de sensibilização/informação (74%);
- Actividades de pesquisa (70%);
- Campanhas/eventos (63%).

É de salientar que, em mais de 50% das escolas, as dinâmicas de grupo e as estratégias de envolvimento das famílias (54%) foram metodologias utilizadas que se revelaram pertinentes em termos de envolvimento da comunidade. Simultaneamente, as tarefas/actividades desenvolvidas integraram outros parceiros, nomeadamente os Centros de Saúde (84%), as Associações de Pais (44%) e as Autarquias (43%).

No ano lectivo de 2008/2009, foi aplicado um questionário de âmbito nacional, já anteriormente aplicado pela DGIDC em 2007, o que permitiu ter uma perspectiva mais completa e mais rigorosa da intervenção ao nível da promoção da saúde e da prevenção SPA. Este questionário foi dirigido às escolas sede de agrupamento e às escolas não agrupadas dos ensinos básicos e secundário, de natureza pública, no Continente, num total de 1216 escolas, verificando-se uma taxa de resposta de 95%.

Dos resultados do questionário que, na sequência das dinâmicas desenvolvidas pelo NESASE/DGIDC teve como entidade competente para a recolha da informação o Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE), salienta-se o seguinte:

- A área da Prevenção de consumos de SPA é abordada por 86,2% das escolas, sendo a 4ª área mais abordada.
- Dentro da área da Prevenção, verificou-se que o Regulamento Interno da Escola privilegia temas específicos, tais como o consumo de álcool/tabaco (76%) e o consumo de “outras drogas” (66%).
- No que diz respeito à aquisição de compreensão básica de conhecimentos por parte dos alunos, verificou-se que 59% dos alunos adquire **frequentemente** uma compreensão básica de conhecimentos, 26% dos alunos adquire **sempre** uma compreensão básica de conhecimentos e 14% dos alunos adquire **ocasionalmente** uma compreensão básica de conhecimentos.
- A Escola desenvolveu e realizou formação/informação específica relativa à prevenção do consumo sendo os receptores dessa formação os alunos (99%), os docentes (60%), os não docentes (47%), os pais/Encarregados de Educação (45%) e a comunidade (29%).

Por fim, saliente-se, que a intervenção preventiva em curso nas escolas se situa, maioritariamente, ao nível da prevenção universal, visando sensibilizar a população escolar em geral para a diminuição do consumo e dos riscos a ele associados.

Muitas destas actividades, desenvolvidas nas escolas, que contribuem para *aumentar o nível de informação/sensibilização sobre as substâncias psicoactivas* [objectivo operacional 43], utilizam metodologias participativas, tais como, a pesquisa sobre a temática, elaboração de trabalhos e dinâmicas de grupo, estratégias essas que favorecem os processos de aprendizagem e de tomada de decisão. Estas acções são desenvolvidas nas áreas curriculares não disciplinares, como a **Área de Projecto** e a **Formação Cívica**, bem como, ao nível das áreas disciplinares, como por exemplo nas ciências da natureza e naturais.

Em relação a alguns projectos implementados pelo IDT, I.P., realça-se a articulação da DGIDC/NESASE, dando parecer sobre materiais e/ou sobre estratégias de intervenção, previstas para o meio escolar, nomeadamente para o **sítio web www.tu-alinhas.pt**, onde o NESASE produziu parecer e apresentou propostas de alteração a alguns conteúdos do *sítio web*, nomeadamente, no que respeita ao jogo “**Eu e os Outros**”.

A articulação entre as duas entidades permite uma mais eficaz monitorização e acompanhamento da implementação destas intervenções no terreno, pelas estruturas centrais e pelas estruturas regionais do ME.

A DGIDC / NESASE, em estreita articulação com as DRE, organizou uma **acção de formação** na área da promoção da saúde, denominada “**Educar para estilos de vida saudáveis: metodologias de intervenção na escola**”, dirigida a 360 professores coordenadores da promoção e educação para a saúde das escolas.

Com este curso de formação visou-se reforçar as competências dos professores na abordagem a esta temática.

A DGIDC / NESASE participou em diversos **eventos / feiras temáticas**, abertas às comunidades locais, nas quais se divulgaram experiências/projectos, na área da promoção da saúde, desenvolvidas por diversas escolas de todo o país, tendo este tipo de iniciativas, o mérito de dar a conhecer, as dinâmicas das escolas na área da Promoção e Educação para a Saúde (PES), implicando as comunidades locais, neste movimento de promoção de estilos de vida saudáveis. Em todas estas feiras foram apresentadas actividades de prevenção do consumo de SPA lícitas e ilícitas.

De destacar a participação das DRE do ME e de algumas escolas no PORI, programa da responsabilidade do IDT, I.P., na fase de diagnóstico dos territórios onde havia necessidades de implementar uma intervenção preventiva e, posteriormente, participação no processo de monitorização dos Programas de Intervenção Focalizada (PIF), nomeadamente no que respeita a intervenções no meio escolar.

Guarda Nacional Republicana

A aposta no trabalho a ser realizado junto das escolas e das comunidades educativas, é um dos pilares fundamentais da estratégia institucional, que se tem consubstanciado ao longo dos anos através do Programa “Escola Segura”, sensibilizando e agindo juntos dos alunos, pais, professores e responsáveis e funcionários das escolas para a problemática da segurança, nas suas múltiplas vertentes, aconselhando boas práticas e recomendando a adopção de medidas preventivas adequadas, com o objectivo de fazer com que as escolas venham a constituir-se como locais seguros e tendencialmente livres de drogas.

O **Programa “Escola Segura”** tem âmbito nacional e dispõe de um efectivo dedicado, que em 2008, foi de **211 militares** (198 em 2007).

Este efectivo é responsável por **9 209 escolas** (8 115 em 2007) tendo-se desenvolvido **6 630 acções de** sensibilização e de informação (8 057 em 2007), abrangendo um universo de **811 640 alunos** (806 572 em 2007).

Ainda referente ao ano em causa, a Guarda Nacional Republicana (GNR) recebeu 1 163 visitas das escolas e foram elaboradas 248 participações (ocorrências criminais), das quais 9 referentes à posse/consumo de estupefacientes.

A GNR irá continuar o seu empenho neste projecto, de especial significado junto das camadas jovens da sociedade e que se tem revelado um exemplo de boas práticas, a nível internacional.

Polícia de Segurança Pública

No ano lectivo de 2008/2009 a Polícia de Segurança Pública (PSP) continuou a garantir a segurança nos estabelecimentos de ensino, na sua área de responsabilidade.

O Programa “Escola Segura”⁷⁴ tem como objectivos prioritários: promover uma cultura de segurança nas escolas; fomentar o civismo e a cidadania, contribuindo para a afirmação da comunidade escolar enquanto espaço privilegiado de integração e socialização; diagnosticar, prevenir e intervir nos problemas de segurança das escolas; determinar, prevenir e erradicar a ocorrência de comportamentos de risco e ou de ilícitos nas escolas e nas áreas envolventes; promover, de forma concertada com os respectivos parceiros, a realização de acções de sensibilização e de formação, sobre a problemática da prevenção e da segurança em meio escolar, destinadas às forças de segurança, pessoal docente e não docente e demais elementos da comunidade educativa e à opinião pública em geral; recolher informações e dados estatísticos e realizar estudos que permitam dotar as entidades competentes, de um conhecimento objectivo sobre a violência, os sentimentos de insegurança e a vitimação na comunidade educativa.

No quadro do Programa Integrado de Policiamento de Proximidade da PSP, as principais funções das Equipas da PSP afectas ao Programa “Escola Segura” são:

- Garantir a segurança, visibilidade e protecção de pessoas e bens nas áreas escolares, promovendo uma boa relação e troca de informação permanente, entre a Polícia e os membros da comunidade educativa, designadamente, com os conselhos executivos, alunos, professores e auxiliares de acção educativa, recolhendo notícias/informações que possam ter um impacto na segurança das comunidades, de modo a serem adoptadas medidas de prevenção adequadas;
- Desenvolver de forma sistemática acções de sensibilização e de formação, junto da comunidade escolar, numa perspectiva de prevenção de comportamentos de risco e de adopção de procedimentos de auto-protecção;
- Esclarecer os alunos/encarregados de educação para a necessidade de apresentação formal de denúncia criminal, no caso de serem vítimas de crime, bem como de comunicar imediatamente aos conselhos executivos e às entidades policiais ocorrências, ou movimentações suspeitas, que possam indiciar uma acção preparatória ou de execução de um acto criminoso (é crucial que se contrarie a tendência de não participação de certo tipo de crimes, por exemplo de furtos e roubos – a comunicação deste tipo de ocorrências às polícias pode ser importante na detecção dos suspeitos e prevenção de outros crimes);
- Sinalizar situações de jovens em risco, com comportamentos delinquentes, consumos de substâncias estupefacientes ou álcool ou prática reiterada de incivildades ou crimes, no sentido dos mesmos serem encaminhados para as entidades competentes;
- Efectuar o diagnóstico da situação de segurança das imediações dos estabelecimentos de ensino, na sua área de responsabilidade (procedendo ao levantamento de problemas, que possam ter um impacto no

⁷⁴ De acordo com o Despacho Conjunto n.º 25649/2006, de 29 de Novembro, entre o Ministério da Educação e Ministério da Administração Interna, que procedeu à reavaliação do programa.

sentimento subjectivo de insegurança, na criminalidade real ou na segurança rodoviária – incluindo questões de falta de iluminação pública, existência de casas abandonadas, eventuais locais de consumo de estupefacientes;

- Sinalização rodoviária deficiente, existência de salas de jogos, exploração desregulada de estabelecimentos de restauração e de bebidas – por exemplo: venda de bebidas alcoólicas e tabaco a menores, etc.) e informando as autoridades competentes para a sua resolução, através da cadeia de comando;
- Apoiar as vítimas de crimes e proceder ao seu encaminhamento pós-vitimação para as entidades competentes;
- Manter-se à disposição do público, aconselhando-o sobre métodos de protecção de bens materiais contra determinado tipo de ilícitos criminais e encaminhando os cidadãos para os serviços sociais competentes;
- Procurar a colaboração do público, indo ao seu encontro, e sob coordenação do Comando, reunir-se com os conselhos executivos, associações de pais, associações de estudantes, associações locais e representantes da comunidade, procurando a adesão desta para o esforço colectivo de segurança;
- Fornecer informações úteis aos alunos e restantes membros da comunidade educativa (sobre localização de transportes públicos, repartições públicas, hospitais, telefones úteis, conselhos de prevenção) que permitam estabelecer relações de confiança e diálogo com os cidadãos (designadamente com os membros da comunidade educativa) e facilitando o estabelecimento de um clima favorável à prevenção;
- Participar na formação/sensibilização de professores e funcionários, pais ou alunos, vocacionada para a problemática da autoridade e clima de segurança nas escolas e para conselhos de prevenção e auto-protecção, tendo em vista, designadamente, registarem ou memorizarem aspectos particulares dos suspeitos / autores dos ilícitos (marcas, tatuagens, cicatrizes, sotaque, deficiências físicas, adereços – piercings, pulseiras, fios, relógio -, cor da pele), das viaturas, (tipo, marca, modelo, matrícula e/ou cor) e dos *modi operandi* (organização, tipo de armas, uso de códigos).

As Equipas da PSP afectas ao **Programa “Escola Segura”** têm cerca de **328 elementos** policiais (valor igual a 2007), ao nível nacional.

As acções de sensibilização, constitui um aspecto importante das actividades desenvolvidas nas escolas pelas Equipas da PSP do Programa “Escola Segura”.

No ano lectivo 2008 / 2009, a PSP, através das Equipas do Programa “Escola Segura” efectuou **3 639 acções de sensibilização** (3 200 em 2007), nas quais estiveram envolvidos **206 694 alunos** (190 000 em 2007).

Muitas destas acções foram sobre prevenção em geral, prevenção criminal e prevenção rodoviária, tendo também sido realizadas acções de educação para a cidadania e eventos diversos.

Especificamente direccionada para a prevenção de comportamentos de risco, prevenção e combate ao consumo de estupefacientes, salienta-se a operação – **Recreio Seguro** – com o seguinte lema: **“A droga e a violência não são ocupação dos tempos livres”**, tendo os Comandos da PSP, através do ajustado emprego dos meios humanos e materiais de que dispunham, nomeadamente os elementos do Programa Integrado de Policiamento de Proximidade “Escola Segura”, as Esquadras de Investigação Criminal e as Equipas de Intervenção Rápida, adequado e concentrado a sua capacidade operacional, de forma a **incrementar o sentimento de segurança nas imediações dos espaços escolares**, prevenindo a violência e criminalidade, por exemplo de pequenos furtos (carteiras, telemóveis, mochilas, acessórios de roupa), junto às escolas especialmente do 2.º e 3.º ciclos, promovendo um combate sistemático e determinado ao pequeno tráfico de droga e venda ilegal de álcool e tabaco, bem como detectando e sinalizando o consumo de substâncias psicotrópicas, estupefacientes e álcool, promovendo os correspondentes processos contra – ordenacionais e o encaminhamento para as Comissões de Dissuasão de Toxicodependência (CDT).

Instituto Português da Juventude, I. P.

Dentro dos programas, estruturas e iniciativas do Instituto Português da Juventude, I.P. (IPJ, I.P.), destaca-se o Portal da Juventude, que procura afirmar-se como uma referência na disponibilização, procura de informação e serviços de interesse para os jovens. Durante o ano de 2008, o Portal da Juventude teve 1 422 760 visitantes únicos (1 582 132 em 2007), registando-se 12 235 205 visitas a páginas (14 935 404 em 2007).

Os Gabinetes de Saúde Juvenil (GSJ) são espaços de atendimento gratuito, anónimo e confidencial, assegurados por uma equipa técnica qualificada e interdisciplinar (médicos, enfermeiros, psicólogos, nutricionistas, técnicos de serviço social, etc.), com disponibilidade para ouvir e ajudar a lidar com aspectos ligados à sexualidade juvenil. Os GSJ Surgiram com o intuito de preencher a lacuna de espaços desta natureza para jovens, no nosso país e com o objectivo de possibilitar fácil acesso a um serviço onde obtenham respostas às temáticas da adolescência, designadamente às questões relacionadas com a saúde sexual e reprodutiva.

Os GSJ'S foram integrados no Programa CUIDA-TE criado pela Portaria n.º 655/2008, de 25 de Julho. São parceiros deste programa as ARS, a DGS, o Centro Hospitalar Lisboa Norte, EPE, a Coordenação VIH/SIDA, a DGIDC, o IDP, I.P., o IDT, I.P. e o IPS.

Sedeados na sua maioria, nas Direcções Regionais do Instituto Português da Juventude, constituem um espaço de acolhimento importante no que respeita a informação temática no âmbito da saúde sexual.

Quadro 140 - Atendimento dos GSJ de 2006 a 2008

Gabinetes Saúde Juvenil	2006	2007	2008
Nº de Atendimentos	35 625	46 124	28 486

Fonte: Instituto Português da Juventude, I.P.

O balanço qualitativo do atendimento em 2008 foi um total de 28 486, nos GSJ de todo o país, sendo que na área da Prevenção de drogas e toxicodependências foram efectuados atendimentos nos seguintes Gabinetes: GSJ de Caldas da Rainha 761 atendimentos (621 em 2007); CAJE de Pombal 222 atendimentos (21 em 2007); e no CAD de Bragança 1 307 atendimentos (821 em 2007).

A Linha de Ajuda – 808 22 2003 – Sexualidade em linha, que é, desde 1 de Junho de 1998, um serviço de atendimento, aconselhamento e ajuda telefónica nacional, na área da saúde sexual e reprodutiva, anónimo e confidencial, surgiu de um protocolo de colaboração entre o Instituto Português da Juventude, I.P. (IPJ, I.P.) e a Associação para o Planeamento da Família (APF) e durante o ano de 2008, recebeu 8 975 chamadas efectivas (9 741 em 2007).

Integrado no contexto do Portal da Juventude, www.juventude.gov.pt, o IPJ, I.P. oferece uma área web dedicada à Saúde e Sexualidade Juvenil onde o jovem pode colocar a sua dúvida ou questão sobre Saúde e Sexualidade Juvenil, de forma anónima e confidencial, que será respondida por uma equipa formada e habilitada nas áreas, tendo sido respondido, durante o ano de 2008, a 6 276 questões.

Dissuasão da Toxicodependência⁷⁵

Resultado a atingir

Garantir a eficiência na aplicação da lei, assegurando o acompanhamento adequado, justo, com qualidade técnica e que vá ao encontro das necessidades efectivas dos indiciados consumidores

Objectivo

48. Optimizar o acompanhamento das CDT pelo IDT, I.P., harmonizar práticas e procedimentos das CDT no âmbito da aplicação da lei, adequar as práticas e procedimentos das CDT à realidade heterogénea do consumo de drogas e melhorar o conhecimento na área do uso e abuso de drogas

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
48.1. Atribuição de competências ao IDT que permita um efectivo acompanhamento da operacionalização da lei	2006-2008	MS	Diploma legal.	IDT, I.P. – Produzidos 2 relatórios no âmbito do apoio técnico em matérias jurídicas, processuais e psicossociais às CDT; Elaborado 1 parecer no âmbito da atribuição de competências do IDT, I.P., que permita um efectivo acompanhamento da operacionalização da lei, bem como uma proposta de alteração ao Diplomas Legais (pacote de legislação em discussão); Emissão de todos os pareceres e orientações necessárias sobre matérias relacionadas com o funcionamento das CDT e da operacionalização da Lei; No âmbito da gestão da base de dados – Registo Central, foram realizadas integralmente a actualização, manutenção e tratamento de dados, bem como a resposta a pedidos concretos; Arquivados com efeitos extintivos todos os processos dos registos individuais a nível nacional (em cumprimento do n.º 1 e n.º 2 do art. 6º da Portaria n.º 604/2001); Emitidas 48.605 certidões relacionadas com licença ou renovação de licença de uso e porte de arma e produzida uma proposta de simplificação destes procedimentos.
48.2. Realização de acções de formação específica	2006-2008	MS / IDT	N.º acções de formação realizadas.	IDT, I.P. – Realizadas 3 acções de formação no âmbito da dissuasão.

⁷⁵ Informação estatística mais detalhada, ver *Parte A – Caracterização e Evolução da Situação*, capítulo Contra-Ordenações, deste Volume.

Resultado a atingir

Promover e garantir a articulação entre serviços com responsabilidades e / ou implicações na aplicação da lei.

Objectivo

49. Melhorar a articulação interna com os serviços e as respostas do IDT, I.P., e outras respostas convencionadas

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação / Indicador	Execução em 2008
49.1. Promoção e / ou melhoria dos mecanismos de articulação interna com as UP ao nível das respostas preventivas	2006-2008	MS / IDT	N.º de reuniões realizadas; N.º de indiciados encaminhados para respostas específicas de cada área.	IDT, I.P. – Realizados todos os encaminhamentos de indiciados sinalizados para este tipo de respostas.
49.3. Melhoria dos níveis de articulação com os CAT e outras respostas de tratamento, de acordo com o previsto na lei	2006-2008	MS / IDT	N.º de reuniões realizadas; N.º de indiciados encaminhados para respostas específicas de cada área.	IDT, I.P. – Realizados todos os encaminhamentos de indiciados sinalizados para este tipo de respostas.

Objectivo

50. Potenciar a articulação intraministerial no âmbito dos serviços do Ministério da Saúde

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação / Indicador	Execução em 2008
50.1. Articulação com os Centros de Saúde, Hospitais e outros serviços de saúde	2006-2008	MS / IDT	N.º de encaminhamentos para estas estruturas de saúde.	IDT, I.P./MAI/MS – Realizados mais 26 encaminhamentos para as estruturas de saúde.

Objectivo

51. Fomentar a articulação interministerial, com as tutelas com competências formais no âmbito da aplicação da lei e com as tutelas cuja missão abarque respostas no âmbito da toxicodependência

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação / Indicador	Execução em 2008
51.1. Efectivação e reforço da articulação e do trabalho em parceria com as autoridades policiais, os tribunais e os governos civis	2006-2008	MS / IDT, MAI, MJ, MTSS	N.º de processos; Grau de execução das sanções; N.º de encaminhamentos.	IDT, I.P. – Aplicadas 1.070 sanções, sendo executadas 705 sanções, 5.434 autos e 2.075 certidões.

Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.

A lei da descriminalização da posse e consumo de drogas, Lei 30/2000 de 29 de Novembro, constitui um instrumento de operacionalização dos objectivos e políticas de combate ao uso e abuso de drogas e de promoção da saúde pública, complementar às estratégias das outras áreas de intervenção do IDT, I.P., no domínio da redução da procura, representando também uma medida de combate à exclusão social.

Pretendeu-se com esta alteração legal, a redução do consumo de drogas e a salvaguarda das necessidades dos indiciados aos níveis preventivo, sanitário e terapêutico, tendo sido criada, em cada capital de distrito, uma Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência (CDT) com o objectivo de desenvolver um trabalho de proximidade na mediação entre situações de consumo e a aplicação de medidas sancionatórias.

No decorrer do ano de 2008, verificou-se um novo investimento nas políticas relativas à dissuasão, tendo sido **resolvida a falta de quórum**⁷⁶ nas CDT de Bragança, Viseu, Guarda, Lisboa, Coimbra e Faro, que inviabilizava a capacidade decisória na aplicação da Lei 30/2000. Com a reposição de *quórum*, foram **reorganizados os trabalhos** nestas CDT, restabelecida a **articulação com as entidades** envolvidas na aplicação da Lei, em especial com as autoridades policiais, tendo-se notado, no final do ano 2008, um acréscimo no cumprimento dos objectivos traçados e um maior investimento na efectivação da Lei.

Face aos constrangimentos inerentes da actual Lei Orgânica do IDT, I.P. para estabelecer e harmonizar práticas e procedimentos das CDT no âmbito da aplicação da lei, revelou-se difícil *optimizar o acompanhamento das CDT pelo IDT, I.P., adequar as práticas e procedimentos das CDT à realidade heterogénea do consumo de drogas e melhorar o conhecimento na área do uso e abuso de drogas* [objectivo operacional 48], dando origem a disparidades no entendimento sobre a aplicação da Lei e do modelo teórico subjacente.

Apesar destes constrangimentos e dentro das competências que o IDT, I.P. detém na área da dissuasão, foi possível o acompanhamento das CDT, procurando harmonizar práticas e procedimentos das mesmas, nomeadamente através do apoio técnico em matérias jurídicas, processuais e psicossociais, emissão de pareceres sobre matérias associadas à operacionalização da lei e, ainda, através do controlo e acompanhamento das decisões proferidas.

Assegurou-se a gestão da base de dados nacional – Registo Central – e prestou-se, sempre que necessário, assistência técnica, verificando-se no entanto alguns constrangimentos na sua actualização, relacionados quer com a mudança de instalações de algumas CDT⁷⁷, quer com o acréscimo do volume de trabalho verificado em

⁷⁶ No ano de 2008 foi reposto o *quórum* das Comissões de Lisboa, Faro, Guarda, Bragança, Viseu e Coimbra, permitindo no segundo semestre de 2008, a aplicação efectiva da lei, iniciar procedimentos e trabalhar no sentido de organizar e regularizar a situação de processos pendentes de anos anteriores. No entanto, persistem ainda algumas lacunas nas equipas técnicas de algumas CDT: em 2008, cinco CDT (Castelo Branco, Braga, Bragança, Guarda e Vila Real) não tiveram qualquer elemento na área técnica e muitas das restantes tiveram um número insuficiente de profissionais, nomeadamente da área de psicologia, factor essencial para a avaliação psicológica do indiciado, para a realização de diligências de motivação e de propostas terapêuticas adequadas aos seus consumos, bem como para assegurar o encaminhamento para as estruturas de saúde e o acompanhamento das medidas ou do processo terapêutico.

⁷⁷ Os Governos Cívicos, dos respectivos distritos, deixaram de assegurar as despesas com o arrendamento, invocando, principalmente, contingências orçamentais apesar de, legalmente, esta ser uma competência sua.

algumas CDT, devido sobretudo, ao grande número de pedidos de certidões, para efeitos de licença ou renovação da licença de uso e porte de armas, associado à escassez de recursos humanos existente.

Tal como já verificado no *Anexo, Parte A – Caracterização e Evolução da Situação*, capítulo *Contra-Ordenações*, onde consta a informação estatística sobre os processos de contra-ordenação por consumo de substâncias ilícitas relativos às ocorrências de 2008, o número de processos abertos registou um ligeiro decréscimo em relação a 2007, ano em que se registou o valor mais elevado de sempre. Esta relativa estabilidade do número de processos instaurados em relação ao ano anterior, de certo modo traduz a regularidade e a estabilidade na intervenção junto da população consumidora de substâncias ilícitas, das entidades responsáveis pela identificação e notificação dos indiciados para apresentação nas comissões⁷⁸. Todavia, e como já constatado na referida *Parte A*, houve um aumento da capacidade decisória em relação aos últimos anos e que reflecte muito provavelmente a reposição de *quórum* nas CDT durante o ano de 2008⁷⁹.

No âmbito da emissão de certidões, sobre a aplicação de sanção de cassação, proibição da concessão ou renovação de licença de uso e porte de arma de defesa, caça, precisão ou recreio, prevista na alínea f) do n.º 2 do artigo 17.º da Lei 30/2000, foram emitidas 48 605 certidões (37 849 em 2007), relativamente aos pedidos que deram entrada até 30 de Julho de 2008, tendo a partir desta data cessado esta actividade⁸⁰, por força da entrada em vigor do Protocolo celebrado entre o MS e o MAI, que visa optimizar a articulação entre as CDT e as autoridades policiais.

Com vista à *melhoria da articulação interna com os serviços e respostas do IDT, I.P. e outras respostas convencionadas* [objectivo operacional 49], foram realizadas, por parte das CDT, várias acções, relacionadas com os encaminhamentos dos indiciados para as respostas preventivas, de tratamento ou outras e na escolha das medidas sancionatórias a aplicar.

Para a realização destes encaminhamentos é necessário aferir e avaliar a relação que o indiciado estabelece com a substância ilícita que consome. Tal implica ir de encontro das necessidades efectivas de cada indiciado, permitindo a detecção precoce de consumos problemáticos de droga e a identificação de comportamentos disfuncionais, que envolvem maiores riscos, nomeadamente de escalada de consumos.

⁷⁸ Em relação ao ano anterior registou-se uma diminuição do número de processos enviados pelos Tribunais, que poderá estar relacionada, entre outros, com o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 8/2008, de 5 de Agosto, que mantém em vigor o n.º 2 do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, "...não só "quanto ao cultivo" como relativamente à aquisição ou detenção, para consumo próprio, de plantas, substâncias ou preparações compreendidas nas tabelas I a IV, em quantidade superior à necessária para o consumo médio individual durante o período de 10 dias".

⁷⁹ No ano de 2008 foi reposto o quórum das Comissões de Lisboa, Faro, Guarda, Bragança, Viseu e Coimbra, permitindo no segundo semestre de 2008, a aplicação efectiva da Lei, iniciar procedimentos e trabalhar no sentido de organizar e regularizar a situação de processos pendentes de anos anteriores. No entanto, persistem ainda algumas lacunas nas equipas técnicas de algumas CDT: em 2008, cinco CDT (Castelo Branco, Braga, Bragança, Guarda e Vila Real) não tiveram qualquer elemento na área técnica e muitas das restantes tiveram um número insuficiente de profissionais, nomeadamente da área de psicologia, factor essencial para a avaliação psicológica do indiciado, para a realização de diligências de motivação e de propostas terapêuticas adequadas aos seus consumos, bem como para assegurar o encaminhamento para as estruturas de saúde e o acompanhamento das medidas ou do processo terapêutico.

⁸⁰ A Lei 5/2006, de 23 de Fevereiro, exigia para efeitos de apreciação do requisito de idoneidade dos requerentes de licença de uso e porte de arma, a apresentação de uma certidão negativa de aplicação da sanção prevista na alínea f) do n.º 2 do artigo 17.º da Lei 30/2000. Através do Protocolo de Cooperação, entre o Ministério da Administração Interna e o Ministério da Saúde, de 17 de Julho de 2008, o IDT, I.P. fica apenas com a obrigação de comunicar a aplicação da respectiva sanção às autoridades policiais, nos termos da cláusula 2.ª do mesmo, tendo deixado de emitir certidões negativas, a partir de 30 de Julho de 2008.

Os quadros seguintes caracterizam a **situação face ao consumo dos indiciados primários** com processo aberto em 2008⁸¹ e o **tipo de encaminhamento / resposta efectuada**, no âmbito da aplicação de uma suspensão provisória de processo.

Quadro 141 - Situação Face ao consumo dos Indiciados Sem Registo Prévio

Indiciado	N.º
Toxicodependente	783
Não toxicodependente	2 816
Pendentes sem classificação	2 075
Total	5 674

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P./GAD

Cerca de 77% dos processos de contra-ordenação abertos em 2008 referem-se a indiciados primários, valor muito aproximado ao do ano anterior. Relativamente a 2 075 indiciados não foi possível aferir a sua situação face ao consumo, por falta de comparência dos indiciados nas CDT ou por estarem a aguardar a efectivação de diligências processuais.

Quadro 142 - Susp. Prov de processo de Indiciados Toxicodependentes – tratamento voluntário

Tipo de encaminhamento	N.º de indiciados			
	Equipa de Tratamento	Centro Saúde	Outras respostas	Total
Encaminhamento	140	2	24	166
Reencaminhamento	110	4	13	127
Continuação de tratamento	315	1	52	368
Total	565	7	89	661

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P./GAD

Dos 783 indiciados toxicodependentes, 661 (84,4%) aceitaram aderir voluntariamente a tratamento, no âmbito de uma suspensão provisória do processo. Deste universo, 166 (25,1%) nunca tinham estabelecido contacto com estruturas de tratamento, 127 (19,2%) retomaram o tratamento que tinham abandonado e 368 (55,7%) encontravam-se em tratamento no momento da prática do ilícito contra-ordenacional.

Quadro 143 - Susp. Prov de processo de Indiciados Não Toxicodependentes

Tipo de resposta	N.º
Sem diligências de motivação	1 846
Apenas diligências de motivação	645
Diligências de motivação e encaminhamento para estruturas de apoio	186
Encaminhamento directo para estruturas de apoio	139
Total	2 816

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P./GAD

⁸¹ Independentemente da data de ocorrência do facto punível como contra-ordenação.

É de referir o aumento do número de indiciados toxicodependentes que aceitaram aderir voluntariamente a tratamento, relativamente a 2007 (+23%) e a 2006 (+30%).

Do total de indiciados não toxicodependentes (2 816), 645 (22,9%) foram alvo apenas de diligências de motivação, 186 (6,6 %) foram alvo de diligências de motivação e encaminhados para apoio e 139 (4,9 %) foram directamente encaminhados para apoio sem necessidade de diligências de motivação.

Constata-se, consequentemente, que 34,4% do universo de indiciados não toxicodependentes foram diagnosticados como consumidores em situação problemática que poderiam indiciar situações de maior risco face à toxicodependência, que careciam de apoio especializado e diferenciado. Relativamente aos restantes 1.846 (65,6%), trata-se na sua maioria de situações de consumo, que a equipa técnica, após avaliação psicossocial, considerou não necessitar de qualquer tipo de intervenção por não constituírem situações de risco.

O número de indiciados não toxicodependentes que foram alvo de diligências de motivação e/ou encaminhados para apoio em 2008, registou um acréscimo em relação a 2007 (+7%) e a 2006 (+12%).

Ainda no âmbito dos encaminhamentos, alguns são efectuados através da aplicação de sanções não pecuniárias. A quase totalidade das sanções aplicadas referem-se a apresentações periódicas em local a designar pela CDT, geralmente na própria CDT, nos Serviços de Saúde e Autoridades Policiais.

É ainda de realçar que todos estes encaminhamentos e respostas, atendendo às características e necessidades individuais de cada um, às suas histórias de vida e de consumo, só são possíveis porque existe uma articulação permanente com as estruturas locais que trabalham na área da toxicodependência, que é desenvolvida pelas CDT, procurando assegurar a complementaridade das intervenções específicas de cada serviço e o conhecimento aprofundado das respostas disponíveis.

No entanto, são referidas por parte das CDT dificuldades ao nível dos encaminhamentos, destacando-se a inexistência de respostas dirigidas a esta população (61%), e dificuldades na própria CDT (39%) sendo esta última justificada pela lacuna existente nas equipas técnicas de cada CDT. Em 2008, cinco CDT (Castelo Branco, Braga, Bragança, Guarda e Vila Real) não tiveram qualquer elemento na área técnica e as restantes tiveram um número insuficiente de profissionais.

No que se refere ao objectivo *fomentar a articulação interministerial com as tutelas com competências formais no âmbito da aplicação da lei e com as tutelas cuja missão abarque respostas no âmbito da toxicodependência* [objectivo operacional 51] foi criada, por decisão da CTCIDT, uma subcomissão de Dissuasão do PNCDT, constituída por representantes do IDT, I.P., Procuradoria Geral da República, Conselho Superior de Magistratura, Guarda Nacional Republicana, Polícia de Segurança Pública, Direcção Geral dos Serviços Prisionais, Direcção Geral de Saúde e dos Governos Cívicos, dando-se continuidade em 2008, ao trabalho de avaliação do Plano de Acção – Horizonte 2008.

Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar

O Programa de Prevenção e Combate à Droga e ao Alcoolismo nas Forças Armadas⁸² (PPCDAFA)⁸³ é coordenado por um Grupo Coordenador (GCPCTFA), presidido pela Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar (DGPRM) e integrado por representantes da Marinha, do Exército e da Força Aérea.

Em 2008, este Grupo Coordenador efectuou uma reunião, com o objectivo de harmonizar procedimentos e apreciar documentação para sanção superior.

Nos Ramos das Forças Armadas (Marinha, Exército e Força Aérea), a coordenação do PPCDAFA é assegurada por Grupos/Gabinetes congéneres do GCPCTFA, funcionando de acordo com directivas internas produzidas ao nível da respectiva hierarquia superior

Rastreio toxicológico

Na prevenção primária, prevista pelo PPCDAFA, ocupa lugar de destaque o rastreio toxicológico da população militar, para detecção de substâncias ilícitas na urina, basicamente a canabinóides, opiáceos, anfetaminas e cocaína, em que desempenham uma missão fundamental os laboratórios dos Ramos das Forças Armadas, equipados com meios técnicos de referência⁸⁴, internacionalmente reconhecidos como os mais adequados para a triagem e a confirmação da presença de drogas de abuso na urina.

A grande vantagem do rastreio toxicológico reside na detecção precoce como meio de redução da procura, não apenas por motivos relacionados com as necessidades de segurança da organização, mas, fundamentalmente, por permitir detectar e travar uma dependência o mais próximo possível dos primeiros consumos.

Para assegurar a credibilidade de todo o processo e, ao mesmo tempo, os direitos individuais do militar rastreado, a realização de análises está associada a uma cadeia de custódia de amostras e a um controlo de execução analítica que garantem a segurança, o rigor e a confidencialidade de todos os dados, desde a colheita até à validação do resultado.

São analisados Oficiais, Sargentos e Praças, em todos os regimes de prestação de serviço, privilegiando-se a faixa etária 18-39 anos, com base em nomeação aleatória (por sorteio), extraordinária (por suspeita) e obrigatória (por determinação do órgão de gestão do pessoal ou acompanhamento de detecção anterior).

Em 2008, nas Forças Armadas, ocorreram 11 282 colheitas de urina para despiste de drogas (- 559, que em 2007), dando lugar à realização de 45 128 testes.

⁸² Nos termos do Despacho n.º 13043/2000, de 27 de Junho, do Secretário de Estado da Defesa Nacional.

⁸³ O PPCDAFA inscreve-se num programa global da DGPRM que abarca diferentes áreas de missão e transversais. Por razões de estrutura deste Relatório aparece plasmado em diferentes capítulos.

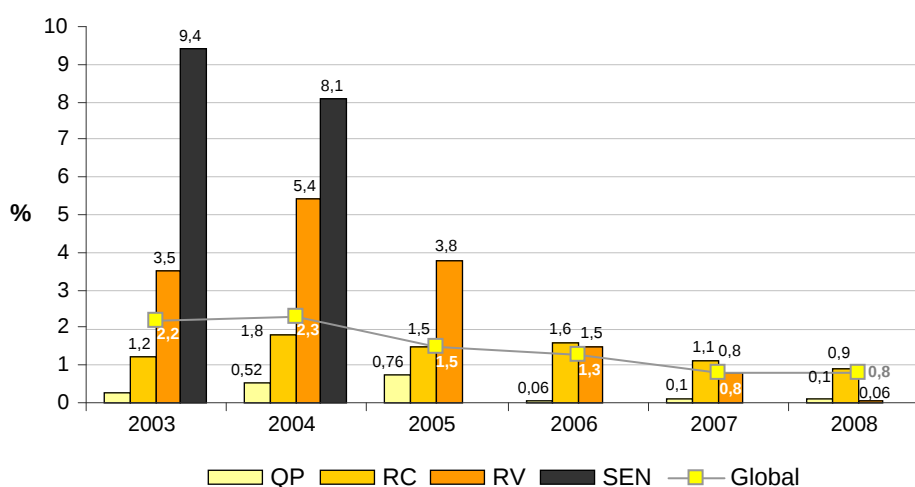
⁸⁴ Espectrometria de massa e cromatografia gasosa.

Numa apreciação global dos resultados dos três Ramos das Forças Armadas, verifica-se que ao serem agregados os três tipos de despiste previstos no PPCDAFA – aleatório, extraordinário e obrigatório – a positividade foi de **0,8%**, valor idêntico ao do ano transacto e inferior ao registado em 2006 (1,3%).

Por regime de prestação de serviço e mantendo-se a associação dos três tipos de despiste observou-se uma positividade de **0,1% no Quadro Permanente (QP)**; **0,9% no Regime de Contrato (RC)**; **0,06% no Regime de Voluntariado (RV)**.

Relativamente aos anos anteriores, verificou-se a evolução sintetizada na próxima figura. De recordar que nos quatro últimos anos em apreciação já não é considerada a prestação de serviço em Serviço Efectivo Normal (SEN), por extinção do regime, que correspondia ao serviço militar obrigatório, habitualmente com positividade relativamente mais elevada.

Figura 69 - Positividade (%) no rastreio toxicológico, entre 2003 e 2008, por regimes de prestação de serviço



Fonte: DGPRM

No que se refere ao tipo de drogas detectado, os canabinóides foram responsáveis por 88% dos casos positivos, os opiáceos por 3%, a cocaína por 9%. As anfetaminas, bem como as situações de policonsumo, não tiveram qualquer expressão.

Prevenção do consumo de bebidas alcoólicas

A prevenção do alcoolismo nas Forças Armadas, tendo em conta o contexto sociocultural que enquadra o consumo de bebidas alcoólicas no nosso País, aposta essencialmente na educação para um consumo moderado, acompanhada pela imposição de restrições ao funcionamento de bares e maior facilidade no acesso a bebidas não alcoólicas, especialmente em cantinas ou messes.

Paralelamente, é realizado um rastreio à população, através do recurso a aparelhos medidores da taxa de alcoolemia⁸⁵, procedendo-se, em determinadas situações, à confirmação laboratorial a análise de sangue total⁸⁶.

A Marinha, em 2008, prosseguiu à determinação de alcoolemia nas amostras de urina, através do LAFTM, observando-se uma positividade de 7,14%. Simultaneamente, as Unidades levaram a efeito o seu plano de testes, com recurso a alcoómetros.

Sempre que um resultado é positivo e o indivíduo referenciado assim o desejar, procede-se à colheita de sangue para confirmação laboratorial.

No Exército, no ano em análise, participaram no rastreio aleatório de álcool 1 618 militares (+ 498, que em 2007), registando-se 14 casos com resultado igual ou superior a 0,5g/l, o que representa 0.8 % dos militares rastreados (- 0.2 %, que no ano anterior).

Na Força Aérea, o planeamento mensal é efectuado pela Divisão de Informações, estipulando, para cada Unidade, o número de militares a ser submetido a rastreio. No ano de 2008 foram referenciados 3 casos positivos, sendo um deles reincidente. No entanto, este ramo considera que o problema do consumo de álcool poderá ser mais complexo, visto que os resultados obtidos dependem da hora a que o teste é realizado.

Pesquisa de drogas com recurso a equipas cinotécnicas

No âmbito da prevenção e como medida activa de dissuasão do consumo e tráfico interno, realizaram-se, na Marinha, 101 acções de pesquisa cinotécnica (110 em 2007), 67 das quais por equipas dos Fuzileiros e 34 por equipas da GNR.

O Exército, através das equipas cinotécnicas do Regimento de Lanceiros n.º 2 (2 Sargentos, 5 Praças e 7 canídeos), realizou 61 acções, no dispositivo do Ramo em território nacional, avaliando 10 871 militares (valor idêntico ao avaliado em 2007), respectivas instalações e viaturas utilizadas. Como resultado, verificou-se a referência de 6 militares (- 7, que em 2007), não tendo sido confirmados casos positivos de consumo de substâncias ilícitas, por despiste toxicológico realizado.

Na Força Aérea, ocorreram, ao longo do ano, 11 acções de pesquisa de droga (+ 3 que em 2007), nas diferentes instalações, com a utilização de equipas cinotécnicas do Ramo.

⁸⁵ Alcoómetros, *Lion Sd2* e *Sd 400*.

⁸⁶ Por cromatografia gasosa com detector FID em *Head Space*.

Orçamento

No que se refere ao encargo financeiro decorrente do PPCDAFA, em 2008, foram registadas as despesas, por eixos de intervenção, resumidas no quadro seguinte.

Quadro 144 - Despesas por eixos de intervenção

Eixos / Vectores de Intervenção	Total Em Euros
Coordenação e Cooperação Institucional	€...
Informação, Formação, Investigação e Avaliação	7 968
Redução da Procura:	
Prevenção e Dissuasão	466 673
Tratamento e Reinserção	101 429
Total	576 070

€... Encargo não quantificado.

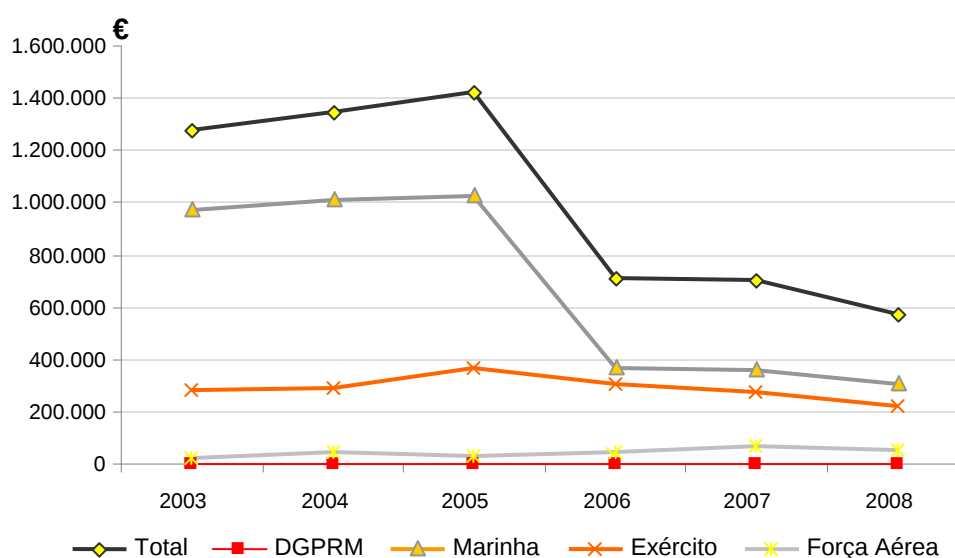
Fonte: DGPRM

Quadro 145 - Evolução do investimento no PPCDAFA, entre 2003 e 2008

	2003	2004	2005	2006	2007	2008
	Em euros					
DGPRM					1 200	
Marinha	974 990	1 010 104	1 026 760	364 176	359 992	302 799
Exército	283 339	292 107	365 479	302 468	272 866	220 446
F. Aérea	21 766	47 837	32 262	45 848	67 271	52 826
Total	1 280 095	1 350 048	1 424 501	712 492	701 329	576 070

Fonte: DGPRM

Figura 70 - Representação gráfica da evolução do investimento no PPCDAFA, entre 2003 e 2008



Fonte: DGPRM

Recorde-se que a diminuição abrupta do valor total do investimento realizado em 2006 ficou a dever-se ao facto de a Marinha ter deixado de incluir as despesas com remunerações de pessoal, algo que já ocorria com o Exército e a Força Aérea, por dificuldade destes Ramos isolarem essa despesa relativamente ao PPCDAFA.

Assim, estima-se que os valores apresentados, para 2008, representem cerca de 1/3 dos gastos totais, pela dificuldade em, nesta sede, quantificar múltiplos encargos, que se encontram integrados em programas mais vastos, nomeadamente na área da saúde e da gestão de pessoal. De referir, para além dos encargos com pessoal, os gastos com energia, transportes e comunicações ou a manutenção das instalações e equipamento dos laboratórios e unidades hospitalares, que não foram contabilizadas pelo Exército e pela Força Aérea.

Não obstante, o investimento no Programa das Forças Armadas ganha justificação quando se ponderam os custos que resultariam da ausência de controlo, ou seja, relativos a acidentes, quebras de segurança, absentismo, despesas de saúde e actos de indisciplina, provocados por comportamentos alterados pelo efeito da droga, em indivíduos com acesso a armas e equipamento militar, os quais facilmente somariam um valor muito superior.

Em 2008, o PPCDAFA manteve-se como o programa de referência para o controlo do fenómeno do consumo de drogas, da toxicodependência e do alcoolismo.

Redução de Riscos e Minimização de Danos

Resultado a atingir

Construir uma rede global de respostas integradas e complementares, no âmbito da redução de riscos e minimização de danos com parceiros públicos e privados.

Objectivo

52. Implementar e/ou reforçar as estruturas de proximidade e de fácil acesso, nomeadamente Equipas de Rua, Pontos de Contacto e Informação, Unidades Móveis e Gabinetes de Apoio, que permitam desenvolver um trabalho mais estruturado de apoio, triagem e encaminhamento

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
52.2. Implementar novas estruturas em territórios considerados prioritários	2006	IDT	N.º de novas estruturas.	IDT, I.P. – Foram financiadas, acompanhadas e avaliadas 46 estruturas de Redução de Riscos e Minimização de Danos, de entre as quais 20 correspondem a novos financiamentos de projectos (sendo que 19 foram financiadas ao abrigo do PORI). Considerando as valências implementadas por estas estruturas, foram acompanhadas em particular 13 novas Equipas de Rua, 7 novos Pontos de Contacto e Informação, 5 novos Programas de Substituição Opiácea, e 2 novos Gabinetes de Apoio. Foi registada em bases de dados a actividade de todas as estruturas existentes e elaborado um Relatório Nacional de Avaliação; No âmbito do PORI foram aprovados 19 projectos para o eixo da RRMD; Criado um Núcleo Territorial em cada território de intervenção prioritária em que se implementou PRI; Realizados os diagnósticos RAR em cada território seleccionado para intervenção prioritária; Abertura de concurso público com identificação de necessidades de intervenção em 51 territórios; Implementados 51 PRI com financiamento e 24 PRI sem financiamento. IDT, I.P./ISS, I.P. – Abertura de financiamento para 20 novas estruturas através de concurso Público de âmbito Regional

Objectivo

53. Assegurar a continuidade ou promover a criação de estruturas intermédias (Centros de Acolhimento e Centros de Abrigo), que permitam a estabilização física e psicológica dos utentes encaminhados pelas estruturas de proximidade, mas que ainda não têm condições físicas e psicológicas para aceder a programas de tratamento

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
53.1. Avaliar a pertinência dos locais de intervenção a nível nacional	2006	IDT, ISS, I.P.	N.º de novas estruturas.	IDT, I.P./ISS, I.P. – Acompanhado, monitorizado e avaliado 1 Centro de Acolhimento.

Objectivo

54. Promover a avaliação de necessidades de implementação de respostas inovadoras, tais como Máquinas de Troca de Seringas e Salas para Consumo Vigiado

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
54.1. Avaliar a pertinência dos locais para a implementação de respostas inovadoras	2006-2008	IDT	N.º diagnóstico de necessidades com definição de prioridades	IDT, I.P. – Foi trabalhado, em articulação com uma IPSS, um modelo (projecto-piloto) de programa de consumo assistido em Unidade Móvel.

Objectivo

55. Mobilizar todas as unidades especializadas do IDT, I.P. em geral, e dos CAT em particular, e Unidades Privadas de tratamento com protocolo com o IDT, I.P., para alargar a sua intervenção no âmbito da redução de riscos e minimização de danos, de acordo com as necessidades locais e os recursos disponíveis

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
55.1. Promover o rastreio de doenças infecciosas	2006-2008	IDT	N.º de rastreios.	IDT, I.P./CNIVIH/SIDA – Estiveram em funcionamento 7 Estruturas de RRMD com o programa KLOTHO, tendo sido rastreados 433 utentes.
55.2. Promover a vacinação	2006-2008	IDT	Taxa de vacinação.	IDT, I.P. – Estiveram em funcionamento 11 Estruturas de RRMD com Terapêutica Combinada.
55.3. Promover a articulação com IPSS para implementação do PTAO de baixo limiar de exigência	2006-2008	IDT	N.º de IPSS's que implementaram PTAO de baixo limiar.	IDT, I.P. – Estiveram em funcionamento 11 Estruturas de RRMD com Programa de Substituição Opiácea. Foi concluído 1 documento orientador para implementação de PS de baixo limiar.

Objectivo

56. Promover a articulação efectiva de todos os CAT com as estruturas de proximidade, construindo respostas integradas em função das necessidades identificadas

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
56.1. Potenciar a figura do interlocutor	2006-2008	IDT	N.º de CAT com interlocutor para a área de RRMD.	IDT, I.P. – Produzido 1 documento técnico-normativo de definição de competências e actividades das Equipas de Redução de Danos do IDT, I.P.; Elaborada uma proposta de linhas de orientação para a articulação entre os dispositivos de RRMD e as Equipas de Tratamento dos CRI; Realizadas 5 acções de formação a técnicos na área de RRMD.
56.2. Criar a figura de um Supervisor para o trabalho realizado no âmbito das estruturas de RRMD	2006-2008	IDT	N.º de Supervisores credenciados.	IDT, I.P. – Existência em 80% dos CRI de um supervisor na área da redução de danos.

Resultado a atingir

Disponibilizar programas de redução de riscos e minimização de danos a grupos específicos.

Objectivo

57. Fomentar uma intervenção específica ao nível da população jovem, procurando intervir numa abordagem de rua informal, utilizando como agentes de intervenção privilegiados pares com formação adequada

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
57.1. Promover informação sobre “Regras de Segurança em Espaços Recreativos” – acessibilidade, vigilância de espaços, observação dos públicos, ambiente, meios preventivos e concepção de espaços	2006	IDT	N.º de estabelecimento e promotores de eventos aderentes à informação.	IDT, I.P. – Criado 1 documento de trabalho neste âmbito.
57.2. Criar condições para que, na realização de eventos exista uma maior aceitação por parte dos organizadores para a intervenção de técnicos de saúde	2006-2008	IDT	N.º de eventos com intervenção do IDT, I.P.	IDT, I.P. – Criado 1 documento de trabalho neste âmbito.

Objectivo

58. Fomentar a articulação/intervenção em Meio Prisional com os serviços competentes do Ministério da Justiça

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
58.1. Promover campanhas de informação / sensibiliza-ção (riscos de <i>overdose</i> , medidas de higiene no consumo endovenoso, entre outras)	2006-2008	IDT, DGSP	N.º de campanhas realizadas.	IDT, I.P. – Apresentada 1 proposta neste âmbito.
58.3. Colocar máquinas de dispensa de preservativos e troca de material de consumo asséptico em locais considerados adequados	2006-2008	IDT, DGSP	N.º de Estabelecimentos Prisionais com máquinas de dispensa de preservativos; N.º de estabelecimentos Prisionais com Programa de troca de seringas.	IDT, I.P./DGSP/CNIVIH/SIDA – 2 Estabelecimentos Prisionais (Paços de Ferreira e Lisboa) com Programa de Troca de Seringas.

Objectivo

59. Promover a criação de espaços experimentais de intervenção em situação de *overdose*

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
59.2. Criar projectos em articulação com o INEM de ambulâncias preparadas para intervenção nestas situações e nestes contextos	2008	IDT, DGS	N.º de campanhas.	IDT, I.P. – Implementado 1 projecto neste âmbito.
59.3. Trabalhar e alargar a intervenção de prevenção das <i>overdoses</i> através de acções de sensibilização nas estruturas de tratamento (ex.: CT)	2007	IDT	N.º de acções realizadas.	IDT, I.P. – Realizadas 5 acções neste âmbito.

Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

A necessidade de intervenção junto de populações específicas de consumidores de substâncias psicoactivas que não estão a ser efectivamente abrangidos pelos serviços convencionais, bem como a necessidade de realizar intervenções específicas no domínio da promoção de saúde pública, tem exigido um esforço de valorização, de aperfeiçoamento contínuo e de alargamento de um modelo de intervenção de proximidade, pressuposto base de toda a intervenção em matéria de Redução de Riscos e Minimização de Danos (RRMD).

Em 2008, é de destacar o alargamento da rede de estruturas sócio-sanitárias e de respostas a utilizadores de drogas, a determinação na definição e implementação de orientações técnicas com vista a uma maior qualidade da intervenção e a uma maior eficácia processual e ainda, a participação em grupos de trabalho para a definição de respostas a populações com necessidades específicas.

É também um ano de reestruturação da organização interna do IDT, I.P., tornando-se imperativo a definição clara do papel de cada uma das unidades orgânicas, concretizado na explicitação das competências atribuídas a estas, no quadro da RRMD.

Esta componente de actuação foi particularmente desafiante, essencialmente, devido a aspectos que se inter-relacionam, nomeadamente: a necessidade de garantir a discussão e o entendimento dos envolvidos relativamente ao papel de cada um e de disponibilizar ferramentas para a execução dos atributos funcionais em causa; a adaptação do modelo de acompanhamento e avaliação de estruturas de RRMD à nova orgânica e sobretudo, a transmissão das metodologias que lhe são inerentes, a novos coordenadores de RRMD nas novas unidades orgânicas e também, a novas entidades promotoras de projectos; a execução de todo este processo em simultâneo com as dinâmicas de implementação de novas unidades orgânicas e de novos projectos no terreno.

No âmbito do PORI, a selecção dos territórios, tendo em conta a severidade dos problemas identificados, implica, na maioria das vezes, mais do que um grupo-alvo a carecer de intervenção e obriga, consequentemente, a uma resposta convergente e integrada de várias ou todas as áreas de missão do IDT, I.P. Surge, assim, a necessidade de integrar as actuações ao nível territorial, conjugando os esforços dos intervenientes e rentabilizando os recursos pelo estabelecimento de parcerias, tendo sempre em vista o interesse dos sujeitos a abranger e o conjunto da população.

Sendo a Redução de Riscos e Minimização de Danos (RRMD) uma área de missão transversal a toda a intervenção, no âmbito do consumo de substâncias psicoactivas, em 2008, procurou-se potenciar toda a dinâmica já existente no terreno, complementando a rede nacional de redução de danos e integrando-a numa lógica mais alargada e complementar. Desta forma, **aumentou-se, consideravelmente, o número de projectos implementados no terreno (20 novos projectos)**, que se reflectiu na diversidade e no aumento de abrangência das respostas. No final do ano, o IDT, I.P. financiou 46 projectos de RRMD que acompanharam, mensalmente, uma **média de 6822 utentes**.

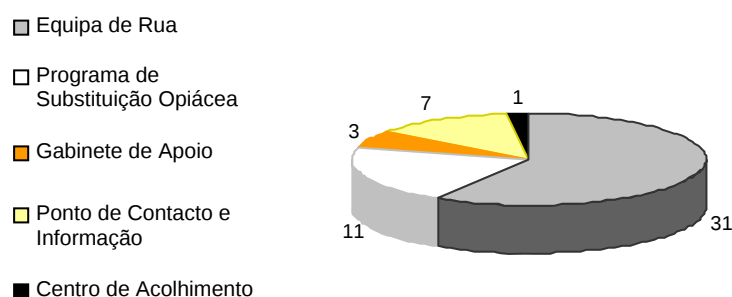
Assim e com o objectivo de *assegurar a continuidade e/ou reforçar as estruturas de proximidade e de fácil acesso, que permitam desenvolver um trabalho mais estruturado de apoio, triagem e encaminhamento de toxicodependentes sem enquadramento sócio-familiar* [objectivo operacional 52], monitorizou-se o funcionamento dos projectos, acima referidos, que se traduziram na implementação de respostas variadas, a saber: 31 Equipas de Rua, 3 Gabinetes de Apoio, 7 Pontos de Contacto e Informação e 1 Centro de Acolhimento. Funcionaram, ainda, integrados nestas estruturas ou de forma independente, 11 Programas de Substituição Opiácea.

O ano de 2008 foi um ano de transição no quadro da intervenção em RRMD, fruto da conclusão de alguns projectos (Equipas de Rua) financiados no âmbito das Portarias n.º 1114/2001 e n.º 1115/2001, de 21 de Junho, e do início de novos projectos, financiados quer no âmbito das Portarias n.º 748/2007 e n.º 749/2007⁹³, de 25 de Junho, quer no âmbito da Portaria n.º 131/2008, de 13 de Fevereiro, que configura o financiamento de projectos no quadro do PORI.

A remodelação do número e características dos projectos financiados sustentou-se num diagnóstico de necessidades e recursos de base territorial a nível nacional. Ao todo, no ano de 2008, estabeleceram-se 20 novos protocolos para o funcionamento e financiamento de projectos de RRMD, sendo que, de entre estes, 19 foram realizados no âmbito do PORI.

Assim, na totalidade funcionaram em 2008 quarenta e seis projectos de RRMD, que implementaram 53 valências, sobretudo Equipas de Rua.

Figura 71 - N.º de valências de Projectos de Redução de Riscos e Minimização de Danos (n=53)



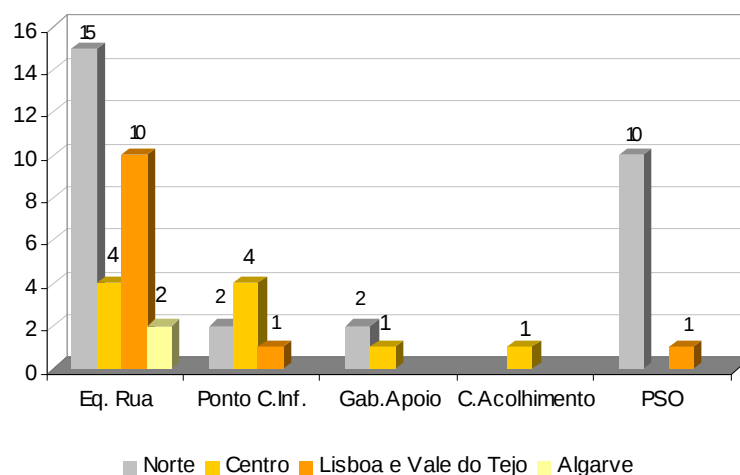
Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P./DIC: NRD

Salienta-se que, para a definição do número de projectos, foram considerados os territórios de intervenção, pois em seis situações ocorreu a substituição de um projecto por outro, mantendo-se o mesmo território.

Nestas situações foi contabilizado apenas um projecto (no caso de se contabilizarem os dois projectos para o mesmo território em períodos temporais diferentes, o número de projectos de RRMD a intervir em 2008 subiria para 49).

A maior parte das valências foram implementadas na região do Norte (29), seguida de Lisboa e Vale do Tejo (12), Centro (10) e Algarve (2).

⁹³ Com o enquadramento destas Portarias foi possível desencadear a abertura de 17 procedimentos para financiamento de novos projectos.

Figura 72 - N.º de valências em Projectos de Redução de Riscos e Minimização de Danos, por região (n=53)

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P./DIC: NRD

Para uma melhor compreensão da actividade desenvolvida nesta área de missão apresentam-se os **indicadores mais relevantes da intervenção** a nível nacional, a partir de uma amostra dos projectos implementados:

Equipas de Rua

Quadro 146 - Movimento de utentes -2008

N.º de utentes / média mês	5 869
N.º de Novos Contactos (ano)	15 155
N.º Contactos Continuados (ano)	122 966
Abandono	138
Óbito	51
Detenção	47
Outra saída	313

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P./DIC: NRD

Quadro 147 - Alguns dos indicadores de respostas dadas aos utentes -2008

Apoio Social	6 982
Apoio Psicológico	2 845
Apoio / Atendimento Psicossocial	363
Consultas Médicas	489
Cuidados de enfermagem	3 828
Terapêutica Medicamentosa	710
Cuidados de Higiene	9 169
Alimentação / apoio alimentar	14 633
Apoio Jurídico	196

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P./DIC: NRD

Quadro 148 - Encaminhamentos -2008

Hospital	385
Centro de Saúde	237
Centro de Diagnóstico Pneumológico	460
Centro Anónimo de Diagnóstico	323
Gabinete de Apoio	517
Centro Acolhimento	80
Centro de Abrigo	86
CRI - Equipa de Tratamento	772
Unidade de Desabituação	71
Centro de Dia	59
Comunidade Terapêutica	77

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P./DIC: NRD

PSO-BLE em Unidades Móveis

As duas Unidades Móveis com PSO-BLE, em funcionamento na cidade de Lisboa, actuaram no ano de 2008, respectivamente, nas zonas oriental e ocidental de Lisboa, abrangendo utentes de cerca de 54 freguesias.

Quadro 149 - Alguns indicadores da execução das Unidades Móveis de PSO-BLE

Utentes em Programa de Substituição Opiácea - BLE	733
Utentes acompanhados em Consultas Médicas – média / mês	66
Utentes acompanhados em Terapêutica Medicamentosa-média / mês	24
Utentes encaminhados para o CDP em – média / mês	114
Utentes encaminhados para a Segurança Social – média / mês	35
Utentes em Programa de Substituição Opiácea - BLE	733

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P./DIC: NRD

PSO-BLE em Estruturas Fixas

Em 2008, acompanhou-se técnica e financeiramente a actividade de três PSO-BLE em Estruturas Fixas: dois na Cidade de Lisboa e um na Cidade do Porto.

Quadro 150 - Alguns indicadores da execução dos Gabinete de Apoio

Utentes acompanhados em Consultas Médicas / média mês	160
Utentes encaminhados para o Hospital / média mês	26
Utentes encaminhados para o Centro de Saúde / média mês	39
Utentes encaminhados para o CDP / média mês	33
Utentes encaminhados para Equipa de Tratamento / média mês	322
Utentes encaminhados para a Segurança Social / média mês	35

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P./DIC: NRD

Centro de Acolhimento

O Centro de Acolhimento “O Farol”, em Coimbra, disponibilizou os seus serviços a 207 utentes, no ano de 2008. Para além do alojamento, esta estrutura disponibiliza alimentação, balneários, lavandaria e diversas actividades que se incluem no âmbito da formação, do apoio social e da saúde.

No âmbito da formação/sensibilização são múltiplas as actividades realizadas, seja em termos de ateliers (expressão plástica, emprego, informática e língua portuguesa, carpintaria, jardinagem, por exemplo) ou de outras actividades como a iniciação à informática.

Quadro 151 - Alguns indicadores da execução do Centro de Acolhimento “O Farol”

N.º de utentes acompanhados em média por mês	60
N.º de utentes rastreados	88
N.º de consultas médicas / ano	96
N.º de cuidados de enfermagem prestados	27
N.º de apoios psicológicos prestados / ano	308
N.º de apoios sociais prestados / ano	197
N.º de utentes encaminhados para o Hospital	41
N.º de utentes encaminhados para o Centro de Saúde	85
N.º de utentes encaminhados para Unidade de Tratamento	41
N.º de utentes encaminhados para Segurança Social	60
N.º de utentes encaminhados para o IEFP	242

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P./DIC: NRD

No sentido de *mobilizar todas as unidades especializadas do IDT, I.P. em geral, e dos CAT em particular, e Unidades Privadas de tratamento com protocolo com o IDT, I.P., para alargar a sua intervenção no âmbito da redução de riscos e minimização de danos, de acordo com as necessidades locais e os recursos disponíveis* [objectivo operacional 55], e no que reporta ao *rastreio de doenças infecciosas* [acção 55.1.], prosseguiu-se a implementação do **Programa KLOTHO**⁹⁴, tendo sido este alargado a mais 5 Equipas de Rua, 2 na região do Algarve e 3 na região Norte. Para além destas, na região Centro, foram ainda efectuados rastreios a 130 reclusos do Estabelecimento Prisional de Coimbra.

O processo de implementação do Programa, nas Equipas de Rua, caracteriza-se como gradual, tendo em conta a especificidade da intervenção de proximidade, para que o modelo subjacente às práticas inerentes ao **Modelo de Aconselhamento, Diagnóstico e Referenciação (modelo ADR)** não fosse alterado. Assim, em 2008, deu-se continuidade ao processo de formação previsto no âmbito deste Programa, em virtude de o mesmo ter sido alargado a mais projectos de RRMD, bem como na sequência da inclusão de novos elementos em projectos que já vinham a desenvolver o Programa. Paralelamente, iniciou-se a formação de novas Equipas como preparação da inclusão do modelo ADR nas suas práticas quotidianas. Para além da formação inicial, o modelo experimentado prevê a realização de um acompanhamento técnico e monitorização, que se desenvolveu em 2008 para os projectos de RRMD que o aplicaram.

⁹⁴ O programa KLOTHO resulta de um protocolo entre o IDT, I.P. e a Coordenação Nacional para o VIH/SIDA, datado de 2006.

Desta forma, o Programa foi implementado em 7 Equipas de Rua, destacando-se o seguinte:

Quadro 152 - Equipas de Rua - indicadores de execução (n=7)
(modelo ADR)

Regiões	Nº de Equipas de Rua	Número Total de Utentes Rastreados	Número de Diagnósticos VIH Reactivos	Número Total de Utentes Referenciados
Norte	4	86	11	11
Centro	1	80	3	2
Algarve	2	267	11	8
Total	7	433	25	21

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P./DIC: NRD

Com vista a *fomentar uma intervenção específica ao nível da população jovem, procurando intervir numa abordagem de rua informal, utilizando como agentes de intervenção privilegiados pares com formação adequada* [objectivo operacional 57], foi realizada uma **intervenção no Festival Super Bock Super Rock**, com uma equipa constituída por 10 Técnicos do IDT, I.P. e 9 Voluntários – mediadores universitários, com formação específica para intervir em contextos recreativos.

Esta intervenção teve como objectivos: aumentar o nível de informação e conhecimento sobre os riscos associados ao consumo de substâncias psicoactivas, prevenindo situações de crise ou urgência, num contacto próximo e informal; realizar um levantamento das necessidades de informação acerca das substâncias psicoactivas, junto dos frequentadores do Festival; realizar um levantamento de sugestões/recomendações para intervenções futuras em contextos festivos

Neste Festival, que contou com cerca de 20 000 presenças durante as duas noites, para além de ser distribuída informação no âmbito das substâncias, foi realizado um questionário a um total de 215 indivíduos.

Neste questionário foram identificadas as substâncias psicoactivas, cuja informação é considerada insuficiente, tais como as substâncias alucinogéneas e estimulantes (com maior expressão) e, seguidamente, a ketamina e os cogumelos mágicos.

Enquadrado também neste objectivo, o **Grupo GIES** promoveu, com o IDT, I.P., uma **intervenção no Ensino Superior concentrada no contexto das semanas académicas**.

Foram realizadas actividades nos distritos de Bragança, Viana do Castelo, Porto, Coimbra, Santarém, Lisboa, Évora, Portalegre e Elvas, com a colaboração das Associações Académicas de Lisboa, de Coimbra, do Algarve, dos Estudantes do Ensino Privado e a Federação Académica do Porto. Foram concretizadas 5 acções de formação de voluntários, no Norte, Coimbra, Santarém, Lisboa e Alentejo.

Estiveram envolvidos na intervenção 237 voluntários, enquadrados por 51 técnicos do IDT, I.P. das Equipas de Redução de Danos e da Prevenção, mas também, de outras áreas de missão. No conjunto das intervenções foram distribuídos 46 655 *flyers*, 8 500 fitas de pulso, 39 700 preservativos masculinos, 5 000 preservativos femininos, 930 lubrificantes, aproximadamente 100 kg de chupa-chupas/doces e algumas *T-shirts* e foram efectuados cerca de 6 000 testes de alcoolemia.

A avaliação foi feita através da aplicação de um questionário no final da intervenção, recolhendo a opinião dos voluntários e das equipas técnicas sobre a intervenção.

Tendo em conta o objectivo de *fomentar a articulação/intervenção em Meio Prisional com os serviços competentes do Ministério da Justiça* [objectivo operacional 58], o IDT, I.P. manteve a sua integração no grupo de trabalho interministerial (DGSP, CNSida e IDT, I.P.), para a operacionalização do **Plano de Acção Nacional para Combate à Propagação de Doenças Infecciosas em Meio Prisional (PANCPDI)**. Este Plano compreende cinco áreas de intervenção: promoção da saúde e prevenção da doença, tratamento da toxicodependência, tuberculose, doenças infecciosas virais e redução de riscos e minimização de danos, que inclui o **Programa Específico de Troca de Seringas (PETS)**.

No ano de 2008, deu-se continuidade ao PETS, nos Estabelecimentos Prisionais de Paços de Ferreira e de Lisboa, nos termos que haviam sido definidos pelo grupo de trabalho interministerial e espelhados no Guia Metodológico, para a implementação deste projecto-piloto, o que se traduziu, nomeadamente, na sua avaliação.

A implementação do PETS, nos dois Estabelecimentos Prisionais referidos, enquadra-se no âmbito da saúde, contextualizada em três dimensões: O trabalho multidisciplinar e inter-institucional em torno da saúde em meio prisional, a divulgação de informação, nomeadamente, sobre saúde, doenças infecciosas, consumo de substâncias e a aproximação dos reclusos aos serviços de saúde.

De referir, no âmbito da requalificação do Bairro da Cova da Moura, a implementação de um projecto de RRMD com duas valências, respectivamente Equipa de Rua e Gabinete de Apoio, Esta intervenção enquadra-se na iniciativa em *Bairros Críticos*, iniciativa do IHRU, em articulação com o ISS, I.P..

Outras Actividades

- **Estratégia para integração da pessoa sem abrigo**

Considerando o trabalho desenvolvido para dar resposta a grupos específicos, será de enfatizar o envolvimento na definição de uma estratégia para a integração da pessoa sem-abrigo, no âmbito do grupo inter-ministerial ENIPSA (Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas sem-abrigo: prevenção, intervenção e acompanhamento). A este nível, para além do aprofundamento do conhecimento do fenómeno, salienta-se o compromisso assumido na definição e implementação de metodologias, de forma harmoniosa, entre os diversos ministérios e entidades da sociedade civil com intervenção neste domínio, para assegurar que cada pessoa (nomeadamente pessoas sem-abrigo que são utilizadoras de drogas) é devidamente acompanhada no acesso a abrigo, tratamento e restantes fases de integração.

- **Incremento da qualidade da intervenção em Redução de Riscos e Minimização de Danos**

No ano 2008 foi preparada a elaboração de um Guia de Apoio para a Intervenção em Redução de Riscos e Minimização de Danos, a disponibilizar aos serviços regionais e locais do IDT, I.P., bem como, a todas as entidades promotoras de projectos de RRMD. O documento tem como objectivo fundamental proporcionar um

enquadramento técnico sobre os princípios, objectivos, actividades e metodologias desta vertente de intervenção, dirigindo-se sobretudo às equipas de RRMD, prevendo-se a sua publicação em 2009.

Foram também elaboradas as Orientações Técnicas para a Implementação de Programas de Substituição Opiácea de Baixo Limiar de Exigência (PSO-BLE) e Normas e Procedimentos de Aquisição e Fornecimento de Metadona.

O documento apresentado teve como objectivo fundamental contribuir para regular a implementação e funcionamento de PSO-BLE a nível nacional.

De entre os projectos que contemplam a resposta de PSO-BLE, aumentou em 2008, o número daqueles que passaram a disponibilizar terapêutica combinada. Fruto da necessidade de garantir parâmetros de qualidade e segurança nos PSO-BLE, este documento assume particular importância no acompanhamento de utentes com vista ao incremento da qualidade da intervenção, em matéria de prestação de cuidados saúde, nomeadamente, no que diz respeito à implementação de respostas de terapêutica combinada.

Coordenação Nacional para a Infecção VIH/SIDA⁹⁵

Programa “Diz não a uma seringa em segunda mão”

O Programa Nacional de Troca de Seringas “Diz não a uma seringa em segunda mão”, criado em 1993, resulta de uma parceria entre o Ministério da Saúde, através da Coordenação Nacional para a Infecção VIH/SIDA (CNSida) e a ANF.

O Programa de troca de seringas, cujo montante dispendido em 2008 foi de 1 591 410, 6 €, visa prevenir a transmissão do VIH entre utilizadores de drogas injectáveis, sendo um instrumento de estratégia geral de redução de riscos e apoio à adopção de comportamentos e hábitos de injeção mais seguros.

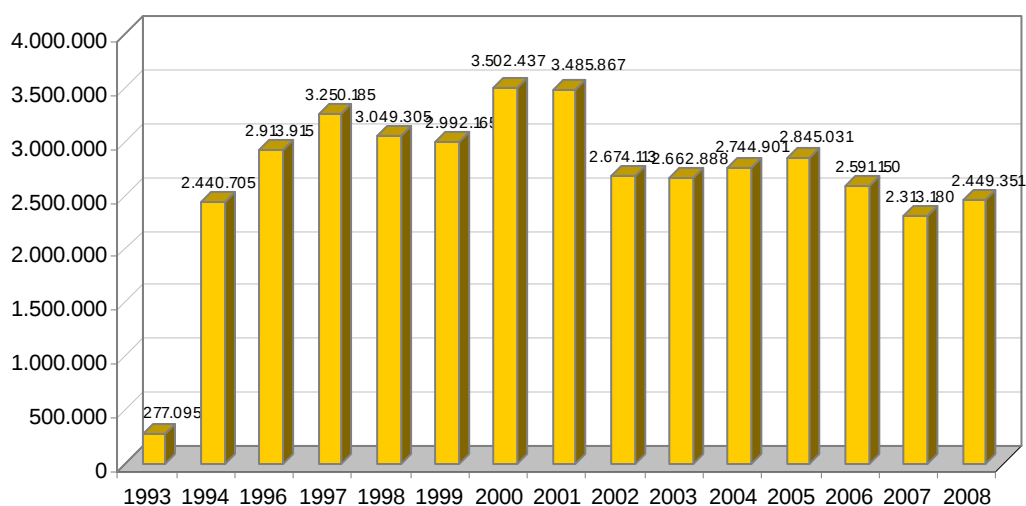
• Seringas recolhidas / totais do País

Os valores apresentados referem-se ao período de **Outubro de 1993** – data do início do Programa a **Dezembro de 2008**.

O número de trocas aumentou progressivamente entre 1994 e 1997, onde atingiu um pico, sendo que se manteve estável nos anos de 1998 e 1999, voltando a aumentar em 2000, com valores que se mantiveram em 2001. Em 2002 verificou-se uma acentuada diminuição do valor total de trocas, que se manteve estável em 2003. Nos anos de 2004 e 2005 ocorreram crescimentos ligeiros, verificando-se, novamente, uma ligeira diminuição em 2006 e, posteriormente, em 2007. No ano de 2008 ocorreu um ligeiro aumento.

Entre Outubro de 1993 e Dezembro de 2008 foram recolhidas/trocadas **43 045 293 seringas**.

Figura 73 - Seringas recolhidas / Totais do País de 1993 a 2008



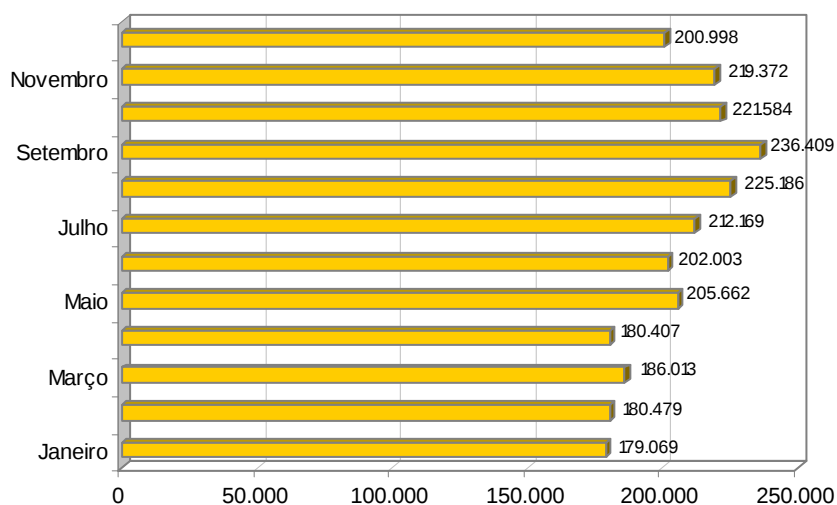
Fonte: CNSida / ACS/ANF

⁹⁵ Dados tais como troca de seringas por posto móvel, parcerias em vigor em 2008, troca de seringas efectuadas por parceria, número de farmácias em programa, análise das farmácias em programa em 2008, volume de troca nas farmácias em 2008, bem como dados relativos ao abastecimento e consumo, colaboração com Câmaras Municipais e gestão dos armazéns podem ser encontrados no Relatório do Programa “Diz não a uma seringa em segunda mão – 1993 a 2008” da ANF e CNSida.

Em relação ao ano de 2008, implementaram o Programa, 2 Postos Móveis, 1 384 Farmácias e 36 Parcerias.

A evolução das trocas apresenta-se da seguinte forma:

Figura 74 - Seringas recolhidas / Totais do País em 2008 (total = 2 449 351)



Fonte: CNSida /ACS/ANF

Quadros 153 e 154 - Seringas recolhidas no âmbito do programa “Diz não a uma Seringa em Segunda Mão”

01/10/1993 - 31/12/2008

Ano	Seringas Recolhidas
Total	43.045 293
Out. / Dez. 1993	277 095
1994	2 440 705
1995	2 853 005
1996	2 913 915
1997	3 250 185
1998	3 049 305
1999	2 992 165
2000	3 502 437
2001	3 485 867
2002	2 674 113
2003	2 662 888
2004	2 744 901
2005	2 845 031
2006	2 591 150
2007	2 313 180
2008	2 449 351

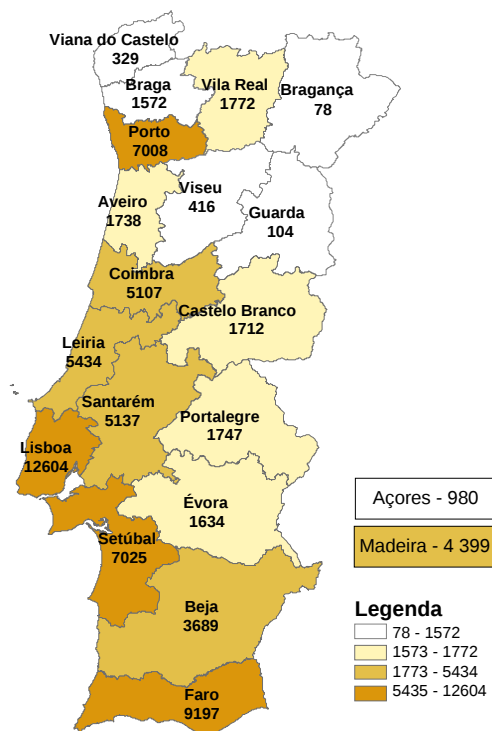
Fonte: CNSida/ANF

Distrito / Região Autónoma	Seringas Recolhidas
Total	43 045 293
Aveiro	875 849
Beja	352 692
Braga	953 629
Bragança	6 968
Castelo Branco	211 702
Coimbra	1 448 311
Évora	174 138
Faro	2 594 632
Guarda	11 290
Leiria	1 728 718
Lisboa	18 724 930
Portalegre	125 971
Porto	8 878 140
Santarém	1 548 355
Setúbal	4 075 564
Viana do Castelo	54 294
Vila Real	254 128
Viseu	107 350
Açores	165 091
Madeira	753 541

Fonte: CNSida /ANF

Figura 75 - Seringas Recolhidas no Âmbito do Programa “Diz não a uma Seringa em Segunda Mão”, por Distrito e RA
01/10/1993 - 31/12/2008

Taxas por 1000 habitantes na faixa etária 15-64 anos



Fonte: CNSida

● Trocas nos Postos Móveis

As trocas nos Postos Móveis são efectuadas por estudantes dos Cursos de Farmácia e de Psicologia que, em simultâneo com o acto da troca de seringas, fornecem informações complementares, sempre que se considere oportuno ou que seja solicitado. Para tal, procura-se possuir documentação que vá ao encontro das necessidades, quer para consulta pelo técnico, quer para distribuição aos utilizadores do Programa.

● Trocas efectuadas pelas Parcerias

As trocas efectuadas por cada Instituição são alvo de análise estatística mensal desde a formalização da adesão da parceria ao Programa “Diz não a uma seringa em segunda mão”, ou seja, desde a data de elaboração do protocolo e consequente entrega de materiais, para a realização das trocas de kits.

Os constituintes do *Kit* (seringas, toalhletes, preservativos, ampolas de água bidestilada, filtros, caricas e ácido cítrico) são distribuídos às parcerias, avulso, e já preparados, às Farmácias.

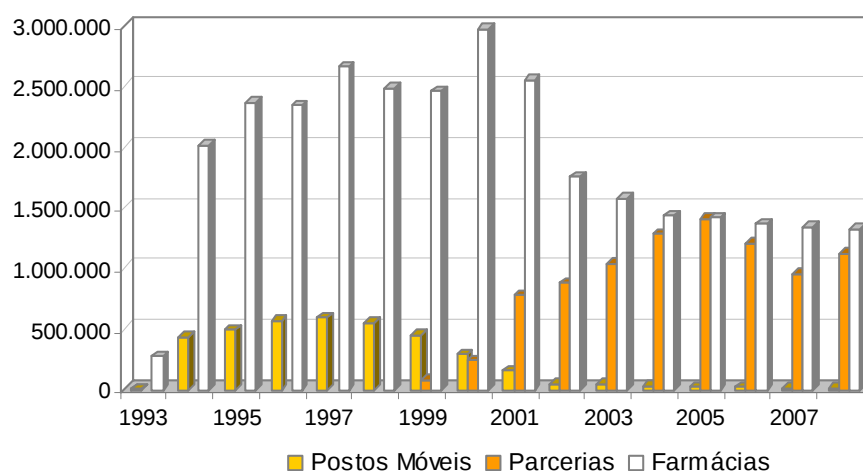
Mensalmente, a Instituição protocolada fornece à Associação Nacional das Farmácias (ANF) a informação do número de trocas de seringas, que efectuou no mês anterior. Estes valores, são utilizados, quer para o tratamento estatístico de dados do Programa, quer para a gestão do stock.

No ano de 2008, estiveram em vigor 36 protocolos de parceria, com Instituições diversas, para as trocas de seringas, dos quais 3 formalizados no decorrer do ano.

• Trocas efectuadas nas farmácias Vs. Parcerias e Postos Móveis

A figura seguinte fornece informação acerca do total de seringas que foram trocadas / recolhidas desde que o programa teve início (1993) até Dezembro de 2008, discriminada por Farmácias, Parcerias e Postos Móveis – todas as entidades que realizam trocas.

Figura 76 - Comparativo entre Farmácias, Parcerias e Postos Móveis



Fonte: CNSida/ACS/ANF

Programa KLOTHO

O programa KLOTHO⁹⁶, programa de identificação precoce e prevenção da infecção VIH / sida, direccionado a Utilizadores de Drogas, surgiu do reconhecimento, pela CNSida/ACS e pelo IDT, I.P., do papel central da injeção de drogas na transmissão da infecção VIH/SIDA em Portugal e, consequentemente, da necessidade prioritária de intervenção na população de utilizadores de drogas no nosso país.

Com a assinatura do Protocolo em 2006, entre as duas instituições acima referidas, o Programa foi concebido como intervenção piloto de saúde pública dirigida a uma população alvo estimada de 30 000 utilizadores de drogas, utentes da rede pública de tratamento da toxicodependência e teve como objectivo, desenvolver uma rede de identificação precoce da infecção VIH/SIDA, através da integração local horizontal dos prestadores de cuidados de saúde. O Programa foi centrado nos utilizadores de drogas e adaptado às especificidades da sua relação com as estruturas de saúde, através da utilização de testes rápidos de detecção da infecção VIH e da promoção dos mecanismos de referenciação entre prestadores de cuidados de saúde.

A operacionalização do Programa foi planeada através de duas tácticas fundamentais: a detecção da infecção VIH/SIDA nas estruturas formais de proximidade direccionadas a utilizadores de drogas e a detecção da infecção VIH/SIDA nas estruturas informais de RRMD. Com vista à implementação destas tácticas, o Programa incluiu um conjunto de actividades e operações com vista a otimizar o processo de implementação, bem como, responder às necessidades de formação identificadas.

⁹⁶ Para informação mais detalhada sobre o Programa KLOTHO poderá consultar o *Relatório de Monitorização Janeiro 2007 – Dezembro 2007 – Programa de Identificação Precoce e Prevenção da Infecção VIH/SIDA direccionado a utilizadores de Drogas – KLOTHO*, da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, de Maio de 2009.

Direcção Geral dos Serviços Prisionais

Programa de vacinação da Hepatite B

Em 2008 deu-se continuidade ao programa de vacinação contra a Hepatite B, tendo sido fornecidas aos estabelecimentos prisionais 1 323 doses da vacina da Hepatite B (1290 em 2007), sendo 1 314 para reclusos (1249 em 2007) e 9 para funcionários (41 em 2007).

Plano de Acção Nacional de Combate à Propagação de Doenças Infecciosas em Meio Prisional (PANCPDI)

As áreas de intervenção do Plano desenvolveram-se de acordo com o previsto, sendo de assinalar que na maioria dos Estabelecimentos Prisionais (EP), se bem que com dimensão e ritmo variáveis, se procedeu à operacionalização de uma ou mais áreas do Plano.

No âmbito da Prevenção, Tratamento, Redução de Riscos e Reinserção de reclusos dependentes de substâncias psicoactivas, foram celebrados três Compromissos de Colaboração entre o IDT, I.P. e o EP de Leiria, o EPR de Leiria e o EPR da Guarda.

Em 2008, os Estabelecimentos Prisionais dinamizaram 425 intervenções (231 em 2007) nas áreas contempladas no Plano.

- **Promoção da Saúde e Prevenção da Doença**

Foram realizadas 155 intervenções (95 em 2007) em contexto de palestras, sessões informativas e/ou formativas e grupos de discussão, tendo como temáticas centrais os comportamentos saudáveis, hábitos de higiene pessoal e ambiental, tabagismo, consumo de substâncias psico-activas, riscos associados ao consumo de novas drogas, hábitos alcoólicos, vacinação e adesão terapêutica e ainda, uso de esteróides anabolizantes.

- **Tuberculose**

Em colaboração com o Núcleo da Tuberculose da Direcção Geral dos Serviços Prisionais (DGS), foi constituída uma equipa técnica com o objectivo de planificar e assegurar a implementação desta vertente do PANCPDI nos EP, que reunindo em 2008 regularmente, apresentou e aprovou o Plano de Acção nos Estabelecimentos Prisionais para 2009. Este, desenvolvido em quatro áreas (Prevenção, Controlo, Prevenção e Formação), tem a sua coordenação assegurada, a nível regional, por cinco médicos do Quadro da DGSP.

Para operacionalização do referido Plano, foi realizada uma reunião na ARS de Lisboa e Vale do Tejo, que contou com a presença dos elementos do Grupo de Trabalho; Directores, Adjuntos para o Tratamento Penitenciário e profissionais de saúde de 15 EP. Numa primeira fase, os profissionais de saúde dos EP da região de Lisboa e Vale do Tejo, serão abrangidos pelo rastreio sistemático para a tuberculose, pretendendo-se numa fase posterior, alargar o rastreio sistemático aos restantes EP.

Simultaneamente, desenvolveram-se, em alguns EP, 38 sessões de cariz informativo (19 em 2007), centradas nas questões da importância do rastreio radiológico, etiologia, epidemiologia, aspectos clínicos da Tuberculose e ainda, a importância da adesão à Terapêutica.

• Doenças Infecciosas Virais

Nesta área tem-se privilegiado as medidas preventivas, de tratamento e de combate à propagação de doenças infecciosas, sendo de realçar uma diminuição da prevalência destas patologias.

Desenvolveram-se 129 sessões informativas (59 em 2007), centradas nas seguintes temáticas: comportamentos de risco, importância do rastreio precoce, importância da adesão à terapêutica, infecções sexualmente transmissíveis, vias de contágio e ainda, factores e comportamentos de protecção.

Na vertente de Redução de Riscos e Minimização de Danos, destaca-se a realização de 19 sessões informativas (9 em 2007) sobre comportamentos de risco, riscos associados à partilha de material infectado, riscos associados a práticas de tatuagens e piercings e ainda, factores e comportamento de protecção.

Salienta-se, ainda, a realização de 3 acções de formação nos EP Piloto, dirigidas à Direcção do EP, a técnicos de saúde, a técnicos de reeducação e ao corpo da guarda prisional, com a participação de 47 formandos e no EP de Paços de Ferreira, um *Workshop Tattoo*, dinamizado por profissionais de tatuagem, com a presença de 25 reclusos.

• Execução nos EP Piloto

No período compreendido entre 1 de Julho de 2008 e 31 de Março de 2009, o Projecto-piloto do Programa Específico de Troca de Seringas (PETS) desenvolveu-se de acordo com o previsto e programado no Guia Metodológico e nas Normas de Funcionamento Interno dos dois EP, embora sem coincidência de calendário.

Assim, manteve-se o acesso ao PETS⁹⁷, através da distribuição de material de injeção - Kit, nos espaços previamente definidos, designadamente, nos serviços clínicos do EP Paços de Ferreira e no Espaço de Saúde do EP de Lisboa.

Relativamente aos instrumentos utilizados (questionários)⁹⁸ para conhecer as atitudes e opiniões de reclusos, técnicos de saúde e de reeducação e corpo da guarda prisional sobre intervenções na área dos comportamentos de risco e de programas de troca de seringas, no período em análise, foram aplicados nos momentos pré-definidos (3, 9 e 12 meses após o início do Programa). Decorridos 3 meses, procedeu-se à segunda aplicação dos questionários de opinião, a funcionários e a reclusos, num total de 531, sendo 412 no EP Paços de Ferreira e 119 no EP Lisboa. Decorrido 9 meses do início do programa, foram aplicados, a reclusos e a funcionários, 390 questionários de opinião, no EP Paços de Ferreira e 279 no EP Lisboa. Decorridos 12 meses, procedeu-se

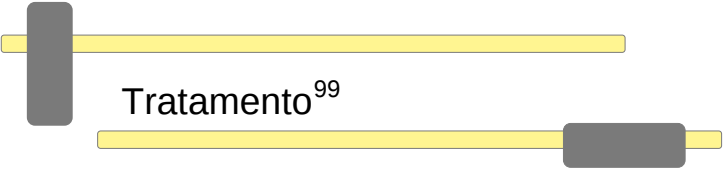
⁹⁷ A Lei 3/2007, de 16 de Janeiro, adita o art. 5º - A à Lei 170/99, de 18 de Setembro, que adopta medidas de combate à propagação de Doenças Infecciosas em Meio Prisional, criando o Programa Específico de Troca de Seringas (PETS). Posteriormente, em 14 de Maio de 2007, foi aprovado, pelos Ministros da Justiça e da Saúde, o Regulamento do Programa Específico de Troca de Seringas, publicado pelo Despacho n.º 22 144/2007, no DR, 2ª série, N.º 183, de 21 de Setembro de 2007, que se destina a ser aplicado em estabelecimentos prisionais, previamente seleccionados. Em cumprimento do disposto no n.º 1 do art.º 9 do Regulamento do PETS, foram elaboradas e homologadas, pelo Director-Geral dos Serviços Prisionais, as Normas de Funcionamento Interno dos dois Estabelecimentos Prisionais seleccionados.

⁹⁸ Salienta-se que na aplicação dos questionários há duas fases distintas. Se por um lado os questionários aplicados nos momentos zero e três meses (T0 e T3) apresentam como principal objectivo a avaliação do conhecimento das regras de funcionamento do programa e do seu impacto na dinâmica do EP; os questionários aplicados aos nove e doze meses (T9 e T12) pretendem, de forma mais efectiva, avaliar as razões percepcionadas, quer pelos reclusos, quer pelos funcionários, que levam a que um recluso consumidor de drogas, por via injectável, não adira ao programa de troca de seringas.

a nova aplicação dos questionários de opinião, a funcionários e a reclusos, num total de 699, sendo 379 no EP Paços de Ferreira e 320 no EP Lisboa.

O tratamento estatístico continuou a ser assegurado pela Faculdade de Medicina da Universidade do Porto.

O Valor dispendido com o pessoal no PETS foi de 40 113,72 €.



Tratamento⁹⁹

Resultado a atingir

Garantir a toda a população que o deseje o acesso em tempo útil a respostas terapêuticas integradas (articuladas e complementares).

Objectivo

60. Promover uma rede de recursos de saúde e socio-sanitários, que implique os múltiplos actores do sector público e privado numa lógica de proximidade ao cidadão e à comunidade

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
60.2. Desenhar (com base no diagnóstico efectuado) uma rede integrada de prestação de cuidados (pronta a funcionar)	2007	IDT, DGS, ARS, Autarquias, ONG'S, IPSS's	Número de concelhos com rede desenhada pronta a funcionar / Número total de concelhos: Número de protocolos ou acordos efectuados: Número de acções claramente identificáveis de informação e divulgação da rede de cuidados.	IDT, I.P./DGS/ARS/Autarquias/ONG/IPSS – Actualizados e/ou reformulados 82 protocolos.

Objectivo

61. Promover o redimensionamento e a reorientação da rede prestadora de cuidados em função do diagnóstico dos contextos globais e locais, constituindo uma rede de cuidados integrados

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
61.1. Participar na implementação do PORI (Plano Operacional de Respostas Integradas) com os outros vectores do Eixo de Redução de Procura, em articulação com outras instituições públicas e privadas	2006-2008	IDT, DGS, ARS	Número de PRI implementados / Número de PRI programados.	IDT, I.P. – Implementados 3 projectos para o eixo do tratamento. Criado um Núcleo Territorial em cada território de intervenção prioritária em que se implementou PRI; Realizados os diagnósticos RAR em cada território seleccionado para intervenção prioritária; Abertura de concurso público com identificação de necessidades de intervenção em 51 territórios; Implementados 51 PRI com financiamento e 24 PRI sem financiamento.

⁹⁹ Informação estatística mais detalhada, ver *Parte A -Caracterização e Evolução da Situação*, capítulo Tratamento, deste Volume.

Objectivo

62. Promover medidas que permitam facilitar o acesso aos diversos programas de tratamento, gerindo os tempos de espera de acordo com critérios éticos e científicos e as realidades locais

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
62.1. Definir critérios uniformes e racionais de (re) alocação dos recursos humanos, de modo a diminuir as assimetrias e racionalizar os recursos (recursos diferentes para necessidades diferentes)	2007	IDT	Número de utentes admitidos em tratamento; Número de utentes atendidos em tratamento; Tempo máximo de espera para o acesso aos diversos programas de tratamento.	IDT, I.P. – Garantida a estabilidade dos recursos humanos em todas as equipas de tratamento.
62.2. Definir padrões (rácios) de actividade para os diferentes grupos profissionais	2006	IDT	N.º de grupos profissionais com padrões de actividades definidos / N.º total de grupos profissionais.	IDT, I.P. – Elaborado um relatório de avaliação da actividade de cada um dos 3 grupos profissionais com padrões de actividades avaliados (Médicos, Psicólogos, Enfermeiros).
62.3. Definir competências e actividades de cada grupo profissional interveniente	2006	IDT	N.º de grupos profissionais com definição de competências e actividades / N.º total de grupos profissionais.	IDT, I.P. – Produzidos 2 documentos técnico -normativos neste âmbito e definidas as competências para 4 grupos profissionais.
62.4. Definir técnica e consensualmente tempos de espera (para admissões, consultas e programas de tratamento) clinicamente aceitáveis	2006	IDT	Tempo de espera para admissões; Tempo de espera para consultas; Tempo de espera para programas de tratamento.	IDT, I.P. – Elaborado um relatório de avaliação neste âmbito.

Resultado a atingir

Disponibilizar uma oferta de programas de tratamento e de cuidados diversificada, abrangendo um amplo leque de abordagens psicossociais e farmacológicas, orientadas por princípios éticos e pela evidência científica

Objectivo

63. Melhorar a oferta de programas de tratamento à população toxicodependente pautados pela ética e baseados na evidência científica

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
63.1. Definir linhas orientadoras (<i>guidelines</i>) dos programas de tratamento em regime ambulatorio e em regime	2006	IDT	N.º de linhas orientadoras produzidas/N.º de linhas orientadoras programadas.	IDT, I.P. – reformuladas as Linhas de orientação – PTAO; Implementadas as orientações definidas pela DGS nas Linhas de orientação – Vacinas;

Objectivo

63. Melhorar a oferta de programas de tratamento à população toxicodependente pautados pela ética e baseados na evidência científica

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
de internamento (residenciais e de curta duração), programas de tratamento: farmacológico (com agonistas opiáceos, antagonistas opiáceos e psicofármacos); psicoterapêuticos; sociais; saúde pública / redução de riscos e minimização de danos (vacinação, referenciação)				Elaboradas as Linhas de orientação – Referenciação de utentes com Problemas Ligados ao Álcool; Em fase de conclusão as Linhas de orientação - CT públicas e privadas.
63.2. Definir indicadores de monitorização e avaliação dos diferentes programas de tratamento que permitam estudos de custo-eficácia	2007	IDT	% De altas terapêuticas e abandonos; % De utentes com intervenções nas áreas de saúde, psicologia e social; % De utentes com exames de diagnóstico VIH / Sida, hepatite A, B e C e tuberculose; % De utentes vacinados para a hepatite B.	IDT, I.P. – Elaborado um relatório de Avaliação de monitorização e avaliação dos programas de tratamento, que permitam estudos de custo - eficácia.
63.3. Participar na elaboração de um Sistema de Informação	2007	IDT	Indicadores propostos, testados e consensuais.	IDT, I.P. – participação nos testes de implementação do Sistema de Informação Multidisciplinar (SIM).

Objectivo

64. Implementar e / ou melhorar programas específicos de resposta eficiente num registo simultaneamente vertical (rede de referenciação) e horizontal (articulações dos diferentes vectores) para grupos com necessidades específicas: grávidas e recém-nascidos; menores; reclusos e ex-reclusos; grupos portadores de comorbilidade física (infecciosa), psíquica ou social (exclusão)

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
64.1. Agilizar os processos de admissão	2006	IDT	Proposta uniforme e consensual do processo de admissão.	IDT, I.P. – elaborado um documento de avaliação neste âmbito.
64.2. Criar a figura do gestor de cuidados	2006	IDT	N.º de gestores de cuidados em actividade.	IDT, I.P. – Experiência piloto com 79 gestores de cuidados em actividade; Assegurada para a totalidade de utentes em tratamento, bem como para a totalidade dos novos utentes, um terapeuta

Objectivo

64. Implementar e / ou melhorar programas específicos de resposta eficiente num registo simultaneamente vertical (rede de referência) e horizontal (articulações dos diferentes vectores) para grupos com necessidades específicas: grávidas e recém-nascidos; menores; reclusos e ex-reclusos; grupos portadores de comorbilidade física (infecciosa), psíquica ou social (exclusão)

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
				de referência.
64.3. Linhas orientadoras para a gravidez, parto e pós parto Linhas orientadoras para recém-nascidos Protocolos efectuados e actualizados com os centros de saúde e serviços de obstetria	2006	IDT, ARS, DGS	Linhas orientadoras produzidas/programadas. N.º de protocolos efectuados e actualizados / programados.	IDT, I.P. / DGS / ARS – Desenvolvimento das Linhas de orientação para a Gravidez, Parto e Pós-Parto (ainda não concluído);
64.4. Linhas orientadoras para menores; Linhas orientadoras para menores filhos ou familiares de toxicodependentes; protocolos e projectos para o atendimento de menores	2006	IDT, ARS, DGS, CPCJ	Linhas orientadoras produzidas/programadas.	IDT, I.P./DGS/ARS/CPCJ - Desenvolvimento das linhas de orientação para Menores, Filhos ou Familiares de Toxicodependentes e Alcoólicos (ainda não concluído).
64.6. Definir as linhas orientadoras para cada um dos tipos de comorbilidade	2007	IDT	Protocolos de referência produzidos/programados.	IDT, I.P. – Produzidos todos os protocolos de referência programados, para a Hepatite B e Hepatite C; Elaborado um relatório anual sobre os utentes em tratamento com administração vigiada de medicamentos por infecção VIH / tuberculose / sintomatologia psiquiátrica.
64.7. Elaborar protocolos de referência adequados para os cuidados específicos e melhorar os níveis de diagnóstico da infecção do VIH (Programa KLOTHO)	2007	IDT, Coordenação Nacional para a Infecção do VIH / SIDA, DGS, ARS	N.º de UE's de Tratamento aderentes	IDT, I.P. /CNVIH/SIDA/DGS/ARS – rastreados 63% de utentes de primeira consulta dos 90% previstos e 43% de utentes em seguimento no ano, dos 80% previstos; Envolvidas 43 Equipas de Tratamento na rotina ADR.
64.8. Alterar os procedimentos de admissão de molde a agilizar a acessibilidade (criação de uma “via verde” em conjugação com as estruturas de redução de riscos e minimização de danos e outros serviços, sociais e de saúde)	2006	IDT	% De utentes em tratamento com administração vigiada de medicamentos por infecção / tuberculose / sintomatologia psiquiátrica.	IDT, I.P. – Início do documento Relatório anual de avaliação da acessibilidade; Assegurada para a totalidade das Equipas de tratamento em cujo território exista RRMD, os procedimentos de atendimento privilegiado a utentes referenciados por RRMD.

Objectivo

65. Implementar ou melhorar programas específicos que contemplem substâncias psicoactivas ilícitas e lícitas (incluindo álcool, tabaco e medicamentos) e outras, assim como grupos vulneráveis ou de risco

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
65.1. Desenvolvimento de competências dos técnicos das UE's de Tratamento para implementação de programas	2007	IDT	N.º de técnicos com competências específicas desenvolvidas.	IDT, I.P.: - Desenvolvimento de competências em 229 técnicos de Equipas de Tratamento, nas áreas de alcoologia.
65.2. Linhas orientadoras para tratamento precoce de consumidores adolescentes com enfoque nos sintomas precoces, físicos e psíquicos	2007	IDT, DGS	Linhas orientadoras produzidas/programadas.	IDT, I.P. – Início do documento de Linhas de orientação neste âmbito.

Resultado a atingir

Implementar um processo de melhoria contínua da qualidade a nível de todos os programas e intervenções terapêuticas

Objectivo

66. Elaborar e aperfeiçoar linhas de orientação técnicas ou técnico-normativas para os diversos tipos de intervenção, incluindo os protocolos de articulação e integração

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
66.1. Definir linhas de orientação que pautem a intervenção, nos seus diferentes níveis, incluindo meio prisional	2006	IDT, DGSP	Linhas orientadoras produzidas/programadas.	IDT, I.P. – Estabelecidos protocolos com 80% dos Estabelecimentos Prisionais.

Objectivo

67. Promover a avaliação rigorosa e sistemática dos diversos tipos de programas e de cuidados implementados na óptica de satisfação do utente, permitindo no futuro a sua acreditação

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
67.1. Definir indicadores de monitorização e avaliação dos programas e cuidados implementados	2007	IDT, DGS, ARS, Autarquias, ONG's, IPSS's	N.º de programas e cuidados implementados / programados.	IDT, I.P. – Definidos 12 indicadores e monitorizados 3 programas, neste âmbito.

Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

O ano de 2008 foi um período marcado por várias mudanças, a que a área do tratamento se teve de adaptar.

A **reestruturação interna do IDT, I.P.** e a disponibilização local de respostas integradas, implicou uma melhor articulação e definição de competências/funções dos profissionais das Equipas dos Centros de Respostas Integradas (CRI), bem como a criação de mecanismos e indicadores de monitorização da actividade desenvolvida. Desta forma garantiu-se uma maior capacidade de resposta, reflectida no aumento do número de utentes atendidos e consultas efectuadas e, simultaneamente, uma melhoria e diversificação dos serviços prestados.

Também o **aumento de competências, com a assumpção plena da área da alcoologia**, implicou a definição de circuitos de referenciação, promovendo a formação dos profissionais das Equipas de Tratamento e a articulação com os restantes serviços que intervêm no tratamento e suporte da população afectada por esta problemática.

O **novo paradigma de funcionamento**, colocado pela implementação do Plano Operacional de Respostas Integradas (PORI), mobilizando muitos recursos na elaboração de diagnósticos territoriais, procurou potenciar as sinergias disponíveis no território, entre as equipas do IDT, I.P., outros organismos públicos e as instituições privadas de solidariedade social.

Com o objectivo de *promover uma rede de recursos de saúde e sócio – sanitários, que implique os múltiplos actores do sector público e privado numa lógica de proximidade ao cidadão e à comunidade* [objectivo operacional 60], prosseguiu-se na implementação de uma rede integrada de prestação de cuidados, tendo sido assinados diversos protocolos em 2008¹⁰⁰, destacando-se que, dos protocolos assinados para a implementação de Programas de Respostas Integradas (PRI), três incluíam intervenções no domínio do tratamento, no âmbito do PORI. Foi assinado também o acordo adicional ao protocolo entre o Alto-Comissariado da Saúde/Coordenação Nacional para a Infecção VIH/SIDA e o IDT, I.P.

Com a finalidade de *promover o redimensionamento e a reorientação da rede prestadora de cuidados em função do diagnóstico dos contextos globais e locais, constituindo uma rede de cuidados integrados* [objectivo operacional 61], o DTR integrou a Comissão de Análise dos Diagnósticos dos Territórios de Intervenção Prioritária e a Comissão de Selecção das Candidaturas de Projectos Financiados, tendo sido incluídas intervenções no domínio do tratamento em três dos territórios seleccionados no âmbito do PORI [acção 61.1.].

Com o objectivo de *promover medidas que facilitem o acesso aos diversos programas de tratamento, gerindo os tempos de espera de acordo com critérios éticos e científicos e as realidades locais* [objectivo operacional 62], garantiu-se a estabilidade dos recursos humanos das diferentes Equipas de Tratamento (ET) [acção 62.1.], foram testados indicadores de avaliação da actividade de diferentes grupos profissionais [acção 62.2.], tendo sido, ainda, definidas competências dos grupos profissionais [acção 62.3.].

¹⁰⁰ Protocolos assinados na sequência da publicação do Despacho Conjunto N.º 18.683/2008 do Ministério das Finanças, da Administração Pública e da Saúde.

No que respeita à *definição técnica e consensual, dos tempos de espera para admissões, consultas e programas de tratamento, clinicamente aceitáveis* [acção 62.4.], foi realizado, no primeiro semestre de 2008, a nível nacional, uma monitorização dos tempos de espera médios, conforme **percepções pelos técnicos**, para primeira consulta, para programas terapêuticos com Metadona, para programas de desabitação e para Comunidade Terapêutica, tendo sido obtidos os valores médios que a seguir se apresentam.

Comparados com os tempos de espera consensualmente considerados razoáveis ou clinicamente aceitáveis, os valores obtidos foram inferiores em todas as respostas.

Quadro 155 – Tempos de Espera

	Tempo de Espera Média a Nível Nacional (em dias)			Tempo de Espera Razoável (em dias)
	2006	2007	2008 (1º semestre)	
1ª Consulta	16	7	9,1	10
Programa de Metadona	18	16.5	6,7	10
Desabitação*	18	8.5	11,6	13
Comunidade Terapêutica Pública	29	24.5	17,1	22

* No caso das Unidades de Desabitação, os tempos de espera médios calculados a partir dos registos individuais dos utentes internados ao longo dos anos de 2006, 2007 e 2008 foram respectivamente de 14, 15 e de 13 dias.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

No sentido de *melhorar a oferta de programas de tratamento à população toxicodependente* [objectivo operacional 63], foram definidas linhas de orientação, para programas de manutenção de baixo limiar com agonistas opiáceos, para comunidades terapêuticas e para programas de vacinação, implementando as orientações definidas pela DGS, tendo sido também elaborado um Guia de Referenciação de Utes com Problemas Ligados ao Álcool, coerente com a Rede de Referenciação que está a ser elaborada [acção 63.1.].

Destaca-se, ainda, neste âmbito, a explicitação de estratégias de cuidados de enfermagem com pessoas toxicodependentes e o desencadear da elaboração de normas específicas de procedimentos para as intervenções de enfermagem¹⁰¹, designadamente, as mais comuns nos programas de tratamento: administração de fármacos antagonistas e agonistas opiáceos, incluindo orientação e suporte aos cuidadores informais e à continuidade de cuidados processada nos serviços de proximidade, extra IDT, IP., como os Centros de Saúde, os Hospitais, as Farmácias e os Estabelecimentos Prisionais.

Contribuindo para a *monitorização e avaliação dos programas de tratamento* [acção 63.2.], definiram-se indicadores de monitorização e avaliação dos referidos programas, bem como, no âmbito da *elaboração de um Sistema de Informação Multidisciplinar (SIM)* [acção 63.3.], foi distribuído o guião do teste piloto e realizados testes experimentais em três Equipas de Tratamento (Elvas, Santarém e Aveiro).

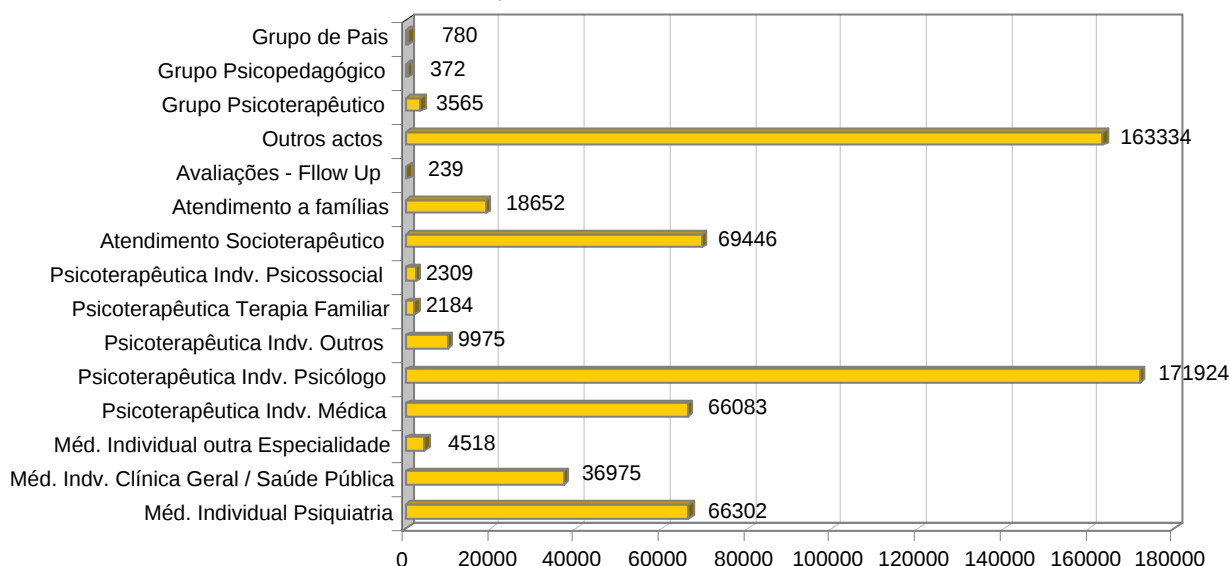
O incremento da eficácia da rede de tratamento é evidenciado a nível de vários indicadores relativos ao movimento clínico das estruturas de ambulatório e de internamento das redes pública e privada, que apresentamos aqui apenas resumidamente uma vez que constam de forma mais detalhada na *Parte A – capítulo Tratamento*, deste Relatório.

¹⁰¹ Pretende-se, com o desenvolvimento destas normas/directivas, a constituição de um manual de boas práticas em Enfermagem.

Novos Utentes, Utentes em Tratamento e Total de Consultas nos CRI

Comparativamente ao ano anterior, em 2008, verificou-se um acréscimo do total de utentes atendidos nos Centros de Respostas Integradas (CRI) do IDT, I.P. (+ 12%), de primeiras consultas / novos utentes (+ 37%) e do total de consultas (+ 32%), aumentando a média de consultas por utente / ano de 13,8 para 16,2.

Figura 77 – Caracterização das Consultas / Tipo de oferta de tratamento



Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P./DTR: NT

Internamentos

• Unidades de Desabilitação Públicas¹⁰²

No ano de 2008 estiveram abertas 4 Unidades de Desabilitação (UD) públicas, com um total de 56 camas, recebendo utentes enviados pelas Equipas de Tratamento dos CRI com projectos terapêuticos que vão da desabilitação para introdução de terapêutica antagonista opiácea, à paragem de consumos para entrar numa Comunidade Terapêutica ou terminar programas de tratamento com agonistas opiáceos.

Relativamente a 2007, verificou-se um aumento no número de utentes internados (+ 16%) e na taxa de ocupação (69% em 2007 e 73% em 2008), mantendo-se estável a percentagem de altas clínicas (74%).

Quadro 156 - Unidades de Desabilitação Públicas – 2008

Estrutura	N.º de Unidades	N.º Camas	% Taxa de Ocupação	% Altas Clínicas (a)
Unidades de Desabilitação Públicas	4	56	73%	74%

a) % De altas clínicas entre os utentes saídos no ano.

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

Quando há falta de capacidade de resposta rápida destas unidades, ou por conveniência do utente, é proposto o internamento numa UD convencionada pelo IDT, I.P.

¹⁰² Para informação mais detalhada consultar *Relatório Unidades de Desabilitação Públicas 2004-2008* disponível no sítio Web do IDT, I.P.

• Unidades Privadas de Desabilitação Licenciadas e Convencionadas

No ano 2008 estiveram licenciadas 10 UD com um total de 119 camas, 5 das quais com 70 camas convencionadas.

A nível das camas convencionadas e comparativamente a 2007, registou-se uma diminuição no número de utentes internados (-16%) e na taxa de ocupação (62% em 2007 e 41% em 2008), aumentando no entanto a percentagem de altas clínicas (81% em 2007 e 88% em 2008).

Quadro 157 - Unidades de Desabilitação com Camas Convencionadas – 2008

Estrutura	N.º de Unidades	N.º Camas Convencionadas	% Taxa de Ocupação	% Altas Clínicas (a)
Unidades de Desabilitação com Convenção	5	70	41%	88%

a) % De altas clínicas entre os utentes saídos no ano.
Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodpendência, I.P.

• Comunidades Terapêuticas Públicas

Em 2008 nas 3 Comunidades Terapêuticas (CT) públicas, com um total de 55 camas, verificou-se em relação a 2007 uma relativa estabilidade a nível do número de utentes internados (-2%) e da taxa de ocupação (85%), aumentando a percentagem de altas clínicas (31% em 2007 e 45% em 2008).

Quadro 158 - Comunidades Terapêuticas Públicas – 2008

Estrutura	N.º de Unidades	N.º Camas	% Taxa de Ocupação	% Altas Clínicas (a)
Comunidades Terapêuticas Públicas	3	55	85%	45%

a) % de altas clínicas entre os utentes saídos no ano.
Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodpendência, I.P.

À semelhança do procedimento utilizado para as UD, os utentes podem também ser encaminhados para lugares convencionados em CT pertencentes a privados ou IPSS.

• Comunidades Terapêuticas Privadas Licenciadas e Convencionadas

No ano 2008 estiveram licenciadas 67 CT, com um total de 2098 camas a 31 de Dezembro de 2008, 62 das quais com 1 516 camas convencionadas.

A nível das camas convencionadas e em relação a 2007, registou-se um aumento no número de utentes internados (+ 7%), na taxa de ocupação (79% em 2007 e 84% em 2008) e na percentagem de altas clínicas (33% em 2007 e 36% em 2008).

Quadro 159 - Comunidades Terapêuticas com Camas Convencionadas – 2008

Estrutura	N.º de Unidades	N.º Camas 31 /12/ 08	% Taxa de Ocupação	% Altas Clínicas (a)
Comunidades Terapêuticas com Convenção	62	1516	84%	36%

a) % de altas clínicas entre os utentes saídos no ano.
Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodpendência, I.P.

• Centros de Dia Públicos

No ano de 2008 estiveram abertos 2 Centros de Dia (CD) públicos, com capacidade para 44 utentes.

Relativamente a 2007, verificou-se uma relativa estabilidade no número de utentes internados (- 2%) e na taxa de ocupação (38% em 2007 e 40% em 2008), aumentando a percentagem de altas clínicas (45% em 2007 e 59% em 2008).

Quadro 160 - Centros de Dia Públicos – 2008

Estrutura	N.º de Unidades	N.º de Lugares	% Taxa de Ocupação	% Altas Clínicas (a)
Centros de Dia Públicos	2	44	40%	59%

a) % de altas clínicas entre os utentes saídos no ano.
Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

• Centros de Dia Privados Licenciados e Convencionados

No ano 2008 estiveram licenciados 8 CD com um total de 300 lugares, 5 dos quais com 187 lugares convencionados.

A nível dos lugares convencionados e comparativamente a 2007, registou-se uma diminuição no número de utentes internados (- 8%) e na taxa de ocupação (31% em 2007 e 28% em 2008), aumentando no entanto a percentagem de altas clínicas (44% em 2007 e 53% em 2008).

Quadro 161 - Centros de Dia Privados Licenciados e Convencionadas – 2008

Estrutura	N.º de Unidades	N.º de Lugares Convencionados	% Taxa de Ocupação	% Altas Clínicas (a)
Centros de Dia com Convenção	5	187	28%	53%

a) % de altas clínicas entre os utentes saídos no ano.
Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

Actividades visando grupos específicos

Com o objectivo de *implementar e / ou melhorar programas específicos de resposta para grupos com necessidades específicas* [objectivo operacional 64] foram constituídos grupos de trabalho, no sentido de elaborar linhas de orientação para a Gravidez, Parto e Pós Parto [acção 64.3.], para Menores, Filhos ou Familiares de Toxicodependentes e Alcoólicos [acção 64.4.] e para Tratamento de Adolescentes com consumos precoces [acção 65.2.] projectos que terão continuidade no ano de 2009.

No ano de 2008, realizadas com recursos do IDT, I.P. ou em articulação com entidades externas, estiveram a funcionar 28 consultas para atendimento a jovens e adolescentes, numa óptica de prevenção indicada, localizadas, preferencialmente, em instituições com uma imagem não associada à toxicodependência.

Rastreio de Doenças Infecciosas

Tendo em vista *definir as linhas orientadoras para cada um dos tipos de comorbilidade* [acção 64.6.], foram desenvolvidas normas¹⁰³ de procedimentos de enfermagem para a continuidade de cuidados a indivíduos

¹⁰³ Pretende-se, com o desenvolvimento destas normas/directivas, a constituição de um manual de boas práticas em Enfermagem.

portadores de Infecção (Hepatites, VIH, outra), encontrando-se estas em processo de apreciação e revisão, quer internamente no IDT, I.P., quer externamente, na Ordem dos Enfermeiros.

Para avaliar o número de utentes em tratamento com administração vigiada de medicamentos para infecção VIH, para Tuberculose e para sintomatologia psiquiátrica, tal como nos anos anteriores, foi feito um ‘inquérito’ às unidades de tratamento, no primeiro semestre de 2008, do qual resultaram os valores que a seguir se apresentam [acção 64.6.].

Quadro 162 - Utesntes com toma observada de anti-retrovirais, tuberculostáticos e psicofármacos

Utesntes com toma observada de:	DR Norte	DR Centro	DR Lisboa V. Tejo	DR Alentejo	DR Algarve	TOTAL 2008	TOTAL 2007	TX CR
Anti-retrovirais	171	18	24	18	5	236	329	-28,3
Tuberculostáticos	75	34	47	2	5	163	128	27,3
Psicofármacos	437	165	170	44	13	829	690	20,1
Total	683	217	241	64	23	1 228	1 147	7,1

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

Outros

No que respeita à *elaboração de protocolos de referenciação adequados para os cuidados específicos e melhoria dos níveis de diagnóstico da infecção do VIH – Programa KLOTHO* [acção 64.7.] salienta-se o **Programa de Identificação Precoce e Prevenção da Infecção VIH / Sida - Programa KLOTHO** que, no âmbito do Protocolo com a Coordenação Nacional para a Infecção VIH/SIDA (ACS), continuou a ser desenvolvido pelas ET, aplicando a metodologia Aconselhamento Detecção e Referenciação (ADR) e um teste rápido para detecção do VIH numa gota de sangue. Este Programa foi implementado em mais três ET, registando-se um aumento importante no número de utentes envolvidos no ADR, apesar das taxas de realização não o evidenciarem pois, simultaneamente, houve um aumento nos números de novos utentes e de utentes em seguimento.

Quadro 163 - Testes Rápidos efectuados aos Utesntes Novos de 2008

Região	Utesntes rastreados		% Rastreados / Novos utentes ⁽¹⁰⁴⁾		Casos VIH reactivos		% Casos VIH reactivos / rastreios efectuados	
	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008
Norte	770	1 157	66%	70%	19	24	2,5%	2,1%
Centro	523	630	62%	68%	4	6	0,8%	1,0%
Lisboa	287	583	41%	33%	12	13	4,4%	2,2%
Alentejo	179	283	87%	80%	4	1	2,2%	0,4%
Algarve	219	272	64%	59%	11	1	4,9%	0,4%
Total	1 978	2 925	61%	57%	50	45	2,5%	1,5%

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P./DTR: NT

¹⁰⁴ Os valores apresentados dizem respeito, apenas, às ET onde o programa foi implementado.

Quadro 164 - Testes Rápidos efectuados aos Utentes em Seguimento de 2008

Região	Utentes rastreados		% Rastreados / Elegíveis (Utente em seguimento de anos anteriores que não conhecem a sua situação face ao VIH)		Casos VIH reactivos		% Casos VIH reactivos	
	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008
Norte	2 839	3 409	34%	39%	116	51	4,1%	1,5%
Centro	2 206	2 542	42%	47%	24	12	1,1%	0,5%
Lisboa	968	1 750	15%	25%	16	25	1,6%	1,4%
Alentejo	779	824	76%	65%	7	3	0,9%	0,4%
Algarve	1 097	1 155	49%	49%	28	15	2,7%	1,3%
Total	7 889	9 680	35%	39%	191	106	2,4%	1,1%

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P./DTR: NT

Foram 327 os utentes novos envolvidos no ADR sem aplicação do teste rápido por já serem positivos ou por terem resultado negativo em análise muito recente. Ficaram, portanto, a conhecer o seu estado serológico **63%** dos novos utentes. De facto, de entre os novos utentes, 175 já sabiam ser VIH positivos, sendo a prevalência global de VIH nos novos utentes (reactivos + já positivos) de **7,5%**.

Foram 770 os utentes em seguimento envolvidos no ADR mas sem aplicação do teste rápido por já serem positivos ou por terem resultado negativo em análise muito recente.

Durante o ano, foram rastreados 12 605 utentes por teste rápido para detecção do VIH, verificando-se um aumento de 28% comparativamente ao ano anterior (9 867 utentes rastreados em 2007). A percentagem de casos VIH reactivos nos novos utentes diminuiu, passando de 2,5% para 1,5%, e nos utentes em seguimento, que fizeram teste rápido, também diminuiu, passando de 2,4% para 1,1%.

No sentido de contribuir para *agilizar os processos de admissão* [acção 64.1] e avaliar taxas de perdas antes e após a 1ª consulta, foi feito um levantamento junto das Equipas de Tratamento, verificando-se a nível nacional que 87,3% dos utentes vinham a mais de uma consulta.

Quadro 165 - Percentagem de utentes que estiveram presentes em mais do que uma consulta, Delegação Regional

Delegações	DR Norte	DR Centro	DR Lisboa V. Tejo	DR Alentejo	DR Algarve	Nacional
Percentagem de utentes que estiveram presentes em mais do que uma consulta	83,5%	93,5%	85,9%	85,6%	93,0%	87,3%

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P./DTR: NT

Em todas as unidades existem gestores de cuidados, tendo-se garantido que todos os utentes têm atribuído um terapeuta de referência, respondendo assim à necessidade de *criar a figura de gestor de cuidados* [acção 64.2.].

Em todos os CRI existe um elemento responsável pela articulação com as estruturas de RRMD e outros serviços, sociais e de saúde, neste domínio, contribuindo para *alterar os procedimentos de admissão de molde a agilizar a acessibilidade* [acção 64.8.]. No âmbito do processo de avaliação da acessibilidade dos utentes alvo da intervenção em RRMD foram consensualizados vários parâmetros, tendo com esta definição, sido criadas as condições para uma contabilização mais adequada desta articulação, não sendo possível, no entanto, a elaboração de um documento formal com carácter de relatório anual.

Tendo em vista o *desenvolvimento de competências dos técnicos das UE's de Tratamento para implementação de programas* [acção 65.1.], foi realizado um levantamento, junto das Delegações Regionais, sobre o número de técnicos com competências específicas nas áreas da alcoologia, encontrando-se 229 profissionais distribuídos pelas unidades de tratamento ambulatorio do país.

No sentido de *definir linhas de orientação que pautem a intervenção, nos seus diferentes níveis, incluindo o meio prisional* [acção 66.1.], foram intervencionados 80% dos estabelecimentos prisionais existentes no país, ao abrigo de protocolos formais de articulação e de acordos de colaboração informais que definem actuações específicas. De salientar que alguns dos estabelecimentos prisionais abrangidos por protocolos, como o Hospital Prisional de Caxias, não justificam uma intervenção do IDT, I.P. pelo que a percentagem de cobertura real das intervenções é superior aos 80%.

Também, *dando resposta à necessidade de definir indicadores de monitorização e avaliação dos programas e cuidados implementados* [acção 67.1.], foram monitorizados vários programas de tratamento, definindo-se um conjunto de indicadores próprios para cada um deles, nomeadamente o programa de identificação precoce e prevenção da infecção VIH/SIDA direccionado a utilizadores de drogas, o programa terapêutico com agonistas opiáceos, o programa terapêutico de administração de metadona, buprenorfina e naltrexona nas farmácias, o programa de prevenção da recaída, os programas de internamento em CT, em UD e em UA, e os programas de CD.

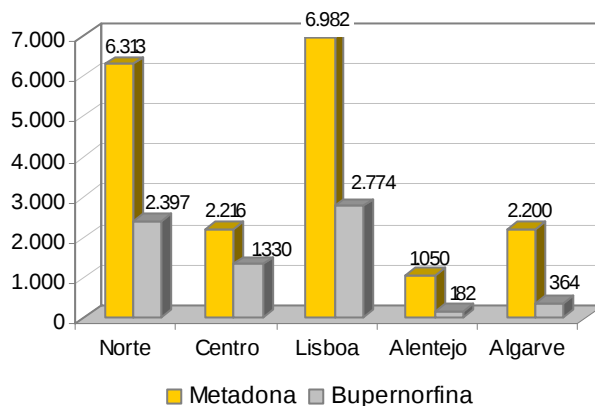
Programas Terapêuticos com Agonistas Opiáceos

Apresentam-se de seguida alguns dados relativos ao Programa Terapêutico com Agonistas Opiáceos (que constam de forma mais detalhada na *Parte A – capítulo Tratamento* deste Relatório) e ao programa terapêutico de administração de metadona nas farmácias.

Ao longo de 2008 estiveram integrados em Programa Terapêutico com Agonistas Opiáceos 25.808 utentes a nível nacional, o que representa uma taxa de crescimento global relativamente ao ano anterior de 6,2%. Cerca de 8026 foram admitidos em 2008, sendo 3004 readmissões e 5022 novas admissões.

Nos Programas de Metadona a proporção de saídas com alta clínica em 2008 foi 15,8% e a de abandonos foi de 41,8%. Nos Programas de Buprenorfina a proporção de saídas com alta clínica foi 10,7% e a de abandonos foi de 31,3%.

Estavam integrados, a 31 de Dezembro de 2008, em programas terapêuticos com agonistas opiáceos 18.815 utentes, dos quais integravam programas: 75 % de Metadona e 25% de Buprenorfina.

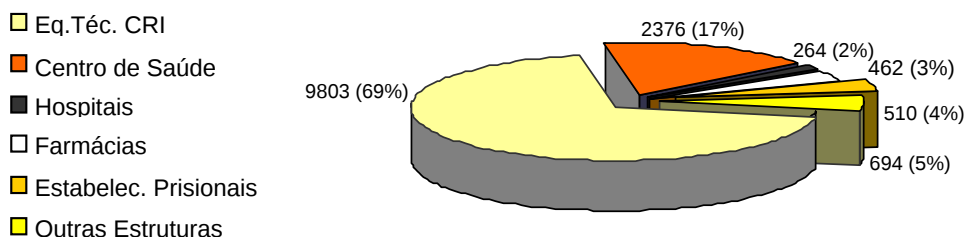
Figura 78 - Distribuição por Agonistas Opiáceos, por região

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P./DTR: NT

Mantiveram-se os regimes de parceria entre o IDT, I.P. e vários organismos, tais como Centros de Saúde, Hospitais, Farmácias, Estabelecimentos Prisionais, entre outros (recurso pontual a ONG e IPSS), no intuito de diversificar os locais de administração, tornando mais fácil o acesso a este tipo de programa, estando sempre implícito o objectivo de promover uma maior autonomia dos utentes e facilitar a ressocialização e reinserção social.

Os utentes em tratamento nos CRI tomam a metadona nas próprias Equipas de Tratamento dos CRI do IDT, I.P., nos Centros de Saúde, nos Centros de Diagnóstico Pneumológico, nas Farmácias, ou levam doses domiciliárias semanalmente, de acordo com regras previamente estabelecidas pelas respectivas equipas responsáveis pelos Programas das Unidades e com uma permanente avaliação clínica dos casos.

Quando os utentes são hospitalizados ou quando são detidos, as ET articulam com essas instituições para assegurar a continuidade na administração medicamentosa.

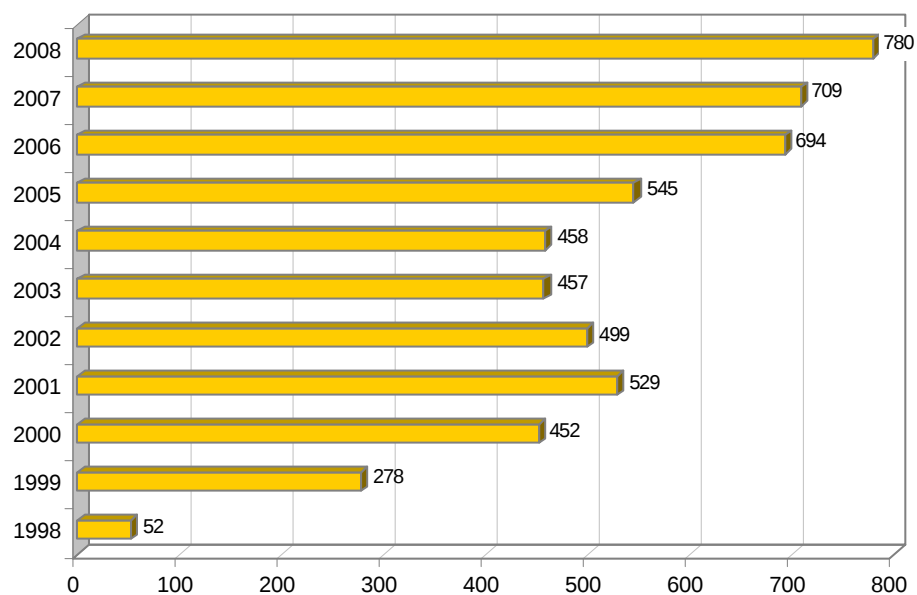
Figura 79 - Utentes em Programas de Tratamento com Metadona Conforme o local de toma (IDT, I.P. e Parcerias) (31 de Dezembro de 2008)

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P./DTR: NT

O Programa Terapêutico com Metadona nas Farmácias resulta de um protocolo entre o IDT, I.P., a ANF, o INFARMED e a Ordem dos Farmacêuticos.

Desde o início do Programa Terapêutico com Metadona nas Farmácias até 31 de Dezembro de 2008, integraram este projecto 482 farmácias, 711 farmacêuticos e 2 176 utentes.

Das 482 farmácias, 203 seguiram 780 doentes em 2008 e nesta data estavam a ser acompanhados 579 utentes, tendo sido de 22 meses o tempo médio de permanência em programa dos utentes activos.

Figura 80 - Evolução do número de utentes em farmácias

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P./ANF

Direcção Geral dos Serviços Prisionais

O encaminhamento para tratamento é estimulado em todo o sistema prisional, além de assegurar a todos os novos reclusos a continuidade dos tratamentos farmacológicos iniciados em liberdade.

No que diz respeito ao tratamento, existem na Direcção Geral dos Serviços Prisionais (DGSP) programas orientados para a abstinência, programas terapêuticos com agonistas opiáceos e programas com antagonistas.

Programas orientados para a abstinência

- 5 Unidades Livres de Droga, com capacidade total de 157 camas;
- 1 Comunidade Terapêutica, com 43 camas;
- 1 Casa de Saída, com 12 camas.

No ano 2008 estiveram integrados em programas orientados para abstinência nas Unidades Livres de Droga 282 reclusos toxicodependentes (dos quais 51 mulheres) e na Casa de Saída 15 reclusos toxicodependentes, no total de 297 reclusos toxicodependentes.

O valor dispendido com o pessoal nas Unidades Livres de Droga foi de 296.180,75 €.

Programas terapêuticos com agonistas opiáceos e programas com antagonista

Da responsabilidade da DGSP, funcionam em 7 Estabelecimentos Prisionais¹⁰⁵ (Lisboa, Porto, Tires, Caxias, Linhó, Paços de Ferreira e Coimbra).

Ao longo do ano de 2008 integraram estes programas 382 reclusos toxicodependentes.

• Em articulação com os Centros de Resposta Integrada (CRI)

Durante o ano 2008, decorrente da articulação entre a DGSP e o IDT, I.P., foram acompanhados em Programas Terapêuticos com Agonistas Opiáceos das ET do IDT, I.P., reclusos afectos a 36 Estabelecimentos Prisionais e em Programas de Antagonistas reclusos afectos a 13 Estabelecimentos Prisionais, abrangendo um total de 652 reclusos.

Manteve-se a cooperação entre os Estabelecimentos Prisionais e as ET dos CRI de referência, do IDT, I.P., nomeadamente no que se refere à continuidade da administração da metadona, quando os utentes deste programa são detidos ou quando saem em liberdade.

¹⁰⁵ Em 5 Estabelecimentos Prisionais (Lisboa, Paços de Ferreira, Porto, Tires e EPR de Coimbra) a coordenação dos programas é da responsabilidade da equipa técnica do EP. Em 2 Estabelecimentos Prisionais (Caxias e Linhó) a prescrição de Metadona é da responsabilidade dos CRI-ET de referência e o acompanhamento psicológico é da responsabilidade dos EP.
O EP do Linhó dispõe de Programa de Antagonista de Opiáceos.

Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar

No âmbito do PPCDAFA¹⁰⁶, o tratamento pode incluir: internamento em hospital militar, no serviço de psiquiatria, para desintoxicação médica e acompanhamento clínico; programa de tratamento e reabilitação biopsicossocial em unidade especializada; acção terapêutica de reabilitação educativa, com o aproveitamento de militares recuperados, em acções de aconselhamento e ajuda; acompanhamento médico periódico, em regime ambulatorio; frequência de grupos de ajuda mútua (AA e NA).

Em 2008, realizaram-se nos três Ramos, nos hospitais militares e na UTITA, 77 consultas de psiquiatria (-23, que em 2007 e -74, que em 2006), por situações relacionadas com o consumo de álcool ou drogas, e o internamento de 23 militares (-8, que em 2007 e -11, que em 2006). De referir que estes valores **não correspondem a indivíduos**, uma vez que pode ocorrer a repetição de ocorrências.

Actividade da UTITA

O Serviço de Utilização Comum das Forças Armadas para o tratamento e reabilitação psicossocial de alcoolismo e toxicodependência é a Unidade de Tratamento Intensivo de Toxicodependências e Alcoolismo (UTITA), da Marinha. Esta Unidade possui um protocolo de colaboração com o Ministério da Saúde / IDT, I.P., na área do tratamento.

Durante 2008, a UTITA desenvolveu a seguinte actividade:

a) Nível ambulatorio

Este nível consiste em tratamentos individuais e tratamentos de grupo.

Os primeiros ocorrem em regime de consulta externa, com regularidade variável, em função da gravidade, integrando as consultas de Psiquiatria (semanal), Psicologia, Avaliação psicológica (diária), Psicoterapia individual (variável), Terapia familiar (semanal) e Aconselhamento (variável).

Os tratamentos de grupo integram consultas de prevenção da recaída, com regularidade semanal.

O próximo quadro sintetiza a actividade desenvolvida no nível ambulatorio, salientando o número de militares implicados e de consultas / sessões efectuadas. No total, verificaram-se 1012 actos (- 273, que em 2007).

¹⁰⁶ O PPCDAFA inscreve-se num programa global da DGPRM que abarca diferentes áreas de Missão e Transversais. Por razões de estrutura deste relatório aparece plasmado em diferentes capítulos. O encargo financeiro decorrente do PPCDAFA, por eixos de intervenção, bem como a evolução do investimento do mesmo, pode ser consultado no capítulo Dissuasão da Toxicodependência.

Quadro 166 - Consultas em ambulatório

Actividade	Nº de Militares	Nº de Actos
Consultas de Psiquiatria (álcool e outras drogas)	21	57
Consultas de Avaliação Psicológica (álcool e outras drogas)	53	75
Consultas de Avaliação Médica (álcool e outras drogas)	25	29
Consultas e Sessões de Psicoterapia / Aconselhamento (álcool e outras drogas)	36	155
Sessões de Terapia Familiar (álcool e outras drogas)	16	28
Sessões de Terapia de Prevenção da Recaída (álcool e outras drogas)		668
TOTAL		1 012

Fonte: DGPRM

b) Nível de Internamento

Os programas de internamento na UTITA estão estruturados de forma a prestarem cuidados intensivos, durante 26 dias, levando a mudanças essenciais à manutenção de abstinência e estruturando a vida em função dos valores da recuperação.

Em 2008, o programa manteve a estrutura do ano anterior, apenas se introduzindo, a partir de meio do ano, um tempo semanal de intervenção terapêutica individualizada.

Ao longo do ano ocorreram 8 programas de tratamento (sem alteração em relação a 2007), envolvendo 18 militares das Forças Armadas (-6, que em 2007) e 8 da GNR (valor igual ao ano anterior).

c) Actividades de Prevenção Terciária

Neste âmbito, a actividade da UTITA consiste essencialmente no apoio aos Operadores de Prevenção, dos Núcleos de Apoio ao Comando das Unidades, e nas sessões de terapia de grupo semanal, em ambulatório, atrás referenciadas.

Em 2008, a UTITA realizou um total de 19 sessões com os Operadores de Prevenção, das Unidades (-2, que em 2007).

d) Actividade de colaboração com o Ministério da Saúde

Relativamente ao protocolo firmado com o IDT, I.P., a UTITA realizou, no nível ambulatório, 695 consultas (+ 16, que em 2007) e, no nível internamento, recebeu 28 pacientes (-3, que no ano anterior), por problemas relacionados com álcool e outras drogas.

No ano de 2008, assume uma maior referência os utentes enviados pelo IDT, I.P, com problemas de álcool, dado que este Instituto alargou a comparticipação nos custos dos tratamentos a estes utentes.

Coordenação Nacional para a Infecção VIH/SIDA

Com a assinatura em 2006, do protocolo entre a Coordenação Nacional para a Infecção VIH/SIDA e o IDT, I.P., para o desenvolvimento do Programa KLOTHO¹⁰⁷, por se considerar prioritária a intervenção conjunta em matéria de doenças infecciosas, pretendeu-se assegurar a identificação precoce da infecção VIH/SIDA e a sua prevenção entre utilizadores de drogas. Foi assumida a mobilização de todas as unidades especializadas do IDT, I.P., em geral, e das ET em particular, e também de Unidades privadas de tratamento e RRMD com protocolo com o IDT, I.P., para alargar a sua intervenção no âmbito da redução de riscos e minimização de danos, de acordo com as necessidades locais e os recursos disponíveis e garantir a sustentabilidade na implementação do referido programa, ao nível destas estruturas.

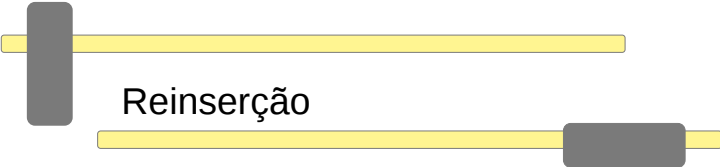
Durante o período de Janeiro de 2007 a Dezembro de 2008, a par da identificação precoce da infecção VIH/SIDA através da utilização de testes rápidos, foi feito o registo sistemático das características dos utentes das estruturas formais de tratamento da toxicodependência (Equipas de Tratamento). A informação foi obtida através de um questionário aplicado pelos profissionais das estruturas de tratamento, no qual foi registada informação clínica, sócio – demográfica e comportamental. Foram considerados participantes no Programa os utentes que para tal deram a sua permissão (consentimento informado oral).

Durante o ano de 2008, o Programa estava já implementado na grande maioria das Equipas de Tratamento. Nesse período, e relativamente às características demográficas dos utentes a nível nacional, mais de três quartos eram do sexo masculino, sendo a classe etária mais frequente a dos 30 aos 39 anos. Mais de 95% dos utentes tinham nascido em Portugal e a maioria tinha completado o ensino básico. Relativamente às variáveis comportamentais, a maioria dos utentes referiu ter alguma vez injectado drogas, sendo que mais de um terço destes tinha iniciado este comportamento com idade inferior a 20 anos. Mais de metade dos utentes que injectaram drogas tinham partilhado material de injeção ao longo da vida, sendo que mais de 10% destes tinham partilhado no mês anterior à inquirição.

Dos inquiridos que mantinham hábitos de injeção, aproximadamente 40% tinham recentemente injectado drogas na rua ou em espaços públicos. Entre os inquiridos que tinham estado reclusos, 17% tinham injectado drogas durante a reclusão. Menos de metade dos inquiridos referiu ter utilizado preservativo consistentemente no mês anterior.

A execução financeira do Programa KLOTHO, em 2008, foi de 150 000 €.

¹⁰⁷ Para informação mais detalhada sobre o Programa KLOTHO poderá consultar o *Relatório de Monitorização Janeiro 2007 – Dezembro 2007 – Programa de Identificação Precoce e Prevenção da Infecção VIH/SIDA direccionado a utilizadores de Drogas – KLOTHO*, da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, de Maio de 2009.



Reinserção

Resultado a atingir

Garantir a abrangência e a transversalidade dos recursos institucionais/ não-institucionais da Reinserção nas várias áreas de vida do cidadão, de forma a facilitar o desenvolvimento de projectos de vida responsáveis e responsabilizantes.

Objectivo

69. Melhorar as condições habitacionais de acordo com as necessidades do indivíduo

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
69.1. Favorecer a articulação entre o ISS.IP, INH e Autarquias no sentido de promover o acesso a respostas habitacionais, segundo modelos diversificados e adequados ao indivíduo	2006-2008	IDT, ISS.IP, INH, Autarquias	N.º de solicitações colocadas; N.º de casos colocados em respostas habitacionais; Relatório de Actividades /Sistema de Informação (Dados e Estatística).	IDT, I.P./ISS, I.P./IHRU/Autarquias – Celebrados 4 protocolos/acordos; Colocados em respostas habitacionais ou de acolhimento 42% do total de 1.662 casos, com necessidades identificadas. ISS, I.P. – N.º de vagas previstas em acordo de cooperação relativo a Apartamentos de Reinserção Social – 232; Nº de utentes que frequentaram Apartamentos de Reinserção Social – 677.
69.2. Efectuar a inventariação das necessidades de Apartamentos de Reinserção em zonas geográficas definidas como prioritárias e apresentá-las junto do ISS.IP, IPSS's e ONG's com vista à sua resolução	2006-2008	IDT, ISS.IP, DGSS	N.º de casos inventariados; N.º de casos resolvidos; Relatório de Actividades/Sistema de Informação (Dados e Estatística).	IDT, I.P. – Produzido um documento de levantamento das condições de funcionamento dos Apartamentos de Reinserção Social, financiados pelo ISS, I.P. Deste processo resultou um melhor conhecimento das respostas existentes, tendo sido elaborado um relatório e apresentada uma proposta ao ISS, I.P. no sentido de, por um lado, elaborar um guião técnico e, por outro, proceder-se à revisão dos normativos em vigor, tendo em vista potenciar a resposta junto dos utentes do IDT, I.P., incluindo utentes com problemas ligados ao álcool.
69.3. Dinamizar a criação de Unidades Residenciais de Longa Duração para nichos de população mais carenciada e específica	2006-2008	IDT, ISS.IP, IPSS's, Autarquias, ONG's	N.º de novas Unidades Residenciais criadas; Relatório de Actividades/Sistema de Informação (Dados e Estatística).	IDT, I.P./ISS, I.P./IPSS/Autarquias/ONG – Constituído um grupo de trabalho.

Objectivo**70. Facilitar a obtenção do nível académico adequado ao processo de integração social**

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
70.1. Promover e manter o (re)ingresso de indivíduos no sistema de ensino e possibilitar a sua continuidade aquando de tratamento de longa duração	2006-2008	IDT, ME	N.º de casos que (re)ingressaram no sistema de ensino; Relatório de Actividades/Sistema de Informação (Dados e Estatística).	IDT, I.P./ME – Realizadas 21 acções com as Equipas Técnicas da Reinserção e entidades que operam na área, no sentido da promoção e monitorização do (re)ingresso de indivíduos no sistema de ensino, bem como da sua continuidade, quando em tratamento de longa duração; (Re) ingressaram no sistema de ensino regular 4% do total de 1867 utentes com necessidades de obtenção de nível académico.
70.2. Negociar com as DRE's as condições de acesso a acções de ensino recorrente e alfabetização de acordo com as necessidades locais	2006-2008		N.º de casos que acedem a acções de ensino recorrente e alfabetização; Relatório de Actividades/Sistema de Informação (Dados e Estatística).	IDT, I.P. / ME – 25 Processos de negociação; Acederam a acções de ensino recorrente e alfabetização 7% do total de 1867 utentes com necessidades de obtenção de nível académico.
70.3. Fomentar o acesso dos indivíduos a Centros RVCC	2006-2008	IDT, Centros RVCC	N.º de indivíduos integrados em Centros RVCC; Relatório de Actividades/Sistema de Informação (Dados e Estatística).	IDT, I.P./IEFP, I.P./ME – Desenvolvidas 47 acções no sentido de fomentar o acesso de utentes a respostas no âmbito dos Centros RVCC; Integraram os Centros RVCC 21% do total de 1867 utentes com necessidades de obtenção de nível académico.

Objectivo**71. Capacitar para a integração e manutenção no mercado de trabalho**

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
71.1. Criar uma bolsa de empregadores, de forma a promover a integração de indivíduos no mercado de trabalho	2006-2008	IDT, Comunidade Empresarial, IEFP	N.º de indivíduos integrados no mercado de trabalho; N.º de empregadores integrados na bolsa; Relatório de Actividades/Sistema de Informação (Dados e Estatística).	IDT, I.P. – Criada a aplicação informática “Bolsa de Empregadores”; Integrados no mercado de trabalho 16% do total de 4338 utentes com necessidades no âmbito de emprego. ¹⁰⁸
71.2. Desenvolver projectos inovadores e rentabilizar os existentes (ex: Programa Vida-Emprego, Rede de Artesãos) que promovam respostas de profissionalização adaptadas à população alvo	2006-2008	IDT, IEFP, IGFFSE	N.º de projectos desenvolvidos; N.º de indivíduos integrados com recurso a outras medidas do IEFP, I.P.; N.º de indivíduos abrangidos por respostas de	IDT, I.P./IEFP, I.P. – Do total de 4338 utentes com necessidades no âmbito do emprego, foram integrados em medidas específicas do Programa Vida-Emprego 12%, 5% em outras medidas do IEFP, I.P. e integrados em respostas de profissionalização 5%; A internalização da função “mediação para a formação e emprego”, no âmbito do Programa Vida – Emprego

¹⁰⁸ Neste âmbito, devem ser considerados os indivíduos colocados no mercado de trabalho sem recurso a programas de emprego protegido, independentemente dos empregadores estarem ou não na bolsa de empregadores.

Objectivo**71. Capacitar para a integração e manutenção no mercado de trabalho**

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
			profissionalização; Relatório de Actividades/Sistema de Informação (Dados e Estatística).	foi implementada na quase totalidade dos serviços do IDT, I.P..

Objectivo**72. Facilitar o acesso à formação profissional**

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
72.1. Promover a integração de indivíduos em respostas de formação profissional	2006-2008	IDT, IEFP, IPSS's, ONG's	N.º de indivíduos integrados em respostas de formação profissional; Relatório de Actividades/Sistema de Informação (Dados e Estatística).	IDT, I.P. / IEFP, I.P. – Integrados em respostas de formação profissional 23% do total de 2466 utentes com necessidades neste âmbito; Apresentado um relatório de avaliação do PASITForm (projecto conjunto com o IEFP, I.P.) no âmbito da formação profissional.

Objectivo**73. Dinamizar projectos de intervenção em meio laboral e de prevenção da desinserção**

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
73.1. Desenvolver projectos inovadores e dinamizar os projectos existentes na área da prevenção em meio laboral	2006-2008	IDT, MDN, MTSS, CES, Autarquias	N.º de projectos de intervenção em meio laboral; Relatório de Actividades/Sistema de Informação (Dados e Estatística).	IDT, I.P. – Apresentado um relatório de avaliação do projecto EURIDICE, o qual abrangeu 4.300 trabalhadores de diferentes entidades empregadoras.

Objectivo**74. Desenvolver de forma saudável a rede de relações sociais e familiares**

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
74.2. Promover/melhorar a articulação com as estruturas que intervêm em situações de vulnerabilidade, de forma a revitalizar a rede de suporte do cidadão	2006-2008	IDT, IPSS's, ONG's, CPCJ, ISS.IP, Ministério da Justiça	N.º de acções de articulação promovidas; Relatório de Actividades/Sistema de Informação (Dados e Estatística).	IDT, I.P. – Promovidas 575 acções de articulação com as estruturas. ISS, I.P. – Efectuados 2 709 encaminhamentos para diversas entidades.
74.3. Dinamizar grupos de suporte e auto-ajuda para familiares	2006-2008	IDT	N.º de grupos de famílias dinamizados; Relatório de Actividades/Sistema de Informação (Dados e Estatística).	IDT, I.P. – Dinamizados 130 grupos de suporte e de auto-ajuda para familiares por parte de 9 CRI.

Objectivo**75. Promover o acesso às condições básicas de vida**

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
75.1. Promover o acesso dos indivíduos aos serviços públicos e de proximidade (CPCJ, Julgados de Paz, Associação de Moradores, etc.)	2006-2008	IDT, Serviços Públicos e de proximidade	N.º de indivíduos que acederam a serviços públicos; N.º de indivíduos que acederam a serviços de proximidade; Relatório de Actividades/Sistema de Informação (Dados e Estatística).	IDT, I.P. – Realizadas 107 acções de sensibilização das Equipas Técnicas de reinserção e entidades que operam na área; Acderam a serviços públicos 84% do total de 6107 utentes com necessidades neste âmbito; Acderam a serviços de proximidade 71% de um total de 2992 utentes com necessidades neste âmbito.
75.2. Facilitar o acesso a valências sócio-terapêuticas (ex: Grupos de Treino de Competências Sociais, Grupos pedagógicos de Informação, Prevenção de comportamentos de risco)	2006-2008	IDT, IPSS's, ONG's, Autarquias	N.º de indivíduos abrangidos por valências sócio-terapêuticas; Relatório de Actividades/Sistema de Informação (Dados e Estatística).	IDT, I.P. – Desenvolvidos 76 grupos sócio – terapêuticos, em 11 CRI, que abrangeram 41% dos 1812 utentes com necessidades neste âmbito.

Objectivo**76. Fomentar a gestão do tempo livre de forma satisfatória e saudável**

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
76.1. Dinamizar a participação dos indivíduos em actividades de ocupação de tempos livres nas estruturas da comunidade	2006-2008	IDT, IPSS's, Autarquias, ONG's e outros	N.º de indivíduos que participaram em actividades de ocupação de tempos livres nas estruturas da comunidade; Relatório de Actividades/Sistema de Informação (Dados e Estatística).	IDT, I.P. – Participaram em actividades de ocupação de tempos livres nas estruturas da comunidade 27% do total de 1743 indivíduos com necessidades neste âmbito.
76.2. Recolher e divulgar o levantamento dos recursos sócio-culturais e recreativos	2006-2007	IDT, Autarquias, IPJ	N.º de Unidades Especializadas que divulgam informação relativa a recursos sócio-culturais e recreativos; Relatório de Actividades/Sistema de Informação (Dados e Estatística).	IDT, I.P. – Divulgada informação relativa a recursos sócio-culturais e recreativos locais em 12 CRI.

Resultado a atingir

Potenciar a Reinserção enquanto processo global, implicando todos os actores na óptica da abordagem e das respostas integradas, através de uma gestão participada e efectiva

Objectivo 77. Valorizar a reinserção enquanto valência autónoma e com metodologia própria de intervenção				
Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
77.1. Promover a criação de uma valência de intervenção em reinserção a nível regional e local	2006-2008	IDT	N.º de valências de reinserção criadas; Relatório de Actividades/Sistema de Informação (Dados e Estatística).	IDT, I.P. – Elaborados 2 documentos de orientações e criadas 28 valências de reinserção.
77.2. Promover periodicamente, em cada ano, reuniões de divulgação de Boas Práticas de reinserção	2006-2008	IDT	N. de reuniões promovidas; Relatório de Actividades/Sistema de Informação (Dados e Estatística).	IDT, I.P. – Promovidas 90 reuniões.
77.3. Criar um Programa plurianual que permita financiar projectos na área de reinserção	2006-2008	IDT, IGFFSE	N.º de projectos de Reinserção financiados; Relatório de Actividades/Sistema de Informação (Dados e Estatística)	IDT, I.P. – Aprovados 29 projectos na área da reinserção, no âmbito do PORI.

Objectivo 78. Optimizar os recursos centrais, regionais e locais do IDT, I.P. na área da Reinserção				
Ação	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
78.1. Promover a coordenação eficaz intra-institucional, a nível central, regional e local	2006-2008	IDT	N.º de acções realizadas~; Relatório de Actividades/Sistema de Informação (Dados e Estatística)	IDT, I.P. – Realizadas 7 reuniões.
78.2. Promover o desenvolvimento do Plano Operacional de Respostas Integradas (PORI)	2006-2008	IDT, Parceiros dos PORI	N.º de reuniões.	IDT, I.P. – Criado um Núcleo Territorial em cada território de intervenção prioritária em que se implementou PRI; Realizados os diagnósticos RAR em cada território seleccionado para intervenção prioritária; Abertura de concurso público com identificação de necessidades de intervenção em 51 territórios; Implementados 51 PRI com financiamento e 24 PRI sem financiamento.

Objectivo**79. Promover e melhorar a articulação inter institucional**

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
79.1. Estabelecer protocolos e parcerias para a facilitação da articulação local	2006-2008	IDT, MAI, ME, MJ, MTSS	N.º de protocolos estabelecidos para a facilitação da articulação local; N.º de adesões à Rede Social; Relatório de Actividades/Sistema de Informação (Dados e Estatística)	IDT, I.P. – Elaborado um relatório de monitorização da implementação da versão revista e final do Manual de Procedimentos IDT, I.P. /ISS, I.P. / SCML.
79.2. Criar um Programa Quadro na área da reinserção, que permita o co-financiamento neste âmbito	2006-2008	IDT, MJ, MTSS, Autarquias e IPSS's	N.º de projectos de reinserção co-financiados; Relatório de Actividades/Sistema de Informação (Dados e Estatística).	IDT, I.P. – Elaborada uma proposta de Programa–Quadro e foi aberto concurso para atribuição de financiamento para projectos-piloto de investigação-acção, dirigidos a população toxicodependente sem enquadramento sócio-familiar (em conjunto com o NRD).

Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P.

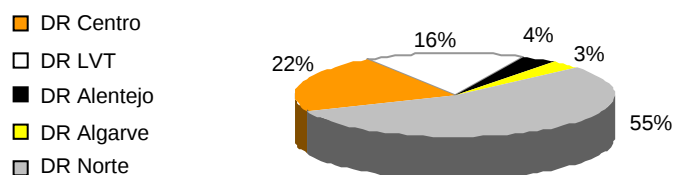
A centralidade no cidadão continua a ser um princípio pelo qual se pauta toda a acção da área de missão da Reinserção e, nesse sentido, o conhecimento das necessidades dos utentes, principalmente para os quais não existe capacidade de resposta ou a resposta é inadequada, insuficiente ou ineficaz, configura uma preocupação permanente do IDT, I.P..

Em 2008, implementou-se **um processo de acompanhamento, monitorização e avaliação da intervenção** na área de missão da Reinserção, através da concepção e definição de indicadores e de instrumentos de recolha de dados, definição de circuitos a nível nacional, regional e local, e de responsáveis pela aglutinação desses mesmos dados. Este procedimento, desenvolvido e implementado em estreita articulação com os responsáveis regionais para a área da Reinserção e com as Equipas de Reinserção dos CRI, permitiu, trimestralmente, fazer o ponto da situação nacional, em matéria de execução das actividades planeadas e de resultados alcançados com as intervenções desenvolvidas com os utentes, identificar constrangimentos e, também, boas práticas. Permitiu ainda, conhecer melhor a realidade dos utentes que recorrem às Equipas de Reinserção dos CRI, aferir das efectivas necessidades que apresentam e, simultaneamente, da capacidade dos serviços do IDT, I.P. e parceiros, para responder de forma eficaz e eficiente às necessidades identificadas.

Qualquer intervenção no âmbito da reinserção, independentemente do grau de exclusão em que o utente se encontra, pressupõe a elaboração conjunta do diagnóstico social, com a identificação das necessidades, tendo em vista a definição do percurso de inserção, que se desenha em conjunto com o utente (Plano Individual de Inserção). Nesta base, as Equipas de Reinserção dos CRI desenvolveram iniciativas para a operacionalização das estratégias definidas com o utente, articulando com outras instituições e mobilizando os recursos da comunidade, procurando, numa lógica de resposta integrada, atender às necessidades identificadas e criar condições para o desenvolvimento de um percurso de inserção sustentado.

Espelhando uma parte fundamental do trabalho desenvolvido, foram efectuadas pelos técnicos das Equipas de Reinserção dos CRI, ao longo do ano, cerca de **69 446** consultas nesta área, que possibilitaram o desenvolvimento dos percursos de inserção.

Figura 81 - Consultas de reinserção efectuadas em 2008, por região (n=69 446)



Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P./DMFRI: NE

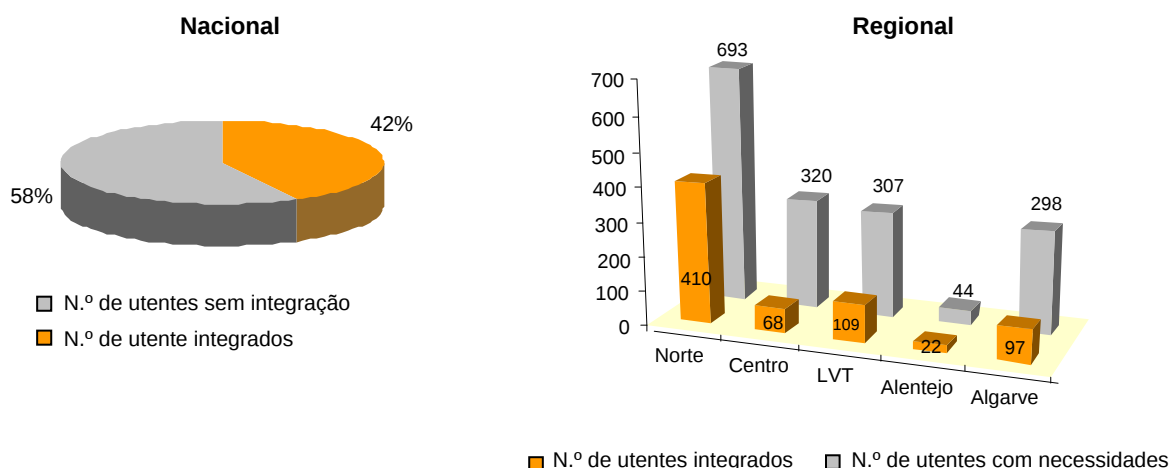
No sentido de *melhorar as condições habitacionais de acordo com as necessidades do indivíduo* [objectivo operacional 69] as intervenções nesta área responderam a 42% dos 1.662 utentes com necessidades deste nível, constatando-se a escassez e insuficiência das respostas habitacionais ou de acolhimento e ressaltando, ainda,

que uma parte das necessidades foi satisfeita com recurso a respostas de alojamento temporário, que não permitem a resolução definitiva da situação.

Grande parte das necessidades foi satisfeita através da resposta social *Apartamento de Reinserção Social* – equipamentos residenciais específicos para utentes que finalizaram o tratamento de substâncias psicoactivas e que se encontram em processo de reinserção, tendo em 2008 funcionado 28 apartamentos com um total de 677 utentes.

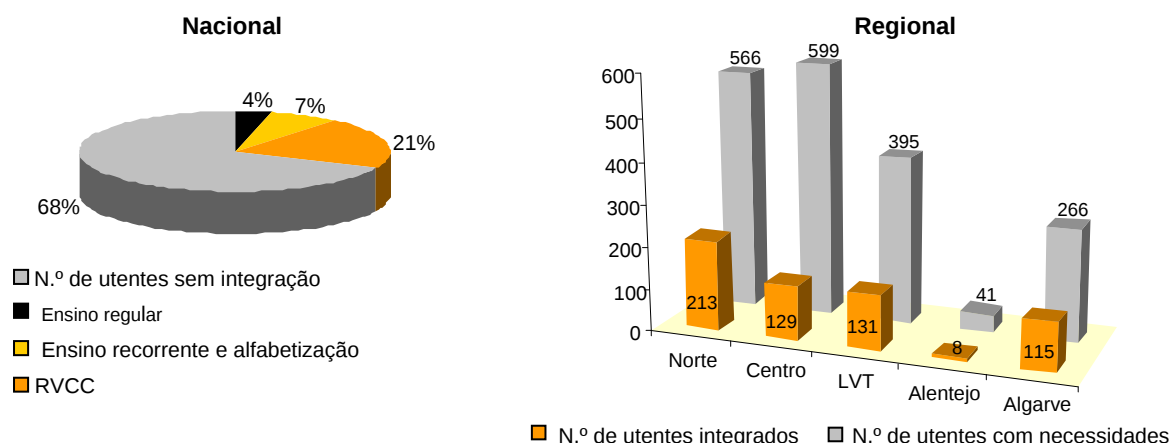
As figuras seguintes traduzem a realidade nacional e a distribuição por região, no que respeita ao comportamento dos indicadores no âmbito da habitação.

Figuras 82 e 83 - Utentes com necessidades/integrados em respostas de habitação (n=1 662)



Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P./DTR: NR

Tendo em vista *facilitar a obtenção do nível académico adequado ao processo de integração social* [objectivo operacional 70], 32% dos 1.867 utentes com necessidades identificadas, acederam a respostas neste domínio. O recurso aos centros de *Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências* (RVCC), foi o recurso mais utilizado, representando 21% das situações (390 utentes), pois configura uma resposta mais flexível e adaptada ao perfil dos utentes em processo de reinserção. A aquisição dos níveis de escolaridade mínimos obrigatórios afigura-se como uma dimensão básica para ambicionar processos de inserção dignos e mais satisfatórios para o cidadão, sendo que, mais uma vez, as respostas existentes revelaram-se insuficientes, face às necessidades.

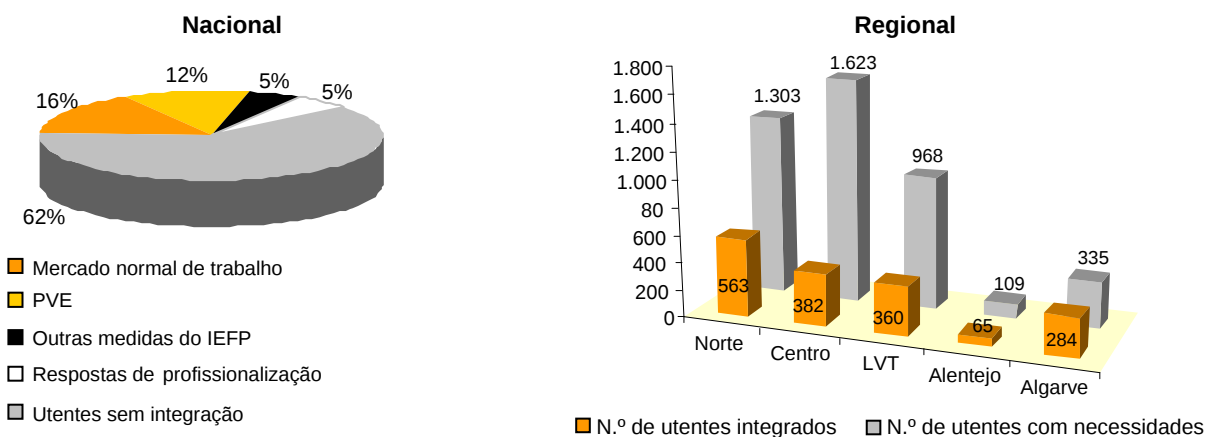
Figura 84 e 85 - Utentes com necessidades/integrados em respostas de Educação (n=1 867)

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P./DTR: NR

O número de utentes com necessidades no âmbito do emprego é elevado, 4.338 utentes, tendo sido possível satisfazer 38% das necessidades a este nível, valor a que não foi alheio a situação de crise económica, que caracterizou o ano de 2008 e que contribuiu para diminuir as oportunidades de emprego disponíveis. Assim, no sentido de *capacitar para a integração e manutenção no mercado de trabalho* [objectivo operacional 71] a integração no mercado normal de trabalho, sem recurso a programas de emprego protegido, apresenta-se como a resposta mais frequente, com 16% dos utentes. Esta opção dá lugar ao estabelecimento de um contrato de trabalho, de plenos direitos e deveres, o que representa uma integração efectiva. As restantes respostas pertencem a mecanismos de emprego protegido ou semi-protegido, tal como o Programa Vida-Emprego (PVE) do qual beneficiaram 12% dos utentes, 5% foram integrados noutras medidas do IEFP, I.P. e 5% noutras respostas de profissionalização.

A integração em medidas do IEFP, I.P. constitui um recurso a potenciar, pelo que é desejável que se promova a articulação dos CRI com os Centros de Emprego.

As figuras seguintes, representam a realidade nacional, com a distribuição das situações pelas respostas existentes e o comportamento regional da relação entre os utentes com necessidades ao nível do emprego e respectiva capacidade de resposta.

Figura 86 e 87 - Utentes com necessidades/integrados em respostas de Emprego (n=4 338)

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P./DTR: NR

O PVE¹⁰⁹ continuou a assumir uma importância vital enquanto recurso na área do emprego, para utentes em processo de reinserção nos CRI ou noutras respostas de tratamento reconhecidas pelo IDT, I.P..

Em 2008 o IDT, I.P. assumiu a **internalização da função mediação para a formação e o emprego do PVE**, no âmbito das funções das Equipas de Reinserção. Esta mudança constituiu uma mais valia no trabalho que se desenvolve com os utentes, no âmbito dos percursos de inserção e que, implicando um acréscimo de trabalho para os técnicos das equipas, pode beneficiar a qualidade da resposta que é dada ao utente, traduzindo mais um passo na operacionalização, cada vez mais conseguida, do conceito de proximidade, acompanhamento integrado e mediação social.

Foram realizadas acções de formação nas Delegações Regionais, em articulação com as Agências Regionais do PVE, tendo em vista uma melhor preparação das equipas do IDT, I.P. para assegurar esta função, no acompanhamento aos utentes integrados em medidas e em novos casos.

Os **1 168** indivíduos beneficiários do PVE (1283 em 2007), acompanhados pelas Equipas de Reinserção dos CRI e de outras unidades de tratamento, tiveram a seguinte distribuição por medidas específicas e por Delegação Regional:

Quadro 167 - Beneficiários do PVE e sua distribuição por medidas específicas e por Delegação Regional

Medidas Específicas	Delegação Regional					
	Norte	Centro	Lisboa V. Tejo	Alentejo	Algarve	Total
Estágios de Integração Socioprofissional	211	105	105	63	25	559
Prémio de Integração Socioprofissional	10	18	17	6	3	54
Apoios ao Emprego	214	113	96	86	45	554
Apoios ao Auto-Emprego	0	0	0	0	1	1
Total	435	236	268	155	74	1.168

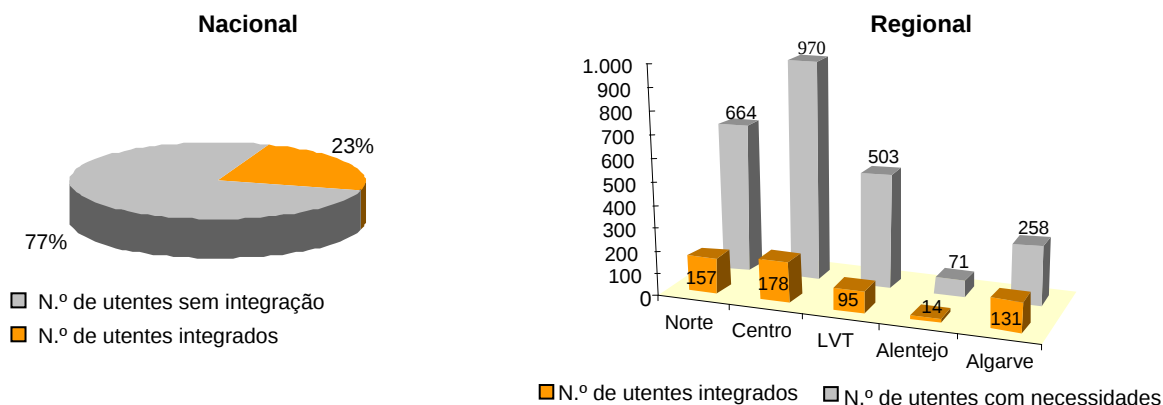
Fonte: IEFP, I.P.

No sentido de *facilitar o acesso à formação profissional* [objectivo operacional 72], foram satisfeitas 23% das necessidades identificadas, ou seja, 575 utentes foram integrados em respostas de formação profissional, quer do IEFP, I.P., quer de outras entidades formadoras, o que significa que, grande parte dos utentes, cujo plano de inserção prevê a aquisição de competências profissionais, não encontra respostas disponíveis.

O acesso a cursos de formação profissional é muitas vezes dificultado pelo baixo nível de escolaridade dos utentes, nem sempre compatível com os perfis exigidos para admissão aos cursos disponíveis. Especificamente neste âmbito, verificam-se dificuldades no encaminhamento dos utentes para respostas do IEFP, I.P., pois a articulação entre os CRI e os Centros de Emprego ainda não acontece de forma regular.

As figuras seguintes traduzem a relação, nacional e regional, do nível de satisfação das necessidades identificadas ao nível da formação profissional.

¹⁰⁹ Criado pela Resolução Conselho Ministros nº 136/98, de 4 de Dezembro. Coordenação conjunta de IEFP/IDT, I.P.

Figura 88 e 89 - Utentes com necessidades/integrados em respostas de Formação Profissional (n=2.466)

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P./DTR: NR

O **PASITForm** é um programa de acção conjunta IEFP, I.P. e IDT, I.P. que, privilegiando a articulação dos técnicos dos dois institutos e rentabilizando as competências específicas de cada um, visa contribuir para a melhoria da qualidade das respostas a prestar à população em risco ou em situação de exclusão, no domínio da inserção social e profissional. Fazendo um balanço sobre o desenvolvimento desta parceria, constata-se estarem incorporados a nível nacional e local, por ambas as instituições, princípios de articulação, desenvolvendo e planeando os técnicos dos serviços locais, actividades conjuntas. Considera-se, também, que a referida parceria tem respondido às necessidades dos formandos do IEFP, I.P., em matéria de prevenção, sinalização e encaminhamento, no entanto, continua-se a encontrar obstáculos no acesso dos utentes do IDT, I.P., com necessidades de formação profissional às respostas que o IEFP, I.P. disponibiliza, verificando-se o não cumprimento de um dos objectivos que presidiram à génese do PASITForm.

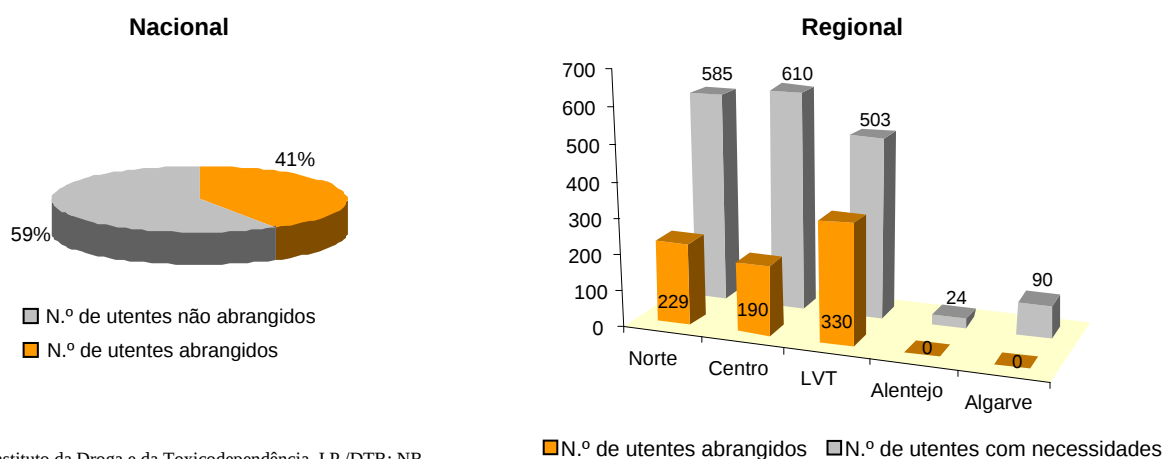
No que respeita à *dinamização de projectos de intervenção em meio laboral, em colaboração com outros Ministérios/Entidades* [objectivo operacional 73] destaca-se o Projecto de intervenção em meio laboral, **EURÍDICE**, em parceria com a CGTP, continuando a representar uma boa prática da intervenção em meio laboral, o qual pressupõe o envolvimento da empresa, trabalhadores e dirigentes, no desenvolvimento e participação nas iniciativas preconizadas.

Em 2008, apesar do protocolo de apoio financeiro não estar em vigor, mantiveram-se as dinâmicas implementadas nos anos anteriores, tendo sido abrangidos aproximadamente 4.300 trabalhadores.

Tendo em vista *promover o acesso às condições básicas de vida* [objectivo operacional 75], nomeadamente *facilitando o acesso a valências sócio terapêuticas* [acção 75.2.], foram abrangidos na participação em dinâmicas de grupos sócios terapêuticos 749 utentes, o que representa 41% das necessidades. Esta é uma área na qual se tem apostado, nomeadamente através da promoção de acções de formação dirigidas às Equipas de Reinserção, sendo necessário assegurar a supervisão destes grupos em funcionamento, de forma a garantir a qualidade da intervenção.

As seguintes figuras espelham a realidade nacional e regional no que respeita aos grupos sócio-terapêuticos.

Figura 90 e 91 - Utentes com necessidades/integrados em respostas sócio-terapêuticas (n=1 812)

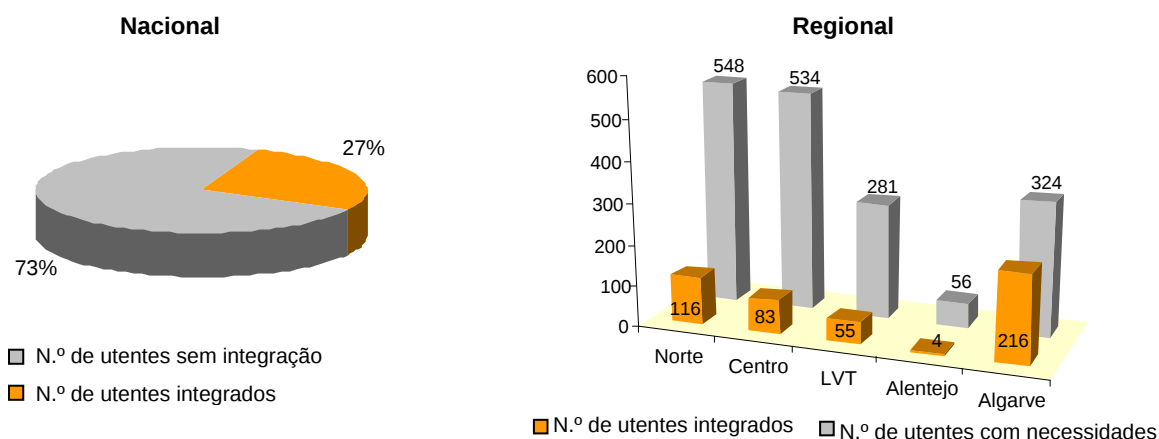


No sentido de *fomentar a gestão do tempo livre de forma satisfatória e saudável* [objectivo operacional 76], 1743 utentes manifestaram necessidades neste âmbito, mas apenas 27% acederam a este tipo de actividades. Estes dados podem resultar da inexistência de respostas adequadas na comunidade, no facto da própria comunidade se fechar a esta população ou os utentes não aderirem a actividades desta natureza.

Este tipo de necessidade pode, ainda, ser entendida como secundária, face a outras necessidades mais prementes, havendo um reduzido investimento por parte dos técnicos nesta dimensão.

As figuras seguintes apresentam o nível de resposta dada às necessidades identificadas a nível regional e nacional.

Figuras 92 e 93 - Utentes com necessidades/integrados em respostas de ocupação de tempos livres (n=1 743)



Tendo como objectivo potenciar a reinserção enquanto processo global, implicando todos os actores na óptica de abordagem e das respostas integradas, através de uma gestão participada e efectiva, salienta-se a abertura de concurso para o desenvolvimento de projectos-piloto de investigação-acção, dirigidos a população toxicodependente sem enquadramento sócio familiar, em conjunto com o Núcleo de Redução de Danos.

A intervenção que se pretende incrementar tem como objectivo alargar o âmbito da intervenção das estruturas de RRMD, através da aplicação de uma metodologia que enfatize a dimensão da reinserção social, com medidas de pré-profissionalização e com práticas sistemáticas de acompanhamento e de mediação.

Pretende-se, assim, testar se este modelo de intervenção produz resultados nesta população, medindo a eficácia das medidas de pré-profissionalização em grupos alvo específicos e as práticas de acompanhamento sistemático, enquanto estratégias a privilegiar num processo de reinserção.

Foram recebidas 5 candidaturas, 4 da região Norte e 1 da Região de Lisboa e Vale do Tejo, estando prevista a aprovação dos projectos para 2009.

No intuito de *promover e melhorar a articulação inter institucional* [objectivo operacional 79], destaca-se a dinâmica desenvolvida ao abrigo do **Protocolo de Articulação do Manual de Procedimentos IDT, I.P./SCML/ISS, I.P.** constituindo uma boa prática de articulação interinstitucional e comprovando que a resposta integrada, através da definição de procedimentos comuns e circuitos de comunicação, pode facilitar o trabalho institucional e melhorar a resposta dada aos utentes com necessidades no âmbito da protecção social.

Com esta dinâmica alcança-se maior eficácia na intervenção junto dos indivíduos, que recorrem aos CRI, com insuficientes recursos socioeconómicos, pois facilita-se o acesso do utente à rede de recursos e às medidas de protecção social, através de uma resposta integrada e concertada, que responda a necessidades identificadas.

Reforçou-se a parceria com o ISS, I.P., no que respeita à análise, avaliação e reformulação dos guiões normativos das respostas sociais em funcionamento, dirigidas a utentes do IDT, I.P. e começaram a ser exploradas outras respostas, nomeadamente, através da criação de um grupo de trabalho para a conceptualização de uma resposta de longa duração para uma franja de utentes do IDT, I.P., com fracas ou nenhuma capacidades de autonomização.

O ano de 2008 foi o ano de consolidação desta metodologia de articulação, em que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, com competências delegadas pelo ISS, I.P. no que respeita ao atendimento social/acompanhamento da população residente ou em situação de emergência social na cidade de Lisboa, integra em pleno a dinâmica já iniciada nos anos anteriores com os serviços de acção local do ISS, I.P.. A implementação desta metodologia, **monitorizada a nível nacional apenas para novos casos**, facilitou o atendimento integrado a cerca de **963 utentes**, de que resultaram **652 acordos** de inserção, realizados e acompanhados em conjunto pelos técnicos das entidades.

De destacar ainda, em 2008:

→ A participação activa do IDT, I.P. na elaboração da “**Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas Sem-Abrigo**”, através do envolvimento dos Núcleos de Reinserção e de Redução de Danos no Grupo Interministerial, coordenado pelo Instituto de Segurança Social, I.P. (ISS; I.P.). Este grupo interministerial integrou diferentes entidades públicas e privadas e definiu um conjunto de medidas que pretendem “*criar condições para que sejam despistadas e acompanhadas as situações de risco, prevenindo a perda de*

habitação. E para que ninguém tenha que permanecer sem alojamento condigno”. A Estratégia, com o Horizonte de 2015, implica directamente o IDT, I.P. na prossecução de objectivos no que respeita à prevenção, intervenção e acompanhamento das pessoas Sem-Abrigo.

- O desenvolvimento da conceptualização de **linhas orientadoras para a intervenção**, no âmbito da **intervenção em meio laboral**, onde foram criados mecanismos de articulação com a Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT), através da formalização de um protocolo, que constitui uma mais valia no trabalho que o IDT, I.P. pretende desenvolver junto das entidades empregadoras.
- No âmbito do **grupo de trabalho das Comunidades Terapêuticas**, passou a fazer parte da dinâmica e dos princípios orientadores para o funcionamento desta resposta, **a dimensão da reinserção social**, tendo sido esta dimensão contemplada no respectivo documento das normas orientadoras.
- Procedeu-se à construção de uma aplicação informática “**Bolsa de Empregadores**”, pretendendo-se que essa Bolsa se constitua como uma ferramenta das Equipas de Reinserção, fundamental no âmbito da Mediação Social. Esta Bolsa sistematiza a informação relativa às entidades empregadoras parceiras do IDT, I.P. na integração profissional dos utentes.

Instituto de Segurança Social, I.P.

A população toxicodependente é um dos grupos vulneráveis aos processos de exclusão, que envolve situações de grande complexidade e diversidade. A actividade desenvolvida pela Segurança Social em matéria de toxicodependência, decorre essencialmente do apoio prestado no âmbito do subsistema de acção social, que tem como objectivos fundamentais, a prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade sócio-económica, de dependência, de disfunção, exclusão ou vulnerabilidade sociais, bem como a promoção da integração na comunidade e o desenvolvimento das respectivas capacidades.

No âmbito desta problemática específica, a Segurança Social permanece essencialmente direccionada para a vertente da reinserção social, através da atribuição de apoios económicos aos indivíduos ou suas famílias, que possibilitem o processo de reinserção e da comparticipação financeira a instituições da sociedade civil para o funcionamento de *Apartamentos de Reinserção* e *Equipas de Intervenção Directa*¹¹⁰.

Aos utentes que estão integrados em unidades de tratamento convencionadas e no caso destes, ou da sua família, não poderem assegurar o diferencial entre o financiamento do Estado (80%) e os preços máximos estabelecidos pelas comunidades terapêuticas e centros de dia (20%), a Segurança Social assegura o apoio social, através do pagamento das mensalidades em instituições de tratamento e de outras despesas resultantes, como por exemplo, medicamentos.

No sentido de *favorecer a articulação entre o ISS, I.P., INH e Autarquias no sentido de promover o acesso a respostas habitacionais, segundo modelos diversificados e adequadas ao indivíduo* [acção 69.1.], destaca-se que o número de vagas em acordo de cooperação para os Apartamentos de Reinserção Social (ARS) foi de 232 e o número de utentes que os frequentaram foi 677.

Contribuindo para *promover/melhorar a articulação com as estruturas que intervêm em situações de vulnerabilidade, de modo a revitalizar a rede de suporte ao cidadão* [acção 74.2.], foram 2.709 os encaminhamentos realizados, em 2008 (1918 em 2007), para várias entidades, em articulação, nomeadamente com as estruturas do IDT, I.P..

No sentido de *promover e melhorar a articulação inter institucional* [objectivo operacional 79], no decurso do ano de 2008, deu-se continuidade ao trabalho de articulação, iniciado em 2004, com o IDT, I.P., em particular com o Núcleo de Reinserção, tendo sido desenvolvidas um conjunto de iniciativas interinstitucionais e intrainstitucionais, com vista a promover respostas integradas mais eficazes.

Destaca-se um dos instrumentos de articulação interinstitucional, o **Manual de Procedimentos de Orientações Conjuntas ISS, I.P./IDT, I.P./SCML**, contemplado no Protocolo assinado em 2007 pelas diferentes entidades, tendo-se em 2008 mantido a monitorização dos procedimentos desta metodologia, através da recepção e compilação das fichas quadrimestrais enviadas pelos Centros Distritais (CDist) do ISS, IP, bem como avaliação do processo de implementação do referido manual, através de diversas reuniões realizadas a nível central e distrital.

¹¹⁰ Decreto-Lei n.º 72/99.

Os instrumentos inerentes à metodologia possibilitam ter um diagnóstico mais global das características da população alvo e das necessidades de intervenção, desenvolvendo-se assim uma definição concertada do Projecto de Inserção e um melhor acompanhamento dos indivíduos por ambas as instituições.

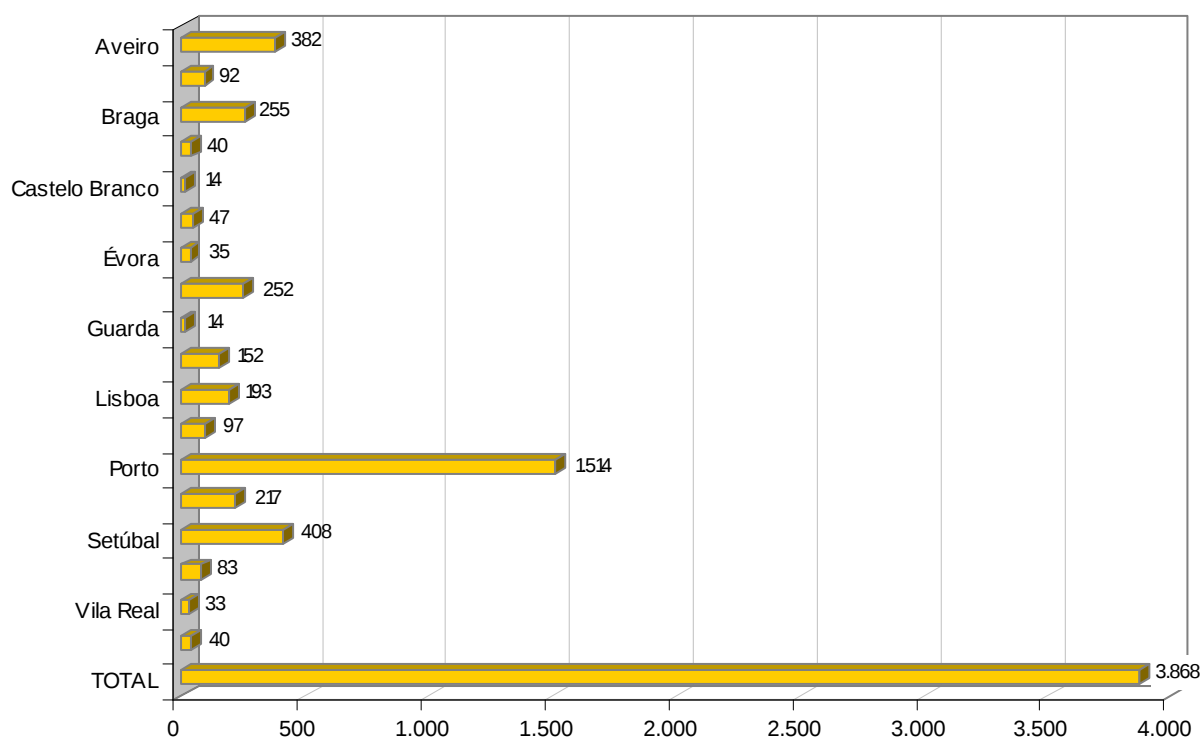
Foram realizadas, por diversos Centros Distritais, várias acções de formação, com o objectivo de implementar a metodologia de articulação interinstitucional e de qualificar a intervenção nesta área, abordando-se temas diversos, desde o desenvolvimento de programas de motivação para o emprego até formação mais específica na área das dependências.

Tendo como objectivo fazer um ponto de situação da metodologia utilizada e efectuar um levantamento das necessidades de respostas sociais nesta área, realizou-se em Dezembro, em Lisboa, um Encontro Nacional, com a presença dos interlocutores distritais para a área da toxicodependência.

Caracterização dos Beneficiários

Em 2008, foram apoiadas 3.868 pessoas¹¹¹, verificando-se um aumento comparativamente ao ano anterior.

Figura 94 - Distribuição do número total de pessoas abrangidas, por Centro Distrital do ISS, I.P. (N.º)



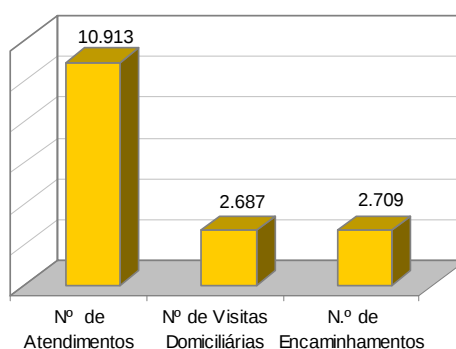
Fonte: ISS, I.P.

¹¹¹ Dados sobre a caracterização dos beneficiários referentes ao género, idade, estado civil, descendência, habilitações literárias, situação profissional, coabitação e tipo de alojamento, podem ser consultados no “Relatório Nacional de Actividades do ISS, I.P., no âmbito da toxicodependência 2008”.

Actividades desenvolvidas

A intervenção dos CDist, traduz-se em actividades, dirigidas aos beneficiários directos e às suas famílias. Os atendimentos destacam-se na globalidade da acção, correspondendo a 67%.¹¹² Em 2008, registaram-se 10 913 Atendimentos (9 228 em 2007), 2687 Visitas Domiciliárias (1603 em 2007) e 2709 Encaminhamentos (1918 em 2007).

Figura 95 - Distribuição da actividade desenvolvida (N.º)
(N=16 309)



Fonte: ISS, IP

O encaminhamento dos beneficiários para outras instituições é feito primordialmente com a área da saúde, mais especificamente com as ET/CRI do IDT, I.P., uma vez que esta população se apresenta como tendo necessidades específicas na área do tratamento. Em 2008, para as ET/CRI foram realizados 1.679 encaminhamentos, para hospitais 211, para autarquias 116, para tribunais 89 sendo para outros locais¹¹³ realizados 537 encaminhamentos.

Tipologia dos apoios prestados

A inserção social complementa-se no acesso a sistemas sociais básicos que se podem agrupar em cinco grandes domínios: social, económico, institucional, territorial e o domínio das referências simbólicas.¹¹⁴

Os profissionais da segurança social desenvolvem a sua intervenção procurando soluções nos diferentes domínios. As necessidades ao nível da saúde são traduzidas em encaminhamentos para tratamento que frequentemente representam o início do processo de inserção.

Relativamente ao tratamento, a maioria das pessoas são acompanhadas pelas ET/CRI (n = 2.254), em regime de ambulatório, tendo este valor aumentado relativamente a 2007, seguindo-se os internamentos em Comunidades Terapêuticas (n=541).

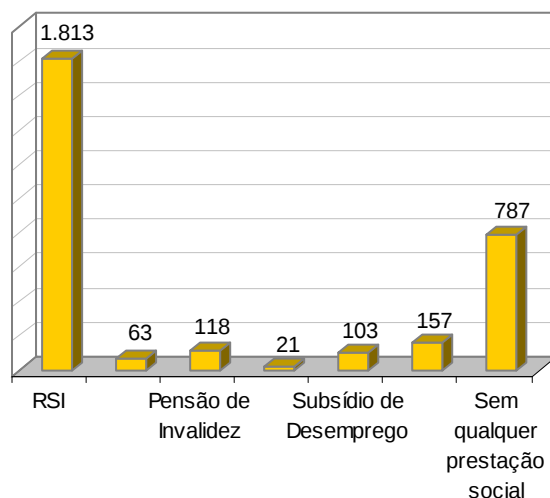
¹¹² Os Centros Distritais de Braga, Guarda e Viana do Castelo, não caracterizaram a actividade nestas dimensões.

¹¹³ Entenda-se “outros locais”, as Comunidades Terapêuticas, as Unidades de Alcoologia, os Centros de Emprego, etc.

¹¹⁴ Os Centros Distritais de Braga e Beja do ISS, I.P., não caracterizaram os apoios relativamente ao tratamento, prestações sociais e programas e inserção.

Como se pode observar na figura seguinte, a maioria das pessoas toxicodependentes apoiados pelos CDist do ISS, I.P., que usufruem de prestações sociais, são beneficiárias do Rendimento Social de Inserção (n=1.813), Salienta-se, ainda, que 26% não auferem qualquer tipo de prestação social.

Figura 96 – Prestações Sociais (N.º)
(n=3 602)



Fonte: ISS, IP

A contratualização para a inserção desenvolve-se a partir da formulação de compromissos explícitos com o objectivo de melhorar as condições do utente. É de referir que do total (3 521), 50% dos beneficiários contratualizaram ao nível do RSI e 31% ao nível da acção social.

A intervenção com esta população passa também pelo encaminhamento para respostas sociais que têm como objectivo específico a recuperação e reinserção social. Foram identificados 272 beneficiários que estão integrados nas respostas sociais específicas. A frequência da resposta da *Equipa de Intervenção Directa* representa 92% do total (272), sendo que 8% estão integrados em *Apartamento de Reinserção*. Estes valores são condicionados pelo próprio funcionamento das respostas e pela sua abrangência, em termos de capacidade.

Para além das respostas específicas, o acesso a respostas globais é também um dado pertinente, uma vez que se tratam de respostas inclusivas. Constatou-se que, do total (422), 58% das pessoas frequenta refeitórios e 18% estão integrados em comunidades de inserção.

Apoios Económicos

No ano de 2008 foram atribuídos 10 452 apoios¹¹⁵ (9 016 em 2007), o que envolveu uma verba total de 2 614 724 €.

O distrito com maior número de apoios económicos é o Porto (54%), seguido do Centro Distrital de Aveiro e Setúbal do ISS, IP, com diferenças muito significativas em relação ao Porto. Paralelamente ao número de

¹¹⁵ O Centro Distrital de Braga e Viana do Castelo não caracterizou o n.º total de apoios económicos.

apoios económicos, o Centros Distritais do Porto, absorve aproximadamente 47% (1 239 645 €), do valor da verba total dispendida a nível nacional (2 614 724 €), seguido de Setúbal (380 007 €).

No quadro 168 e figura 97 destacam-se os apoios eventuais para a comparticipação dos utentes nos pagamentos das comunidades terapêuticas¹¹⁶, uma vez que estes têm um peso significativo na verba total dispendida (29%)¹¹⁷, seguindo-se a tipologia Alojamento.

Quadro 168 - Tipologia dos Montantes dos Apoios Económicos

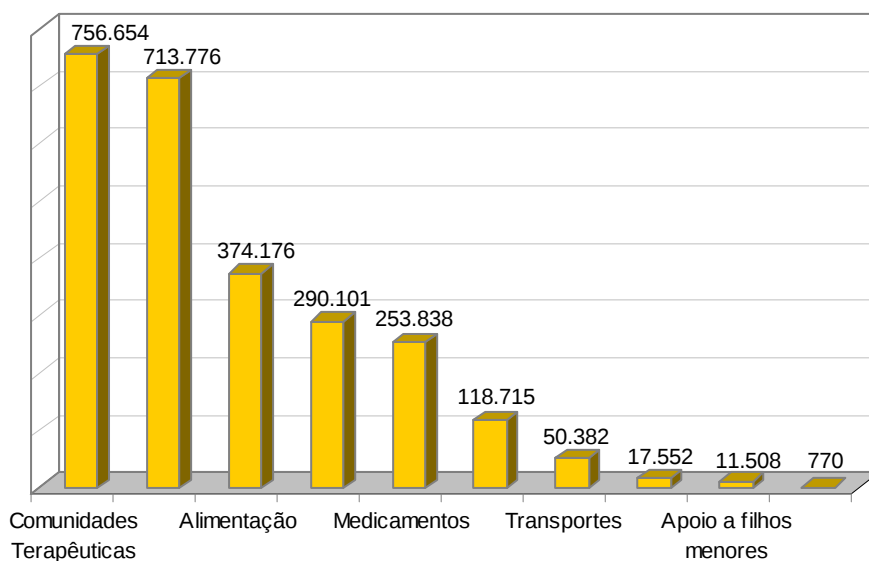
Tipologia	Montantes
Comunidade Terapêuticas	756 654 €
Alojamento	713 776 €
Alimentação	374 176 €
Outros	290 101 €
Medicamentos	253 838 €
Pagamento de Dívidas	118 715 €
Transportes	50 382 €
Ajudas Técnicas	17 552 €
Apoio a Filhos menores	11 508 €
Centros de Dia	770 €
TOTAL	2 586 703 €

Fonte: ISS, IP

Da análise da Tipologia Outros identificam-se predominantemente apoios para tratamentos de estomatologia, despesas de bolso, produtos de higiene, entre outros.

Figura 97 - Montantes por Tipologia (€)

(n=2 586 703 €)



Fonte: Centro Distrital do ISS, IP

¹¹⁶ Ao abrigo do Despacho Conjunto n.º 261/99, de 24 de Março, substituído pelo Despacho n.º 18683/2008 de 14 de Julho.

¹¹⁷ O Centro Distrital de Viana do Castelo do ISS, IP, não tipificou os montantes gastos e por essa razão o n total = 2 586 703 €.

Cooperação – Respostas Sociais

Acordos de Cooperação

Os acordos de cooperação de apoio a pessoas toxicodependentes traduzem-se nas respostas sociais *Apartamentos de Reinserção Social* e *Equipas de Intervenção Directa*¹¹⁸. Existem alguns acordos de cooperação que resultam em *respostas sociais inovadoras*, que correspondem a necessidades diagnosticadas territorialmente entre as instituições que trabalham nesta área e os CDist do ISS, IP.

De acordo com os dados fornecidos, no ano de 2008, estiveram em funcionamento, 58 acordos de manutenção, designadamente, 28 *Apartamentos de Reinserção Social*, 27 *Equipas de Intervenção Directa* e 3 *Respostas Inovadoras*. Durante este ano não foram realizados novos acordos de cooperação.

O **Apartamento de Reinserção Social** é uma Resposta Social, desenvolvida em equipamento, que consiste em acolher, temporariamente, pessoas que efectuaram tratamento, que se confrontem com problemas de reinserção social, familiar, escolar ou profissional. Os destinatários desta resposta social devem ser pessoas em processo de inserção, desprovidas de enquadramento familiar e habitacional e cujo Plano Individual de Inserção preveja a inserção laboral, durante o tempo de permanência no equipamento. Esta resposta social está distribuída por 12 distritos, sendo que a maior incidência é em Lisboa e Santarém, com um total de 6. A nível nacional, estão em funcionamento 28 Apartamentos de Reinserção Social, o que representa uma capacidade para 232 utentes no total dos acordos. O número de apartamentos tem se mantido ao longo do tempo.

As **Equipas de Intervenção Directa** são uma resposta junto da comunidade que intervêm junto da população toxicodependente e seu familiares. É uma abordagem directa, normalmente realizada na rua, que procura sensibilizar e envolver as famílias no processo de encaminhamento e motivação para o tratamento. Esta resposta social está distribuída por 11 distritos, sendo que a maior incidência é em Faro com um total de 5 acordos, seguindo-se Coimbra (n=4), Lisboa e Porto (n=3). A nível nacional, estão em funcionamento 27 Equipas e tendo em conta que o número de utentes por acordo é flexível, abrange um grande número de pessoas (n=2 428). O número de equipas tem se mantido ao longo do tempo.

As **Respostas Inovadoras** são respostas sociais que correspondem a necessidades identificadas, mas não tipificadas. A nível nacional existem 3 respostas, em Aveiro, Porto, e Viana do Castelo. Salienta-se que cessaram acordo 6 respostas inovadoras no Distrito do Porto.

Execução Financeira

Em termos de execução financeira nesta área, no ano de 2008, de acordo com os dados fornecidos pelos Centros Distritais o total de verba dispendido nas *respostas sociais* da área da toxicodependência foi de 2.617.190,80 €.

O encargo anual total distribui-se da seguinte forma: *Apartamentos de Reinserção Social*, 997 295,24 €; *Equipas de Intervenção Directa*, 1 413 407,84 € e *Respostas Inovadoras*, 206 487,72 €.

¹¹⁸ Tal como expresso no Dec-Lei 72/99 de 15 de Março que regula o sistema de apoio ao tratamento e reinserção social de toxicodependentes.

O montante executado, quer relativo a Acordos de Cooperação com IPSS, quer relativo a Apoios Sociais, em 2008, foi de 5 232 915 €.

Apoio/Acompanhamento Técnico às Instituições

O apoio técnico às instituições que desenvolvem respostas sociais nesta área, concretiza-se em diversas acções, que têm como objectivo, acompanhar o desenvolvimento das actividades programadas, decorrentes dos acordos de cooperação. Nesse sentido, em 2008 decorreram 20 visitas a instituições que têm como resposta *Apartamento de Reinserção Social e Equipa de Intervenção Directa* que, na sua maioria, procuraram garantir os aspectos técnicos ligados ao funcionamento do equipamento, ao serviço abrangido pelo acordo e à verificação da adequação dos recursos humanos.

Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P.

No que respeita à problemática da toxicodependência a intervenção do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP, I.P.) situa-se maioritariamente no domínio da Reinserção Social, tendo como objectivo a reintegração social e profissional de pessoas com problemas de toxicodependência recuperados, ou em recuperação, através da promoção da sua participação em iniciativas de formação profissional e de emprego.

Na sua actuação, através dos seus Serviços Regionais e Locais, este Instituto procura promover, na medida do possível, o acesso deste grupo de pessoas aos programas de formação e emprego, destinados à população em geral, por forma a fomentar uma maior e melhor reinserção. De entre os programas gerais de emprego e formação com fortes potencialidades para integrar pessoa com problemas de toxicodependência, merecem particular destaque:

- As **Empresas de Inserção**¹¹⁹, que visam promover competências pessoais, sociais e profissionais adequadas ao exercício de uma actividade profissional, que facilite a reinserção sócio-profissional de pessoas desempregadas, contrariando a pobreza e a exclusão social em que se encontram e estimulando em simultâneo o desenvolvimento sócio-local para satisfação de necessidades sociais.
- Os **Programas Ocupacionais**¹²⁰, que tem por objectivo proporcionar aos desempregados uma ocupação socialmente útil, enquanto não lhes surgirem alternativas de trabalho ou de formação profissional, mantendo-os em contacto com outros trabalhadores e outras actividades, prevenindo assim o seu isolamento social e a tendência para a desmotivação e afastamento do mercado de trabalho.
- Os **Cursos de Educação e Formação de Adultos**¹²¹, destinados a cidadãos com idade igual ou superior a 18 anos, não qualificados ou sem qualificação adequada para efeitos de inserção no mercado de trabalho e que não tenham concluído a escolaridade básica de quatro, seis ou nove anos. Têm prioridade de acesso os empregados activos ou desempregados, inscritos nos Centros de Emprego, nomeadamente os beneficiários do RSI.
- Os **Cursos de Educação e Formação para Jovens**¹²², que visam a aquisição de competências escolares, académicas, técnicas, sociais e relacionais, correspondentes a uma qualificação profissional de nível 1, 2 ou 3, associada à equivalência ao 6.º, 9.º ou 12.º ano de escolaridade, respectivamente.

No entanto, a identificação dos abrangidos no âmbito destas medidas gerais, não é possível, já que o registo informático interno ao IEFP, I.P. não permite registar quaisquer dados indutores de discriminação.

¹¹⁹ Medida criada ao abrigo da Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/96, de 9 de Julho, no âmbito do Mercado Social de Emprego, e definida pela Portaria 348-A/98, de 18 de Junho.

¹²⁰ Criados pela Portaria n.º 192/96, de 30 de Maio.

¹²¹ Despacho Conjunto n.º 1083/2000, de 20 de Novembro de 2000.

¹²² Despacho conjunto n.º 453/2004, de 27 de Julho de 2004.

O encaminhamento para medidas gerais é conjugado, sempre que necessário, com um atendimento/procedimento adequado às necessidades e especificidades destas pessoas, nomeadamente através das medidas específicas do **Programa Vida-Emprego (PVE)**¹²³ criado para este grupo alvo.

Não obstante o reconhecimento da pertinência do encaminhamento para os programas e medidas gerais, o encaminhamento para as medidas específicas do PVE acontece regularmente.

O PVE dirige-se especificamente a pessoas com problemas de toxicod dependência, em idade activa, que se encontrem ou tenham terminado processos de tratamento, quer em comunidade terapêutica, quer em regime ambulatorio, incluindo os toxicod dependentes em processo de tratamento, no quadro do sistema prisional, devidamente enquadrados pela entidade de tratamento ou estabelecimento prisional.

O PVE tem assim por objectivo, potenciar a reinserção social e profissional de pessoas com problemas de toxicod dependência, como parte integrante e fundamental do seu processo de tratamento, designadamente, através do recurso a 5 medidas específicas: *mediação para a formação e o emprego, estágio de integração sócio-profissional, prémio de integração sócio-profissional, apoios ao emprego e apoios ao auto-emprego*.

Durante o ano de 2008, estiveram afectos ao Programa 54 mediadores para a formação e para o emprego, sendo que este foi um ano de transição da função mediação das Agências Regionais do Programa para os serviços locais do IDT, I.P..

Execução financeira

No que respeita à execução financeira, explicitada no quadro abaixo, em 2008, o PVE no seu total, representou para o IEFP, I.P. um esforço financeiro de **4 774 448,84 €**, sendo que 449 097,90 €, foram relativos a custos de estrutura e 4 325 350,94 €, a custos directos com as medidas específicas. Destas, os *apoios ao emprego* destacam-se como a medida de maior execução orçamental, logo seguida pela medida *estágios*.

Quadro 169 - Execução Financeira

Medidas	Execução
Mediação	663 199,46
Estágio	1.372 040,47
Apoios ao Emprego	2 018 987,63
Prémio de Integração	263 790,00
Apoio ao Auto Emprego	7 333,38
<i>Sub-Total Medidas</i>	4 325 350,94
Funcionamento	5 590,12
Despesas com Pessoal	443 507,78
Formação de Agentes	0
<i>Sub-Total Funcionamento</i>	449 097,90
Total	4 774 448,84

Fonte: IEFP, I.P.

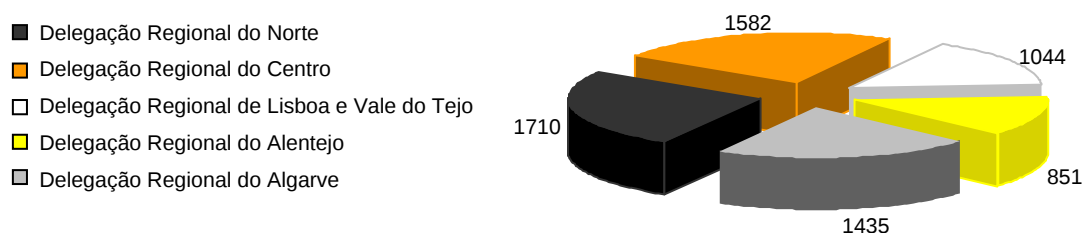
¹²³ Resolução do Conselho de Ministros nº 136/98 de 4 de Dezembro.

De destacar também o programa **PASITForm**, que se insere numa óptica de respostas integradas e numa perspectiva de intervenção em rede, promovendo a articulação entre o IDT, I.P. e o IEFP, I.P., no âmbito da formação profissional, numa linha de prevenção dos consumos, da desinserção e das recaídas, tendo por finalidade desenvolver um conjunto de actividades, que promovam a sensibilização e prevenção dos consumos de substâncias psicoactivas, junto dos públicos dos Centros de Formação Profissional de Gestão Directa do IEFP, I.P., designadamente do público jovem e, ainda, a promoção da articulação entre os serviços dos dois Institutos, desenvolvendo uma metodologia de divulgação, informação, encaminhamento e acompanhamento de utentes inseridos ou a inserir em cursos de formação profissional.

Este programa pretende, na área da reinserção, facilitar o acesso à formação profissional dos toxicodependentes em tratamento, prevendo-se, na vertente da prevenção, a intervenção em contextos considerados prioritários, como é o caso do meio escolar e profissional, constatando-se que, em 2008, os resultados alcançados constituíram uma mais valia, especialmente nesta área preventiva.

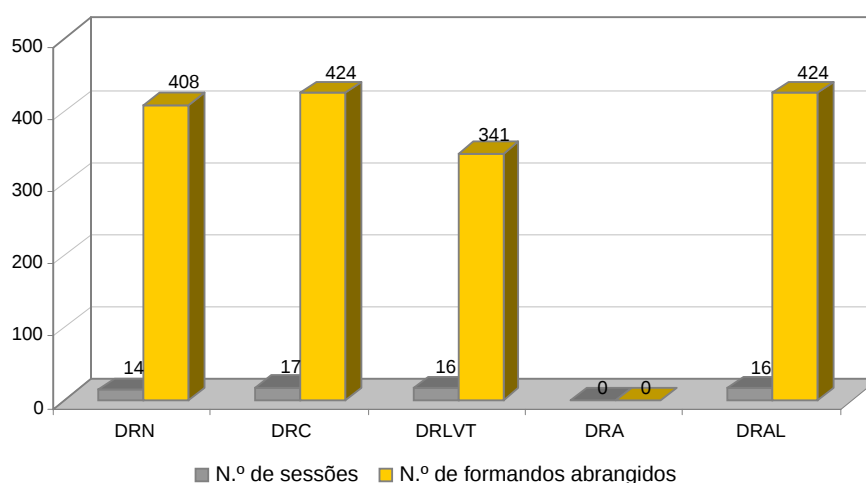
Tendo em vista as metas e os objectivos propostos para o ano de 2008, os resultados das actividades desenvolvidas partiram da **monitorização dos indicadores de acompanhamento** definidos para cada projecto e respectivas actividades, tendo sido alcançados os seguintes resultados:

Figura 98 - Número de indivíduos abrangidos pelas acções, por região



Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P. / IEFP, I.P.

Figura 99 - Número de sessões e de formandos abrangidos pelas sessões de sensibilização, por região



Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I.P. / IEFP, I.P.

As actividades foram divididas em **5 grandes grupos**, designadamente:

- **Encontros Técnicos**, enquanto momento sistematizador das intervenções, de organização local e regional;
- **Formação em Programas e Medidas de Formação**, destinada a técnicos do IDT, I.P. sobre respostas do IEFP, I.P. no âmbito dos seus “Programas e Medidas de Formação Profissional”;
- **Comemoração do Dia Internacional Contra o Tráfico e Consumo de Substâncias Ilícitas**, Dia “D”, evento que, em muitos casos resultou na confluência de diferentes actividades de carácter preventivo e que foram iniciadas alguns meses antes do dia 26 Junho;
- **Formação de Formadores** no âmbito da Problemática das Toxicodependências, que visou promover um conjunto de acções de formação, no âmbito da problemática das toxicodependências, destinadas a formadores e técnicos dos Centros de Formação Profissional do IEFP, I.P.;
- **Acção de Formação de Pares**, em que se pretendeu desenvolver competências psicossociais nos formandos, de modo a que pudessem contribuir para a informação e sensibilização, no âmbito das toxicodependências aos seus pares.

Direcção Geral de Reinserção Social

A intervenção da Direcção Geral de Reinserção Social (DGRS), transversalmente à sua actuação e através das suas Equipas de Reinserção Social e Centros Educativos, apesar de não se encontrar direccionada apenas para tratar de questões sobre a temática das drogas e das toxicodependência, procura adequar as respostas também no domínio da saúde.

Assim, esta questão tem sido uma preocupação permanente, no âmbito da intervenção diária, quer na articulação diária com as instituições de saúde, procurando resposta de tratamentos ambulatoriais, quer, nos Centros Educativos, onde muitos jovens se encontram a cumprir por decisão judicial medidas tutelares educativas, abordando-se esta temática, no âmbito das competências pessoais e sociais, estando também presentes nos Programas Escolares.

No âmbito da intervenção na crise, também nos Centros Educativos, se procede à avaliação de situações casuisticamente, procedendo-se ao encaminhamento de educandos, numa vertente de tratamento, para consultas da especialidade, designadamente para as estruturas do IDT, I.P., as ETs, Centros de Saúde e Hospitais.

Destaca-se em 2008, a realização do Seminário “Absentismo escolar e indisciplina na sala de aula – instrumentos de prevenção e Intervenção”, organizado pelo Tribunal de família e menores do Barreiro, da Equipa de reinserção Social de Setúbal 2 e da CPCJ do Barreiro, bem como o Seminário “Reinserção Social – diagnóstico, apoio e vigilância de delinquentes”, no âmbito das comemorações dos 25 anos dos Serviços de Reinserção Social.

Organizado pela DGRS, *Asociación Meridianos* e o ISCSP, realizou-se também um Seminário Internacional com o objectivo de contribuir para a qualificação técnica de todos os agentes que trabalham com jovens em conflito com a lei e a quem foram aplicadas medidas tutelares educativas, particularmente a medida tutelar educativa de internamento.

Destaca-se, ainda, o Acordo de Cooperação entre a Fundação Portuguesa, A Comunidade Contra a Sida e a DGRS, que visou formalizar o funcionamento do Programa Nacional de Educação pelos Pares, no âmbito da promoção e educação para a saúde, nos Centros Educativos.

Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar¹²⁴

No âmbito do Programa para a Prevenção e Combate à Droga e ao Alcoolismo nas Forças Armadas (PPCDAFA)¹²⁵, a reinserção constitui-se pelo conjunto de acções integradas que visam a reintegração socio-laboral do militar, bem como a prevenção da recaída.

Estas acções são organizadas e estruturadas pelo comando da Unidade, com a colaboração do seu NAC, de forma a dar continuidade ao trabalho de recuperação iniciado com a desintoxicação e o internamento. Inclui o apoio familiar e social, a reintegração profissional e o controlo toxico-analítico regular, mantendo-se a afiliação em grupos de ajuda mútua (AA e NA).

No meio laboral militar envolvem-se, assim, todos os elementos úteis à recuperação do indivíduo: hierarquia de comando, oficial de segurança, operador de prevenção, médico, capelão, serviço de acção social e responsável pela educação física, que reforçarão a manutenção da abstinência e a mudança para um estilo de vida livre de drogas e álcool.

¹²⁴ O encargo financeiro decorrente do PPCDAFA, por eixos de intervenção, bem como a evolução do investimento do mesmo, pode ser consultado no capítulo Dissuasão da Toxicodependência.

¹²⁵ O PPCDAFA insere-se num programa global da DGPRM que abarca diferentes áreas de missão e transversais. Por razões de estrutura deste relatório aparece plasmado em diferentes capítulos.

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P.

No sentido de *melhorar as condições habitacionais de acordo com as necessidades do indivíduo* [objectivo operacional 69], e *favorecer a articulação entre o ISS, I.P. o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P. (IHRU, I.P.) e Autarquias no sentido de promover o acesso a respostas habitacionais, segundo modelos diversificados e adequados ao individuo* [acção 69.1.], a intervenção do IHRU, I.P., sempre em articulação com o IDT, I.P., ISS, I.P. e Autarquias, não possuiu uma política específica direccionada para respostas habitacionais, no domínio da reinserção na problemática da toxicodependência, nem de dados estatísticos que permitam caracterizar o grau de realização das acções.

No entanto, assinala-se que algumas iniciativas do IHRU, I.P., designadamente as Operações de Qualificação e Reinserção Urbana, constituem soluções integradas, que respondem aos problemas colocados pela droga e toxicodependência, referindo-se, neste contexto, as intervenções nos designados “Bairros Críticos”.

Redução da Oferta¹²⁶

Resultado a atingir

Reduzir de forma significativa a prevalência do consumo de drogas entre a população, bem como os prejuízos a nível social e para a saúde causados pelo consumo e pelo comércio de drogas ilegais e assegurar, tendo em consideração as conquistas e valores em termos de direitos e liberdades fundamentais, um elevado nível de segurança para o público em geral, tomando medidas contra a produção e o tráfico de drogas e o desvio de precursores (incluindo o transfronteiriço) e intensificando as medidas de prevenção contra a criminalidade relacionada com a droga através da cooperação eficaz, firmada numa abordagem conjunta, com as forças de outros Estados.

Objectivo

80. Aumentar e desenvolver a cooperação entre os Estados-Membros, EUROPOL, Eurojust, países terceiros e organizações internacionais contra a produção e tráfico organizado de droga a nível internacional

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
80.1. Intensificar o desenvolvimento de projectos operacionais e acções conjuntas, de prevenção, fiscalização e investigação criminal, em matéria de tráfico internacional de estupefacientes, com todos os Estados-Membros, em particular com Espanha, bem como com países terceiros, designadamente os PALOP, Brasil e Venezuela	2006-2008	DGAIEC, GNR, PJ, PSP, SEF	N.º de projectos / N.º de acções conjuntas; N.º de acções conjuntas / N.º de países envolvidos.	PJ – Participação em vários projectos de intercâmbio de informação em matéria de tráfico internacional de estupefacientes com outros Estados Membros da UE e com a EUROPOL, tendo-se registado em 2008, à semelhança dos últimos anos, um incremento na cooperação e troca de informação com países terceiros, designadamente com os PALOP, Brasil e Venezuela. Possui Oficiais de Ligação em permanência na Venezuela, e nos organismos EUROPOL e MAOC-N, assim como funcionários de investigação criminal, destacados com a missão de procederem assessoria às direcções de Polícia Judiciária, de Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe. DGAIEC – Desenvolvido um Projecto/Operação Aduaneira conjunta, com a cooperação da EUROPOL; No âmbito de um programa ministerial de apoio aos PALOP, organizadas 6 acções de formação em Angola, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe (9 formadores e 78 formandos), tendo em vista o reforço das capacidades de controlo da fronteira externa das respectivas alfandegas e onde é indissociável a luta contra o tráfico ilícito de estupefacientes; No âmbito de um projecto da UNODC, foi dado apoio às autoridades de Cabo Verde na constituição de equipas mistas

¹²⁶ Informação estatística mais detalhada, ver *Parte A – Caracterização e Evolução da Situação*, capítulo Apreensões Policiais, deste Volume.

Objectivo

80. Aumentar e desenvolver a cooperação entre os Estados-Membros, EUROPOL, Eurojust, países terceiros e organizações internacionais contra a produção e tráfico organizado de droga a nível internacional

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
				de controlos na fronteira, realizando-se 2 acções de formação; Aquisição, por parte das Alfandegas portuguesas de 1000 kits para detecção de estupefacientes e oferta deste às alfandegas de Cabo Verde.
80.2. Aumentar a cooperação com todos os Estados-Membros e países terceiros, com a EUROPOL e outras organizações internacionais, em projectos comuns de partilha e gestão de informação, a nível estratégico, e a nível operacional, valorizando o papel e a participação das autoridades portuguesas no contexto da cooperação internacional na luta contra o tráfico de estupefacientes	2006-2008	PJ	N.º de acções conjuntas / N.º de países envolvidos; N.º de projectos / N.º de acções conjuntas.	PJ – Participação em vários ficheiros de análise da EUROPOL na área do tráfico de estupefacientes e em diversos projectos de intercâmbio de informação, sendo regularmente enviada para a EUROPOL, informação relativa a investigações em curso em Portugal; Participação activa em diversos projectos, com países da África Ocidental, em particular com os países de expressão portuguesa mas também com o Senegal; Participação no MAOC-N ¹²⁷ , com o estatuto de observadores; Participação em várias reuniões de coordenação no âmbito do EUROJUST.
80.3. Reforçar e intensificar a actividade de vigilância, controlo e fiscalização da fronteira externa da UE: Implementar o Sistema de Vigilância e Controlo da Costa (SIVICC) em substituição do sistema LAOS	2006-2008	GNR	Data de implementação.	GNR – Desenvolvimento do processo de substituição do LAOS, pelo SIVICC.
80.4. Reforçar e intensificar a actividade de vigilância, controlo e fiscalização da fronteira externa da UE: Ultime a informatização do Sistema de Declarações Sumárias do Sistema de Processamento de Declarações Aduaneiras de exportação e do Sistema Automático de Selecção de forma a permitir um melhor controlo do mercadorias e meios de transporte na fronteira externa da EU	2006-2008	DGAIEC	Data de implementação.	DGAIEC – Implementação do Sistema a 1 de Janeiro de 2008.
80.5. Reforçar e intensificar a actividade de vigilância, controlo e fiscalização da fronteira externa da UE: Desenvolver e intensificar a cooperação e articulação entre as entidades responsáveis pelo controlo e pela investigação criminal do tráfico de estupefacientes,	2006-2008	PJ	N.º de entregas controladas / N.º de suspeitos interceptados.	PJ – Contabilizadas 25 entregas controladas, sendo que 15 tiveram por destino Espanha, 7 África do Sul, 1 Moçambique, 1 Cabo Verde e 1 Portugal.

¹²⁷ O MAOC-N é um organismo internacional que congrega sete Estados Membros num esforço acrescido de combate ao tráfico de estupefacientes por via marítima. Este centro, que entrou em funcionamento em 2007, conta também com o apoio da EUROPOL e dos EUA.

Objectivo

80. Aumentar e desenvolver a cooperação entre os Estados-Membros, EUROPOL, Eurojust, países terceiros e organizações internacionais contra a produção e tráfico organizado de droga a nível internacional

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
aumentando o número de entregas controladas que possam contribuir para o desmembramento das redes criminosas transnacionais				

Objectivo

81. Reduzir a produção e oferta de heroína, cocaína e *cannabis*

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
81.1. Reforçar e consolidar a centralização da informação, relativa à produção e tráfico de estupefacientes, no Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC) que deverá evoluir para a versão SIIC Global	2006-2008	DGAIEC, GNR, PJ, PSP, SEF	Relatórios de Avaliação.	PJ – Centralizada toda a informação, respeitante à produção e tráfico de estupefacientes (de acordo com Dec.-Lei 81/95 de 22 de Abril), sendo analisada e inserida no Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC).
81.2. Reforçar o funcionamento, no seio das Unidades de Coordenação e Intervenção Conjunta (UCIC) dos mecanismos de racionalização e coordenação da actividade desenvolvida por todas as entidades com intervenção na luta contra o tráfico de estupefacientes, e do exercício das respectivas atribuições e competências fixadas pelo DL 81/95 de 22 de Abril	2006-2008	PJ	Relatório anual TCD.	PJ – Elaborado o Relatório Anual TCD, bem com um relatório de âmbito semestral e um de âmbito anual, respeitante à geo-referenciação dos resultados obtidos por cada organismo, em particular PJ, GNR e PSP; Mantida a racionalização e coordenação da actividade desenvolvida pelas várias entidades com intervenção na luta contra o tráfico de estupefacientes, através do reforço da centralização da informação e da actividade desenvolvida, no âmbito das Unidades de Coordenação e Intervenção Conjunta (UCIC's).
81.4. Intensificar o desenvolvimento de projectos multidisciplinares, de actuação complementar e coordenada e de partilha de informação na fiscalização e na investigação criminal do tráfico de estupefacientes por via marítima e por via aérea	2006-2008	DGAIEC, GNR, PJ, SEF	N.º de acções; N.º de projectos desenvolvidos.	PJ/GNR/PSP/DGAIEC – Diversas acções de recolha de informação, com especial incidência na expressividade do fenómeno na via marítima e aérea.
81.5. Reforçar a capacidade de análise de informação a nível operacional e estratégico e de produção de conhecimento que permita uma permanente caracterização e avaliação das tendências e padrões evolutivos dos fenómenos criminais subjacentes	2006-2008	DGAIEC, GNR, PJ, PSP, SEF	N.º de relatórios elaborados.	PJ – Elaboração de forma regular, por parte da Secção Central de Informação Criminal da UNCTE, de relatórios operacionais sobre as actividades ilícitas de indivíduos e organizações criminosas; Elaboração de relatórios de carácter estratégico, sobre vertentes específicas do fenómeno do tráfico de estupefacientes ou de determinadas drogas, bem como relatórios de informação estatística.

Objectivo**81. Reduzir a produção e oferta de heroína, cocaína e *cannabis***

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
81.6. Recorrer de forma sistemática às novas técnicas de investigação criminal e meios de obtenção de prova, na luta contra as formas mais complexas de tráfico de estupefacientes e de crime organizado a este associadas	2006-2008	PJ	N.º de novas técnicas; N.º de novos meios de prova utilizados.	PJ – Sempre que considerado adequado, recorreu-se às novas técnicas de investigação criminal e de recolha da prova, nomeadamente através de acções encobertas e de entregas controladas.

Objectivo**82. Reduzir a produção e oferta de drogas sintéticas**

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
82.1. Reforçar a prevenção e investigação da produção e tráfico ilícito de drogas de síntese, designadamente através do desenvolvimento de projectos conjuntos e complementares que permitam um melhor conhecimento desta realidade criminal	2006-2008	DGAIEC, GNR, PJ, PSP, SEF	Relatório Anual de TCD's; N.º de projectos conjuntos e complementares desenvolvidos.	PJ – Iniciou e concluiu diversas investigações, sobre grupos dedicados ao tráfico de drogas sintéticas.
82.2. Intensificar o desenvolvimento de operações regulares especificamente destinadas à prevenção e repressão do tráfico ilícito de drogas sintéticas em espaços nocturnos	2006-2008	GNR, PJ, PSP	N.º de operações regulares realizadas.	PJ – Desenvolvimento de algumas operações de recolha de informação criminal e de intervenção em determinados espaços onde se desenvolve o fenómeno do tráfico de drogas sintéticas.
82.4. Desenvolver operações e exercícios de recolha de informação e a fim de prevenir e combater a produção e tráfico de drogas sintéticas	2006-2008	DGAIEC, GNR, PJ, PSP	N.º de operações; N.º de exercícios realizados.	PJ – Recolha de informação criminal susceptível de alimentar outras investigações e de consolidar outros processos, assim como, aumentar o conhecimento sobre a realidade do tráfico de drogas sintéticas.

Objectivo

83. Combater a actividade criminosa séria na área do desvio e contrabando de precursores químicos aumentando a cooperação entre os Estados-Membros ao nível dos serviços de aplicação da lei e, sempre que se revele apropriado, com a EUROPOL, o Eurojust, países terceiros e organizações internacionais, bem como prevenir o desvio de precursores especialmente precursores de drogas sintéticas importados para a UE

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
83.2. Implementar mecanismos de ligação e reporte entre as entidades de controlo e regulação administrativa, o	2006-2008	ASAE, DGAIEC, PJ	N.º de contactos estabelecidos; Relatórios de avaliação.	PJ – Estreita articulação com a Alfândega.

Objectivo

83. Combater a actividade criminosa séria na área do desvio e contrabando de precursores químicos aumentando a cooperação entre os Estados-Membros ao nível dos serviços de aplicação da lei e, sempre que se revele apropriado, com a EUROPOL, o Eurojust, países terceiros e organizações internacionais, bem como prevenir o desvio de precursores especialmente precursores de drogas sintéticas importados para a UE

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
comércio e a indústria e a Polícia Judiciária, em matéria de produção, importação, exportação de precursores				
83.3. Intensificar o controlo e a fiscalização do comércio de precursores, a desenvolver pelas alfândegas, nomeadamente através do desenvolvimento e participação em actividades de cooperação e intercâmbio com outros países da UE e países terceiros ao nível do controlo da importação, trânsito e exportação	2006-2008	DGAIEC	N.º de acções realizadas; Relatórios de avaliação.	DGAIEC – Organização de um Seminário sobre <i>Controlo de Precursores de Droga</i> ; 1 Projecto/operação aduaneira conjunta com a cooperação da EUROPOL.

Objectivo

84. Identificar branqueamento de capitais e apreensão de activos acumulados relativos a crimes associados à droga

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
84.1. Implementar e desenvolver mecanismos e suportes operacionais que permitam investigar no plano financeiro e patrimonial as organizações criminosas e as estruturas económicas a elas associadas, maximizando a apreensão e o confisco de bens e valores gerados pelo tráfico de estupefacientes	2006-2008	PJ, DGAIEC	N.º de mecanismos ou suportes implementados.	PJ – Em regra, as investigações por tráfico de estupefacientes são sempre complementadas por investigações ao património dos visados, a fim de se maximizar a apreensão dos bens gerados pelo tráfico. DGAIEC – Consolidado o Sistema de Base de dados, para controlo, centralização, recolha, registo e tratamento das informações recebidas sobre o movimento transfronteiriço do dinheiro líquido que entra e sai da comunidade através do território nacional (decorrente da entrada em vigor a 16.06.07 do Dec.-Lei 61/2007, de 14 de Março, dando execução ao disposto no Regulamento (CE) n.º 1889/2005 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Outubro).
84.3. Desenvolver e intensificar a cooperação entre as unidades operacionais e a Unidade de Informação Financeira da Polícia Judiciária, na troca de informação financeira e patrimonial relativa ao tráfico de estupefacientes e desta com as suas congéneres estrangeiras através da FIU-Net	2006-2008	PJ	Relatório de avaliação.	PJ – Desenvolvidas várias acções tendentes a intensificar a cooperação entre as unidades operacionais da UNCTE e a UIF, tendo esta unidade satisfeito todas as solicitações relativas a informação financeira e patrimonial, apresentadas pelos serviços operacionais, designadamente pelo Núcleo de Investigação de Branqueamento de Capitais da UNCTE.

Objectivo**85.** Explorar ligações possíveis entre a produção e o tráfico de droga e o financiamento do terrorismo

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
85.1. Implementar e desenvolver mecanismos de análise que permitam identificar ligações possíveis entre produção e tráfico de droga e financiamento de terrorismo	2006-2008	DGAIEC, GNR, PJ, PSP, SEF, SIS, SIED	N.º de mecanismos implementados; Relatórios de avaliação.	SIS – Recolha, tratamento e avaliação de informação; Detecção de possíveis ligações entre o tráfico de estupefacientes e o financiamento do terrorismo, identificação do estabelecimento de sinergias entre estruturas criminosas e organizações terroristas e, ainda, avaliação permanente da relação entre tráfico de estupefacientes e financiamento do terrorismo.
85.2. Criar mecanismos de ligação e intercâmbio de informações entre a UCIC Nacional e a UCAT, neste domínio	2006-2008	AM, DGAIEC, GNR, PJ, PSP, SEF	N.º de informações partilhadas; N.º de mecanismos criados; Relatórios de avaliação.	PJ – Sempre que se justifique a UCIC Nacional e a UCAT procedem ao estabelecimento da cooperação necessária, até porque parte das entidades que figuram na UCIC Nacional constam também na UCAT. AM – Partilha de duas informações específicas que originaram a convocação de uma reunião do Centro Coordenador de Protecção do Porto de Lisboa; Frequente recepção de alertas via UCAT e comunicação directa com UCAT via e-mail; Permanência de um oficial superior no UCAT; Participação permanente de um oficial superior no MAOC; Permanência no COMAR de um oficial da polícia marítima de forma a agilizar a intervenção no espaço de jurisdição com todas as entidades com poderes de autoridade marítima; Manutenção do protocolo entre a Direcção-Geral da Autoridade Marítima e a PJ–UNCTE.

Objectivo**86.** Aumentar o trabalho de prevenção na área do consumo, do pequeno tráfico – consumo e da criminalidade associada à droga

Acção	Calendário	Entidade Responsável	Instrumento de avaliação/ Indicador	Execução em 2008
86.2. Reforçar a prevenção do tráfico de distribuição directa a consumidores, do tráfico-consumo, do pequeno tráfico-consumo localizado e da criminalidade a estes associada, através da intensificação de políticas comunitárias de policiamento de proximidade, de policiamento orientado para o problema, do aumento de visibilidade das polícias e de racionalização dos respectivos dispositivos	2006-2008	GNR, PSP	N.º de acções desenvolvidas Relatórios de avaliação Relatório final TCD.	GNR – Patrulhamento, visando a prevenção do consumo/tráfico de droga, em locais identificados e também junto de escolas.

Polícia Judiciária

Caracterização, evolução e tendências do fenómeno do tráfico ilícito de estupefacientes

A luta contra o tráfico de estupefacientes continua a ser um objectivo prioritário na generalidade dos Estados, em matéria de segurança e de justiça.

Apesar de todos os esforços levados a efeito, designadamente pelos Estados e pela comunidade internacional, ainda não foi possível reduzir drasticamente as quantidades de drogas produzidas e traficadas. De qualquer forma e de acordo com o *World Drugs Report 2009* (WDR2009) do UNODC¹²⁷, recentemente publicado, parece manter-se a tendência de longo prazo para a estabilização e até contenção do problema das drogas, reflectida nos recentes sinais, designadamente no que respeita à diminuição da produção estimada de ópio no Afeganistão e da produção estimada de cocaína na Colômbia no decurso do ano de 2008.

No que diz respeito às zonas onde as drogas são produzidas, no ano de 2008, não se registou qualquer alteração digna de maior relevo, continuando a ser produzidas basicamente nos mesmos países que o eram em anos anteriores, embora, no que concerne à produção dos estimulantes tipo anfetamínico, se tenha observado uma maior diversidade geográfica.

Posicionando-se Portugal Continental no extremo ocidental da Europa, com fronteiras marítimas a sul com África e a oeste com a América, constitui uma importante porta de entrada para a introdução, em espaço europeu, de elevadas quantidades de haxixe, provenientes do Norte de África, e de cocaína, provenientes de África e da América Latina. Para além do seu posicionamento estratégico, Portugal possui especiais laços com alguns países da América Latina e de África, o que facilita o processo de tráfico de drogas, em especial o de cocaína.

Assim, em razão do posicionamento geográfico que Portugal ocupa no velho continente por relação à origem da cocaína e do haxixe, tal constitui-se num factor que as organizações criminosas procuram instrumentalizar para conseguirem chegar aos apetecíveis mercados europeus e levar a cabo as suas actividades ilícitas. No que concerne ao tráfico de haxixe, verificou-se, em 2008, sucessivas tentativas na utilização do território nacional, em especial a zona sul, para introdução deste tipo de drogas, em elevadas quantidades e especialmente por via marítima, oriundas de Marrocos.

No que respeita à cocaína, embora de forma muito menos pronunciada que no ano anterior, em 2008, continua a ser evidente, a contínua utilização do território nacional, por parte de organizações criminosas, de dimensão transnacional, para a introdução de grandes quantidades de cocaína no espaço europeu, droga essa que normalmente é transportada até ao nosso país por via marítima, em diversos tipos de embarcações e, cada vez com maior frequência, em contentores, seguindo depois, através de diversos meios de transporte para diferentes países europeus, situação que continua a aconselhar o reforço das vertentes da fiscalização e da prevenção, em estreita articulação e coordenação com a investigação criminal.

¹²⁷ UNODC - *United Nations Office on Drugs and Crime*.

No ano de 2008 continuou a assistir-se a um incremento na utilização da via aérea para a introdução de quantidades significativas de cocaína na UE, reflectida através do envio de correios, que transportam a droga, muitas vezes, no interior do próprio organismo. Nesta lógica negocial, Portugal desempenha um papel importante, enquanto ponto de trânsito, fruto do grande número de ligações aéreas com o Brasil, Venezuela, Cabo Verde, Guiné-Bissau e o Senegal.

Importa referir que as organizações criminosas dedicadas ao tráfico de grandes quantidades de haxixe são habitualmente constituídas por naturais dos estados Membros da União Europeia, com especial incidência, os de nacionalidade espanhola. É, também, a partir de Espanha, que a maioria destas operações de tráfico de estupefacientes são articuladas, sendo que, o envolvimento de Portugal é naturalmente de indivíduos portugueses, cinge-se às funções de mero apoio logístico.

Relativamente à heroína e à semelhança do que vem acontecendo nos últimos anos, os circuitos internos de distribuição continuaram a ser alimentados com droga que transita pelos Países Baixos, sendo esta actividade claramente controlada por grupos organizados, constituídos essencialmente por indivíduos de nacionalidade portuguesa e cabo-verdiana, com fortes ligações àquele país. De qualquer forma e no que respeita ao tráfico deste opiáceo, não existem indicações de que o nosso país seja utilizado como ponto de trânsito ou de armazenamento, com destino a países terceiros. Os dados revelam, pelo contrário, que Portugal é um país de destino com vista ao abastecimento dos mercados internos de consumo.

O ecstasy é frequentemente adquirido nos Países Baixos e distribuído em ambientes nocturnos e festivos. Os grupos que se dedicam ao tráfico de ecstasy caracterizam-se pela sua reduzida dimensão e, por vezes, pelo reduzido nível de organização. Relativamente ao consumo de ecstasy verifica-se, tal como para a heroína, que os movimentos observados em território nacional visam alimentar as lógicas negociais internas.

O fenómeno do tráfico de droga, pela sua complexidade (quanto ao espectro geográfico em que se manifesta e à diversidade de formas que revela) e consequências que gera na estrutura da sociedade civil e no próprio Estado, não se assume apenas como um fenómeno meramente criminal mas também social. Todavia, é fundamental a actuação das entidades oficiais com responsabilidades na prevenção e repressão do fenómeno do tráfico ilícito de estupefacientes. A sua actuação pode ser traduzida nos resultados alcançados, durante o ano de 2008, designadamente em termos de quantidades de droga apreendidas, número de apreensões, número de intervenientes detidos, desarticulação de organizações criminosas, cuja análise dos dados disponíveis não deixam antever grandes alterações no quadro situacional anteriormente traçado.

Objectivos, orientações e prioridades

O fenómeno do tráfico de droga constitui um dos paradigmas da manifestação da globalização do crime organizado, sendo um dos fenómenos clandestinos que melhor espelha a complexidade, o entrosamento e a influência exercida entre as dimensões local e global do fenómeno.

Atendendo à configuração do fenómeno e aos instrumentos jurídicos e de natureza operacional desenvolvidos nos planos internacional e nacional, o Estado Português procurou implementar um sistema integrado de repressão do tráfico de droga, coordenado pela Polícia Judiciária, acometendo a várias entidades a responsabilidade diferenciada e complementar de prevenir e reprimir o fenómeno.

A actividade desenvolvida pela PJ/UNCTE orientou-se no sentido de serem alcançados os seguintes objectivos programáticos ao nível da investigação criminal:

- Reestruturação das unidades de investigação criminal tendo como conceito orientador o princípio da especialização, dando especial relevância aos vectores do tráfico de droga por via marítima (contentores, embarcações de recreio, e processos de desembarques), por via aérea (aeroportos, aeródromos e pistas de baixo tráfego), e ao fenómeno das drogas sintéticas, assim como ao vector do branqueamento de capitais decorrente dos processos de tráfico.
- Dinamização da pró-actividade no sentido da recolha de indícios da prática de crimes da competência da UNCTE.
- Aumento da percentagem de processos-crime com proposta de acusação, como indicador de qualidade da investigação criminal produzida e da efectiva e correcta recolha da prova.

No sentido de *aumentar e desenvolver a cooperação entre os Estados-Membros, EUROPOL, Eurojust, países terceiros e organizações internacionais contra a produção e tráfico organizado de droga a nível internacional* [objectivo operacional 80 (acção 80.1.)], a PJ participou activamente em vários projectos de intercâmbio de informação, em matéria de tráfico internacional de estupefacientes com outros Estados Membros da UE e com a EUROPOL, tendo-se registado, em 2008, à semelhança dos últimos anos, um incremento na cooperação e troca de informação com países terceiros, designadamente com os PALOP's, Brasil e Venezuela. A PJ possui Oficiais de Ligação em permanência na Venezuela, e nos organismos EUROPOL e MAOC-N, assim como funcionários de investigação criminal destacados com a missão de procederem assessoria às direcções de Polícia Judiciária, dos países africanos de expressão portuguesa, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe.

No âmbito do mesmo objectivo [acção 80.2.], destaca-se a participação em vários ficheiros de análise da EUROPOL, na área do tráfico de estupefacientes e em diversos projectos de intercâmbio de informação, sendo regularmente enviada para a EUROPOL, informação relativa a investigações em curso em Portugal. A PJ/UNCTE participa activamente em diversos projectos, com países da Zona da África Ocidental, em particular com os países de expressão portuguesa mas também com o Senegal, participando, ainda, no MAOC-N¹²⁸, com o estatuto de observadores. Destaca-se, também, a participação em várias reuniões de coordenação, no âmbito do EUROJUST.

¹²⁸ O MAOC-N é um organismo internacional que congrega sete Estados Membros num esforço acrescido de combate ao tráfico de estupefacientes por via marítima.

Com vista à *redução da produção e oferta de heroína, cocaína e cannabis* [objectivo operacional 81 (acção 81.1.)]¹²⁹, toda a informação respeitante ao fabrico e tráfico de estupefacientes é centralizada na PJ/UNCTE, sendo tratada e inserida no Sistema Integrado de Informação Criminal (SIIC), o que possibilita uma efectiva coordenação, a nível nacional, das investigações no âmbito da repressão do tráfico de estupefacientes, desenvolvidas por todos os OPC's, dentro das respectivas competências. Esta centralização da informação, possibilita também, uma melhor análise do fenómeno, avaliação da ameaça, bem como, a realização dos relatórios estatísticos e de carácter monográfico, de âmbito operacional e estratégico.

Contribuindo para *reforçar o funcionamento, no seio das Unidades de Coordenação e Intervenção Conjunta (UCIC) dos mecanismos de racionalização e coordenação da actividade desenvolvida por todas as entidades com intervenção na luta contra o tráfico de estupefacientes* [acção 81.2.], para além do Relatório Anual TCD, a PJ/UNCTE tem realizado um relatório de âmbito semestral e anual, respeitante à geo-referenciação dos resultados obtidos por cada organismo, em particular a PJ, GNR e PSP, procedendo à difusão desses documentos às entidades com interesse na matéria, mantendo-se, desse modo, quer o reforço da centralização da informação e da actividade desenvolvida no âmbito das Unidades de Coordenação e Intervenção Conjunta (UCIC's), quer a racionalização e a coordenação da actividade desenvolvida pelas várias entidades com intervenção na luta contra o tráfico de estupefacientes.

Tendo em vista *reforçar a capacidade de análise de informação a nível operacional e estratégico e de produção de conhecimento que permita uma permanente caracterização e avaliação das tendências e padrões evolutivos dos fenómenos criminais subjacentes* [acção 81.5.], a Secção Central de Informação Criminal da UNCTE tem procedido à elaboração, de forma regular, de relatórios operacionais sobre as actividades ilícitas de indivíduos e organizações criminosas, de relatórios de carácter estratégico, sobre vertentes específicas do fenómeno do tráfico de estupefacientes ou de determinadas drogas, bem como relatórios de informação estatística.

Resultados

▪ Apreensões de estupefacientes

No que concerne ao haxixe e comparativamente a 2007, registou-se um aumento das quantidades apreendidas mas relativamente à cocaína, a tendência foi a inversa, registando-se um decréscimo das quantidades apreendidas pela PJ.

Importa referir que a grande maioria da cocaína e do haxixe apreendidos no nosso país tinha como destino os mercados ilícitos de outros países europeus. Já relativamente à heroína e ao ecstasy, as quantidades apreendidas destinavam-se, quase exclusivamente, ao abastecimento do mercado interno de consumo.

¹²⁹ De acordo com o Decreto-Lei n.º 81/95, de 22 de Abril.

▪ **Detenções e desmantelamento de estruturas criminosas**

No ano de 2008, a PJ procedeu ao desmantelamento de importantes estruturas criminosas responsáveis pela introdução de haxixe e cocaína no espaço europeu e pelo abastecimento a nível nacional e regional de diversos tipos de drogas, designadamente de cocaína, heroína e de haxixe. Em cooperação com outras congéneres, contribuiu-se activamente para o desmantelamento de organizações criminosas activas noutros países.

Verificou-se um decréscimo de 22,65 % relativamente ao número de detenções efectuadas relativamente ao ano de 2007.

Do total das investigações por tráfico de estupefacientes concluídas pela PJ, no ano de 2008, 47,8% saíram para o Ministério Público com proposta de dedução de acusação.

▪ **Combate ao branqueamento de capitais e apreensões de bens**

A apreensão e o confisco de bens e vantagens resultantes da actividade do tráfico de estupefacientes, é uma das formas mais eficazes de prevenir e reprimir esta actividade ilícita e combater o crime organizado, tendo sido concentrados significativos esforços neste domínio.

Assim, numa outra vertente da luta contra o tráfico ilícito de estupefacientes e branqueamento de capitais em que o crime precedente era o tráfico, a PJ apreendeu e confiscou dinheiro, bens, valores e objectos resultantes do tráfico ou utilizados nesta prática criminal.

Nota final

No decurso de 2008, a PJ deu continuidade ao processo de prevenção e repressão da criminalidade organizada e ao grande tráfico, dando especial relevância aos vectores do tráfico por via marítima e por via aérea, quer ao nível interno quer ao nível internacional.

Concentraram-se esforços e actuou-se com particular enfoque no desmantelamento de estruturas criminosas responsáveis pelo abastecimento do mercado interno, no combate ao tráfico transcontinental de haxixe e cocaína, assim como ao fenómeno das drogas sintéticas, na prevenção e investigação do branqueamento de capitais e apreensão de bens gerados pelo tráfico.

A centralização e o tratamento da informação criminal ao nível nacional, bem como a coordenação, no âmbito das UCIC's, da actividade operacional desenvolvida pelas diversas entidades com responsabilidades na prevenção e repressão do fenómeno do tráfico de estupefacientes, foram áreas igualmente prioritárias na actividade desenvolvida pela PJ, durante o ano de 2008.

Guarda Nacional Republicana

O esforço continuado de melhoramento das componentes de policiamento comunitário e de policiamento direccionado para a resolução de problemas, visando a aproximação da GNR às populações e o envolvimento destas, tem levado à obtenção de mais e melhores resultados, constituindo uma estratégia determinante, tanto em matéria de prevenção da criminalidade como na detecção de focos de radicalização ou de perturbação da paz pública e da ordem.

No tocante à situação da droga e da toxicodependência, matéria esta que integra um dos pontos fulcrais de actuação e investigação da GNR, há que distinguir a actuação a nível preventivo, a par da actuação dissuasiva, tanto ao nível dos locais habituais de consumo como dos locais de entrada de estupefacientes em território nacional – vias terrestres de ligação a Espanha e faixa costeira.

O combate ao tráfico e consumo de estupefacientes tem constituído um objectivo ao qual a GNR tem vindo a conferir especial cuidado, dentro da sua competência legal.

Actividades desenvolvidas

Desenvolvimento do projecto de substituição do sistema de vigilância costeira (LAOS), por um novo sistema, o Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo da Costa Portuguesa (SIVICC), que permitirá dotar a GNR de uma rede de 20 radares fixos que serão distribuídos ao longo da costa, desde a fronteira do Minho até ao Algarve. Estes radares irão permitir detectar qualquer movimento no mar até uma distância de 120 milhas, que vai muito para além das 12 milhas marítimas estabelecidas como zona marítima de respeito ou mar territorial. Todo o equipamento irá ser operado por pessoal da Unidade de Controlo Costeiro da GNR, existindo ainda câmaras térmicas e 12 lanchas de vigilância e intercepção. A GNR irá concomitantemente e de uma forma mais eficaz, estabelecer contactos com as autoridades de outros países europeus, igualmente empenhados em travar acções criminosas, nomeadamente o tráfico de drogas, prosseguindo assim uma actuação conjunta e concertada neste âmbito.

Em colaboração com entidades estrangeiras no controlo do tráfico de estupefacientes, a GNR realizou 225 Controlos móveis, com o empenhamento de 483 militares, dentro do quadro de cooperação bilateral com os corpos de segurança da Guarda Civil e da Polícia Nacional de Espanha. Esta actividade irá continuar a ser prosseguida, com especial cuidado, dada a importância que tem a circulação rodoviária entre as fronteiras terrestres de Portugal e Espanha, para a entrada e saída, para o território europeu, dos estupefacientes.

No campo da investigação criminal, deram entrada 17.305 inquéritos, resultantes da actividade desenvolvida pelos órgãos de investigação criminal operativa, a saber, os *Núcleos de Investigação Criminal* (NIC), os *Núcleos de Investigação Criminal/Droga* (NICD) e os *Núcleo Mulher e Menor* (NMUME).

Resultante da reorganização do seu dispositivo territorial, a GNR continuará na senda de conferir no combate ao consumo e tráfico de estupefacientes uma especial atenção, não descurando nunca a necessidade de se minimizarem os efeitos adversos para a sociedade, combatendo este tipo de crime com o continuado empenho de meios humanos e materiais.

Polícia de Segurança Pública

Na actividade de investigação criminal, levada a cabo pelo Sistema de Investigação Criminal da Polícia de Segurança Pública (PSP), e sendo esta de vertente repressiva, enquanto forma de identificação de autores de vários ilícitos criminais relacionados com os produtos estupefaciente, quer ao nível do consumo quer do tráfico, foram inúmeras as intervenções que permitiram a conclusão dos respectivos inquéritos crime, bem como a apreensão dos estupefacientes movimentados nas referidas actividades criminais.

Direcção Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo

A Direcção Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais (DGAIEC) tem por missão exercer o controlo da fronteira externa comunitária e do território aduaneiro nacional, para fins fiscais, económicos e de protecção da sociedade, designadamente no âmbito da cultura e da segurança e da saúde públicas, o que inclui a prevenção e combate aos tráficos ilícitos, designadamente de estupefacientes, substâncias psicotrópicas e seus precursores. Pelo seu posicionamento no terreno e atribuições, ocupa um papel privilegiado na luta contra o tráfico ilícito de drogas.

No sentido de contribuir para *aumentar e desenvolver a cooperação entre os Estados-membros, EUROPOL, Eurojust, países terceiros e organizações internacionais contra a produção e tráfico organizado de droga a nível internacional* [objectivo operacional 80 (acção 80.1.)], a DGAIEC participou num Projecto/Operação Aduaneira Conjunta em que contou com a cooperação da EUROPOL. No âmbito de um projecto da UNDOC, foi dado apoio às autoridades de Cabo Verde na constituição das Equipas Mistas de controlos na fronteira e, no âmbito de um programa ministerial específico de apoio aos PALOP, organizou seis acções de formação em Angola, Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, onde se pretendeu reforçar as capacidades de controlo da fronteira externa das respectivas alfândegas.

No âmbito do mesmo objectivo mas no sentido de *ultimar a informatização do Sistema de Declarações Sumárias do Sistema de Processamento de Declarações Aduaneiras de exportação e do Sistema Automático de Selecção, de forma a permitir um melhor controlo de mercadorias e meios de transporte na fronteira externa da EU* [acção 80.4.], deu **entrada em produção o Sistema de Declarações Sumárias (SDS)**, que permite um tratamento electrónico das declarações sumárias e, consequentemente, uma maior facilitação do comércio lícito e, ainda, uma mais rigorosa aplicação de critérios e metodologias automáticas de análise de risco. Foi, também, **consolidado o Sistema Integrado de Informação Antifraude (SIIAF)** que permite a optimização da recolha, consulta e acesso da informação disponível no domínio da prevenção e repressão da fraude, possibilitando a realização de melhor análise integrada da informação e controlos mais direccionados, com manifesta economia de meios.

Durante o ano de 2008, a DGAIEC participou na Reunião Plenária MARINFO/YACHTINFO SUL que integrou as Administrações Aduaneiras de países do Sul da Europa, Norte de África e Próximo Oriente. Participou, também, em todas as reuniões do Grupo de Cooperação Aduaneira do Conselho da União Europeia, bem como no seu Grupo de Peritos.

Com o objectivo de se estabelecer controlos homogéneos em qualquer ponto da fronteira externa da UE, a DGAIEC participou em reuniões de carácter internacional, com a presença de administrações aduaneiras dos países membros da UE e outros países, bem como de diversas entidades nacionais e internacionais, nomeadamente na Reunião Plenária do Grupo Pompidou/Plataforma Aeroportos, nas Reuniões preparatórias e de avaliação de Operações Aduaneiras Conjuntas, organizadas, ou não, sob os auspícios do Grupo de Cooperação Aduaneira, na reunião dos Correspondentes do RILO/OMA, no Comité da Luta contra a Fraude da

OMA e ainda, no Comité do Código Aduaneiro Comunitário – Secção Controlos Aduaneiros e Gestão do Risco.

No que respeita ao *combate da actividade criminosa séria na área do desvio e contrabando de precursores químicos aumentando a cooperação entre os Estados-Membros ao nível dos serviços de aplicação da lei* [objectivo operacional 83 (acção 83.3.)], foi organizado o Seminário sobre Controlo de Precursores de Droga e participou, também, numa Operação Aduaneira Conjunta, em que contou com a cooperação da EUROPOL.

De referir, quanto à participação em grupos de trabalho, a participação no **Grupo ODYSSUD**, que reúne as administrações aduaneiras dos portos do sul da Europa, pretendendo-se atingir um nível equitativo de controlo e de elevação do nível de eficácia das análises de risco e dos controlos a efectuar na fronteira externa da UE.

A DGAIEC participou também, no **Grupo de Trabalho Comunitário Security Risk Rules**, encarregue de desenvolver as regras de risco comuns a todos os estados membros, no sentido de seleccionar, de forma equitativa, para controlo, os meios de transporte e mercadorias de maior risco potencial, garantindo-se, desta forma, um nível equivalente de controlos, ao longo de toda a fronteira externa da UE.

Foram desenvolvidas, em 2008, acções de cooperação e assistência técnica às Administrações Aduaneiras nomeadamente, de Cabo Verde, Timor-Leste, Angola, São Tomé e Príncipe e Moçambique, no âmbito antifraude (o que inclui os tráficos ilícitos), acções de cooperação e formação à Administração Aduaneira e às Polícias de Cabo Verde no âmbito da análise de risco e selecção de mercadorias e viajantes para controlo, nos Portos e Aeroportos desse país, na óptica do tráfico de droga. Estas acções foram organizadas sob a égide da UNODC.

Resultados

A actuação da DGAIEC, para além dos controlos visando o combate à evasão e à fraude aduaneira e fiscal, teve igualmente como objectivo a protecção da sociedade, designadamente no âmbito da cultura, do ambiente e da segurança e saúde públicas, dos quais resultaram importantes apreensões de produtos contrafeitos e de drogas, bem como a detenção de traficantes.

No âmbito da cooperação com outras entidades, a DGAIEC efectuou a detecção de cocaína em 18 casos, que resultaram em entregas controladas, por parte da PJ, conseguindo-se assim, apreender o produto estupefaciente, mas também, contribuir para o desmantelamento da rede criminosa. De referir, ainda, a colaboração activa com a PJ em 6 apreensões de cocaína.

Os resultados obtidos foram fruto do especial esforço levado a cabo pela DGAIEC no controlo da fronteira externa de União Europeia, e à constante e intensiva preparação técnica dos funcionários aduaneiros, aos quais tem sido ministrada formação adequada às funções desempenhadas.

Recursos Humanos

Relativamente aos recursos humanos, em 2008, a DGAIEC possuía nos seus quadros um total de 1 697 funcionários, não sendo possível definir, com rigor, o número de funcionários afectos a questões de droga em virtude de nenhum funcionário da DGAIEC exercer funções em exclusividade nessa área, sendo todavia, a prevenção do tráfico, uma das prioridades no âmbito da actuação de todas as Unidades Orgânicas.

Autoridade Marítima

No âmbito do combate ao tráfico de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, a Autoridade Marítima, no ano de 2008, através da sua estrutura operacional, Polícia Marítima, distribuída por toda a faixa litoral do Continente e das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, em 28 comandos locais, no desenvolvimento das suas atribuições, efectuou no espaço de jurisdição, 43 295 acções de patrulhamento na vigilância/fiscalização (48 416 em 2007), em actividade preventiva e repressiva, da qual resultou a apreensão de quantidades significativas de droga, contribuindo desta forma para a diminuição da oferta. Das acções desenvolvidas 28 foram especificamente dirigidas ao combate ao narcotráfico (37 acções específicas em 2007).

No cumprimento da Directiva de Política Naval para Autoridade Marítima e na persecução do carácter de complementaridade da componente operacional do sistema de forças da Marinha/Comando Naval e os órgãos operativos da Autoridade Marítima, destaca-se que se encontra definida a funcionalidade do elemento da polícia marítima de permanência no **Centro Operações Marítimas (COMAR)**, nomeadamente a ligação a outras entidades e órgãos de polícia criminal, que permite o agilizar da intervenção em qualquer espaço de jurisdição, nomeadamente no mar territorial com os meios disponíveis na Autoridade Marítima, na perspectiva de combate ao narcotráfico e outras acções pertinentes, em complemento das acções de rotina.

A Escola da Autoridade Marítima ministrou formação, a 68 novos agentes da polícia marítima, na área de investigação criminal, detecção, reconhecimento e identificação de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, bem como, procedimento processual nas referidas áreas. Pela mesma escola foi ainda ministrada formação na área da detecção, identificação e procedimento processual a 5 novos capitães de portos, 10 oficiais adjuntos e 20 subchefes da polícia marítima.

No sentido de *criar mecanismos de ligação e intercâmbio de informações entre a UCIC Nacional e a UCAT, neste domínio* [objectivo operacional 85 (acção 85.2.)], destaca-se a nomeação de um Oficial Superior de ligação em permanência à UCAT e outro ao MAOC, a comunicação directa com UCAT via e-mail através do Piquete do Comando Local da Polícia Marítima de Lisboa, a permanência no COMAR de um oficial da polícia marítima para fazer a ligação com todas as entidades com poderes de autoridade marítima de forma a agilizar qualquer intervenção no espaço de jurisdição e a manutenção de protocolo entre a DGAM e a PJ/UNCTE.

Durante 2008, foram vários os elementos que participaram em reuniões e seminários, nomeadamente no *Programa de Estudos em Segurança e Terrorismo*, na Alemanha, na *conferência organizada em Paris e em Lisboa pelo MAOC*, sobre o artigo 17.º da Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e Substâncias Psicotrópicas, no *Seminário relativo à problemática da imigração ilegal e actividades conexas*, em Agadir/Marrocos e no *SEABORDER 2008*, exercício conjunto entre Portugal e Espanha, no âmbito do Fórum 5+5 Defesa e no *Curso de Coordenação Interinstitucional e Contra-terrorismo*, em Washington.

Encargos financeiros

No decurso de 2008, a Autoridade Marítima Nacional, suportou encargos financeiros estimados em cerca de 280 000, 00€ relativamente a custos com pessoal, material, combustíveis e outros consumíveis.

Constituindo a costa portuguesa um alvo apetecível para os narcotraficantes, em especial a costa Sul de Portugal e, ao esforço efectuado pela polícia marítima no combate a este tipo de ilícitos com a necessidade de um reforço de policiamento noutros espaços tradicionalmente menos usados, pese embora, um menor esforço orçamental em matérias como os combustíveis, estima-se um nível financeiro idêntico para 2009.

Serviço de Informações de Segurança

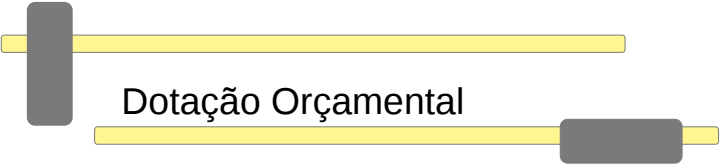
No sentido de *implementar e desenvolver mecanismos de análise que permitam identificar ligações possíveis entre produção e tráfico de droga e financiamento de terrorismo* [objectivo operacional 85 (acção 85.1.)] o SIS procurou a detecção de possíveis ligações entre o tráfico de estupefacientes e o financiamento do terrorismo, identificação do estabelecimento de sinergias entre estruturas criminosas e organizações terroristas e, ainda, avaliação permanente da relação entre tráfico de estupefacientes e financiamento do terrorismo.

Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

A Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) partilha competências com a Direcção Geral de Empresas, com a DGAIEC, com o INFARMED e com a PJ, no que respeita ao controlo do comércio de precursores.

Em conformidade com o art. 12º do Decreto-Lei 15/93 de 22 de Janeiro e do artigo 59.º e artigo 64.º do Decreto Regulamentar n.º 61/94 de 12 de Outubro, tem a competência de fiscalização referente às tabelas V e VI e às actividades autorizadas de comércio, grosso, distribuição, aquisição, venda transporte, entrega e detenção.

Em 2008, as actividades da ASAE incidiram na realização de uma operação de âmbito nacional, na qual foram fiscalizados 67 operadores económicos e da qual resultou a apreensão de substâncias químicas no valor de 59.097,17 € e na instauração de 8 processos de natureza contra-ordenacional.



Dotação Orçamental

Dotação orçamental do IDT, I.P. em 2008

Em 2008, a dotação orçamental do IDT, I.P. com origem no Orçamento de Estado foi de 46 745 225 €, e com origem em Receitas Próprias 25 754 533 €. A receita afecta ao PIDDAC, com origem na Participação Nacional, foi de 844 062€ e com origem na Participação Comunitária 1 310 773 €.

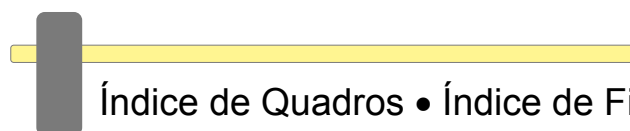
A dotação orçamental do IDT, I.P. em 2008 consta do quadro seguinte:

Quadro 170 - Dotação Orçamental do IDT, I.P.

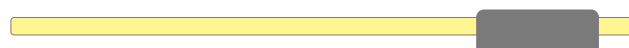
Receita Total	74 654 593 €
Origem – Orçamento de Estado	46 745 225 €
Origem – Receitas Próprias	25 754 533 €
Investimento ¹³⁰ Programa Toxicodependências <i>Alargamento da Rede Pública de Tratamento de Toxicodependentes</i>	
Comparticipação Nacional	844 062 €
Comparticipação Comunitária	1 310 773 €

Fonte: Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.

¹³⁰ PIDDAC – Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central.



Índice de Quadros • Índice de Figuras: Parte B



ÍNDICE DE QUADROS

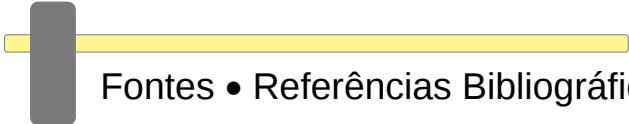
Parte B – Respostas e Intervenções	157
Áreas Transversais	
Coordenação	161
Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.	163
Quadro 137 Metodologia de Avaliação do Plano de Acção – Horizonte 2008	164
Informação, Investigação, Formação e Avaliação	193
Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.	200
Quadro 138 Investimento Financeiro, por Tipologia de Formação e segundo o Ano	204
Áreas de Missão	
Redução da Procura	
Prevenção	223
Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.	228
Quadro 139 Atendimento face a face ou telefónico	233
Instituto Português da Juventude, I. P.	242
Quadro 140 – Atendimento dos GSJ de 2006 a 2008	242
Dissuasão da Toxicodependência	243
Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.	245
Quadro 141 Situação Face ao consumo dos Indiciados Sem Registo Prévio	247
Quadro 142 Susp. Prov de processo de Indiciados Toxicodependentes – tratamento voluntário	247
Quadro 143 Susp. Prov de processo de Indiciados Não Toxicodependentes	247
Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar	249
Quadro 144 Despesas por eixos de intervenção	252
Quadro 145 Evolução do investimento no PPCDAFA, entre 2003 e 2008	252
Redução de Riscos e Minimização de Danos	255
Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.	258
Quadro 146 Movimento de utentes – 2008	260
Quadro 147 Alguns dos indicadores de respostas dadas aos utentes – 2008	260
Quadro 148 Encaminhamentos – 2008	261
Quadro 149 Alguns indicadores da execução das Unidades Móveis de PSO-BLE	261
Quadro 150 Alguns indicadores da execução dos Gabinete de Apoio	261
Quadro 151 Alguns indicadores da execução do Centro de Acolhimento “O Farol”	262
Quadro 152 Equipas de Rua - indicadores de execução (n=7) (modelo ADR)	263
Coordenação Nacional para a Infecção VIH/SIDA	266
Quadros 153 e 154 Seringas recolhidas no âmbito do programa “Diz não a uma Seringa em Segunda Mão” 01/10/1993 - 31/12/2008	267
Tratamento	273
Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.	278
Quadro 155 Tempos de Espera	279
Quadro 156 Unidades de Desabilitação Públicas – 2008	280
Quadro 157 Unidades de Desabilitação com Camas Convencionadas – 2008	281
Quadro 158 Comunidades Terapêuticas Públicas – 2008	281
Quadro 159 Comunidades Terapêuticas com Camas Convencionadas – 2008	281
Quadro 160 Centros de Dia Públicos – 2008	282

Quadro 161	Centros de Dia Privados Licenciados e Convencionadas – 2008	282
Quadro 162	Utentes com toma observada de anti-retrovirais, tuberculostáticos e psicofármacos.....	283
Quadro 163	Testes Rápidos efectuados aos Utentes Novos de 2008	283
Quadro 164	Testes Rápidos efectuados aos Utentes em Seguimento de 2008	284
Quadro 165	Percentagem de utentes que estiveram presentes em mais do que uma consulta, Delegação Regional	284
Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar		289
Quadro 166	Consultas em ambulatório	290
Reinserção		293
Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.		299
Quadro 167	Beneficiários do PVE e sua distribuição por medidas específicas e por Delegação Regional.....	302
Instituto de Segurança Social, I. P.		307
Quadro 168	Tipologia dos Montantes dos Apoios Económicos	311
Instituto de Emprego e Formação Profissional, I. P.		314
Quadro 169	Execução Financeira	315
Dotação Orçamental do IDT, I. P.		343
Quadro 170	Dotação Orçamental do IDT, I.P.	343

ÍNDICE DE FIGURAS

Parte B – Respostas e Intervenções		157
Áreas Transversais		
Coordenação		161
Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.		163
Figura 59	Esquema de Funcionamento das Subcomissões (e sua integração na Estrutura de Coordenação de Luta Contra a Droga)	164
Informação, Investigação, Formação e Avaliação		193
Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.		200
Figura 60	Investimento financeiro por tipologia	204
Áreas de Missão		
Redução da Procura		
Programa Operacional de Respostas Integradas, PORI		217
Figura 61	Esquema de visualização do nível de execução do PORI	217
Figura 62	Distribuição dos diagnósticos, por região	219
Figura 63	Concursos a PRI, por região (n=51)	219
Figura 64	Áreas Lacunares, por região (n=125)	219
Figura 65	Projectos aprovados, por eixo de intervenção (n=108)	219
Figura 66	Financiamento atribuído, por região	220
Figura 67	PRI, por região (n=75)	220
Prevenção		223
Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.		228
Figura 68	Atendimento Telefónico (n=15.860)	232
Dissuasão da Toxicodependência		243
Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar		249
Figura 69	Positividade (%) no rastreio toxicológico, entre 2003 e 2008, por regimes de prestação de serviço	250
Figura 70	Representação gráfica da evolução do investimento no PPCDAFA, entre 2003 e 2008	252
Redução de Riscos e Minimização de Danos		255
Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.		258
Figura 71	N.º de valências de Projectos de Redução de Riscos e Minimização de Danos (n=53)	259
Figura 72	N.º de valências em Projectos de Redução de Riscos e Minimização de Danos, por região (n=53)	260
Coordenação Nacional para a Infecção VIH/SIDA		266
Figura 73	Seringas recolhidas / Totais do País de 1993 a 2008	266
Figura 74	Seringas recolhidas / Totais do País em 2008 (total = 2 449 351)	267
Figura 75	Seringas Recolhidas no Âmbito do Programa “Diz não a uma Seringa em Segunda Mão”, por Distrito e RA 01/10/1993 - 31/12/2008 (Taxas por 1000 habitantes na faixa etária 15-64 anos)	268
Figura 76	Comparativo entre Farmácias, Parcerias e Postos Móveis	269
Tratamento		273
Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.		278
Figura 77	Caracterização das Consultas / Tipo de oferta de tratamento	280
Figura 78	Distribuição por Agonistas Opiáceos, por região	286
Figura 79	Utentes em Programas de Tratamento com Metadona Conforme o local de toma (IDT, I.P. e Parcerias) (31 de Dezembro de 2008)	286
Figura 80	Evolução do número de utentes em farmácias	287

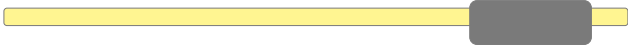
Reinserção.....	293
Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.	299
Figura 81 Consultas de reinserção efectuadas em 2008, por região	299
Figura 82 Utentes com necessidades/integrados em respostas de habitação (Nacional) (n=1 662)	300
Figura 83 Utentes com necessidades/integrados em respostas de habitação (Regional) (n=1 662)	300
Figura 84 Utentes com necessidades/integrados em respostas de Educação (Nacional) (n=1 867).....	301
Figura 85 Utentes com necessidades/integrados em respostas de Educação (Regional) (n=1 867).....	301
Figura 86 Utentes com necessidades/integrados em respostas de Emprego (Nacional) (n=4 338)	301
Figura 87 Utentes com necessidades/integrados em respostas de Emprego (Regional) (n=4 338)	301
Figura 88 Utentes com necessidades/integrados em respostas de Formação Profissional (Nacional) (n=2.466)	303
Figura 89 Utentes com necessidades/integrados em respostas de Formação Profissional (Regional) (n=2.466)	303
Figura 90 Utentes com necessidades/integrados em respostas sócio-terapêuticas (Nacional) (n=1 812)	304
Figura 91 Utentes com necessidades/integrados em respostas sócio-terapêuticas (Regional) (n=1 812)	304
Figura 92 Utentes com necessidades/integrados em respostas de ocupação de tempos livres (Nacional) (n=1 743)	304
Figura 93 Utentes com necessidades/integrados em respostas de ocupação de tempos livres (Regional) (n=1 743)	304
Instituto de Segurança Social, I. P.	307
Figura 94 Distribuição do número total de pessoas abrangidas, por Centro Distrital do ISS, I.P. (N.º)	308
Figura 95 Distribuição da actividade desenvolvida (N.º) (N=16 309)	309
Figura 96 Prestações Sociais (N.º) (n=3 602).....	310
Figura 97 Montantes por Tipologia (€) (n=2 586 703 €).....	311
Instituto de Emprego e Formação Profissional, I. P.	314
Figura 98 Número de indivíduos abrangidos pelas acções, por região.....	316
Figura 99 Número de sessões e de formandos abrangidos pelas sessões de sensibilização, por região.....	316



Fontes • Referências Bibliográficas

Sinais Convencionais • Lista de Siglas e Abreviaturas

• Definição de Termos



FONTES

Parte A - Caracterização e Evolução da Situação

- Os dados respeitantes aos **utentes em tratamento da toxicodependência** são provenientes das **Delegações Regionais do Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.**, das **Unidades Licenciadas** e da **Direcção Geral dos Serviços Prisionais (DGSP)** e fornecidos ao Núcleo de Estatística do IDT, I. P., para análise.
- Os dados sobre as **notificações do VIH** são provenientes do **Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P.** (INSA, I. P.) / **Núcleo de Vigilância Laboratorial de Doenças Infecciosas** e fornecidos em suporte papel ao IDT, I. P..
- Os dados respeitantes às **mortes** são provenientes do **INE, I. P.** e das **Delegações do Norte, Centro e Sul do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P.** (INML, I. P.) e fornecidos em suporte papel ao IDT, I. P..
- Os dados relativos a **processos de contra-ordenação por consumo de drogas**, são provenientes do **Gabinete de Apoio à Dissuasão do Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.** (GAD/IDT, I. P.) e fornecidos anualmente ao Núcleo de Estatística do IDT, I. P. em suporte informático, para análise.
- Os dados respeitantes às **apreensões policiais** ao abrigo da Lei da Droga, são provenientes da **Unidade Nacional de Combate ao Tráfico de Estupefacientes (UNCTE/PJ)** e fornecidos anualmente ao IDT, I. P. em suporte informático, para análise.
- Os dados relativos às **decisões judiciais** ao abrigo da Lei da Droga são extraídos de cópia das decisões enviadas pelos **Tribunais** ao IDT, I. P., para análise.
- Os dados referentes a **reclusos condenados** são provenientes da **Direcção Geral dos Serviços Prisionais (DGSP)** e fornecidos em suporte papel ao IDT, I. P..

Parte B – Respostas e Intervenções

- Os dados relativos ao IDT, I. P. foram extraídos do Relatório de Actividades de 2008 do IDT, I. P.;
- Autoridade de Segurança Alimentar e Económica;
- Coordenação Nacional para a Infecção VIH/SIDA;
- Direcção Geral da Política da Justiça;
- Direcção Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo;
- Direcção Geral de Autoridade Marítima;

- Direcção Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular;
- Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar;
- Direcção Geral de Política Externa;
- Direcção Geral de Reinserção Social;
- Direcção Geral dos Assuntos Europeus;
- Direcção Geral dos Serviços Prisionais;
- Guarda Nacional Republicana;
- Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P.
- Instituto de Segurança Social, I. P.;
- Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P.;
- Instituto Português da Juventude, I. P.;
- Polícia de Segurança Pública;
- Polícia Judiciária;
- Serviço de Informações de Segurança;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Parte A - Caracterização e Evolução da Situação

- Balsa, C. Vital C., Urbano C., Pascueiro L., (2008). *Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral. Portugal 2007*, Lisboa: IDT, I. P..
- Calado, V. (2006). *Drogas Sintéticas: Mundos Culturais, Música Trance e Ciberespaço*. Lisboa: IDT.
- Feijão, F. (2008). *Inquérito Nacional em Meio Escolar, 2006. 3.º Ciclo do Ensino Básico: Consumo de drogas e outras substâncias psicoativas*. <http://www.idt.pt/PT/Investigacao>
- Feijão, F. (2008). *Inquérito Nacional em Meio Escolar, 2006. Ensino Secundário: Consumo de drogas e outras substâncias psicoativas*. <http://www.idt.pt/PT/Investigacao>
- Feijão, F. (2009). *Estudo sobre os Consumos de Álcool, Tabaco e Drogas, Portugal - 2007. Relatório Preliminar* <http://www.idt.pt/PT/Investigacao>
- Feijão, F. & Lavado, E. (2002). *Inquérito Nacional em Meio Escolar, 2001. 3.º Ciclo do Ensino Básico: Consumo de drogas e outras substâncias psicoativas*. <http://www.idt.pt/PT/Investigacao>
- Feijão, F. & Lavado, E. (2002). *Inquérito Nacional em Meio Escolar, 2001. Ensino Secundário: Consumo de drogas e outras substâncias psicoativas*. <http://www.idt.pt/PT/Investigacao>
- Feijão, F. & Lavado, E. (2006). *Os Adolescentes e a Droga - Portugal 2003* <http://www.idt.pt/PT/Investigacao>
- Fernandes, L.; Carvalho, M. (2003). *Consumos Problemáticos de Drogas em Populações Ocultas*. Lisboa: IDT.
- Fernandes, L.; Silva, M. (2009). *O que a Droga Fez à Prisão. Um Percorso a Partir das Terapias de Substituição Opiácea*. Lisboa: IDT, I. P..
- Hibell, B., Andersson B., Bjarnason T., Kokkevi A., Morgan M. & Narusk A. (1997). *The 1995 ESPAD Report. Alcohol and Other Drug Use Among Students in 26 European Countries*. Stockholm: CAN/Pompidou Group/Council of Europe.
- Hibell, B., Andersson B., Ahlström S., Balakireva O., Bjarnason T., Kokkevi A. & Morgan M. (2000). *The 1999 ESPAD Report. Alcohol and Other Drug Use Among Students in 30 European Countries*. Stockholm: CAN/Pompidou Group/Council of Europe.

- Hibell, B., Andersson B., Bjarnason T., Ahlström S., Balakireva O., Kokkevi A. & Morgan M. (2004). *The ESPAD Report 2003. Alcohol and Other Drug Use Among Students in 35 European Countries*. Stockholm: CAN/Pompidou Group/Council of Europe.
 - Hibell, B., Guttormsson U., Ahlström S., Balakireva O., Bjarnason T., Kokkevi A. & Kraus L.(2009). *The 2007 ESPAD Report. Substance Use Among Students in 35 European Countries*. Stockholm: CAN/Pompidou Group/Council of Europe.
 - Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P. (2009). *Unidades de Desabilitação Públicas 2004-2008. Grupo de trabalho Harmonização da recolha de Dados nas Unidades de Desabilitação Públicas*. <http://www.idt.pt/PT/Estatistica/Documents/ReducaoProcuraConsumos/RelatorioGrupoTrabUD12008.pdf>
 - Instituto Nacional de Estatística (2009). *Estimativas Provisórias de População Residente, Portugal, NUTS II, NUTS III e Municípios - 2008*. Lisboa: INE.
 - Matos, M., Simões C., Carvalhosa S., Reis C. (2000). *Aventura Social & Saúde. A Saúde dos Adolescentes Portugueses. Estudo Nacional da Rede Europeia HBSC/OMS (1998)*. Lisboa: FMH/PEPT - Saúde.
 - Matos, M. & Equipa do Projecto Aventura Social e Saúde (2003). *A Saúde dos Adolescentes Portugueses (Quatro Anos Depois)*. Lisboa: FMH.
 - Matos, M., Simões C., Gaspar T., Tomé G., Ferreira M., Linhares F., Diniz J. & Equipa do Projecto Aventura Social (2006). *Aventura Social & Saúde. Consumo de Substâncias nos Adolescentes Portugueses: Relatório Preliminar*. http://www.fmh.utl.pt/aventurasocial/pdf/Relatorio_Preliminar_IDT_2006.pdf
 - Negreiros, J., Magalhães, A. (2009). *Estimativas da Prevalência do Consumo Problemático de Drogas. Portugal 2005*. Lisboa: IDT, I. P..
 - Polícia Judiciária (2009). *Combate ao Tráfico de Estupefacientes em Portugal: 2008. Relatório Anual Estatística - TCD*. Lisboa: PJ.
- Torres, A., Cruz, R., Maciel, D., Sousa, I. (2009). *Drogas e Prisões: Portugal 2001-2007*. Lisboa: IDT, I. P..

SINAIS CONVENCIONAIS

..	Resultado nulo
...	Segredo estatístico
—	Dados não disponíveis
•	Total não correspondente à soma das parcelas indicadas
Desc.	Desconhecido
Estr.	Estrangeiro
F	Sexo feminino
M	Sexo masculino
MF	Sexos masculino e feminino
Nac.	Nacional
Traf.-Cons.	Traficante-Consumidor

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

2C-B	• 4-Bromo-2,5-dimetoxifenetilamina
ACS	• Alto Comissariado da Saúde
ADR	• Aconselhamento, Diagnóstico e Referenciação
AM	• Autoridade Marítima
ANF	• Associação Nacional de Farmácias
ASAE	• Autoridade de Segurança Alimentar e Económica
AWF Cola	• <i>Analysis Work Files Cola</i>
AWF Heroin	• <i>Analysis Work Files Heroin</i>
AWF Synergy	• <i>Analysis Work Files Synergy</i>
CAD	• Centro de Aconselhamento e Detecção Precoce da Infecção de VIH-SIDA
CAJE	• Centro de Atendimento a Jovens Envolventes
CAT	• Centro de Atendimento a Toxicodependentes
CD	• Centro de Dia
CDist	• Centro Distrital
CDT	• Comissão para a Dissuasão da Toxicodependência
CEPOL	• <i>European Police College</i>
CES	• Centro de Estudos Sociais
CGTP-IN	• Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional
CID	• Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde
CIES	• Centro de Investigação e Estudos de Sociologia
CNCDT	• Conselho Nacional do Combate à Droga e à Toxicodependência
CND	• <i>Commission on Narcotics Drugs</i>
CNsida	• Coordenação Nacional para a Infecção VIH/SIDA
COPADT	• Curso de Operadores de Prevenção e Alcoolismo, Droga e Toxicodependência
CPLP	• Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CRI	• Centro de Respostas Integradas
CSM	• Conselho Superior de Magistratura
CT	• Comunidade Terapêutica
CVP	• Cruz Vermelha Portuguesa
DEA	• <i>Drugs Enforcement Agency</i>
DGAE	• Direcção Geral dos Assuntos Europeus
DGAIEC	• Direcção Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo
DGIDC	• Direcção Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular

DGPE	• Direcção Geral de Política Externa
DGPJ	• Direcção Geral da Polícia Judiciária
DGPRM	• Direcção Geral de Pessoal e Recrutamento Militar
DGRS	• Direcção Geral de Reinserção Social
DGPE	• Direcção Geral de Política Externa
DGS	• Direcção Geral de Saúde
DGSP	• Direcção Geral dos Serviços Prisionais
DGV	• Direcção Geral de Viação
DMFRI	• Departamento de Monitorização, Formação e Relações Internacionais
DMT	• Dimetiltriptamina
DR	• Delegação Regional
DRAL	• Delegação Regional do Algarve
DRC	• Direcção Regional de Centro
DRLVT	• Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo
DRE	• Direcção Regional de Educação
DRN	• Direcção Regional do Norte
DTR	• Departamento de Tratamento e Reinserção
ECATD	• Estudo sobre o Consumo de Álcool, Tabaco e Droga
ECOWAS	• <i>Economic Community Of West African States</i>
ENIPSA	• <i>Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas sem-abrigo: prevenção, intervenção e acompanhamento</i>
EP	• Estabelecimento Prisional
EPR	• Estabelecimento Prisional Regional
ESPAD	• <i>European School Project on Alcohol and other Drugs</i>
EUA	• Estados Unidos da América
EURÍDICE	• <i>European Research and Intervention on Dependency and Diversity in Companies and Employment</i>
EUROJUST	• <i>European Union's Judicial Cooperation Unit</i>
EUROPOL	• <i>European Law Enforcement Organisation</i>
FE-UNL	• Faculdade de Economia – Universidade Nova de Lisboa
FMH-UTL	• Faculdade de Motricidade Humana – Universidade Técnica de Lisboa
FPCE	• Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação
FPCE/UP	• Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação/Universidade do Porto
FSE	• Fundo Social Europeu
GAD	• Gabinete de Apoio à Dissuasão
GCPCTFA	• Grupo Coordenador do Programa para a Prevenção e Combate à Droga e ao Alcoolismo
GHD	• Grupo Horizontal Drogas

GIES	• Grupo de Intervenção no Ensino Superior
GNR	• Guarda Nacional Republicana
GSJ	• Gabinetes de Saúde Juvenil
HBSC/OMS	• <i>Health Behaviour in School-age Children</i>
HONLEA	• <i>Organization of the Eighteenth Meeting of Heads of National Drug Law Enforcement Agencies</i>
IDP, I. P.	• Instituto do Desporto de Portugal, I. P.
IDT, I. P.	• Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P.
IEFP, I. P.	• Instituto de Emprego e Formação Profissional, I. P.
IMIM	• <i>Institut Municipal de Investigación Mèdica</i>
INE, I. P.	• Instituto Nacional de Estatística, I. P.
INML, I. P.	• Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P.
INME	• Inquérito Nacional em Meio Escolar
INPG	• Inquérito Nacional ao consumo de substâncias psicoactivas na População Geral
INSA, I. P.	• Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I. P.
INTERPOL	• <i>International Criminal Police Organization</i>
IPAD	• Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento
IPJ, I. P.	• Instituto Português da Juventude, I. P.
ISCTE/UL	• Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa/ Universidade de Lisboa
ISS, I. P.	• Instituto de Segurança Social, I. P.
JCVP	• Juventude Cruz Vermelha Portuguesa
KLOTHO	• Programa de Identificação Precoce da Infecção VIH e Prevenção direccionado a Utilizadores de Drogas
LAC	• <i>Latin American and Caribbean</i>
LAFTM	• Laboratório de Análise Fármaco-Toxicológicas da Marinha
LSD	• Dietilamida do Ácido Lisérgico
MAI	• Ministério da Administração Interna
MAOC-N	• <i>Maritime Analysis and Operations Centre – Narcotics</i>
mCPP	• 1-3-clorofenil-piperazina
MDA	• Metilenodioxianfetamina
MDMA	• Metilenodioximetanfetamina
ME	• Ministério da Educação
MJ	• Ministério da Justiça
MNE	• Ministério dos Negócios Estrangeiros
MS	• Ministério da Saúde
NAC	• Núcleos de Apoio ao Comando (FA)
NAT	• Núcleo de Atendimento a Toxicodependentes
NE	• Núcleo de Estatística

NEI	• Núcleo de Estudos e Investigação
NESASE	• Núcleo de Educação para a Saúde e Acção Social Escolar
NIC	• Núcleo de Investigação Criminal
NICD	• Núcleo de Investigação de Crimes de Droga
NMUME	• Núcleo Mulher e Menor
NUTS	• Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
OEDT	• Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência
OMA	• Organização Mundial das Alfândegas
OMS	• Organização Mundial de Saúde
ONU	• Organização das Nações Unidas
OPC	• Órgão de Polícia Criminal
PA	• Portador Assintomático
PAH 2008	• Plano de Acção Contra as Drogas e as Toxicodependências – Horizonte 2008
PALOP	• Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PANCPDI	• Plano de Acção Nacional de Combate à Propagação de Doenças Infecciosas em Meio Prisional
PASITform	• Programa de Acção para a Sensibilização e Intervenção nas Toxicodependências, no contexto da Formação Profissional
PESD	• Política Europeia de Segurança e Defesa
PETS	• Programa Específico de Troca de Seringas
PIAC	• Projecto Integrado de Apoio à Comunidade
PIAM	• Projecto Integrado de Atendimento Materno
PIF	• Programa de Intervenção Focalizada
PJ	• Polícia Judiciária
PNCDT	• Plano Nacional Contra as Drogas e Toxicodependências
PIDDAC	• Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
POPH	• Programa Operacional do Potencial Humano
PORI	• Plano Operacional de Respostas Integradas
POS	• Programa Operacional de Saúde – Saúde XXI
PPCDAFA	• Programa Para a Prevenção e Combate à Droga e ao Alcoolismo nas Forças Armadas
PRI	• Programa de Respostas Integradas
PSO – BLE	• Programa de Substituição Opiácea de Baixo Limiar de Exigência
PSP	• Polícia de Segurança Pública
PVE	• Programa Vida-Emprego
QREN	• Quadro de Referência Estratégico Nacional
REITOX	• Rede Europeia de Informação sobre Toxicodependências
RIAD	• Rede de Investigadores sobre Álcool e Drogas
RRMD	• Redução de Riscos e Minimização de Danos

SCML	• Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
SDS	• Sistema de Declarações Sumárias
SEF	• Serviços de Estrangeiros e Fronteiras
SIDA	• Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
SIED	• Serviço de Informações Estratégicas de Defesa
SIIAF	• Sítio Integrado de Informação Anti Fraude
SIIC	• Sistema Integrado de Informação Criminal
SIM	• Sistema de Informação Multidisciplinar
SINAPOL	• Sindicato Nacional da Polícia
SIS	• Serviço de Informações de Segurança
SIVICC	• Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo
SNIDT	• Sistema Nacional de Informação sobre Drogas e Toxicodependências
SPA	• Substâncias Psicoactivas
SPM	• Direcção de Serviços das Organizações de Políticas Internacionais
SWOT	• <i>Weaknesses, Opportunities, and Threats</i>
UA	• Unidade de Alcoologia
UD	• Unidade de Desabilitação
UE	• União Europeia
UNCTE	• Unidade Nacional de Combate ao Tráfico de Estupefacientes
UNGASS	• <i>United Nations General Assembly Special Session on Drugs</i>
UNL	• Universidade Nova de Lisboa
UNODC	• <i>United Nations Office on Drugs and Crime</i>
UP	• Universidade do Porto
UTITA	• Unidade de Tratamento Intensivo de Toxicodependência e Alcoolismo
VIH	• Vírus de Imunodeficiência Humana

DEFINIÇÃO DE TERMOS

Por **apreensão** entende-se a acção que é levada a cabo por órgãos com responsabilidades na prevenção e investigação criminal das actividades ilícitas tipificadas no Decreto-Lei n.º 15/93, de 22/01, com excepção nas posteriormente tipificadas na Lei n.º 30/2000, de 29/11, em que é detectada qualquer das substâncias compreendidas nas Tabelas anexas a este DL.

Por **caso sintomático não-SIDA**, entende-se a notificação do caso diagnosticado com a infecção do Vírus da Imunodeficiência Humana (VIH), incluído no Grupo III (Linfoadenopatia Persistente Generalizada) e Grupo IV (IVa, IVc2, IVe) da classificação dos Centers for Disease Control, para fins de vigilância epidemiológica.

Por **caso de SIDA** entende-se a notificação do caso diagnosticado com a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA), obedecendo aos critérios da Organização Mundial de Saúde/Centers for Disease Control.

Por **circunstância agravante** entende-se o facto referente ao arguido, que é ponderado de forma penalizante na determinação da medida da pena a aplicar.

Por **circunstância atenuante** entende-se o facto referente ao arguido, que é ponderado de forma desculpabilizante na determinação da medida da pena a aplicar.

Por **cúmulo jurídico** entende-se a pena única aplicada pelo Tribunal como penalização conjunta por dois ou mais crimes praticados.

Por **indivíduo acusado** entende-se o indivíduo constante nos processos “findos” e levado a Tribunal por actividades ilícitas tipificadas no Decreto-Lei n.º 15/93, de 22/01, com excepção nas posteriormente tipificadas na Lei n.º 30/2000, de 29/11.

Por **indivíduo condenado** entende-se o indivíduo constante nos processos “findos”, julgado e com pena condenatória, por actividades ilícitas tipificadas no Decreto-Lei n.º 15/93, de 22/01, com excepção nas posteriormente tipificadas na Lei n.º 30/2000, de 29/11.

Por **novo utente (utente em primeira consulta)** entende-se o utente que tem pela primeira vez um acto terapêutico numa estrutura da rede pública de tratamento da toxicodependência, e para o qual é preenchido um processo individual de utente.

Por **polidrogas** entendem-se as ocorrências de posse de mais do que um tipo de droga.

Por **portador assintomático**, entende-se o caso diagnosticado com a infecção do Vírus da Imunodeficiência Humana (VIH) e num estadio da infecção em que ainda não apresenta sintomas.

Por **presumível infractor** entende-se o indivíduo que foi identificado ou detido por elementos das forças policiais por actividades ilícitas tipificadas no Decreto-Lei n.º 15/93, de 22/01, com excepção das tipificadas na Lei n.º 30/2000, de 29/11.

Por **prevalência de consumo** entende-se taxa de consumo que informa de toda e qualquer experiência de consumo em determinado período, independentemente do modo, quantidade e frequência dos consumos.

Por **processo “findo”** entende-se o processo objecto de uma decisão judicial, em que já não é possível haver recurso.

Por **processo de contra-ordenação** entende-se o processo instaurado pelas Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência, a um indivíduo identificado como consumidor pelas autoridades competentes, ao abrigo da Lei n.º 30/2000, de 29/11.

Por **quantidade significativa** entende-se no caso da heroína e cocaína as quantidades superiores a 100 g e no caso da cannabis as superiores a 1000 g, de acordo com os critérios utilizados pela Organização das Nações Unidas. No caso do ecstasy e de acordo com o critério utilizado pela Polícia Judiciária, foram consideradas como mais significativas, as apreensões envolvendo quantidades superiores a 250 comprimidos.

Por **sanção** entende-se a decisão punitiva (pecuniária e/ou não pecuniária) proferida pelas Comissões para a Dissuasão da Toxicodependência, no âmbito das contra-ordenações por consumo de drogas.

Por **sentença** entende-se a decisão final do Tribunal relativa a um indivíduo envolvido num processo crime.

Por **tipo de droga** entende-se todas as unidades/modalidades de uma mesma droga.

Por **utente em tratamento no ano**, entende-se o utente que recorreu às unidades de consulta na rede pública, pelo menos uma vez no ano.